Volume 1

Pensamento em Ação

estudos sobre Formação, Educação e Dinâmicas Sociais

CONSELHO EDITORIAL



Alexandre G. M. F. de Moraes Bahia
André Luís Vieira Elói
Antonino Manuel de Almeida Pereira
António Miguel Simões Caceiro
Bruno Camilloto Arantes
Bruno de Almeida Oliveira
Bruno Valverde Chahaira
Catarina Raposo Dias Carneiro
Christiane Costa Assis
Cíntia Borges Ferreira Leal
Claudia Lambach
Cristiane Wosniak
Eduardo Siqueira Costa Neto
Elias Rocha Gonçalves
Evandro Marcelo dos Santos
Everaldo dos Santos Mendes
Fabiani Gai Frantz
Fabíola Paes de Almeida Tarapanoff
Fernando Andacht
Flávia Siqueira Cambraia
Frederico Menezes Breyner
Frederico Perini Muniz
Giuliano Carlo Rainatto
Gláucia Davino
Helena Maria Ferreira
Hernando Urrutia
Izabel Rigo Portocarrero
Jamil Alexandre Ayach Anache
Jean George Farias do Nascimento
Jorge Douglas Price
Jorge Manuel Neves Carrega
José Carlos Trinca Zanetti
Jose Luiz Quadros de Magalhaes
Josiel de Alencar Guedes
Juvencio Borges Silva
Konradin Metze
Laura Dutra de Abreu
Leonardo Avelar Guimarães
Lidiane Mauricio dos Reis
Ligia Barroso Fabri
Lívia Malacarne Pinheiro Rosalem
Luciana Molina Queiroz
Luiz Carlos de Souza Auricchio
Luiz Gustavo Vilela
Manuela Penafria
Marcelo Campos Galuppo
Marco Aurélio Nascimento Amado
Marcos André Moura Dias
Marcos Antonio Tedeschi
Marcos Pereira dos Santos
Marcos Vinício Chein Feres
Maria Walkiria de Faro C Guedes Cabral
Marilene Gomes Durães
Mateus de Moura Ferreira
Mauro Alejandro Baptista y Vedia Sarubbo
Milena de Cássia Rocha
Mirian Tavares
Mortimer N. S. Sellers
Nígela Rodrigues Carvalho
Paula Ferreira Franco
Pilar Coutinho
Rafael Alem Mello Ferreira
Rafael Vieira Figueiredo Sapucaia
Rayane Araújo
Regilson Maciel Borges
Régis Willyan da Silva Andrade
Renata Furtado de Barros
Renildo Rossi Junior
Rita de Cássia Padula Alves Vieira
Robson Jorge de Araújo
Rogério Luiz Nery da Silva
Romeu Paulo Martins Silva
Ronaldo de Oliveira Batista
Susana Costa
Sylvana Lima Teixeira
Vanessa Pelerigo
Vitor Amaral Medrado
Wagner de Jesus Pinto

Volume 1

ORGANIZADOR
Pedro Paulo da Cunha Ferreira



Pensamento em Ação

estudos sobre Formação, Educação e Dinâmicas Sociais

AUTORES Adson Thiago Oliveira Silva | Alexandra Teixeira Dutra | Aline Durães | Ana Beatriz Almeida Miranda | Ana Lia Rocha Coelho Veneziani | André da Rosa Lucas | Bruno Beatriz | Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da Silva | Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira | Claudinei Caetano dos Santos | Deivis Kappes | Elisângela Chaves | Fernanda de Oliveira Sarreta | Francimilton dos Santos | Gilmar da Silva Francelino | Horácio Pires Leite | Ivonete Aparecida Braga Moreira | Jaqueline da Silva Bonadia | Jeremias Adão Lourenço | Josiane Alves Pereira | Kelli Machado da Rosa | Kely Priscilla Gomes Freitas Brasil | Luciano Araújo Lima | Luis Otávio Schneider | Maiara Colares Bezerra | Marcelo Rene Teixeira de Oliveira | Marcelo Rodrigues Bomfim | Maria Beatriz Ferrari Pain | Mayara Carneiro Alves Pereira | Miriam Ferreira da Silva | Nadjanara Lopes de Abreu Araújo | Natália Teixeira de Souza Nobre | Osmar Mackeivicz | Otávio Camargo Augusto Conceição | Paula Tatiane Meleiro Meireles | Paulo Edson Cutrim Silva | Pedro Henrique Ferreira de Melo | Pedro Paulo Rosemberg da Silva Oliveira | Rafael Theotonio de Castro | Sergio Fernandes Senna Pires | Simone Regina Manosso Cartaxo | Teodulino Mangueira Rosendo | Walisson Dodó | Wanderson Oliveira Aguiar | Wendel de Oliveira Silva

DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2024 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2024 by Pedro Paulo da Cunha Ferreira (Org.)

DIALÉTICA
EDITORA

/editoradialetica
@editoradialetica
www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores
Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Coordenadora Editorial
Kariny Martins

Produtora Editorial
Larissa Teixeira

Controle de Qualidade
Maria Laura Rosa

Capa
Isabela Lopes

Diagramação
Isabela Lopes

Preparação de Texto
José Rômulo

Revisão
Responsabilidade do autor

Auxiliar de Bibliotecária
Laís Silva Cordeiro

Assistentes Editoriais
Rafael Andrade
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários
Giovana Teixeira Pereira
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P418a Pensamento em Ação : estudos sobre Formação, Educação e Dinâmicas Sociais - Volume 1 / organização Pedro Paulo da Cunha Ferreira. – São Paulo : Editora Dialética, 2024.
516 p. = (v. I)

Bibliografia.
ISBN 978-65-270-3513-8

1. Educação. 2. Formação de professores. 3. Ensino. I. Ferreira, Pedro Paulo da Cunha (org.). II. Título.

CDD-370

Mariana Brandão Silva - Bibliotecária - CRB -1/3150

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos mais um volume inaugural da série editorial de coletâneas da Dialética.

O livro intitulado "Pensamento em Ação: Estudos sobre Formação, Educação e Dinâmicas Sociais" é uma obra diversificada e profunda, composta por artigos que abordam temas interdisciplinares relevantes. Cada artigo oferece uma contribuição única para o entendimento e o avanço de diferentes áreas do conhecimento.

De forma escorreita, diáfana e objetiva, passamos a expor ao leitor o repertório temático que integra este trabalho, enfatizando para tanto o espectro de abrangência do tratamento conferido por seus autores em cada excerto constitutivo.

Abrindo o rol de trabalhos que constituem essa obra, em "Paulo Freire e Jürgen Habermas: aproximações conceituais para o campo educativo" propõe-se uma análise comparativa entre Freire e Habermas, explorando suas teorias e como podem ser aplicadas para melhorar práticas educativas.

O capítulo intitulado "A contribuição econômica nos megaeventos esportivos dentro do âmbito educacional" investiga como os megaeventos esportivos impactam a educação, focando os aspectos econômicos e sociais envolvidos.

Já na análise proposta em "Elaboração e gestão de projetos sociais no âmbito da educação inclusiva" abordam-se estratégias eficazes para desenvolver e administrar projetos sociais que promovam a inclusão educacional.

Em "Hipoteca reversa", exploram-se os aspectos legais e sociais da hipoteca reversa, especialmente seu impacto na terceira idade.

O capítulo intitulado "Equilíbrio e planejamento fiscal nos municípios aumento da arrecadação do imposto sobre serviços redução da despesa de pessoal experiência no município de Olinda/PE" caracteriza-se como estudo de caso sobre estratégias municipais para equilibrar as finanças públicas através do aumento da arrecadação e redução de despesas.

No capítulo "A auditoria contábil como sistema de resolução de problemas", explora-se como a auditoria contábil pode ser utilizada efetivamente como um sistema para identificar e resolver problemas organizacionais.

Já em "Gestão escolar: definições, pilares e modelos", a ênfase é sobre a discussão dos fundamentos essenciais da gestão escolar, abordando diferentes modelos e práticas eficazes.

Em trabalho específico – "Turma da Mônica: primeiros passos para a formação de leitores" – analisa-se como o universo da Turma da Mônica pode ser utilizado como ferramenta educativa para promover a leitura infantil.

No tratamento conferido em "Incentivo fiscal estadual à indústria de transformação no Estado do Espírito Santo: uma avaliação de impacto do Programa INVEST", avalia-se com detida atenção os efeitos do incentivo fiscal estadual na indústria de transformação, com especial foco no estado do Espírito Santo.

Um atento relato sobre como o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza utiliza ferramentas digitais para melhorar a educação é esposado com sólida fundamentação em "Apresentação do uso de ferramentas digitais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza".

A proposta no trabalho "O uso das novas tecnologias na gestão escolar" foi explorar como as novas tecnologias podem ser integradas à gestão escolar para melhorar eficiência e qualidade educacional.

Em "Breves considerações sobre o filósofo moderno Thomas Hobbes e a teoria contratualista", tem-se como foco de atenção a análise acerca das contribuições de Thomas Hobbes para a teoria contratualista e suas aplicações contemporâneas.

Sucedendo no repertório temático, a obra contempla em artigo intitulado "A observância do pacto federativo como forma de equilibrar os poderes e riquezas dos entes políticos" um importante e fecundo debate sobre a importância do pacto federativo na distribuição de poderes e recursos entre os entes políticos.

Em "O todo e as partes do processo de construção do ser mulher: uma visão gestáltica", o compromisso é com uma abordagem gestáltica para entender o processo de construção da identidade feminina em sua totalidade e complexidade.

Os problemas da Era 4.0 em "O uso de inteligência artificial no Poder Judiciário para acesso a direitos humanos e segurança jurídica" são enfatizados, a fim de destacar como a inteligência artificial está sendo aplicada no sistema judiciário para promover o acesso a direitos humanos e segurança jurídica.

Uma importante discussão sobre os desafios alimentares enfrentados por crianças autistas e as estratégias para lidar com a seletividade alimentar é o grande foco de atenção no trabalho "O autismo e a seletividade alimentar na infância"

Com percuciente cuidado, o desenvolvimento do trabalho "Institucionalismo contemporâneo e alguns casos abrangentes" compromete-se com uma análise do institucionalismo contemporâneo através de casos abrangentes que ilustram suas aplicações e limitações.

Temática propriamente jurídica é abordada em "Microssistema de crise financeira de pessoas jurídicas e extraconcursalidade de honorários na intervenção extrajudicial" através do qual se propõe uma análise técnica acerca do microssistema de crise financeira de pessoas jurídicas e os aspectos da extrajudicialidade na intervenção em empresas.

Em "Exceção romeu e julieta: presunção de estupro ou relação consentida?", debate-se sobre o tratamento jurídico de casos em que há diferença de idade entre os parceiros, analisando se há presunção de estupro ou relação consentida.

A apresentação de uma proposta de estratégia nacional para lidar com a violência e o preconceito nas escolas, utilizando uma abordagem de rede distribuída é o ponto central da discussão estabelecida no excerto cujo título é "Estratégia Nacional para Enfrentar a Violência e o Preconceito na Escola: a proposta de uma rede distribuída".

O autor de "O dilema do acolhimento hospitalar de adolescentes gestantes para o acesso a assistência na saúde: atenção à saúde na maternidade em Luanda" analisa os desafios enfrentados pelo acolhimento hospitalar de adolescentes grávidas em Luanda e a necessidade de melhorias na assistência à saúde materna.

Em "Notas acerca da consolidação do direito à proteção de dados no caso brasileiro", empreende-se uma imperiosa discussão sobre a consolidação do direito à proteção de dados no contexto legal brasileiro e seus impactos na sociedade.

O capítulo concernente ao texto "A relação processual penal e o campo jurídico como objeto de estudo das representações sociais" propõe uma análise das representações sociais envolvidas na relação processual penal e seu impacto no campo jurídico.

O livro conta, outrossim, com um estudo específico sobre a judicialização da política associativa no contexto das eleições do Clube de Regatas Vasco da Gama, com base no Código Civil, cujo tratamento é

promovido no desenvolvimento do trabalho "Judicialização da política associativa no club de regatas Vasco da Gama: as eleições de 2020 à luz do Código Civil e suas nuances".

Em "A corporeidade nas aulas de educação física na escola especial: um olhar para o desenvolvimento do Síndrome de Down", o foco principal encerra-se na análise sobre como a corporeidade é abordada nas aulas de educação física em escolas especiais, com foco no desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down.

A avaliação dos riscos envolvidos no gerenciamento de projetos de exportação e estratégias para mitigá-los é promovida com ênfase de atenção em "Gerenciamento do projeto de exportação: Análise dos riscos"

Às voltas com importantes, porém negligenciadas questões, a obra propõe discussões fecundas sobre a hipervulnerabilidade dos consumidores turistas nos países do Mercosul e as medidas necessárias para proteger seus direitos em "A hipervulnerabilidade do consumidor turista do Mercosul".

Além do mais, em "Perspectivas e desafios da agricultura 4.0", o livro consolida a preocupação com as questões mais atuais da contemporaneidade ao propor uma análise das perspectivas e desafios da aplicação da Agricultura 4.0, destacando seu impacto na produção agrícola e no meio ambiente.

Explorar o conceito de providência divina sob uma perspectiva científica, investigando suas implicações filosóficas e religiosas é tarefa cumprida com eficiência em "O conceito da providência de Deus, uma prova científica".

Já em "Desvendando a arte da tomada de decisão sob incertezas: explorando a criatividade na resolução de problemas", o autor examina como a criatividade pode ser aplicada na tomada de decisões sob condições de incerteza, explorando novos caminhos para resolver problemas complexos.

Em "Criatividade como ferramenta para a economia criativa", discute-se como a criatividade pode ser uma ferramenta fundamental para impulsionar a economia criativa, gerando inovação e desenvolvimento econômico.

Com análoga proficiência, em "A fome no Brasil: uma discussão sobre (In)Segurança Alimentar e Nutricional (1948 - 2023)" se funda uma análise histórica e contemporânea da fome no Brasil, abordando questões de segurança alimentar e nutricional ao longo das décadas.

No capítulo próprio ao texto "O uso de novas tecnologias na docência", exploram-se estratégias relativas a como as novas tecnologias estão sendo integradas na prática docente para melhorar o ensino e o aprendizado.

Em "Uma abordagem sobre o consumo moderno em 'Admirável Chip Novo', de Pitty", apresenta-se uma análise acerca do consumo moderno e suas representações na obra musical "Admirável Chip Novo" de Pitty, examinando suas críticas sociais e culturais.

Para refletir sobre as práticas docentes e discentes, explorando como os papéis de sujeito e sentido são negociados e transformados no ambiente educacional, a obra convida o leitor e a leitora para compaginar o capítulo "Deslocamento de sujeito e sentido: descrição/reflexão de uma prática docente e discente"

Em seguida, em "O trabalho com os gêneros discursivos no 4º ano do ensino fundamental", aborda-se a importância do trabalho com gêneros discursivos no ensino fundamental, promovendo habilidades de comunicação e compreensão textual desde cedo.

Já o trabalho intitulado "As práticas de linguagem na sala de aula: um relato de trabalho com a obra 'O diário de Anne Frank'" propõe uma descrição de experiência sobre como a obra "O Diário de Anne Frank" é utilizada para desenvolver práticas de linguagem e sensibilização histórica na sala de aula.

Por fim, em "Representatividade étnico-racial no currículo: corpos negros e tecnologias educacionais", discute-se sobre o conteúdo curricular e sua importância ao integrar a diversidade étnico-racial, junto ao uso das tecnologias da educação.

Conforme exposto, essa coleção de artigos oferece uma ampla visão sobre temas educacionais, jurídicos, sociais e culturais contemporâneos, contribuindo significativamente para o entendimento e a análise crítica de diversas questões pertinentes à sociedade atual.

Aos leitores e leitoras, esperamos que apreciem o resultado final.

Diamantina, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais – Brasil, 24 de junho de 2024.

Pedro Paulo da Cunha Ferreira
Professor de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

SUMÁRIO

PAULO FREIRE E JÜRGEN HABERMAS: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS PARA O CAMPO EDUCATIVO

Osmar Mackeivicz | Simone Regina Manosso Cartaxo

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C1

19

A CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA NOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS DENTRO DO ÂMBITO EDUCACIONAL

Pedro Henrique Ferreira de Melo

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C2

37

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Luciano Araújo Lima | Nadjanara Lopes de Abreu Araújo

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C3

49

EQUILÍBRIO E PLANEJAMENTO FISCAL NOS MUNICÍPIOS AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS REDUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL: EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE

Horácio Pires Leite | Marcelo Rene Teixeira de Oliveira

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C4

65

A AUDITORIA CONTÁBIL COMO SISTEMA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Francimilton dos Santos

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C5

79

GESTÃO ESCOLAR: DEFINIÇÕES, PILARES E MODELOS

Paula Tatiane Meleiro Meireles

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C6

93

TURMA DA MÔNICA: PRIMEIROS PASSOS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES

André da Rosa Lucas

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C7

103

INCENTIVO FISCAL ESTADUAL À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA INVEST

Adson Thiago Oliveira Silva

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C8

115

APRESENTAÇÃO DO USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Jaqueline da Silva Bonadia

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C9

145

O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA GESTÃO ESCOLAR

Wanderson Oliveira Aguiar | Paulo Edson Cutrim Silva

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C10

167

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O FILÓSOFO MODERNO THOMAS HOBBES E A TEORIA CONTRATUALISTA

Gilmar da Silva Francelino | Maria Beatriz Ferrari Pain

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C11

177

A OBSERVÂNCIA DO PACTO FEDERATIVO COMO FORMA DE EQUILIBRAR OS PODERES E RIQUEZAS DOS ENTES POLÍTICOS

Gilmar da Silva Francelino | Maria Beatriz Ferrari Pain

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C12

185

O TODO E AS PARTES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SER MULHER: UMA VISÃO GESTÁLTICA

Ana Beatriz Almeida Miranda | Mayara Carneiro Alves Pereira

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C13

193

O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO PARA ACESSO A DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA JURÍDICA

Gilmar da Silva Francelino | Maria Beatriz Ferrari Pain

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C14

213

O AUTISMO E A SELETIVIDADE ALIMENTAR NA INFÂNCIA

Ana Lia Rocha Coelho Veneziani

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C15

225

INSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO E ALGUNS CASOS ABRANGENTES

Deivis Kappes

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C16

235

EXCEÇÃO ROMEU E JULIETA: PRESUNÇÃO DE ESTUPRO OU RELAÇÃO CONSENTIDA?

Rebeca de Magalhães Melo | Kely Priscilla Gomes Freitas Brasil | Tibério Leonardo Guitton

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C17

245

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA E O PRECONCEITO NA ESCOLA: A PROPOSTA DE UMA REDE DISTRIBUÍDA

Sergio Fernandes Senna Pires

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C18

253

O DILEMA DO ACOLHIMENTO HOSPITALAR DE ADOLESCENTES GESTANTES PARA O ACESSO À ASSISTÊNCIA NA SAÚDE: ATENÇÃO À SAÚDE NA MATERNIDADE EM LUANDA

Jeremias Adão Lourenço | Fernanda de Oliveira Sarreta

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C19

279

NOTAS ACERCA DA CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO CASO BRASILEIRO

Luis Otávio Schneider

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C20

293

A CORPOREIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA ESPECIAL: UM OLHAR PARA O DESENVOLVIMENTO DO SÍNDROME DE DOWN

Bruno Beatriz

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C21

309

GERENCIAMENTO DO PROJETO DE EXPORTAÇÃO: ANÁLISE DOS RISCOS

Miriam Ferreira da Silva

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C22

319

A HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR TURISTA DO MERCOSUL

Alexandra Teixeira Dutra

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C23

339

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA 4.0

Marcelo Rodrigues Bomfim

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C24

363

O CONCEITO DA PROVIDÊNCIA DE DEUS, UMA PROVA CIENTÍFICA

Rafael Theotonio de Castro

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C25

371

DESVENDANDO A ARTE DA TOMADA DE DECISÃO SOB INCERTEZAS: EXPLORANDO A CRIATIVIDADE NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Pedro Paulo Rosemberg da Silva Oliveira

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C26

381

CRIATIVIDADE COMO FERRAMENTA PARA A ECONOMIA CRIATIVA

Pedro Paulo Rosemberg da Silva Oliveira

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C27

391

A FOME NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (1948 - 2023)

Maiara Colares Bezerra

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C28

399

O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DOCÊNCIA

Natália Teixeira de Souza Nobre | Aline Durães

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C29

437

UMA ABORDAGEM SOBRE O CONSUMO MODERNO EM "ADMIRÁVEL CHIP NOVO", DE PITTY

Ivonete Aparecida Braga Moreira

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C30

449

DESLOCAMENTO DE SUJEITO E SENTIDO: DESCRIÇÃO/ REFLEXÃO DE UMA PRÁTICA DOCENTE E DISCENTE

Teodulino Mangueira Rosendo

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C31

461

O TRABALHO COM OS GÊNEROS DISCURSIVOS NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Josiane Alves Pereira | Kelli Machado da Rosa

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C32

475

AS PRÁTICAS DE LINGUAGEM NA SALA DE AULA: UM RELATO DE TRABALHO COM A OBRA "O DIÁRIO DE ANNE FRANK"

Walisson Dodó | Elisângela Chaves

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C33

499

REPRESENTATIVIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO: CORPOS NEGROS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Claudinei Caetano dos Santos

DOI 10.48021/978-65-270-3513-8-C34

507

PAULO FREIRE E JÜRGEN HABERMAS: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS PARA O CAMPO EDUCATIVO

Osmar Mackeivicz
Doutorando em Educação
http://lattes.cnpq.br/0460954172248778
osamarmackeivicz@yahoo.com.br

Simone Regina Manosso Cartaxo
Doutora em Educação
http://lattes.cnpq.br/9326211816965126
simonemcartaxo@hotmail.com

RESUMO: Formar sujeitos críticos e transformadores, disseminar a racionalidade como fonte e princípio do conhecimento é tarefa fundamental da educação. Assim sendo, a educação assume um papel importante e determinante como fator formador e emancipador dos seres humanos, lançando sobre eles a responsabilidade pela construção de uma sociedade livre, justa e igual. Com o intuito de contribuir com as discussões educacionais estabelecemos neste texto alguma aproximações

entre Paulo Freire[1] e Jürgen Habermas[2], a partir e quatro conceitos filosóficos: Práxis, Emancipação, Agir Comunicativo e Dialogicidade.

Palavras-chave: Práxis; Emancipação; Agir comunicativo; Dialogicidade.

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta discussões teóricas e as aproximações entre Paulo Freire e Jürgen Habermas. Organizamos o texto a partir de quatro conceitos fundamentais, a práxis enquanto a relação que se estabelece entre o modo de interpretar a realidade e a vida. O conceito de emancipação como processo de libertação política, cultural, humana e social do ser humano. O conceito de agir comunicativo enquanto interação entre sujeitos capazes de falar e agir e o conceito de dialogicidade a busca do entendimento com o outro.

PRÁXIS: A RELAÇÃO QUE SE ESTABELECE ENTRE O MODO DE INTERPRETAR A REALIDADE E A VIDA

O conceito de práxis é um dos maiores desafios enfrentados no campo filosófico e educacional, de modo especial no que se refere ao cotidiano escolar e suas práticas pedagógicas. Apesar de ser um conceito utilizado e discutido recorrentemente nas discussões pedagógicas, raramente é debatido em profundidade.

A práxis apresenta-se a partir de várias compreensões ao longo da história. No entanto, sua origem encontra-se no pensamento

1 Paulo Freire (1921-1997) foi um educador brasileiro, criador de um método inovador para alfabetização de adultos. Ao mesmo tempo em que alfabetizava em tempo recorde, trazia um exercício de cidadania por meio de debates. Paulo Freire nasceu no Recife, Pernambuco, no dia 19 de setembro de 1921. Em 1943 Paulo Freire ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Paralelamente, estudou filosofia da linguagem e foi ser professor de Língua Portuguesa, para jovens do ensino médio. Em 1955, junto com outros educadores, Paulo Freire fundou no Recife, o Instituto Capibaribe uma escola inovadora que atraiu muitos intelectuais da época e que continua em atividade até os dias de hoje.

2 Jürgen Habermas nasceu em 18 de junho de 1929, em Düsseldorf, na Alemanha. Após obter um doutorado em filosofia na Universidade de Bonn, em 1954, Habermas trabalhou como assistente de Theodor Adorno, entre 1956 e 1959, no Instituto de Pesquisas Sociais, da Universidade de Frankfurt. Habermas emergiu como um dos principais expoentes da segunda geração da Escola de Frankfurt – à época, uma nova corrente influenciada pelo marxismo, que se dedicava a reflexões e críticas sobre a razão, a ciência e o avanço do capitalismo.

grego, sistematizado pelo filósofo Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco* ao abordar o conceito a partir de duas dimensões, a *práxis (ação/movimento) e a poiesis (produção)*.

Um dos principais problemas da práxis discutidos por Freire e Habermas vincula-se a dificuldade de compreender a educação como um processo de transformação social, e não meramente uma prática reprodutivista, que endossa a perspectiva de uma educação não crítica.

A compreensão do sentido que a práxis possui no campo educacional perpassa pela discussão da relação teoria e prática. As discussões acerca dessa relação teoria e prática encontra seu fundamento em vários autores como Saviani (2008), Gamboa (2003), Sanchez; Vasquez (1968,1977), Martins (1989) entre outros.

Saviani (2008) defende a indissociabilidade entre a teoria e a prática. Nesse sentido corroboramos com o que afirma Saviani:

> O que se opõe de modo excludente à teoria não é a prática, mas o ativismo, do mesmo modo que o que se opõe de modo excludente à prática é o verbalismo e não a teoria. Pois o ativismo é a prática sem teoria e o verbalismo é a teoria sem a prática. Isto é: o verbalismo é o falar por falar; e o ativismo é a ação pela ação, a prática cega, o agir sem rumo claro, a prática sem objetivo. (SAVIANI, 2008, p. 128).

O autor destaca que não existe teoria sem prática e nem prática sem teoria, de modo a não existir uma relação excludente entre uma e outra. Há uma relação dialética entre ambas, desse modo o saber adquire um sentido teórico-prático. Assim sendo, para Saviani (2008) a práxis é uma prática fundamentada teoricamente.

De outro modo, Kowarzick (1983) ao discutir a relação teoria e prática destaca que esta relação é fundamental, pois encontra-se em todos os campos da pedagogia, na prática da educação, na pesquisa da ciência da educação, na formação de professores. O autor salienta que esta é uma relação conflitiva em todos os campos, justamente por ser constitutiva a eles.

Kowarzick (1983) afirma:

> A primeira vista, a relação entre teoria e prática parece ser determinável de modo bastante simples: a prática seria justamente a educação em todos os seus relacionamentos práticos, e a teoria seria a ciência da educação em suas figuras teóricas. A relação, portanto, poderia ser descrita com facilidade: a teoria investigaria a prática, sobre a qual retroagiria mediante os seus conhecimentos adquiridos. (KOWARZICK, 1983, p. 10).

Neste sentido prática e teoria inevitavelmente possuem uma relação dialética entre si que reside nas decisões e posicionamentos pedagógicos, sem os quais teríamos uma educação como mera transmissora de conhecimentos.

Kowarzick (1983) ao discutir esses conceitos afirma a necessidade de uma práxis para a práxis. Desse modo, a práxis é entendida em uma estreita relação entre os dados empíricos advindos da prática e os referenciais teóricos advindos da teoria. Assim sendo, a práxis é compreendida na relação que se estabelece entre o modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão, o que implicará em uma ação transformadora. A práxis opõem-se, portanto, a toda a ação que promove a alienação e a domesticação gerando um processo de atuação consciente que produzirá um discurso crítico sobre a realidade que implicará na transformação desta mesma realidade.

A práxis para Freire (1980) é compreendida como a reflexão e a ação dos homens entre si, buscando construir e transformar o mundo. Freire concebe o mundo não como uma realidade dada, mas uma construção humana em diálogo, fruto da "vocação" humana em ser mais. Ser mais, é condição antropológica que jamais poderá ser eliminada, apesar de, por vezes, o ser humano ser impedido de agir de acordo com essa "vocação".

Compreendendo a práxis como possibilidade concreta da elaboração de um projeto de mudança, homens e mulheres comprometem-se com a transformação de sua realidade. E isto se torna possível diante da "unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo" (FREIRE, 1980, p. 26). Neste sentido, a práxis contribui para o processo de conscientização já que não é possível chegar a este "apenas pelo esforço intelectual, mas também pela práxis: pela autêntica união da ação e da reflexão" (FREIRE, 1980, p. 92).

Freire (1981) ressalta que:

> a práxis não é a ação cega, desprovida de intenção ou de finalidade. É ação e reflexão. Mulheres e homens são seres humanos porque se fizeram historicamente seres da práxis e, assim, se tornaram capazes de, transformando o mundo, dar significado a ele. É que, como seres da práxis e só enquanto tais, ao assumir a situação concreta em que estamos, como condição desafiante, somos capazes de mudar-lhe a significação por meio de nossa ação (FREIRE, 1981, p. 134).

Em síntese, a práxis é uma forma de ser do homem no mundo, que ao pensar e agir transforma o mundo e a si mesmo, a práxis é a possibilidade do enfrentamento crítico dos desafios do cotidiano.

Para Freire é importante reconhecer e garantir que todos os sujeitos tenham espaço, vez e voz, para que se pronunciem no mundo e sobre ele, pois "ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra dos demais" (FREIRE, 2020a, p. 44). Na concepção de Freire, dizer a palavra verdadeira é práxis, é transformar o mundo e não pode ser privilégio de alguns, mas direito de todos (FREIRE, 2020a; PAULA, 2011). Desse modo todos os seres humanos têm igual direito em dizer a palavra, e da mesma forma tem igual potencial para transformar o mundo a partir de sua práxis.

É pela palavra que o homem expressa o que é. Nesse sentido, o diálogo possibilita olhar o mundo e a existência humana como um processo em constante construção, uma realidade inconclusa, inacabada. Portanto, a inconclusão é uma exigência existencial dos seres humanos. Para Freire (2014), os homens são seres do que fazer, necessariamente porque esse fazer é ação e reflexão, é transformação do mundo que é possível quando a palavra não se reduz nem ao ativismo, nem ao verbalismo, pois a palavra é reconhecimento das consciências, lugar de encontro e reencontro, reconhecimento do outro e de si mesmo; e o homem se humaniza nesse processo dialógico. A humanização, portanto, é um processo histórico e social em constante mudança, e que na medida que muda, avança e humaniza.

Freire (2014) destaca que o inacabamento pressupõe uma intersubjetividade com a diversidade dos outros:

> Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em um movimento de busca. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros." (FREIRE, 2014, p. 57).

Portanto, é na inconclusão do ser humano que se funda a educação como um processo permanente de práxis, é na inconclusão que se alicerça a esperança como uma exigência ontológica.

Na esteira reflexiva de Kowarzick (1983), Saviani (2008) e Freire (1981) compreendemos a práxis enquanto possibilidade concreta de um projeto de mudança e transformação social, o qual supera a dicotomia teoria e prática e avança na perspectiva da emancipação do ser humano.

EMANCIPAÇÃO: PROCESSO DE LIBERTAÇÃO POLÍTICA, CULTURAL, HUMANA E SOCIAL

A emancipação, em seu aspecto conceitual, tem suas origens no Direito Romano, estendendo-se ao período medieval, tendo seu apogeu na Idade Moderna, e sua ressignificação encontra-se no século XVIII com o iluminismo, com a compreensão da necessidade da emancipação do indivíduo.

O filósofo alemão, Imannuel Kant, em um de seus textos intitulado: Resposta à pergunta: O que é o esclarecimento?, discute o conceito de emancipação atrelado ao conceito de maioridade. Para o autor o esclarecimento/emancipação é saída do ser humano da menoridade, a qual ele próprio é culpado.

> O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere Aude! Tem que ter coragem de fazer uso do teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [Aufklärung]. (KANT, 2013, p. 63-64).

A menoridade não é a falta de entendimento, mas a incapacidade do ser humano servir-se dele para iluminar seu caminho, e é devido a essa incapacidade que o ser humano é culpado por viver na menoridade, pois para o ser humano é agradável viver na menoridade é fácil viver sem usar o entendimento, em outras palavras é cômodo ser menor. O ser humano que não faz uso do entendimento não é autônomo, não é livre, não se emancipa. Contudo, a passagem da menoridade para maioridade é um processo emancipatório, no qual o ser humano passa a fazer o uso de sua razão, e assim ser livre e autônomo.

De outro modo no pensamento de Adorno, pensador da teoria crítica, a ideia de emancipação está intrinsecamente ligada a conscientização política. Adorno (2003) refere-se à emancipação não apenas do indivíduo isolado, mas esse indivíduo enquanto ser social. Em tese a emancipação é a formação para a autonomia, entendida como processo coletivo, pois a mudança individual não conduz a mudança social, embora a mudança individual seja pré-condição da mudança social.

> Portanto, a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção oriente toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência ... assim, tenta-se simplesmente

> começar despertando a consciência quando a que os homens são enganados de modo permanente. (ADORNO, 2003, p. 183).

Desse modo, para Adorno a consciência é a capacidade de pensar a realidade e estabelecer relações e fazer experiências intelectuais. Assim, a educação para a consciência é a educação para a emancipação para uma tomada de conscientização das dificuldades impostas pela sociedade.

No pensamento de Freire o conceito de emancipação se desenvolve a partir da contradição opressão/libertação. Para Freire (2002) a emancipação se dá a partir da luta libertadora que só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores. (FREIRE, 2002, p. 30).

O processo de libertação é possível a partir do diálogo e de uma educação como prática para liberdade, superando a educação tradicional (bancária) que gera opressão, e se firmando como um instrumento de luta e resistência. Nessa perspectiva Freire aponta o diálogo como um instrumento de libertação, e como possibilidade de indagação do mundo.

> O diálogo é, portanto o indispensável caminho, não somente nas questões vitais para a nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser. Somente pela virtude da crença, contudo, tem o diálogo estímulo e significação: pela crença no homem e nas suas possibilidades, pela crença de que somente chegou a ser eu mesmo quando os demais também cheguem a ser eles mesmos. (FREIRE, 2020a, p. 107).

Nesse sentido o diálogo constitui-se como fundamento para uma educação libertadora e emancipadora que prioriza a humanização, a conscientização, o diálogo e a práxis social.

Freire (2020a) enseja que os seres humanos aprendam a exercer a sua liberdade a partir de uma educação que tenha como finalidade a humanização, a emancipação e a libertação. Para Freire esse processo de libertação e emancipação terá dois momentos distintos.

> O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com sua transformação; o segundo, em que, transforma a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente de libertação. (FREIRE, 2020a, p. 57).

A emancipação é um processo de libertação política, cultural, humana e social dos oprimidos, que libertam-se a si e aos opressores. Portanto, a emancipação é uma mudança profunda e contínua, isto é, um devir. A plena emancipação do ser humano é a plenitude do sujeito, ou seja, quando este se reconhece como histórico, autônomo e inacabado.

Portanto, ao processo emancipatório é intrínseco, uma intencionalidade que é política, a qual assume um viés voltado para transformação social. Na perspectiva Freiriana a emancipação diz respeito a emancipação dos sujeitos, da relação oprimido/opressor, é a saída da fase de oprimido/opressor para a fase de libertação.

AGIR COMUNICATIVO: INTERAÇÃO ENTRE SUJEITOS CAPAZES DE FALAR E AGIR

A partir do paradigma da linguagem e da intersubjetividade, Habermas propõe um novo estado do conhecimento. Há uma nova concepção de sujeito, de mundo e de conhecimento: estes encontram-se no contexto histórico. Nesse aspecto o pensamento de Habermas apresenta uma perspectiva em defesa de uma postura crítica, invocando não apenas uma metodologia, mas uma teoria de sociedade. Essa perspectiva teórica interessa a várias ciências, pois promove a emancipação, a autonomia e a liberdade dos sujeitos pelo uso da razão.

O aporte da teoria de Habermas no conceito de razão, carrega a influência do pensamento de Adorno e outros pensadores da Escola de Frankfurt. Habermas em sua obra "Teoria do agir comunicativo", estabelece críticas ao conceito de razão defendido por Max Weber, o qual possui como fim o fortalecimento do sistema político e econômico. Weber toma a ação racional orientada a fins, como conhecimento científico que é capaz de promover um ideal de progresso na sociedade. A perspectiva de Weber, bem como do positivismo e do pragmatismo endossam o fortalecimento da cultura do capital, no qual os interesses são de dominação de sujeitos sobre outros sujeitos e sobre a natureza.

Contra esses círculos que fortalecem o agir instrumental, Habermas propõe outra concepção de razão e de sujeito, que se orienta para o entendimento intersubjetivo pelo uso da linguagem. Mühl (2020) afirma que não existe mundo independente da linguagem ou mundo que não seja exprimível na linguagem, a linguagem é o espaço de expressividade do mundo, a instância de articulação de sua inteligibilidade. Por isso, afirma Oliveira:

> A filosofia primeira não é mais a pesquisa da natureza ou da essência das coisas ou dos entes (ontologia), nem também a reflexão sobre os conceitos da consciência ou da razão (filosofia transcendental), mas a reflexão sobre a significação ou sobre o sentido de expressões linguísticas (análise da linguagem). (OLIVEIRA, 1996, p. 266).

A base da Teoria da Ação Comunicativa, está na conexão entre ação e linguagem e agir e falar. Habermas atribui ao sujeito uma nova identidade, a identidade de sujeito comunicativo, o qual por meio do uso da linguagem procura promover o entendimento e o reconhecimento intersubjetivo.

Em Habermas, o conceito de agir comunicativo fundamenta-se na interação entre sujeitos capazes de falar e agir, e que estabelecem uma relação interpessoal, seja de modo verbal ou não.

> O conceito de agir comunicativo, por fim, refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais). Os atores buscam um entendimento sobre a situação da ação para, de maneira concordante, coordenar seus planos de ação e, com isso, suas ações. Nesse modelo de ação a linguagem assume, uma posição proeminente (HABERMAS, 2019, p. 166).

A teoria do agir comunicativo considera o homem ontologicamente como um ser de linguagem, e é através da linguagem que se integram a sociedade e se situam no mundo. É a linguagem o princípio da socialização e da intersubjetividade que confere significado às interações sociais.

Habermas contrapõe-se a teoria kantiana ao afirmar que o conhecimento não se centra na razão de um sujeito singular ou uma consciência transcendental, mas que este encontra-se nas relações subjetivas entre os sujeitos, de modo que ao buscarem o conhecimento de algo no mundo, tornam possível um entendimento entre eles a partir da linguagem. A teoria do agir comunicativo supera o primado da filosofia do eu, de um sujeito centrado em si mesmo que conhece e se relaciona com o mundo a partir de uma visão monológica. Habermas enfatiza a importância da esfera pública para a ação comunicativa, ou seja, as relações intersubjetivas e a linguagem.

Em síntese não existe mundo independente da linguagem, ou mundo que não seja exprimível na linguagem; a linguagem é o espaço da expressividade do mundo, a instância de articulação de sua inteligibilidade. (APEL, 1985).

A linguagem deixa de ser compreendida como instrumento de comunicação que localiza-se fora do conteúdo do pensamento e passa a ser compreendida como condição de possibilidade e de validade da compreensão do pensamento conceitual.

Para o filósofo de Frankfurt é fundamental compreender a passagem de uma racionalidade instrumental para uma racionalidade comunicativa, a qual valoriza as interfaces da linguagem nas relações intersubjetivas.

A racionalidade é um dos temas centrais do projeto filosófico de Habermas, pois, segundo afirma, este é o problema que justifica a existência da filosofia: "Pode inclusive dizer-se que o pensamento filosófico nasce da reflexão sobre a razão corporificada no conhecimento, na linguagem e na ação. O tema fundamental da filosofia é a razão" (HABERMAS, 2003a, p. 19).

Para Habermas (2003a, p. 31-32), a racionalidade relaciona-se com a forma com que os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso do conhecimento e não somente com a aquisição dele. Uma manifestação cumpre os pressupostos da racionalidade quando encarna um saber falível, guardando assim uma relação com o mundo objetivo e sendo acessível a um julgamento objetivo.

Segundo Habermas (2003a, p. 33), se partimos da utilização não comunicativa de um saber proposicional, estamos tomando uma decisão prévia em favor do conceito de racionalidade instrumental, o qual tem a conotação de uma autoafirmação com êxito no mundo objetivo, possibilitada pela capacidade de manipular e se adaptar às condições de um entorno não necessário. Por outro lado, se partimos da utilização comunicativa do saber proposicional, estamos tomando uma decisão prévia em favor de um conceito de racionalidade comunicativa, cuja conotação remonta à capacidade de reunir sem coações e de gerar consenso entre os sujeitos.

No agir instrumental a linguagem é instrumento para transmissão de informação, já no agir comunicativo a linguagem é fonte de integração social, e geradora de entendimento.

Ao explicitar o emprego da linguagem e seus modos, Habermas (2003a, p. 192) ressalta que um falante, ao executar seus atos de fala estabelece uma relação pragmática com:

1. O mundo objetivo, que refere-se à totalidade das entidades sobre as quais são possíveis enunciados verdadeiros, ou seja, há uma pretensão de validade.

2. O mundo social, que refere-se à totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas, ou seja, há uma pretensão de correção ou justiça.

3. O mundo subjetivo, que refere-se ao conjunto de vivências do falante às quais cada qual tem acesso privilegiado e pode manifestar-se verdadeiramente diante de um público, ou seja, há uma pretensão de sinceridade.

Estas manifestações comunicativas encontram-se inseridas no mundo da vida e estão simultaneamente nas relações que se estabelecem neste mundo. A teoria habermasiana aporta-se na possibilidade de fazer o uso da razão, para que se possa chegar ao reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade, e esta possibilidade se dá nas três dimensões acima, ou seja, as pretensões de validade encontram-se em um dos três mundos. Desse modo, a prática comunicativa possibilita aos participantes entrarem num processo argumentativo, no qual permanece sempre aberta a possibilidade de identificar e corrigir os erros, ou seja, de aprender com eles.

Na teoria habermasiana, a razão é procedimental, pois serão racionais não as proposições que correspondem à verdade objetiva, mas aquelas que forem validadas num processo argumentativo. Por isso, entende-se que o conceito de racionalidade comunicativa, ao apontar para a capacidade de agir sem coações e de produzir consensos mediante a fala argumentativa, permite que a linguagem estabeleça um entendimento não só acerca dos objetos, mas também sobre normas e formas de vidas que podem ser justas ou injustas.

Para tanto, a linguagem deve ser entendida não apenas como um recurso de representação, mas como um recurso pragmático da interação dos seres humanos entre si. Em outros termos, deve-se levar em conta as relações que se estabelecem entre os sujeitos quando se referem ao mundo e agem interativamente, utilizando-se da linguagem. Isso representa avançar na compreensão do processo de constituição do mundo e no entendimento da construção dos saberes através da abordagem pragmática ou teórico-comunicativa da racionalidade.

Vale destacar que, para Habermas, a racionalidade comunicativa contém em si mesma uma finalidade emancipadora que torna possível a manutenção do poder transformador da razão. Na finalidade da linguagem pragmática, o autor encontra elementos para restabelecer o poder da razão de normatizar e dar validade ao agir humano. "Vou desenvolver a tese", diz Habermas (2003a, p. 300), "de que todo o agente que atua comunicativamente tem que empenhar, na execução de qualquer ato de fala, pretensões universais de validade e supor que tais pretensões podem

desempenhar-se." Como falantes, os seres humanos participam de um entendimento racional e, no uso pragmático da linguagem, estabelecem tais entendimentos e constituem as estruturas do mundo da vida.

No paradigma da razão comunicativa, que concebe o saber como algo mediado pela comunicação e pela linguagem, a racionalidade da ação não reside no sujeito isolado, mas se manifesta na relação intersubjetiva e "a racionalidade encontra sua medida na capacidade de os participantes responsáveis da interação orientarem-se pelas pretensões de validade que estão assentadas no reconhecimento intersubjetivo" (HABERMAS, 2003a, p. 437).

Assim tem-se o ponto de aproximação entre Habermas e Freire que reside no fato dos dois autores conceber o homem como um ser de linguagem. Para Garcia (2005) em ambos os autores:

> A linguagem e a comunicação ocupam um lugar privilegiado na tematização de questões fundamentais da atualidade. De um lado, na concepção freireana, ressalta-se a importância do diálogo no processo de conscientização que resgata a importância do sujeito de ação em relação dialética com o mundo que busca conhecer e transformar. Por outro lado, na concepção habermasiana, a comunicação linguística implica a importância do consenso intersubjetivo na coordenação da ação dos sujeitos de ação para implementar propostas de políticas públicas ou para a resolução discursiva dos dissensos ou controvérsias públicas na esfera pública (GARCIA, 2005, p. 3).

A ação comunicativa-dialógica destaca-se na teoria dos dois autores, pois pela via do diálogo, pela via discursiva são problematizados aspectos do mundo da vida e do mundo dos oprimidos.

DIALOGICIDADE: A BUSCA DO ENTENDIMENTO COM O OUTRO

Paulo Freire desenvolveu uma teoria da educação com a ideia fundamental da formação política dos cidadãos, e com a compreensão de sujeitos que têm a possibilidade de construir sua própria história, ou seja, o ser humano é um ser histórico, inconcluso e não determinado. A teoria de Freire propõe a criação de oportunidades de fala aos oprimidos como caminho para a emancipação individual e coletiva.

Desse modo, a ação dialógica (linguagem) desempenha um papel fundamental na formação dos seres humanos, contribuindo com o

processo de construção e conscientização dos seres humanos enquanto seres inacabados e conscientes de seu inacabamento.

O inacabamento pressupõe uma intersubjetividade com a diversidade dos outros.

> Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em um movimento de busca. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros (FREIRE, 1996, p. 57-58).

Para Freire (2020a, p. 109) o diálogo é o encontro dos homens mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, a relação eu-tu. O diálogo é o caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Portanto, o diálogo é uma exigência existencial, antropológica. O diálogo é condição indispensável para a prática pedagógica, e para a transformação social.

Freire (2020a) ainda destaca que não há diálogo se não houver um profundo amor ao mundo e aos homens. O amor é compromisso com os homens. Também não há diálogo se não houver humildade. A pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante, afirma Freire (2020a, p. 111). A autossuficiência é incompatível com o diálogo. Outro aspecto fundamental para que haja o diálogo é a fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e refazer. Fé na vocação de ser mais, que não é um privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens.

> A fé nos homens é um dado a priori do diálogo. Por isto, existe antes mesmo de que ele se instale. O homem analógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles. Esta, contudo, não é uma ingênua fé. O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. (FREIRE, 2020a, p. 112).

Ao fundamentar-se no amor, na humildade e na fé dos homens, o diálogo adquire uma dimensão horizontal, uma relação intersubjetiva e comunicacional entre os seres humanos, alicerçados na esperança, sem a qual não há diálogo.

O diálogo possibilita aos seres humanos a reflexão em torno dos problemas da realidade política e social: "somos seres comunicativos, que nos comunicamos uns com os outros enquanto nos tornamos capazes de transformar nossa realidade" (FREIRE; SHOR, 2021, p. 123). É por meio das relações dialógicas que os homens e mulheres colaboram entre si e rompem com as relações de dominação, rompem com a antidialogicidade e promovem uma educação dialógica, horizontalizada e transformadora.

O diálogo é uma exigência da própria existência humana, é um encontro que promove a reflexão entre os sujeitos, no qual a palavra é expressa com intencionalidade, propiciando o ato de pensar e, também, a proposição de indagações e de questionamentos, visando a transformação das relações entre aqueles que dialogam.

De outro modo, Freire (2005, p. 64) afirma que "ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. Os homens se educam juntos na transformação do mundo". Nesse processo a prática educativa pressupõe a existência de sujeitos que, ao ensinarem, aprendem e, ao aprenderem, ensinam, situando-se aí o foco gnosiológico, pois, de acordo com Freire (1987b, p. 15), "[...] ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende do conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente."

Na pedagogia de Freire, encontra-se uma prática educativa que respeita a autonomia do sujeito no processo de formação, a qual é constante e ininterrupta na relação com os outros e suas diversidades. Neste sentido Freire, aponta a capacidade de ouvir com importância igual a da fala, pois ao ouvir o sujeito comunicante, este se compromete com o que diz ao ouvinte. Assim, esse processo gera uma postura crítica naquele que ouve e naquele que comunica, estabelecendo uma relação horizontalizada ao invés de verticalizada e opressora.

É na prática dialógica e dialética da vida concreta dos sujeitos pensantes que ocorre a abertura destes para outro mundo possível, ou seja, a abertura para o novo, abertura para o ser mais, a busca contínua de novas e melhores condições e possibilidades do seu ser enquanto existente. O diálogo impulsiona a abertura aos outros e possibilita a ação como sujeitos sociais, é pelo diálogo que surge a práxis social emancipadora.

A dialogicidade predomina na práxis de Freire, defensor de uma educação que não se baseie na "cultura do silêncio", que não silencie os educandos, mas que estimule sua intervenção, sua reflexão, sua disposição para o diálogo. Diálogo que implica a elaboração de argumentos que

possibilitem a transformação da realidade mediante a práxis, a construção do mundo e um projeto de emancipação política e social.

Freire (2020) na obra pedagogia do oprimido explicita que o diálogo é a conquista do mundo pelos sujeitos dialógicos, não de uns pelos outros, mas a conquista do mundo para libertação dos homens. Na concepção freiriana não é no silenciar que os seres humanos se fazem, mas na palavra, na ação-reflexão, ou seja, a práxis. Assim sendo o diálogo é o caminho no qual os homens ganham significação de homens, o diálogo portanto é uma exigência epistemológica.

Mühl (2003, p. 151) afirma que "é na ação dialógica que o mundo se humaniza e os homens ganham significado enquanto homens. O sentido da existência humana se faz pela ação dialógica que os seres humanos promovem entre si e pela forma de seu agir com a natureza e o mundo." Assim existe entre agir e pensar uma unidade dialética que não aceita dicotomia entre homem e mundo.

Se o diálogo é o encontro dos seres humanos para ser mais, não pode fazer-se na desesperança. Não há diálogo verdadeiro se não há nos sujeitos um pensar verdadeiro, um pensar crítico.

REFERÊNCIAS

APEL, Karl. O. **La transformación de la filosofia.** Madrid: Taurus, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 74. ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2020a.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 27. ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2020b.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade.** 50. ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2021b.

FREIRE, P. **À sombra desta Mangueira.** 13. ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2021c.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014d.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e Ousadia.** 14. ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2021a.

FREIRE, P**. Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, B, Z. **Escola pública, ação dialógica e ação comunicativa: a radicalidade democrática em Paulo Freire e Jürgen Habermas.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo:** racionalidade da ação e racionalização social. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a. vol. 1.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo:** sobre a crítica da razão funcionalista. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b. vol. 2.

KANT. I. Introdução a metafisica dos costumes. In: **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2013. Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento (Aufklärung)? In: Kant, I. **Textos seletos**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SCHMIED-KOWARZIK, W. **Pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire.** São Paulo, Brasiliense, 1983.

GAMBOA, S.S. A contribuição da pesquisa na formação docente. In: REALY, A.M.M.R. & MIZUKAMI, M. G. N. **Formação de professores:** tendências atuais. São Carlos: Edufscar, 2003, p. 116-130.

MARTINS, P. L. O. **Didática teórica/didática prática:** Para além do confronto. São Paulo, Loyola, 1989.

MÜHL, H. E. **Habermas e a Educação:** ação pedagógica como agir comunicativo. 2.ed. Curitiba: CRV, 2020.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de**. Currículos praticados:** entre a regulação e a emancipação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAULA, L. C. **Contribuições da práxis histórica de Paulo Freire às pesquisas e propostas sobre educação contínua de educadores(as).** 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis.** Trad. Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

A CONTRIBUIÇÃO ECONÔMICA NOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS DENTRO DO ÂMBITO EDUCACIONAL

Pedro Henrique Ferreira de Melo
Mestre em Ensino e Formação de Professores
http://lattes.cnpq.br/2128112340775773
pedro_hfm123@hotmail.com

RESUMO: O devido artigo vem tratar sobre as contribuições econômicas nos megaeventos esportivos no espaço escolar, tendo como vivência a sistematização dos conteúdos da Cultura Corporal na formação humana. Na metodologia utilizamos o materialismo histórico-dialético buscando compreender a totalidade. Já nos resultados tivemos índices satisfatórios em relação a compreensão e relevância da economia na elaboração dos megaeventos no campo educacional.

Palavras-chave: Economia; Megaeventos; Esporte.

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata de uma experiência sobre a contribuição econômica nos megaeventos esportivos no espaço escolar. Aqui tratamos dos Jogos Internos de 2022 enquanto megaevento de uma Escola da Rede Estadual de Alagoas.

O referido trabalho partiu da necessidade de compreender as contribuições da economia no desenvolvimento dos megaeventos, sejam estes de pequeno e/ou grande porte, em prol de que os discentes se apropriem e desfrutem do que a humanidade construiu a partir das relações humanas, e para que os mesmos consigam a emancipação humana de maneira crítica e reflexiva ao compreender a função econômica no esporte.

Antes de adentrarmos nas questões quem envolvem os quesitos econômicos no âmbito esportivo é de suma importância entender o esporte para além dessa dimensão. De acordo com Galatti e Paes (2006), o professor de Educação Física no trato com o fenômeno esporte no ambiente escolar, não deve ater-se apenas aos conteúdos relacionados à técnica e tática das diferentes modalidades, mais que isso, cabe a ele contribuir para a formação de cidadãos. Sendo assim, faz-se necessário entender e analisar o que é possível aproveitar, dentro e fora da escola, deste tipo de competição, para além do alto rendimento.

Dessa maneira, concordamos com o Coletivo de Autores (2012, p. 69-70) ao dizer que:

> O esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos, para determinar a forma em que deve ser abordado pedagogicamente no sentido de esporte 'da' escola e não como o esporte 'na' escola.

Partindo dessa prática do Esporte devemos elencar que "os megaeventos esportivos, para começar dizendo o óbvio, são as maiores invenções gerada pelo avanço científico e tecnológico, pela ganância econômica e pela sede de poder, durante o século XX" (Santin, 2009, p. 332).

Ligada ao avanço tecnológico e científico, temos o desenvolvimento da indústria cultural a partir dos séculos XIX e XX, onde se ampliou a quantidade de bens simbólicos não para ser utilizado apenas como

produtos industriais, mas sendo estes mesmos produtos como peças a serem negociadas. Para Mosco (2009), a Economia Política faz uma varredura na situação econômica por meio da indústria cultural, tendo como ponto de partida o modo de produção dos bens necessários à existência humana, o capitalismo, que acarreta no desenvolvimento do esporte uma relação de tempo-espaço no que diz respeito a apropriação dos bens culturais através da mercantilização, espacialização e estruturação.

Neste sentido, o esporte é um fenômeno sociocultural que a cada dia ganha mais visibilidade no Brasil e no mundo. É também, atualmente, um dos temas da cultura corporal e maior presença na Educação Física Escolar. O processo de esportivização da Educação Física Escolar suscita muitos questionamentos e tem fomentado discussões acerca de suas características e influências na formação dos estudantes.

Como hipótese, destacamos que uma das questões frequentemente levantada diz respeito à forte presença da competição no ambiente escolar. A realização de competições esportivas escolares especificamente, reflete a evolução do esporte tanto quanto potencializa discussões. Por um lado, existem aqueles que são contra a realização de competições que apenas reproduzem os moldes do esporte de alto rendimento, alegando que estas partem do princípio da exclusão e exaltam ânimos podendo gerar brigas e desafetos. Por outro lado, há aqueles que defendem valores morais e componentes educativos associados às experiências esportivas.

Justificamos esse trabalho partindo do Coletivo de Autores (2012, p. 70) ao frisar que:

> [...] o esporte subordina-se aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes, especialmente no momento em que se lhe atribuem valores educativos para justificá-lo no currículo escolar. No entanto, as características com que se reveste – exigência de um máximo rendimento atlético, norma de comparação do rendimento que idealiza o princípio de sobrepujar, regulamentação rígida (aceita no nível da competição máxima, as olimpíadas) e racionalização dos meios e técnicas – revelam que o processo educativo por ele provocado reproduz, inevitavelmente, as desigualdades sociais. [...].

Assim, podemos destacar que o esporte como fenômeno social e tema da cultura corporal, tendo como base os megaeventos, precisamos "[...] questionar suas normas, suas condições de adaptação à

realidade social e cultural da comunidade que o pratica, cria e recria" (Coletivo de Autores, 2012, p. 70).

Com isso, partimos do seguinte problema: Quais as contribuições econômicas em um megaevento esportivo na Escola Estadual Aurino Maciel, visando identificar possibilidades para repensar o ensino das atividades da Cultura Corporal como conteúdo da Educação Física? Já aos objetivos, trazemos o geral: analisar as contribuições econômicas em um megaevento esportivo na Escola Estadual Aurino Maciel, visando identificar possibilidades para repensar o ensino das atividades da Cultura Corporal como conteúdo da Educação Física. Os específicos: estudar as referências acerca das teorias econômicas no esporte e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem; problematizar os impactos que as ausências econômicas trazem para os megaeventos esportivos; fazer com que os discentes construam uma síntese sobre o conhecimento econômico nos megaeventos esportivos.

Fundamentamos o trabalho com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Pedagogia Histórico-critica, que prevê como ponto de partida a prática social, a problematização, a instrumentalização, a catarse e o retorno à prática social em outro patamar de conhecimentos e possibilidades de práxis. Sendo a prática social o ponto de partida e o ponto de chegada; a problematização parte das dificuldades que são evidenciadas nas aulas; a instrumentalização está ligada aos instrumentos teóricos e práticos que buscam resolver as problemáticas encontradas nas aulas; a catarse parte da criatividade, onde se efetiva a incorporação dos instrumentos culturais em elementos ativos de transformação social, e por fim, o retorno à prática social que é constituída pela construção do conhecimento sintetizado sobre a realidade (Saviani, 2003).

Com relação aos procedimentos próprios da investigação, referenciamo-nos no Materialismo Histórico-dialético (Andery *et al.*, 2004), que permite, a partir da realidade concreta, sistematizar dados concretos, buscar suas origens históricas, o desenvolvimento do grau atual do modo de vida.

ESPORTE MODERNO COMO MEGAEVENTO

No que abrange o contexto sócio-histórico-cultural do esporte moderno no que diz respeito às suas práticas corporais, é necessário entendermos o que Assis de Oliveira (2001, p. 71) vem frisar que "[...] para retraçar a gênese do esporte não interessa uma definição e sim uma

compreensão explicativa, um enredo capaz de dizer, não só o que é, mas como foi, como está e o que pode vir a ser".

Sendo assim, o mesmo destaca duas abordagens/pressupostos que são cruciais para compreendermos a essência do esporte moderno, sendo elas: abordagem historiográfica e sociológica. Na primeira, busca-se a origem das práticas corporais, isto é, através de uma perspectiva linear trazer o resgate histórico; já na segunda, explica o âmbito esportivo por meio de fenômenos culturais, filosóficos e sociais.

Neste sentido, concordamos com Santos (2014, p. 562) ao dizer que:

> A Economia Política da Comunicação tem como base dos seus estudos sobre as relações de poder e as estruturas de mercado da comunicação social à ubiquidade da mudança social, entendendo que as instituições e relações sociais estão em constante mudança. Com as premissas de pesquisa da Crítica à Economia Política, analisa-se as mudanças sócio-históricas no contexto da produção de bens simbólicos enquanto mercadorias.

O autor ainda destaca que:

> O desenvolvimento da Indústria Cultural a partir do século XIX e, principalmente, durante o século XX, ampliou a quantidade de bens simbólicos a não só serem utilizados para a venda de produtos industriais, mas sendo eles próprios apropriados enquanto produtos e/ou programas a serem negociados, seja diretamente com o público ou para se conseguir audiência e esta vir a ser a mercadoria principal intercambiada (Santos, 2014, p. 563).

É notório salientar que para assimilarmos as origens do esporte moderno é importante relacioná-lo com o sistema de produção, onde o esporte é regido pelo sistema econômico capitalista. Para isto Assis de Oliveira (2001, p. 85) traz:

> [...] a tônica dos discursos contra o profissionalismo, a disputa amador x profissional configura-se como consequência da luta pelo acesso e pela prática de esportes, com desdobramentos nas disputas esportivas. [...] a burguesia e a aristocracia querem guardar o esporte apenas para si e a noção e amador serve para este fim, pois apenas os ricos podem dispor de tempo livre para se dedicar à atividade esportiva. [...].

Assim, para explicar como se iniciou o esporte moderno devemos fazer o resgate das sociedades anteriores, nas quais destacamos o período da Antiguidade Greco-Romano, onde a prática esportiva era voltada para os guerreiros, oferendas e tributos aos deuses, e agradecimento pelo ápice agrícola; na Idade Média, o "poder" era dado à nobreza, ao senhor feudal, e a Igreja, enquanto que os camponeses quantos os escravos ficavam a margem da exclusão da vivência das práticas corporais.

No mundo contemporâneo, com o acontecimento da Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII surgiu o "esporte moderno", em que a educação física e o esporte passaram a ser vistos como sinônimo de saúde, ou seja, devido ao excesso de horas de trabalho quanto à exaustão de trabalhadores nas fábricas, era necessário que os indivíduos possuíssem corpos saudáveis, fortes, disciplinados para aguentarem a longa e intensa jornada de trabalho. Consoante o autor vemos que:

> [...] Segundo Bracht (1997b), nas sociedades tradicionais as práticas corporais estão embutidas em instituições como a religiosa e a militar, enquanto, na sociedade moderna, o esporte constitui uma nova instituição, autonomizando-se em relação àquelas. Autonomia que também pode ser entendida de forma relativa, dada a interdependência com diversas outras instituições (Assis de Oliveira, 2001, p. 74-75).

Com isso, são formadas duas classes sociais: de um lado a "classe burguesa" e do outro a "classe trabalhadora", porém, devido à "falta de tempo", as práticas corporais eram vivenciadas unicamente pela classe dominante, neste caso, a burguesia.

Entretanto, detectamos três pilares do esporte: "[...] a crescente competitividade, a seriedade no modo de envolvimento, e a orientação para os resultados. [...]" (ASSIS DE OLIVEIRA, 2001, p. 86).

Como o esporte está vinculado ao modelo socioeconômico, vemos que o Estado atua de forma significativa e ativa nessa administração, em que "[...] as organizações esportivas passam a cumprir funções públicas, nas quais o Estado tem interesses e suas relações com ele parecem ser extremamente estáveis, diferentemente do que ocorre com o setor da economia. [...]" (Assis de Oliveira, 2001, p. 89).

METODOLOGIA

O estudo desenvolve aproximações ao Materialismo Histórico-Dialético. Tal método possibilita uma visão crítica para a compreensão do objeto em estudo. A escolha deste se origina da utilização do mesmo como:

> [...] hipótese metodológica e marco referencial teórico porque suas categorias e leis, [...] permite uma leitura mais adequada da realidade [...] de um lado, dos nexos internos entre a escola e sociedade, entre a prática pedagógica e projeto histórico e, do outro, do pensamento teórico-científico atual, de suas peculiaridades e aspirações de futuro (CHAVES; Sánchez Gamboa; Taffarel, 2003, p. 61).

Assim, compreendendo que este método possibilita a explicação do real, consideramos segundo Andery *et al.* (2004, p. 401), a afirmação de Marx que "o trabalho é à base da sociedade e a característica fundamental do ser humano, é através do trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, transforma e faz a história". A categoria trabalho torna-se essencial, pois, permite-nos explicar o "mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permite antever o futuro e propor uma prática transformadora ao homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade" (Ibidem *et al.*, 2004, p. 401). Tal teoria do conhecimento proporciona condições para explicar o real. Desta forma, destacamos que:

> A articulação entre os vários níveis supõe um processo compreensivo. As técnicas não podem ser entendidas em si mesmas, sua compreensão está no método. Técnicas e métodos não estão separados. É o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os instrumentos necessários para a elaboração do conhecimento. As opções técnicas dependem dos caminhos a serem percorridos e dos procedimentos a serem desenvolvidos. Nesse sentido, os métodos são mais abrangentes do que as técnicas. As técnicas só têm sentido dentro das abordagens metodológicas. De igual forma, os métodos não têm sentido em si mesmos, a não ser relacionados com as teorias explicativas ou compreensivas do fenômeno pesquisado [...] (Sánchez Gamboa, 2010, p. 105-106).

A partir desta lógica compreensiva e progressiva, a superação do reducionismo técnico exige remeter opções dos paradigmas/modelos epistemológicos de pesquisa. Isso significa dizer que a pesquisa exige

não apenas opções técnicas, mas fundamentalmente a articulação lógica destas com outros níveis epistemológicos, teórico-metodológicos, que são denominados como abordagem epistemológica de se fazer pesquisa.

Buscamos a descrição da experiência de alunos e professores envolvidos com as contribuições econômicas nos megaeventos nos espaços educacionais, onde as tais atividades foram feitas por meio de questionário, descrevendo suas experiências associadas ao sentido e o significado dos Jogos Escolares interligado aos quesitos da economia. Foram convidados a participar professores de educação física e alunos do ensino fundamental de instituição envolvida. Os relatos sustentaram a discussão teórica fornecendo categorias que serão aprofundadas em diálogo com a literatura existente, sendo que esta pesquisa pode nos auxiliar a compreender um pouco mais sobre a presença do fenômeno esportivo e da competição no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do contato direto com o megaevento escolar, pudemos levantar dados, sistematizá-los, compreender e explicar em um grau teórico mais elevado a respeito das contribuições econômicas nos eventos esportivos.

No tocante ao modo de produção capitalista, vemos que o esporte em seu contexto totalitário deve partir de uma produção histórico-cultural. Nota-se que:

> [...] o esporte subordina-se aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes, especialmente no momento em que se lhe atribuem valores educativos para justificá-lo no currículo escolar. [...] (Coletivo de Autores, 2012, p. 70).

Por outro lado, é de suma importância entender que os pressupostos do esporte dentro dos megaeventos precisam estar interligados com o sistema econômico para que sua realização possa de fato se concretizar. Porém, devemos deixar claro que o principal intuito é promover ensino-aprendizagem no corpo discente, para que assim, os mesmos consigam vivenciar, aprender e interpretar de maneira crítica e humanizada a relevância da economia no âmbito esportivo para elaboração dos megaeventos.

Na organização do campeonato cada professor tornou-se responsável por sua(s) turma(s), desde a leitura do regulamento, até o mo-

mento da premiação, que foi feita ao final do campeonato. Então, os professores permaneceram em contato direto com a(s) turma(s) em que leciona(m), tornando-se parte daquela(s) instituição(ões), em papéis que se alternavam entre professor, técnico e motivador. Constatou-se que a relação entre os professores e estudantes se dava por meio da relativização, buscando assim, levar os alunos a apropriação dos conteúdos dos esportes e entender a estrutura dos megaeventos relacionado a economia e sua importância no âmbito da Educação Física Escolar.

Durante a entrevista com os professores responsáveis foram debatidos a importância da relação professor-aluno e suas influências futuras. O objetivo central do campeonato consiste na aprendizagem dos megaeventos esportivos. Foi debatido que houve melhorias na interação entre professores e alunos, e também no rendimento pedagógico.

Essa constatação vai ao encontro com o que Rogers (1983) defende sobre a relação professor-aluno e suas possibilidades, onde alega que a facilitação da aprendizagem significativa se baseia na qualidade das atitudes que existem no relacionamento professor aluno e sua interação.

O Coletivo de Autores (2012, p. 70) diz que:

> Para o programa de esporte se apresenta a exigência de 'desmitificá-lo' através da oferta, na escola, do conhecimento que permita aos alunos criticá-lo dentro de um determinado contexto socioeconômico-político-cultural. Esse conhecimento deve promover, também, a compreensão de que a prática esportiva deve ter o significado de valores e normas que assegurem o direito à prática do esporte.

Este programa esporte deve abarcar desde o princípio suas características básicas, isto é, partindo dos jogos que abrangem regras implícitas até aqueles institucionalizados por regras específicas, sendo importante que seu ensino não seja direcionado apenas aos gestos técnicos, mas sim, a sua totalidade.

Para Bordenave e Pereira (1977), o ensino torna-se mais eficaz quando o professor conhece sua natureza das diferenças entre os alunos. Durante uma competição no qual o aluno está sujeito a diversas emoções e podendo compartilhá-las com o professor que o acompanha acontece uma troca, onde o professor consegue conhecer um pouco mais sobre o aluno como ser social e suas emoções, sendo assim ele poderá usar tais conhecimentos sobre o aluno para auxílio em sua regência. Também ficou evidenciado o sério envolvimento dos estudantes

no evento, o que tem como consequência a reivindicação que querem participar dos Jogos Escolares no ano seguinte.

Outro fator a ser considerado são que os professores entrevistados revelaram também que o índice de notas abaixo da média dos alunos diminuiu de maneira considerável em relação ao período que antecedeu o campeonato, além de criarem uma maior identificação com a escola, estabeleceram laços de união entre as turmas, aumentaram a responsabilidade com as obrigações escolares e houve um maior respeito e compromisso entre o próprio corpo docente da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a formulação dos megaeventos tendo como base as contribuições econômicas para o desenvolvimento dos megaeventos dentro do esporte, deixando claro que o modo de produção tem como proposta extinguir e excluir o acesso da classe trabalhadora a este meio de produção cultural que foi elaborada e sistematizada pela humanidade ao longo do processo histórico. A ideia central defendida é a de que a escola pode, ao invés de reproduzir as práticas de esporte hegemônico, produzir uma cultura escolar de esporte, estabelecendo uma relação de tensão permanente. Para chegar à emancipação crítica do esporte é de extrema necessidade partir de Políticas Públicas e Políticas Democráticas de práticas esportivas que possam agir na "transformação social" como ponto de partida e de chegada.

As práticas observadas desde a construção do campeonato até o fim do ano letivo mostram que os megaeventos podem, de maneira estruturada, facilitar e promover a relação professor-aluno, alcançando melhorias pedagógicas no desempenho do aluno que participa. Um aspecto que não pode ser esquecido pela dificuldade em identificar e classificar os possíveis benefícios com objetividade e subjetividade. Trata-se do fato de que os megaeventos esportivos têm a capacidade de mobilizar milhões de pessoas em todos os países, independentemente de cultura, idade, ideologia ou nível social.

Esta imensa potencialidade mobilizadora se deve a dois fatores. Primeiro, porque o esporte é visto como um fator positivo de sociabilidade, de saúde e de proteção a desvios de conduta, como a drogadição, ainda que crenças abaladas pelos fatos. Segundo, porque há a possibilidade de participação universal segundo as condições pessoais: participante, torcedor e telespectador. E por fim, deve ser considerado que o

esporte é um fenômeno social envolvente, dinâmico, sedutor, apaixonante, que quando bem conduzido pode produzir aproximação entre os atores envolvidos, no qual prevalece o respeito, a compreensão, o companheirismo e apropriação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANDERY, M. A. *et al*. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2004.

ASSIS DE OLIVEIRA, S. Rolando a Bola... Realidades e Possibilidades do Esporte. In: ASSIS DE OLIVEIRA, S. **A Reinvenção do Esporte**: Possibilidades da Prática Pedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001. – (Coleção Educação Física e Esporte), pp. 71-194.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1977.

CHAVES, M., SÁNCHEZ GAMBOA, S.; TAFFAREL, C. N. Z. (Orgs.). **Prática Pedagógica e Produção do Conhecimento em Educação Física & Esporte e Lazer**. Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer [LEPEL/UFAL/UFBA]. Maceió: Edufal, 2003.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

GALATTI, L. R.; PAES, R. R. Fundamentos da pedagogia do esporte no cenário escolar. **Revista Movimento e Percepção, Espírito Santo do Pinhal**, SP, v. 6, n. 9, jul/dez, 2006.

MOSCO, V. **La Economía Política de la Comunicación**. Barcelona: Bosch, 2009.

ROGERS, C. R. O Relacionamento Interpessoal na Facilitação da Aprendizagem. In: **Liberdade para Aprender**. 2 ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1983. pp.103-28.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. A. **Epistemologia da Educação Física**: as inter-relações necessárias. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

SANTOS, A. D. G. dos. Os três pontos de entrada da economia política no futebol. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 561-575, abril/junho 2014.

SANTIN, S. Megaeventos Esportivos no Brasil: benefícios – contradições. **Motrivivência**. Ano XXI, Nº 32/33, pp.332-334. Jun-Dez./2009.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Luciano Araújo Lima
Mestrando em Intervenção Educativa Social
http://lattes.cnpq.br/2796699810324068
arjlima@gmail.com

Nadjanara Lopes de Abreu Araújo
Pós-graduada em Gestão Escolar
http://lattes.cnpq.br/9811303243688761
nadjanaralopes@gmail.com

RESUMO: Projetos Sociais que contemplem a Educação Especial e a inclusão escolar de pessoas com deficiência nas unidades de ensino é um tema extremamente importante, contudo, polêmico, pois levanta inúmeras questões pertinentes não apenas a aceitação da matrícula do estudante, mas ao seu acesso e permanência da escola. A elaboração de Projetos sociais é de grande importância para atender aspectos que as instituições governamentais e entidades não conseguem contemplar, por inúmeros motivos que aqui não iremos discutir. A elaboração de projetos Sociais na educação inclusiva é um tema pertinente e que precisa de atenção. Historicamente o nosso país é preconceituoso e presenciamos diariamente atitudes discriminatórias, mesmo que não intencionalmente, inseridas em nosso cotidiano e falas. Baseado nesta premissa, este artigo visa apresentar a importância dos Projetos Sociais e realizar uma breve análise do percurso histórico das políticas públicas que marcaram a inclusão escolar no Brasil e no mundo. Esta

pesquisa é de cunho documental, bibliográfico e apresenta discussões pertinentes sobre a temática em questão.

Palavras-chave: Inclusão; Políticas; Educação; Projetos Sociais.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende um artigo de revisão bibliográfica, que tem como tema a *Elaboração e gestão de projetos sociais no âmbito da educação inclusiva*. Sabemos que a Educação Inclusiva já é um direito estabelecido, com legislação vigente que defende e apoia a causa da necessidade educacional especializada. Porém, essa conquista não foi fácil e passou por uma série de lutas para alcançar as conquistas atuais.

Ressaltamos, porém, que apenas a legislação não é suficiente para atender as demandas da inclusão e acessibilidade, assim, mesmo com a lei a favor da inclusão, precisamos usar nosso senso de responsabilidade social para contribuir de forma significativa para as demandas dos deficientes e de pessoas que tem necessidade educacionais especiais, que incluem não apenas, a obrigatoriedade da matrícula, mas estratégias que viabilizem sua permanência na escola. Entre as estratégias devem ser pensadas, além de adequações da estrutura física das unidades escolares, equipamentos e materiais adaptados com tecnologia assistiva, comunicação alternativa, disponibilização de profissionais especializados para atender as necessidades e transformações do contexto social com conscientização e quebra do preconceito.

Para levantar esta discussão e embasar a necessidade de Projetos Sociais neste contexto, iniciaremos este trabalho realizando uma breve discussão acerca das interfaces dos projetos sociais e da necessidade de observação das demandas e necessidades diante da realidade observada, além de tratar da importância dos projetos para um impacto significativo na sociedade. Como justificativa da importância de projetos nesta área, trazemos em seguida o breve histórico das lutas e conquistas da educação especial ao longo dos anos, baseado em nossa legislação nacional e internacional.

A pesquisa é de cunho documental e bibliográfico e tem como objetivo instigar discussões que nos tirem da zona de conforto e nos façam refletir sobre as demandas e necessidades dos deficientes físicos, cegos, surdos, mudos, autistas, entre outros indivíduos que necessitam de cuidados e atenção diferenciados, e tem o direito de receber educação e ter disponível acessibilidade e inclusão em sua essência.

A necessidade de projetos sociais fica evidente a medida que percebemos que as políticas públicas e o governo não conseguem sozinhas, atender as demandas e necessidades deste grupo de indivíduos, historicamente excluídos.

Para tratar da questão em análise, incialmente abordaremos as interfaces e nuances dos Projetos Sociais, no tópico dois, na busca de compreender sua definição, impactos e importância. Após este levantamento e análise, realizaremos, no tópico três, uma breve imersão histórica das Políticas Educacionais de Inclusão, esclarecendo o cenário atual, em especial, em nosso país. A análise da trajetória evolutiva destas políticas auxiliará a montagem do panorama desta realidade a fim de perceber as demandas existentes e a necessidade de parcerias. O trabalho de pesquisa bibliográfica, e utilizará como fontes de pesquisa autores que tratam sobre Projetos Sociais como Stephanou (2003) e Freitas (2001), bem como Educação Inclusiva, inclusive a legislação vigente neste aspecto.

2 PROJETOS SOCIAIS E SUAS INTERFACES

Para esclarecer e compreendermos a temática, iniciaremos elencando e definindo o conceito de Projeto, com base em diversos autores. Segundo a ONU (1984), "projeto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados".

Com base na norma ISO 10.006 (diretrizes de qualidade de gerenciamento de projetos), projeto é "um processo único, consistindo de um grupo de atividades coordenadas e controladas com datas para início e término, empreendido para alcance de um objetivo conforme requisitos específicos, incluindo limitações de tempo, custo e recursos".

Assim, apesar de ter um conceito extremamente amplo, podemos entender como um documento norteador que direciona o trabalho a fim de alcançar objetivos estabelecidos com base em pesquisas e análises de dados e realidades observadas. Partindo desta premissa, destacamos a questão dos Projetos Sociais. Segundo documento apresentado pelo Ministério da Cidadania do Governo Federal, que apresenta uma espécie de Guia para elaboração de projetos sociais, podemos entender projeto social como "uma forma de organizar ações para transformar uma determinada realidade social ou institucional. Projetos sociais

são ferramentas (instrumentos) de trabalho, articuladas de forma a melhorar as ações e resultados desenvolvidos por alguma organização".

Ainda tratando sobre o conceito de projeto social, segundo Leila Bomfim (2004, 64) entende projeto como: "um conjunto de hipóteses acerca de uma situação problemática e das estratégias de solução, de forma que o futuro seja diferente da situação presente".

Assim, podemos afirmar que o projeto surge de uma necessidade observada e propõe uma resposta a um problema identificado, trazendo uma resposta ou contribuição relevante para uma questão concreta e pertinente. Desta forma, pensando nas questões sociais, entendemos Projetos Sociais como instrumentos úteis e importantes para assegurar os enfrentamentos de dilemas e percalços dos grupos menos favorecidos.

De acordo com André Freitas (2001, p, 49), "para o enfretamento das questões sociais precisamos mais do que vontade de acertar. A competência técnica para propor, conduzir e avaliar intervenções no campo social deve ser buscada, seja através da capacitação dos executores, seja por meio da contratação de consultoria externa ou coordenação técnica de especialistas". Sendo assim, um projeto social é elaborado a partir de questões de desigualdade e injustiça, buscando por meio de parceiras as mudanças social e ambiental desejada.

Ainda com base nas definições da Organização das Nações Unidas (ONU, 1984), um projeto social nasce de um planejamento que tem como objetivo solucionar determinados problemas, ou mesmo, atender a algum tipo de carência de uma região ou grupo de pessoas. Portanto, o projeto social só existe se realmente houver alguma necessidade ou demanda, que não esteja sendo atendida pelo Estado. Por isso, que para a sua elaboração é necessário um diagnóstico social, a fim de averiguar os problemas e necessidades de determinada região, comunidade ou grupo. Esse levantamento de dados pode ser feito por meio de entrevistas, distribuir questionários, ou mesmo, conversar com os moradores da comunidade.

Diante do exposto, salienta-se que o projeto social é base para a cidadania e a estratégia para o cumprimento da legislação.

> Diferente de uma concepção assistencial, os projetos sociais se inscrevem num horizonte de construção de direitos e afirmação cidadã. Sua ênfase é a noção de justiça social, o que somente pode ser alcançado através da participação e do exercício da cidadania. (STEPHANOU, 2003. p. 25).

Nesse contexto, os projetos sociais fomentam o acesso às políticas públicas diversas, inclusive aos direitos da pessoa com necessidades especiais – PNE, contribuindo para o pleno exercício da cidadania. É uma estratégia de cidadania e conscientização, despertando temáticas que muitas, Luis Stephanou (2003), argumenta:

> O projeto social facilita o estabelecimento de parcerias entre atores sociais que, embora não compartilhem a mesma visão em termos de política global, estão dispostos a agir conjuntamente em intervenções delimitadas (parcerias inter-governos que possuem programas diferenciados; parcerias entre órgãos públicos e a iniciativa privada, organizações comunitárias, ONGs etc. (STEPHANOU, 2003, p. 16).

Esse tipo de ação movimenta a sociedade, promove parcerias, mobiliza, sensibiliza e motiva quem deseja apoiar a causa, bem como a população em geral, impulsionando novas ações e gerando resultados significativos e compensatórios. Apostando na educação como instituição transformadora e de grande relevância para a promoção das mudanças sociais, acreditamos que apoiar e contribuir para uma educação de qualidade e auxiliar na formação de nossos jovens e crianças, se faz essencial para a transformação que almejamos. Assim, nosso foco será sempre as parcerias que possam estabelecer boas conexões e impulsionar as ações para o alcance dos objetivos estabelecidos.

3 TRAJETÓRIA EVOLUTIVA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO

Apesar da Educação Inclusiva fazer parte de diversas Políticas Públicas que defendem e asseguram a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular, ainda precisamos evoluir muito em relação ao atendimento verdadeiramente inclusivo, contemplando não apenas a matrícula dos alunos com deficiência nas unidades de ensino, mas indo além, e realizando ações de acessibilidade e conscientização em nosso cotidiano. Inclusão e acessibilidade não é uma tarefa fácil, por isso, realizaremos um breve resgate histórico a fim de demonstrar os caminhos percorridos e, que mesmo com tantas lutas, ainda há uma imensidão de ações a serem efetivados para atender o mínimo de respeito aos direitos conquistados.

Para realizar um resgate histórico sobre as ações governamentais das últimas décadas e fazer um breve percurso histórico das políticas educacionais nacionais e internacionais que tratam sobre a inclusão e acessibi-

lidade, se faz importante analisar desde os primeiros documentos oficiais legais registrados, iniciando em 1948, já que a base dos direitos de igualdade e da educação acessível para todos se faz presente na Declaração Universal dos Direitos do Homem (Brasil, 1948). Em seu artigo 2º estabelece: "todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, [...], ou qualquer outra condição", consequentemente, da educação, pois de acordo com o mesmo documento, agora no artigo 26º afirma que "toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório".

Após este documento, encontramos registro em 1960, quando ocorre a Convenção contra a Discriminação na Educação, uma Reunião Geral da UNESCO em Paris, onde foram lançadas as bases para políticas contra a exclusão e a discriminação na educação, primeiro instrumento internacional que trata de forma abrangente o direito à educação e é vinculante no direito internacional (BRASIL, 1960).

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases, lei nº 5.692/71 (revogada), já levantava a questão de alunos com deficiências, no seu artigo 9º previa tratamento especial para os então chamados, excepcionais:

> Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação

Em 1975 ocorre a proclamação da Declaração Universal dos Direitos das Pessoas Deficientes (DUDPD), quando as pessoas com deficiência passaram a possuir direitos fundamentais já contemplados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 para seus concidadãos, garantindo assim que as pessoas com deficiência gozassem dos mesmos "[...] direitos civis e políticos que outros seres humanos [...] direito a educação [...] e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social" (ONU, 1975). A luta e movimentos de pais e pessoas com deficiência continuaram contra a ideia de segregação, revisando e tornando as ações mais claras e específicas.

Após esta data, em nosso país, destaca-se a nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988) que aborda, em seu artigo 5º a questão a igual-

dade: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". A Educação é referida na Constituição Federal, como "direito de todos e dever do Estado", no artigo 205 declara:

> Art. 205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 89).

Em 1990, ocorreu outro movimento internacional, a Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia, um dos eventos mais importantes e determinantes para a constituição das políticas de inclusão. Neste evento foi apresentado um panorama mundial da educação e ratificou que "sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social" (BRASIL, 1990), colocando em destaque o compromisso que os países membros deveriam ter para tornar concreto o acesso universal à educação, inclusive inserindo as pessoas com deficiência como uma das categorias prioritárias no atendimento desse direito. Este documento apresenta um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e em seu artigo 3º sobre universalizar o acesso à educação e promover a equidade afirma: "As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo". O mesmo documento aborda a sobre a necessidade de proporcionar um ambiente adequado de aprendizagem, incluindo "assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional". (BRASIL, 1990)

Destaque para Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca na Espanha em 1994, proclamado que "aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular" (BRASIL, 1994), com garantias de atendimento às suas necessidades educacionais, além de assegurar espaço para uma ampla discussão sobre a necessidade de os governos contemplarem propostas que reconhecessem a diversidade dos alunos e os meios e modos para garanti-las. Como resultado da Conferência culminou na elaboração do documento intitulado Declaração de Salamanca sobre os princípios, política e práticas em educação especial.

No Brasil, no mesmo ano, publica-se o documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da integração instrucional,

que traz em suas diretrizes a possibilidade dos alunos com deficiência participarem de atividades programadas para sua inserção aos grupos ou às classes dos ditos normais (BRASIL, 2010, p. 12).

A partir de então houve uma forte mudança de concepção quanto a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais/deficiência, assegurando a inclusão preferencialmente na rede regular de ensino, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394 (BRASIL, 1996). Em seus artigos 58 a 60 tratam especificamente da Educação Especial, sua definição, métodos e recursos, a necessidade de professores especializados, bem como que seria na própria rede regular de ensino. Por sua importância e tratamento específico, os artigos citados são transcritos abaixo:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
> § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.
> § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
> § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
> Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
> I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
> II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
> III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
> IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho

> competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
> V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
> Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.
> Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

A LDB ainda em seus artigos nº 205 e 206, aborda, respectivamente da educação como direitos de todos e da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
> VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
> VII – garantia de padrão de qualidade.

Na sequência ocorre um evento de suma importância, no ano de 1999, a Convenção Interamericana para Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência. Este evento reconhece as múltiplas formas de discriminação e "tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de eficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade." (BRASIL, 1999)

A Convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2001).

Em 2001 também publica-se Resolução da CNE/CEB, nº 02, que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Em seu artigo 2º determina que os institutos de ensino devam matricular todos os alunos, assegurando uma educação de qualidade para todos. Segundo a compreensão dada pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,

> por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (Res. CNE/CEB n. 02/2001, art. 3º).

Em 2004, através do decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. O decreto nº 5.626/2005 que regulamentou a lei nº 10.436, discorre, além de outras coisas, sobre a Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores.

No ano de 2006 a ONU aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, definindo-a como o resultado da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras, nas atitudes e nos ambientes, que impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. No seu artigo 204, que trata exclusivamente sobre educação, desde educação básica ao ensino superior, destaca-se que,

> Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação

> e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida [...]. (BRASIL, 2006)

Em 2006 também foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação em Direitos Humanos, que abrange programas voltados para a educação básica e a educação superior, baseado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social.

No ano de 2007, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação, que abrange programas voltados para a educação básica e a educação superior. No que diz respeito à educação inclusiva, o PDE, implementa um amplo programa com o propósito de transformar os sistemas de ensino, para o andamento das políticas de inclusão e pelo respeito à diversidade. Destaca-se, nesse plano, o programa da formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica e o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

O Ministério da Educação (MEC), em 2008, lança a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esse documento traz os objetivos e as diretrizes que devem nortear a educação especial na perspectiva da inclusão e faz um breve levantamento dos marcos históricos e normativos conceituando a educação especial e seu público. Tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, e orienta os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo a transversalidade da educação especial em todos os níveis, o atendimento educacional especializado, a formação de professores e profissionais da área para o atendimento educacional especializado, a participação da família e da comunidade, e a acessibilidade mobilidade e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.

Em 2009, o governo brasileiro, por meio do Decreto Nº 6.949/2009, firma o compromisso de reconhecer a importância da acessibilidade para que as pessoas com deficiência possam gozar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e de assegurar que o sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis (BRASIL, 2010).

No ano de 2011, foi promulgado o decreto 7.611/01, que dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Em seu artigo 2º afirma "a educação especial deve garantir os ser-

viços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação".

Em 2013, a Lei 9.394/96 sofreu alterações em seu artigo 4º, inciso III, alterado pela Lei 12.796/13 e fica estabelecido "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino".

Em 2014, o Plano Nacional de Educação, estabelece metas e estratégias para serem alcançadas até o ano de 2014, e em sua meta 4 estabelece:

> Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A Lei nº 13.146/15, a popular Lei Brasileira de Inclusão, denominada como Estatuto da Pessoa com Deficiência, entrou em vigor no dia 02 de janeiro de 2016, destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Tratando sobre o direito a educação, argui:

> Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
> Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, é um documento implantado para guiar práticas escolares no âmbito nacional, no sentido de estabelecer a necessidade de cada ente federado elaborar

ou reelaborar seus currículos, e a partir disso, que cada instituição escolar possa elaborar seu Projeto Político Pedagógico ou sua Proposta Pedagógica, no sentido de considerar as necessidades, os interesses e as potencialidade de cada estudante. Este documento faz referência a educação necessária para a pessoas com deficiência, em sua introdução, ao mencionar a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O decreto 10.502/20, institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da Vida. As principais mudanças estabelecidas neste decreto colocar a possibilidade de escolha, por parte da família, do local onde a criança com deficiência pode estudar em: escola regular, escolas especializadas, classes especializadas, escolas bilíngues de surdos, escolas regulares inclusivas, entre outras.

Apesar de termos políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na educação, e reconhecermos a sua importância, também admitimos que é um processo que está em evolução, em vistas a assegurar a universalização do acesso, a garantia de inserção destes alunos com deficiência em escolas regulares e o atendimento educacional especializado, ao ensino superior com condições de acessibilidade e sua permanência. Porém, entendemos que mais importante ainda é a luta histórica das pessoas com deficiência e suas famílias em prol de seus direitos.

A evolução histórica das leis demonstram a necessidade do constante repensar, em transformação de pensamentos e concepções percebidos pelas mudanças de nomenclaturas e até mesmo da ampliação dos direitos, benefícios e compreensão das necessidades de pessoas com deficiência. Respeitar as diferenças não é uma opção, porém um novo olhar criterioso sobre as estratégias de inclusão é essencial. O caminho para educação inclusiva ainda não foi concluído. Os avanços são nítidos, porém, ainda insuficientes e, provavelmente, sempre serão. Ratificamos a importância de reconhecer a diversidade humana como uma condição basilar da justiça social.

4 CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho é salientar a necessidade da criação de Projetos Sociais voltados a inclusão e acessibilidade, em especial se tratando da Educação inclusiva, como forma de contribuir de forma assertiva na formação de nossos jovens, tanto os que tem algum tipo de deficiência, quanto nossos jovens que não tem deficiência declarada aprenderem a conviver, aceitar e respeitar as diferenças, inclusive conhecendo os direitos e deveres.

Além disso, sabemos que apenas a legislação não é suficiente para assegurar a inclusão de todos. Faltam meios, recursos, adaptações, atitudes que contribuam para assegurar esse direito a toda população, independente do tipo de deficiência ou necessidades que apresente.

Assim, acreditamos que a partir da identificação de demandas relacionadas às necessidades de indivíduos que tenham deficiência, podemos contribuir de forma significativa com estratégias que viabilizem a inclusão. Entre estas estratégias salientamos a parceria com entidades públicas ou privadas que se interessem em tecnologia assistida, acessibilidade, comunicação alternativa, que contemple pessoas cegas, surdas, autistas, deficientes físicos.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Leila. **Elaboração de projetos para o terceiro setor**: entre a criatividade e a lógica, p.59-75. In: VOLTOLINI, R. (organizador). Terceiro Setor: planejamento e gestão. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/ Tailândia, 1990.

BRASIL. **Decreto nº 6.949/2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nova York: 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Diário Oficial da União, Presidência da República. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial (MEC/ SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Especial/Inclusiva.** Metas do PNE. **Lei n° 13.005/2014.** Plano Nacional de Educação. Disponível em: (moderna.com.br) Acesso em 05/04/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: (jusbrasil.com.br) Acesso em 05/04/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I. P. 27834-27841.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Brasília, DF, 2001. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 03 dez. 2005. Seção I. P. 28.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especiali-

zado e revoga o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Seção 1, p. 2.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Brasilia: MEC/Consed/Undine, 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. **Política nacional de educação especial**: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida – PNEE : Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.

BRASIL. UNESCO, **Declaração Universal dos Direitos Humanos** –ONU. 1948.

BRASIL. UNESCO. **Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino.** 1960.

FREITAS, André Sales. **Projetos Sociais.** Porto Alegre: Alvorada, 2000.

ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975.

STEPHANOU, Luis *et al*. **Guia para elaboração de projetos sociais**. Porto Alegre: Fundação Luterana, 2003.

EQUILÍBRIO E PLANEJAMENTO FISCAL NOS MUNICÍPIOS AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS REDUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL: EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE

Horácio Pires Leite
Pós-graduado em Gestão Pública
http://lattes.cnpq.br/0746750480030916
horacioleite@yahoo.com.br

Marcelo Rene Teixeira de Oliveira
Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal
http://lattes.cnpq.br/9084797491186478

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a influência, da arrecadação do imposto sobre serviços - ISS, da despesa com pessoal, no equilíbrio fiscal dos Municípios, segundo os preceitos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, da Lei Complementar Federal nº 116, da Lei de Responsabilidade Fiscal e das demais normas específicas sobre o tema, com análise do caso concreto do Município de Olinda/PE. A metodologia utilizada na elaboração do artigo consistiu em pesquisa e inferências bibliográficas, enfatizando-se citações da melhor doutrina e jurisprudências sobre o tema, imprescindíveis de observação pela administração pública, além de consulta ao trabalho realizado pela Diretoria de Administração Tributária e Controladoria Geral do Município

de Olinda/PE, para fins de incremento de arrecadação do ISS, especificamente sobre a área de construção civil, além da análise da influência da terceirização de mão de obra na redução da despesa de pessoal. No tocante aos serviços relacionados à construção civil, estes estão regulamentados na Lei Complementar Federal nº 116/2003, da qual, após a edição, surgiu controvérsia sobre a possibilidade de dedução do valor dos materiais usados na prestação de serviços. Em relação à despesa pública de pessoal, assim como na receita, o impacto no equilíbrio fiscal é direto, podendo ser positivo ou negativo, notadamente quando considera-se a terceirização, que quando feita dentro dos requisitos legais e observando-se as melhores práticas da administração pública gerencial, tem como resultado a diminuição do índice de despesa de pessoal. Observa-se, com isso, que todos os aspectos devem ser considerados no planejamento e equilíbrio fiscal.

Palavras-chave: Imposto sobre Serviço; Despesa de pessoal; Equilíbrio Fiscal.

1 INTRODUÇÃO

O controle e acompanhamento da arrecadação da receita pública, assim como da execução despesa pública, em sentido macro, são de importância fundamental para o equilíbrio fiscal. Em Municípios com potencial para serviços, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN apresenta-se como uma fonte de receita pública derivada, de importância fundamental, notadamente os elencados na lista de serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116 (BRASIL, 2003), que é quem delineia o campo de incidência deste importante tributo municipal.

Dos serviços tributáveis pelos Municípios, o artigo aprofunda o estudo naqueles relacionados à construção civil, especificamente quanto à possibilidade de dedução de materiais da sua base de cálculo. Da mesma forma, a despesa com pessoal destaca-se dentre as despesas públicas, como uma das que representam maior impacto nas contas públicas.

Para estabelecer melhor detalhamento do tributo, a Constituição Federal delegou sua competência à Lei Complementar. Desde então, inúmeras controvérsias surgiram no âmbito da tributação dos serviços relacionados à construção civil. Isto por conta da existência, em tal modalidade de prestação, da peculiaridade do emprego de materiais para que seja possível a efetiva consecução de serviços. Os Municípios então passaram a tributar a totalidade da prestação (materiais e serviços), e não apenas a parcela referente aos serviços.

Em um primeiro momento, a jurisprudência caminhou em sentido favorável a tal posicionamento, não dedução dos materiais, fato que começou a se inverter a partir de 2010, quando do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário 603.497, proveniente do Estado de Minas Gerais. Em tal julgamento, o Tribunal entendeu que os materiais devem ser deduzidos da base de cálculo do ISSQN, restando somente a parcela referente aos serviços prestados, em princípio pacificando o tema.

Em relação à despesa pública, especificamente à despesa de pessoal, a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal–LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Dentre essas normas, merece relevo aquelas atinentes ao estabelecimento de limites para realização de despesas com pessoal. Os limites para realização de despesas com pessoal por ente federativo são aqueles previstos no *caput* e respectivos incisos do art. 19 da LRF, repartidos nos termos do art. 20 da mesma lei.

Inovou a LRF, no § 1.º do art. 18, quando insere, de forma genérica, a mão-de-obra terceirizada, substitutiva de servidores, no âmbito dos gastos de pessoal, preocupando-se, por certo, com o crescimento de prática irregular muito em voga no setor público. A Lei furtou-se a melhor elucidar a natureza dessa contratação.

2 RECEITA PÚBLICA: O ISS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL

O artigo 156, III da Constituição Federal, ao tratar da competência dos Municípios para instituição do ISSQN, remete à Lei Complementar sua devida regulamentação. A Lei Complementar em estudo é a 116, de 31 de julho de 2003. Sua incidência recai sobre serviços cujo rol consta em lista trazida pela própria legislação competente, devendo-se excluir os materiais da base de cálculo (DIAS, 2012, p. 1).

É justamente nesse ponto que se iniciam as controvérsias, tendo em vista os serviços de construção civil, os quais empregam materiais e serviços em sua composição. Existe, assim, uma tendência municipal a tributar o valor total da prestação, o que inclui na base de cálculo os materiais adquiridos para atendimento da finalidade contratada.

Como se verá adiante, os Tribunais Superiores vêm uniformizando a jurisprudência a fim de dirimir os pontos dissonantes e, consequentemente, as demandas judiciais repetitivas acerca do tema.

3 A INCIDÊNCIA DO ISSQN SOBRE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL E POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DE MATERIAIS DA BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo do ISSQN é definida como sendo o efetivo preço do serviço. É a letra do artigo 7º *caput* da Lei Complementar 116/2003. Entretanto, o parágrafo segundo faz uma ressalva:

> § 2o Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:
> I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar. (BRASIL, 2003)

A consulta aos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços traz as categorias de obras de construção civil prestadas no regime de administração ou empreitada, bem como os serviços de reparação, conservação e reformas, quais sejam: execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS); reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

Verifica-se que a própria Lei Complementar realizou uma exclusão dos materiais da base de cálculo dos serviços taxativamente mencionados. Descontentes, alguns Municípios defendiam ser esta disposição inconstitucional, sob o argumento de que não caberia a União conceder isenção de um tributo municipal, pois estaria assim configurada a chamada isenção heterônoma (SALOMÃO, 2015, p. 1).

O ISSQN incide, portanto, somente sobre a parcela que representa a prestação dos serviços listados na lista anexa à Lei Complementar 116/2003, não podendo ser tal parcela sujeita à tributação do ICMS, mesmo com relação às mercadorias fornecidas com o serviço.

Conforme Cássia Campanhã (2013, p. 1):

> Este é o espírito da LC 116, tributar apenas o serviço, enquanto que as mercadorias ficam reservadas à tributação do ICMS. Assim, descabe tributar pelo ISSQN as mercadorias adquiridas de terceiros – lojas, atacadistas, fornecedores de material de construção – uma vez que tais mercadorias já foram tributadas pelo ICMS.

4 O POSICIONAMENTO RECENTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Há um número elevado de discussões judiciais envolvendo o tema do presente trabalho, tendo de um lado Municípios instituindo normas voltadas à tributação do total da prestação e de outro os contribuintes buscando a aplicação do disposto na Lei Complementar 116/2003. Com isso houve a necessidade de formação de jurisprudência pelos Tribunais Superiores, para assim pacificar a questão e dirimir as controvérsias crescentes. Cabe ressaltar que o entendimento atual não é o que sempre prevaleceu.

Em relação ao Supremo Tribunal Federal - STF, a jurisprudência começou a se formar, no sentido da possibilidade do desconto dos materiais da base de cálculo do ISS, principalmente a partir de 2009, sendo o Recurso Extraordinário 603.497/MG**,** cujo julgamento se deu em 18 de agosto de 2010, aquele que efetivamente consolidou o novo posicionamento, pois teve sua decisão proferida em sede de repercussão geral, nos termos dos artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil, incluídos pela Lei 11.418 de 2006.

Desta forma, a decisão do Supremo deve ser aplicada em qualquer instância, "seja por Juiz singular, seja por Colegiados, de maneira incidental no Processo, funcionando como uma espécie de Súmula Vinculante, aplicável em todo o Território Nacional" (CAMPANHÃ, 2013, p. 1).

5 DESPESA PÚBLICA: TERCEIRIZAÇÃO DE PESSOAL

Segundo Luciano Ferraz (2006/2007, p. 18):

> "Na Administração Pública, a terceirização teve como marco legislativo o Decreto-Lei n. 200/67, que com seus postulados de planejamento, coordenação, supervisão, delegação de competência (descentralização e desconcentração) e controle, implementou a reforma administrativa. Recebeu, no texto, a apropriada nomenclatura de **execução indireta** dos serviços."

O Decreto-Lei nº 200/67, define que a execução material de atividades acessórias ao setor público, deve ser preferencialmente realizada através de contratação de terceiros. A fim de regulamentar o disposto no art. 7ª do Decreto-Lei nº 200/67, foi editado pelo governo federal o Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018. A norma abrange órgãos da administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

O objetivo do Decreto nº 9.507/2018 é adequar à realidade atual, considerando regras mais rigorosas de fiscalização de contratos e da mão de obra alocada na prestação de serviço, além da adequação às boas práticas administrativas. As novas regras unificam os procedimentos de contratação indireta em todo o serviço público federal. Posteriormente, apesar de não obrigatório, os demais entes federados deverão seguir o mesmo caminho.

Entretanto, nem todas as tarefas materiais acessórias podem ser terceirizadas, principalmente se na estrutura administrativa do Poder Público existirem cargos criados para atendimento àquelas necessidades.

6 ATIVIDADES TERCEIRIZÁVEIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para definir as atividades possíveis de terceirização é necessário conceituar atividade-meio e atividade fim.

Tanto a doutrina como a jurisprudência definem como atividade-meio aquela que não é inerente ao objetivo principal da empresa, trata-se de serviço necessário, mas que não tem relação direta com a atividade principal da empresa, ou seja, é um serviço não essencial. Já a atividade-fim é aquela que caracteriza o objetivo principal da empresa, a sua destinação, o seu empreendimento, normalmente expresso no contrato social.

Após a edição do Decreto nº 9.507/2018, coube ao Ministério do Planejamento a definição de quais serviços poderão ser preferencialmente contratados de forma indireta. Até então, só podiam ser objeto de terceirização, em órgãos públicos, atividades como limpeza, segurança, transportes, informática, recepção, telecomunicações e manutenção de prédios e equipamentos.

7 A TERCEIRIZAÇÃO E O LIMITE ÀS DESPESAS COM PESSOAL SEGUNDO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LC N° 101/2000

A definição de despesa total com pessoal encontra-se no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF:

> (...) o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos e funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1°, "os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se **referem à substituição de servidores e empregados públicos** serão contabilizados como Outras Despesas de Pessoal".

Dependendo da atividade a ser terceirizada, poderá haver ou não impacto no cálculo da despesa de pessoal e consequente impacto no limite de gasto previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Caso seja terceirizada atividade-meio do órgão público e, desde que não conste, essa atividade, na estrutura de cargos da entidade pública, não haverá impacto no cálculo do índice de despesa de pessoal.

Entretanto, caso seja terceirizado serviço que conste na estrutura legal de cargos e carreiras do Ente Público, o valor gasto fará parte do cálculo da despesa de pessoal, assim como, o administrador público poderá incorrer em infração, por burlar o instituto constitucional do concurso público.

8 ALCANCE DA "TERCEIRIZAÇÃO" PARA SUBSTITUIR SERVIDORES PÚBLICOS

A Lei Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2013, define o alcance da "...terceirização para substituição de servidores e empregados públicos":

> Art. 82. Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo de-

> terminado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei no 8.745, de 1993, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, observado o disposto no § 3o deste artigo.
> § 3o Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:
> I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;
> II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e
> III - não caracterizem relação direta de emprego.

Maria Sylvia Zanella Di Prieto, entende que a expressão abrange aqueles contratos de terceirização ilícita – caracterizados pela contratação de interposta pessoa para fornecimento de mão-de-obra constante no plano de cargos do ente. Esse tipo de ajuste vem sendo utilizado como forma de burlar duas normas da Constituição Federal: uma relativa à necessidade de prestação de concurso público para ingresso nas carreiras do serviço público e aquela que impõe limite à despesa com pessoal (Di Pietro, 2003, p. 1).

9 ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO – TCE/PE

O posicionamento do Tribunal de Contas de Pernambuco corrobora com o entendimento da melhor Doutrina e jurisprudência de outros tribunais, informados anteriormente, a respeito da terceirização na administração pública. No site do tribunal encontra-se a orientação aos entes jurisdicionados, como segue abaixo:

> LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
> Orientações Gerais
> RECIFE-PE, NOVEMBRO DE 2000.
> www.tce.pe.gov.br
> (...)
> 6.3 Despesas com Pessoal (TCE/PE, 2000, p. 22)
> (...)

As outras despesas com pessoal (Decisão TC nº 1178/00) representam os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. Considera-se terceirização de mão-de-obra aquela em que o serviço repassado à iniciativa privada exige predominantemente para sua execução a utilização de mão-de-obra. (TCE/PE, 2000, p. 25)
Considera-se substituição de servidor ou empregado público a transferência de atividade antes desempenhadas por servidores ou empregados públicos para a iniciativa privada, constituindo como requisito a existência do cargo na estrutura do ente. (TCE/PE, 2000, p. 26)
(...)
6.3.3 Despesas com Terceirização de Mão-de-Obra e Serviços de Terceiros (TCE/PE,2000, p.27)
(...)
Sem se adentrar na constitucionalidade do dispositivo, o qual admite a substituição de servidores e empregados públicos por instrumento outro que não o concurso público, clara está a vontade do legislador, o qual objetiva evitar a burla aos limites impostos para a despesa de pessoal.
Sendo assim, diminuindo o gestor seu quadro de pessoal com vistas a enquadrar-se no limite que lhe é imposto pela LRF, caso tais servidores e funcionários venham a ser substituídos por mão-de-obra terceirizada, a despesa com esta substituição será considerada como *"Outras Despesas de Pessoal"* e portanto acrescida ao total das despesas realizadas com pessoal para fins de verificação do limite.
Também naqueles casos em que existam os cargos na estrutura administrativa do órgão e o gestor resolva contratar mão-de-obra terceirizada, também teremos a classificação desta despesa como *"Outras Despesas de Pessoal"*.
Para exemplificar, recentemente pronunciou-se esta Corte de Contas acerca de questionamento versando acerca da possibilidade das despesas efetuadas com pagamento de empresa prestadora de mão de obra (terceirização) para manutenção e limpeza enquadrarem-se no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar 101/2000.
Em resposta, através da Decisão T.C. Nº 1178/00, pronunciou-se esta Casa afirmando que:
- Os serviços terceirizados de manutenção e limpeza, até a edição da Lei, não devem entrar nos limites de pessoal estabelecidos no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Os contratos de terceirização de mão de obra, após a edição da Lei Complementar 101/2000, desde que resultem de substituição de servidores e empregados públicos devem ser computados como despesas de pessoal na rubrica *"Outras Despesas de Pessoal"*.

10 EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE

À época da publicação da Lei Complementar 116/2003 o Município de Olinda não permitia o desconto, na base de cálculo do ISS, dos materiais utilizados na construção civil, o que acarretava inúmeros recursos contra a não permissão, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, causando diminuição da arrecadação do ISS.

Após diversas decisões dos tribunais, ficou pacificada, pelo Supremo Tribunal Federal, a possibilidade de desconto, na base de cálculo, dos materiais empregados nas obras de construção civil.

Diante disso, o Município de Olinda, através da Diretoria de Administração Tributária, permitiu o desconto dos materiais utilizados nas obras, desde que esses materiais ficassem incorporados à obra, como a ferragem, o concreto, a argamassa, entre outros.

Com esse procedimento verificou-se o aumento da arrecadação referente à prestação de serviços de construção civil, pelo fato de as empresas entenderem que com o desconto dos materiais, estão pagando o imposto correto, sobre o serviço prestado e não sobre o material.

Em relação à despesa de pessoal**,** no exercício de 2017 a Prefeitura de Olinda/PE encontrava-se, em relação ao limite de despesa com pessoal previsto na LRF, acima do limite prudencial, 51,3% da Receita Corrente Líquida. A Prefeitura então tomou a decisão de demitir e exonerar funcionários a fim de reduzir a despesa, entretanto, não conseguiu redução suficiente que possibilitasse ficar abaixo do limite prudencial.

Não podendo mais reduzir o quadro de pessoal, sem comprometer o serviço prestado à população, a Controladoria Geral do Município, órgão vinculado diretamente ao gabinete do Prefeito, recomendou, após análise da Lei de Responsabilidade Fiscal e consulta aos órgãos de controle externo, que fossem retirados do plano de cargos do Município, os cargos cujas atribuições fossem apenas assessórias (atividade meio), e que, para a prestação desses serviços, fossem contratadas empresas terceirizadas especializadas, via licitação. Além disso, recomendou que, para os referidos cargos, os quais ainda estivessem ocupados, não fosse realizado concurso público a fim de excluí-los definitivamente do plano de cargos.

Percebe-se que a recomendação feita pela Controladoria vai ao encontro de tudo que foi referido anteriormente neste artigo, tanto pela melhor doutrina, como pela jurisprudência dominante, no tocante à possibilidade de terceirização de serviços pela Administração Púbica e con-

sequente redução da despesa com pessoal, desde que as funções terceirizadas não possuam cargos na estrutura do plano de cargos do município.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo exposto no presente trabalho, pode-se inferir que, quando feito o planejamento fiscal, considerando os aspectos legais, financeiros e técnicos, tanto em relação à tributação do ISSQN no âmbito da construção civil, quanto à correta aplicação da terceirização, há contribuição direta na gestão eficiente e equilíbrio fiscal dos Municípios.

Mesmo sendo temas controversos, visto que, envolvem interesses arrecadatórios municipais, assim como interesses muitas vezes políticos no tocante à despesa de pessoal, o equilíbrio deve ser a busca incessante do gestor público, no tocante à tributação e à responsabilidade fiscal, haja vista que o Estado, para fazer face a suas demandas sociais e administrativas, dentre elas a despesa com pessoal, necessita de receitas públicas, que devem ser buscadas de maneira coerente e visando a uma justiça fiscal dentre os vários segmentos da sociedade.

É nesse sentido o entendimento da melhor doutrina e jurisprudências atuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003**. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de agosto de 2003. Disponível em <http://presidencia.gov.br>. Acesso em: 08 de abril de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://presidencia.gov.br>. Acesso em: 08 de abril de 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tributário. **Imposto Sobre Serviços - ISS. Definição da Base de Cálculo. Dedução dos Gastos com Materiais Empregados na Construção Civil. Recepção do Art. 9º, § 2º, b, do Decreto-lei 406/1968 Pela Constituição de 1988. Ratificação da Jurisprudência Firmada por esta Corte. Existência de Repercussão Geral. RE 603.497/MG**. Rel. Min. Ellen Gracie, julgado em 04/02/2010, Dje-081. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=A C&docID=610723>. Acesso em: 08 de abril de 2019.

DIAS, Alisson de Sousa. **ISS na prestação de serviços de construção civil: base de cálculo.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3163, 28 fev. 2012. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/21173>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

BRASIL. **Código Tributário Nacional. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Diário Oficial da União, Brasília, 27 de outubro de 1966. Disponível em <http://presidencia.gov.br>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

SALOMÃO, Paula Maria Casimiro. **A base de cálculo do ISS na Construção Civil.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 20, 28 jan. 2015. Disponível em: <http://juscom.br/artigos/35782/a-base-de-calculo-do-iss-na-construcao-civil>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm>. Acesso em: 01 de abril de 2019.

CAMPANHÃ, Cássia Mansur. **ISSQN na construção civil**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3562, 2 abr. 2013. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/24084>. Acesso em: 01 de abril de 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/legislacao/. Acesso em 07 de abril de 2019.

FERRAZ, Luciano. **Lei de Responsabilidade Fiscal e terceirização de mão-de-obra no serviço público**. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 8, NOV/DEZ/2006/JAN/2007. Disponível em: http://www.direitodoestado.com.br. Acesso em 10 de abril de 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018. **Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9507.htm. Acesso em: 05 de abril de 2019.

BRASIL. LRF. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 12 de abril de 2019.

BRASIL. LDO. Lei de Diretrizes orçamentárias. Lei Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012. **Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/Lei/L12708.htm. Acesso em: 03 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, **Instrução Normativa n° 2 de 30 de Abril de 2008**, da Secretaria de Logística e Tecnologia da informação. Disponível em: http://www.comprasgovernamentais.gov.br/. Acesso em: 04 de abril de 2019.

BRASIL. TCU – Tribunal de Contas da União. **Processo 014.185/2001-3, publicado no DOU de 24/01/02**. Disponível em: http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CDec%5C20011212%5CGERADO_TC-26774.pdf. Acesso em: 04 de abril de 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Terceirização Municipal em face da Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Brasileira de Direito Municipal – RBDM, Belo** horizonte**, n.7,jan/mar.2003**. Disponível em: http://www.editoraforum.com.br. Acesso em: 07 de abril de 2019.

PERNAMBUCO. TCE. Tribunal de Contas de Pernambuco. **Lei de Responsabilidade Fiscal. Orientações Gerais. Recife-PE, 2000**. Disponível em: http://www.tce.pe.gov.br/internet/docs/publicacoes/cartilha_de_orientao_sobre_a_lei_de_responsabilidade_fiscal.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2019.

A AUDITORIA CONTÁBIL COMO SISTEMA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Francimilton dos Santos
Mestrando em Direito, Mercado,
Compliance e Segurança Humana
https://orcid.org/0000-0001-5519-1594
francimilton@yahoo.com.br

RESUMO: O tema aqui estudado foi o papel da auditoria contábil como sistema de resolução de problemas nas organizações. Ciente disto, o principal objetivo concentrou-se em analisar o papel da auditoria contábil na identificação e solução de problemas organizacionais, destacando sua importância na garantia da transparência, integridade e confiabilidade das informações financeiras, bem como na melhoria dos processos internos e na prevenção de fraudes. O estudo justificou-se porque a auditoria contábil é fundamental para as organizações, pois contribui para a transparência, eficiência e conformidade com normas e regulamentos. Compreender seu papel na resolução de problemas é essencial para a gestão eficaz das empresas. Como metodologia, explorou-se a revisão bibliográfica, analisando trabalhos acadêmicos, livros e artigos relacionados ao tema. No decorrer do estudo, constatou-se que a auditoria contábil se destaca como um sistema eficaz de resolução de problemas, incluindo sua capacidade de identificar desvios em relação aos objetivos organizacionais, analisar causas radicais de problemas e propor soluções eficazes para melhoria contínua. Por fim, recomenda-se a realização de estudos empíricos para validar os resultados obtidos na revisão bibliográfica, bem como a análise de casos práticos

para entender melhor a aplicação da auditoria contábil como sistema de resolução de problemas em diferentes contextos organizacionais.

Palavras-chave: Auditoria contábil; Contabilidade; Gestão.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria contábil desempenha um papel fundamental como sistema de resolução de problemas nas organizações. Ela consiste em um processo sistemático e independente de avaliação das demonstrações financeiras, registros contábeis e processos internos de uma empresa, com o objetivo de verificar sua veracidade, confiabilidade e conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis (ABREU, 2018, p. 108). Neste sentido, a auditoria não se limita a identificar possíveis falhas e irregularidades nos registros contábeis, mas também busca propor recomendações e soluções para corrigir esses problemas e melhorar a eficiência e eficácia dos processos contábeis.

Ao analisar de forma crítica e imparcial as informações financeiras e contábeis de uma organização, a auditoria ajuda a identificar áreas de risco e oportunidades de melhoria, contribuindo para a tomada de decisões mais informadas e assertivas. Além disto, ao promover a transparência e a conformidade com as normas contábeis e regulatórias, a auditoria fortalece a credibilidade da empresa perante seus prováveis beneficiários, incluindo-se investidores, clientes e órgãos reguladores. Aliás, tal atividade de pesquisa se justifica, porque, por meio da auditoria, as empresas podem identificar e corrigir problemas antes que eles se tornem crises, o que pode ajudar a evitar perdas financeiras e danos à reputação. Além disto, ao promover uma cultura de melhoria contínua e excelência operacional, a auditoria contribui para a sustentabilidade e competitividade da organização no longo prazo, tornando-a mais resiliente e adaptável às mudanças no ambiente de negócios (ALVES et al, 2016, p. 110). Ou seja, a auditoria contábil não apenas ajuda a identificar e resolver problemas, mas também contribui para o desenvolvimento e o crescimento sustentável das organizações, tornando-se um componente essencial para sua gestão eficaz e transparente.

Dito isto, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Até que ponto a auditoria contábil se destaca como um sistema de resolução de problemas? A priori, cogita-se que a auditoria contábil se destaca como um sistema eficaz de resolução de problemas organizacionais,

principalmente relacionados à gestão financeira e conformidade com normas e regulamentações (ARAÚJO, 2016, p. 47). Assim se sucede porque a auditoria contábil é considerada um sistema eficaz para resolver problemas organizacionais, especialmente aqueles ligados à gestão financeira e conformidade com normas.

Ciente de tudo isso, o principal aqui é analisar o papel da auditoria contábil na identificação e solução de problemas nas empresas, destacando sua importância na garantia da transparência, integridade e confiabilidade das informações financeiras, bem como na melhoria dos processos internos e na prevenção de fraudes. Tal meta deverá se realizar mediante uma revisão bibliográfica.

2 A AUDITORIA CONTÁBIL COMO SISTEMA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

A auditoria desempenha um papel fundamental como sistema de gestão de problemas em diversas organizações, públicas e privadas (ÁVILA et al, 2017, p. 31). Com sua ênfase na análise sistemática e contínua de processos e sistemas contábeis e financeiros, a auditoria fornece uma abordagem estruturada para identificar, avaliar e resolver problemas que impactam o desempenho financeiro e a conformidade contábil da organização.

Através da aplicação de métodos e técnicas especializadas, a auditoria permite a identificação de desvios em relação às metas e objetivos financeiros, bem como a análise das causas radicais dos problemas e a avaliação de seus impactos. Com isto, é possível fornecer recomendações e soluções práticas e eficazes, além de ajudar a implementar essas soluções e a acompanhar os resultados. Além disto, a auditoria promove a melhoria contínua dos processos e sistemas contábeis e financeiros, visando garantir a precisão dos estados financeiros, a conformidade com as normas contábeis e a gestão eficaz dos riscos financeiros. Desta forma, a auditoria contribui para a tomada de decisões informadas e a melhoria da gestão financeira, ao fornecer informações precisas e relevantes sobre os desafios e oportunidades financeiras da organização. Ou seja, a auditoria é uma ferramenta essencial para garantir a integridade e transparência nas organizações, ao promover a responsabilidade e a responsabilidade dos gestores e funcionários na gestão dos recursos financeiros e processos contábeis (BAIOCO; ALMEIDA, 2017, p. 110). Com isto, a auditoria contribui para a construção de uma cultura de melhoria contínua e confiança nas organizações, ao demonstrar a eficácia e eficiência dos sistemas e processos contábeis em vigor.

Nessas condições, a auditoria desempenha um papel fundamental como sistema de gestão de problemas, ao fornecer uma abordagem estruturada e contínua para identificar, avaliar e resolver problemas que impactam o desempenho financeiro e a conformidade contábil da organização (BIANCHI et al, 2019, p. 266). Com sua ênfase na análise sistemática e na melhoria contínua, a auditoria é uma ferramenta essencial para garantir a integridade e transparência nas organizações, contribuindo para a tomada de decisões informadas e a construção de uma cultura de confiança e melhoria contínua.

2.1 Auditoria como um sistema de gestão e resolução de problemas

A auditoria desempenha um papel fundamental como sistema de gestão de problemas em diversas organizações, públicas e privadas (CARVALHO, 2014, p. 56). Com sua ênfase na análise sistemática e contínua de processos e sistemas contábeis e financeiros, a auditoria fornece uma abordagem estruturada para identificar, avaliar e resolver problemas que impactam o desempenho financeiro e a conformidade contábil da organização.

Através da aplicação de métodos e técnicas especializadas, a auditoria permite a identificação de desvios em relação às metas e objetivos financeiros, bem como a análise das causas radicais dos problemas e a avaliação de seus impactos. Com isto, é possível fornecer recomendações e soluções práticas e eficazes, além de ajudar a implementar essas soluções e a acompanhar os resultados. Além disto, a auditoria promove a melhoria contínua dos processos e sistemas contábeis e financeiros, visando garantir a precisão dos estados financeiros, a conformidade com as normas contábeis e a gestão eficaz dos riscos financeiros (CASTRO et al, 2015, p. 261). Desta forma, a auditoria contribui para a tomada de decisões informadas e a melhoria da gestão financeira, ao fornecer informações precisas e relevantes sobre os desafios e oportunidades financeiras da organização.

Ou seja, a auditoria é uma ferramenta essencial para garantir a integridade e transparência nas organizações, ao promover a responsabilidade e a responsabilidade dos gestores e funcionários na gestão dos recursos financeiros e processos contábeis. Com isto, ela contribui para a construção de uma cultura de melhoria contínua e confiança nas organizações, demonstrando a eficácia e eficiência dos sistemas e processos contábeis em vigor. Mediante a análise detalhada e imparcial, a auditoria não apenas identifica possíveis falhas e irregularidades nos registros con-

tábeis, mas também sugere melhorias e correções que otimizam o desempenho financeiro e operacional (CREPALDI; CREPALDI, 2016, p. 62). Fornecendo uma avaliação independente e objetiva, a auditoria ajuda a garantir a integridade e a confiabilidade das informações financeiras, promovendo uma gestão mais eficaz e transparente dos recursos da empresa.

Nessas condições, a auditoria desempenha um papel fundamental como sistema de gestão de problemas, ao fornecer uma abordagem estruturada e contínua para identificar, avaliar e resolver problemas que impactam o desempenho financeiro e a conformidade contábil da organização (DANTAS; MEDEIROS, 2015, p. 56). Com sua ênfase na análise sistemática e na melhoria contínua, a auditoria é uma ferramenta essencial para garantir a integridade e transparência nas organizações, contribuindo para a tomada de decisões informadas e a construção de uma cultura de confiança e melhoria contínua.

2.2 Identificação e análise de problemas

A etapa crucial na execução de uma auditoria é a identificação e análise de problemas, desempenhando um papel fundamental no bom funcionamento do processo de auditoria como sistema de solução de problemas (DIAS et al, 2016, p. 151). Através da aplicação de métodos e técnicas especializadas, a auditoria permite detectar desvios em relação aos objetivos e metas organizacionais, analisar as causas radicais dos problemas e avaliar seus impactos, fornecendo assim recomendações e soluções informadas e eficazes.

A identificação de problemas é o primeiro passo no processo de auditoria, consistindo na coleta e análise de dados e informações relevantes sobre os processos e sistemas organizacionais. Trata-se de uma etapa essencial para garantir que a auditoria esteja focada nos problemas e desafios mais relevantes e impactantes para a organização, possibilitando a emissão de recomendações e soluções eficazes e informadas. Após a identificação dos problemas, a análise de suas causas radicais é o próximo passo no processo de auditoria. Nesta etapa, são analisados os fatores subjacentes que contribuem para os problemas, possibilitando a emissão de recomendações e soluções que atendam às causas fundamentais dos problemas, em vez de apenas seus sintomas (IMONIANA; AQUINO, 2017, p. 122). Aliás, a avaliação dos impactos dos problemas é uma etapa essencial no processo de auditoria, fornecendo informações precisas e relevantes sobre os efeitos e consequências dos problemas identificados.

Trata-se de uma etapa crucial para garantir que a auditoria forneça recomendações e soluções que atendam aos impactos mais significativos e relevantes dos problemas, maximizando assim o valor e a eficácia da auditoria como sistema de solução de problemas (LINO; AQUINO, 2017 p. 26). Ao identificar e priorizar os impactos mais relevantes, a auditoria pode direcionar seus esforços e recursos para áreas que realmente precisam de atenção e intervenção, garantindo que as recomendações sejam direcionadas para onde podem gerar o maior benefício com maior celeridade e precisão.

Isso não apenas aumenta a eficácia da auditoria, mas também demonstra seu valor para a organização, mostrando que não se trata apenas de identificar problemas, mas de oferecer soluções práticas e acionáveis para melhorar a eficiência, a eficácia e a conformidade dos processos e sistemas contábeis (MARQUES, 2020, p. 20). Priorizando os impactos mais relevantes, a auditoria pode ajudar a organização a focar seus recursos e esforços em áreas críticas, minimizando o desperdício de recursos e maximizando o retorno sobre o investimento em auditoria.

Nessas condições, a identificação e análise de problemas são etapas fundamentais no processo de auditoria, desempenhando um papel crucial no bom funcionamento da auditoria como sistema de solução de problemas (NARDI et al, 2018, p. 69). Através da aplicação de métodos e técnicas especializadas, a auditoria permite detectar desvios em relação aos objetivos e metas organizacionais, analisar as causas radicais dos problemas e avaliar seus impactos, fornecendo assim recomendações e soluções informadas e eficazes.

2.3 Desenvolvimento de recomendações e soluções

Na perspectiva contábil, o desenvolvimento de recomendações e soluções é uma etapa fundamental no processo de auditoria, desempenhando um papel essencial no eficaz funcionamento da auditoria como sistema de resolução de problemas (PEREIRA, 2018, p. 96). Com o objetivo de fornecer recomendações e soluções práticas e eficazes para os problemas identificados durante a auditoria, a equipe de auditoria desempenha um papel crucial na melhoria contínua dos processos e sistemas organizacionais, visando garantir que a organização esteja atingindo seus objetivos e maximizando sua eficácia e eficiência.

As recomendações e soluções fornecidas pela equipe de auditoria devem ser baseadas em evidências sólidas e análises rigorosas, levando em consideração as metas e objetivos organizacionais, as melhores

práticas do setor, as normas e padrões relevantes, e as expectativas dos líderes do empreendimento em curso. Além disto, é fundamental que essas recomendações e soluções sejam claras, específicas, alcançáveis e medíveis, alinhadas com as prioridades e recursos da organização, e compatíveis com as políticas e estratégias em vigor (SIMÕES et al, 2021 p. 39). Ou seja, a equipe de auditoria desempenha um papel fundamental na implementação e acompanhamento das soluções fornecidas, acompanhando os resultados e fornecendo suporte e assessoria à gestão e às equipes operacionais na implementação das soluções.

Essa etapa é essencial para garantir que as soluções sejam eficazes e eficientes, maximizando assim o valor e a eficácia da auditoria como sistema de resolução de problemas. Identificando soluções mais adequadas para os problemas identificados, a auditoria pode ajudar a garantir que as questões sejam abordadas de forma abrangente e sustentável, levando a melhorias reais e duradouras nos processos e sistemas contábeis da organização. Além disto, ao garantir que as soluções sejam eficazes, a auditoria ajuda a minimizar o risco de recorrência dos problemas no futuro, protegendo a organização contra perdas financeiras e danos à sua reputação (SILVESTRE et al, 2016 p. 85). Ao mesmo tempo, ao garantir que as soluções sejam eficientes, a auditoria ajuda a minimizar o custo e o esforço necessários para implementar as mudanças necessárias, garantindo que a organização obtenha o máximo retorno sobre o investimento em auditoria.

Em última análise, ao garantir que as soluções sejam eficazes e eficientes, a auditoria contribui para a construção de uma cultura de melhoria contínua e excelência operacional na organização, fortalecendo sua posição competitiva e sua capacidade de enfrentar os desafios do ambiente de negócios em constante mudança (SPRENGER et al, 2016, p. 82).

2.4 Melhoria contínua

A melhoria contínua é um princípio fundamental no processo de auditoria, desempenhando um papel crucial no efetivo funcionamento da auditoria como sistema de melhoria contínua e resolução de problemas (ALVES et al, 2016, p. 108). Como um processo contínuo e iterativo, a auditoria visa a melhoria contínua dos processos e sistemas organizacionais, garantindo que a organização atinja seus objetivos e otimize sua eficácia e eficiência.

A auditoria alcança isso através da aplicação de métodos e técnicas especializadas, identificando desvios em relação às metas e objetivos organizacionais, analisando as causas radicais dos problemas e avaliando

seus impactos. Isto permite fornecer recomendações e soluções práticas e eficazes, alinhadas às prioridades e recursos da organização, e compatíveis com as políticas e estratégias em vigor. Além disto, o processo de auditoria visa à melhoria contínua dos processos e sistemas organizacionais, garantindo que a organização se adapte às mudanças no ambiente externo e interno, como nas expectativas e necessidades dos líderes do empreendimento em curso, nas tecnologias, nas normas e regulamentações, e nas tendências do setor (ÁVILA et al, 2017, p. 42). Desta forma, a auditoria promove a resiliência e adaptabilidade organizacionais, contribuindo para a sustentabilidade e competitividade da organização no longo prazo.

Ao identificar e resolver problemas de forma proativa, a auditoria ajuda a organização a se antecipar a possíveis crises e a se adaptar rapidamente a mudanças no ambiente de negócios, garantindo sua capacidade de se manter relevante e competitiva ao longo do tempo. Além disto, ao promover uma cultura de melhoria contínua e excelência operacional, a auditoria ajuda a organização a identificar e aproveitar oportunidades de crescimento e inovação, permitindo-lhe explorar novos mercados, desenvolver novos produtos e serviços e se diferenciar da concorrência (BAIOCO; ALMEIDA, 2017, p. 107). Ao mesmo tempo, ao garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, a auditoria ajuda a organização a evitar multas e penalidades, protegendo sua reputação e sua capacidade de atrair investimentos e clientes.

Portanto, a melhoria contínua é essencial para garantir que a organização se adapte às mudanças no ambiente externo e interno, contribuindo assim para a resiliência e adaptabilidade organizacionais (BIANCHI et al, 2019, p. 272). A auditoria desempenha um papel fundamental na promoção da resiliência e adaptabilidade organizacionais, identificando e abordando as falhas e riscos potenciais, e garantindo que a organização esteja em conformidade com as melhores práticas, normas e padrões relevantes, e as melhores práticas do setor.

2.5 Ênfase na comunicação e colaboração

A ênfase na comunicação e colaboração é um aspecto fundamental no processo de auditoria, desempenhando um papel crucial no efetivo funcionamento da auditoria como sistema de resolução de problemas (CARVALHO, 2014, p. 56). A auditoria requer uma comunicação efetiva e uma colaboração entre os auditores, os gestores e os funcionários da organização, a fim de assegurar que as informações

sejam compartilhadas de forma transparente e que as recomendações sejam implementadas de forma eficaz.

A comunicação efetiva é essencial para assegurar que as informações sejam compartilhadas de forma clara, precisa e oportuna, minimizando assim os mal-entendidos e as incertezas. Isto é alcançado através da aplicação de métodos e técnicas especializadas, tais como entrevistas, grupos focais, análise de documentos e dados, e avaliações de risco e controle, alinhadas com as melhores práticas do setor e as normas e padrões relevantes. Além disto, a colaboração é essencial para assegurar que as recomendações sejam implementadas de forma eficaz, maximizando assim o valor e a eficácia da auditoria como sistema de resolução de problemas (CASTRO et al, 2015, p. 269). Isto é alcançado através da criação de laços de trabalho colaborativos entre os auditores, os gestores e os funcionários da organização, envolvendo a participação ativa e o engajamento de todos os líderes do empreendimento em curso no processo de auditoria.

Pela aplicação de métodos e técnicas especializadas, a auditoria permite a identificação de desvios em relação às metas e objetivos organizacionais, bem como a análise das causas raiz dos problemas e a avaliação dos seus impactos. Com isto, é possível fornecer recomendações e soluções práticas e eficazes, além de ajudar a implementar essas soluções e a acompanhar os resultados. Contudo, a eficácia da auditoria depende da capacidade dos líderes do empreendimento em curso trabalharem em colaboração, compartilhando informações de forma transparente e implementando as recomendações de forma eficaz (DANTAS; MEDEIROS, 2015, p. 52; IMONIANA; AQUINO, 2017, p. 122). Desta maneira, a ênfase na comunicação e colaboração é essencial para assegurar que a auditoria desempenhe um papel eficaz na resolução de problemas e no melhoramento contínuo dos processos e sistemas organizacionais.

Nessa perspectiva, a ênfase na comunicação e colaboração é um aspecto fundamental no processo de auditoria, desempenhando um papel crucial no efetivo funcionamento da auditoria como sistema de resolução de problemas DIAS et al, 2016, p. 142). A auditoria requer uma comunicação efetiva e uma colaboração entre os auditores, os gestores e os funcionários da organização, a fim de assegurar que as informações sejam compartilhadas de forma transparente e que as recomendações sejam implementadas de forma eficaz.

A comunicação efetiva é essencial para assegurar que as informações sejam compartilhadas de forma clara, precisa e oportuna, minimizando assim os mal-entendidos e as incertezas (LINO;

AQUINO, 2017 p. 35; MARQUES, 2020, p. 16). Ou seja, a colaboração é essencial para assegurar que as recomendações sejam implementadas de forma eficaz, maximizando assim o valor e a eficácia da auditoria como sistema de resolução de problemas.

2.6 Ênfase na integridade e independência

A ênfase na integridade e independência é um aspecto fundamental no processo de auditoria, desempenhando um papel crucial no efetivo funcionamento da auditoria como sistema de controle e inspeção (NARDI et al, 2018, p. 65). A auditoria exige integridade e independência por parte dos auditores, a fim de assegurar que as avaliações sejam imparciais, objetivas e confiáveis, e que as recomendações sejam baseadas em evidências sólidas e análises rigorosas.

A integridade é essencial para assegurar que as avaliações sejam conduzidas de forma honesta, ética e transparente, minimizando assim os riscos de conflitos de interesse, parcialidade e corrupção. Isto é alcançado através da aplicação de métodos e técnicas especializadas, tais como a avaliação de risco e controle, a análise de dados e documentos, e as entrevistas, alinhadas com as melhores práticas do setor e as normas e padrões relevantes, como as normas de auditoria geralmente aceitas (GAAS). Além disto, a independência é essencial para assegurar que as avaliações sejam conduzidas de forma imparcial, objetiva e confiável, minimizando assim os riscos de influência indevida, pressão e conflitos de interesse (PEREIRA, 2018, p. 96). Isto é alcançado através da criação de laços de trabalho independentes entre os auditores, os gestores e os funcionários da organização, envolvendo a separação clara dos papéis e responsabilidades, a independência de julgamento e a livre expressão de opiniões.

Mediante a aplicação de métodos e técnicas especializadas, a auditoria permite a identificação de desvios em relação às metas e objetivos organizacionais, bem como a análise das causas raiz dos problemas e a avaliação dos seus impactos. Com isto, é possível fornecer recomendações e soluções práticas e eficazes, além de ajudar a implementar essas soluções e a acompanhar os resultados. No entanto, a eficácia da auditoria depende da capacidade dos auditores de manterem a integridade e a independência, assegurando assim que as avaliações sejam conduzidas de forma imparcial, objetiva e confiável, e que as recomendações sejam baseadas em evidências sólidas e análises rigorosas (SIMÕES et al, 2021 p. 49; SILVESTRE et al, 2016 p. 79). Deste jeito, a ênfase na integridade e independência

é essencial para assegurar que a auditoria desempenhe um papel eficaz na prevenção e detecção de erros, irregularidades e más práticas, bem como no melhoramento contínuo dos processos e sistemas organizacionais.

Portanto, a ênfase na integridade e independência é um aspecto fundamental no processo de auditoria, desempenhando um papel crucial no efetivo funcionamento da auditoria como sistema de controle e inspeção (SPRENGER et al, 2016, p. 75; BAIOCO; ALMEIDA, 2017, p. 108). A auditoria requer integridade e independência por parte dos auditores, a fim de assegurar que as avaliações sejam imparciais, objetivas e confiáveis, e que as recomendações sejam baseadas em evidências sólidas e análises rigorosas.

3 CONCLUSÃO

A auditoria contábil desempenha um papel fundamental como sistema de resolução de problemas nas organizações. Ela consiste em avaliar de forma independente as demonstrações financeiras, registros contábeis e processos internos para verificar sua veracidade, confiabilidade e conformidade com as normas. Além de identificar falhas e irregularidades, a auditoria propõe recomendações para corrigir problemas e melhorar a eficiência dos processos. Isto ajuda a identificar áreas de risco e oportunidades de melhoria, contribuindo para decisões mais informadas. A auditoria promove transparência e conformidade, fortalecendo a credibilidade da empresa perante investidores, clientes e reguladores. Ao antecipar problemas, evita perdas financeiras e danos à reputação, e ao promover uma cultura de excelência, contribui para a sustentabilidade e competitividade da organização no longo prazo.

Perante tudo isso, indaga-se mais uma vez: Até que ponto a auditoria contábil se destaca como um sistema de resolução de problemas?

A auditoria é um sistema altamente eficaz de solução de problemas, uma vez que permite a identificação, análise e solução de problemas relacionados à eficácia, eficiência e economia de processos e sistemas organizacionais. Através da aplicação de métodos e técnicas especializadas, a auditoria possibilita a identificação de desvios em relação aos objetivos e metas organizacionais, a análise das causas radicais dos problemas e a avaliação de seus impactos. Além disto, a auditoria é um processo contínuo e iterativo, que visa a melhoria contínua dos processos e sistemas organizacionais, garantindo que a organização atinja seus objetivos e otimize sua eficácia e eficiência. Isto é alcançado através da aplicação de boas práticas, normas e padrões relevantes, bem como das melhores práticas

do setor, alinhadas às prioridades e recursos da organização e compatíveis com suas políticas e estratégias. Trata-se, aliás, de um processo participativo e colaborativo, que exige comunicação eficaz e colaboração entre auditores, gestores e funcionários, assegurando que as informações sejam compartilhadas de forma transparente e que as recomendações sejam eficazmente implementadas. Desta forma, a auditoria é capaz de fornecer recomendações e soluções práticas e eficazes, além de ajudar na implementação dessas soluções e no acompanhamento dos resultados.

Como resultado, a auditoria é capaz de fornecer recomendações e soluções práticas e eficazes, contribuindo assim para a melhoria contínua da organização. Os auditores qualificados e experientes aplicam conhecimentos profundos dos processos e sistemas organizacionais, bem como das melhores práticas e normas relevantes, identificando, analisando e solucionando problemas relacionados à eficácia, eficiência e economia dos processos e sistemas organizacionais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Thereza. **Auditoria Interna**: Uma Ferramenta de Gestão. São Paulo: Editora Bookman, 2018.

ALVES, Lucimeire et al. **Auditoria contábil interna**: Seu papel e relevância para as organizações. Revista Eletrônica Organizações e Sociedade, v. 3, p. 101-114, 2016. Disponível em: https://revista.facfama.edu.br/index.php/ROS/article/view/204. Acesso em: 3 mar. 2024.

ARAÚJO, José Antônio. **Auditoria de Custos**: Uma Abordagem Integrada. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2016.

ÁVILA, Jéssica Rayse de Melo Silva et al. Honorários de auditoria e book-tax differences. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 11, n. 31, p. 31-46, 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/134473. Acesso em: 3 mar. 2024.

BAIOCO, Vitor Gomes; ALMEIDA, José Elias Feres de. Efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal na qualidade da informação contábil no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 229-248, p. 102 – 110, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcf/a/byvy4tHrKP8VP44wMBm6n3H/?lang=pt&format=html. Acesso em: 3 mar. 2024.

BIANCHI, Márcia et al. Percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis e da Especialização em Perícia e Auditoria acerca do ensino e do mercado de trabalho em Auditoria. **Revista Ambiente Contábil**, v. 11, n. 2, p. 266-285, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/download/16529/11859. Acesso em: 3 mar. 2024.

CARVALHO, Maria Aparecida. **Auditoria Financeira**: Uma Visão Integrada. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

CASTRO, Walther Bottaro de Lima et al. Determinantes dos honorários de auditoria: um estudo nas empresas listadas na BM &F Bovespa, Brasil. **Revista contabilidade & finanças**, v. 26, p. 261-273, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcf/a/Gcctkh3XvgmBhZKL3sDVxTN/?lang=pt. Acesso em: 3 mar. 2024.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Grupo Gen-Atlas, 2016.

DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otavio Ribeiro de. Determinantes de qualidade da auditoria independente em bancos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, p. 43-56, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcf/a/RT7JZTwkFgfmXxqM73qhWWN/?lang=pt. Acesso em: 3 mar. 2024.

DIAS, Alessandra Gois Gadelha et al. Contabilidade Criativa, Ética e Gerenciamento de Resultados: Auditoria versus Academia. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, v. 18, n. 1, p. 133-151, 2016. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/17161. Acesso em: 3 mar. 2024.

IMONIANA, Joshua Onome; AQUINO, Aline Aparecida. Contabilidade Forense e Perícia Contábil: um estudo fenomenográfico. **Revista Organizações em Contexto**, v. 13, n. 26, p. 101-126, 2017. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/view/7181. Acesso em: 3 mar. 2024.

LINO, André Feliciano; AQUINO, André Carlos Busanelli de. A diversidade dos Tribunais de Contas regionais na auditoria de governos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 29, p. 26-40, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcf/a/Jdxbfsz6FX8sWVxqcfKfcbw/?lang=pt&format=html. Acesso em: 3 mar. 2024.

MARQUES, Luciane Ribas et al. Contabilidade e auditoria interna no setor público brasileiro: percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/

IFAC. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 14, p. 16 - 20, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/161973. Acesso em: 3 mar. 2024.

NARDI, Paula Carolina Ciampaglia et al. Influência de práticas Contábeis discricionárias no honorário de auditoria. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 3, p. 55-72, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3071/307160598005/307160598005.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

PEREIRA, Alexandre Demétrio. **Auditoria das projeções contábeis**. São Paulo: Saraiva, 2018.

SIMÕES, Maervelym Pâmella de Andrade et al. Benefícios do uso da tecnologia Blockchain como instrumento para auditoria contábil. **Revista Ambiente Contábil**, v. 1, p. 39-53, 2021. Disponível em: https://bibliotecadigital.udea.edu.co/handle/10495/25430. Acesso em: 3 mar. 2024.

SILVESTRE, Adalene Olívia et al. Auditoria independente: Um estudo sobre o conteúdo dos relatórios Das demonstrações contábeis dos clubes de futebol Brasileiros. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 8, n. 2, p. 79 – 91, 2016. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rcc/article/download/41270/28997. Acesso em: 3 mar. 2024.

SPRENGER, Kélim Bernardes et al. Relatório Modificado de auditoria: análise pré e pós-convergência aos padrões internacionais de contabilidade. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 15, n. 44, p. 75-85, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4775/477550401006/477550401006.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

GESTÃO ESCOLAR: DEFINIÇÕES, PILARES E MODELOS

Paula Tatiane Meleiro Meireles
Pós-graduada em Gestão do Trabalho Pedagógico
http://lattes.cnpq.br/6324688002945698
paullamarx@gmail.com

RESUMO: Esta pesquisa abordando sobre "GESTÃO ESCOLAR: definições, pilares e modelos" propõe estabelecer algumas reflexões sobre a gestão no contexto atual, tendo em vista seus pilares e modelos, enfatizando a gestão democrática e explicitando sua aplicação legal. Neste sentido, o trabalho caracteriza-se principalmente pelo enfoque dado ao modo como se realiza o processo de gestão, para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. A metodologia, com uma abordagem qualitativa, fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, a qual evidencia que, são muitos os desafios encontrados no ambiente escolar, porém com planejamento e organização do trabalho é possível alcançar altos resultados. Conclui-se que a partir da gestão democrática é possível criar um ambiente saudável de aprendizagem, em que os profissionais se colocam como gestores do processo educacional, predispostos à busca de novas propostas, e, comprometidos com o coletivo da escola. Além disso, um profissional sozinho não chega a lugar algum: precisa-se do todo da escola e de uma proposta pedagógica coerente com o que se quer, com a mudança, com a transformação social da educação.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Gestão Democrática; Gestor; Escola.

1 INTRODUÇÃO

A gestão escolar é um tema muito importante no contexto educacional, pois está relacionada à administração e organização das instituições de ensino. Uma boa gestão escolar é fundamental para garantir a qualidade do ensino, o desenvolvimento dos alunos e a eficiência da escola como um todo.

Neste trabalho, será abordado o tema da gestão escolar, destacando suas principais características, desafios e estratégias para uma gestão democrática e eficiente. Serão apresentados conceitos fundamentais sobre gestão, seus pilares e modelos, além de exemplos práticos de boas práticas de gestão em escolas.

Segundo Ferreira (2003), a gestão da educação compreende-se a partir do processo de condução e gerência da vida escolar, ela diz:

> Gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel. Constitui-se de princípios e práticas decorrentes que afirmam ou desafirmam os princípios que as geram. Esses princípios, entretanto, não são intrínsecos à gestão como a concebia a administração clássica, mas são princípios sociais, visto que a gestão da educação se destina à promoção humana. (FERREIRA, 2003, p. 306)

Deste modo, a gestão escolar inclui a definição de metas e objetivos, o planejamento e organização do currículo escolar, a seleção e capacitação de professores e funcionários, a gestão de recursos financeiros e materiais, a criação de um ambiente escolar seguro e acolhedor, a avaliação e o monitoramento do desempenho escolar, bem como o estabelecimento de parcerias com a comunidade e a promoção da participação dos pais na vida escolar.

O objetivo deste trabalho é contribuir para o entendimento da importância da gestão escolar democrática e fornecer subsídios para a formação de gestores escolares competentes e comprometidos com a melhoria da educação.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa bibliográfica. No desenvolvimento deste falaremos sobre os pilares da gestão escolar, modelos e aprofundar um pouco na parte prática e legal da gestão democrática. Seguida da conclusão e bibliografia.

2 DESENVOLVIMENTO

Gestão escolar é o conjunto de práticas, processos e estratégias utilizados para administrar e liderar uma escola, com o objetivo de promover a excelência acadêmica, a inclusão social, a formação integral dos alunos e o desenvolvimento da comunidade escolar. Isso envolve uma série de atividades, como o planejamento estratégico, a definição de políticas e diretrizes pedagógicas, a organização da estrutura física e dos recursos materiais da escola, a gestão de recursos humanos, a gestão financeira, a comunicação com a comunidade escolar e a avaliação e monitoramento do desempenho dos alunos e da escola como um todo. Essas atividades são os pilares da gestão escolar, as quais detalharemos abaixo:

- Gestão pedagógica: inclui o planejamento curricular, o acompanhamento do desempenho dos alunos, a formação continuada dos professores, a avaliação e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

- Gestão administrativa: engloba a organização dos recursos humanos, financeiros e materiais da escola, bem como a gestão dos processos burocráticos e da documentação escolar.

- Gestão de pessoas: envolve a promoção de um ambiente de trabalho saudável e colaborativo, o reconhecimento e valorização dos profissionais da educação, a comunicação transparente e a busca constante pela melhoria do clima organizacional.

- Gestão da comunidade escolar: consiste em estabelecer uma relação de parceria e diálogo com os pais, responsáveis, alunos e membros da comunidade local, buscando a participação ativa desses atores na vida escolar e na construção de uma educação de qualidade.

Esses pilares estão interligados e devem ser trabalhados de forma integrada e contínua, visando o alcance dos objetivos educacionais e o desenvolvimento pleno dos alunos.

Deste modo, o diretor torna-se gestor a partir do momento que ele entende a gestão como um trabalho conjunto, onde todos participam:

> Por isso, o diretor deve estar muito atento ao que se transmite "nas entrelinhas" dos processos e das relações interpessoais que se estabelecem na escola. Seu desafio é o de coordenar diferentes gestões - equipe, espaços, parcerias, recursos - para promover a aprendizagem das turmas. Nessa abordagem, o olhar do gestor se volta fundamentalmente para três eixos: a organização dos espaços da escola (não só o das salas de aula), a mobilização de uma equipe coesa

> (que trabalhe para alcançar uma proposta pedagógica definida) e o estabelecimento de um canal de comunicação com pais de alunos e a comunidade do entorno. Embora ninguém afirme que isso seja tarefa fácil, aplicar essa teoria no dia-a-dia talvez não transforme a instituição numa escola dos sonhos, mas certamente trará resultados positivos sob todos os aspectos (GURGEL, 2008, p. 24).

Portanto, para além dos pilares da gestão escolar, é fundamental que o gestor conheça os modelos de gestão e pratique a gestão democrática. Abaixo detalharemos alguns modelos de gestão:

- Gestão autocrática: Nesse modelo, a autoridade é centralizada em uma única pessoa, geralmente o diretor. As decisões são tomadas unilateralmente, sem muita participação dos professores ou funcionários da escola. Este modelo é menos comum hoje em dia, pois é considerado menos eficaz do que os modelos mais participativos.

- Gestão por resultados: Este modelo enfatiza a importância de medir e monitorar o desempenho da escola e dos alunos para alcançar metas específicas. A ideia é que a escola deve ser gerenciada como uma empresa, com foco em alcançar resultados concretos.

- Gestão por competências: Nesse modelo, a gestão escolar é baseada nas competências e habilidades dos membros da equipe, e cada um tem responsabilidades e papéis específicos. A ênfase está na colaboração e na gestão eficiente de recursos, bem como na melhoria contínua.

- Gestão participativa: Este modelo enfatiza a participação ativa dos funcionários e professores na tomada de decisões, mas pode haver menos ênfase na participação dos alunos e pais. A gestão participativa é baseada em uma abordagem mais horizontal, onde as decisões são tomadas em conjunto, em vez de serem impostas de cima para baixo.

- Gestão democrática: Nesse modelo, a gestão da escola é compartilhada entre todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, pais e alunos. A ideia é que todas as partes interessadas tenham uma voz igual na tomada de decisões e na gestão da escola.

Percebemos ainda a presença da gestão autocrática no meio escolar, porém nos últimos anos, vemos o avanço da gestão participativa, caminhando para uma gestão democrática.

A gestão democrática e participativa da escola e dos sistemas de educação é um dos princípios constitucionais da educação pública brasileira, segundo o Art. 206, incisos de VI, da CF/88, a saber:

> Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> V – valorização dos profissionais d educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de prova e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
> **VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.**
> VII – garantia de padrão de qualidade;
> VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.
> IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1988)

A gestão democrática também está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE II) com vigência entre 2014-2024, entre várias metas para a melhoria da educação brasileira, há uma específica para a gestão democrática:

> Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da **gestão democrática da educação**, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Estratégias:
> 19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;
> 19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos(às) conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos(às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

> 19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação; 19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
> 19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
> 19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares,
> 19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;
> 19.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão (BRASIL, 2014).

A gestão democrática é um dever das instituições públicas, trata-se de um direito dos cidadãos, previsto pela Constituição brasileira, que estabelece que a gestão dos órgãos públicos deve ser feita de forma participativa, transparente e responsável.

Portanto, na gestão democrática, as pessoas têm voz ativa nas decisões que afetam suas vidas e a comunidade em que estão inseridas. É uma forma de se exercer a cidadania, promovendo a conscientização, a cooperação e o respeito mútuo. Esta pode ser aplicada em diversos contextos, como empresas, escolas, associações, sindicatos, órgãos públicos, entre outros. A sua implementação requer um conjunto de práticas e estratégias que visem à participação ativa de todos os envolvidos, tais como assembleias, reuniões, comissões, conselhos, ouvidorias, entre outros.

3 CONCLUSÃO

O gestor escolar é o profissional responsável por administrar e coordenar as atividades de uma instituição de ensino, como escolas, faculdades, universidades e outras organizações educacionais. É uma posição de liderança que exige habilidades em gestão de pessoas, finanças, recursos materiais e pedagogia.

Segundo LUCK (2010, p. 131):

> (...) uma das mais básicas condições para o exercício da gestão e liderança escolar é conhecer e compreender o clima e a cultura da organização. Gestores competentes se debruçam sobre questões referentes ao clima e à cultura escolar sobre as condições que criam e sustentam suas manifestações que expressam um conjunto de respostas tácitas, atitudinais e comportamentais aprendidas coletivamente no enfrentamento de desafios. Também vigentes, assim como as condições mais efetivas para mudá-las, quando este for o caso, e desenvolvem habilidades para fazê-lo.

Deste modo, para iniciar o trabalho na gestão escolar, é importante conhecer a legislação educacional, conhecer a escola, estabelecer um plano de ação e metas, manter uma boa comunicação com a comunidade escolar, criar uma equipe de gestão alinhada e motivada para implementar as mudanças necessárias na escola e por fim avaliar os resultados para fazer ajustes quando necessário. É uma tarefa desafiadora, mas também muito gratificante. Com uma equipe comprometida e um plano de ação bem elaborado, é possível alcançar grandes resultados e melhorar a qualidade do ensino oferecido pela escola.

A gestão escolar é um tema de extrema importância para a qualidade da educação no Brasil e em todo o mundo. Através da gestão escolar eficiente, é possível garantir que as escolas estejam preparadas para oferecer um ensino de qualidade aos estudantes, bem como para atender às demandas da sociedade e das famílias.

Acreditamos que a gestão democrática da escola pública é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, pois permite que os cidadãos sejam agentes ativos na construção de uma educação de qualidade. O objetivo é promover uma gestão mais participativa e transparente, que valorize a diversidade de opiniões e ideias e que seja capaz de promover um ambiente escolar mais justo e inclusivo. Nesta direção é relevante a análise feita por Chiavenato quando registra que:

> [...] quando há elevada motivação entre os membros, o clima organizacional se eleva e traduz-se em relações de satisfação, animação, interesse, colaborando irrestrita, etc. Todavia, quando há baixa motivação entre os seus membros, seja por frustração ou imposição de barreiras a satisfação das necessidades, o clima organizacional tende a baixar, caracterizando-se por estado de depressão, desinteresse, apatia, insatisfação. (CHIAVENATO, 2005, p. 267)

A fim de minimizar a insatisfação, algumas práticas podem ser adotadas em uma gestão democrática, conforme seguem:

- Eleições diretas para escolha dos representantes dos estudantes, professores e funcionários nos conselhos escolares e em outras instâncias de decisão.

- Criação de espaços de diálogo e debates, como assembleias escolares, fóruns e grupos de discussão, para que os membros da comunidade escolar possam expressar suas opiniões e contribuir com ideias para a gestão da escola.

- Divulgação das informações relevantes para a comunidade escolar, como orçamento, planos de ação, projetos pedagógicos e relatórios de desempenho, de forma clara e acessível.

- Implementação de mecanismos de avaliação e monitoramento das ações e decisões da gestão escolar, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

- Promoção da cultura de participação e engajamento da comunidade escolar nas atividades da escola, por meio de atividades como feiras culturais, eventos esportivos, grupos de estudo e outras iniciativas que valorizem a diversidade e as habilidades de cada membro da comunidade.

Este modelo de gestão é um processo contínuo que exige comprometimento e engajamento de todos os envolvidos. Quando bem implementada, ela pode trazer diversos benefícios para a escola, como maior envolvimento da comunidade escolar, melhoria da qualidade do ensino, aumento da satisfação dos membros da comunidade e promoção de valores como cidadania e democracia.

Um dos principais desafios enfrentados pelos gestores escolares é a gestão de recursos financeiros e materiais, que muitas vezes são escassos. Para superar esse desafio, é fundamental que os gestores busquem formas criativas de utilizar os recursos disponíveis, priorizando as necessidades mais urgentes da escola e estabelecendo parcerias com a comunidade.

Além disso, a gestão escolar deve estar atenta ao desempenho dos estudantes, buscando formas de avaliar o aprendizado e de identificar possíveis problemas no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, é importante que os gestores estejam atualizados sobre as metodologias de ensino mais eficientes e que promovam a formação continuada dos professores.

Por fim, é importante destacar que a gestão escolar eficiente depende de um conjunto de competências e habilidades por parte dos gestores. Isso inclui habilidades de liderança, comunicação, planejamento e tomada de decisão, bem como a capacidade de trabalhar em equipe e de gerenciar conflitos. Percebemos a falta de incentivo público na formação continuada dos gestores, sendo um trabalho ainda muito solitário e árduo.

Diante do exposto, podemos afirmar que a gestão escolar é um tema de extrema importância para a qualidade da educação no Brasil e que por meio desta é possível garantir que as escolas estejam preparadas para oferecer um ensino de qualidade aos estudantes, bem como atender às demandas da sociedade e das famílias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2014.

CHIAVENATO. Idalberto. **Comportamento organizacional**: dinâmica do sucesso das organizações. 2ed. Rio de Janeiro: Campo, 2005.

FERREIRA, Marília Gouveia. **Gestão escolar**: Caminhos e possibilidades. São Paulo: Editora Ática, 2008.

FERREIRA, Naura Carapeto (org.). **Gestão democrática da Educação:** Atuais tendências, novos desafios**.** 4 ed., São Paulo: Cortez. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GURGEL, Thais. **É papel do diretor gerir a equipe na condução do famoso PPP**. Veja aqui respostas para as dúvidas frequentes nesse processo. Edição 002, Junho 200911/2008. Disponível em: <http://www.novaescola.com.br>. Acesso em: 08 de jun. 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LUCK, Heloísa. **Gestão escolar**: democratização da escola pública. Petrópolis: Vozes, 2003.

LUCK, Heloísa. **Gestão da Cultura e do Clima Organizacional da Escola**. Vol. V em 2010. Editora Vozes. Página 131.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2015.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Gestão democrática na escola**: desafios e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2015.

TURMA DA MÔNICA: PRIMEIROS PASSOS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES

André da Rosa Lucas
Pós-graduado em Literatura Infantil e Juvenil: da composição à educação literária
http://lattes.cnpq.br/4934456253744479
andrelucas10@hotmail.com

RESUMO: As histórias em quadrinhos, também conhecidas como HQs ou gibis, são um gênero muito difundido no Brasil, principalmente com direcionamento ao público infantil, apresentando humor e dinamismo em um cenário em que, lamentavelmente, "a leitura, por questões educacionais ou culturais, não é uma prática constante [...]" (SANTOS; GANZAROLLI, 2011, p. 65). Diante destas premissas, a mediação da leitura através dos quadrinhos pode ser uma excelente alternativa para propiciar fruição, já que se percebe a "facilidade com que esse tipo de literatura 'fala' à mente infantil; ou melhor, atende diretamente à natureza ou necessidades específicas da criança" (COELHO, 2000, p. 194). Cabe aqui destacar que o público-alvo da ação é uma turma multisseriada de 2º ano e 3º ano do Ensino Fundamental, composta por 12 alunos, cuja faixa etária média é de 10 anos, de uma escola do campo da rede estadual do Rio Grande do Sul localizada no pequeno município de General Câmara. A comunidade é formada majoritariamente por famílias que possuem a pesca como fonte de renda e com pouco contato com materiais literários fora do contexto escolar. A escola de Ensino Fundamental, localizada na zona rural, possui 40 alunos matriculados e funciona apenas no turno da tarde. Há uma biblioteca em um pequeno espaço que contém mesas, cadeiras, cinco computadores com acesso à internet e estantes com livros varia-

dos de literatura como gibis da Turma da Mônica doados por professores e materiais didáticos, todos dispostos sem nenhum tipo de organização. Tal local não dispõe de um profissional com carga horária para exercer atividades de mediação, ficando fechado a maior parte do tempo e sendo aberto pelos professores quando há interesse. Assim, considerando o contexto anteriormente exposto, percebe-se que os quadrinhos podem auxiliar de forma potente na mediação literária como uma peça introdutória ao mundo da leitura, neste contexto com poucas oportunidades de acesso a ela.

Palavras-chave: Quadrinhos; Leitura; Leitores.

1 JUSTIFICATIVA

As histórias em quadrinhos, também conhecidas como HQs ou gibis, são um gênero muito difundido no Brasil, principalmente com direcionamento ao público infantil, apresentando humor e dinamismo em um cenário em que, lamentavelmente, "a leitura, por questões educacionais ou culturais, não é uma prática constante [...]" (SANTOS; GANZAROLLI, 2011, p. 65). Diante destas premissas, a mediação da leitura através dos quadrinhos pode ser uma excelente alternativa para propiciar fruição, já que se percebe a "facilidade com que esse tipo de literatura 'fala' à mente infantil; ou melhor, atende diretamente à natureza ou necessidades específicas da criança" (COELHO, 2000, p. 194). Cabe aqui destacar que o público-alvo da ação é uma turma multisseriada de 2º ano e 3º ano do Ensino Fundamental, composta por 12 alunos, cuja faixa etária média é de 10 anos, de uma escola do campo da rede estadual do Rio Grande do Sul localizada no pequeno município de General Câmara. A comunidade é formada majoritariamente por famílias que possuem a pesca como fonte de renda e com pouco contato com materiais literários fora do contexto escolar. A escola de Ensino Fundamental, localizada na zona rural, possui 40 alunos matriculados e funciona apenas no turno da tarde. Há uma biblioteca em um pequeno espaço que contém mesas, cadeiras, cinco computadores com acesso à internet e estantes com livros variados de literatura como gibis da Turma da Mônica doados por professores e materiais didáticos, todos dispostos sem nenhum tipo de organização. Tal local não dispõe de um profissional com carga horária para exercer atividades de mediação, ficando fechado a maior parte do tempo e sendo aberto pelos professores quando há interesse.

Assim, considerando o contexto anteriormente exposto, percebe-se que os quadrinhos podem auxiliar de forma potente na mediação

literária como uma peça introdutória ao mundo da leitura, neste contexto com poucas oportunidades de acesso a ela.

2 OBJETIVOS DO PROJETO

- Reconhecer personagens da Turma da Mônica como fenômeno cultural e social;
- Conhecer a linguagem dos quadrinhos, propiciando a leitura da linguagem verbal associada à não-verbal;
- Realizar leitura fruitiva de revistas em quadrinhos da Turma da Mônica;
- Produzir texto em forma de histórias em quadrinhos, utilizando ferramentas tecnológicas;
- Identificar figuras de linguagem e empregos não convencionais da pontuação comuns nos quadrinhos;
- Diferenciar a linguagem verbal da escrita, reconhecendo as diversas nuances linguísticas de nosso idioma.

3 OBRA(S) ESCOLHIDAS PARA A MEDIAÇÃO LITERÁRIA, COM BREVE SINOPSE

Comumente, este gênero de publicação - os quadrinhos - possuem enredos protagonizados por crianças, como no caso dos personagens da popular Turma da Mônica, criação do cartunista brasileiro Maurício de Sousa, desde 1970 fascinam os pequenos leitores devido ao fato de:

> "as crianças dessas narrativas agirem de forma pró-ativa em relação ao meio e às pessoas com quem convivem, funcionando como catalisadores para os anseios e frustrações dos pequenos leitores, muitas vezes socialmente contidos por pais, avós ou professores" (VERGUEIRO; RAMOS, 2009, p. 166).

Tal viés rompe com a lógica moralizante de algumas publicações voltadas às crianças em que a leitura pelo simples deleite é desprezada. Com linguagem familiar ao coloquialismo, os gibis aproximam o pequeno leitor através de personagens espontâneos, com jeitos de falar próprios como Cebolinha e Chico Bento que, sob uma perspectiva didatista, poderiam ser considerados reprováveis e merecedores de correção.

4 DEFINIÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS ENVOLVIDOS NO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA

O gênero definido para essa proposta, conforme já apresentado anteriormente, é "histórias em quadrinhos". Essa escolha se justifica, uma vez que, nos quadrinhos, a presença de imagens integradas ao texto traz alguns pontos em comum com a literatura convencional e outras formas de arte, como o cinema e o teatro, pois as histórias em quadrinhos "gozam de uma linguagem autônoma, que usa mecanismos próprios para representar os elementos narrativos" (RAMOS, 2009, p. 17). Ocorre, assim, uma interação entre linguagem verbal e linguagem não-verbal, em que "as expressões faciais dos personagens fazem parte do conjunto da comunicação" (OLIVEIRA; CASTRO, 2008, p. 97). Outro ponto a ser destacado é de que os gibis já se encontram no ambiente escolar, de que são materiais encontrados com relativa facilidade e baixo custo, o que torna a leitura, neste cenário, um processo mais igualitário, inclusivo.

5 ESTRATÉGIAS GERAIS PARA PROMOVER A MOTIVAÇÃO E A ADESÃO DOS PÚBLICO-ALVO DO PROJETO

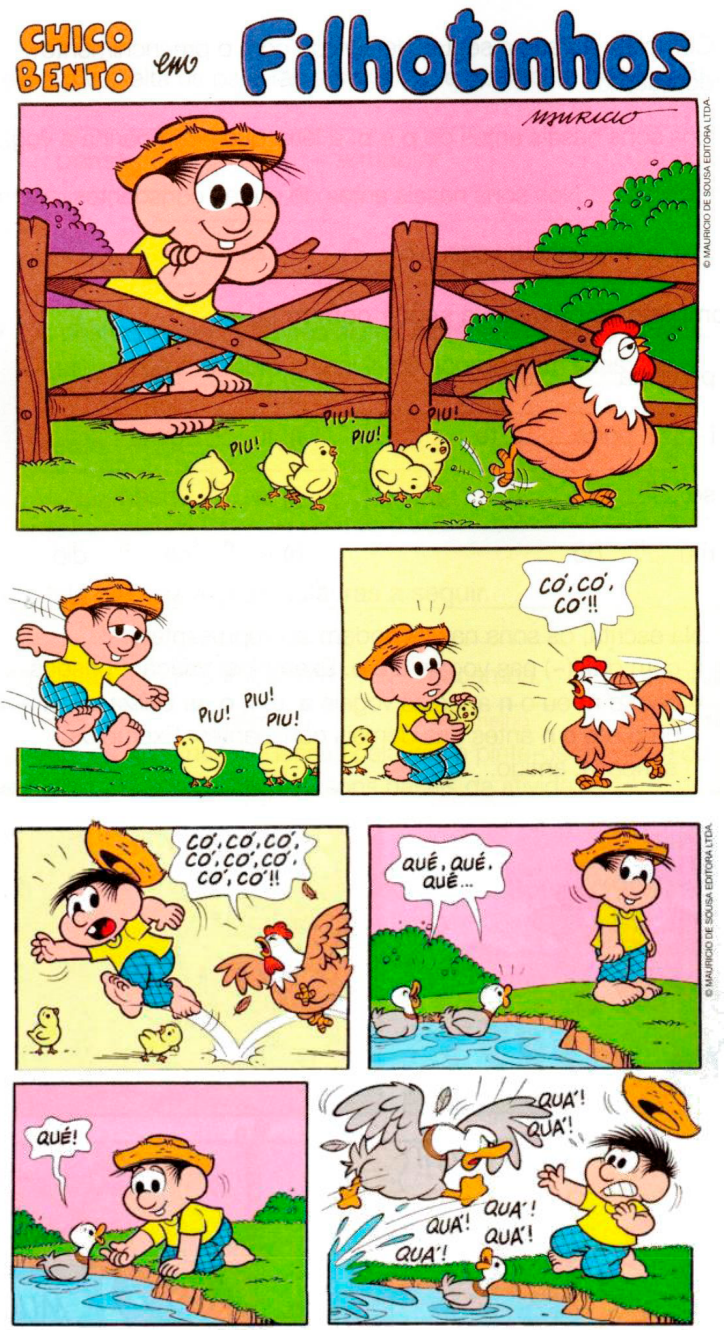
Primeiramente, será feita uma sondagem, conversando com os alunos se eles leem ou já leram gibis e de quais personagens, como são estes personagens, se já os viram em outras mídias como filmes e propagandas televisivas, quais histórias que eles mais gostam etc. Depois, a turma, organizada em duplas e trios, assistirá nos computadores da biblioteca ao filme "Cinegibi" com personagens da Turma da Mônica e que remete a alguns aspectos visuais da linguagem dos quadrinhos, finalizando a estratégia com um convite à exploração de uma história em quadrinho pré-selecionada.

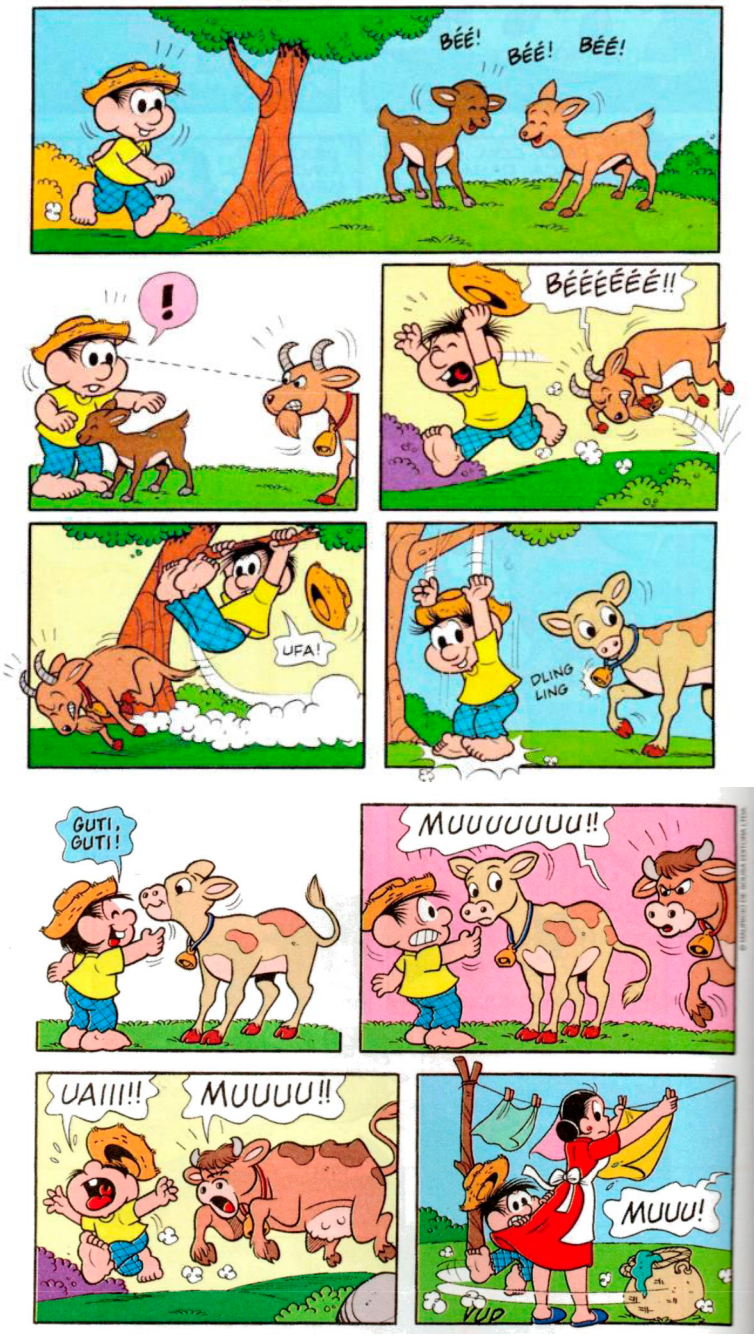
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS (PRÁTICAS A SEREM REALIZADAS ANTES, DURANTE E APÓS A LEITURA)

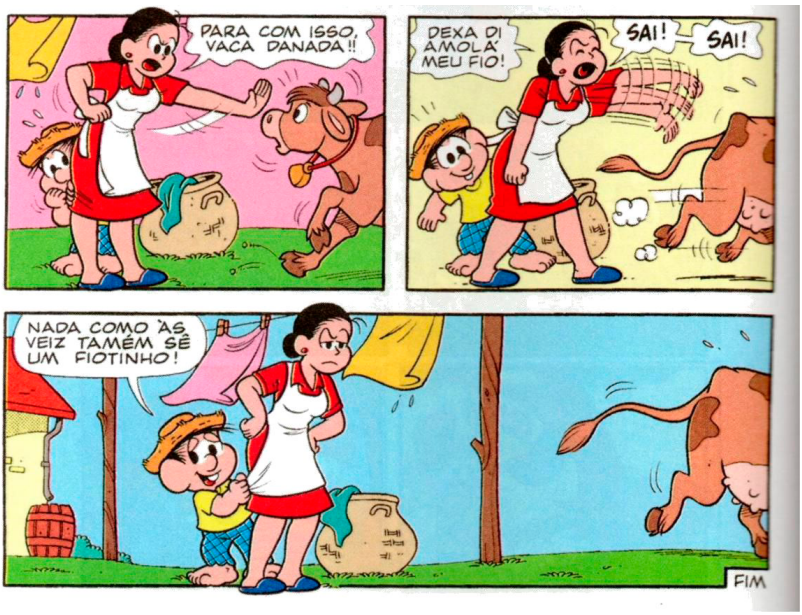
Será feito um diálogo sobre com quais animais eles têm contato, suas características, se possuem nome, quais cuidados são dispensados a eles, com quais animais eles se identificam etc.

Será proposta a leitura da história abaixo (figura 1), impressa em papel A4, sobre o personagem Chico Bento, cujo enredo vai ao encontro do cotidiano dos alunos.

Figura 1 – História "Filhotinhos" do Chico Bento




BÉÉ!
BÉÉ!
BÉÉ!
!
BÉÉÉÉÉÉ!!
UFA!
DLING
LING
GUTI,
GUTI!
MUUUUUUU!!
UAIII!!
MUUUU!!
MUUU!



Fonte: Site https://educacaonaopara.com/

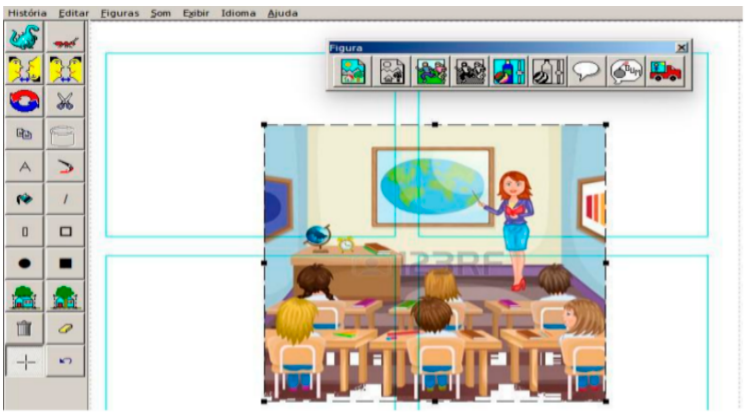
"A história se passa no campo ou na cidade?", "Qual foi a intenção de Chico Bento ao se aproximar dos animais?", "Vocês já se viram em apuros em alguma situação envolvendo animais? Como foi?", "Quais vozes de animais vocês sabem imitar?", "Vocês observaram que o tamanho das letras varia em alguns quadrinhos? Qual seria o motivo disso?", "Qual o porquê de em alguns quadrinhos haver escrita dentro dos balões e em outros, não?", "O que será que significa o ponto de exclamação isoladamente na segunda página da história?", "Na opinião de vocês, o que quer dizer a palavra 'VUP' na última página da história?", "A forma como o braço esquerdo da mãe de Chico Bento foi desenhado no penúltimo quadrinho representa o quê?" são alguns exemplos de possíveis problematizações a serem realizadas oralmente. Os alunos serão questionados sobre a observação dos elementos que formam os códigos das HQs como as legendas, os balões em sua possível multiplicidade de sentidos e as onomatopeias, levando-os a construírem saberes sobre as especificidades desse sistema linguístico, com o auxílio do mediador. Esse momento de interação é fundamental, pois "a 'alfabetização' na linguagem específica dos quadrinhos é indispensável para que o aluno decodifique as múltiplas mensagens nele presentes" (RAMA; VERGUEIRO, 2009, p. 31).

Posteriormente, será conduzida a leitura livre das revistas com histórias em quadrinhos disponíveis na biblioteca (aproximadamente 30 edições), deixando os alunos se comunicarem, trocarem de exemplar com os colegas e mostrarem o que acharam mais interessante, afinal de contas, é deveras significativo disponibilizar a literatura em seus diversos gêneros na escola e "propiciar um encontro significativo da criança com a arte, entendida como representação simbólica das possibilidades de viver" (AGUIAR, 2001, p. 160). Os gibis serão organizados pelos alunos e professor em uma estante de modo a criar uma gibiteca – espaço particular para esse gênero textual na biblioteca - havendo uma combinação coletiva de cuidados a serem realizados com o acervo visando sua conservação após o seu uso na escola ou em casa, após empréstimo. Futuras rodas de leituras serão incorporadas na rotina, buscando doações da comunidade escolar e expandindo a iniciativa às outras turmas da escola, atentando para:

> "o fato de as HQ serem uma comunicação de massa de grande destaque entre o público infantil; o interesse das crianças por sua leitura; seu recurso híbrido (palavras e imagens); o alto nível de informação e o fato de as HQ auxiliarem no desenvolvimento da prática da leitura" (SANTOS; GANZAROLLI, 2011, p. 64).

Uma possibilidade de atividade pós-leitura é a produção textual utilizando o software Hagáquê (figura 2).

Figura 2 – Imagem do software Hagáquê



Fonte: Tutorial de Apresentação e Uso do Software Hagáquê

Este programa, de fácil emprego, "refere-se a um editor de histórias em quadrinhos o qual conta um banco de imagens (cenários, personagens, balões de conversas), bem como tem suporte para vários recursos de edição destas imagens, e áudio" (FERRARI, s.d, p. 1). Tal editor "é resultado da dissertação de mestrado de Bim (2001), do Instituto de Computação da Universidade Estadual de Campinas" (BARBOSA, 2016, p. 15). Nesta proposta, planejada para uma tarde, os alunos poderão criar histórias envolvendo a Turma da Mônica, outros personagens ou seu cotidiano. Após a conclusão das histórias, elas serão salvas e publicadas no blog da turma (https://producoesdanossaturma.blogspot.com/). Cabe destacar aqui que a ferramenta blog, a princípio, era utilizada como diário virtual, mas que, com o decorrer do tempo, assumiu novas funções como a de permitir "produzir, reproduzir e difundir a escrita de maneira interativa" (ROJO; ALMEIDA, 2012, p. 40).

7 INVESTIGAÇÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO DO PROJETO COM OUTROS COMPONENTES CURRICULARES

Quanto às possibilidades interdisciplinares, pode-se, através da história "Filhotinhos", introduzir, no componente curricular Ciências, os temas reprodução dos animais (animais ovíparos e vivíparos), as características das aves e mamíferos enquanto seres vertebrados e os animais considerados domésticos. Em Geografia, pode-se abordar a questão da pecuária.

Com esta prática, pretende-se proporcionar aos alunos desta turma, a oportunidade de ler uma tipologia textual que, até então, estava na biblioteca sem nenhum tipo de exploração literária, contrariando a ideia equivocada que promove a "rejeição desse gênero por acreditar que se trata de um texto muito fácil de ser entendido" (RAMOS; FEBA, 2011, p. 216). Destaca-se aqui a importância da leitura pela leitura enquanto experiência estética e da valorização do espaço da biblioteca escolar, sem a obrigatoriedade de interligação com exercícios de ortografia, ensino de "bons modos" ou de conteúdos do currículo escolar, de modo a "dotar as crianças de meios para que se sintam donas de sua leitura e capazes de falar sobre ela" (COLOMER, 2007, p. 115).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira (coord.). **Era uma vez.. na escola** – formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Editorial, 2001.

BARBOSA, Ozana de Oliveira. **As TICs em sala de aula de LP**: ensino-aprendizagem da língua materna por meio do software Hagáquê. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional.

CARNEIRO, Mirian Chaves. **A história em quadrinhos e suas características textuais**. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=27990. Acesso em: 07 jan. 2022.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil:** Teoria, Análise, Didática. 7ª edição. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros**: a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

FERRARI, Mauára Fréo. **Tutorial de Apresentação e Uso do Software Haguáquê**. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/111657/1/Tutorial%20Hag%C3%A1qu%C3% AA.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

OLIVEIRA, João Batista e; CASTRO, Juliana Cabral Junqueira de. **Usando textos na sala de aula:** tipos e gêneros textuais. 3ª edição. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2008.

RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2009.

RAMOS, Flávia Brocchetto; FEBA, Berta Lúcia Tagliari. Leitura de história em quadrinhos na sala de aula. In: SOUZA, Renata Junqueira de; FEBA, Berta Lúcia Tagliari (orgs.). **Leitura literária na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011. p. 213-247.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, 264 p.

SANTOS, Mariana Oliveira dos; GANZAROLLI, Maria Emilia. Histórias em quadrinhos: formando leitores. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 63-75, Apr. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862011000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Jan. 2022. https://doi.org/10.1590/S0103-37862011000100006.

TURMA DA MÔNICA. **Cine Gibi 1 "O Filme" (FILME COMPLETO) | Turma da Mônica**. Youtube, 12 de outubro de 2014. (01h11m49s). Disponível em: https://youtu.be/7m-oXqZ1s3I. Acesso em: 07 jan. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo (orgs.). **Quadrinhos na educação**. São Paulo: Contexto, 2009.

INCENTIVO FISCAL ESTADUAL À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA INVEST

Adson Thiago Oliveira Silva
Mestre em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento
http://lattes.cnpq.br/5936723988706955
adsont@hotmail.com

RESUMO: O trabalho examina como uma política de incentivo fiscal no âmbito estadual afeta os resultados das firmas. Avaliou-se os efeitos do programa INVEST sobre os investimentos, faturamento, massa salarial, salário médio e empregos gerados por indústrias de transformação, no Estado do Espírito Santo, no período compreendido entre 2004 a 2018. Mediante a construção de um painel com 150 firmas beneficiadas e 255 não beneficiadas, foram realizadas estimações econométricas, tendo como metodologia de referência adotada a abordagem de Diferenças em Diferenças (DiD). Todavia, em decorrência da variação do período de exposição das firmas à política no intervalo da série analisada, ou seja, a existência de variação no tempo de tratamento, a aplicação foi acompanhada da utilização dos estimadores "two way fixed effects" (TWFE) e DiD escalonado, este último na forma proposta por Callaway e Sant'Anna (2021). Os resultados, em geral, sugerem um impacto positivo do programa INVEST sobre as variáveis analisadas, exceto para o salário médio, para o qual, em ambos os modelos aplicados, não se verificou qualquer efeito estatisticamente

significativo da política no intervalo da série. A estimação escalonada, por seu turno, aponta que, após um efeito positivo pós-tratamento, os efeitos da política diminuem ao longo do tempo, demonstrando uma espécie de perda de eficiência do incentivo fiscal a médio e longo prazo.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Política de incentivos fiscais; Avaliação de impacto

1 INTRODUÇÃO

Incentivos fiscais são tratamentos preferenciais que se desviam da estrutura tributária geral e são concedidos a um grupo selecionado de contribuintes. Quando uma disposição fiscal generosa está disponível para todos os contribuintes, independentemente de suas linhas de negócio, investimento, localidade, dentre outras características, não é um benefício fiscal, mas parte integrante da estrutura tributária geral (CHEN, 2015).

A justificativa clássica para a utilização de incentivos fiscais é a mitigação de falhas de mercado (STIGLITZ; ROSENGARD, 2015). Além dessa justificativa clássica, os incentivos fiscais são muitas vezes resultado de decisões *ad hoc* dos formuladores de políticas públicas a partir de um julgamento sobre as necessidades econômicas específicas de sua jurisdição (CHEN, 2015).

Desde a estruturação do sistema tributário brasileiro, com a sua primeira Constituição em 1824, ainda sob a égide do Império, incentivos fiscais são utilizados no Brasil com o intuito de moldar decisões do setor privado (AZEVEDO, 2005). Contudo, verifica-se que a concessão de incentivos fiscais foi utilizada com maior protagonismo pelo Governo Central na maior parte de nossa história (VARSANO, 1996). Somente a partir da Constituição de 1988 é que se vê uma mudança nesse cenário, passando os entes subnacionais, mormente os Estados, a praticarem, em maior volume, políticas de incentivos fiscais com o intuito de atrair investimentos para os seus territórios, como item relevante em suas estratégias de desenvolvimento regional (NASCIMENTO, 2008; DE OLIVEIRA; NETO, 2020).

Nesse cenário, portanto, os Estados brasileiros passam a estruturar programas de atração de investimentos relacionados à desoneração do ICMS, apoio em relação à infraestrutura e simplificação de processos de registro de empresas, situação essa conhecida como guerra fiscal. Brito e Bonelli (1997) realizam uma interessante análise dessa mudança no perfil da promoção de políticas de desenvolvimento regional no Brasil

que, originalmente, é atribuição do Governo Central por meio de suas agências de desenvolvimento como Sudam, Sudene, Sudeco, Sudesul e Suframa, e passaram a ser protagonizadas, desde então, pelos Estados, notadamente em relação à política industrial.

Há, entretanto, vozes críticas a esse movimento de promoção de políticas de desenvolvimento regional por parte dos entes subnacionais, pois podem promover uma piora da situação financeira dos Estados, ainda mais considerando que a grande maioria apresenta elevadas dívidas com a União (BRITO; BONELLI, 1997; REZENDE, 2012). Piancastelli e Perobelli (1996) desenvolvem argumentos para demonstrar que a guerra fiscal do ICMS é inócua, dado que possuindo os participantes os mesmos instrumentos de atração de investimentos (benefícios fiscais e creditícios), estes tenderiam a se anular, deixando, portanto, de ser um fator para a decisão locacional. Além disso, mencionam que disputas fiscais generalizadas fazem com que os Estados não definam políticas de investimento explícitas, nem prioridades setoriais compatíveis com as vantagens comparativas locais.

Lado outro, encontra-se na literatura internacional argumentos favoráveis à competição fiscal, sustentando ser, além de uma restrição útil aos formuladores de políticas públicas, um mecanismo de limitação ao crescimento dos governos (EDWARDS; KEEN, 1996; RODDEM, 2003). Assim, quanto maior a autonomia para definição das bases tributárias e alíquotas, por uma jurisdição, há maior probabilidade de haver governos menores, e, por conseguinte, para essa corrente, mais eficientes, ou, como discorre Tiebout (1956), mais próximos das preferências dos pagadores de tributos. Há, ademais, toda uma literatura denominada de federalismo fiscal de segunda geração, que enfatiza a importância da competição fiscal para produzir a prosperidade econômica local, ou seja, das jurisdições subnacionais (OATES, 2005; WEINGAST, 2009).

Seja como for, no caso do Espírito Santo, o Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST), criado por meio do Decreto n.º 1.152-R/2003, é um dos principais instrumentos de sua política de desenvolvimento regional, lastreada na estratégia de desoneração do ICMS. Seu objetivo é contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos da economia capixaba, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais (ESPÍRITO SANTO, 2003).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral responder se o INVEST, enquanto política pública, tem sido efetivo na indução de investimentos, expansão das atividades e geração de empregos pela indústria de transformação no Espírito Santo entre os anos de 2004 a 2018. A hipótese principal a ser testada é a de que o INVEST, por ser também uma política industrial, impactou nos investimentos realizados e empregos gerados pelo segmento da indústria de transformação capixaba, e, por conseguinte, tendo contribuído na sua modernização, expansão e diversificação no período avaliado.

Partindo-se do fato que os recurso públicos são escassos, é esperado que uma política pública os utilize da forma mais racional possível. Assim sendo, a avaliação de políticas públicas – por meio de métodos quantitativos e evidências empíricas – vem ganhando relevância na literatura científica, assim como na própria Administração Pública. No caso de programas de incentivos fiscais, contudo, ainda há uma escassez de estudos empíricos de cunho regional, principalmente para o Brasil, em um contexto crescente da necessidade de analisar a eficácia e efetividade dessas políticas, dada a exigência de se buscar a melhor eficiência dos recursos alocados ou renunciados (Carvalho *et al*., 2007; DE OLIVEIRA; NETO, 2020; WATANABE, 2022).

O presente trabalho, nesse diapasão, busca contribuir, também, na expansão da literatura de estudos empíricos acerca da eficácia e efetividade de um programa de incentivo fiscal como instrumento de política industrial com foco no desenvolvimento regional, bem como servir como subsídio para melhorar a tomada de decisão por *policy makers* que atuam na área de incentivos fiscais e desenvolvimento regional.

É importante mencionar, ademais, que, não obstante o INVEST contemplar ações para o fomento de diversos setores econômicos, a escolha, no contexto da presente pesquisa, pelo setor da indústria de transformação, dar-se em decorrência de que há na literatura quem advogue que as atividades produtivas possuem diferentes capacidades para gerar crescimento e desenvolvimento econômico, sendo a indústria de transformação tida, pela escola estruturalista, como a chave para o aumento da produtividade e, por consequência, do desenvolvimento, dado os encadeamentos, externalidades positivas e *spillovers* tecnológicos gerados na realização de suas atividades (KALDOR, 1966). Há, entretanto, posicionamentos divergentes a essa abordagem, aduzindo

pela horizontalidade[1] no desenho de políticas de desenvolvimento, conquanto compreendem não haver razões para se eleger um setor de atividade econômica como dotado de atributos especiais *vis a vis* aos demais (PACK; SAGGI, 2006; PINHEIRO *et al*., 2007).

A pesquisa é organizada contendo, além desta introdução, mais cinco seções. Uma segunda é destinada a discorrer sobre o INVEST, abordando aspectos de seu funcionamento e institucionalidade. A terceira seção, por seu turno, é dedicada a uma revisão da literatura associada ao tema da pesquisa. A quarta seção presta-se ao detalhamento da metodologia a ser empregada, bem como especificação dos dados que são utilizados. Uma quinta seção destina-se à demonstração e comentários acerca dos resultados encontrados após as estimações econométricas. A sexta e última é reservada para as considerações finais, contemplando um apanhado da pesquisa, implicações de políticas para *policy makers* e algumas questões para exploração e aprofundamentos futuros sobre o tema.

2 O PROGRAMA DE INCENTIVO AO INVESTIMENTO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (INVEST): FUNCIONAMENTO E DETALHAMENTO INSTITUCIONAL

O INVEST foi criado por meio do Decreto n.º 1.152-R/2003. Seu objetivo é contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos da economia capixaba, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais (ESPÍRITO SANTO, 2003). Ao longo do tempo o programa foi sofrendo alterações, passando, em 2007, a ser regulamentado pelo Decreto n.º 1.951-R/2007, e, atualmente, encontra-se disciplinado na Lei n.º 10.550/2016. Quanto ao seu objetivo, além do original, contempla-se hoje a implantação e a utilização de armazéns e infraestruturas logísticas existentes e a otimização da atividade de importação de mercadorias e bens (ESPÍRITO SANTO, 2016).

1 Políticas horizontais tais como: política fiscal austera; controle de inflação; incentivo à poupança; estabilidade econômica e política; defesa do direito à propriedade; sistema judiciário eficiente; redução dos custos de logística; educação e qualificação de mão de obra; e regulação das concessões de serviços públicos. Resumindo, para essa corrente de pensamento o uso de políticas horizontais não faz distinção dos setores que irão receber incentivos por parte do governo, sendo uma economia com fundamentos macroeconômicos sólidos a melhor maneira do governo promover a competitividade dos setores econômicos, inclusive o industrial.

Em relação à política de incentivos fiscais do Estado do Espírito Santo, contudo, não há somente um programa que concentra todos os benefícios fiscais concedidos. Tem-se, além do INVEST, o Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), que é o mais antigo, criado pela Lei n.º 2.508/1970, que concede incentivos fiscais-financeiros na importação de bens e mercadorias pelos portos localizados em seu território. Há, também, o Programa de incentivos vinculados à celebração de Contrato de Competitividade (COMPETE), assim como outros benefícios esparsos na legislação de regência estadual do ICMS. Logo, a análise isolada do INVEST não é suficiente para, por exemplo, se avaliar o impacto da guerra fiscal do ICMS como um todo no Espírito Santo.

Como se sabe, incentivos fiscais podem ser um importante mecanismo de apoio a setores econômicos, inclusive o setor industrial, haja vista possibilitar a redução de custos de implantação, expansão e operação dos empreendimentos beneficiados. O INVEST, nessa senda, contempla várias modalidades de incentivos fiscais do ICMS com o intuito de diminuir os custos de implantação e expansão de novos empreendimentos econômicos (*Capex*), por meio da desoneração do imposto incidente na importação e aquisição interestadual de máquinas e equipamentos; assim como custos de operação (*Opex*) com a desoneração do imposto incidente sobre a aquisição interna e importação de insumos e matérias-primas, adicionado da desoneração parcial do imposto incidente sobre as vendas internas e interestaduais realizadas pelo estabelecimento beneficiado.

Posteriormente, tendo em vista as alterações institucionais introduzidas pela Resolução do Senado Federal n.º 13/2012, que unificou as alíquotas do ICMS incidente nas operações interestaduais com produtos importados, foi incorporado em seu portfólio a desoneração do ICMS na importação de produtos acabados. Como contrapartida dos incentivos recebidos, as empresas enquadradas no INVEST se comprometem com a realização de investimentos e geração de empregos diretos.

A governança do programa é constituída por uma rede de Órgãos da Administração Pública Estadual, a saber, Secretaria de Desenvolvimento (SEDES), Fazenda (SEFAZ), Controle e Transparência (SECONT), Agricultura (SEAG), Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), que formam o denominado Comitê de Avaliação do INVEST. A coordenação do programa cabe à SEDES. Dentre as atribuições do Comitê de Avaliação, destaca-se: i) definir os critérios de enquadramento dos projetos; ii) decidir sobre a concessão dos incentivos

fiscais; iii) estabelecer diretrizes, prioridades e estratégias de atuação do programa; iv) dentre outras (ESPÍRITO SANTO, 2016).

No fluxo de atividades fixado para fins de concessão dos incentivos fiscais, a empresa interessada deve submeter, junto à SEDES, um projeto descritivo, seja de implantação de uma nova unidade ou expansão de uma já existente, indicando, dentre outras informações, a sua localização, atividade econômica, produtos a serem gerados, principais insumos empregados, impactos ambientais, tecnologias e inovações a serem utilizadas e geradas, empregos diretos e indiretos a serem criados e incentivos fiscais ambicionados. Após a recepção do projeto, o mesmo é distribuído para o grupo técnico, formado por representantes da SEFAZ e do BANDES, que emite um parecer pela viabilidade ou não da concessão dos incentivos fiscais pleiteados.

O Comitê de Avaliação, que se reúne, via de regra, ordinariamente, uma vez por mês, delibera, com base nas indicações trazidas pelo grupo técnico, sobre o enquadramento ou não do projeto e, por conseguinte, a concessão ou não dos incentivos fiscais. Após essa deliberação, é publicado, na imprensa oficial do Estado, uma Resolução contendo uma síntese dos incentivos fiscais outorgados. Findada essa etapa, a empresa beneficiária possui um prazo de doze meses, podendo ser prorrogado por igual período, para celebrar um Termo de Acordo, junto à SEFAZ, instrumento esse que consubstancia os incentivos outorgados, consigna os compromissos pactuados (investimentos e empregos diretos a serem, respectivamente, realizados e gerados), estabelecendo, dessa forma, as regras individuais e concretas para a regular participação no programa. Os incentivos são concedidos por um prazo de 12 anos, sendo que, após o décimo ano, as desonerações sobre as vendas são paulatinamente reduzidas.

Em desfecho, é válido mencionar que durante a vigência do incentivo, equipes, formadas por técnicos da SEDES e BANDES, realizam inspeções nos estabelecimentos beneficiados, a fim de averiguar o cumprimento dos compromissos assumidos, emitindo-se laudos de constatação, parciais ou conclusivos, que são requisitos indispensáveis para a manutenção do empreendimento no programa.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Os estudos sobre políticas de incentivos fiscais do ICMS formam-se, em grande parte, de análises descritivas, que buscam apontar possíveis efeitos dessas medidas, sendo os estudo empíricos ainda bas-

tante escassos na literatura nacional, de forma que não há um consenso sobre a eficácia dessas políticas no processo de desenvolvimento regional (VARSANO, 1997; Carvalho *et al*., 2007; DE OLIVEIRA; NETO, 2020).

Na literatura internacional há estudos que sugerem impactos positivos de incentivos fiscais no nível de investimentos realizados pelas empresas beneficiadas (Faini; Schiantarelli, 1987; Harris; Trainor, 2005; Bondonio; Greenbaum, 2007), assim como dos efeitos de programas de atração de empreendimentos sobre o emprego (Bromley; Morgan, 1985; Papke, 1993; Papke, 1994; Boarnet; Bogart, 1996; Bondonio; Engberg, 2000).

Na literatura nacional, por sua vez, dentre as poucas evidências empíricas encontradas sobre avaliação de impacto de programas de incentivos fiscais do ICMS, encontram-se, com destaque, as seguintes:

Nascimento (2008) desenvolveu um estudo que sugere impactos positivos de incentivos fiscais do ICMS sobre o PIB industrial de alguns Estados. Nele, foi testado a capacidade desses incentivos fiscais em alterar o crescimento do PIB industrial, o volume de empregos do setor e da arrecadação de ICMS dos estados. Pelo método de Diferenças em Diferenças (DiD), com ajustes poligonais (para captação de tendências anteriores às dos períodos avaliados), comparou-se a trajetória de São Paulo (estado não competidor) com a trajetória de outros 11 estados (competidores), dividindo-se o período 1990-2005 em antes e depois da competição. Os resultados sugerem que o fenômeno fez o PIB industrial dos estados crescer a taxas ainda maiores que o de São Paulo, acentuando a tendência de desconcentração espacial do setor. Porém, o mesmo não ocorreu para o volume de emprego industrial e a arrecadação de ICMS, que mantiveram a mesma tendência. Não se trata, contudo, de uma avaliação de impacto de um programa específico para uma determinada unidade da Federação. Antes, compreendeu uma análise comparativa sobre os efeitos da guerra fiscal entre estados selecionados.

Carvalho *et al.* (2007) avaliaram a eficácia dos incentivos fiscais concedidos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), entre os anos de 1995 e 2001. Os efeitos da política foram analisados a partir de dois modelos: o de mínimos quadrados em dois estágios (2SLS), tomando a configuração político partidária do estado e dos municípios como variável instrumental; e o modelo de dados em painel com efeitos fixos. As estimativas dos dois modelos sugeriram que o FDI não teve impacto sobre o crescimento do emprego nos municípios. Os autores discutem que a política pode ter gerado efeitos de longo prazo, que não puderam ser captados nessa avaliação, dado o curto período de análise.

Igualmente para o Estado do Ceará, Pontes *et al.* (2011) analisaram a relação do emprego com as políticas de incentivos fiscais destinadas para indústria da transformação do Ceará entre os anos de 1995 a 2006. A estratégia empírica adotada baseou-se na abordagem de series temporais e o método de causalidade de Granger. A partir dos resultados, foram encontrados efeitos causais das políticas de incentivo fiscal para com o emprego da indústria do Ceará, porém o trabalho enfatiza o fato da importância do setor calçadista para essa unidade da Federação, mostrando que a exclusão deste setor acaba tornando a causalidade nula. Além disso, mostra que o emprego não responde a choques aleatórios dos incentivos fiscais, levando a ineficiência de possíveis políticas anticíclicas.

Em uma avaliação sobre o Programa RioLog (Rio Logística), Ferreira e Oliveira (2009) analisaram o impacto dos incentivos fiscais concedidos ao setor atacadista do Rio de Janeiro entre os anos 2000 e 2008. Utilizando dados mensais, compararam o desempenho de 10 firmas incentivadas pelo programa com 28 firmas com benefícios aprovados, mas que ainda não estavam vigentes. Os resultados do modelo de Diferenças em Diferenças (DiD) apontaram que o programa aumentou a arrecadação do ICMS no estado e as vendas das firmas incentivadas, sendo os efeitos concentrados nas novas empresas. Todavia, a política parece não ter afetado o emprego.

Gonçalves *et al.* (2018), por sua vez, avaliaram a política de incentivos fiscais do Estado da Paraíba conduzida pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (FAIN) entre os anos 2002 e 2014. A partir da estratégia de Diferenças em Diferenças (DiD) com a reponderação pelo escore de propensão de participação no FAIN, as estimativas indicaram que, em média, o emprego e a massa salarial aumentaram em mais de 40% para as empresas beneficiadas. Além disso, verificaram que o efeito dos incentivos foi positivo e crescente com o tempo de exposição aos benefícios. Após quinze anos, o volume de empregos aumentou em torno de 119,2% e massa salarial cresceu 135,2%.

Avaliando o impacto do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE) no resultado das firmas dos setores industriais e atacadistas entre os anos de 2000 a 2017, De Oliveira e Neto (2020), por meio da estimação de parâmetros de um modelo de Diferenças em Diferenças (DiD), chegou a resultados que sugerem um impacto positivo dos incentivos sobre o emprego (8,6%), acompanhado de uma redução no salário médio (-10,3%) e de ausência de efeito sobre a massa salarial para as firmas beneficiadas. Ademais, as evidências indicaram que o nível de aglomeração urbana importa, pois os efeitos só foram significa-

tivos para as firmas localizadas na Região Metropolitana do Recife, e que o PRODEPE teve efeito positivo de curto e médio prazo sobre o emprego, porém não sobre a produtividade do trabalho medida pelo salário médio.

Silva (2022), também, realizou uma avaliação de impacto do PRODEPE sobre a geração de emprego da indústria no Estado de Pernambuco entre os anos de 2007 a 2020. Por meio de uma estratégia empírica de dados em painel, juntamente com o conceito de causalidade de Granger, buscou relacionar a previsão de geração de empregos, de investimento e de empresas beneficiadas pelo PRODEPE, com o emprego da indústria Pernambucana. Os resultados apontaram para relação positiva da previsão de investimentos por parte de empresas beneficiadas pelo PRODEPE para com o emprego da indústria de Pernambuco, porém não se foi possível afirmar que exista alguma relação causal entre eles.

Finalmente, Watanabe (2022) buscou estimar os efeitos do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) sobre o processo de crescimento econômico do Estado entre os anos de 2005 a 2017. Foram realizadas estimações econométricas por diferentes estimadores para dados em painel (MQO, efeitos fixos, efeitos aleatórios, GMM-Diff e GMM-SYS), tendo como metodologia de referência o estimador do método dos Momentos Generalizados Sistêmicos. O programa PRODUZIR teve o coeficiente positivo, mas de baixa magnitude, sugerindo que apesar do elevado custo fiscal e a *misallocation* que o programa gera, o seu impacto no crescimento econômico é baixo.

4 METODOLOGIA E DADOS

4.1 Estratégia empírica e especificação econométrica

Para testar a hipótese apresentada foram realizadas estimações econométricas, tendo como metodologia de referência adotada a abordagem de Diferenças em Diferenças (DiD). A abordagem DiD tem se tornado um dos desenhos de investigação mais utilizados para se avaliar ou estimar os efeitos causais ou impactos das intervenções políticas (Callaway; Sant'anna, 2021). O modelo canônico envolve a estimação dos efeitos médios de um tratamento para os tratados por meio de uma dupla diferença entre os grupos de tratados e não tratados, ambos observados em dois períodos, um anterior e outro posterior a intervenção. Para tal, supõe-se a validade da hipótese de que os resultados médios para os grupos de tratados e controle teriam seguido trajetórias paralelas ao longo do tempo, conhecida como hipótese de tendências paralelas.

Os efeitos da política de incentivos fiscais do INVEST são avaliados ao longo de 15 períodos, compreendendo os anos de 2004 a 2018. Deve-se levar em conta, contudo, que, como os incentivos não são designados aleatoriamente entre as empresas, pois as firmas se candidatam aos incentivos fiscais, conforme descrito na seção 2, existe diferenciação quanto ao período de exposição à política no intervalo da série analisada. Dito em termos técnicos, há variação no tempo de tratamento das firmas.

Nesses casos, portanto, a aplicação da abordagem DiD será acompanhada da utilização do estimador *two way fixed effects* (TWFE), uma das formas mais exploradas na literatura para se estimar o efeito médio do tratamento no contexto de variação do seu período (ANGRIST; PISCHKE, 2009; Wooldridge, 2021; CHAISEMARTIN; D'HAULTFOEUILLE, 2020, 2022; Sun; Abraham, 2020; Callaway; Sant'anna, 2021; Huntington-Klein, 2021).

Assim, para se identificar o efeito de interesse, a especificação econométrica adotada nesse contexto, segundo Huntington-Klein (2021), é dada por:

$$Y_{it} = \alpha + \beta_1 (Invest_{it}) + \beta_2 (Pós\ Invest_t) + \beta_3 (Invest_{it} * Pós\ Invest_t) + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde Y_{it} é a variável de interesse (o volume de investimentos realizados, faturamento, total de empregos, massa salarial e salário médio, todas em logaritmo) na firma *i*, no ano *t*; α representa o intercepto ou constante; $Invest_{it}$ é uma variável *dummy* – de tratamento - que acende 1, se a firma faz parte do programa (grupo de tratamento), e 0 caso contrário (grupo de controle), sendo o efeito de interesse captado pelo coeficiente β_3, ou seja, a interação entre o programa e o período pós enquadramento da firma, permitindo verificar se o impacto do programa varia após a sua implementação; $Pós\ Invest_t$ é, também, uma variável *dummy*, porém de tempo pós-tratamento, que assume o valor 1 para os anos após a implementação do programa e 0 para os anos anteriores; β_1, β_2 e β_3 - são os coeficientes, relacionados às variáveis explicativas, a serem estimados; e ε_{it} – representa o termo de erro.

Não obstante a aplicação da abordagem DiD, acompanhada da utilização do estimador TWFE, há uma série de estudos que apontam para suas limitações e propõem formas alternativas de estimação que buscam superar os questionamentos sobre a validade da interpretação causal dos resultados de regressões de efeitos fixos bidirecionais (Borusyak; Jaravel, 2018; Sun; Abraham, 2020; Callaway; Sant'anna, 2021; CHAISEMARTIN; D'HAULTFOEUILLE, 2020, 2022). Essa crescente

literatura discute os possíveis problemas no uso do estimador TWFE quando há uma estrutura de adoção escalonada da política, justamente nas situações em que há heterogeneidade dos efeitos de tratamento ao longo do tempo. Chaisemartin e D'Haultfœuille (2020), por exemplo, mencionam que quando os efeitos do tratamento variam ao longo do tempo, há o surgimento de pesos negativos atrelados a alguns dos parâmetros de efeitos de tratamento, fazendo com que o uso de um coeficiente único que sumariza os efeitos precise ser visto com cautela, já que ele pode não fornecer as estimativas de efeitos que dele se espera.

Nesse cenário, como proposta alternativa de superação das limitações do estimador TWFE, ganha relevo na literatura o estimador DiD escalonado, proposto por Callaway e Sant`Anna (2021),[2] que consiste, em síntese, em uma estrutura unificada para estimar efeitos médios de tratamento em configurações DiD com vários períodos de tempo, variação no tempo de tratamento e quando a suposição de tendências paralelas se mantém potencialmente somente após o condicionamento nas covariáveis observadas.

A principal hipótese de identificação do efeito causal do incentivo do INVEST é a de que a evolução da trajetória do grupo de controle representa um bom contrafactual para a trajetória do grupo de tratamento, caso esse grupo de firmas não tivesse recebido o incentivo. De maneira mais formal, o exercício econométrico consiste em estimar o efeito médio de tratamento (*ATT*), para cada grupo *g*, tratado em momentos diferentes do tempo *t* e depois agregá-los a partir de um vetor de pesos. Na prática, será estimada a equação para todos os pares de grupos tratados e não tratados ao longo das fases de implementação, mediante adoção do seguinte modelo:

$$Y_{it} = \alpha_i + \delta_t + \sum_{k=-14}^{14} \beta_k \, Invest_{it}^{k} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

2 A adoção desse estimador, segundo Huntington-Klein (2021), propicia pelo menos três vantagens. Primeiro, separam os períodos de tempo em que os efeitos ocorrem. Sendo a sobreposição de efeitos em diferentes períodos de tempo um problema a ser enfrentado, tem-se a possibilidade de separar os tempos e solucionar esse problema. Segundo, em se tratando de diferenças em diferenças com vários períodos de tempo, possibilita verificar com plausibilidade as tendências anteriores e, principalmente, como o efeito muda ao longo do tempo. Terceiro, porque permite verificar como o efeito do tratamento evolui. Nesse sentido, considerando que a evolução dos efeitos do tratamento é um dos problemas dos efeitos fixos bidirecionais (TWFE), possibilita a oportunidade de separar as coisas e corrigi-las.

Onde Y_{it} é a variável de interesse a ser estimada (os investimentos realizados, faturamento, massa salarial, salário médio e empregos gerados, todas em logaritmo) na firma *i*, no ano *t*; α_i são efeitos fixos individuais, capturando diferenças não observáveis entre as firmas; δ_t Estes são os efeitos fixos temporais; $\sum_{k=-14}^{14} \beta_k \, Invest_{it}^{k}$ representa a parte principal do modelo, onde se está modelando o efeito do programa de incentivo fiscal *Invest* ao longo do tempo (*t*) e inclui efeitos defasados até 14 períodos atrás e até 14 períodos à frente; e ε_{it} representa o termo de erro. A inclusão de termos defasados (*k*) permite capturar a dinâmica temporal do impacto do programa.

Nos modelos de regressão, considerando a necessidade de se observar o comportamento de um grupo de firmas ao longo do tempo, utiliza-se da técnica de dados em painel ou longitudinais. Ao combinar séries temporais de observações de corte transversal (*cross section*), os dados em painel proporcionarão dados mais informativos, mais variabilidade, menos colinearidade entre variáveis, maior grau de liberdade e mais eficiência (GUJARATI, 2019). Em suma, com dados em painel, pode-se analisar tanto as variações entre as firmas (*cross section*) quanto as variações dentro das firmas ao longo do tempo (série temporal).

4.2 Base de Dados

Nesta subseção será descrita a base de dados utilizada na pesquisa, bem como apresentada alguma estatística descritiva dos dados. A análise realizada no presente estudo foi construída com informações ao nível das firmas (microdados), tendo como variável identificadora das unidades de análise o respectivo número no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda.

Levando-se em consideração que o universo de firmas com as características das examinadas na presente pesquisa, para o grupo de tratamento (indústrias de transformação e que possuem enquadramento no INVEST) não é muito grande - 150 firmas no período avaliado - foi utilizada toda a população. O grupo de controle, por sua vez, foi composto por outras firmas classificadas como indústrias de transformação, que não são optantes pelo Simples Nacional, e, por isso mesmo, seriam elegíveis para o programa INVEST, porém não possuem enquadramento no período da série avaliada.

Demais disso, tomou-se o cuidado de selecionar para composição do grupo de controle firmas que não participassem de outros programas estaduais de incentivo fiscal, a fim de se evitar eventual distorção em face de potencial efeito dessas políticas nas variáveis de interesse do grupo, priman-

do-se, assim, pela qualidade do controle realizado. Ao final, chegou-se ao número de 255 firmas para a formação do grupo de controle. Com isso, tem-se no total a análise do comportamento de 405 firmas no período avaliado.[3]

Os dados relativos ao incentivo fiscal foram obtidos por meio de informações disponibilizadas pela Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ), no Portal Estadual de Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo.

Em relação aos dados dos investimentos realizados, bem como do faturamento das firmas no período avaliado, foram capturados por meio de informações prestadas pelas firmas à SEFAZ em uma obrigação acessória tributária mensal denominada de Documento de Informações Econômico-Fiscais (DIEF),[4] onde é possível se obter o valor nominal (contábil) das aquisições, no período, destinadas a integração do ativo fixo ou imobilizado das empresas, assim como de suas vendas, por meio da utilização do Código Fiscal de Operações e de Prestações (CFOP).

Já no tocante aos dados relativos aos empregos gerados, massa salarial e salário médio, foram acessados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), uma declaração socioeconômica prestada anualmente pelas empresas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Tendo em vista que a periodicidade das duas principais fontes de dados (DIEF e RAIS) diferem, sendo uma mensal e outra anual, para regularizar a série foram anualizados os valores obtidos mensalmente dos investimentos e do faturamento das firmas. Em acréscimo, as séries relativas aos investimentos, faturamento e massa salarial foram deflacionadas por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), elaborado pelo IBGE, que é um dos principais índices de inflação utilizados no país, sendo, inclusive, balizador para o sistema de metas adotado pela política monetária nacional.

A Tabela 1 apresenta as principais estatísticas descritivas para as firmas tratadas e não tratadas em todo o período da série estudada.

3 Para seleção das firmas que serão objeto da análise, utilizou-se como parâmetro de elegibilidade a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), elaborada pelo IBGE, na seção C, compreendo o intervalo das classes 10 a 33.

4 Como o DIEF deixou ser exigido a partir de janeiro de 2019, com a edição do Decreto n.º 4.359-R, de 11/01/2019, optou-se por fixar como termo final da série pesquisada o mês de dezembro de 2018, visto que, após esse período, seria necessário capturar os dados dos investimentos e faturamento a partir de uma outra fonte.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas do INVEST - 2004 a 2018

Firmas não beneficiadas					
Variáveis		Média	SD	Mín	Máx
Nome	Descrição	1	2	3	4
ln_ investimento	investimento anual (em log) - R$	11,87	2,50	2,26	19,74
ln_ faturamento	faturamento anual (em log) - R$	14,97	2,20	3,86	21,98
ln_massa salarial	massa salarial (em log) - R$	11,92	1,80	4,55	18,88
ln_salario médio	salário médio (em log) - R$	8,81	0,69	1,62	13,14
ln_empregos	total de trabalhadores (em log)	3,17	1,52	0	8,49
Investimento	investimento anual (em milhões) - R$	1.813	13.924	0	373.081
Faturamento	faturamento anual (em milhões) - R$	22.857	140.470	0	3.528.365
Massa_salarial	massa salarial (em milhões) - R$	0,794	6.284	0	158.342
Salário_médio	salário médio - R$	8.552	13.669	0	508.508
Empregos	total de trabalhadores	68,52	241,17	0	4.852

(continua)

Firmas beneficiadas					
Variáveis		Média	SD	Mín	Máx
Nome	Descrição	1	2	3	4
ln_ investimento	investimento anual (em log) - R$	13,36	2,43	3,58	20,37
ln_ faturamento	faturamento anual (em log) - R$	16,16	2,33	4,52	21,92
ln_massa salarial	massa salarial (em log) - R$	13,13	1,96	4,55	18,89
ln_salario médio	salário médio (em log) - R$	9,16	0,80	1,65	12,43
ln_empregos	total de trabalhadores (em log)	4,06	1,68	0	8,59
Investimento	investimento anual (em milhões) - R$	7.032	36.347	35,96	699.977
Faturamento	faturamento anual (em milhões) - R$	63.221	250.123	92,25	3.320.322
Massa_salarial	massa salarial (em milhões) - R$	2.509	11.722	0	158.980
Salário_médio	salário médio - R$	12.716	14.751	5,23	249.434
Empregos	total de trabalhadores	177,60	505,35	0,00	5.360

Notas: Dados dos investimentos e faturamento extraídos do DIEF/ SEFAZ e da massa salarial, salário médio e total de trabalhadores da RAIS/MTE. Valores em moeda corrente deflacionados pelo IPCA.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os dados sugerem que as firmas detentoras do incentivo fiscal do ICMS diferem em relação às não beneficiadas pela política. Como apontado, as firmas incentivadas, em média, investiram e faturaram mais, assim como pagaram melhores salários e geraram mais empregos no período da série analisada. É digna de nota a variabilidade da variável emprego, para ambos os grupos de firmas, o que sugere alta heterogeneidade das firmas quanto ao número de trabalhadores, ou seja, provavelmente há firmas intensivas em mão-de-obra (L) e outras intensivas em capital (K). Além disso, é preciso considerar que em ambos os grupos há firmas que já possuíam atividade econômica antes da série e outras que iniciaram as suas atividades no intervalo da série. Isso, possivelmente, explica os valores mínimos para as variáveis de interesse zerados.

5 RESULTADOS

Para apresentação dos resultados gerais do INVEST, conforme descrito na seção de metodologia, nas regressões foram empregados efeitos fixos de tempo e firma objetivando controlar as características individuais das firmas que podem influir na estimação e interpretação dos resultados econométricos. Ademais, conforme também discutido na seção metodológica, e com base na literatura investigada, essas variáveis foram utilizadas em logaritmos e winsorizadas para eliminar os efeitos de *outliers*.

A Tabela 2 apresenta os resultados da estimação de um modelo de Diferenças em Diferenças com a utilização do estimador *two way fixed effects* (TWFE).

Tabela 2 – Efeitos do INVEST com a utilização do estimador TWFE

Variável Dependente	log_ faturamento	log_ investimento	log_ massasalarial	log_ salariomedio	log_ emprego
Invest	0,461***	0,887***	0,384***	0,074	0,280***
	(0,153)	(0,205)	(0,124)	(0,046)	(0,976)

Nota: ***, ** e * representam significância estatística a um nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Em parênteses são apresentados os erros padrões

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Os resultados, a partir do estimador de efeitos fixos bidirecionais, demonstram um impacto positivo e significante do INVEST sobre o faturamento, os investimentos, a massa salarial e o número de empregados das firmas beneficiadas, com ambos os resultados significantes estatisticamente a um nível de 1%. Logo, tem-se, à luz desta técnica, que a concessão do incentivo fiscal foi eficiente no sentido de gerar mais investimentos pelas firmas incentivadas e um maior número de empregos, alinhado com um aumento da massa salarial, que representa o total de remunerações pagas e declaradas pelas firmas na RAIS.

Tem-se, também, um reflexo positivo sobre o faturamento, que pode surgir em consequência de um aumento da capacidade produtiva e operacional das firmas incentivadas, que, provavelmente, ampliaram seus acessos a mercados em decorrência da competividade obtida. Por outro lado, o salário médio, como uma razão da massa salarial pelo número de empregados, não demonstrou significância estatística para o modelo.

É possível, entretanto, obter a interpretação desses coeficientes logarítmicos em percentual, o que possibilita uma avaliação ainda mais clara dos resultados obtidos, segundo metodologia proposta por Giles (2011).

Tabela 3 – Efeitos do INVEST com a utilização do estimador TWFE em percentual

Variável Dependente	faturamento	investimento	massa salarial	salário médio	emprego
Invest	0,585***	1,427***	0,468***	0,076	0,323***
	(0,153)	(0,205)	(0,124)	(0,046)	(0,976)

Nota: Elaborado pelo autor (2024).

Assim, observa-se, de forma mais simples, uma variação, após exposição ao INVEST, de 58,5% do faturamento das firmas, 142,7% sobre o investimento, 46,8% sobre a massa salarial, 7,6% sobre o salário médio e 32,3% sobre o emprego.

A tabela 4, por sua vez, apresenta os resultados da estimação de um modelo de Diferença em Diferenças escalonado, pela abordagem de Callaway e Sant'Anna (2021).

Tabela 4 – Efeitos do INVEST com a utilização do estimador DiD escalonado

Variável Dependente	log_ faturamento	log_ investimento	log_ massasalarial	log_ salariomedio	log_ emprego
0	0,530***	0,622***	0,141	0,040	0,238***
	(0,167)	(0,196)	(0,164)	(0,071)	(0,078)
1	0,610***	0,535***	0,351**	0,147	0,226**
	(0,213)	(0,207)	(0,182)	(0,090)	(0,110)
2	0,32	0,407	0,131	0,045	0,071
	(0,296)	(0,25)	(0,195)	(0,093)	(0,167)
3	0,523*	0,324	0,201	0,070	0,318*
	(0,299)	(0,269)	(0,218)	(0,082)	(0,156)
4	0,572**	0,371	0,435**	0,120	0,334**
	(0,281)	(0,238)	(0,192)	(0,087)	(0,150)
5	0,319	-0,089	0,380*	0,133	0,297*
	(0,281)	(0,282)	(0,207)	(0,094)	(0,175)
6	0,067	-0,468	(0,166)	0,138	0,014

(continua)

Variável Dependente	log_ faturamento	log_ investimento	log_ massasalarial	log_ salariomedio	log_ emprego
	(0,287)	(0,295)	0,215	(0,093)	(0,187)
7	-0,065	-0,966***	0,115	0,134	-0,063
	(0,331)	(0,302)	(0,217)	(0,092)	(0,194)
8	-0,533	-0,852**	-0,097	0,094	-0,210
	(0,438)	(0,41)	(0,220)	(0,081)	(0,223)
9	-0,035	-0,744*	-0,181	0,096	-0,270
	(0,371)	(0,423)	(0,230)	(0,085)	(0,222)
10	-0,208	-0,802*	-0,439*	0,036	-0,462
	(0,426)	(0,424)	(0,258)	(0,087)	(0,284)
11	-0,551	-1,137***	-0,525*	0,024	-0,691**
	(0,459)	(0,42)	(0,295)	(0,095)	(0,336)
12	-0,549	-1,350**	-0,555**	-0,061	-0,455**
	(0,434)	(0,533)	(0,232)	(0,104)	(0,227)
13	-0,346	-1,477*	-0,385	-0,099	-0,241
	(0,596)	(0,784)	(0,235)	(0,158)	(0,261)
14	-0,101	-2,613	-0,493	-0,165	-0,151
	(0,818)	(0,569)	(0,312)	(0,215)	(0,321)
n° obs	2.708	2.723	3.106	3.041	3048

Nota: ***, ** e * representam significância estatística a um nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Em parênteses são apresentados os erros padrões

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A partir desse modelo, a variável INVEST apresenta o efeito do incentivo fiscal no investimento, faturamento, salário médio, massa salarial e empregos, que tem sua concessão captada por meio do momento 0 (zero) e os reflexos em anos posteriores, tendo em vista que as firmas podem ter recebido o incentivo em períodos diferentes desde a implantação do programa, justificando o uso de um DiD escalonado.

Os resultados evidenciam que no ano 0, que captura o ano inicial da concessão do incentivo fiscal, com exceção da massa salarial e o salário médio, o INVEST impactou positivamente no faturamento, investimento e número de emprego das firmas beneficiadas, apresentando coeficientes positivos e estatisticamente significantes de 0,530, 0,622 e 0,238, respectivamente, ao nível de significância de 1%.

Para as variáveis de investimento e empregos, capta-se que o efeito se mantém significante estatisticamente e positivo nos primeiros 4 e 5 anos, respectivamente, excetuando-se o 2º ano de incentivo. Logo após, os resultados deixam de ser estatisticamente significantes, assim como a variável de investimentos que deixa de apresentar significância estatística no 2º ano e voltando no 7º ano após a concessão do incentivo fiscal.

Porém, tem-se que o efeito cumulativo no 7º ano passa a ser negativo, o que pode sugerir uma decisão de desinvestimentos para firmas que se beneficiem a longo prazo do incentivo fiscal, seja por limitação da capacidade operacional para a aquisição de novos ativos fixos, ou outros fatores que não possam ser explorados por meio de recursos estatísticos, limitando-se ao campo de inferências acerca do comportamento dessas firmas.

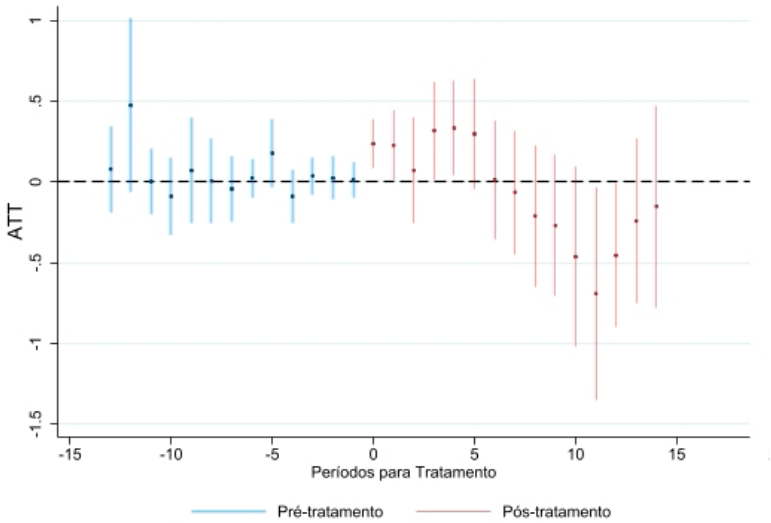
Esse resultado é similar quando analisada a geração de empregos para os primeiros 5 anos de incentivo. Entretanto, 11 e 12 períodos após o incentivo, o impacto cumulativo é negativo e significante a 5%, evidenciando que as empresas beneficiadas tiveram redução no número de empregos gerados, cuja variável se origina dos dados fornecidos pelas empresas sobre o número de empregos na RAIS.

Faz-se importante esclarecer que as firmas podem solicitar o benefício em qualquer dos períodos explorados por essa pesquisa. Assim, as firmas que apresentam efeitos no longo prazo foram beneficiadas logo após a implementação do incentivo fiscal pelo estado do Espírito Santo, ou seja, no ano de 2004. Vale, no entanto, a ressalva sobre os diversos fatores endógenos e exógenos que podem alterar conforme o ciclo de vida da empresa ou demais características organizacionais.

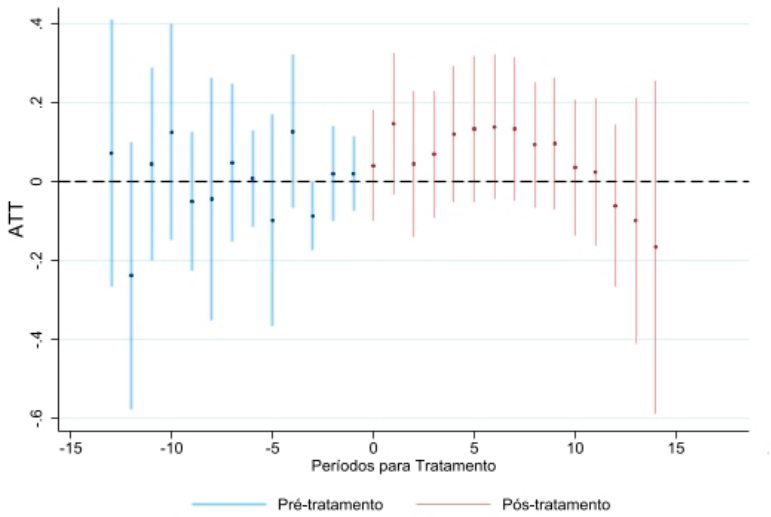
Por outro lado, enquanto o faturamento não apresenta significância estatística após o 4º ano de implementação do INVEST, o salário médio não se mostra significante em nenhum período analisado. Ainda, a massa salarial demonstra significância estatística em alguns dos períodos, captando um efeito positivo no 1º e 4º ano após adoção do incentivo fiscal, e negativo entre o 10º e 12º ano.

Avançando, a Figura 1 ilustra graficamente o comportamento do incentivo fiscal do INVEST no tempo sobre as variáveis dependentes, ou seja, os resultados pré e pós incentivo fiscal, permitindo avaliar a tendência do efeito médio do tratamento sobre o grupo de tratamento em relação ao grupo de controle.

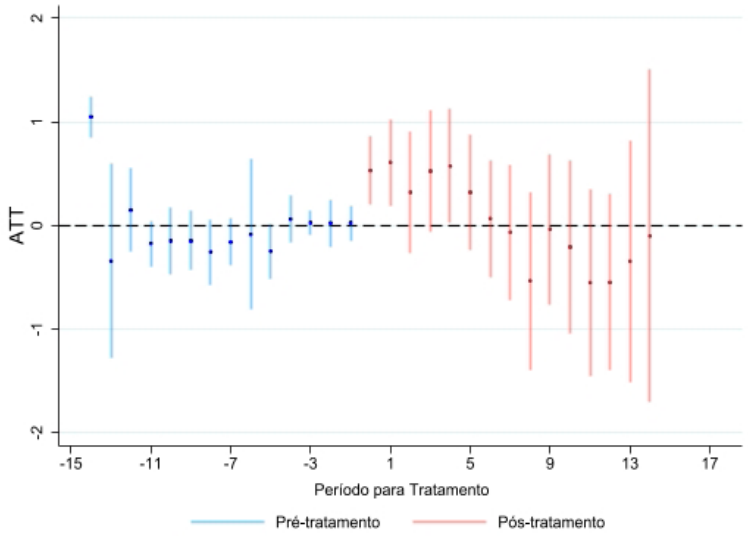
Figura 1 – Efeito Médio de Tratamento dos Incentivos Fiscais do INVEST



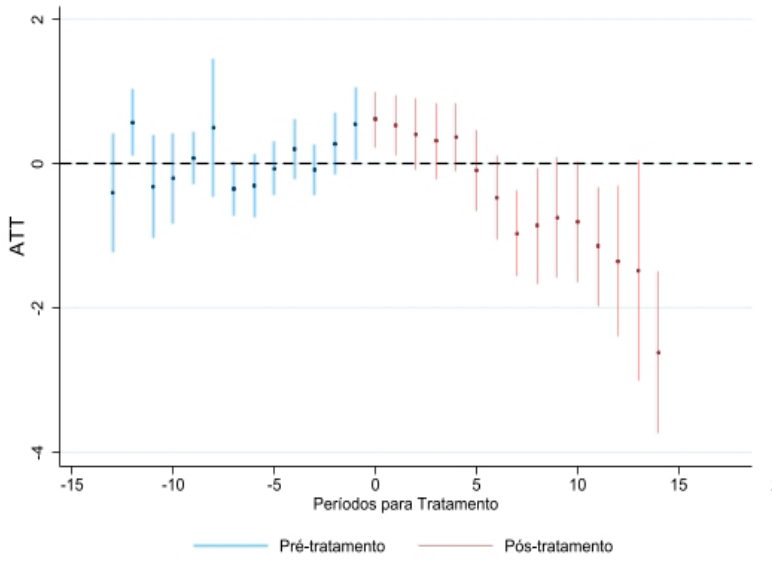
a) Empregos



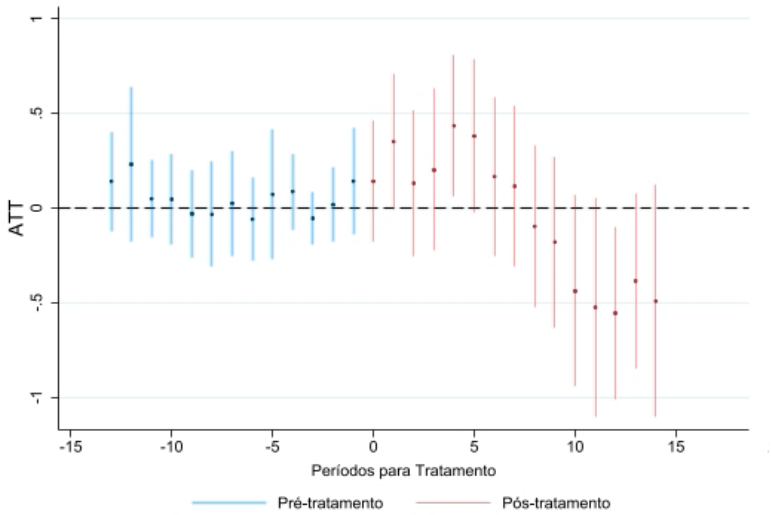
b) Salário médio



c) Faturamento



d) Investimento



e) Massa Salarial

Os resultados pré e pós incentivo fiscal permitem avaliar a tendência do efeito médio do tratamento sobre o grupo de tratamento em relação ao grupo de controle. Assim, não é observada qualquer tendência de pré-tratamento para emprego, salário médio, massa salarial ou faturamento, mas após o choque se tem um efeito positivo que, no geral, caiu ao longo do tempo, demonstrando uma espécie de perda de eficiência do incentivo fiscal a longo prazo.

Para o investimento, há uma pequena pré-tendência, um período antes do incentivo fiscal, indicando que, provavelmente, algumas firmas do grupo de tratamento já possuíam uma pré-disposição, ou mesmo necessidade de investir, mesmo em um cenário de ausência do benefício. Mas, para todos os casos, o efeito do incentivo é positivo apenas nos primeiros períodos, seguindo uma diminuição em alinhamento com o comportamento das demais variáveis dependentes.

Isso posto, e considerando os resultados encontrados por meio do DiD escalonado, há uma necessidade de se avaliar a eficiência de incentivos fiscais a longo prazo, sugerindo que o Poder Público deve ter um programa de acompanhamento ou monitoramento das firmas incentivadas, para garantir que as exigências para permanência no incentivo sejam cumpridas, realizando uma melhor alocação dos recursos tributários renunciados para incentivar essas empresas.

No entanto, de um modo geral, tem-se uma eficiência do INVEST, permitindo um aumento do faturamento, investimentos e geração de empregos nos períodos imediatamente posteriores à concessão, satisfazendo o propósito do Estado na concessão do incentivo. O mesmo não se pode observar quanto ao aumento da renda do trabalho, diante das limitações de significância estatística para as variáveis de salário médio e massa salarial, sendo captado dessa última um efeito no ano subsequente à concessão do incentivo.

Enquanto política de apoio aos setores produtivos, por fim, pode-se dizer que o INVEST se demonstra como uma política pública importante para o cenário capixaba, uma vez que o aumento no número de empregos atende às necessidades da população e pode gerar, indiretamente, uma maior renda e consumo por parte dessa parcela da sociedade que se emprega nessas empresas incentivadas, retornando um maior consumo por parte dos cidadãos que também se faz tributado por meio do ICMS.

Além disso, o investimento em ativos fixos gera demanda para outras empresas, que passam a faturar e também contribuir com parcela dos valores auferidos. Logo, movimenta-se a economia através de uma parcela da arrecadação tributária que é destinada a incentivar empresas por meio do INVEST, necessitando, contudo, um melhor acompanhamento do benefício fiscal a longo prazo, para garantir que os propósitos sejam contínuos e aumentem a eficiência da política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou estimar os efeitos do programa INVEST sobre os investimentos, faturamento, massa salarial, salário médio e empregos gerados por indústrias de transformação, no Estado do Espírito Santo, no período compreendido entre 2004 a 2018, isto é, os quinze primeiros anos de implementação da política. A estratégia da pesquisa consistiu na construção de um painel de firmas beneficiadas e não beneficiadas no período avaliado, em conjunto com o método de Diferenças em Diferenças (DiD), com a utilização dos estimadores *two way fixed effects* (TWFE) e do DiD escalonado, na forma proposta por Callaway e Sant'Anna (2021), tendo em vista a variação no tempo de tratamento das firmas.

Essa análise longitudinal com controle para os efeitos fixos das firmas no tempo, com a combinação de métodos, distanciou o estudo de comparações incautas entre os indicadores das firmas antes e depois do benefício fiscal. Destaca-se, também, que houve uma preocupação, ex-

pressa na adoção de diferentes especificações econométricas, em verificar a robustez das estimativas calculadas, no sentido de aprimoramento das estimativas associadas aos efeitos da política.

Os resultados, em geral, sugerem um impacto positivo do programa INVEST sobre as variáveis analisadas, exceto para o salário médio, para o qual, em ambos os modelos aplicados, não se verificou qualquer efeito estatisticamente significativo da política no intervalo da série. Contudo, é importante ressaltar que esses resultados devem ser interpretados com cautela, pois a análise possui limitações metodológicas, visto que foi baseada em modelos simplificados, lastreados na utilização da técnica de efeitos fixos de firma e tempo, não tendo se utilizado, assim, de outros controles a partir da utilização de covariáveis observadas.

Nesse sentido, recomenda-se que futuros estudos aprofundem a análise, por meio da utilização de mais controles, assim como se verifique, por exemplo, o efeito do INVEST sobre a diversificação da estrutura produtiva no Estado do Espírito Santo e o aumento da complexidade de sua economia, ou seja, sua modernização, que estão no rol dos objetivos do programa, e são lacunas que a presente pesquisa não foi capaz de preencher.

Espera-se, contudo, que, a despeito das suas limitações, esta pesquisa, em seus procedimentos e resultados, possa servir, de alguma forma, de subsídio para a elaboração de estudos posteriores e, por outro, de informação relevante para a tomada de decisão por *policy makers* e demais interessados na temática de políticas tributárias associadas ao desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J. ***Mostly harmless econometrics**: An empiricist's companion*. Princeton university press, 2009.

AZEVEDO, G. W. D. de. **Cooperação e Competição no Federalismo Fiscal brasileiro durante a Nova República**: Aspectos Políticos e Fiscais. Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Dissertação de Mestrado em Administração Pública, 2005.

BOARNET, M. G.; BOGART, W. T. *Enterprise zones and employment: evidence from New Jersey*. **Journal of urban economics**, V. 40, N. 2, p. 198-215, 1996.

BONDONIO, D.; GREENBAUM, R. T. *Do local tax incentives affect economic growth? what mean impacts miss in the analysis of enterprise zone policies*. **Regional Science and Urban Economics**, 37 (1): 121–136, 2007.

BONDONIO, D.; ENGBERG, J. *Enterprise zones and local employment: evidence from the states' programs*. **Regional Science and Urban Economics**, V. 30, N. 5, p. 519-549, 2000.

BORUSYAK, K; JARAVEL, X. ***Revisiting event study designs***. SSRN, 2018.

BRITO, A. F. de; BONELLI, R. **Políticas industriais descentralizadas**: as experiências européias e as iniciativas subnacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 492).

BROMLEY, R. DF; MORGAN, R. H. *The effects of enterprise zone policy: Evidence from Swansea*. **Regional Studies**, V. 19, N. 5, p. 403-413, 1985.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística básica**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CALLAWAY, B.; SANT'ANNA, P. H. *Difference-in-differences with multiple time periods*. **Journal of econometrics**, V. 225, N. 2, p. 200-230, 2021.

Carvalho, J. R.; BARRETO, F. A.; Oliveira, V. H. D. **Avaliação econométrica do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI)**. 2007.

DE CHAISEMARTIN, C.; D'HAULTFOEUILLE, X. *Two-way fixed effects estimators with heterogeneous treatment effects*. **American Economic Review**, V. 110, N. 9, p. 2964-2996, 2020.

DE CHAISEMARTIN, C.; D'HAULTFOEUILLE, X. ***Two-way fixed effects and differences-in-differences with heterogeneous treatment effects**: A survey*. National Bureau of Economic Research, 2022.

CHEN, D. ***The Framework for Assessing Tax Incentives**: A Cost-Benefit Analysis Approach*. UN, 2015.

DE OLIVEIRA, T. G.; NETO, R. D. M. S. **Incentivos Fiscais Territoriais ao Desenvolvimento Local**: uma Avaliação do Prodepe do Estado de Pernambuco. ANPEC, 2020.

EDWARDS, J; KEEN, M. *Tax competition and Leviathan*. **European Economic Review**, V. 40, N. 1, 1996.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto n.º 1.152-R, de 16 de maio de 2003**. Institui o Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo – INVEST, e dá outras providências. Vitória, 2003 (D.O.E. 19/05/2003).

ESPÍRITO SANTO. **Lei n.º 10.550, de 30 de junho de 2016**. Institui o Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo – INVEST, e dá outras providências. Vitória, 2016 (D.O.E. 01/07/2016).

FAINI, R.; Schiantarelli, F. *Incentives and investment decisions: the effectiveness of regional policy*. **Oxford Economic Papers**, 39(3): 516–533, 1987.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, L. **Avaliação do impacto de um programa de incentivo fiscal com uso de método quase-experimental**. 2009.

GERTLER, P. J. *et al*. **Avaliação de impacto na prática**. 2 ed. Washington: World Bank, 2016.

GILES, D. E. *Interpreting dummy variables in semi-logarithmic regression models: Exact distributional results*. **University of Victoria Department of Economics Working Paper EWP**, 1101, 1-24, 2011.

GOODMAN-BACON, A. *Difference-in-differences with variation in treatment timing*. ***Journal of Econometrics***, V. 225, N. 2, p. 254-277, 2021.

GONÇALVES, F. O.; ALMEIDA, A. T. C.; BARBOSA, G. B. **Efetividade dos incentivos fiscais à indústria sobre o volume de empregos e a massa salarial**: um estudo do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba. 2018.

GUJARATI, D. **Econometria**: Princípios, teoria e aplicações práticas. Saraiva Educação SA, 2019.

HUNTINGTON-KLEIN, N. ***The effect**: An introduction to research design and causality*. CRC Press, 2021.

HARRIS, R.; TRAINOR, M. *Capital subsidies and their impact on total factor productivity: Firm-level evidence from northern ireland*. **Journal of Regional Science**, 45 (1): 49–74, 2005.

KALDOR, N. ***Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom***. (No Title), 1966.

NASCIMENTO, S. P. D. Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes. **Economia aplicada**, V. 12, p. 677-706, 2008.

OATES, W. E. *Toward a second-generation theory of fiscal federalism*. ***International tax and public finance,*** V. 12, p. 349-373, 2005.

PACK, H.; SAGGI, K. *Is there a case for industrial policy? A critical survey*. **The World Bank Research Observer**, V. 21, N. 2, p. 267-297, 2006.

PAPKE, L. E. *What do we know about enterprise zones*?. **Tax Policy and the economy**, V. 7, p. 37-72, 1993.

PAPKE, L. E. *Tax policy and urban development: evidence from the Indiana enterprise zone program*. **Journal of Public Economics**, V. 54, N. 1, p. 37-49, 1994.

PIANCASTELLI, M., PEROBELLI, F. ICMS: **Evolução recente e guerra fiscal**. Brasília: IPEA, 1996 (Texto para Discussão, 402).

PINHEIRO, M. C.; FERREIRA, P. C.; PESSOA, S. A.; SCHYMURA, L. Por que o Brasil não Precisa de Política Industrial. **Working Paper**, EPGE/FGV, 2007.

PONTES, P. A.; CAMBOTA, J. N.; BIDERMAN, C. **Incentivos estaduais à indústria de transformação e a geração de emprego**: um estudo de caso para o estado do Ceará. XXXIV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2011.

RIANI, F. **Economia do Setor Público**: uma abordagem Introdutória. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

REZENDE, F. (Coord.). **ICMS, gênese, mutações, atualidade e caminhos para a recuperação**. Rio de Janeiro: FVG, 2012.

RODDEN. J. ***Reviving Leviathan****: Fiscal Federalism and the Growth of Government*. Cambridge: University Press, 2003.

SCHYMURA, L.; PINHEIRO, M. C. Política industrial brasileira: motivações e diretrizes. *In*: Bacha, E., de Bolle, M. B. (org.). **O Futuro da Indústria no Brasil**: Desindustrialização em Debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 81-94, 2013.

SILVA, A. T. (2023). Instituições de Mercado e Competição Interjurisdicional: breves anotações sobre a guerra fiscal do ICMS. **Boletim Economia Empírica**, V. III, N. XII, p. 15-30, 2022.

SILVA, R. F. da. **Avaliação do impacto do PRODEPE no emprego da indústria pernambucana**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2022.

STIGLITZ, J. E.; ROSENGARD, J. K. ***Economics of the public sector****: Fourth international student edition*. WW Norton & Company, 2015.

ABRAHAM, S.; SUN, L. *Estimating Dynamic Treatment E ects in Event Studies With Heterogeneous Treatment E ects*. **SSRN *Electronic Journal***, V. 9, 2020.

TIEBOUT, C. M. *A pure theory of local expenditures.* ***Journal of Political Economy***, V. 64, N. 5, 1956.

WATANABE, W. H. G. **Crescimento econômico e políticas industriais para o desenvolvimento regional provocaram benefícios fiscais**: convergência de renda e efeitos do PRODUZIR nos municípios goianos. 2022. Uberlândia: Universidade Federal, Dissertação de Mestrado em Economia, 2022.

WEINGAST, B. R. *Second generation fiscal federalism: The implications of fiscal incentives*. ***Journal of urban economics***, V. 65, N. 3, p. 279-293, 2009.

WOOLDRIDGE, J. M. *Two-way fixed effects, the two-way mundlak regression, and difference-in-differences estimators. Available at* **SSRN** 3906345, 2021.

VARSANO, R. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. Rio de Janeiro: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, V. 27, N. 1, 1996.

VARSANO, R. **A guerra fiscal do ICMS**: quem ganha e quem perde. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 500).

APRESENTAÇÃO DO USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

Jaqueline da Silva Bonadia
Pós-graduada em Informática para Professores
http://lattes.cnpq.br/5448484639678945
jaqueline.silva211@etec.sp.gov.br

Orientador: Prof. Dr. Wendel de Oliveira Silva

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo explicitar a importância do uso da plataforma *on-line* do *Teams* ao usar o *e-mail* institucional ou corporativo na instituição Centro Paula Souza pelos discentes e docentes. Com o uso do *e-mail* consegue-se ter uma melhor a comunicação interna e obter resultados satisfatórios no âmbito pedagógico do ensino-aprendizagem. Foi aplicado a metodologia de pesquisa bibliográfica para obter as informações necessárias para fundamentação da pesquisa, para as áreas acadêmicas e pedagógicas de que a utilização do *e-mail* nos permite trocar mensagens com pessoas do mundo inteiro, de maneira fácil e rápida. Com o desenvolvimento da pesquisa constatamos que as ferramentas digitais da Microsoft 365 em parceria com o Centro Paula Souza colaboram para a comunicação síncrona e assíncrona entre o docente e discente e assim termos resultados que contribuem para o ensino-aprendizagem dos discentes.

Palavras-chave: *E-mail* Institucional; Centro Paula Souza; Plataformas *on-line* da *Microsoft*.

APRESENTAÇÃO

Possuo graduação em Teologia pelo Centro Educacional Assembleia de Deus em Sorocaba-SP (1998), Graduação em Administração pela Universidade de Sorocaba - UNISO-SP (2006) e Graduação em Pedagogia pela Universidade de Araras - UNAR-SP (2018). Licenciatura em Administração pela FATEC-SP (2008), Pós-graduação em Logística pela Anhanguera-SP (2011), Especialização no Aperfeiçoamento Ensino e Aprendizagem em Educação Jovens e Adultos pelo Centro Paula Souza (2018), Especialização em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade São Luís-SP (2019), Aperfeiçoamento em Atendimento Escolar Especializado em Educação Especial e Inclusão pela Faculdade São Luís-SP (2020). O meu ensino médio foi integrado ao técnico em Contabilidade pela EM Dr. Achilles de Almeida em Sorocaba -SP (1989).

Trabalho há mais de trinta anos em empresas privadas nas diversas áreas da administração, logística, recursos humanos, financeiro. Desde 2007 atuou como Professora, coordenadora de Cursos Técnicos, coordenadora pedagógica e Diretora Acadêmica na ETEC Prof. Elias Miguel Júnior em Votorantim/SP, autarquia do Centro Paula Souza de São Paulo. Minha experiência nas áreas de Administração, Logística e Educação contribuem para atuar nas áreas de: pedagogia, planejamento, tecnologia, logística, logística reversa, qualidade, marketing, recursos humanos, plano de negócios e gestão financeira. Sou casada com Gessé Bonadia, moramos em Sorocaba-SP, e me sinto muito bem lecionando e podendo assim contribuir para o conhecimento de cada aluno e sendo uma diferença na vida do discente.

Procurei fazer esta especialização para ampliar meus conhecimentos com relação a informática e assim aprimorando-me para o mercado profissional, e, relacionando os assuntos abordados neste curso acredito que estarei apta para colaborar com o ensino-aprendizagem junto ao discente neste processo da educação. Como percebi nesta pesquisa o ensino remoto está cada vez mais se expandindo, e as ferramentas da plataforma Microsoft 365 estão sendo oferecidos aos discentes e docentes como um método há mais para colaborar com os conhecimentos tecnológicos dos estudos.

1 INTRODUÇÃO

A prática pedagógica que envolve o professor, aluno e conhecimento são fundamentais neste processo da tecnologia com a educação, pois elas caminham juntas para um processo de ensino e aprendizagem realçando os valores e comportamentos dos discentes e docentes.

> A maioria das tecnologias é utilizada como auxiliar no processo educativo. Não são nem o objeto, nem a sua substância, nem a sua finalidade. Elas estão presentes em todos os momentos do processo pedagógico, desde o planejamento das disciplinas, a elaboração da proposta curricular até a certificação dos alunos que concluíram um curso. A presença de uma determinada tecnologia pode induzir profundas mudanças na maneira de organizar o ensino. (KENSKI, 2003, p. 44)

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar os benefícios da plataforma Microsoft 365[1] ao utilizar o e-mail institucional ou corporativo em uma instituição educacional para que haja uma comunicação rápida e eficaz entre docentes e discentes e proporcionar mais credibilidade e confiança nas informações dos assentamentos pedagógicos e acadêmicos. Dentre os benefícios temos o pacote *office* e outros serviços oferecidos por esta plataforma.

O que nos motivou a fazer essa pesquisa foi a insistência por parte da instituição Centro Paula Souza sempre reforçando, junto ao corpo docente e discente, a necessidade de se utilizar o e-mail institucional bem como todas as ferramentas disponíveis na plataforma da Microsoft 365, como *office*, videoaulas, avaliações, e-mail, dentre outros aplicativos que poderão contribuir para o ensino e aprendizado.

Nas pesquisas feita no site https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/, podemos entender que o Centro Paula Souza (CPS) é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Presente em 322 municípios, a instituição administra 223 Escolas Técnicas (ETECS) e 73 Facul-

1 Microsoft 365 (antes Office 365) é uma versão online por assinatura da suíte de aplicativos para escritório/produtividade Microsoft Office, focado no trabalho colaborativo simultâneo (co-autoria) de uma grande equipe e na segurança, lançado em junho de 2011 desenvolvido pela empresa Microsoft. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Microsoft_365

dades de Tecnologia (FATECS) estaduais, com mais de 300 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológico.

Antonio Francisco de Paula Souza (1843 – 1917) era reconhecido como um homem à frente de seu tempo e caracterizou-se como um educador que sempre defendeu o papel da escola como meio de formação de profissionais e não somente um local para discussões acadêmicas. Mais de 50 anos após sua morte, os princípios idealizados por Paula Souza começaram se concretizar com a criação do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, em 6 de outubro de 1969, que posteriormente foi rebatizado como Centro Paula Souza, em homenagem ao professor. É nesta instituição de ensino que trabalho na ETEC na cidade de Votorantim-SP.

No capítulo sobre a metodologia, apresentamos a metodologia de revisão bibliográfica, usada para dar embasamento a esta pesquisa, e assim obter as informações para contribuir com o referencial teórico.

A estrutura desta pesquisa vem demonstrar os benefícios utilizados pelos docentes desta plataforma, que podem contribuir para que as competências socioemocionais sejam bem mais trabalhadas no âmbito pedagógico. Elencamos abaixo algumas hipóteses quanto ao uso do *e-mail* institucional, a saber:

a) Utilizando as ferramentas pedagógicas da Microsoft, o docente se organiza e utiliza o *e-mail* institucional e usufrui dos aplicativos da plataforma para elaborar videoaulas, postar atividades e aplicar avaliações para interação com o discente;
b) Os alunos não acessam com muita frequência as ferramentas do *e-mail* institucional por problemas técnicos de conexão.

No capítulo referente as ferramentas Microsoft, perceberemos que a parceria entre a plataforma Microsoft e o Centro Paula Souza é fundamental para os benefícios citados acima que desenvolvam as competências necessárias no educando. Abordaremos neste capítulo as ferramentas do pacote *office* da Microsoft 365 utilizadas na instituição. É bom lembrar que outros usuários de outras instituições públicas ou privadas também podem utilizar esta plataforma, desde que seja realizada a parceria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No ambiente da Educação a Distância, via internet, há muitos pesquisadores com diversas questões de como pode ser o ensino eficiente, tanto para o discente quanto para o docente, haja vista que podemos verificar várias modalidade existentes, como a formação de professores

para ambientes virtuais, as teorias de ensino-aprendizagem envolvidas, enfim, a integração desses ambientes *on-line* e presenciais podem contribuir em muito para o aprendizado do discente. No entanto, podemos perceber que esta modalidade semipresencial está cada vez mais avançando nas instituições de ensino. Segundo Moran (2001),

> Dentro de poucos anos esta discussão do presencial e a distância terá muito menos importância. Caminhamos para uma integração dos núcleos de educação a distância com os atuais núcleos ou coordenações pedagógicas dos cursos presenciais. A maioria dos cursos de graduação e de pós-graduação será semipresencial e os cursos a distância terão muitas formas de aproximação presencial-virtual (MORAN, 2001, p. 6).

O estudo sobre as aulas presenciais, bem como as virtuais, encontra sustentação teórica em uma breve revisão da literatura sobre as plataformas virtuais de aprendizagem, e neste caso usaremos a plataforma da Microsoft 365 e suas ferramentas disponíveis para os que possuem *e-mail* como ocorre no instituto Centro Paula Souza. No site https://www.microsoft.com/pt-br/education/products/office podemos verificar que tanto os estudantes e educadores em instituições qualificadas podem se inscrever para receber o Office 365 Educação gratuitamente, com todo o pacote *office*, além de outras ferramentas para a sala de aula como Microsoft Teams.

Todavia, deve-se manter ativo o *e-mail* institucional, para usar a plataforma Microsoft 365 e assim termos a interação entre docentes e discentes tornando o ensino-aprendizagem bem mais enriquecedor e prática, uma vez que são criadas salas de aula colaborativas, com suporte necessário para criar um ambiente interativo de aprendizagem, seguro e colaborativo.

Em 2020, ano de elaboração deste TCC, a sociedade mundial atravessava um período conturbado de isolamento social devido a pandemia de Covid-19 e, por esta razão, muitas informações pertinentes aos docentes e discentes foram informadas por *e-mail*, o que gerou eficiência nas informações, bem como na utilização das plataformas *on-line* evidenciando cada vez mais as potencialidades das ferramentas que compões o pacote da Microsoft Office Educação.

Diante de tantas informações e tecnologias o docente necessita repensar sua prática profissional em meio a inserção das tecnologias digitais de informação e comunicação no contexto de sala de aula refletindo, principalmente, sobre a busca por formação continuada no sentido

de desenvolver habilidades e competências tecnológicas para melhor transitar entre as modalidades de ensino. Segundo Moran (2001, p. 4), é necessário que o professor consiga administrar a combinação dos tempos virtuais e presenciais. O autor afirma ainda que,

> Os ambientes virtuais aqui complementam o que fazemos em sala de aula. O professor e os alunos são "liberados" de algumas aulas presenciais e precisam aprender a gerenciar classes virtuais, a organizar atividades que se encaixem em cada momento do processo e que dialoguem e complementem o que estamos fazendo na sala de aula e no laboratório (MORAN, 2001, p. 4).

Para Bueno (2015, p. 21) "hoje em dia praticamente não se entende a comunicação sem relação ao dispositivo tecnológicos; o conjunto dos dispositivos, as redes, os programas e os serviços das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)." Assim, usar um aparelho celular para acessar seu *e-mail* ou alguma plataforma *on-line*, é muito mais prático.

Acreditamos que a Internet tem muitos benefícios educacionais como as redes sociais, sendo usadas de forma educativa e com a plataforma da Microsoft onde os alunos, professores e os funcionários têm a oportunidade de estarem interligados com os assuntos pedagógicos e administrativos.

Esta transição de aprendizagem que sai da sala de aula presencial para aulas virtuais, utilizando as plataformas *on-line*, são muito mais frequentes neste século que estamos, e por certo, é uma tendência que veio para ficar e se aprimorar com as novas tecnologias que surgem.

> O século XXI destaca-se pelo crescente número de avanços no campo das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), que tiveram e tem desdobramentos em todas as esferas da vida humana, inclusive no âmbito educacional, na medida em que a informação, após sua seleção, interpretação e entendimento, tende a se transformar em conhecimentos. (LOPES, 2018, p. 15)

A Educação, com o envolvimento da tecnologia, é eficiente para o aprendizado do discente e o docente vai se aprimorando com todas essas mídias que nos envolvem cada vez mais. Kenski (2003, p 44) afirma que "[...] podemos ver que existe uma relação direta entre educação e tecnologias. Usamos muitos tipos de tecnologias para aprender e saber mais e precisamos da educação para aprender e saber mais sobre as tecnologias."

As mídias para a educação a distância são ambientes virtuais que colaboram para a interação no processo educacional e proporciona o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Nesse sentido, usando a plataforma Microsoft 365 e outras plataformas como as redes socais, acreditamos que tantos os docentes quanto discentes interagem em suas dimensões, formando um relacionamento de aprendizagem mútua. Segundo Almeida (2003) os Ambientes Virtuais de Aprendizagem são,

> Sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções tendo em vista atingir determinados objetivos (ALMEIDA, 2003, p. 331).

Como podemos perceber, na educação a distância a comunicação deve ser adequada e eficaz. O docente mediador deve ter clareza sobre a relação docente mediador x discente, a mediação das atividades, o funcionamento das plataformas *on-line* e suas ferramentas, quer sejam elas síncronas ou assíncronas do ambiente virtual, permitindo a comunicação adequada, de maneira que possibilite, sempre, a evolução e autonomia dos alunos concernente ao aprendizado.

No manual Ferramentas de Mediação (2020, p. 4) do site do https://www.cps.sp.gov.br, verificamos que as ferramentas disponíveis no ambiente de aprendizagem, o qual estamos usando, a plataforma da Microsoft Office 365, podem ser classificadas em:

Síncronas – quando os participantes estão conectados em tempo real. Exemplos: *chat*, videoconferência, encontros em mundos virtuais etc.

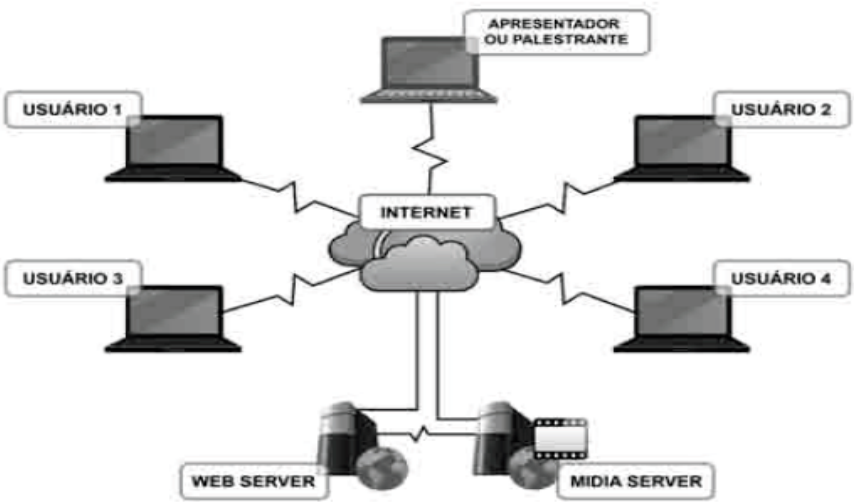
Assíncronas: quando a interação ocorre sem dia e horário definidos. Exemplos: fóruns temáticos, portfólio, bloco de notas, questionário, *wiki*, envio de arquivos, *e-mails* etc.

O acesso à plataforma Teams, como mencionado anteriormente, foi possível com o uso do *e-mail* institucional que possibilita que a realização das aulas remotas (síncronas) sejam bem interativas, esclarecendo dúvidas dos discentes no mesmo instante, bem como na realização das atividades nas salas de aulas virtuais. Outra vantagem é que o aluno pode enviar essas atividades possibilitando um ambiente de aprendizagem assíncronas.

De um modo geral, como comunicação assíncrona podemos entender que as pessoas envolvidas podem se conectar em horários distintos, oferecendo maior liberdade para os discentes quanto aos docentes. Isso porque permite que os discentes desenvolvam o aprendizado de acordo com o seu tempo, horário e local para o aprendizado. Também, aos docentes, permitem que gravem as aulas e não precisem estar *on-line* no momento exato. E na síncrona as pessoas envolvidas estão conectas em tempo real, promovendo um *feedback* rápido com as ideias e incentivando o grupo com seu aprendizado e, surgindo alguma dúvida, comenta com o docente em tempo real, assim tornando prático em tirar dúvidas.

Para Dotta, (2014, p. 25, 26) a comunicação síncrona acontece em tempo real e podemos usar o *chat* que são trocas de mensagens instantâneas entre pessoas distintas, bem como a webconferência que possibilita várias possibilidades de comunicação em tempo real. (figura 01).

Figura 1 – Como funcionam as webconferências



Fonte: Dotta e Oliveira (2014, p 26)

Conforme Dotta (2014, p 55) "uma aula virtual conduzida em tempo real permite a interação instantânea entre todos os participantes – professor, tutores, estudantes [...]. Por outro lado, é necessário que os agentes da interação estejam conectados simultaneamente" (*apud* Lins e Moita, 2006).

Figura 2 – Sistema de Atividade Aula Virtual por Webconferência Multimodal e Multimídia



Fonte: Dotta e Oliveira (2014, p 55)

Relacionando esses autores entende-se que a tecnologia voltada para Educação tem uma influência significativa, e a plataforma da Microsoft 365 é bem dinâmica na área da educação, devido as suas grandes vantagens de uso.

Acreditamos que esta pesquisa indica que o uso do *e-mail* institucional se torna uma ferramenta extremamente importante para a vida acadêmica, pedagógica e administrativa. É certo que nem sempre todos podem usufruir destas vantagens pois dependem de uma conexão boa com a internet e de ter os equipamentos necessários como um computador, *notebook*, celular ou *tablet*, porém, sabemos que estamos em constante renovação e adaptação.

Durante o período do isolamento social, usamos das ferramentas da plataforma da Microsoft 365 e, foram utilizadas para o ensino e aprendizagem de cada discente junto com o docente.

3 METODOLOGIA

A metodologia usada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica no qual fazendo uma descrição dos assuntos abordados para atender o objetivo desta pesquisa e dos benefícios da integração do *e-mail* institucional da plataforma Microsoft com o ambiente de aprendizagem virtual e, à medida que foram aprofundados os assuntos, analisamos as hipótese para obter os resultados esperados e alcançados.

As pesquisas realizadas no *site* da Microsoft e entre os autores foram de grande relevância para a elaboração dessa pesquisa, e assim, obtermos o respaldo teórico necessário para o uso da plataforma Teams, o que resultou no uso frequente do *e-mail* e da plataforma *on-line* pelos docentes e discentes e assim e usufruírem dos benefícios pedagógicos.

4 A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DA MICROSOFT NA INSTITUIÇÃO CENTRO PAULA SOUZA

São várias as vantagens dos usuários da instituição de ensino do Centro Paula Souza com a parceria Microsoft por trazerem vários benefícios aos discentes, docentes e funcionários, como *softwares*, aplicativos, sistemas operacionais e ferramentas disponíveis gratuitamente, e, destaco aqui o pacote *Office*, composto pelo Microsoft *Word*, Microsoft *Excel*, Microsoft *Power Point* e *Teams*

Podemos elencar também outras vantagens, como:

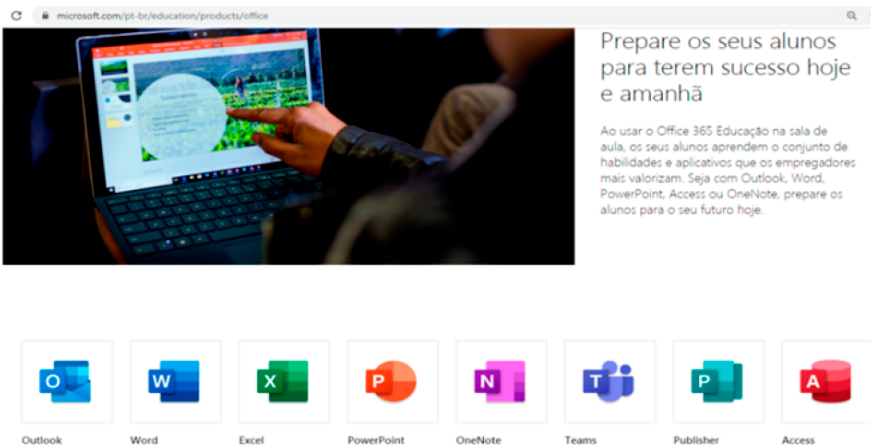
- Armazenamento on-line (1terayte);
- Suporte técnico incluído;
- Recursos em *tablets* e *smartphones*;
- Múltiplas instalações (cinco máquinas);
- Atualizações constantes.

Para Engholm (2015) os produtos Office 365 são importantes pois,

> A integração entre os produtos do Office 365 é a grande vantagem de se utilizar este produto. Com apenas alguns cliques podemos integrar o Office, o Exchange Online, o Lync Online e o SharePoint Online e, da mesma forma, o usuário administrador pode com um único clique iniciar uma conferência online. (ENGHOLM, 2015, p. 26)

Para as aulas remotas sabemos o quão importante é ter disciplina para que as tarefas sejam concluídas no tempo esperado. Os alunos, protagonistas do aprendizado e o professor, sabendo da necessidade de desenvolver e estimular a criatividade e o autoconhecimento, deve demonstrar os benefícios desta plataforma. Nas Figuras 1 e 2, apresentamos as ferramentas que são interativas e importantes para o cotidiano de cada um.

Figura 3 – Plataforma Microsoft Office 365



Fonte: https://www.microsoft.com/pt-br/education/products/office

Figura 4 – Serviços de Nuvem com a plataforma office 365

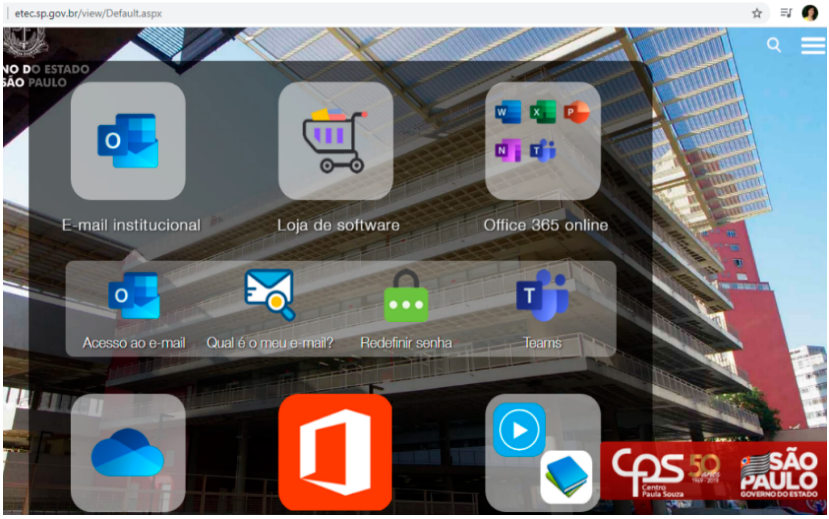


Fonte: https://www.microsoft.com/pt-br/education/products/office

Podemos observar vários *softwares,* como: *Word*, *Excel*, *Acess*, *Power Point, OneDrive*, *Skype*, *Forms*, *Stream*, *Teams*, *Publish*, *Sharepoint*, etc. Muitos desses aplicativos são utilizados constantemente deixando a aprendizagem virtual interativa entre o docente e discente, como exemplo o *Teams* em que, nas aulas remotas, o discente interage com todos da sua classe de aula em um ambiente virtual, vendo os seus colegas de classe e o professor, conversando em tempo real com todos, fazendo as atividades propostas, participando do *chat*, e assim tendo um pouco mais de pertencimento entre todos da sala de aula.

Nas Figuras 5, 6 e 7 verificamos o *layout* do *site* referentes aos pacotes que são liberados para o usuário, e todo o suporte necessário, bem com as instalações do pacote *Office* como *Word*, *Excel*, *OneDrive, Teams* do *e-mail* institucional.

Figura 5 – Site etec.sp.gov.br



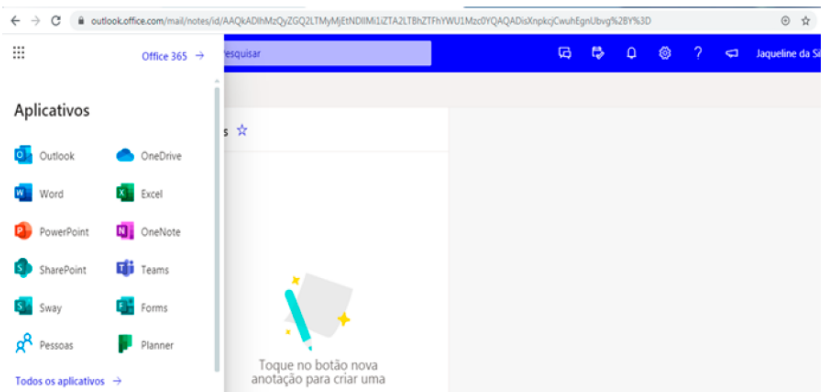
Fonte: http://etec.sp.gov.br/view/Default.aspx

Figura 6 – Suporte Técnico pelo site



Fonte: http://etec.sp.gov.br/view/file/list-file-pdf.aspx

Figura 7 – Acesso ao *E-mail* Institucional



Fonte: https://outlook.office.com/mail/

4.1 Pacote Office da Microsoft 365

O pacote *Office* da Microsoft 365, tem muitas ferramentas digitais que podemos utilizar mas faremos ênfase somente a quatro delas, saber: o *Teams*, *Word*, *Excel* e *Power Point* por serem as ferramentas que mais colaboram para as potencialidades pedagógicas no ambiente de ensino aprendizagem.

4.1.1 As Fases da Microsoft Teams

O Microsoft *Teams* é uma plataforma de comunicação, quer seja com mensagens, *chat*, videoconferências, compartilhamento de arquivos e muitos aplicativos que podemos utilizar para as aulas remotas, tanto assíncrona como síncronas. É bem utilizada para as práticas pedagógicas, devido seu uso prático para as aulas remotas, fazendo com que as aulas sejam síncronas com os discentes. Abaixo segue as fases para acesso ao *Teams*.

Figura 8 – Acesso ao Microsoft *Teams* pelo *e-mail* institucional

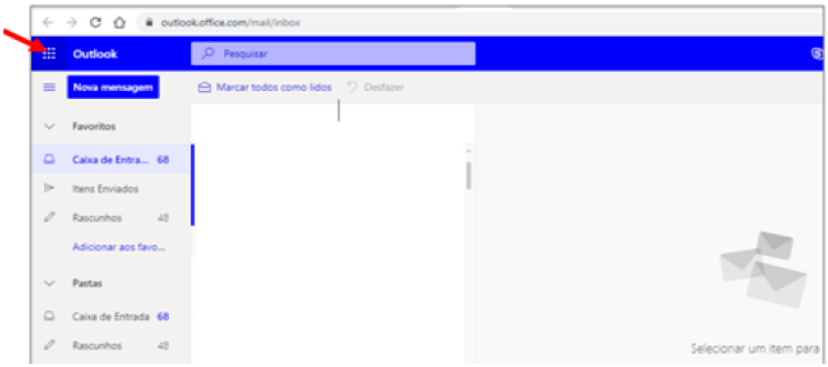
1. Verifique seu e-mail institucional e senha, caso não tenha, acessando o link: https://sysmail.cps.sp.gov.br/web/consult-mail/e-mail.
   a. Você poderá acessar um vídeo tutorial sobre a recuperação do e-mail institucional através do link: https://youtu.be/OTuoo7KvBYM
   b. Para recuperar a sua senha, você pode acessar o vídeo tutorial deste link: https://youtu.be/YGPiypDRBLo

2. Acesse o link 365 e-mail Microsoft: https://www.office.com/?omkt=pt-br e insira e-mail e senha.
   a. Caso você queira instalar a versão desktop ou mobile do Teams, poderá ver um vídeo tutorial neste link: https://youtu.be/T1zxxFNyjIs

Fonte: Cartilha do Teletrabalho Centro Estadual De Educação Tecnológica Paula Souza

Figura 9 – Acesso ao Microsoft *Teams*

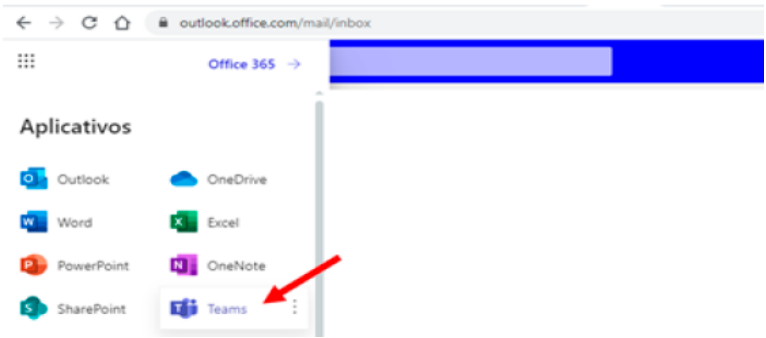
3. Caso o Teams não seja automaticamente iniciado, clique em 



Fonte: Cartilha do Teletrabalho Centro Estadual De Educação Tecnológica Paula Souza

Figura 10 – Escolha do Microsoft *Teams*

4. Escolha o "Teams".



Fonte: Cartilha do Teletrabalho Centro Estadual De Educação Tecnológica Paula Souza

Figura 11 – Microsoft *Teams* e suas Funcionalidades

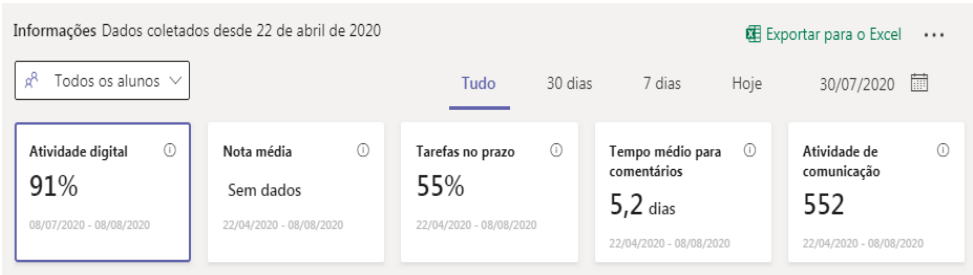


Fonte: https://teams.microsoft.com

Na plataforma *Teams*, vide Figura 12, podemos verificar que do dia 22/04/2020 até 30/07/2020, houve uma participação no Teams de 91%, com 552 atividades realizadas como *chat* e videoaulas. Isso evidencia um considerável número de participantes dessas atividades, e assim, as aulas remotas foram eficazes neste ambiente virtual.

E, os poucos que ainda não utilizaram foram devido aos problemas de conexão com a internet, e os docentes para aplicar as atividades escolares usaram o *e-mail* para envio do material e assim o discente poderia aprender e fixar os conteúdos necessários e adquirir as competências conforme plano do curso.

Figura 12 – Microsoft *Teams* e porcentagem da participação dos alunos



Fonte: https://teams.microsoft.com/_#/school

Da mesma forma, o docente ou o funcionário do Centro Paula Souza podem realizar suas atividades *home office*, desde que tenha conexão com internet e logado com sua conta em um computador e até mesmo no seu celular, desenvolvendo as atividades diárias para um bom desempenho com seu trabalho.

Tendo em vista tudo o que já foi observado, podemos entender que esta plataforma *Teams* é bem útil em seu uso constante pelo *e-mail* institucional, e que é um canal de comunicação entre todos os envolvidos.

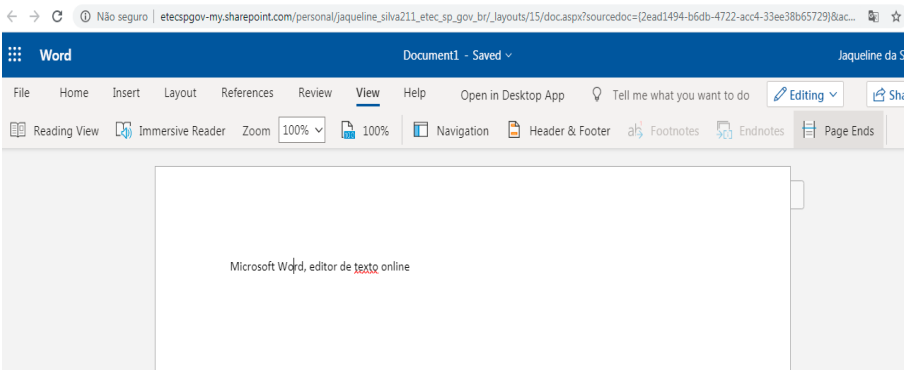
4.1.2 Usando o Microsoft Word

O Microsoft *Word* é um processador de texto e podemos ler e editar textos, com recursos gráficos e facilidades como correção de erros de digitação e ortográficos.

Com o *Word* no computador ou disponível móvel podemos:

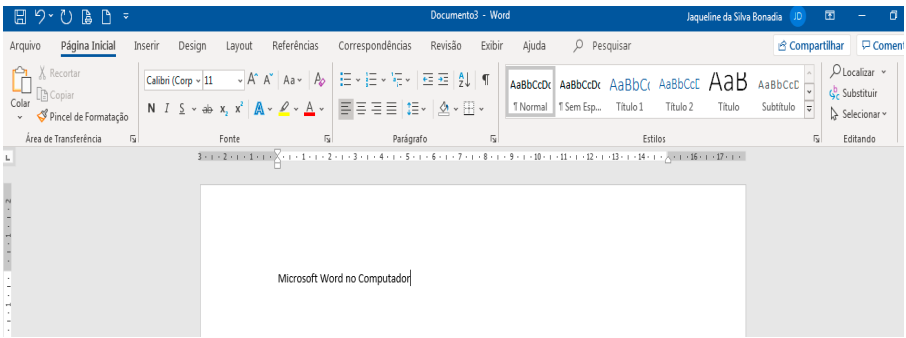
- Criar documentos do zero ou usar um modelo.
- Adicionar texto, imagens, arte e vídeos.
- Pesquisar um tópico e encontrar fontes confiáveis.
- Acesse seus documentos no computador, tablet ou celular com o OneDrive.
- Compartilhar seus documentos e trabalhar com outras pessoas.
- Controlar e revisar alterações.

Figura 13 – Layout Microsoft *Word online*



Fonte: Próprio autor

Figura 14 – Microsoft *Word* no computador

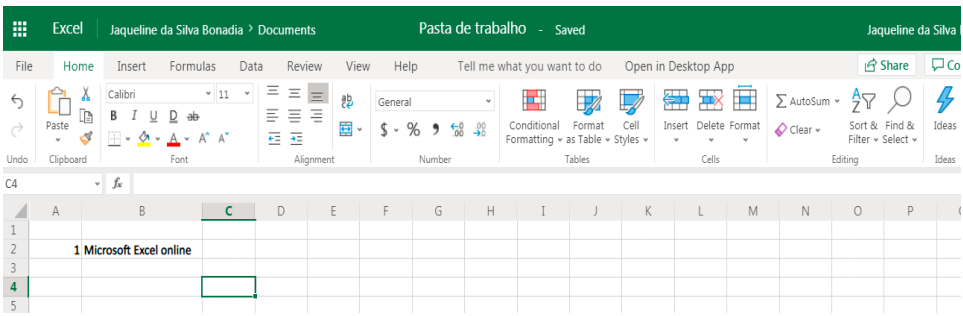


Fonte: Próprio autor

4.1.3 Usando o Microsoft Excel

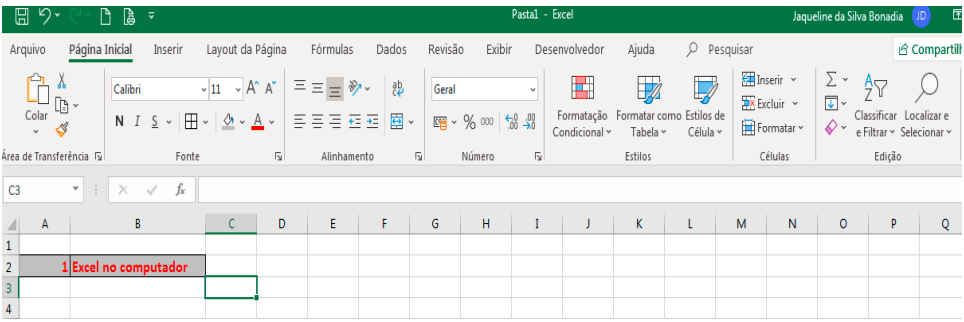
O Microsoft *Excel* é um *software* de computador mais usado no mundo, podendo ser utilizado do nível básico ao avançado. Ele é ótimo para fazer tabelas, controle de orçamentos, cálculos, colocar uma lista de nomes em ordem alfabética, gráficos simples ou números em ordem crescente, tabela dinâmica, etc. Para as empresas, ele serve desde uma simples ferramenta para armazenar informações de contato de seus clientes como uma poderosa planilha eletrônica que faz milhares de cálculos simultaneamente com a inserção de algumas fórumulas. É possível aprender o *Excel* em poucos minutos de estudos.

Figura 15 – Layout Microsoft *Excel online*



Fonte: Próprio autor

Figura 16 – Microsoft *Excel* no computador

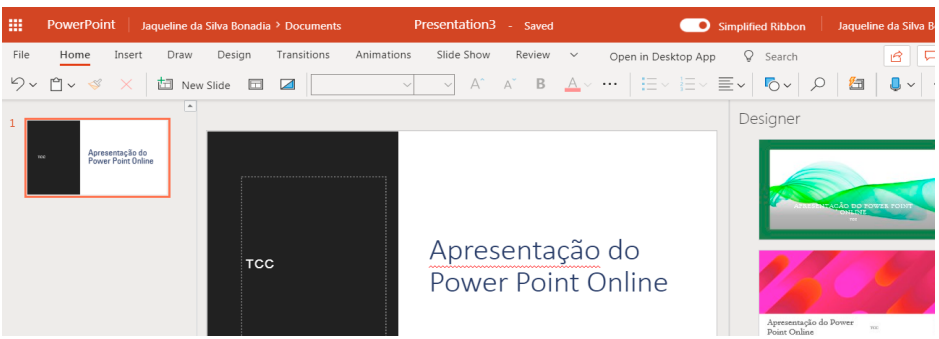


Fonte: Próprio autor

4.1.4 Usando o Microsoft Power Point

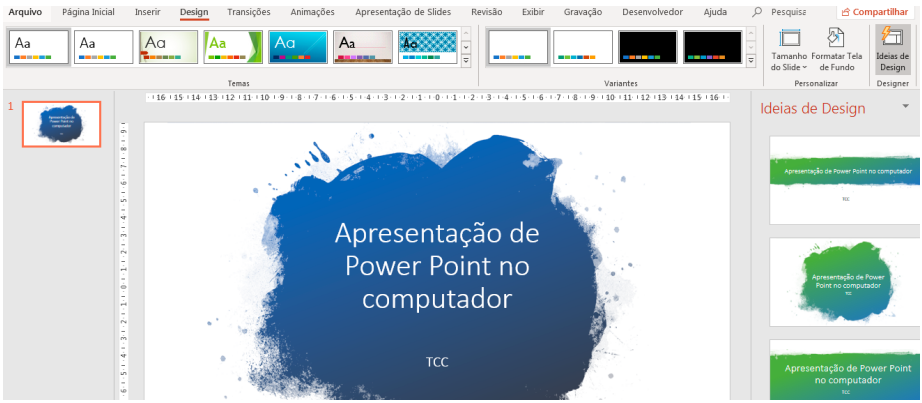
O Microsoft *Power Point* é um aplicativo muito utilizado para desenvolver apresentações, com diversos recursos como: objetos gráficos, símbolos, organogramas, fotos, recursos de áudio e vídeo, também permite a projeção de apresentações ou efeitos de transição de *slides* e incluir animações em monitores de computador, *datashow* e outras plataformas disponíveis. É muito utilizado por instituições de ensino e empresas para organizar as informações de maneira clara e objetiva.

Figura 17 – Layout Microsoft *Power Point online*



Fonte: Próprio autor

Figura 18 – Microsoft *Excel* no computador



Fonte: Próprio autor

Como podemos perceber, desde que o usuário esteja com uma conexão de internet os arquivos podem ser armazenados em nuvem, o que facilita o usuário em usar este arquivo de qualquer local, sem precisar acessar o arquivo do seu computador físico, pois este arquivo está armazenado na nuvem ou *OneDrive*.

Por outro lado, quando o usuário tem o *software* no computador, ele pode acessar o arquivo com mais funcionalidades do programa e elaborar com mais detalhes se trabalho, quer seja no *Word*, *Excel*, *Power Point* e no *Teams* o usuário tem mais funcionalidades para gravação e até colocar plano de fundo para as apresentações.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por objetivo lançar um olhar sobre as potencialidades pedagógicas com o uso das ferramentas digitais do CPS, com parceria da plataforma Microsoft 365, e como essas ferramentas disponíveis do *e-mail* institucional e o *office* contribuem para um aprendizado no o ambiente escolar, com tecnologias que oferecem diferentes plataformas que podem ser usadas remotamente nos cursos a distância.

Uma plataforma como a Microsoft 365 que está ao alcance de todos desde que tenha parceria ou que seja paga pelo assinante, colabora para a construção coletiva do conhecimento que é transmitido do docente para o discente usando o *Teams* e demais *office*, fazendo com que um ambiente a distância, enriqueça o processo de ensino-aprendizagem de forma síncrona.

Concluímos nossas hipóteses afirmando que o *e-mail* institucional foi percebido como uma ferramenta eficiente, mas não há evidências de que ele interferiu na aprendizagem. Foi usado as plataformas de videoaulas e enviado atividades quando necessário para o *e-mail* do discente.

Também percebemos que alguns alunos tiveram algumas dificuldades de conexão com a internet, devido a infraestrutura das operadoras ou até mesmo do aluno, e mesmo assim os docentes usaram de ferramentas diferenciadas como *whatsapp* e assim o docente procurou estar cada vez mais perto do discente em um ambiente virtual.

Verificamos que existe um potencial nas ferramentas da plataforma a serem exploradas pedagogicamente no ambiente virtual de aprendizagem. Além disso, essas ferramentas podem ser utilizadas de forma síncronas e assíncronas, quando necessário para o desenvolvimento da atividade educacional do discentes com a proposta de ensino-aprendizagem.

Como as tecnologias da plataforma da Microsoft 365 estão cada vez mais atualizadas e integradas, acreditamos que o distanciamento nas aulas EAD ou remotas, altera o conceito das formas de ensinar e aprender, pois estamos caminhando para aulas semipresenciais. Assim, esses mesmos professores que atuam a distância ou presente poderão combinar os processos de ensino-aprendizagem, com o uso das ferramentas da Microsoft.

Acreditamos que esta pesquisa tende a contribuir para o entendimento das ferramentas da Microsoft 365 em prol das potencialidades pedagógicas envolvendo o discente nas aulas remotas e contribuindo para o ensino-aprendizagem para as competências necessárias do educando. Esta pesquisa tende a convidar o leitor para um olhar de relevância social e educacional com suas contribuições tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA**,** Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação a Distância na Internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.

As 5 principais vantagens do Office 365. Disponível em <https://www.celulardireto.com.br/as-5-principais-vantagens-do-office-365/> Acesso em 17/06/2020.

DOTTA, Sílvia. **Aulas virtuais síncronas:** Condução de webconferência multimodal e multimídia em Educação a Distância. Santo André, Editora da UFABC, 2014. [Coleção Intera].

BUENO, José Lucas Pedreira, et al. **Tecnologias na educação:** políticas, práticas e formação docente. Florianópolis: Pandion, 2015. 112p.

Centro Paula Souza amplia parceria com a Microsoft de 17 de Maio de 2010. Disponível em <https://www.cps.sp.gov.br/centro-paula-souza-amplia-parceria-com-a-microsoft/>. Acesso em 19/06/2020.

Centro Paula Souza e Microsoft Brasil. Disponível em <http://www.fatec.sp.gov.br/view/page/page.aspx?id=92DB78773A4944B9>. Acesso em 18/06/2020.

ENGHOLM, Hélio Jr. **Computação em nuvem com o Office 365**. 1ª Edição, São Paulo: Editora Novatec 2015.

Ferramentas de Mediação. Disponível em <https://www.cps.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/1/2020/03/ferramentas-de-mediacao.pdf>. Acesso 30/07/2020.

KENSKI, Vania Moreira. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. Campinas: Editora Papirus. 2003.

LINS, R. M.; MOITA, M. H. V. **Ferramentas Interativas na Educação a Distância:** Benefícios Alcançados a partir da sua Utilização. XXXXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2006. Disponível em <http://www.abepro. org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540364_8555.pdf>. Acesso em: 14/04/2012.

LOPES, Cristiano Gomes. **Aprendizagem Histórica na Palma da Mão:** Os grupos do Whatsapp como extensão da sala de aula**.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

MORAN, JM. **Propostas de mudança nos cursos presenciais com a educação online**. Disponível em <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/propostas.pdf>. Acesso em 25/07/2020.

Office 365 Educação. Disponível em <https://www.microsoft.com/pt-br/education/products/office>. Acesso em 15/06/2020.

O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA GESTÃO ESCOLAR

Wanderson Oliveira Aguiar
Doutorando em Ciências da Educação
https://lattes.cnpq.br/0141135534808771
wanderson-o.aguiar@hotmail.com

Paulo Edson Cutrim Silva
Doutorando em Ciências da Educação
http://lattes.cnpq.br/9657537660565747
pauloedsons@gmail.com

RESUMO: A adoção de novas tecnologias na gestão escolar está revolucionando o ambiente educativo, promovendo uma gestão mais eficiente, um ensino mais personalizado e uma comunicação mais eficaz. Essas mudanças são fundamentais para preparar os alunos para os desafios do século XXI, proporcionando uma educação mais relevante e conectada com a realidade atual. O presente trabalho visa apresentar fatores da cultura digital na prática do gestor escolar e seu papel frente às novas tecnologias educacionais, destacando seu esforço em influenciar os professores a utilizarem esses recursos. Por meio de revisão bibliográfica, explora como a integração tecnológica pode melhorar a gestão escolar e o ensino-aprendizagem. A liderança do gestor é crucial para promover inovação, oferecer suporte e superar desafios como resistência à mudança. Exemplos de práticas bem-sucedidas mostram que capacitação contínua e colaboração resultam em uma educação de qualidade, alinhada às demandas contemporâneas. Não se pretende nesse artigo, criar um manual, mas somente levantar pontualidades importantes para discussão.

Palavras-chave: Gestão Escolar; Ensino; TIC's.

INTRODUÇÃO

Os grandes avanços tecnológicos dos últimos anos têm potencializado as mudanças em nossa sociedade, mudanças essas que ocorrem cada vez mais rápido, e a escola atualmente tem o desafio de inseri-las nas rotinas escolares de forma a fazer o uso destas para melhorar a oferta de seus serviços. Objetivando formar sujeitos que atendam as demandas tanto do mercado, quanto das próprias questões sociais lançadas em meio ao contexto cada vez mais dominado por elas.

As condições de funcionamento e gerenciamento de muitas das escolas públicas são precárias. Infraestrutura deficiente, número reduzido de professores, professores mal preparados, classes barulhentas. É muito difícil falar em gestão inovadora nessas condições. Mesmo reconhecendo essa dificuldade estrutural, a competência de um gestor de escola pode suprir boa parte das deficiências.

A incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na escola contribui para expandir o acesso à informação atualizada e, principalmente, para promover a criação de comunidades colaborativas de aprendizagem que privilegiam a construção do conhecimento, a comunicação, a formação continuada e a gestão articulada entre as áreas administrativa, pedagógica e informacional da escola.

Desde a implantação da Lei Nº. 9394/96 nos deparamos com uma verdadeira revolução na gestão da escola e da figura do gestor escolar, pois inúmeras responsabilidades, competências e habilidades são exigidas em sua atuação administrativa, pedagógica e comunitária, a partir dos princípios de gestão democrática no âmbito da escola pública. O gestor escolar, a partir desse momento, passou a gerenciar, coordenar, acompanhar e executar atribuições que anteriormente não ressoavam no âmbito da escola e da comunidade com tal força, tal como o evidenciamos com o advento da referida lei.

O contato com a tecnologia é diário, pois esta se encontra incorporada nas empresas, nos bancos, nos comércios, enfim, em vários setores de nossa sociedade moderna. Nossas crianças já sentem o efeito da sociedade da informação, pois as mesmas "brincam" com a tecnologia, fruto de suas curiosidades e da ausência do "medo" de errar.

O presente trabalho visa apresentar fatores da cultura digital na prática do gestor escolar e seu papel frente às novas tecnologias educa-

cionais, destacando seu esforço em influenciar os professores a utilizarem esses recursos. Por meio de revisão bibliográfica, explora como a integração tecnológica pode melhorar a gestão escolar e o ensino-aprendizagem. A liderança do gestor é crucial para promover inovação, oferecer suporte e superar desafios como resistência à mudança. Exemplos de práticas bem-sucedidas mostram que capacitação contínua e colaboração resultam em uma educação de qualidade, alinhada às demandas contemporâneas. Não se pretende nesse artigo, criar um manual, mas somente levantar pontualidades importantes para discussão.

DESENVOLVIMENTO

O Gestor Educacional e as Novas Tecnologias

Quando falamos em tecnologias costumamos pensar imediatamente em computadores, vídeo, softwares e Internet. Sem dúvida são as mais visíveis e que influenciam profundamente os rumos da educação. Mas, antes, é bom lembrar que o conceito de tecnologia é muito mais abrangente. Tecnologias são os meios, os apoios, as ferramentas que utilizamos para que os alunos aprendam. A forma como os organizamos em grupos, em salas, em outros espaços isso também é tecnologia.

Evidenciamos, neste século XXI, o apogeu das novas tecnologias da informação e da comunicação no âmbito da sociedade moderna, pois a convergência das inovações da informática, da comunicação e das telecomunicações está presente nos artefatos tecnológicos que variam desde o telefone celular ao computador, capazes de possibilitar aos usuários, o envio e recebimento de mensagens, ouvir a programação da rádio, assistirem vídeos, produzirem fotos e proporcionar ainda a comunicação audiovisual entre sujeitos em diferentes partes do mundo.

No entanto, em relação aos nossos educadores, principalmente àqueles com ampla experiência docente, evidenciamos um verdadeiro "pânico" em desenvolverem atividades com o auxílio de tais artefatos tecnológicos. Segundo Pretto (1996):

> [...] "não podemos pensar que a pura e simples incorporação destes novos recursos na educação seja garantia imediata de que se está fazendo uma nova educação, uma nova escola, para o futuro [...] vivemos um momento histórico especial, em que surgem novos valores na sociedade".

Não obstante os avanços alcançados nos últimos anos com a melhoria no nível dos indicadores educacionais e, principalmente, com o salto obtido na meta de universalização do acesso ao ensino fundamental, muito ainda tem que ser feito para qualificar esse acesso e vencer a tendência histórica de exclusão social do sistema.

Na sociedade, as novas tecnologias são incorporadas velozmente, mas persistem na escola uma grande desconfiança, morosidade e ausência de incorporação da tecnologia. E, por isso, há necessidade de mudarmos uma prática cada vez mais constante no âmbito das escolas públicas: os equipamentos tecnológicos ficam "trancados"! É bem verdade que tal fato decorre da falta de infraestrutura das escolas na salvaguarda dos equipamentos; mas, entendemos que além da capacitação dos docentes, há também a necessidade de participação dos gestores nos cursos de qualificação para o uso das novas tecnologias, no sentido de que possam incentivar a presença da tecnologia no contexto administrativo e pedagógico na escola, ou seja, os gestores precisam participar do processo de inclusão digital ou de alfabetização tecnológica.

Ao Gestor Escolar cabe a capacidade de planejamento, liderança, iniciativa, de criação de espaços e clima de reflexão e experimentação, pois a Gestão escolar consiste num espaço de mobilização da competência e do envolvimento das pessoas coletivamente para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização dos objetivos educacionais.

A transformação da escola acontece com maior frequência em situações nas quais diretores e comunidade escolar (funcionários, professores, alunos, pais e comunidade) se envolvem diretamente no trabalho realizado em seu interior.

De acordo com Almeida (2004, p. 2),

> o envolvimento dos gestores escolares na articulação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, na liderança do processo de inserção das TIC's na escola em seus âmbitos administrativo e pedagógico e, ainda, na criação de condições para a formação continuada e em serviço dos seus profissionais, pode contribuir e significativamente para os processos de transformação da escola em um espaço articulador e produtor de conhecimentos compartilhados.

Para isso, é necessário que haja o comprometimento e envolvimento do gestor escolar no processo de formação continuada para o uso das novas tecnologias e mídias na educação. Será o gestor o principal responsável para que os novos recursos tecnológicos façam parte

do cotidiano da escola. O objetivo de introduzir novas tecnologias na escola é para originar-se o novo e pedagogicamente importante, que não se pode realizar de outras maneiras.

O aprendiz, utilizando metodologias adequadas, poderá utilizar essas tecnologias na integração de matérias estanques. A escola passa a ser um lugar mais interessante que prepararia o aluno para o seu futuro. A aprendizagem centra-se nas diferenças individuais e na capacitação do aluno para torná-lo um usuário independentemente da informação, capaz de usar vários tipos de fontes de informação e meios de comunicação eletrônica.

José Manuel Moran (2020) ressalta que "o gestor educacional tem um papel crucial na integração das novas tecnologias na escola, promovendo uma cultura de inovação e capacitando os professores para o uso efetivo dessas ferramentas", destacando a relevância do gestor como um líder que orienta professores e alunos na utilização eficaz das tecnologias e enfatizando a importância dessa integração para criar um ambiente de aprendizado mais dinâmico e capacitado para o mundo digital atual.

Portanto, o gestor educacional assume um papel central na integração das novas tecnologias no contexto escolar, pois o gestor é um líder que orienta e capacita tanto professores quanto alunos para uma utilização eficaz das ferramentas digitais. Essa abordagem destaca a relevância da inovação educacional e da adaptação ao cenário tecnológico atual, enfatizando a necessidade de uma liderança proativa e visionária por parte dos gestores para garantir que as escolas estejam preparadas para os desafios e oportunidades do mundo digital.

Programas Integrados de Gestão Administrativo-Pedagógica

O gestor escolar e a sua equipe têm nas tecnologias, hoje, um apoio indispensável ao gerenciamento das atividades administrativas e pedagógicas. O computador começou a ser utilizado primeiro na secretaria para depois chegar à sala de aula. Neste momento há um esforço grande para que esteja em todos os ambientes e de forma cada vez mais integrada, por entender que na escola não se deve separar o administrativo e o pedagógico: ambos são necessários.

De acordo com Vieira (2003, p. 151),

> numa primeira etapa privilegiou-se o uso do computador para tarefas administrativas: cadastro de alunos, folha de pagamento. Depois, os computadores começaram a ser instalados em

> um laboratório e se criaram algumas atividades em disciplinas isoladas, em implementação de projetos. As redes administrativas e pedagógicas, nesta primeira etapa, estiveram separadas e ainda continuam funcionando em paralelo em muitas escolas. Encontramo-nos, neste momento, no começo da integração do administrativo e do pedagógico do ponto de vista tecnológico.

O administrativo está a serviço do pedagógico e ambos têm de estar integrados, de forma que as informações circulem facilmente – com as restrições de acesso necessárias –, para visualizar qualquer informação que precisarmos checar ou para fazer previsões necessárias.

Nos últimos anos tem aumentado muito a quantidade da informação e tem havido também grandes avanços na qualidade das informações disponíveis on-line para a comunidade escolar e para o público em geral. Os grandes colégios constroem verdadeiros portais de informação, com áreas dedicadas aos professores, outras aos alunos, aos pais e ao público em geral.

A Internet é um espaço virtual de comunicação e de divulgação. Hoje é necessário que cada escola demonstre para a sociedade, o que ela faz, os projetos que desenvolve, a filosofia pedagógica que segue, as atribuições e responsabilidades de cada um dentro da escola, na divulgação para sociedade de todos os projetos desenvolvidos. Assim se "abre", com possibilidades de acesso para todos em torno de informações gerais.

Cada escola tem uma situação concreta que interfere no processo de gestão com tecnologias. Se atender a uma comunidade de classe alta ou de periferia com os mesmos princípios pedagógicos, terá que adaptar o seu projeto de gestão à realidade em que se insere.

Na implantação de tecnologias, no ambiente escolar, o primeiro passo é garantir o acesso para que as tecnologias cheguem à escola, que estejam fisicamente presentes ou que professores, alunos e comunidade possam estar conectados.

Para isso, o gestor educacional deverá encaminhar à Secretaria de Educação, projetos concisos, que demonstrem a necessidade da unidade escolar ser informatizada, ou seja, ser contemplada com um Laboratório de Informática Educacional, bem como, com os demais recursos tecnológicos que fazem parte das salas de multimeios.

Mesmo ainda distantes do ideal, temos avançado bastante nos últimos anos na informatização das escolas. Mas a demanda por novos laboratórios, por conexões mais rápidas, por novos programas é incessante e isso deixa também amedrontado o gestor, porque não sabe se o investi-

mento vale a pena diante da rapidez com que surgem novas soluções ou atualizações tecnológicas.

O segundo passo na gestão tecnológica é o domínio técnico. É a capacitação para saber usar, é a destreza que se adquire com a prática. Se o professor só toca no computador uma vez por semana demorará muito mais para dominá-lo do que se tivesse um computador sempre à sua disposição.

O terceiro passo é o do domínio pedagógico e gerencial, realizável com as tecnologias, para facilitar o processo de aprendizagem, permitindo que alunos, professores e pais acessem mais facilmente as informações pertinentes. Nessa etapa costumamos utilizar as tecnologias como facilitação do que já fazíamos antes. Por exemplo: se fazíamos a ficha de cada aluno manualmente, agora adquirimos um programa que automatiza o registro desse aluno e o acesso a essas informações a qualquer momento. É um avanço, mas ainda fazemos as mesmas coisas que antes, só de uma forma mais fácil.

O quarto passo é o das soluções inovadoras que seriam impossíveis sem essas novas tecnologias. No exemplo anterior, com a Internet, podemos não só facilitar o registro do aluno, mas o acesso remoto, o acesso do pai às notas dos alunos, a comunicação de alunos de várias escolas do mundo inteiro, a integração telemática dos pais e da comunidade na escola ou da escola em várias comunidades. A integração da gestão administrativa e pedagógica se faz de forma muito mais ampla com os computadores conectados em redes.

No contexto das mudanças que invadiram o cenário educacional e, consequentemente, a gestão escolar, a formação continuada ganha progressiva importância, como sinal de que o aprendizado deve assumir caráter permanente e dinâmico na vida dos profissionais de qualquer organização humana. A formação passa a ser vista como instrumento fundamental para o desenvolvimento de competências, envolvendo valores, conhecimentos e habilidades para lidar com as mudanças aceleradas, com contextos complexos, diversos e desiguais, para aprender a compartilhar decisões, lidar com processos de participação e adaptar-se permanentemente às novas circunstâncias e demandas institucionais (MACHADO, 1999).

Portanto, a passos lentos a tecnologia começa a adentrar os espaços educacionais na formação de supervisores e inspetores escolares, na ação contextualizada nas experiências, conhecimentos e práticas. E estes, por sua vez, têm a oportunidade de inserir a tecnologia em sua prática, revendo-a e reelaborando-a, colocando essa prática como foco da própria formação.

O educador tem a tarefa de problematizar os conteúdos que a mídia e as tecnologias trazem para o processo de ensino-aprendizagem. "Pela comunicação aberta e confiante desenvolvemos contínuos e inesgotáveis processos de aprofundamento dos níveis de conhecimento pessoal, comunitário e social" (MORAN, 2000, p. 25). Desta forma, os processos de interação e de comunicação têm papel fundamental na construção do conhecimento.

A Gestão Participativa busca criar estruturas descentralizadas em que se faz necessário à sobrevivência da escola, em que o relacionamento cooperativo passa a ser uma ferramenta essencial para superar os conflitos internos nos processos de ensino e aprendizagem e as mudanças nas relações do trabalho. A consciência individual e coletiva exige de seus gestores e demais pessoas da escola visão de globalidade, isto é, saber o que sua tarefa significa na totalidade organizacional.

CONCLUSÃO

Ao explorar as potencialidades das TIC no cotidiano, principalmente com o acesso à Internet, a escola abre-se para novas relações com o saber, vivenciando a comunicação compartilhada e a troca de informações com outros espaços do conhecimento que possuem os mesmos interesses. Essa abertura à articulação com diferentes espaços potencializa a gestão escolar e provoca mudanças substanciais no interior da instituição, nas quais o ensino, a aprendizagem e a gestão participativa podem se desenvolver em um processo colaborativo com os setores internos e externos da comunidade escolar.

Porém, isoladamente, as tecnologias não podem gerar mudanças. Sua inserção no cotidiano da escola exige a formação contextualizada de todos os profissionais envolvidos, de forma que sejam capazes de identificar os problemas e as necessidades institucionais, relacionadas à implantação e uso de tecnologias. Realizada a identificação, segue-se a busca de alternativas que lhes permitam a transformação do fazer profissional, com base em metodologias pautadas em novos paradigmas.

Essa formação fortalece o papel da direção na gestão das TIC e na busca de condições que ajudem a articular o uso administrativo e pedagógico das tecnologias na escola.

Formar profissionais que sejam capazes de articular e utilizar as novas tecnologias e mídias na sala de aula é papel da universidade; todavia, a formação continuada em serviço deverá ser proporcionada pela

escola, ou pelas Secretarias de Educação. É papel do gestor educacional buscar parcerias junto às instituições de ensino superior, buscando formação continuada em serviço para os educadores, para que seja amenizada, ou sanada, esta deficiência na formação do educador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; e RUBIM, L. **O papel do gestor escolar na incorporação das TIC na escola**: experiências em construção e redes colaborativas de aprendizagem. São Paulo: PUC-SP, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MACHADO, Maria Aglaê de M. Políticas e práticas integradas de formação de gestores educacionais In: CONSELHO DOS SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO. Gestão educacional: tendências e perspectivas. São Paulo: Cenpec, 1999. (Série Seminários Consed).

MATTOS, E.B.V., JUNIOR, J.C.F., MATOS, M.V.P. **Projetos de Aprendizagem e o Uso de TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação**: Novos Possíveis na Escola. CINTED UFRGS, V.3, Nº 2. Novembro, 2005.

Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 1996.

MORAN, José M. et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** São Paulo: Papirus, 2000.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?**. 18ª Ed. Editora José Olympo. Rio de Janeiro, 2007.

PRETTO, N, L. **Uma escola sem/com Futuro.** Rio de Janeiro: Papirus, 1996.

VIEIRA, Alexandre (org.). **Gestão educacional e tecnologia.** São Paulo, Avercamp, 2003. Páginas 151-164.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O FILÓSOFO MODERNO THOMAS HOBBES E A TEORIA CONTRATUALISTA

Gilmar da Silva Francelino
Mestrando em Função Social do Direito
http://lattes.cnpq.br/0851240087740116
gilmar.francelino@hotmail.com

Maria Beatriz Ferrari Pain
Mestranda em Função Social do Direito
http://lattes.cnpq.br/0985049789645646
mbfpain@gmail.com

RESUMO: A finalidade do presente trabalho é discorrer acerca brevemente sobre a vida e a filosofia de Thomas Hobbes e sua teoria contratualista, no sentido que de que a sociedade não existe desde sempre, mas surgiu em um momento da história humana, ou seja, a sociedade é uma construção artificial que erigiu em um determinado momento da história.

Palavras-chave: Thomas Hobbes; Teoria Contratualista; Estado natural.

1 INTRODUÇÃO

A tese defendida por todos os historiadores da filosofia é que Nicolau Maquiavel, filosofo do período renascentista, foi o criador da política moderna, notadamente em razão de sua obra O Príncipe. E isso significa dizer que existe uma maneira de pensar política até o final da idade média e outra maneira de pensar política depois de Maquiavel, chamada de política moderna.

A obra O Príncipe é considerada até hoje o grande tratado da política moderna e abriu as portas para pensarmos as questões sobre a política moderna. O pensamento de Maquiavel trazido em sua obra não foi muito difundida em razão de alguns motivos, dentre eles porque durante o renascentismo o Igreja ainda detinha muita influência nas relações sociais, e elencou uma lista de livros proibidos de serem lidos pelos cristão, chamada de *index prohibitorum*, sendo que a obra O Príncipe de Maquiavel estava nesse rol. Outro fator de não difusão do pensamento de Maquiavel é que o conhecimento naquela época não era tão democratizado, ficando o pensamento de Maquiavel limitado ao círculo de intelectuais daquele período histórico, notadamente porque o processo de democratização do conhecimento só vai dar início na modernidade.

Em resumo, o livro de Maquiavel vai fazer sucesso apenas na modernidade, pois foi nesse período que o acesso ao conhecimento ficou mais fácil, por tratar-se de uma época em que imperava o pensamento antropocêntrico, em que a razão humana e não Deus estava no centro de tudo.

Quando surgiu a modernidade e a razão passou a ser o centro de tudo e não mais Deus, o ser humano passou a ser reconhecido por possuir uma razão, podendo buscar o conhecimento verdadeiro. Como o conhecimento foi mais democratizado na modernidade do que em períodos anteriores e as edições dos livros foram publicados em maior número, ocorreu assim a popularidade, ainda que tardia, da obra do filosofo Nicolau Maquiavel.

E após terem acesso a obra de Maquiavel, as pessoas da comunidade europeia começaram a ser influenciados por aquelas ideias, especialmente a ideia de que já estava natureza do homem a busca pelo poder. Então, se todo ser humano busca o poder, as pessoas começaram a indagar por que que elas teriam que obedecer o poder instaurado e as regras instituídas.

2 OS CONTRATUALISTAS

A partir de Maquiavel houve um questionamento na sociedade sobre o poder vigente na modernidade. Foi nesse período que surgiram alguns pensadores que, a partir da ideia inicial de Maquiavel, vão tentar justificar o poder do estado.

Esses pensadores são chamados em um primeiro momento de teóricos do Estado, pois são eles que vão criar teorias filosóficas para poder explicar o surgimento e a necessidade do estado. Mas eles também são chamados de contratualistas, porque para eles a sociedade surgiu mediante um acordo coletivo devido a certas circunstâncias que poderiam comprometer a própria sobrevivência delas.

Todos os pensadores contratualistas vão defender a tese de que a sociedade não existe desde sempre, mas surgiu em um momento da história humana, ou seja, a sociedade é uma construção artificial que erigiu em um determinado momento da história. Essa é uma visão completamente diferente da tradicional, que entendia que o convívio em sociedade é intrínseco à natureza humana.

Os contratualistas renascentistas foram três, pela ordem histórica, os ingleses Thomas Hobbes e John Locke e o suíço Jean-Jacques Rousseau. Esses pensadores vão justificar a existência do estado.

As teses deles possuem divergências, mas também são convergentes em alguns pontos, especialmente quando falam a) que o estado político é necessário para organizar a sociedade, b) que a sociedade não existe desde sempre, surgindo em algum momento da história, c) que só dá para entender o surgimento da sociedade mediante a análise de três estágios da história humana: i) estágio do estado de natureza ou estado natural; ii) estágio do estado de guerra e iii) estágio do estado político.

Os três filósofos vão trabalhar esses três estágios em suas teorias.

Esses três filósofos vão raciocinar os melhores modelos de estado de sociedade, mas cada um vai chegar a conclusões diferentes a partir da análise desses estágios da história humana (estado natural, estado de guerra e estado político).

Neste trabalho nós trataremos especificamente apenas do primeiro filosofo, Thomas Hobbes, que o foi o precursor da teoria contratualista, depois veio o Locke e depois o Rousseau.

3 HISTÓRICO DE THOMAS HOBBES

Thomas Hobbes é um autor que tem uma importância muito grande não só para teoria geral do Estado, mas para a ciência política como um todo. Ele nasceu em Wiltshire, Inglaterra, em 1588, vindo a falecer em Derbyshire, Inglaterra, em 1679 aos 91 anos de idade.

Na sua autobiografia Hobbes afirma que quando ele nasceu a mãe deu luz a gêmeos, que foi ele e o medo, tudo isso porque ele nasceu de parto prematuro durante um período de incertezas na Inglaterra, que foi o ano da Armada Invencível do Rei espanhol Felipe II que invadiu a Inglaterra para depor a rainha inglesa Elizabeth I. Embora Felipe II não tenha logrado êxito em sua empreitada, aquele contexto trouxe muito medo aos ingleses de um modo geral e por isso que a mãe de Hobbes entrou em trabalho de parto prematuro, sendo que esse fato acabou por influenciar no seu pensamento futuro.

Outros fatos sobre Hobbes: ele foi muito amigo da família real inglesa pela proximidade dele com o duque de Devonshire, de quem foi preceptor; foi secretário de Francis Bacon durante parte da década de 20 do século XVII; interessou-se pela matemática e chegou a ser professor do Príncipe Carlos, que posteriormente veio a ser rei da Inglaterra.

Em 1666 o Parlamento inglês voltou uma lei que poderia incriminar Hobbes. Essa lei era contra o ateísmo e o Thomas Hobbes defendia umas ideias de natureza humana que não agradavam tanto a Igreja, razão pela qual ele chegou a queimar alguns de seus escritos para não ser punido. E mesmo após o desfazimento dessa lei Hobbes não conseguiu mais permissão do Rei para publicar qualquer escrito sobre a conduta humana.

Entre as obras mais famosas de Hobbes estão: a) De Cive (Do Cidadão), de 1642, que trata das relações entre a Igreja e o Estado; b) De Corpore (Do Corpo), de 1655, que reduz a filosofia ao estudo dos corpos em movimento; c) De Homine (Do Homem), de 1648, que discorre sobre o conhecimento e apetite humano capazes de produzir uma guerra; e d) Leviathan (Leviatã), de 1651, a obra dele mais famosa e a que iremos tratar ao longo desse texto, que fala do estado de natureza e defende a monarquia absolutista.

4 CONCEITOS DE ESTADO NATURAL, ESTADO DE GUERRA E ESTADO POLÍTICO

Foi Hobbes quem iniciou a teoria contratualista, e ele que desenvolveu em seu livro O Leviatã os conceitos de estado natural, estado de guerra e estado político.

Nessa obra Hobbes defende a tese de que a sociedade não existe desde sempre, surgindo apenas em determinado momento histórico. Para tanto Hobbes executa um exercício hipotético de imaginação e parte de uma hipótese para descrever como é que o homem vivia antes da existência da sociedade.

Trata-se de um exercício hipotético porque não há nenhum documento histórico que descreva como exatamente o homem vivia antes da existência da sociedade. E a partir desse exercício Hobbes cria o conceito de estado natural para explicar de forma teórica como o homem vivia na natureza como um selvagem.

E partir de sua realidade social Hobbes começa a imaginar e descrever como o homem viveria sem regras e sem poder político. E se eu retirar isso tudo da sociedade hoje o que sobra? Hobbes conclui que sem a sociedade organizada o homem viveria no estado natural e instintivamente como um animal.

Para o pensador, se o homem age instintivamente, também há a conclusão de que o homem não distingue o que é certo do que é errado, o que é bem e o que há mal, o que é ético e moral e o que não é.

Esses valores morais segundo Thomas Hobbes vão ser criados apenas artificialmente ao longo da história humana a partir da organização da sociedade e criação das regras, pois não fazem parte da natureza humana.

Hobbes continua o seu exercício de imaginação e indaga que se o homem age instintivamente no estado natural, o que vai acontecer quando esse homem se encontrar com outros homens no meio da natureza? E conclui que na medida em que os seres humanos vão se encontrando na natureza eles passam para o segundo estágio, qual seja, do estado natural para o estado de guerra.

O estado de guerra é o estágio da evolução humana que dá início quando os homens se encontram no meio da natureza e agem instintivamente, pois o homem começa a pensar que o outro é seu inimigo, pois como não há regras, a sua integridade e a integridade de seus bens estão em risco, pois o outro homem também age instintivamente, o que vai gerar uma guerra generalizada, ou seja, um estado de guerra.

Percebe-se que no encontro dos homens vai surgir o estado de guerra que Hobbes vai explicar com as seguintes palavras "é a guerra de todos contra todos". Ou seja, em razão desse estado de guerra entre os homens faz como que a natureza selvagem fique ainda mais à flor da pele, e inclusive faz como que aqueles instintos de crueldade e violência apareçam mais. É aqui que o Hobbes vai reproduzir aquela célebre frase (que não é dele, mas ficou mais conhecida em razão de sua obra): "o homem é o lobo do homem".

A figura do lobo é figura instintiva de um animal. O homem mata o outro homem em nome de um bem que alimenta o seu instinto. O homem é o lobo do próprio homem porque o homem é o inimigo do próprio homem. E o homem é o lobo do homem porque ele vive uma guerra geral que abrange todos os homens.

Em resumo, o estado de guerra é caos é generalizado porque não há nenhum tipo de organização no caos.

Há uma obra cinematográfica chamada "Uma noite de crimes" de 2013 que retrata um pouco do que seria esse pensamento hobbesiano de estado de guerra. A obra retrata um futuro distópico que, uma vez a cada ano, o governo libera a prática de qualquer ato criminoso durante o período de 12 horas, sendo que nem a Polícia, nem os Bombeiros ou Ambulâncias vão poder socorrer ninguém. Ou seja, nesse período os cidadãos podem fazer qualquer coisa e colocar para fora o seu instinto animal, extravasando e aliviando a tensão criada pela existência dos impulsos cruéis do instinto animal e as leis que organizam a sociedade, o que possibilita que ao longo dos outros dias do ano a sociedade viva em harmonia. Esta foi uma solução encontrada pelo novo governo norte-americano para diminuir o número de prisioneiros nas abarrotadas prisões e equilibrar a tensão social existente no país em meio a uma próspera economia.

Perceba que o filme retrata exatamente o pensamento de Hobbes, no sentido de que a natureza do homem é cruel e quando o homem se encontra com outro há um conflito inevitável. Então o estado de guerra é um estado de potencial conflito, bastando que o homem apenas encontre outro para que ocorra uma guerra generalizada.

Hobbes afirma em sua obra que esse estado de guerra generalizado vai trazer para o homem a insegurança, o caos e a desordem, de modo que o autor conclui que em algum momento da história os homens estabeleceram entre eles um acordo para sair dessa situação de estado de guerra. E esse acordo que vai surgir em algum momento da história é o que Hobbes vai chamar de contrato social.

Então com o contrato social surge a sociedade, que para Thomas Hobbes é o terceiro estágio da história humana, qual seja estado político. Reitere-se que para Hobbes se não houvesse esse contrato estaríamos até hoje vivendo como selvagens.

Mas o que estipula esse contrato social para que a humanidade saia desse estado de guerra e avance para o estado político?

Hobbes traz as seguintes características e finalidades do contrato social: a) necessidade que seja dado pelas pessoas o poder de forma absoluta a um único sujeito; b) que essa única pessoa que recebeu os poderes do povo pode elaborar normas que todos os outros indivíduos devem obedecer; c) que todas as leis estipuladas por esse soberano devem ter como finalidade trazer paz e segurança, para que superam a insegurança e o caos que a humanidade vivia antes na guerra generalizada; d) que na medida em que as normas forem criadas para trazer paz e segurança, aquele que desobedece-la deve ser punido, havendo necessidade de um estado de vigilância, controle e punição, para que pelo medo da punição a pessoa não haja pela liberdade de seus instintos e contra a sociedade.

Percebe-se que para Hobbes o estado político que cria as leis e a sociedade foi criado depois do contrato social entre os indivíduos, que aconteceu em algum momento da história humana.

Mas dessa ideia de contrato podem surgir alguns questionamentos. Dentre eles a razão de o poder soberano ter que ser preferencialmente centralizado por uma única pessoa.

O pensador responde essa questão asseverando que essa é melhor forma para evitar divergências de pensamentos entre quem detém o poder, o que gerará risco de haver a quebra do pacto social e a sociedade voltar ao estado de guerra, ou seja, o Hobbes defende o absolutismo, entendendo que quanto mais o poder for absoluto na mão de um, mais em paz e em segurança a sociedade vai gozar.

Hobbes defende que o absolutismo é o melhor sistema de governo porque ele efetiva uma troca vantajosa para as pessoas, no sentido que com o poder absoluto nas mãos de uma pessoa, esse sujeito vai criar normas e controlar os outros indivíduos, de modo que as pessoas vão perder a liberdade individual, mas em troca vai ganhar paz e segurança.

E quem seria esse indivíduo que vai ter o poder absoluto em mãos? Segundo Hobbes, esse indivíduo é designado possivelmente pelo critério da força. E é aqui que entra o título do livro O Leviatã. Leviatã é o nome dado aos monstros de mitologias tradicionais, geralmente um monstro marinho.

No livro O Leviatã há ilustração emblemática, em que há a figura de um monstro com uma coroa na cabeça. Essa ilustração traz uma significação total do título do livro, pois se refere ao indivíduo que tem o poder absoluto em mãos, simbolizado pelo nome Leviatã. Os tentáculos simbolizam a retirada da liberdade individual das pessoas. Mas o próprio monstro que retira a liberdade das pessoas, mediante sua força traz paz e segurança aos indivíduos.

Mas e se o governante agir com outra finalidade que não trazer a paz segurança? Nesse caso Hobbes defende que a retomada do poder pelo povo está justificada.

Em outros termos, a partir do contrato social e a existência do Leviatã, haverá paz, segurança e produção de normas, de modo que isso irá produzir consciência moral nos indivíduos. Para Hobbes, as pessoas passam a saber o que é certo ou errado porque simplesmente a lei informa, diferente do que pensavam os filósofos tradicionais, que defendiam a ideia de que a consciência moral é natural do indivíduo e é a partir dessa consciência moral que as leis são criadas para organizar a sociedade. Ou seja, na modernidade é o contrário, pois as leis nascem do Leviatã e são elas que vão construir nas pessoas a consciência moral de saber o que é certo e errado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, para Hobbes a consciência moral é forjada artificialmente pela lei para manter sociedade em paz e segurança. Também afirma o pensador o poder centralizado é benéfico, porque haverá um centro de comando único e as pessoas vão saber exatamente o que deve ou não fazer.

REFERÊNCIAS

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a liberdade republicana**. São Paulo: Unesp, 2010.

SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na Filosofia de Hobbes**. UNESP, 1999.

HOBBES, Thomas. **O leviatã**. Ou a matéria forma e poder do estado eclesiástico e civil.

A OBSERVÂNCIA DO PACTO FEDERATIVO COMO FORMA DE EQUILIBRAR OS PODERES E RIQUEZAS DOS ENTES POLÍTICOS

Gilmar da Silva Francelino
Mestrando em Função Social do Direito
http://lattes.cnpq.br/0851240087740116
gilmar.francelino@hotmail.com

Maria Beatriz Ferrari Pain
Mestranda em Função Social do Direito
http://lattes.cnpq.br/0985049789645646
mbfpain@gmail.com

RESUMO: O artigo a necessidade de o sistema normativo jurídico envidar meios para fazer prevalecer a higidez do pacto federativo para manutenção da autonomia dos entes subnacionais, notadamente em momentos de crise política entre os três graus de esferas de governo.

Palavras-chave: Pacto federativo; Balanceamento de poderes; Esferas de competências.

1 INTRODUÇÃO

Para a análise do tema proposto será feita uma abordagem qualitativa com consulta à legislação, à doutrina e à jurisprudência, utilizando-se do método hipotético-dedutivo. Neste artigo aborda-se a necessidade de o sistema normativo jurídico envidar meios para fazer prevalecer a higidez do pacto federativo para manutenção da autonomia dos entes subnacionais, notadamente em momentos de crise política entre os três graus de esferas de governo.

E para abordar a questão do balanceamento do equilíbrio de poderes e riquezas dos entes federados é necessário antes falar sobre o federalismo.

O Estado Federal surgiu quando da promulgação da Constituição dos Estados Unidos da América, em 1787, tratando-se de forma de organização em que os entes federados são dotados não de soberania, mas de autonomia administrativa, política, tributária e financeira e se aliam na criação de um governo central por meio de um pacto federativo, nos limites do que constitucionalmente for estabelecido.

Além da federativa há outras formas de Estado que podem ser adotados, como Estado Unitário e Confederação. A Confederação consiste na reunião de Estados, que, embora mantenham a soberania, se unem em torno de determinados fins e mediante pactos regidos pelo direito internacional público. Já o Estado Unitário se caracteriza por uma estrutura de poder única, de modo que embora haja autonomia administrativa, não há autonomia política, visto que toda a autoridade é central.

2 A FEDERAÇÃO E O BALANCEAMENTO DO EQUILÍBRIO DE PODERES E RIQUEZAS DOS ENTES FEDERADOS

No Brasil, pouco tempo depois de ser declarado como país independente, foi outorgada a Constituição Imperial de 1824, que adotou a forma Unitária de Estado, de modo que o então Imperador tinha autoridade total sobre todas as províncias (arts. 2º e 165). Mas inspirado no modelo dos Estados Unidos, com a Proclamação da República e edição do Decreto 1 de 1889, confirmado pela Constituição Federal republicana de 1891 (arts. 2º e 63), o Brasil passou a adotar a forma federativa de Estado, modelo esse presente até os dias de hoje.

Como regra a forma federativa de Estado tem uma dúplice divisão de esferas de competências, a central e a regional. Mas a CF/88 inovou ao implantar uma estrutura de três círculos de poder, incluindo

o Município como ente federativo ao lado da União e dos Estados (Distrito Federal), cada qual detendo sua autonomia política e financeira, característica essa que se revela na atribuição de receitas próprias aos entes, permitindo-lhes o exercício do poder político na extensão fixada pela Constituição Federal, compondo o denominado federalismo fiscal.

O Federalismo Fiscal se revela na organização do Estado e dos seus entes federados para maximizar a eficiência da arrecadação de recursos, a distribuição de renda e o crescimento econômico, para assim prover uma melhor oferta dos serviços públicos demandados pela população.

E a forma como o Estado é estruturado e desenvolve seu federalismo fiscal reverbera no balanceamento do equilíbrio de poderes e riquezas de todos os entes federados, podendo haver uma estrutura federal mais equilibrada ou menos equilibrada entre os entes federados, a depender de como está estruturada a federação.

No Brasil as atribuições da União e dos entes subnacionais foram repartidas pela CF/88 da seguinte forma: a) competências materiais e legislativas exclusivas e privativas da União: arts. 21 e 22; b) competências materiais comuns da União, dos estados e dos municípios: art. 23; c) competências legislativas concorrentes da União e dos estados: art. 24; d) competência residual dos estados: art. 25; e) competência residual dos municípios: art. 30; e) competências das unidades da Federação em matéria tributária: art. 150 e seguintes.

No que tange à autonomia financeira, a CF/88 disciplinou detalhadamente os tributos que os entes federados podem instituir e cobrar, sendo que especificamente quanto: aos impostos atribuídos à União constam dos arts. 153 (II, IE, IPI, IOF, ITR, IR e IGF) e 154 (imposto residual e imposto extraordinário de guerra); aos impostos os dos estados, constam do art. 155 (ITCMD, ICMS e IPVA); e aos impostos os dos municípios, constam do art. 156 (IPTU, ITBI e ISS).

Além disso, tendo o federalismo fiscal brasileiro como característica a transferência de montantes auferidos pela União em prol de estados e municípios ou pelos estados em prol dos municípios que os integram, a CF/88 também aprimorou a sistemática de repasses de receitas para os entes subnacionais (arts. 157 a 162), os quais se dão na forma de compartilhamentos ou compensações constitucionais e legais ou de parcerias voluntárias firmadas mediante acordos, contratos ou convênios (ROCHA, 2018).

Sucede que, mesmo tendo suas competências previamente estabelecidas na Constituição e gozando de autonomia financeira, o atual ordenamento limita bastante o campo de atuação dos entes subnacionais, os

quais enfrentam demasiadas restrições, resultante (i) do reforço do controle dos seus gastos por normas federais; (ii) das restrições impostas às suas ações por meio dos acordos de refinanciamento das suas dívidas pela União; e (iii) do crescimento no número de vinculações de receitas e ou gastos. Tal fato de certa forma gera um indesejado desequilíbrio entre os poderes e riquezas dos entes subnacionais (ROCHA, 2018).

Verifica-se, pois, que a despeito de os constituintes de 1988 terem almejado um federalismo cooperativo e equilibrado, em verdade erigiu-se um estado concentrado, com a União detendo a maior parcela de poderes, e, consequentemente, surgiu naturalmente uma tendência progressiva de judicialização das relações federativas em razão de distorções financeiro-tributárias, o que se percebe das disputas envolvendo, por ex. contratação de operações de crédito, concessão de benefícios fiscais, partilha e ou liberação das receitas públicas etc. (FONSECA, 2021).

Uma dessas disputas federativas foi analisada nas ADIs 875, 2.727, 3.243 e 1.987, julgadas conjuntamente em 2010, ocasião em que o STF declarou a inconstitucionalidade de normas fiscais que tratavam do rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e estipulavam coeficientes fixos para cada estado. Entendeu a Corte Suprema que o estabelecimento de coeficientes fixos não promovia o equilíbrio socioeconômico entre os entes, como exigido pela Constituição (art. 161, II), pois cada ente federado ou região que o compõe detém particularidades que devem ser observadas (ROCHA, 2018).

Em razão da paradigmática decisão do STF, ato contínuo o Senado Federal instituiu comissão com a finalidade de analisar e propor soluções para questões relacionadas ao sistema federativo. Foram elaborados pela comissão relatórios propositivos (que infelizmente não prosperaram), dentre os quais: a) fixação de novas bases para o federalismo fiscal brasileiro, com a instituição de um código próprio; b) elevação da parcela do IPI transferida para os estados e municípios exportadores e alteração nos respectivos critérios de rateio; c) vedação ao estabelecimento de normas, de âmbito nacional, que repercutam sobre a remuneração de servidores estaduais e municipais; d) alteração nos critérios de rateio da cota-parte municipal do ICMS etc. (ROCHA, 2018).

A forma como o STF vem decidindo as contendas relacionadas ao direito financeiro levadas a discussão pelos entes federados subnacionais tem gerado a percepção de que o STF teria mudado sua postura, passando de um Tribunal que demonstrava deferência às restrições financeiras e observância da concentração de poder da União, para uma

Corte que promove um maior equilíbrio fiscal entre os entes federados, e isso é demonstrado, por ex. quando vem conferindo liminares em favor dos governadores impedindo a imposição de sanções previstas na LRF aos entes estaduais (FONSECA, 2021).

E esse suposto novo viés do STF vem sendo criticado por alguns estudiosos, ao argumento de que o abrandamento na aplicação das normas que estabelecem um maior rigor financeiro e aplicação de sanções aos entes e governantes pode colocar em risco a ordenação fiscal federativa consolidada, pois, segundo eles, reduz a efetividade das sanções financeiras previstas na LRF e incentiva o uso estratégico da irresponsabilidade fiscal pelos governantes.

Por outro lado, essa linha mais rígida defendida por alguns não nos parece o pensamento mais adequado e consentâneo com o federalismo fiscal. Primeiro porque o déficit de recursos decorrente da suspensão dos repasses a determinado ente prejudicará primordialmente apenas sua população, a qual ficará potencialmente alijada de implemento de políticas públicas por simplesmente o governo do espaço geográfico em que reside não ter feito uma boa gestão. Segundo porque o controle fiscal das verbas que devem ser repassadas aos entes subnacionais fica a cargo basicamente da União, ente que em tese deveria possuir a mesma autonomia financeira e política dos demais, de modo que a concentração de poder em apenas um ente desequilibra e até desvirtua a forma federativa de Estado.

A despeito dos entes subnacionais terem sua autonomia prevista para instituir e recolher seus tributos, é certo que somente podem recolher aqueles estabelecidos pela Constituição. Além do mais a autonomia tributária não implica independência financeira, pois são dependentes da transferência de recursos do governo federal, notadamente nos casos de municípios pequenos. Por isso que a concentração de poder nas mãos da União, principalmente no que toca aos repasses financeiros, viola o próprio pacto federativo, pois a União pode utilizar-se das normas restritivas para simplesmente prejudicar os outros entes federados por causa de eventual acirramento político entre os gestores.

Note-se que, sempre buscando uma maior concentração e poder nas mãos da União em detrimento dos demais entes, a CF/88 foi reformada em 2000 (EC 20), incluindo-se no art. 160 o parágrafo único, e possibilitando no inciso I do referido parágrafo a possibilidade de a União condicionar a entrega desses recursos aos Estados ao pagamento de suas dívidas com a própria União ou que envolvam garantia da União (GLEZER, 2021). Com o mesmo intuito, agora em 2021 foi promulgada

a EC 113, renumerando o art. 160 da CF, transformando o parágrafo único em §1º e incluindo o §2º, para prever que os "contratos, os acordos, os ajustes, os convênios, os parcelamentos ou as renegociações de débitos de qualquer espécie, inclusive tributários, firmados pela União com os entes federativos conterão cláusulas para autorizar a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação ou aos precatórios federais".

Utilizando-se dessa concentração de poder, notadamente em razão do disposto no art. 160 da CF, por ocasião da fase mais crítica da pandemia do covid, o atual presidente atacou de forma deliberada a autonomia dos entes federativos, notadamente os estados, com ameaças de retenção das transferências constitucionais de verbas federais com a justificativa manifesta de que esses entes estarem inadimplentes, quando na verdade os ataques decorreram em razão de desavenças políticas.

Sucede que o inadimplemento ocorreu justamente em razão do agravamento da crise sanitária e da inação do governo federal, fazendo a arrecadação dos entes diminuir sobremaneira e necessitar com mais urgência dos repasses federais, de modo que o caso chegou ao STF e a Corte estabeleceu uma série de restrições para inviabilizar atitudes odiosas dessa natureza que pudessem fragilizar de maneira desproporcional a autonomia dos entes subnacionais.

Também durante a crise pandêmica mais aguda, o STF acolheu diversas pretensões dos estados-membros para obtenção da suspensão das parcelas de dívidas por até 180 dias, sem que isso impedisse a obtenção de novos empréstimos com a União, notadamente porque os valores seriam necessários para implementação de ações de prevenção, contenção, combate e mitigação à pandemia causada pelo covid (por todas: ACO 3367).

Vale esclarecer que mesmo antes da pandemia e buscando observar um balanceamento do equilíbrio de poderes entre os entes subnacionais, a Corte Suprema já havia decidido que a transferência de verbas constitucionais obrigatórias não poderia ser retida, mesmo em caso de dívida, caso tal retenção inviabilizasse a prestação de serviços públicos essenciais.

Também visando o balanceamento de equilíbrio de poderes entre os entes federados e fazer prevalecer a higidez do pacto federativo, o STF, na ADI 7222 suspendeu os efeitos da Lei nº 14.434/2022 que previu o famigerado piso nacional dos enfermeiros, estabelecendo o montante de R$ 4.750,00 mensais. A tese vencedora teve com um dos fundamentos que a norma sancionada, em tese, quebraria a autonomia econômico-financeira dos estados e dos municípios brasileiros, pois a

despesa fora criada por ente diverso daquele que suportaria os custos, bem como no fato de que o estabelecimento do piso nacional acabou por desconsiderar as particularidades regionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, então, que equilíbrio de poderes e riquezas dos entes federados brasileiros está intimamente ligado a fiel observância do sistema federativo, não podendo haver um desequilíbrio de autonomia dos entes, notadamente no que toca à autonomia financeira, devendo o STF sempre prezar pela higidez do sistema federativo, pois é o guardião da Constituição e a forma federativa de Estado é uma cláusula pétrea.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Rafael Campos Soares da. **Judicialização da dívida pública federativa no Supremo Tribunal Federal**. 2021. 542 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. p. 468-504.

GLEZER, Rubens. As razões e condições dos conflitos federativos na pandemia de Covid-19: coalização partidária e desenho institucional. Suprema: **Revista de Estudos Constitucionais**, v. 1, n. 2, p. 395-434, jul./dez. 2021.

ROCHA, Carlos Alexandre Amorim. O (des)pacto federativo brasileiro. SILVA, Rafael Silveira e (org.). **30 anos da Constituição**: evolução, desafios e perspectivas para o futuro. Brasília: Senado Federal, 2018. p. 136-165.

O TODO E AS PARTES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO *SER MULHER*: UMA VISÃO GESTÁLTICA

Ana Beatriz Almeida Miranda
Pós-graduada em Gestalt-terapia
http://lattes.cnpq.br/1361072540071128
anab.almeida14@gmail.com

Mayara Carneiro Alves Pereira
Mestra em Políticas Públicas
http://lattes.cnpq.br/1555119230141079

RESUMO: Ser mulher está atribuído a um conjunto de escolhas e vivências que leva o indivíduo se construir como tal. Desse modo, tem-se como objetivo geral analisar o processo sócio-histórico e individual de construção que leva o ser humano a se construir mulher de modo que mostre uma visão mais ampla e livre de preconceitos e determinismo cultural e, como objetivos específicos, tem o propósito de investigar os aspectos sociais e subjetivos que levam ao processo de construção do ser mulher, refutar os paradigmas que relacionam o ser mulher apenas com o feminino e analisar a influência dos papéis de gênero na construção da sexualidade. O todo e as partes do processo de construção do ser mulher, através da pesquisa bibliográfica e pelo ponto de vista da Gestalt-terapia, revelam o potencial criativo das mulheres para se ajustarem e se moldarem a realidades desfavoráveis e serem agentes de mudanças quando não se sentem mais representadas pela maneira que são vistas e são obrigadas a se comportarem.

Palavras-chave: Ser mulher; *Self*; Processo de construção; Gestalt-terapia; Gênero.

1 INTRODUÇÃO

> *"Não se nasce mulher, torna-se mulher"*
> (Simone de Beauvoir)

Ao longo da existência humana, o aprendizado é constante, já que de acordo com John Locke (1999) o ser humano nasce sem nenhum conhecimento e toda sua essência, personalidade e agir é aprendido e está sempre se modificando. Desse modo, trazendo para esta temática, Simone de Beauvoir (1980) tem grande contribuição para estudos sobre o feminismo.

Antes de falar do *ser mulher,* é necessário falar da noção do *ser*. Para Heidegger, o *ser* não pode ser definido e caracterizado, pois o ser é indeterminado e próprio, ele depende da essência que o revela, é necessário entrar em contanto com a intimidade para entrar em contato com ele. Com o excesso de informação, há uma perda de conexão com o *ser* real e com o *ser* que é do outro, e essa perda é ainda mais presente no *ser* da mulher, já que estiveram à mercê da caracterização da sociedade (CEREZER; FLORES; ZANARDI, 2012).

A primeira definição dada à mulher corresponde às características biológicas do sexo feminino estabelecidas desde a concepção, na qual os seres humanos são separados em homem e mulher e a sociedade atribui papéis para cada um deles. Porém, esses aspectos não são determinantes para seu desenvolvimento e percepção de si mesma, suas principais características são aprendidas e transformadas conforme o ser humano vai se reconhecendo homem e/ou, nesse caso, tornando-se mulher (GEIGER, 2014).

A partir da definição de homem e mulher, a sociedade segregou determinadas funções, hábitos, comportamentos e desejos para cada um com base nas diferenças biológicas. Desse modo, há uma separação na caracterização de sexo e gênero, sendo o sexo um atributo inato e o gênero um atributo socialmente construído, passível de mudanças, um modo de existir. Esses conceitos foram construídos ainda no colonialismo que garantia uma dominação de determinados grupos inclusive as mulheres. Esse movimento se caracteriza como colonialidade por ter se iniciado naquela época e perdurar até os dias de hoje. Assim, como consequência, tem-se o distanciamento do *ser* humano (GOMES, 2018).

Com o movimento feminista, os estudos de gênero passaram a ser compreendidos de outras formas. Dentre elas, Alves (2017) compreendia como o movimento que busca dar uma nova identidade de sexo ao indivíduo, para que ele não seja refém dos padrões hierárquicos e seja possuinte das mesmas capacidades, sendo homem ou mulher. Com a ascensão deste movimento, temáticas como a desconstrução de papéis de gênero vieram quebrando paradigmas, o homem e a mulher passaram a ser compreendidos pela sua totalidade, suas habilidades, interesses, escolha de vida e compreensão de si mesmo. Desse modo, o sexo biológico não determina papéis e/ou sexualidade.

Sendo assim, o que é ser mulher? Como se dá esse processo de construção? Quais são as influências presentes nesse processo? O que caracteriza uma mulher? Qual as dificuldades presentes nessa escolha? Como os papéis de gênero podem moldar a sociedade? Essas são algumas das perguntas que foram respondidas no presente estudo.

O que incentivou a realização deste trabalho foi todo o contexto histórico da mulher, sua evolução, suas conquistas e suas lutas que perduram até os dias de hoje, com o intuito de que todos possam compreender e apreciar a magnitude da mulher, para que desse modo seja possível quebrar paradigmas, tabus e para que a mulher seja vista em sua totalidade, e não pelo seu sexo antes dito como frágil.

Desse modo, tem-se como objetivo geral analisar o processo sócio-histórico e individual de construção que leva o ser humano a se construir mulher, de modo que mostre uma visão mais ampla e livre de pré-conceitos e determinismo cultural e, como objetivos específicos, tem o propósito de investigar os aspectos sociais e subjetivos que levam ao processo de construção do ser mulher, refutar os paradigmas que relacionam o ser mulher apenas com o feminino e analisar a influência dos papéis de gênero na construção da sexualidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contexto histórico do papel da mulher

"Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair.
Disfarça e segue em frente todo dia até cansar

E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro
Hoje ela é um também."
(*Desconstruindo Amélia*, Pitty)

Historicamente, a (in)visibilidade das mulheres oscila entre um sistema altamente variável de exclusão, tolerância e trivialidades. Por séculos, as mulheres foram objetificadas, reduzidas às satisfações masculinas e sendo vítimas dos padrões de costumes impostos por eles, tendo seus direitos negados e sendo reféns do patriarcado.

Santos (2010) caracteriza o conceito de gênero como características determinadas socialmente como papel do homem e da mulher, já que não existe nada comprovado biologicamente que apenas o homem ou a mulher possa realizar determinada função. Essa explicação foi dada socialmente como forma de justificativa para padrões comportamentais sociais.

No Brasil, o papel de gênero foi empregado pelos portugueses desde a época da colonização, em que a mulher negra era vítima de escravidão e servia como objeto sexual; enquanto as mulheres brancas se restringiam à igreja, ao lar e eram educadas para casar, satisfazer as necessidades do marido, cuidar da casa e dos filhos (BASEGGIO; SILVA, 2015).

Com o fim da escravidão, as mulheres negras conseguiram sua liberdade, porém não houve alteração nos papéis de gênero. O homem negro conseguiu seus direitos de cidadão, como votar e trabalhar, enquanto a mulher, sendo ela branca ou negra, não possuía esses direitos. Logo após, iniciou-se o processo de urbanização, no qual as mulheres começaram a ser incluídas socialmente, deixando sua reclusão e podendo frequentar ambientes sociais, mas sua instrução ainda se limitava à domesticidade e à conversação, já que o único intuito dessa inclusão era mais uma vez para satisfação masculina, pois sua presença deixava os ambientes mais agradáveis para eles (OLIVEIRA, 2012).

Apenas com a ascensão do novo movimento feminista na década de 1970, as mulheres conseguiram seus direitos após estudiosas feministas definirem o termo gênero como relacionado à desigualdade e opressão das mulheres em relação aos homens, e não representante das diferenças de gênero biológico que caracteriza os seres humanos (SOUZA; SILVA; SILVA, 2012). Essa década caracterizou a luta feminina contra a opressão para a redemocratização e, a partir disso, as mulheres foram conquistando cada vez mais o seu espaço.

Partindo disso, é contraditório falar de papel de gênero já que estes papéis foram uma decisão unilateral definida para a satisfação masculina, seja ela sexual ou intelectual. Ao logo da história, é possível observar que a mulher sempre foi subestimada e inferiorizada, vítima de uma sociedade masculina, na qual não tem voz nem poder em todos os níveis sociais (MATTOS, 2015). Então, o que seria essa fraqueza? A força feminina não se encontra nos músculos, se encontra umas nas outras, no corpo e na alma.

Desse modo, é importante ressaltar que embora os papéis de gênero sejam muitas vezes pejorativos, tanto para o homem, que se sente pressionado a ser forte o tempo todo e ter suas obrigações do papel masculino como prova de virilidade e masculinidade, como principalmente para a mulher, que é vista como inferior e seu dever é para com os homens, também foram e são necessários para a construção da sociedade e para a construção do ser.

2.2 A construção do ser

> *"Que vai ser quando crescer?*
> *Vivem perguntando em redor. Que é ser?*
> *É ter um corpo, um jeito, um nome?*
> *Tenho os três. E sou?*
> *Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito?*
> *Ou a gente só principia a ser quando cresce?"*
> (*Verbo Ser*, Carlos Drummond de Andrade)

Quando a uma criança é perguntado o que será quando crescer, é limitado a identidade a um aspecto, geralmente o profissional, mas o ser é bem mais complexo, não se trata do que irá se tornar, mas sim de como será ou o que escolherá ser. Então, como está e quando será?

A psicologia possui várias abordagens, com cada uma delas tendo uma visão diferente de homem e de mundo. Dessa forma, para responder a esta pergunta, será utilizado a psicologia humanista com ênfase na Gestalt-terapia de Frederick Perls[1]. Desse modo, para uma melhor compreensão, será necessário trazer alguns conceitos relevantes acerca desta linha de pensamento.

1 **Frederick Perls:** psicólogo e psiquiatra judaico que a priori teve formação em psicanálise, mas posteriormente juntamente com sua esposa, Laura Perls, desenvolveu a Gestalt-terapia (HELOU, 2015).

A Gestalt-terapia vem de uma base fenomenológica e possui uma visão dialógica de homem e de mundo. Ela compreende os fenômenos de modo holístico[2] considerando o todo e suas partes; desse modo, mente e corpo são indivisíveis (MOREIRA, 2010). Ela também integra aspectos do meio social, sendo homem uma parte do meio, sendo um ser-no-mundo[3] que influencia o meio e é influenciado por ele (SANCHEZ; MACHADO, 2017).

Paul Goodman, o primeiro teórico da Gestalt, trouxe o conceito de *Self* já empregado na psicanálise e, juntamente com Perls e Hifferline, o modificou conforme a ótica da Gestalt, criando assim a teoria do *self*. Portanto, segundo Ginger (1995, p. 126), o *self:*

> [...] não é uma entidade fixa nem uma instância psíquica – como o "Eu" ou "Ego" – mas um processo especificamente pessoal e característico de sua maneira própria de reagir, num dado momento e num dado campo, em função de seu "estilo" pessoal. Não é o seu "ser", mas seu "ser no mundo" – variável conforme as situações.

O conceito de ser-no-mundo foi empregado por Heidegger, o pai da fenomenologia. Para ele, ver o mundo e o homem de forma indissociável é a chave para a melhor compreensão do homem, pois o homem é um ser social e se relaciona diretamente com o mundo e o modifica, o homem só se percebe ao se perceber no mundo (ROEHE; DUTRA, 2014).

Para compreender a mulher, é necessário compreender a criança, já que a infância precede qualquer diferenciação sexual. Como já foi dito, o ser humano se constrói através da relação com o outro e com o mundo. Assim, nos primeiros anos de vida, a criança vive para si, para a suas necessidades básicas, e todo o seu comportamento gira em torno disso, independentemente de seu sexo biológico. Apenas quando o mundo da criança passa ser compreendido também como mundo do outro e é realizado essa interação entre ambos, é que a criança começa a se perceber e se diferenciar do outro (BEAUVOIR, 1980).

Após a infância vem a adolescência, porém a Gestalt-terapia não divide o ser humano em fases de desenvolvimento, pois dessa forma esta-

2 **Holístico:** doutrina médica e escola psicológica que considera os fenômenos biológicos e psicológicos como totalidades irredutíveis à simples soma de suas partes (HOLISMO, 2021).

3 **Ser-no-mundo:** não há dualismo, polaridade ou oposição entre homem e mundo: ser-homem é indissociável do mundo (ROEHE, 2014, p. 107).

ria dando características padrões em todos os seres humanos, tendo novamente uma visão reducionista e determinista de homem. Nesse sentido,

> [...] no enfoque da Gestalt terapia, o indivíduo tende naturalmente para o equilíbrio, tendo uma capacidade inata para autorregular-se. Seu crescimento decorre do processo de ajustes com o meio, que se realizam na fronteira de contato (CUNHA, 2018, p. 18).

Desse modo, a perspectiva relacional[4] empregada pela Gestalt explica que é no contato com o mundo que nos renovamos, descobrimos nossas potencialidades e limitações, nos esforçamos para atender às nossas necessidades, e isso é sempre movido por nossa tendência à autorregulação organísmica[5] (BARBOSA, 2011).

Partindo deste pressuposto, D'acri, Lima e Orgler (2012) acrescenta que não se enfatiza o determinismo biológico, já que ao logo de sua vida o ser humano se molda e se ajusta conforme suas necessidades, possuindo um ponto de vista determinante passa-se a ter uma visão reducionista de homem indo contra toda a perspectiva humanista. Desse modo, levanta-se o questionamento a respeito do que leva uma pessoa a se definir mulher.

2.3 Definindo o ser mulher

"Eu hoje represento a loucura
Mais o que você quiser
Tudo que você vê sair da boca
De uma grande mulher
Porém louca"
(*Luz del fuego*, Rita Lee)

O termo "louca" virou sinônimo da mulher que se posiciona, busca seus direitos e não aceita ser submissa. Belas, insanas e soltas, atualmente as mulheres deram um novo significado à loucura e hoje ela representa revolução.

4 **Perspectiva relacional:** os seres humanos se desenvolvem a partir do contato com o outro (BARBOSA, 2011).

5 **Autorregulação organísmica:** capacidade do indivíduo de se adaptar e se atualizar conforme suas necessidades (HACK, 2020).

Perante a sociedade, as mulheres possuem diversas definições. Na maioria das vezes, essas definições são de cunho negativo e/ou inferiorizado, mas como seria possível reduzir as mulheres a tais características se *ser mulher* está atrelado a diversos constructos[6] unicamente e inteiramente subjetivo? Para responder a essa pergunta, faz-se necessário compreender a mulher de forma holística em todo o seu processo biopsicossocial.

De acordo com Moller e Andrade (2011), a sexualidade é presente desde o nascimento e não segue um curso único e retilíneo, cada pessoa tem seu próprio tempo e formas de vivenciá-la. Na mulher, o despertar sexual, o encontro com o prazer e o olhar para si e para o corpo se dá a partir da adolescência com a chegada da primeira menstruação, bem como as mudanças físicas. Toda essa mudança corpórea desperta a curiosidade de conhecer o próprio corpo e sua identidade sexual.

Historicamente, o sexo tinha a finalidade apenas de reprodução para as mulheres. Sendo assim, possuir desejos sexuais levavam-nas a sentirem culpa, já que ia de encontro aos costumes da época. Esta questão é tão estruturada que até os dias de hoje ainda há mulheres que acham que devem ser submissas ao homem e têm a obrigação de satisfazê-lo, sendo o sexo e o prazer feminino algo não falado e não possuinte da devida importância. Desse modo,

> [...] é oportuno enfatizar que falar sobre sexualidade feminina é algo que ainda gera muitas polêmicas, principalmente no que se refere à masturbação, virgindade e submissão. Isso se deve ao fato de que historicamente as mulheres tiveram seu prazer no ato sexual negado ou esquecido (DE OLIVEIRA, 2018, p. 312).

A sociedade impõe padrões sociais em todas as instâncias, os comportamentos sexuais são uma delas, e para algumas mulheres ainda é natural deixar-se em segundo plano, seu prazer vem depois, após a casa arrumada, os filhos na escola, o marido ter feito suas refeições; apenas depois de ter feito tudo para os outros, é que sua atenção é voltada para si. O corpo feminino sempre foi um alvo da sociedade, da mídia e do homem e, ao colocar-se em segundo plano, a mulher perde o contato com seu próprio corpo e com o seu próprio prazer, ficando sempre à mercê da satisfação do outro, deixando o outro ter o domínio sobre ele (MOLLER; ANDRADE, 2011).

6 **Constructos:** representam os significados ou interpretações que atribuímos aos eventos não concretos que existem no mundo real (DAVOGLI; SANTOS, 2017, p. 775).

A subjetividade é construída através da fronteira de contato[7] e sua relação com ela. Esse contato sofre com diversas influências que agem diretamente com a percepção do indivíduo sobre si (SANTO BARRETO, 2017). Sendo a feminilidade e a sensualidade um produto do marketing industrial, a maneira que as mulheres se percebem ou buscam se perceberem é a maneira imposta pela mídia que define padrões muitas vezes inalcançáveis e desconsidera tudo que não segue esse padrão, silenciando o verdadeiro *ser mulher*. Desse modo, como consequência, algumas mulheres podem não se reconhecer e aceitar suas características, confundir o que é seu com o que é imposto pela sociedade (SANTOS, 2015).

Outro agente que influência diretamente nesse processo é a família, visto que é o meio de primeiro contato social, bem como o primeiro contato com os papéis de gênero estabelecido entre os membros da família. Desde o nascimento, a criança já é imposta aos rituais sociais comuns, como as roupas, as cores, os brinquedos, tudo é separado por gênero; esse é o primeiro contato da criança com o mundo, é a sua primeira visão de mundo (COLLING, 2015).

Família, mídia, escola, amigos, artistas, o mundo todo está influenciando diretamente na construção da mulher. Este é um processo árduo, visto que historicamente a definição da mulher, de seus costumes, de seus deveres e suas características estiveram ao domínio de todos menos o próprio, dificultando o processo de construção do *self* já que constantemente há interferência do meio externo.

Desse modo, conclui-se que apenas o gene não constrói uma mulher, esse processo se dá através da sua interação com o meio e sua maneira de se ver, proporcionando assim a sua identificação e construção de *self* (CORDEIRO; ROHLING, 2019). *Ser mulher* não é definido pela roupa que veste ou pela maneira que se porta, pela maternidade ou a ausência dela, pela feminilidade ou pela orientação sexual; *ser mulher* é uma escolha realizada por consequência de várias outras; não possui definição ou características, há mulheres, e elas são como escolhem ser.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem cunho bibliográfico integrativo qualitativo e foi realizada através da leitura e análise de artigos científicos, livros e re-

7 **Fronteira de contato:** é onde ocorre o contato do indivíduo e seu meio, os eventos psicológicos. É a maneira subjetiva de vivenciar e encontrar emoções, pensamentos e comportamentos (SILVA, 2015).

vistas publicados em plataformas digitais. A busca foi realizada através das plataformas digitais: Scielo, Periódicos Capes, Google Acadêmico, Lilacs e Pepsic, no período de fevereiro de 2021 a novembro de 2021, utilizando os seguintes descritores: "ser mulher", "*self*", "processo de construção", "Gestalt-terapia", "gênero".

A pesquisa bibliográfica tem o intuito de coletar informações para compreender e explicar perguntas e assuntos específicos, sendo esse um meio necessário para a realização de qualquer trabalho científico, podendo ser apenas uma parte indispensável ou como toda a construção do trabalho. Ela pode abranger vários tipos, mas foram utilizadas as revisões qualitativas e integrativas, tendo elas, respectivamente, o objetivo de explicar a temática através do resumo dos processos e revisar os estudos já realizados do tema proposto (SOARES; PICOLLI; CASAGRANDE, 2018).

Neste estudo, foram utilizados artigos, livros e revistas encontrados na língua portuguesa, com a abordagem terapêutica focada na Gestalt-terapia, contendo aspectos históricos e sociológicos que vão além da perspectiva da psicologia no intuito de proporcionar uma visão mais ampla sobre o determinado tema. Como critério de exclusão, foram descartados os artigos que possuíam ênfase em outras abordagens e não possuíam tradução para a língua portuguesa.

A interpretação de dados se efetivou por meio da análise de arquivos e levantamento de dados para alcançar os objetivos finais. Assim, através da interpretação de dados, foi possível dissertar de forma autêntica com as devidas referências sobre o tema proposto, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2021).

A partir da metodologia empregada, foi possível realizar uma análise completa a respeito da temática, em que, para uma melhor compreensão e explicação acerca dos resultados, se fez necessário uma divisão em 3 categorias que serão apresentadas nos resultados a seguir: a) contexto histórico do papel da mulher; b) a construção do ser; c) definindo o ser mulher.

4 RESULTADOS

Para categorizar os resultados dos estudos realizados com base na temática do trabalho, através da pesquisa e análise dos dados, os resultados foram divididos nos quadros abaixo. O estudo é baseado em pesquisas disponíveis nas plataformas digitais referentes ao tema proposto com base histórica, filosófica, sociológica e psicológica, em língua portuguesa, possuindo autores brasileiros e de outras nacionalidades.

Quadro 1 – Relação dos artigos analisados, autor e principais resultados no tópico "Contexto histórico do papel da mulher".

AUTOR/ ANO	OBJETIVOS	RESULTADOS
SANTOS (2010)	Definir o conceito de gênero.	• Ruptura do determinismo biológico; • Reflexão acerca das divisões sociais; • Gênero como maneira de existir.
SOUZA; SILVA; SILVA (2012)	Retratar a importância do movimento feminista.	• Conquista dos direitos das mulheres; • Gênero relacionado à desigualdade e à opressão; • Entender o papel de gênero para a construção da sociedade.
MATTOS (2015)	Refutar o papel da mulher na sociedade.	• Refutar a influência do homem no papel da mulher na sociedade; • Ruptura do paradigma sexo frágil; • Conquista do espaço das mulheres.

Fonte: Elaborado pela autora.

O estudo da construção do ser mulher é baseado em artigos e livros entre os anos de 2010 e 2021, com exceção de três livros de anos anteriores que não podem ser descartados, pois os autores são fundamentais para essa temática e não possuem estudos mais recentes acerca do tema, são eles: Locke (1999), Beauvoir (1980) e Ginger (1995).

Santos (2010) traz em sua obra uma reflexão acerca das desigualdades sociais e de gênero, conceito esse resultado da sociedade contemporânea, porém essa distinção já era feita desde a era colonial. Essa distinção baseada no biológico determina e limita as funções do homem e da mulher na sociedade, sendo ela um reflexo cultural e referente a cada época, uma segregação que acarreta desigualdades sociais. Procurando justificar essa desigualdade de gênero, a sociedade buscou enfatizar a diferença da força física do homem e da mulher para justificar os papéis atribuídos por conta desse determinismo biológico.

Essa separação construiu a sociedade ao logo dos anos, sendo assim é necessário levar em consideração a importância para o desenvolvimento daquela época. Hoje, a temática vem sofrendo com mudanças e rupturas para se adequar à realidade atual da modernidade. Nos estudos contemporâneos, a mulher não é mais reduzida à fragilidade, e gênero é apenas uma maneira de existir. No entanto, por essa ser uma

temática estruturada, muitas pessoas ainda não compreendem dessa forma, o que faz isso não ser completamente aceito socialmente.

Para romper com esses conceitos que cercaram as mulheres por séculos, o movimento feminista surgiu como uma forma de modificação para essa relação de dominador e dominado. A ascensão desse movimento desencadeou várias conquistas pelos direitos das mulheres. Embora essa evolução tenha variações conforme a cultura e desenvolvimento de cada país, ela é marcada pelo direito de voto, direito ao trabalho, liberdade de frequentar todos os ambientes, e os trabalhos do lar não são mais apenas obrigação da mulher (SOUZA; SILVA; SILVA, 2012).

Antes visto como um movimento natural, a segregação por gênero passou a ser uma problemática atual que caracteriza desigualdade e opressão. Apesar das várias conquistas que as mulheres já obtiveram, ainda há uma luta diária para serem ouvidas, conquistarem seu espaço e terem garantia dos seus direitos.

Essa divisão por sexo revela o domínio que a sociedade patriarcal tem sobre o papel da mulher. Mattos (2015) retrata isso muito bem ao relacionar o gênero ao trabalho. Segundo ele, a divisão por sexo revela a supremacia masculina à medida que atribui diferentes funções para ambos os sexos e remunerações inferiores às mulheres. Essa segregação é presente em todas as instâncias, porém a divisão na área trabalhista retrata a maneira que a mulher é subestimada em relação às suas habilidades e seu intelecto. Ao dominar a classe trabalhista, o homem possui poder hierárquico sobre as mulheres.

Apesar de ainda ser presente o domínio dos homens nas diversas áreas, as mulheres estão cada vez mais inseridas nos diversos âmbitos e quebrando o paradigma de sexo frágil. Desse modo, cada luta das mulheres do passado e da resistência das mulheres de hoje tem conquistado o espaço presente nos dias de hoje e nos dias de amanhã.

Quadro 2 – Relação dos artigos analisados, autor e principais resultados no tópico "A construção do ser".

AUTOR/ ANO	OBJETIVOS	RESULTADOS
MOREIRA (2010)	Explicar o que é a Gestalt-terapia.	• Base fenomenológica; • Visão de homem; • Holismo.

(continua)

AUTOR/ ANO	OBJETIVOS	RESULTADOS
GINGER (1995)	Definir o conceito de self.	• Teoria do *self;* • Ser-no-mundo; • Fronteira de contato.
BEAUVOIR (1980)	Explicar o tornar-se mulher.	• Infância precede a diferença sexual; • Construção através da relação; • Diferenciação do outro.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para que fosse possível relacionar o tema com a Gestalt-terapia, foi utilizada a obra de Moreira (2010), na qual explica que essa abordagem se baseia na fenomenologia a partir da compreensão do homem através dos fenômenos que integram a existência. Essa visão de homem é baseada no homem enquanto organismo buscando seu ajustamento criativo, possuinte de uma relação dialógica em que se valoriza a relação eu-tu.

Desse modo a Gestalt-terapia possui uma visão holística que busca compreender o todo, considerando cada parte. Essa compreensão holística se fez necessária para alcançar os resultados devido às várias maneiras de ser e características que definem uma mulher, ou seja, cada parte que constitua o todo de forma integrada.

A Gestalt-terapia possui diversas teorias. Dentre elas, uma de grande importância para fundamentar esse estudo foi a teoria do *self*, que consiste na identidade subjetiva e variável por estar sempre mudando conforme sua relação com o mundo. Essa variação do ser-no-mundo é realizada através da fronteira de contato, na qual há interação entre o indivíduo e o meio (GINGER, 1995). Desse modo, é possível concluir que a mulher se constrói e se reinventa a partir de suas experiências.

Essa visão gestáltica embasou o estudo devido à sua maneira de ver o ser humano, pois antes de ver a mulher, é necessário compreender a interação do organismo e do meio para que seja possível compreendê-la, sua relação com o mundo e todas as interferências na fronteira de contato presentes no processo de construção do *ser mulher*.

Para isso, Beauvoir (1980) trouxe uma vasta compreensão do processo de construção do ser para posteriormente falar sobre o *ser mulher.* Para a autora, a construção da identidade se inicia a partir do momento em que a criança se percebe como um ser-no-mundo. Apenas a partir do outro que a criança também se torna um outro, através da

percepção do corpo como um todo e do pertencimento próprio é que a criança se difere, se compreende e se constrói.

Desse modo, o ser não é inato nem fixo, ele é construído e sofre transformações durante toda a vida a partir do momento em que se relaciona com o mundo. Essas inconclusões revelam que *ser mulher* é muito mais do que o sexo ou a sexualidade revela que *ser mulher* é uma maneira de ser atreladas a escolhas e autopercepção.

De acordo com Oliveira (2018), a vida sexual da mulher era um tabu e sua relação com a sexualidade definia a visão que a mulher tinha perante a sociedade. Diante disso, o prazer sexual feminino vinha acarretado de culpa, pois a mulher bem vista era tida como não portadora de desejos sexuais, como reprodutora e cuidadora do lar, apenas as amantes poderiam ter relações casuais e livres de obrigações, mas o preço disso era a rejeição da sociedade.

Quadro 3 – Relação dos artigos analisados, autor e principais resultados no tópico "Definindo o ser mulher".

AUTOR/ ANO	OBJETIVOS	RESULTADOS
OLIVEIRA (2018)	A relação da mulher com a sexualidade.	• Finalidade do sexo; • Sexo e culpa; • Ausência de prazer.
COLLING (2015)	A construção da identidade feminina.	• Agentes de interferência para a construção; • Rituais sociais relacionados a gênero; • Primeira visão de mundo.
CORDEIRO; ROHLING (2019)	Definir o ser mulher.	• Gene como fator não determinante; • Maneiras de ser mulher; • Ausência de padronização do ser mulher.

Fonte: Elaborado pela autora.

Partindo dessa culpa, a mulher perdia o contato com o corpo já que seu corpo era usado apenas para o outro e não para si e qualquer contato com o seu prazer era visto como atividade não saudável. Durante anos, as mulheres foram punidas, objetificadas, despersonalizada e tiveram seus prazeres negados apenas por serem mulheres, que perante os homens eram definidas como inferiores e deveriam servi-los.

Vários discursos ao longo da história sustentaram a monopolização da mulher, e em nenhum momento foram as mulheres que fa-

laram de si, seus prazeres, desejos e suas necessidades. De acordo com Colling (2018), em todos os livros e estudos antigos, a mulher era retratada como subordinada e em todas as falhas do homem a mulher era responsabilizada, tendo o homem o seu valor definido pela dominação da mulher e essa tendo a obediência como dever e obrigação.

A construção da mulher estava a domínio público desde o nascimento, no qual se inicia os rituais sociais que precedem a existência. Sua família, como primeiro contato com o mundo, também é o primeiro contato com a hierarquização do homem sobre a mulher, seja vendo o domínio do pai com a mãe, seja vendo a distinção de funções e tratamento com o irmão do sexo oposto. Esses costumes são tão enraizados que até mesmo as mulheres os reproduzem.

Com o passar dos anos esse discurso, embora ainda presente, não tem domínio sobre as mulheres. Cordeiro e Rohling (2019) defendem que o gene não determina gênero e que ele é apenas uma maneira de existir. *Ser mulher* não é estar reduzido à sexualidade e às características padrões, sejam elas físicas ou comportamentais, pois há vários tipos de mulheres e várias maneiras de *ser mulher*. Não é possível definir um único processo de construção e uma única maneira de se reconhecer mulher, todos passam pelo processo de forma única e subjetiva, sua relação com o meio é que irá possibilitar esse encontro do eu com o *ser mulher*.

Partindo disso, é possível concluir que independente do determinismo biológico qualquer pessoa pode se construir mulher a partir do momento que se reconhece como uma e que, mesmo tendo gêneros diferentes da heteronormatividade[8] imposta, ainda é possível ser mulher e ser reconhecida como uma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como as mulheres na história, o presente estudo retratou cada parte do *ser mulher*, sua construção, sua essência, sua fragmentação e sua invisibilidade, até ser possível compreender o todo, considerando cada parte. A partir dessa compreensão, foi possível concluir que ser mulher é contínuo, um processo que perpassa gerações, cada movimento e conquista influencia diretamente no processo das próximas mulheres e da sociedade como um todo.

8 **Heteronormatividade:** é um conceito que define a heterossexualidade como única maneira normal de se relacionar e defende que homens e mulheres devem ter papeis sociais diferentes (DICIO, 2021).

Há muitas reflexões a serem feitas através da discussão literária presente, mas a principal delas é acerca do que faz alguém se construir mulher. Ao longo dos anos, foi notório que ser mulher é um ato de resistência devido a todas as dificuldades que essa definição carrega, porém essa definição não está atrelada à escolha, é um modo de existir que se constrói a cada dia.

Os autores referidos possuem uma visão contemporânea sobre os acontecimentos passados e apresentam uma análise crítica, social e psicológica garantindo um estudo completo a respeito do tema proposto. Apesar dos estudos revelarem uma Gestalt aberta[9] no que define *ser mulher*, foi possível ampliar o conhecimento a respeito da magnitude do sexo frágil, quebrar paradigmas, tabus e conhecer o caminho percorrido até as conquistas de hoje.

Através da pesquisa, foi possível analisar a importância do feminismo como evolução histórica, a influência que a sociedade tem na construção de *self* de cada um, como o determinismo biológico pode gerar angústia e como os papéis de gênero podem ser prejudiciais ao mesmo tempo que se fez necessário para a construção de uma sociedade.

O todo e as partes do processo de construção do *ser mulher* revelam, pelo ponto de vista da Gestalt-terapia, o potencial criativo das mulheres para se ajustarem e se moldarem a realidades desfavoráveis, bem como ser agentes de mudança quando não se sentem mais representadas pela maneira que são vistas e são obrigadas a se comportarem. Em situações favoráveis ou não, as mulheres seguem sendo mulheres, garantindo que as próximas tenham vozes para serem ouvidas.

Desse modo, para encerrar o trabalho utiliza-se o trecho de uma música contemporânea que retrata os temas abordados no estudo e a maneira que a mulher busca ser compreendida nos dias de hoje.

"O homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é o seu próprio lar.
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só.
Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima.

9 **Gestalt aberta:** significa uma situação inacabada, um ciclo que não foi fechado (D'ACRI; LIMA; ORGLER, 2012).

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar."
(*Triste, louca ou má*, Francisco, el Hombre)

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Brasiliense, 2017.

BARBOSA, Poliana G. A criança sob o olhar da gestalt-terapia The child on Gestalt-therapy look. **IGT na Rede ISSN 1807-2526**, v. 8, n. 14, 2011.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. As condições femininas no Brasil colonial. **Maiêutica-História**, v. 3, n. 1, 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

CEREZER, Cristiano; FLORES, Ana Paula Marquesini; ZANARDI, I. Introdução aos estudos Heideggerianos a partir de Ser e Tempo: uma renovação contemporânea da íntima questão do Ser. **Thaumazein [Internet]**, v. 5, n. 9, p. 67-79, 2012.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 2, 2015.

CORDEIRO, Ana Luiza; ROHLING, Nivea. IDENTIDADE, GÊNERO E TRANSGENERIDADE: A CONSTRUÇÃO DO SER-MULHER NO VIDEO-DOCUMENTÁRIO "LAERTE-SE". **Revista X**, v. 14, n. 4, p. 135-157, 2019.

CUNHA, Augusto Carlos Rodrigues da. Gestalt-terapia e adolescência na atualidade: uma revisão de literatura. 2018.

D'ACRI, Gladys; LIMA, Patrícia; ORGLER, Sheila (Ed.). **Dicionário de Gestalt-terapia:" gestaltês".** São Paulo: Summus Editorial, 2012.

DAVOGLIO, Tárcia Rita; SANTOS, Bettina Steren dos. Motivação docente: reflexões acerca do construto. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 3, p. 772-792, 2017.

GEIGER, Luciene et al. Aprendendo a ser mulher: contribuições de uma educação holística por meio dos círculos femininos Tenda da Terra e Tenda da Lua. 2014.

GINGER, Serge. **Gestalt uma terapia do contato**. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, p. 65-82, 2018.

HACK, Josias Ricardo. Uma Proposta de Consciência Gestáltica para Professores no Setting de Gravação Audiovisual/A Gestalt Awareness Proposal for Teachers in the Audiovisual Recording Setting. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 14, n. 51, p. 542-559, 2020.

HELOU, Fádua. **Frederick Perls, vida e obra: em busca da Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

HETERONORMATIVIDADE In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: https://www.dicio.com.br/heteronormatividade/. Acesso em: 01 nov. 2021.

HOLISMO In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: https://www.dicio.com.br/holismo/. Acesso em: 12 jun. 2021.

LOCKE, John; AIEX, Anoar. **Ensaio acerca do entendimento humano**. 1999.

MATTOS, Amália Ivine Santana. Desigualdades de gênero: uma revisão narrativa. **Revista Saúde. com**, v. 11, n. 3, p. 266-279, 2015.

MOLLER, Cínthia Vieira; ANDRADE, Celana Cardoso. A sexualidade feminina pela perspectiva da Gestalt-terapia: uma pesquisa qualitativa-fenomenológica. **Rev. abordagem gestalt**. Goiânia, v. 17, n. 1, p. 8-17, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mai. 2021.

MOREIRA, Virginia. Convergências e divergências entre as psicoterapias de Carl Rogers e Frederick Perls. **Rev. NUFEN**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 20-50, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912010000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. A evolução da mulher no Brasil do período da Colônia a República. 2012.

OLIVEIRA, Edicleia Lima de. História da sexualidade feminina no Brasil: entre tabus, mitos e verdades. **Revista Ártemis**, v. 26, n. 1, p. 303, 2018.

ROEHE, Marcelo Vial; DUTRA, Elza**.** Dasein–o entendimento de Heidegger sobre o modo de ser humano. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 32, n. 1, p. 105-113, 2014.

SANCHEZ, Ana Paula Faria; MACHADO, Franciele Cabral Leão. A neurose à luz da Gestalt-Terapia: uma reflexão sobre o ajustamento (dis) funcional do homem. **REVISTA UNINGÁ REVIEW**, v. 29, n. 2, 2017.

SANTO BARRETO, Carine do Espírito. UM ESTUDO SOBRE A GESTALT--TERAPIA NA CONTEMPORANEIDADE. 2017.

SANTOS, Bárbara Lúcia Soares dos. **A beleza contemporânea, o papel da mídia na veiculação de padrões e possíveis relações com o sofrimento mental da mulher**. 2015. Tese de Doutorado. Tese de Mestrado.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. Desigualdade social e o conceito de gênero. **Universidade Federal de Juiz de Fora**, 2010.

SILVA, Rosimere Viana Barbosa da. Os conflitos na fronteira de contato entre pais e filhos adolescentes. **IGT na Rede**, v. 12, n. 22, p. 53-66, 2015.

SOARES, Sandro Vieira; PICOLLI, Icaro Roberto Azevedo; CASAGRANDE, Jacir Leonir. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

SOUZA, Adelina Maria de; SILVA, Andrine; SILVA, Niedja. EFEITOS DE TORNAR--SE MULHER NO BRASIL. In: **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**. 2012.

O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO PARA ACESSO A DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA JURÍDICA

Gilmar da Silva Francelino
Mestrando em Função Social do Direito
http://lattes.cnpq.br/0851240087740116
gilmar.francelino@hotmail.com

Maria Beatriz Ferrari Pain
Mestranda em Função Social do Direito
http://lattes.cnpq.br/0985049789645646
mbfpain@gmail.com

RESUMO: O artigo objetiva analisar o uso de tecnologias, principalmente na inteligência artificial na gestão do Poder Judiciário brasileiro para efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Isto porque, com o avanço da sociedade e a introdução do mundo digital, o uso de tecnologias se transformou ao longo do tempo, permitindo que nos dias de hoje a população utilize de inteligência artificial no seu cotidiano, o que não seria diferente no Poder Judiciário, que inclusive acompanhou essa transformação digital ao longo dos anos. Juntando esses elementos tecnológicos, pensou-se em utilizá-los para implementar e efetivar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável proposto pela Organização da Nações Unidas, como efetivação da Agenda 2030. A metodologia utilizada para a realização do artigo foi através

de pesquisas bibliográficas, documentais, legislação e jurisprudência. O tema se mostra relevante tendo em vista que o Poder Judiciário institucionalizou a Agenda 2030, na qual tem coo propósito maior aproximação do Poder Judiciário com a sociedade. Dessa forma, a pesquisa pretende demonstrar como o Poder Judiciário vem adotando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e como as novas tecnólogas vêm colaborando para essa efetividade de institucionalização da Agenda 2030.

Palavras-chave: Direito digital; Objetivos de desenvolvimento sustentável; Efetivação de direitos.

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se, com o presente artigo, fazer uma reflexão sobre o uso de novas tecnologias, com ênfase na inteligência artificial, no âmbito da gestão do Poder Judiciário, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), a fim de efetivar a agenda 2030.

O mundo vem se adaptando aos avanços tecnológicos e os impactos que essas tecnologias vêm causando das relações cívicas. O Poder Judiciário também vem sendo impactado com esses avanços, e tem se movimentado para adoção de ferramentas tecnológicas que permitam que o sistema de Justiça, e o cumprimento precípuo de solução de conflitos de interesses visando a pacificação social, venha se beneficiar com essas ferramentas, inclusive garantindo a razoável duração do processo, conforme estabelece o artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988.

Os avanços tecnológicos vêm ocorrendo em âmbito judicial vêm ocorrendo desde a informatização dos processos judiciais, que possibilitou um novo acesso à justiça. Nesse contexto dos avanços tecnológicos, a inteligência artificial vem se apresentando como um instrumento promissor para a melhoria dos serviços aos jurisdicionados e aos atuantes do processo.

O uso de inteligência artificial no Poder Judiciário levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a regulamentar normatiza acerca da ética, transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial, através da Resolução nº 332, de 21/08/2020, considerando que as decisões judiciais apoiadas pela Inteligência Artificial devem preservar a igualdade, a não discriminação, a pluralidade, a solidariedade e o julgamento justo, com a viabilização de meios des-

tinados a eliminar ou minimizar a opressão, a marginalização do ser humano e os erros de julgamento decorrentes de preconceitos.

O Supremo Tribunal Federal implementou a ferramenta RAFA 2030 com o objetivo de apoiar a classificação dos processos de acordo com a tipologia definida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Objetiva-se, assim, analisar o uso das novas tecnologias, em especial a inteligência artificial na gestão do Poder Judiciário e como essas ferramentas podem melhorar a eficiência e a produtividade das metas relacionadas a Agenda 2030 e as ODS.

O artigo visa contribuir com o objeto de estudo, de forma a ampliar as discussões acerca da temática, para reflexão do uso de Inteligência Artificial na gestão do Poder Judiciário e a efetividade e garantia de direitos. Sendo que um dos objetivos da pesquisa é contribuir para que haja a utilização dessas novas tecnologias, a partir de discussões, reflexões e transparência.

2 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O PODER JUDICIÁRIO

Nos dias de hoje, pensar em desenvolvimento é relacionar ao uso de tecnologia para otimizar tempo e facilidades de utilização. No entanto, não há espaço para desenvolvimento sem pensar em sustentabilidade, já que nossos recursos são escassos, e cuidar do Planeta é uma ação coletiva.

Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõe uma agenda mundial adotada pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável desde setembro de 2015, na qual é composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030, e estão fundamentados em três pilares do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente (Estratégias ODS, s.d.).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (Nações Unidas Brasil, s.d.).

O objetivo 16 da ODS é sobre: paz, justiça e instituições eficazes, ou seja, promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusiva a todos os níveis (Nações Unidas Brasil, s.d.).

Um instrumento essencial para que a democracia seja sedimentada no país foi a implementação de gestão pública digital com uso de ferramentas tecnológicas. Essa implementação de novas tecnologias no Poder Judiciário precisa ser guiada pela proteção dos direitos humanos para uma eficiência no desenvolvimento social e econômico (LEMOS, 2021).

O Poder Judiciário Brasileiro é o pioneiro, em termos mundiais, a institucionalizar a Agenda 2030, cuja integração ficou estabelecida na Meta Nacional 9 do Poder Judiciário (Conselho Nacional de Justiça, s.d.).

Nessa linha, o Conselho Nacional de Justiça vem modernizando a gestão do Poder Judiciário, um exemplo desses projetos, é a criação do Comitê Interinstitucional, criado pela Portaria nº 133, de 28/09/2018, e se destina a proceder estudos e apresentar propostas de integração das metas do Poder Judiciário com as metas e os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, cujas atribuições foram definidas no art. 3º, e atualizadas por meio da Portaria nº 55, de 19/03/2020 (Conselho Nacional de Justiça, s.d.).

O Supremo Tribunal Federal editou a Resolução nº 710, de 20 de novembro de 2020, institucionalizando a Agenda 2030 da ONU em âmbito da Suprema Corte, no intuito de alinhar a governança do STF com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos na Agenda 2030 com o fim de aprimorar seus processos internos e humanizar a sua gestão.

É importante que o STF alinhe seus processos e procedimentos com os padrões internacionais, com a identificação das controvérsias jurídicas aos respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para que a metodologia de classificação aprimore, ocorrendo o agrupamento e organização dos processos.

3 O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO

O intuito do trabalho não é esgotar a exposição de todas as tecnologias utilizadas pelo Poder Judiciário, mas apontar as principais, demonstrando assim a evolução da tecnologia utilizada e o papel delas na efetivação de direitos.

A informatização do processo judicial é resultado da modernização do Poder Judiciário, que foi inaugurada pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a informatização do processo. No entanto, a Lei nº 8.245/1991 é considerada pioneira em relação à modernização do

processo devido a ser o primeiro diploma legal que autorizou a utilização de meio eletrônico para a prática de ato processual (TEIXEIRA, 2023).

De lá para cá muitos mecanismos tecnológicos foram implementados, como a comunicação eletrônica dos atos processuais, diário da justiça eletrônico, data de publicação e contagem de prazo, assinaturas eletrônicas, distribuição e protocolo, plataformas eletrônicas para a prática de atos processuais.

A Lei nº 11.419/2006 autoriza os tribunais pátrios a criarem suas plataformas eletrônicas para a prática de atos processuais de forma individualizada, o que ocasionou a diversidade desses sistemas, tais como PJe (criados pelo Conselho Nacional de Justiça) e-Doc (da Justiça do Trabalho),402 e-Proc (dos Juizados Especiais Federais), o PROJUDI, o e-STJ e o e-STF, utilizados pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente, dentre outros, como o eSAJ utilizado por alguns tribunais brasileiros (TEIXEIRA, 2023).

Apesar da evolução desses sistemas e a transformação do processo judicial, os distintos sistemas trazem uma tarefa árdua para as partes atuantes no Direito. Isso porque cada sistema possui seus métodos de tramitação e nem todos os tribunais possuem a verificação de indisponibilidade, dificultando a ação dos advogados em caso de falha na transmissão do arquivo (LEMOS, 2021).

O Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 185, de 18/12/2013 na qual institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.

Essa unificação é importante, pois como explica a Carolina Carvalho Lemos (2021):

> Para o cumprimento da Agenda 2030, é relevante que o assunto principal de cada meta dos ODS seja inserido na tabela processual unificada (TPU) dos tribunais, preferencialmente em formato de palavra-chave, de modo a uniformizar a classificação processual e o assunto do processo distribuído no tribunal. Adequar a tabela às metas dos ODS trará maior eficiência na gestão dos casos, permitindo a promoção de políticas públicas, como julgamento dos casos com maior prioridade, como os casos que envolvam situações urgentes que decorrem da crise causada pela pandemia. Compreender em números os assuntos tratados pelos tribunais possibilitará o aprofundamento de estudo técnico qualificado sobre o tema e idealização de métodos alternativos de solução de

> resolução dos conflitos. O sistema atual não permite a classificação dos processos distribuídos com o grau de detalhamento necessário. Assim, o Poder Judiciário se afasta da transparência e eficiência tão almejada pelo CNJ e por toda a sociedade civil.

Com o objetivo de tornar o sistema judiciário mais próximo da sociedade, o Conselho Nacional de Justiça criou o programa Justiça 4.0, disponibilizando novas tecnologias e inteligência artificial, impulsionando, dessa forma, a transformação digital do Judiciário, a fim de garantir serviços mais rápidos, eficazes e acessíveis, otimizando o trabalho dos magistrados, servidores e advogados (Conselho Nacional de Justiça, s.d.).

Importante relembrar que o uso das tecnologias no Poder Judiciário teve um grande avanço na pandemia do Coronavírus, período de limitação e confinamento à circulação das pessoas. Dessa forma, o uso das tecnologias permitiu que vários setores, inclusive o Poder Judiciário pudesse continuar os trabalhos (BARRETO; COSTA, 2022).

Outra movimentação importante do Conselho Nacional de Justiça foi a Resolução nº 332, de 21/08/2020, que dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de inteligência artificial no Poder Judiciário.

E trata-se de normativa importante inclusive para limitar o uso desarrazoado de inteligência artificial. E é importante porque, em 12/11/2023 foi veiculado notícia de que um juiz federal da 1ª Região fez uma sentença utilizando inteligência artificial, a partir do uso do ChatGPT, na qual a inteligência artificial inventou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que não existe (Conjur, 2023).

O uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário deve ser utilizado como uma tutela adequada tanto dos direitos fundamentais, quanto na proteção dos jurisdicionado em obter uma efetiva prestação jurisdicional.

É fato que o Direito não possui o papel de apenas identificar o que se demonstra justo ou injusto, mas desempenha função relevante na solução de problemas sociais, podendo, inclusive, promover ou inibir avanços para o desenvolvimento social (LEMOS, 2021).

A inteligência artificial assume um papel importante e significativo no fluxo de trabalho da maioria das profissões (LEMOS, 2021). Por isso, utilizar essas novas tecnologias, principalmente a inteligência artificial, deve ser uma ferramenta que complementa o trabalho humano, e não o substitui.

O Supremo Tribunal Federal lançou a Inteligência Artificial chamada Rafa2030, em outubro de 2020, que é parte do projeto Agenda 2030

no STF[1]. O objetivo da Rafa 2030 é interalizar a agenda 2030 da ONU no dia a dia da corte. Conforme descrito na documentação da Rafa 2030:

> Etiquetar processos judiciais de acordo com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU é um importante passo para incluir a própria Agenda no cotidiano do tribunal, uma vez que tais ODS são citados em votos dos Ministros e podem, no futuro, gerar precedência para temas de maior impacto social.

Atualmente, a ferramenta RAFA 2030 se aplica em duas tarefas específicas relacionadas à classificação de processos em ODS da Agenda 2030: classificação automática de grandes conjuntos (lotes) de processos judiciais via aprendizagem de máquina e *deep learning* e apoio visual e estatístico para classificação individual de processos judiciais (Supremo Tribunal Federal, s.d.).

Essa primeira tarefa versa em utilizar algoritmos de aprendizagem de máquina e *deep learning* para classificar os lotes de processos judiciais de forma automática em ODS da Agenda 2030 (Supremo Tribunal Federal, s.d.).

Já a segunda tarefa é situada no desenvolvimento de um aplicativo para apoiar a decisão de classificar uma nova entrada (processo) em ODS da Agenda 2030. Este aplicativo conta com diversos gráficos utilizados em processamento de linguagem natural (NLP), além de contagem de palavras-chave e busca de determinadas palavras e leis no contexto da peça jurídica, o que se objetiva, neste caso, é a possibilidade de ajudar o servidor a classificar mais processos jurídicos em menos tempo e com maior qualidade (Supremo Tribunal Federal, s.d.).

4 O ACESSO À JUSTIÇA DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS

De acordo com relatório divulgado pelo CNJ, o Poder Judiciário finalizou o ano de 2022 com 81,4 milhões de processos em tramitação, aguardando alguma solução definitiva, desses 21,7% dos processos estavam suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, ou seja, aguardando uma solução futura. Sendo assim, desconsiderando tais proces-

1 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Documentação Rafa 2030. Disponível em: https://agenda2030rafa.github.io/rafa_documentacao/. Acesso em: 21 de nov de 2023.

sos, tem-se em andamento, ao final do ano de 2022, cerca de 63 milhões de ações judiciais (Conselho Nacional de Justiça, 2023).

Diante do cenário atual em que o direito constitucional se encontra, ou seja, a globalização diante dos avanços tecnológicos e pelos cenários políticos e econômicos que o mundo tem enfrentado, o poder político e constitucional não se exerce da mesma forma, tendo em vista que hoje o poder não tem um marco territorial, configurando a "desterritorialização do poder" (SILVEIRA, 2021).

Neste contexto, deixar que as experiências humanas reduzam a padrões de dados implicaria na perda daquilo que seria mais genuíno na humanidade, pois "quando ligamos a nossa experiência ao grande fluxo de dados e deixamos os algoritmos descobrirem o sentido do que nos acontece, deixamos de fazer escolhas livres com base em juízos racionais e perdemos a dignidade humana" (SILVEIRA, 2021). Fazendo, desse modo, que os cidadãos cresçam marginalizados ou manipulados nos processos de decisão (SILVEIRA, 2021).

Não se nega, desta forma, a força e os esforços do desenvolvimento de uma democracia digital, o que se presente seria numa mudança cultural. Através da internet, inclusive seria possível a criação de uma esfera pública global que permita o diálogo político entre os cidadãos e suas preocupações para além de fronteiras artificiais (SILVEIRA, 2021).

Pode-se dizer que o grande propósito da inovação na gestão do Poder Judiciário é diminuir a burocracia dos sistemas, e identificar e priorizar os problemas sociais que impedem o desenvolvimento sustentável do país (LEMOS, 2021).

Sendo assim, não há dúvidas que a era digital pode revolucionar a democracia, tratando-se de uma nova tecnologia, importante seria decidir o que fazer com ela e como regular a sua utilização (SILVEIRA, 2021).

Com a implementação de sistemas utilizando a Inteligência Artificial que identifique de forma eficaz as demandas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os profissionais do Direito poderão se aprofundar teoricamente em determinado assunto, bem como, poderão acessar a transparência dos assuntos discutidos pelos tribunais anteriormente, possibilitando, assim, maior segurança jurídica as soluções dos conflitos sociais (LEMOS, 2021).

5 CONCLUSÃO

Como é possível observar, uso de novas tecnologias, com ênfase na inteligência artificial, no âmbito da gestão do Poder Judiciário, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável proposto pela Organização das Nações Unidas, a fim de efetivar a agenda 2030, pode ter resultados positivos e trazer benefícios tanto na implementação da Agenda 2030, tanto para os jurisdicionados.

Através de uma breve análise das ODS e da Agenda 2030, desenvolvida ao longo desse trabalho, foi possível observar que o Poder Judiciário vem sendo impactado com esses avanços, e tem se movimentado para adoção de ferramentas tecnológicas que permitam que o sistema de Justiça, e o cumprimento precípuo de solução de conflitos de interesses visando a pacificação social, venha se beneficiar com essas ferramentas.

A análise seguiu com a observação dos avanços tecnológicos desde a informatização dos processos judiciais até o uso de inteligência artificial nos processos judiciais, possibilitando um novo acesso à justiça, destacando-se a regulamentação acerca da ética, transparência e governança na produção e uso de Inteligência Artificial pelo CNJ.

Verificou-se, que o Supremo Tribunal Federal implementou a ferramenta RAFA 2030 com o objetivo de apoiar a classificação dos processos de acordo com a tipologia definida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU e como essa ferramenta pode melhorar a eficiência e a produtividade relacionadas a Agenda 2030 e as ODS.

Apesar dos avanços e os benefícios que o uso de inteligência artificial pode trazer tanto na duração do processo, quanto na eficiência das decisões, deve-se ter cautela quanto a arquitetura dessas Inteligências Artificiais, isto porque é ela que dará a estrutura e a fundamentação para que a IA desenvolva a sua função.

Sendo assim, estabelecer parâmetros básicos, observar a evolução das práticas existentes na arquitetura das IA são formas de preservar os direitos fundamentais, aliado a transparência, ética, segurança.

Portanto, o uso de novas tecnologias deve seguir ao máximo os valores democráticos alcançados até os dias de hoje, prevalecendo a transparência e o diálogo entre as áreas para que as novas iniciativas contribuam para o aprofundamento e desenvolvimento de instituições eficazes, sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Catarina. **A Inteligência Artificial no Poder Judiciário Brasileiro**: entendendo a nova "Justiça Digital". Ti-ruvius Blog, 2 dez. 2020. Disponível em: https://turivius.com/portal/inteligencia-artificial-no-poder-judiciario/. Acesso em: 22 nov. 2023.

BARCELLOS, Carolina de Camargos Pereira. **Prazer, Victor**: Uma breve exposição sobre a utilização de inteligência artificial no STF. OABES, 30 jun. 2021. Disponível em: https://www.oabes.org.br/artigos/prazer-victor-uma-breve-exposicao-so-bre-a utilizacao-de-inteligencia-artificial-no-stf-117.html. Acesso em: 22 de nov. 2023.

BARRETO, Gabriela Lima; COSTA, Vivian Rodrigues Madeira da. **O impacto das novas tecnologias na administração da justiça em breve perspectiva comparada e internacional**: a experiência brasileira e europeia. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/400/228. Acesso em: 20 de nov de 2023.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 de março de 2023.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Agenda 2030**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda-2030/. Acesso em: 14 de nov de 2023.

BRASIL. **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 13 março de 2023.

BRASIL, Nações Unidas. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16. Acesso em 14 de nov de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF132**. Disponível em:<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Documentação RAFA 2030**. Disponível em: https://agenda2030rafa.github.io/rafa_documentacao/. Acesso em: 21 de nov de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Justiça em números 2023**. Brasília: CNJ, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **CNJ vai investigar juiz que usou tese inventada pelo ChatGPT para escrever decisão**. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-nov-12/cnj-vai investigar-juiz-que-usou-tese-inventada-pelo-chatgpt-para-escrever-decisao/. Acesso em: 14 de nov de 2023.

DIAS, Maria Berenice. **Avanços e retrocessos jurisprudenciais no ano de 2022.** Disponível em: https://berenicedias.com.br/avancos-e-retrocessos-jurisprudenciais no-ano-de-2022/. Acesso em: 23 de abril de 2023.

IOTTI, Paulo. **STF erra ao negar direito previdenciário a união paralela de boa-fé.** Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/stf--erra-ao-negar direito-previdenciario-a-uniao-paralela-de-boa-fe-17122020. Acesso em 27 de abril de 2023.

LEMOS, Carolina Carvalho. **O uso das novas tecnologias na gestão judiciária para acesso a direitos humanos**. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2021-mai 05/lemos-novas-tecnologias-gestao-judiciaria-direitos-humanos/#_ftnref2. Acesso em: 14 de nov de 2023.

LEMOS, Carolina Carvalho. **O que são as ODS?** Disponível em: https://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao os-ods/. Acesso em 14 de nov de 2023.

SEMINÁRIO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO STF: **a experiência da RAFA 2030**. 2023, Brasília. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xN-4MHsZQ3UI&t=2861s. Acesso em 19 de nov de 2023.

SILVEIRA. Alessandra. **Mais vale uma constituição cidadã enclausurada ou uma constituição cidadã em rede?** (A propósito da democracia digital nos 30 anos da Constituição Federal de 1988). Revista Pan-Americana de Direito. Curitiba, 2021.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito digital e processo eletrônico**. 7 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

O AUTISMO E A SELETIVIDADE ALIMENTAR NA INFÂNCIA

Ana Lia Rocha Coelho Veneziani
Pós-graduada em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica
http://lattes.cnpq.br/0466229119336486
lalia.rocha.coelho@gmail.com

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo minimizar o impacto das limitações causadas pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA), especificamente na criança eleita para o estudo de caso e, de forma alguma, tem a pretensão de sugerir uma solução de forma generalizada voltada a todas as crianças que se encontram dentro do TEA. Foram feitas observações no cotidiano alimentar da criança em questão e, a partir destas, foram criadas atividades que pudessem ser atrativas ao específico objeto da pesquisa, levando em conta seu perfil psicológico, nível de aceitação à introdução de novas rotinas, grau em que se encaixa dentro do transtorno e possíveis comorbidades. As atividades mantiveram uma linha lúdica e consideraram o fato de a criança ser alfabetizada e ter facilidade com a escrita e a leitura. A valorização da autonomia mostrou-se fundamental ao sucesso da experiência.

Palavras-chave: Seletividade Alimentar; TEA; Ludicidade; Distúrbio.

INTRODUÇÃO

A seletividade alimentar se diversifica em situações, graus e condicionamento emocional e físico; podem incluir recusa alimentar, cardápio restrito e até mesmo a ingestão frequente de um único tipo de alimento. É de grande importância ressaltar que não é um problema exclusivo das crianças com diagnósticos de Transtornos, mas algo presente no cotidiano de uma grande parcela da população, uma vez que nos encontramos expostos às opções incontáveis de alimentos com baixo teor nutritivo.

Este problema tem assombrado, em especial, os pais de crianças diagnosticadas dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), desde os primórdios da confirmação do diagnóstico. Uma vez que, além dos problemas relacionados à nutrição, a situação se agrava quando a aceitação do alimento depende de cor, textura, tamanho e estado emocional em que a criança se encontra no momento da ingestão do alimento.

Partindo do princípio da necessidade de atividades adaptadas em prol do aprendizado da criança com TEA, é fundamental lançar mão de estratégias psicopedagógicas específicas, de acordo com o perfil individual da criança, na busca da aceitação e introdução voluntária de novos tipos de alimentos na rotina alimentar.

O objetivo geral deste artigo, é apresentar algumas opções alternativas aos profissionais e família de crianças diagnosticadas dentro do TEA, respeitando seus respectivos limites e, ao mesmo tempo, sugerindo novas opções de acordo com a realidade de cada núcleo familiar.

É necessário se pensar na deficiência da criança de forma singular; cada criança tem seu próprio modo de ver o mundo, sua própria lógica, desejos e fobias que fazem parte de sua personalidade única. Levando em consideração esta individualidade, atividades psicopedagógicas foram desenvolvidas baseadas nas necessidades da criança em questão, não havendo aplicação generalizada, bem como adaptações em níveis de desempenho no decorrer do tratamento.

Para a pesquisa, foi utilizado o cotidiano de uma criança de 8 anos de idade, diagnosticado dentro do TEA, em grau leve, através de acompanhamento diário nos momentos voltados à alimentação, com observações e intervenções específicas.

1 DESENVOLVIMENTO

Um problema que perturba os pais em todas as fases do desenvolvimento da criança, é a seletividade alimentar. A principal preocupação é com a nutrição e manutenção da saúde; e isto torna-se uma tarefa árdua, uma vez que a indústria alimentícia investe massivamente em propagandas cada vez mais atrativas aos pequenos, com produtos de extrema escassez nutritiva.

Voltando-nos ao grupo de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA), encontramos dentre as limitações trazidas pelo transtorno, a referida seletividade alimentar, com o agravante de haver condicionamento na aceitação dos alimentos, causado por características sensoriais, entre elas: coloração, densidade, tamanho, viscosidade, formato, entre outros.

Além da condição aparente do alimento, um grande fator responsável pela seletividade alimentar dentro do contexto do TEA, é o estado emocional. Algumas crianças permitem a introdução de determinados alimentos através da repetição, do exemplo e insistência da família; outras, somente quando estão sob efeito de medicamentos específicos; e, em alguns casos mais graves, se fecham para qualquer alimento que não faça parte da rotina criada pela mesma.

De acordo com o DSM 5, 2014:20, Transtorno é caracterizado por "perturbação clinicamente significativa na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo que reflete uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental".

Sobre o TEA:

> "O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades." (DSM, 2014:73)

Segundo Nunes (2008, p. 4):

> As crianças com autismo, regra geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa intenso de aulas haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem, é um trabalho árduo, necessita de muita dedicação e paciência da família e também dos professores. É vital que pessoas afetadas pelo autismo tenham acesso à informação confiável sobre os métodos educacionais que possam resolver suas necessidades individuais. (FONTES, 2012).

Ao realizar intervenções com essas crianças, deve-se sempre, obrigatoriamente, levar em conta atividades desenhadas especificamente e modificadas no decorrer, de acordo com os resultados obtidos.

Vigotsky afirma que:

> As crianças podem imitar uma variedade de ações que vão muito além dos limites das suas próprias capacidades. Numa atividade coletiva ou sob a orientação de adultos, usando a imitação, as crianças são capazes de fazer muito mais coisas. Esse fato, que parece ter pouco significado em si mesmo, é de fundamental importância na medida em que demanda uma alteração radical de toda doutrina que trata da relação entre aprendizado e desenvolvimento em crianças. (VIGOTSKI, 1998, p. 115-116).

A partir desta afirmação de Vigotsky, pode-se entender a importância da rotina voltada ao desenvolvimento da criança. Pois, se é fato que a criança aprende por imitação, na escola o planejamento das aulas deve ter a criança como centro do processo de aprendizagem, o aluno deve ser ativo nas ações pedagógicas, mas o professor não deve apenas ser transmissor de regras, deve também ser parte deste referido processo, utilizando-se de exemplos práticos, demonstrações e participação efetiva nas atividades; e no contexto familiar não deve ser diferente: toda a família precisa estar em sintonia com as necessidades das crianças, sejam elas físicas, emocionais ou morais.

Se tal afirmação tem sido referência fundamental nos nichos educacionais, com as crianças diagnosticadas dentro do TEA não poderia ser diferente; pois, antes de serem identificados como portadores de algum tipo de transtorno, recebendo um CID (Classificação Internacional de Doenças), seja ele qual for, é necessário se considerar que são crianças e possuem os mesmos direitos perante a lei e a vida.

Partindo da ideia supracitada, é imprescindível que a família faça adesão a uma rotina que torne a criança parte do cotidiano, e não viva uma vida – e regras - paralelas aos demais integrantes.

1.1 Observação

Para a pesquisa de campo, foi escolhido M., de oito anos de idade, diagnosticado dentro do Transtorno do Espectro Autista em Grau Leve a Moderado.

Observou-se a rotina diária nos momentos das refeições da manhã e da hora do almoço, num período de trinta dias, sendo três dias por semana. Foi possível notar a seletividade alimentar em um nível prejudicial à nutrição, gerando respostas negativas do corpo, causando desconfortos; o que levou a mãe a fazer uma série de exames laboratoriais, cujos resultados restringiram ainda mais o cardápio de M., uma vez que os alimentos permitidos em sua lista não possuíam o valor nutritivo necessário para alguém de sua idade.

A seletividade agravada pelo TEA, tornou-se cada vez mais severa, uma vez que a criança passou a rejeitar a existência de outros tipos de alimento, negando-se a assimilar o que era oferecido pela mãe como opção para a refeição.

Na rotina da família, embora todos participassem das refeições, não havia o hábito de sentarem juntos para comer, espalhavam-se pela casa, inclusive M., que escolhia seu lugar, embora não fosse sempre o mesmo.

Algumas vezes, pôde-se notar que o menino não participava das refeições, demonstrando falta de apetite e interesse no que era oferecido, mesmo que o alimento fizesse parte do que ele considerava aceitável.

Um dos pontos recorrentes na observação, foi a capacidade de assimilação do que lhe era passado verbalmente, quando M. pedia um tipo de alimento e a mãe oferecia várias outras opções, ele repetia insistentemente o que escolhera, como se não houvesse entendido o que a mãe dissera.

Foi percebida, então, a necessidade de auxílio no momento da assimilação e apresentação do alimento, pois o que não era atrativo, não era aceito.

2 METODOLOGIA

Para realizar a intervenção apropriada, foi necessário trabalhar em parceria com a família, promovendo uma alteração significativa na

rotina, manipulando-a de acordo com as necessidades da criança. Foi salientado que os horários de refeição fossem adotados por todos os integrantes da família simultaneamente, fixando um local específico para que M. pudesse ter um campo de visão onde todos estivessem realizando a mesma atividade, neste caso a sala de estar.

As alterações foram sendo feitas em etapas, uma vez que a rotina é de extrema importância para a criança portadora do TEA, respeitando o tempo necessário para aceitação. Após alguns dias alterando apenas a rotina da família, iniciou-se a intervenção na rotina alimentar do menino.

Piaget (1976) entende o conceito de jogo como um lazer ou uma participação do sujeito no meio, que lhe permite assimilar e incorporar a realidade. Para o autor, os jogos constroem uma grande rede de dispositivos que permitem à criança a assimilação de toda a realidade, incorporando-a para revivê-la, dominá-la e compensá-la. (MENDES, 2015).

Partindo deste princípio da importância da ludicidade no desenvolvimento das crianças, podemos citar a relevância fundamental para as crianças dentro do TEA, pois se o jogo pode imitar a realidade, deve-se apoiar em tal afirmação criando-se um caminho lúdico e didático, que seja capaz de introduzir uma nova rotina de forma gradual, leve e atrativa.

Após a análise das preferências e aversões de M., respeitando suas limitações, foi criado um método de assimilação do cardápio onde é estimulada a alfabetização e autonomia, utilizando as áreas do conhecimento em que o menino tem domínio.

2.1 Aplicação

Primeiramente levantou-se uma lista de alimentos dentro da aceitação da criança; em seguida, foi feita uma lista dos alimentos que a mãe gostaria de introduzir no cardápio.

A partir das informações colhidas, foi escolhida a abordagem através de uma atividade pictográfica; foram criados cartões com imagens e nome do alimento, em tamanho facilmente identificável e legível **(FIGURA 1).** Para maior durabilidade, os mesmos foram plastificados.

De acordo com o cardápio do dia, a mãe separava os cartões e deixava à vista do menino.

Figura 1



Fonte: autor

Com o intuito de tornar viável a atividade mantendo o foco na autonomia, a introdução dos cartões se condiciona às seguintes regras:

a) Na explicação do novo jogo, M. é denominado o "Supervisor dos Pratos", uma vez que o mesmo tem um espírito de liderança latente;
b) Antes de escolher o próprio prato, o menino deve chamar um a um dos membros da família e ajudá-los a montar seus respectivos pratos, conferindo se utilizaram os alimentos previamente escolhidos nos cartões;
c) Ele deve escolher como quer montar seu prato, optando entre os cartões disponíveis, o alimento;
d) A criança vê a imagem, lê a palavra e assimila o cardápio;

e) A mãe aceita sugestões de novos alimentos, incentivando a criança a participar do processo de criação, trazendo à tona alimentos de conhecimento prévio, mas que não fazem parte da rotina alimentar.

É necessária a mudança efetiva na rotina da família no momento da alimentação, para que não haja diferenciação de indivíduos, incentivando a rejeição da nova rotina introduzida, pois a criança precisa se sentir parte do processo, e não o foco.

3 RESULTADOS

Como todo processo de aprendizagem depende das condições do aluno, não se pode estimar um prazo para se observar resultados. No caso de M., pôde-se identificar uma reação positiva à introdução da nova rotina logo na segunda semana do início da intervenção.

Os cartões tiveram um impacto positivo sobre a assimilação e introdução de novos alimentos, pois notou-se uma carga de responsabilidade naturalmente adotada pelo menino, no que dizia respeito ao momento das refeições, fazendo com que ele procurasse pelos cartões quando não lhe era apresentado.

Entrevistas com os integrantes da família, a fim de definir as relações individuais com a criança, foram uma importante peça no desenho do perfil psicossocial do menino, pois permitiram uma melhor administração de papéis no processo.

Encontra-se, entre tantas outras referências, base para a afirmação repetida do decorrer deste trabalho, na afirmação de Sprovieri em seu livro *Autismo, Família e Sociedade*:

> [...] a família é uma instituição social significativa, que deve proporcionar um suporte emocional, econômico, social e possibilitar o desenvolvimento e a inserção social do indivíduo. Seguindo esta linha de pensamento, a família é considerada a unidade básica de desenvolvimento das experiências, das realizações e dos fracassos do homem (SPROVIERI, 1995).

4 CONCLUSÃO

A Seletividade Alimentar no TEA, deve ser caracterizada levando em conta o contexto sócio-histórico familiar e o perfil psicológico da

criança. A criação da atividade de intervenção deve ser voltada especificamente à criança, sendo passível de adaptações no decorrer do processo.

Faz-se importante ressaltar, novamente, a importância da participação da família em todo o processo de intervenção; pois o apoio e dedicação encontrados no núcleo familiar em questão, fez-se indispensável ao sucesso da atividade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, pg 20.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, pg 73.

CERMAK, S. A., CURTIN, C., & BANDINI, L. G. (2010). Food selectivity and sensory sensitivity in children with autism spectrum disorders. **Journal of the American Dietetic Association**, *110*(2), 238–246. http://doi.org/10.1016/j.jada.2009.10.032.

MENDES, Maria Aline Silva. **A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS**. 2015. 55 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Cap. 1.

NUNES, Daniella Carla Santos. **O pedagogo na educação da criança autista**. Publicado em 07 de fevereiro de 2008. Disponível em: http://www.webartigos.com/ articles/4113/1/O-Pedagogo-Na-Educacao-Da-Crianca-Autista/pagina1.html. Acesso em: 25 de outubro de 2020 às 16h25min.

PIAGET, J. (1946) **A formação do símbolo na criança**: Imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Tradução de Álvaro Cabral e Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Piaget, Julgamento mora.

SALDANHA, Ana .E. **O jogo em crianças autistas**. Lisboa: Coisa de Ler, 2014.

SANTOS, Cristiane Fontes dos. **O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS**. 2012. 12 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Márcia Fernandes Borges da. Diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista - TEA Definição de critérios e considerações sobre a prática. **Ipog - Especialize**, Florianópolis, v. 15, n. 9, p. 1-15, 21 ago. 2017. Disponível em: https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/marcia-fernandes-borges--da-silva-psflo002-1211541.pdf. Acesso em: 07 out. 2020.

SPROVIERI, M. Família, autismo e sociedade. In: ASSUMPÇÃO, F. SCHWARTZMAN, J. **Autismo Infantil**. São Paulo: Memnon, 1995. p. 264-276.

VIGOTSKI, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

ZEPPELINI, Beatriz. **Como jogos online estimulam o desenvolvimento de uma criança autista?** 2020. Disponível em: https://jadeautism.com/jogos-para-criancas-autistas/. Acesso em: 11 out. 2020.

INSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO E ALGUNS CASOS ABRANGENTES

Deivis Kappes
Metrando em Economia
http://lattes.cnpq.br/2683389001658368
deiviskappes.dk@gmail.com

Orientador: Otávio Camargo Augusto Conceição

RESUMO: O institucionalismo é uma abordagem pluralista, o que à torna essencial para o debate econômico, dado seu caráter conservador. No entanto ainda é um campo muito incipiente, com algumas formulações teóricas importantes de autores citados no texto e carece de um modelo formal, o que o deixa a margem do mainstream. As ideias que são debatidas resgatam o antigo institucionalismo de Veblen, Commons e Mitchel e dialogam com outras abordagens da economia, bem como outros campos de estudo, dado seu caráter interdisciplinar. O institucionalismo aqui apresentado se opõe fortemente a teoria neoclássica, que centra no mercado e coloca as instituições na margem, como um "ruído".

Palavras-chave: Institucionalismo; Economia; Mercado

1 INTRODUÇÃO

A abordagem institucionalista da economia é um campo fértil e que tem atraído muitos entusiastas. Chama a atenção pela amplitude e multidisciplinariedade dos temas pesquisados, sendo o arranjo institucional relevante para determinar a performance socioeconômica dos países. Apesar do entusiasmo, os pesquisadores têm se deparado com inúmeras dificuldades na forma de abordar as teorias e principalmente na modelagem das variáveis. Esta dificuldade decorre de problemas para quantificar a maior parte das variáveis que são consideradas centrais no campo, como qualidade da educação, independência dos poderes, fiscalização de abusos de poder de mercado, liberdade, representatividade democrática, etc. Nas últimas décadas do século passado, a vertente institucionalista da Nova Economia Institucional (NEI) foi preponderante, muito em função da sua proximidade com o *mainstream.* Recentemente outra abordagem, mais próxima do antigo institucionalismo vebleniano tem se destacado, muito em função das incongruências do *mainstream* para explicar a realidade.

Daron Acemoglu é um autor que tem se destacado nesta área. Apesar de ter se inspirado em autores da NEI, como Douglas North; introduz novas perspectivas acerca dos desenvolvimentos institucionais ao longo de toda a história da humanidade. Enquanto a NEI enfatiza a preponderância de determinadas instituições para a prosperidade, os trabalhos que emergem da vertente mais heterodoxa se conectam com a economia política, destacando que as instituições econômicas que prevalecem são resultado das forças políticas em ação, que por sua vez determinam as instituições políticas (Acemoglu, 2005). Diferentemente do *mainstream*, que defende as instituições liberais que emergiram a partir da década de 1980, aqui a ênfase não está em um receituário institucional como recomenda a ortodoxia. Os arranjos variam de acordo com período históricos, contextos regionais, culturais, étnicos e geopolíticos. As análises atribuem maior relevância na inclusão política das classes, com menor concentração do poder político e econômico.

Outro autor que tem progredido nesta abordagem é Há-Joon Chang. Em sua obra *Institutional Change and Economic Development,* de 2007, Chang tenta sumarizar os desenvolvimentos no campo institucionalista e ressalta que, apesar de um número limitado de instituições formais serem reconhecidas como fundamentais (banco central, governança corporativa...), muitas dúvidas surgem em como estruturar uma instituição. Exemplos históricos mostram que as especificidades variam

enormemente, combinando infindáveis instrumentos importados do exterior com elementos locais da sociedade. Este trabalho tenta fazer uma síntese dos principais *insights* destes dois autores e apresentar algumas reflexões acerca das instituições formais do mundo no presente.

2 MÉTODOS E FOCO ANALÍTICO

As dificuldades encontradas pela economia institucional começam já no nível mais elementar, que é a definição do conceito. Chang categoriza as instituições como formais ou informais. As formais são as "regras do jogo", como governos, legislação, autarquias, o banco central, etc. As instituições informais são representadas por normas não codificadas de conduta, como o comportamento, a vestimenta para determinadas ocasiões e formas de pensamento em geral no que concerne o comportamento social. Para a NEI o que importa são as instituições formais, sendo as informais muitas vezes nem consideradas como tal. No entanto as diferenças culturais podem fazer com que instituições que funcionam em certos lugares, podem não se enquadrarem nas normas informais de um povo diferente. Um exemplo é caso se implemente o Imposto sobre Valor Agregado em um país onde as pessoas não têm o hábito de pedir ou emitir recibos transacionais (Chang, 2007). A fiscalização do contribuinte se torna inviável em função de um costume do povo.

A construção teórica do autor começa a partir da análise das formas e funções das instituições. Três funções chave são consideradas: i) coordenação e administração; ii) inovação e aprendizado e iii) redistribuição de renda e inclusão social (Chang, 2007). Apesar disso, aponta, é possível incluir mais funções; como a promoção de investimentos produtivos e o desenvolvimento de capacidades humanas, pela abordagem de Amartya Sen. Também considera analisar categorias mais concretas; como o Banco Central ou a elaboração orçamentária. De qualquer forma, a separação entre funções e formas também não é simples de ser determinada. Uma instituição pode servir (e normalmente serve) para mais do que uma função, assim como muitas instituições podem servir para a mesma função, ou ainda estas atribuições variarem entre as sociedades e períodos históricos. Esta abordagem se distingue do *mainstream* institucionalista, que prega uma padronização mundial dos desenhos, formas e funções que as nações deveriam adotar. De acordo com a escola ortodoxa, as economias alcançarão maior produtividade e bem-estar adotando as instituições que prevalecem hoje em grande parte dos países avançados, ainda que estes tenham se in-

dustrializado paralelamente a uma estrutura institucional distinta em muitos aspectos. O que se questiona aqui é relação de causalidade, na qual para a abordagem heterodoxa ocorre da estrutura produtiva para as instituições. Assim, as instituições "certas" se configuram como "país-específicas".

2.1 NEI e os direitos de propriedade

A grande ênfase da NEI, corrente que o *mainstream* adotou, está nos direitos de propriedade. Há amplo reconhecimento na academia que a capacidade do estado em garantir direitos de propriedade estimula investimentos produtivos, uma vez que os agentes acreditam que usufruirão dos frutos dos investimentos, sem riscos de expropriação ou mesmo de invasão, muito recorrente em países da África que experimentam uma guerra civil. Ainda assim, é necessário encontrar um equilíbrio. Em um país que a propriedade da terra é concentrada nas mãos de poucos grandes latifundiários e a maior parte da população detém apenas sua força de trabalho, não parece que manter a estrutura fundiária deveria ser defendia a qualquer custo. Vejamos agora algumas fraquezas conceituais, teóricas e empíricas do "reducionismo" que a abordagem dos direitos de propriedade têm se deparado.

Não parece apropriado agregar a análise em uma categoria cheia chamada "direitos de propriedade" como um todo. O sistema de direitos de propriedade constitui uma vasta quantidade de instituições. Alguns exemplos são: direito fundiário, direito urbanístico, direito tributário, direito sucessório, direito contratual, direito societário, direito de falência e direito de propriedade intelectual, citando os mais importantes. Dessa forma, os pesquisadores se deparam com problemas de mensuração da qualidade dos direitos de propriedade. Foram criados diversos indicadores com a finalidade de fazer uma mensuração adequada, no entanto ainda não há um que seja amplamente reconhecido, dadas as diferenças metodológicas, como ênfase; aspectos culturais e conjunturais. Os indicadores mais utilizados são elaborado por institutos multilaterais, como o Banco Mundial ou grandes bancos de investimento.

2.2 Abordagem alternativa dos direitos de propriedade

Os trabalhos de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) e Mahoney (2003) oferecem uma alternativa de o que seriam "bons direitos de propriedade". Em síntese, os estudos encontram que a função chave das institui-

ções políticas responsáveis pela propriedade privada, se tratando de buscar o desenvolvimento, deve impedir ou desencorajar que as elites capturem uma parcela desproporcional dos ativos nacionais para benefício próprio. No livro de Chang, Peter Evans afirma que esta proposição sugere cinco pontos focais: o que determina a racionalidade coletiva e as preferências políticas das elites? O que determina o equilíbrio entre o exercício do aparato coercitivo do estado e seu papel no investimento em bens coletivos? Quais possibilidades de mobilização e acesso ao poder do estado as instituições oferecem aos indivíduos não pertencentes a elite? Quais circunstancias históricas tornam estas opções de escolhas políticas disponíveis e quais circunstâncias aumentam o peso de legados institucionais anteriores? E por último, assinala que nada disto pode ser analisado simplesmente em termos da realização instrumental de objetivos e interesses dados como certo. As instituições levam os indivíduos e sociedades a buscarem novos objetivos e possibilitar a realização de metas e valores já estabelecidos.

A propensão das elites em usar os ativos para benefício próprio depende de sua percepção compartilhada de que esta é uma prática viável tanto em termos de poder político relativo de competidores dos não elites, como necessário para garantir a ordem e manter o status político dominante. Dessa forma, as decisões da elite no que concerne os ativos nacionais tem fortes implicações no caráter das instituições do estado. O uso dos recursos para benefício próprio tende a andar junto com o âmbito coercitivo do estado. Assumindo que a provisão de infraestrutura pública é um elemento fundamental para o desenvolvimento que antagoniza com os benefícios da elite, então esta adotara estratégias de forma a acumular capacidade coercitiva estatal. O foco político da abordagem institucionalista estendida é bem diferente da antiga versão dos direitos de propriedade no que concerne os indivíduos que não fazem parte da elite. Aqui, ao invés de as mobilizações populares ameaçarem os direitos de propriedade, tornam-se uma verificação fundamental da excessiva apropriação de ativos pela elite quanto da acumulação de capacidade coercitiva. Historicamente, a maior parte do hemisfério sul tem raízes coloniais, que hoje em dia ainda se reflete nas instituições extrativas, com poder concentrado e se materializando como um obstáculo ao desenvolvimento.

3 BREVE ENSAIO ACERCA DE DUAS DAS INSTITUIÇÕES CONCRETAS DO PRESENTE

3.1 Burocracia moderna

Max Weber foi o primeiro e mais notório autor a abordar a formação da burocracia moderna. Esta forma de execução da atividade pública evoluiu em uma tendência de "profissionalização", de modo que os indivíduos que servem ao estado passam a ter contratos com funções bem definidas, capacidades técnicas comprovadas e condizentes com seu papel e são selecionados pelo "mérito". A burocracia moderna contrasta com as formas prévias de administração pública, nas quais os funcionários eram muitas vezes escolhidos a dedo pelas autoridades políticas, servindo a interesses próprios sem nenhum pudor. As instituições hereditárias favoreciam a antiga forma de controle estatal, onde os nobres e grandes proprietários detinham poder desproporcionalmente concentrado. Weber temia que o constante ganho de eficiência poderia levar a uma "desumanização" dos agentes do estado. Na verdade as características típicas da burocracia moderna não são um fenômeno exclusivo da esfera do estado, sendo observado também na igreja, nas forças militares, nos partidos políticos, nas universidade e também nos negócios privados. Podemos traçar um elo entre a visão de Weber e a proposição de Acemoglu, Johnson e Robinson; de que os "bons direitos de propriedade" dependem da capacidade do estado de desencorajar a captura dos ativos nacionais pelas elites para benefício próprio, de modo que a burocracia moderna tem efeitos práticos de redistribuir o poder político e legal.

Um dos problemas da análise weberiana é a sua confiança de que os motivos pessoais e as atitudes dos oficiais do estado podem ser totalmente alinhadas ao comportamento requerido pelos respectivos cargos formais. Dessa forma, Weber assume que a distribuição de poder na hierarquia oficial se tornaria idêntica a delegação de autoridade. Em outras palavras, que um oficial relativamente em cima na hierarquia teria mais poder e capacitações proporcionalmente ao oficial logo abaixo. O institucionalismo moderno adota a teoria do "principal-agent", para refutar essa tese. O argumento aqui é que o oficial superior na hierarquia (principal) tem motivações e preferências diferentes do oficial inferior (agent). Muitas vezes o agente tem mais informações e competências para exercer as atribuições de seu cargo de modo mais eficiente. Assim, na prática o poder depende de acesso a informações, do controle de incentivos e de habilidades para ser exercido.

Ainda que tenha sido um fenômeno que ocorreu de forma paralela em várias partes do mundo, verifica-se muito mais particularidades do que padrões nos caminhos e processos dos estados, desde sua gênese, estruturas e habilidades, rumo ao que conhecemos como burocracia moderna, de modo que a caracterização anterior fornece apenas uma modesta perspicácia. Os estudos de caso apresentados no livro do Chang, que examinam as particularidades dos casos prussiano, britânico, japonês e americano; confirmam que uma questão crítica se refere ao caminho percorrido até a democracia e como o sistema político responde e interage com as pressões sociais que emergem. Os grupos que compõem a sociedade, bem como a estrutura e divisão da atividade econômica, distribuição e o histórico das relações sociais, formam um quadro específico de cada sociedade. Os resultados são produto da interação do poder político com estes fatores. As pressões por reformas democráticas trazem à agenda política pautas em favor de uma distribuição de renda e riqueza mais igualitária, sendo que se a elite política não se mostra disposta a atender as demandas, verá sua legitimidade e seu poder erodir, endossando a incerteza que permeia a sociedade.

3.2 Banco Central

O debate sobre a organização do sistema monetário e financeiro, tanto no âmbito doméstico como internacional, sempre é controverso. Historicamente, o debate em torno do papel do banco central têm contrapondo o papel desenvolvimentista do objetivo de estabilização. Em 1989 economistas das principais instituições financeiras do planeta, com liderança do FMI, realizaram um encontro que ficou conhecido como "Consenso de Washington", no qual recomendavam as medidas "ideais" de política econômica que os países deveriam adotar para ter boa performance macroeconômica, particularmente os países que buscam o desenvolvimento econômico. Este que se tornara a cristalização do neoliberalismo no mundo, recebeu todo o tipo de críticas do pensamento heterodoxo, mas o mais notável sem dúvida se refere ao fato de que os países de alta renda hoje, ao longo da sua história nunca sequer adotaram, até então, estas diretrizes ditas liberais. Chang explora esta tese em seu livro "Chutando a Escada".

No que tange a atuação dos bancos centrais nacionais, a recomendação foi de que se preocupassem exclusivamente com a estabilidade de suas respectivas moedas, que se materializa no nível geral de preços. Para isto foram estipuladas as seguintes diretrizes: (1) independência da autori-

dade monetária, (2) adoção formal de metas de inflação como prioridade e (3) uso de métodos indiretos de política monetária (tais como a taxa básica de juros). Na prática isso restringe enormemente o escopo de atuação do banco central. O ponto (1) implica que a instituição deve ser isenta de pressões governamentais, impedindo seu uso político e para o financiamento dos déficits. O foco na inflação implica que as medidas tomadas não devem ser usada para gerar emprego, apoiar setores específicos e se meter em questões sociais como empréstimos subsidiados para moradia popular por exemplo. O ponto (3) proíbe o uso de instrumentos "ruins", como intervenção no mercado de câmbio, controle do fluxo de capitais, taxas subsidiadas para fins específicos e regulamentações sobre o crédito.

A despeito disso, a maior parte dos bancos centrais do mundo desenvolvido evoluíram a partir de bancos privados. O Banco da Inglaterra é um caso clássico que ilustra este fenômeno, que foi estreitando seus laços com o governo, à medida que este precisava financiar suas despesas de guerras. Em troca, o governo fornecia privilégios ao banco, destacando-se o monopólio de emissões da moeda. Sendo assim, historicamente os bancos centrais assumiram papel muito mais amplo na sociedade. Os seguintes papéis são apontados por muitos historiadores como característicos de bancos centrais: (1) unificação e emissão das notas bancárias, (2) atuar como banco do governo, (3) atuar como o "banco dos bancos", (4) servir como financiador de última instância do sistema financeiro, (5) executar a política monetária em ordem de gerenciar a taxa de câmbio e o nível de preços, (6) executar a política monetária de modo a administrar o nível de atividade como um todo e (7) alocar o crédito para promover interesses nacionais.

Em um nível mais abstrato, Gerald Epstein considera ao menos três outros papéis inerentes à atividade dos bancos centrais. Um deles é o papel distributivo, com suas políticas tendo impactos diferentes entre diversas classes e grupos, como: trabalhadores e capitalistas, credores e devedores, setor produtivo e setor financeiro, operações de bens comercializáveis e não comercializáveis com o exterior. Outro é seu papel político, sendo a defesa dos liberais pela independência do banco central uma de suas bandeiras, com foco na inflação, o que em tese impediria seu uso para benefícios políticos. O problema é que os efeitos da execução das funções delegadas à autoridade monetária são muito mais amplos do que isso. Recentemente, bancos centrai do ocidente tem alinhados suas atividades aos interesses financeiros externos, enquanto bancos centrais de países como a China por exemplo, está muito mais alinhado ao "interesse nacional". O terceiro é seu papel alocativo, que atinge diferentemente a lucratividade e

acesso a crédito de diferentes empresas e setores. Aqui pode-se destacar o fomento a atividades estratégicas, com interesses nacionais, por exemplo.

No período após a Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, quando o mundo presenciou um crescimento virtuoso, os bancos centrais tanto do mundo desenvolvido como em desenvolvimento foram utilizados na gestão da política econômica. Particularmente no mundo subdesenvolvido e inclusive encorajados pelo Federal Reserve, foram executados diversos planos de desenvolvimento pelo governo, com o banco central alinhado e servindo de tutela para acomodar as políticas desenvolvimentistas. Grandes aportes de recursos em bancos nacionais de desenvolvimento foram realizados. Estes aportes eram destinados ao financiamento de atividades de longo prazo, como a infraestrutura e a indústria pesada, algo que o setor financeiro tradicional não tinha capacidade e tampouco interesse em financiar, dado os grandes riscos e incertezas, já que praticamente seriam responsáveis por construir um país do zero. Na Ásia o Banco do Japão foi bem sucedido, junto com uma coordenação de vários atores, em alcançar o desenvolvimento, tendo inclusive um papel geopolítico de internacionalização do iene, gerando um breve desafio ao poder do dólar.

4 CONCLUSÃO

O institucionalismo é uma abordagem pluralista, o que à torna essencial para o debate econômico, dado seu caráter conservador. No entanto ainda é um campo muito incipiente, com algumas formulações teóricas importantes de autores citados no texto e carece de um modelo formal, o que o deixa a margem do *mainstream.* As ideias que são debatidas resgatam o antigo institucionalismo de Veblen, Commons e Mitchel e dialogam com outras abordagens da economia, bem como outros campos de estudo, dado seu caráter interdisciplinar. O institucionalismo aqui apresentado se opõe fortemente a teoria neoclássica, que centra no mercado e coloca as instituições na margem, como um "ruído". Na verdade, o próprio mercado é uma instituição, que sofreu suas transformações e esteve presente em diversas sociedades, porém não podemos estabelecer leis universais de funcionamento do mecanismo de mercado baseado nas ciências da natureza, das quais o *mainstream* se inspira. Dentro do mundo da economia neoclássica se advoga pelo liberalismo, com base na flexibilidade dos preços, porém esta tese esbarra na própria rigidez dos modelos. Assim, o institucionalismo traz de volta ao debate abordagens políticas, dado sua inseparabilidade com a economia, além de ressaltar valores culturais, étnicos e religiosos na determinação da performance econômica.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron. 2005. Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth. Handbook of Economic Growth, Volume 1A. Edited by Philippe Aghion and Steven N. Durlauf © 2005 Elsevier B.V.

Acemoglu, D., Johnson, S. and Robinson, J. 2001. 'Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution', NBER Working Paper 8460.

Mahoney, J. 2001. Legacies of Liberalism: Path Dependence and Political Regimes in Central America, Baltimore MD: Johns Hopkins University Press.

Mahoney, J. 2003. 'Long-Run Development and the Legacy of Colonialism in Spanish America', American Journal of Sociology, 109: 50–106.

Ha-Joon Chang Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Unesp.

Ha-Joon Chang. Institutional Change and Economic Development. United Nations University Press.

EXCEÇÃO ROMEU E JULIETA: PRESUNÇÃO DE ESTUPRO OU RELAÇÃO CONSENTIDA?

Rebeca de Magalhães Melo
Mestra em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios
http://lattes.cnpq.br/4008629084293971
rebecamelomagalhaes@gmail.com

Kely Priscilla Gomes Freitas Brasil
Mestranda em Direito
http://lattes.cnpq.br/8531297790819832
kelybrasiladv@hotmail.com

Tibério Leonardo Guitton
Doutor em ciências ambientais e florestais
http://lattes.cnpq.br/0555241363734378
guittonxxi@yahoo.com.br

RESUMO: A lei 12.015/09 traz novos tipos penais e sua aplicação é uma necessidade social. O Código Penal no art. 217-A. preceitua" Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos". Essa presunção de estupro em relação a menores de 14 anos é absoluta. Entretanto a lei não prevê a situação de namoro em que tenham relação menores de 14 anos. Nessa hipótese, a relação consentida entre adolescentes é denominada exceção Romeu e Julieta, mas essa previsão não existe na lei brasileira. Ressalte-se que idade não reflete a maturidade e os aspectos materiais devem ser consideradas na aplicação da lei penal porque nessa situação embora haja a tipicidade formal deve haver exclusão da tipicidade mate-

rial. Assim, no presente artigo será analisado a possibilidade de aplicação na legislação brasileira de legislação estrangeira de modo a sanar vícios e controvérsias geradas pela legislação nacionais nos crimes sexuais.

Palavras-chave: Crimes sexuais; Exceção romeu e julieta; Tipos penais; Atipicidade material.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por escopo examinar os crimes sexuais cometidos entre vulneráveis menores de 14 anos de modo a verificar a possibilidade de aplicação da Exceção de Romeu e Julieta no ordenamento jurídico pátrio. Assim, diante da controvérsia doutrinária e jurisprudencial em face do caso concreto será analisado se há necessidade de mitigação da presunção absoluta nessa hipótese.

O assunto é de alta relevância social porque a Exceção Romeu e Julieta é um instrumento de defesa *juris tantum* considerando a sua aplicabilidade no caso concreto, em vista de poder mitigar a presunção absoluta do crime de estupro de vulneráveis disposta no art. 217, A do Código Penal e reforçada pela Súmula 593 do STJ, in verbis:

> Súmula. Súmula 593 do STJ – " O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, **sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente."(grifo nosso)**

De acordo com o entendimento acima transcrito mesmo que haja consentimento da vítima, ou que tenha experiência anterior e haja relacionamento amoroso com o agente haverá o crime. Mas, nada foi falado quando o agressor e vítima são menores de 14 anos. Não nos parece razoável que nessas situações sejam acusados de ato infracional análogo ao estupro de vulnerável um menor de 14 anos ante uma relação sexual consentida com sua namorada. Cabe aí uma reflexão a necessidade de readequação da norma aos fatos.

O Código Penal prevê:

> 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

O art. 217-A prevê uma pena mínima de 8 anos e máxima de 15 anos, verificamos que a penalidade é por ter conjunção carnal com menores de 14 anos. Essa conduta caracteriza estupro de vulnerável, mas e quando a vítima também é vulnerável? Inicialmente o Estatuto da Criança e Adolescente encaminha medidas socioeducativas, o que, nesse caso, caberia a ambos menores envolvidos. A lei não previu essa hipótese e entendemos que no julgamento do caso concreto deve-se considerar a exclusão da tipicidade material em vista da exceção Romeu e Julieta.

Em regra, não há exceção no reconhecimento do fato típico quando a vítima é menor de 14 anos mantém relação sexual:

> Recurso repetitivo
> Tema 1.121/STJ – "Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a desclassificação para o delito de importunação sexual (art. 215-A do CP)." REsp 1959697/SC, REsp 1957637/MG,REsp 1958862/MG eREsp 1954997/SC

Estupro de vulnerável – violência presumida

> "3. Não é possível a desclassificação do crime de estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, do CP, para o de importunação sexual, previsto no art. 215-A, do CP, dentre outras razões, por inadequação típica, haja vista a presunção absoluta de violência em casos de prática de conjunção carnal ou ato libidinoso diverso com pessoa menor de quatorze anos de idade. Precedentes do STJ (Tema nº 1.121)." Acórdão 1631133,00076013420188070009, Relator: JESUINO RISSATO, Terceira Turma Criminal, data de julgamento: 20/10/2022, publicado no PJe: 8/11/2022.
> Estupro de vulnerável - irrelevância do consentimento da vítima - presunção absoluta de violência
> "3. Para a caracterização do delito de estupro de vulnerável, é irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, haja vista a presunção absoluta da violência em casos da prática de conjunção carnal ou ato libidinoso diverso com pessoa menor de 14

> anos, que não detém a maturidade necessária para o envolvimento afetivo-sexual, daí porque a violência é presumida, sendo o consentimento inválido. 4. A mera alegação do requerente de que acreditava que a menor, sua enteada, possuía 16 anos à época dos fatos é inapta, por si só, a configurar erro de tipo inevitável, que tornaria a conduta atípica, especialmente em razão do vínculo familiar."
> Acórdão 1396566, 07332135220218070000, Relator: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR, Revisor: JAIR SOARES, Câmara Criminal, data de julgamento: 2/2/2022, publicado no PJe: 11/2/2022.
> Estupro de vulnerável - desclassificação para importunação sexual - observância do princípio da especialidade
> "2. Como é cediço, ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte Superior consolidaram a jurisprudência no sentido da impossibilidade de desclassificação da figura do estupro de vulnerável para o crime de importunação sexual, na medida em que o tipo penal previsto no art. 215-A do Código Penal, é praticado sem violência ou grave ameaça, ao passo que o delito imputado ao recorrente (art. 217-A do Código Penal) inclui a presunção absoluta de violência ou grave ameaça, por se tratar de vítima menor de 14 anos de idade, devendo ser observado o princípio da especialidade."
> AgRg nos EDcl no AREsp 1923215/AM, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 26/4/2022, DJe de 29/4/2022.

Como vimos na jurisprudência selecionada o consentimento da vítima não tem o condão de afastar a tipicidade. Esse fato se deve porque a lei entende que a pessoa menor de 14 anos não tem maturidade suficiente para consentir validamente. Mas, e quando ambos são menores de 14 anos? Seria razoável que haja a acusação de estupro? Seria o caso de estupro bilateral?

DA VULNERABILIDADE NO ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente definiu para fins da legais não só a vulnerabilidade quanto o conceito de ato infracional.

O ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal, consoante o art. 103 do ECA. Dispõe o Art. 27:

> Art. 27: "Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

Por sua vez, o ECA define que a vulnerabilidade absoluta é para os menores de 12 anos. Logo, ao comparar o Estatuto da Criança e Adolescente é possível notar que há uma divergência jurídica quanto à vulnerabilidade absoluta nesta lei diante da legislação penal, cujo para fins de crimes sexuais taxou a vulnerabilidade a partir de 14 anos.

EXCEÇÃO ROMEU E JULIETA

A Exceção de Romeu e Julieta, como é tradicionalmente dissertada no ordenamento pátrio, pode ser uma proteção ao relacionamento consensual entre menores com um pífio diferencial etário. Derivada do ordenamento jurídico estrangeiro inspirado na obra teatral de Willian Shakespeare, na qual Julieta, menor de 14 anos, desfrutava de um romance com um jovem chamado Romeu, que tinha 17 anos.

Saraiva afirma:

> "Se a legislação brasileira reconhece a condição de adolescente desde os doze anos de idade, permite viajar desacompanhado por todo o território nacional, autoriza sua privação de liberdade na hipótese de autoria de um delito, além de diversas outras prerrogativas, como o direito de ser ouvido e sua palavra considerada, exagera a norma em fixar 14 anos e não 12 a idade limite, ao menos sem estabelecer uma regra como a exceção Romeu e Julita. (SARAIVA, 2010)

A aplicação do conceito da exceção Romeu e Julieta consiste na desconstrução da tipicidade material quando existente as relações consentidas entre adolescentes cuja a idade diferencial não seja longínqua. E para tanto analisamos recente julgado do STJ sobre o tema. Trata-se do AREsp 2350522, cujo acórdão foi provido nos seguintes termos:

> "APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ART. 217-A, DO CÓDIGO PENAL - RECURSO INTERPOSTO PELA DEFESA - TESE DE ATIPICIDADE DA CONDUTA EM RAZÃO DO CONSENTIMENTO DA VÍTIMA E DO CONHECIMENTO DO FATO PELOS GENITORES DESTA - ACOLHIMENTO - APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO ROMEU E JULIETA (ROMEO AND JULIET LAW) - DIFERENÇA PEQUENA ENTRE

> A IDADE DA VÍTIMA (13 ANOS) E DO RÉU (18 ANOS) NA DATA DO FATO - RELACIONAMENTO AMOROSO HAVIDO ENTRE AS PARTES - VÍTIMA E RÉU QUE CONVIVERAM COMO SE CASADOS FOSSEM NA CASA DOS PAIS DESTE, SOB O CONSENTIMENTO DE AMBOS - PAIS DA VÍTIMA QUE TINHAM CONHECIMENTO DA RELAÇÃO AMOROSA, INCLUSIVE NÃO SE OPUSERAM AO FATO DE A MENOR IR CONVIVER COM O ACUSADO - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE - IRRELEVÂNCIA SOCIAL DO FATO - ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Cabe observar alguns fundamentos na ementa que permitem traçar pontos de similitude da aplicação da exceção Romeu e Julieta, com fundamento para o reconhecimento da conduta atípica, em relações sexuais consentidas e decorrente de namoro entre menores de 14 anos, e o lapso de diferença de idade seja menor que 5 (cinco) anos, quando tal entendimento for deduzido das circunstâncias do caso concreto.

Conforme apontado no próprio julgado não se pode simplesmente aplicar a subsunção do fato à norma sem análise do caso concreto, porque se por um lado não se recomenda que o menor desperte a libido em idade de formação enquanto ser, não se pode negar a realidade, com base nas circunstâncias de fato, que a convivência marital entre adolescentes é uma realidade, e, muitas vezes, corroborada pelos pais.

Nessas situações, não se demonstra razoável que a imposição do fato típico sendo o caso de aplicação da Exceção Romeu e Julieta considerando inclusive a irrelevância social do fato, aplicando-se o princípio da ofensividade.

CONCLUSÃO

Das breves linhas apontadas neste estudo é possível notar, que a lei penal e a jurisprudência caminham no sentido de endurecer o discurso quando se trata de crimes sexuais, considerando a vulnerabilidade da vítima.

Notamos que, em regra, o consentimento da vítima, por si só, não tem o condão de afastar a conduta típica. Porém, à luz de novos contextos sociais, analisar apenas o campo formal da subsunção da norma ao fato, pode não atender a finalidade de uma intepretação que garanta a integridade do direito enquanto equidade e justiça.

Isso porque há casos, em que o fato concreto demonstra que apontado agressor e vítima não só consentem entre si a pratica sexual como é uma realidade aceita entre a família; de mais a mais uma situação como está à luz de um critério unicamente formal culminaria na punição de ambos, mas na espécie seria um irrelevante social a partir da própria circunstância fática. Razão pela qual aplica o princípio da ofensividade pode ser a saída para afastar a tipicidade material e aplicar a Exceção Romeu e Julieta, nesses casos a punibilidade deve ser mitigada, pois não é razoável que um relacionamento entre dois adolescentes de idades próximas resulte numa acusação de estupro de vulnerável.

REFERÊNCIAS

FILHO, Ronisson Lima Cirino. **A exceção de Romeu e Julieta e a sua aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-excecao-de-romeu-e-julieta-e-a-sua-aplicabilidade-no-ordenamento-juridico-brasileiro/1821849923#:~:text=A%20Exce%C3%A7%C3%A3o%20de%20Romeu%20e%20Julieta%2C%20como%20%C3%A9%20tradicionalmente%20dissertada,com%20um%20p%C3%ADfio%20diferencial%20et%C3%A1rio. Acesso em 18/04/2024.

Acórdão 1631133,00076013420188070009, Relator: JESUINO RISSATO, Terceira Turma Criminal, data de julgamento: 20/10/2022, publicado no PJe: 8/11/2022.

AgRg nos EDcl no AREsp 1923215/AM, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 26/4/2022, DJe de 29/4/2022.

AREsp n. 2.350.522, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe de 20/12/2023. **Súmula 593** do STJ. **Código Penal**, art. 217-A.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil adolescente e ato infracional.** Porto Alegre-RS. Livraria do Advogado, 2010.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA E O PRECONCEITO NA ESCOLA: A PROPOSTA DE UMA REDE DISTRIBUÍDA

Sergio Fernandes Senna Pires
Doutor em Psicologia
https://lattes.cnpq.br/1997027402860999
sergio.senna.pires@gmail.com

RESUMO: Este estudo propõe uma estrutura de rede nacional e distribuída para enfrentar a violência e o preconceito nas escolas. Apresentamos a persistência histórica e a complexidade da violência, destacando os desafios apresentados por abordagens fragmentadas. Ao articular definições existentes de violência, definimos a violência como: (1) a expressão de desejos e decisões; (2) que explora e promove a assimetria entre sujeitos; (3) desrespeita normas e princípios fundamentais; e (4) potencialmente causa diversos danos. Defendemos a descentralização das ações de combate à violência por meio de uma topologia de rede distribuída, enfatizando a autonomia local para respostas ágeis e integradas ao contexto. A rede proposta consiste em cinco unidades: (1) o Centro Nacional de Coordenação da Política de Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola; (2) as Unidades de Políticas Públicas; (3) as Unidades de Referência Nacional; (4) as Unidades de Referência Local; e (5) as Unidades de Rede. Concluímos que essa estrutura melhora a tomada de decisão, a resiliência e a eficiência dos recursos, fortalecendo as iniciativas existentes no combate à violência.

Palavras-chave: Violência na escola; Preconceito na escola; Rede nacional de enfrentamento à violência e ao preconceito na escola.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tem por objetivo principal levantar elementos-chave para a criação de uma Rede de Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola, segundo o modelo distribuído. Para tanto, desenvolveremos alguns aspectos teóricos referentes à: (1) complexidade do fenômeno da violência; (2) necessidade de aprofundamento na compreensão da violência. Com base nesses elementos teóricos, faremos a apresentação de uma possível topologia para essa rede; das atribuições de suas unidades; das diretrizes para o seu funcionamento; das ideias iniciais para a realização de um projeto piloto e dos aspectos primordiais para a elaboração legislativa no tema.

Esse estudo é uma revisão e ampliação do estudo já pulicado e intitulado *Epistemological and legislative foundations for the creation of a national network to tackle violence and prejudice in schools*. Tal iniciativa, além de trazer mais detalhes e exemplos tem por objetivo principal comunicar as ideias em Língua Portuguesa, o que torna o conhecimento mais acessível no País.

2 A PERSISTÊNCIA DOS COMPORTAMENTOS VIOLENTOS AO LONGO DA HISTÓRIA

A violência é um fenômeno complexo e multifacetado cuja mitigação não tem sido bem-sucedida ao longo da história. O registro arqueológico do comportamento violento humano demonstra sua ubiquidade e persistência. A "Epopeia de Gilgamesh", datada de cerca de 2100 a.C., representa uma das obras literárias mais antigas que abordam temas de agressão e violência (DE MEDEIROS; DA SILVA COSTA; SILVA, 2023). Isso ilustra que a sociedade há muito tempo é palco de manifestações comportamentais violentas, revelando um padrão recorrente e estruturado que se estende por milênios.

Outro registro emblemático é o Papiro Edwin Smith, que, segundo Allen (2005), contém sistematicamente descrições documentadas de lesões causadas em batalhas e possíveis tratamentos. Este registro arqueológico não só destaca a presença da violência na história, mas também sublinha a preocupação com o entendimento e o enfrentamento das consequências do comportamento violento desde os tempos antigos.

Ainda mais antigos são os grafismos na área arqueológica da Serra da Capivara, no Piauí, Brasil, que revelam representações da violência humana em pinturas rupestres datadas de 12.000 a 6.000 anos atrás (SILVA; CISNEIROS, 2013). No campo da arqueologia, estudos realizados em restos humanos da Caverna de Shanidar, no Iraque, datados de 36.000 anos, sugerem ferimentos causados por lanças (CHURCHILL et al., 2009). Esses estudos também sugerem não apenas a ocorrência de violência interpessoal, mas também a existência de cuidados de saúde entre os humanos paleolíticos (SPIKINS et al., 2019). Essas evidências indicam que a violência e as medidas para lidar com suas consequências têm acompanhado a trajetória da humanidade desde seus estágios mais primordiais.

A existência desses registros ao longo da história revela a persistência, ubiquidade e universalidade do comportamento humano violento. Esses elementos convergem para a conclusão de que a violência é um fenômeno relacionado à existência humana, à forma como as pessoas estabelecem suas relações e aos meios pelos quais decidem alcançar seus objetivos. Portanto, compreender a violência é um desafio que ainda não conseguimos superar com sucesso. Nesse contexto, uma das questões cruciais é a dificuldade de definir o que realmente é a violência (PIRES, 2023a; SILVA, 2019), aspecto que desenvolveremos a seguir.

3 OS EFEITOS DA FRAGMENTAÇÃO CONCEITUAL NA COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA

As definições atuais e mais difundidas sobre a violência tendem a se ancorar em perspectivas jurídicas, enfocando aspectos legais dos comportamentos violentos e enfatizando os **tipos de danos** produzidos (RAMOS, 2021) e as suas decorrentes punições. Muito embora essas definições sejam importantes para a construção de bases legais e para a aplicação da justiça, sua utilização em outros contextos pode negligenciar nuances sociais, psicológicas e culturais que contribuem para a compreensão e para o **enfrentamento integral à violência**.

Além disso, a acentuada fragmentação pelos tipos de violência cria um desafio adicional: o isolamento analítico das categorias. Violência urbana, violência doméstica, violência de gênero, entre outras categorias, são frequentemente tratadas de maneira autônoma. Essa abordagem **dificulta a identificação de interconexões e padrões subjacentes que transcendem categorias específicas** (PIRES, 2023a).

Assim sendo, apesar de ser a principal escolha para fundamentar grande parte das iniciativas de enfrentamento à violência, essa abordagem prejudica a compreensão integral do fenômeno e a formulação de estratégias mais eficazes de prevenção e de intervenção. Para superar esse óbice, é crucial considerarmos novas dimensões da violência, reconhecendo-a como um fenômeno dinâmico e interconectado, que ocorre em um **ecossistema de significados, comportamentos e emoções** (PIRES, 2023b). Isso implica na elaboração de uma aproximação teórica que considere a flexibilidade e a adaptação como princípios basilares de seu enquadramento.

4 DA SALA DE AULA ÀS RUAS: A INTRINCADA RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA URBANA, FAMILIAR, DIGITAL E NA ESCOLA

Para tratarmos desse tema, o faremos por meio de um exemplo hipotético de uma escola inserida em um território conflagrado e dominado por uma facção do crime organizado. A violência, nesse contexto, revela uma intrincada teia de conexões. Consideremos que essa escola está situada em uma área onde a facção recruta adolescentes para comercializar substâncias ilícitas no ambiente escolar e que tal violência não se limita a episódios isolados.

A presença e o domínio da facção criminosa não apenas instauram um clima de tensão, mas também transforma a própria concepção de escola. O ambiente educacional, ao invés de ser um refúgio para o aprendizado, torna-se um espaço propício para a condução de atividades ilegais, no qual uma das representações dos alunos, sob a ótica dos criminosos, é a de clientes ou de colaboradores em potencial.

Então, a complexidade do problema se estende à interação entre o tráfico de drogas e o ambiente escolar como um negócio (RIBEIRO et al., 2019). Para as facções criminosas, as atividades pedagógicas tornam-se secundárias, sendo o tempo escolar utilizado, estrategicamente, para recrutar usuários, comercializar e promover o consumo de substâncias proibidas, entre outras atividades de interesse. A escola, sob o ponto de vista dos criminosos, não é apenas um local de ensino, mas uma plataforma operacional para a exploração do mercado jovem e para a realização de transações ilícitas.

Nesse cenário, a falta de respeito aos professores, que em outro local poderia ser um problema pedagógico, pode ser entendida como uma estratégia intencional para favorecer os negócios da organização.

O desrespeito cria um ambiente tumultuado, gerando assimetrias de poder que favorecem as atividades violentas do tráfico de drogas. Ao minar a autoridade dos educadores, busca-se interromper as atividades didáticas e criar uma atmosfera propícia à clandestinidade, onde as operações criminosas podem ocorrer de maneira mais eficaz ao utilizar o tempo das aulas para a realização das mais variadas atividades ilícitas.

Sob o ponto de vista psicológico e das relações de poder, o desrespeito é uma forma de instilar, mobilizar e manter o medo como uma das principais emoções que regulam o comportamento. Em um cenário violento, torna-se um elemento essencial para criar e manter a forte assimetria entre os sujeitos, que é uma das condições básicas para a ocorrência da violência.

Ao lidar com essa realidade, é essencial reconhecer que as estratégias de intervenção devem ir além do escopo educacional (PIRES; BRANCO, 2023). É necessário, ainda, considerar que a temporalidade da vida escolar oferece oportunidades para o recrutamento, enquanto a estrutura escolar, ao reunir crianças e adolescentes todos os dias, em todo o território nacional, facilita as transações comerciais das organizações criminosas. Esse espaço é, então, por elas cobiçado (MEIRELES; MOREIRA; GUZZO, 2021).

Tais suposições se referem à realidade de certas populações e territórios e à crueldade e ao desrespeito inerente ao crime organizado. É importante enfatizar que, **de forma alguma**, o raciocínio aqui exposto deve servir de motivo para a **estigmatização** do espaço escolar, dos alunos ou dos profissionais da educação, sob qualquer ponto de vista. Realizamos a descrição de um cenário hipotético, mas plausível. Nosso objetivo é mostrar como **pessoas inescrupulosas** podem se aproveitar, de forma violenta, das estruturas e sistemas que estabelecemos para promover o desenvolvimento humano saudável.

Então, mantendo esses elementos em mente, a resposta eficaz à violência requer uma aproximação coordenada que envolva não apenas a instituição educacional, mas também as forças de segurança, autoridades locais e, principalmente, organizações comunitárias da população local. Somente por meio de esforços conjuntos e da compreensão abrangente do fenômeno, poderemos esperar desconstruir não apenas as manifestações diretas da violência, mas também as raízes sistêmicas que a perpetuam nesse e em outros contextos. Tal conclusão não é novidade e está proposta em diversos estudos. Resta-nos, então, levantar quais são as razões pelas quais as mudanças não ocorrem nessa direção.

Da mesma forma, esse raciocínio pode ser estendido para compreender fenômenos mais amplos de violência urbana ou até mesmo a propagação de violência mórbida e extrema nas escolas, conforme descrita por Vinha e Nunes (2020). Assim como no contexto escolar, a violência urbana muitas vezes transcende a ocorrência de eventos isolados, sendo perpetuada por fatores sistêmicos, como as desigualdades sociais, a falta de oportunidades econômicas e as deficiências nas políticas públicas de segurança.

A assimetria de poder, vista anteriormente no ambiente escolar, também se manifesta em áreas urbanas afetadas pela violência, onde certos grupos buscam estabelecer controle territorial para facilitar suas atividades ilícitas. De maneira análoga, na esfera digital, a disseminação de conteúdo violento e extremista, muitas vezes, é motivada pela busca de poder e influência, criando assim um ambiente propício para a propagação de ideologias nocivas e de *cyberbullying* (BOZZA; VINHA, 2023).

Diante dessas complexidades, abordar a violência, em todas essas dimensões, requer uma aproximação integrada e colaborativa que vá além das suas manifestações superficiais, visando desconstruir as estruturas subjacentes que alimentam e a mantém. Então, para ampliarmos a compreensão do fenômeno da violência é necessário utilizarmos referenciais teóricos avançados e igualmente complexos, o que veremos a seguir.

5 UMA NOVA DEFINIÇÃO PARA A VIOLÊNCIA

Ao considerar o comportamento humano, social e individual, como um sistema aberto e complexo, conforme anteriormente apresentado, percebemos que as interações entre os seus componentes são indissociáveis e, se isoladas, alteram significativamente o que deve ser compreendido e, consequentemente, a eficácia das propostas de enfrentamento à violência. A complexidade e a abertura desse sistema humano tornam-se evidentes diante dos princípios da equi e da multifinalidade (PIRES, 2023a). Fica igualmente clara a influência recíproca entre fatores sociais e as respostas individuais ao fenômeno da violência (PIRES, 2023b). Isso gera uma diversidade de situações que desafia as propostas baseadas na centralização.

Não é sem razão que as mais variadas iniciativas realizadas para o enfrentamento da violência, claramente, não vêm sendo bem-sucedidas durante as três últimas décadas. Nesse contexto, os princípios anteriormente apresentados oferecem um enquadramento conceitual robusto para a construção de um novo entendimento sobre a violência como um fenômeno dinâmico, interconectado e diversificado em suas causas e expressões.

Ao integrarmos essas perspectivas, podemos aplicar os seus princípios para desenvolver **estratégias de prevenção e intervenção** que se **reconfigurem** e que reconheçam a natureza multifacetada e adaptativa da violência, promovendo uma abordagem mais eficaz e contextualizada para lidar com esse desafio.

Na contramão desse raciocínio, boa parte do estudo acadêmico atual sobre a violência vem conduzindo o desenvolvimento de conceitos e à formulação de definições cada vez mais fragmentadas. Conceitos clássicos, como o proposto por Michauld (1989), por exemplo, que a define a violência como ações diretas ou indiretas destinadas a limitar, ferir ou destruir pessoas ou bens, foram criticados por sua limitação em abranger todas as dimensões da violência na escola, especialmente as mais subjetivas, como a psicológica, por exemplo.

A multiplicidade de definições adjetivadas da violência, apesar de sua utilidade em categorizações penais e diagnósticos clínicos, não necessariamente contribui para a eficácia dos programas e projetos de enfrentamento à violência, conforme apresentaremos mais adiante.

Entretanto, nossa intenção principal não é questionar a funcionalidade dessa fragmentação em modalidades, mas enfatizar a necessidade de integrar e articular diversos aspectos das definições tradicionais, e suas respectivas abordagens, para prover uma inteligibilidade mais profunda, efetiva e eficaz para o enfrentamento à violência no dia-a-dia.

Na busca da convergência de diversas definições tradicionais de violência, encontramos estudos como o de Minayo, Pinto e Silva (2022), entre outros (MICHAULD, 1989; KRUG, 2002; MINAYO; SOUZA, 2003), a partir dos quais podemos destacar elementos comuns às definições (PIRES, 2023c):

- **manifestações** de desejos, decisões e concepções pessoais ou coletivas;
- **expressões** por meio de comportamentos, ações ou omissões;
- envolvimento de **agentes**, como pessoas, grupos ou sistemas cibernéticos digitais;
- **pacientes**, que podem ser indivíduos, grupos, seres ou ambientes;
- relações de agente/paciente caracterizadas por **elevada assimetria**;
- **desrespeito** a normas e princípios fundamentais; e
- a presença do **potencial de dano**.

Esses elementos comuns proporcionam um ponto de partida para a compreensão da violência como o resultado da expressão de **processos decisórios intencionais, baseados em crenças, valores e emoções**.

Ao considerar a história como um guia, observamos que a persistência da violência exige essa análise multidimensional para abranger não apenas suas manifestações visíveis, mas também as nuances mais profundas que a orientam e que a mantém.

Então, sob essa ótica e sinteticamente, podemos definir a violência:

> *Como as formas comportamentais de expressão que pessoas, grupos ou sistemas cibernéticos digitais utilizam na tentativa de impor, assimetricamente, as suas decisões sobre outros, à revelia das convenções sociais, da legislação ou de valores universais, podendo causar algum tipo de dano individual ou coletivo*. (PIRES, 2023a, p. 8031)

Essa **definição sintetiza** as seguintes **ideias-chave**:

A violência é uma forma de expressão da imposição de desejos e decisões, nas quais a manifestação de poder e controle, não raras vezes, se sobrepõe à consideração das necessidades e direitos dos demais sujeitos. Sob essa ótica, ela pode ser considerada um atalho que alguém escolhe para não negociar e impor os seus desejos e as suas decisões (PIRES, 2023c). Por exemplo, a coerção verbal, em relacionamentos, pode ser uma expressão de desejo de controle, afetando a liberdade, a autonomia da vítima e demonstrando como a violência pode ser sutil e insidiosa.

A violência pressupõe forte assimetria entre os envolvidos, por meio da qual um detém poder sobre o outro. Essa influência pode se estabelecer em uma dimensão eminentemente psicológica e até imaginária, como no exemplo do desrespeito em sala de aula, anteriormente apresentado. Pode, ainda, ser obtida pelo uso de artefatos, como armas de fogo, por exemplo. A violência também possui uma dimensão recursiva ao fortalecer e manter essa assimetria, depois de estabelecida. O *bullying* escolar é um exemplo no qual um agressor exerce domínio sobre a vítima, seja por meio de força física, verbal ou social, evidenciando como a violência está vinculada às relações de poder desequilibradas (PANÚNCIO-PINTO; ALPES; COLARES, 2020).

A violência é o desrespeito a normas, regras, princípios ou valores fundamentais, sejam formais ou informais. Atos como o assédio sexual no ambiente de trabalho, por exemplo, violam normas éticas e regras de conduta, destacando como a violência, não raras vezes, ocor-

re quando as fronteiras morais são transgredidas. O desrespeito ao professor e aos colegas de aula, de forma geral, é outro exemplo de violação de regras básicas e informais de convivência.

A violência envolve o potencial de produzir dano, ainda que ele não ocorra de fato. O *bullying* online é um exemplo, onde ameaças ou difamações têm o potencial de causar danos emocionais e psicológicos, mesmo que não resultem em ferimentos físicos tangíveis. Nesse contexto específico, é importante destacar que o dano psicológico, por exemplo, depende dos processos de significação das vítimas. Expostos a ofensas verbais, por exemplo, efetivamente se autopercebem não ofendidos. Então, nem todos os indivíduos reconhecerão que houve dano, ainda que consideradas as mesmas condições.

Essa forma de conceber a violência passa a incluir, portanto, até mesmo as situações em que o dano não pode ser comprovado. A despeito de não se aplicar a toda e qualquer situação, a definição ampliada da violência incorpora, ainda, aspectos expressivos, relacionais, éticos e pode ser utilizada como ponto de partida para a elaboração de estratégias preventivas. Compreender a violência dessa maneira não apenas permite uma visão mais abrangente do fenômeno, mas também pode orientar a construção de ações e políticas que visam abordar suas raízes profundas e promover o estabelecimento de relações mais saudáveis e justas, em qualquer ambiente.

Além disso, valoriza-se a dimensão pessoal para o enfrentamento à violência, quando enfoca as decisões humanas como um ponto de controle importante para a interrupção do comportamento violento e, também, como uma das fontes da violência.

6 QUAIS SÃO AS RAZÕES PARA A ADOÇÃO DE UMA REDE DISTRIBUÍDA PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA?

O reconhecimento das multiformes dimensões da violência implica a adoção desse olhar crítico para além de suas definições e das tentativas de enfrentamento tradicionais. Conforme anteriormente visto, passa pela compreensão e pela sistematização dos processos sociais e psicológicos que estabelecem e mantêm a violência.

O enfrentamento à violência precisa de uma coordenação geral, mas o levantamento e a análise dos problemas, sob uma ótica sistêmica, só se torna possível em **nível local**, objetivo que pode ser atingido por uma estrutura de **rede distribuída**. A partir desse tipo de

compreensão mais profunda, capaz de considerar tanto as **similaridades** quanto as **distinções** dos problemas de violência enfrentados por diferentes populações, abre-se a possibilidade para a formulação de **políticas públicas mais eficazes e articuladas**.

Tal iniciativa permite a valorização, o financiamento e realização de muitas iniciativas que abordam uma multiplicidade de manifestações violentas, que variam desde problemas de convivência, violência por meio digital, violência mórbida até os ataques homicidas de que as escolas têm sido alvo. Nesse sentido, seria possível apoiar as ações que vêm sendo propostas em diversos estudos atuais (ALTENFELDER, 2019; COSTIN, 2020; MASCHIETTO; FERREIRA; CORTINHAS, 2022; NUNES; VINHA; CAMPOS, 2022; TOGNETTA, 2022; ABRAMOVAY et. al., 2023), financiando e aplicando as propostas nos contextos em que se julgasse que poderiam trazer a colaboração mais efetiva.

A criação dessa rede híbrida e flexível representa o reconhecimento de que a violência obedece aos princípios teóricos anteriormente apresentados, levando em consideração a sua persistência ao longo da história humana e a imensa diversidade de fatores que contribuem para sua manifestação.

Nesse contexto, a flexibilidade de uma rede distribuída permite uma adaptação dinâmica às nuances específicas de cada contexto, reconhecendo que as raízes, as manifestações e a dinâmica da violência **podem variar amplamente, ainda que mantendo um núcleo comum**.

A partir da compreensão das similaridades, é possível identificar padrões comuns que transcendem fronteiras geográficas e demográficas, permitindo a aplicação de estratégias amplas e colaborativas. Simultaneamente, ao considerar as distinções, é igualmente viável desenvolver abordagens específicas, culturalmente sensíveis e contextualizadas para cada realidade. De forma híbrida, **articulam-se,** assim, os aspectos **gerais e específicos para o enfrentamento à violência**.

Estudos atuais (LIMA; GUIMARÃES, 2019; MASCHIETTO, 2020; CALABRE, 2022; HEIDRICK, 2022) sugerem que a articulação em rede é um caminho promissor para o enfrentamento a problemas complexos.

No cenário da violência e do preconceito, defendemos que a eficácia das estratégias adotadas **depende da arquitetura da rede implementada**. Argumenta-se aqui que a adoção de uma topologia distribuída, em uma rede nacional, dedicada a apresentar alternativas para superar esses desafios, proporciona inúmeras vantagens. Essa abordagem distribuída promove uma descentralização do controle e da tomada de decisões, permitindo uma resposta mais ágil e adaptável, em diversas localidades.

Em nosso caso, ao se justapor os **equipamentos** das políticas públicas, tradicionalmente relacionadas ao enfrentamento à violência, às desigualdades e às necessidades coletivas, promove-se a integração das iniciativas dos órgãos **existentes**. Em vez de reinventar estruturas, a abordagem em rede **aproveita** as ações e recursos disponíveis, otimizando as suas ações. Além disso, a colaboração entre os diversos setores e a coordenação de esforços fortalecem as capacidades existentes, superando os desafios da fragmentação e da falta de integração presentes nas abordagens isoladas.

A articulação, em rede, dos equipamentos das políticas públicas cria uma sinergia que pode potencializar o impacto de suas intervenções. A implementação de medidas eficazes demanda uma compreensão profunda dos contextos locais, algo que a rede, ao englobar uma variedade de atores e perspectivas, está bem posicionada para oferecer. A integração também facilita a troca contínua de informações, boas práticas e lições aprendidas, promovendo uma aprendizagem coletiva e autopoiética.

Além disso, a resiliência e a tolerância a falhas são aprimoradas, pois a rede permanece robusta diante de contratempos localizados em determinado segmento de sua estrutura. Ao explorar esses aspectos, é possível compreender como a topologia distribuída emerge como uma **escolha estratégica** e eficaz na construção de uma rede nacional de enfrentamento à violência e ao preconceito. Todos esses aspectos colaboram para que a rede seja capaz de se **reconfigurar**, de forma ágil, para enfrentar os desafios apresentados pela multiplicidade dos territórios abrangidos e das populações a serem atendidas, como explicaremos a seguir.

7 COORDENAÇÃO LOCAL EFICIENTE: ALTERNATIVAS À DEPENDÊNCIA DA ESTRUTURA FEDERATIVA CENTRALIZADA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

A estrutura federativa brasileira, embora concebida para promover a autonomia dos entes federados, muitas vezes resulta em impactos irrefletidos sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência. Essa estrutura, fundamentada em uma **hierarquia implícita** entre os entes que a compõem, frequentemente coloca a expectativa da elaboração de soluções provenientes do Governo Federal. No entanto, esse modelo hierárquico informal, muitas vezes, se revela ineficiente diante da diversidade de desafios enfrentados por diferentes populações, em distintos territórios.

Nesse sentido, há estudos (D'ALBUQUERQUE; PALOTTI, 2021; ROSA, 2023; TEODÓSIO; RESENDE, 2020) que recomendam

essa reflexão e a adoção de medidas articuladoras e descentralizadoras na execução das ações das políticas públicas. Ao adotarmos uma abordagem de rede distribuída, é possível desafiar a prática cultural arraigada da centralização, buscando uma coordenação mais flexível e alinhada com as nuances regionais e locais.

Por exemplo, em um determinado território, a coordenação das ações de enfrentamento à violência poderia ser conduzida por um município, em vez de depender, exclusivamente, de uma instância estadual ou federal. Isso permitiria uma resposta mais ágil e adaptável, uma vez que as comunidades locais têm um entendimento mais próximo das peculiaridades e necessidades específicas das comunidades atendidas.

Isso representa uma mudança de paradigma que **reconhece a importância da flexibilidade e descentralização** na abordagem de desafios tão complexos quanto a violência. Entretanto, nem tudo são flores e devemos estar atentos a possíveis problemas advindos dessa descentralização, conforme apontado por Souza e Grim (2021).

8 MAXIMIZANDO RECURSOS, FORTALECENDO A COLABORAÇÃO: O POTENCIAL DA REDE DISTRIBUÍDA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Considerando o já apresentado, a arquitetura de rede distribuída oferece as seguintes vantagens: (1) abrangência para a tomada de decisão; (2) melhor resiliência e tolerância a falhas; (3) fluxo constante de informações; (4) melhor eficiência e economia de meios.

A seguir, explicamos cada uma dessas características de uma rede distribuída para o enfrentamento à violência.

Abrangência para a tomada de decisão. Em um cenário de enfrentamento à violência, a implementação de uma rede distribuída para a tomada de decisão pode ampliar significativamente a participação de diversas entidades, incluindo organizações, agências governamentais e comunidades. Ao conferir autonomia a cada entidade na rede e aos grupos que podem se formar, a tomada de decisões torna-se mais abrangente e contextualizada, permitindo respostas específicas a desafios locais e à atenção a populações específicas. A coordenação centralizada, no entanto, mantém-se presente para garantir a coesão e alinhamento estratégico, assegurando uma abordagem integrada no enfrentamento à violência.

Mais resiliência e tolerância a falhas. A transição para uma abordagem de rede distribuída no enfrentamento à violência visa **apri-**

morar a resiliência do sistema como um todo. Ao descentralizar as operações, a rede torna-se mais resistente a possíveis desafios enfrentados por organizações ou comunidades específicas. A compensação entre diferentes partes da rede em momentos de dificuldade mantém a eficácia global na resposta à violência, evitando a dependência excessiva de uma única fonte de controle, de financiamento e de produção do conhecimento.

Fluxo constante de informações. Ao adotar uma topologia distribuída, a comunicação entre as entidades na rede é facilitada, promovendo um fluxo colateral e constante de informações. A presença de uma coordenação central, nesse contexto, atua como facilitadora, garantindo a troca eficiente de dados e estratégias para lidar com situações de violência. Essa dinâmica colaborativa fortalece a capacidade de resposta rápida e adaptável diante de eventos emergenciais.

Melhor eficiência e economia de meios. A eficiência nas estratégias de enfrentamento à violência é aprimorada mediante a distribuição de responsabilidades entre os participantes da rede. A coordenação centralizada continua desempenhando um papel crucial, garantindo uma abordagem integrada, enquanto as entidades individuais mantêm a flexibilidade para agir conforme as necessidades locais. Essa descentralização não apenas otimiza a utilização de recursos, mas também promove a economia de meios ao adaptar estratégias de acordo com as particularidades de cada região ou população.

Exemplos práticos na implementação. Na implementação prática de uma rede distribuída para prevenir e responder à violência, destaca-se que não é necessário construir novos prédios, nem criar órgãos específicos. O primeiro passo crucial nesse processo é a identificação ativa de atores da sociedade interessados em colaborar com a iniciativa. Paralelamente, é fundamental identificar órgãos governamentais já existentes e com vocação para participar dessa rede colaborativa.

Ao buscar eficiência e agilidade, o estabelecimento de um sistema de comunicação em rede pela Internet se torna uma estratégia essencial, permitindo o compartilhamento e a construção de novos conhecimentos entre os diversos participantes da rede. Além disso, para elaborar e testar os protocolos iniciais, propõe-se o estabelecimento de um piloto da rede. Esse piloto servirá como um ambiente controlado para desenvolver e ajustar os processos operacionais iniciais, garantindo que a rede funcione de maneira eficiente e eficaz, quando expandida para uma escala maior.

Dessa forma, ao adotar a descentralização, a rede pode envolver organizações não governamentais, agências de aplicação da lei, serviços

sociais e comunidades locais, demonstrando como a combinação de autonomia local, coordenação distribuída e financiamento compartilhado pode resultar em respostas mais eficazes e sistêmicas no enfrentamento dos desafios complexos associados à violência.

9 DA TEORIA À PRÁTICA: AS DIRETRIZES PARA UMA REDE DISTRIBUÍDA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A partir do estudo de redes bem-sucedidas e já existentes há décadas (PIRES, 2023d), levantamos as seguintes necessidades ou requisitos para a sua criação:

- **capilaridade local, com distribuição regional e articulação nacional**: A rede distribuída deve ser estruturada em diferentes regiões geográficas do Brasil, permitindo uma abordagem contextualizada e adaptada às realidades locais, articulando-se nacionalmente para construção do conhecimento científico, compartilhamento de experiências e financiamento.
- **integração de ações governamentais**: A rede deve promover a integração intersetorial e o alinhamento das ações dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, evitando a fragmentação e maximizando os recursos disponíveis, como ocorre, historicamente, em outros sistemas públicos.
- **parcerias com organizações não governamentais**: É essencial envolver organizações não governamentais (ONGs) que possuam experiência e expertise no enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola, ampliando assim o alcance e a efetividade das ações ao longo das instâncias da rede, promovendo a liberdade e a diversidades de iniciativas, propósitos, modelos financiamentos e parcerias.
- **enfoque multidisciplinar**: A rede e os seus centros de referência devem contar com o trabalho perene de profissionais de diferentes áreas, como educação, psicologia, assistência social, direitos humanos, entre outras, para abordar de forma abrangente e integrada as diversas dimensões do problema. Esse requisito não implica, necessariamente, na presença física e na lotação das pessoas na mesma unidade administrativa, uma vez que o trabalho pode ser realizado à distância, por exemplo.

- **compartilhamento de informações em nível nacional**: Deve haver processos de compartilhamento de informações entre os diferentes níveis da rede, permitindo a troca de experiências, boas práticas, dificuldades, fracassos e dados relevantes para o enfrentamento da violência e dos preconceitos na escola.
- **capacitação e formação continuada**: A rede deve promover a capacitação e formação contínua de todos os atores envolvidos, incluindo gestores escolares, professores, equipes técnicas e demais profissionais, visando o aprimoramento das práticas e a atualização constante.
- **participação popular e da comunidade escolar**: É fundamental envolver a comunidade escolar, incluindo pais, estudantes e funcionários, na construção e implementação das ações da rede, garantindo uma abordagem participativa e coletiva.
- **monitoramento e avaliação**: A rede deve contar com metodologia e sistemas próprios de monitoramento e avaliação para acompanhar a efetividade das ações, identificar desafios e promover ajustes necessários.
- **financiamento compartilhado**: Para garantir a sustentabilidade da rede, é importante estabelecer mecanismos de financiamento compartilhado entre os diferentes entes federativos e parceiros, de forma a garantir recursos adequados e estáveis para as ações. As doações privadas locais deverão ser direcionadas de forma a beneficiar as iniciativas indicadas pelos doadores.
- **cooperação e troca de experiências**: A rede deve incentivar a cooperação e a troca de experiências entre as diferentes regiões, promovendo a aprendizagem mútua e a replicação de boas práticas.
- **envolvimento da comunidade científica**: A rede deve promover a participação ativa da comunidade científica, englobando pesquisadores e acadêmicos especializados em temas relacionados à violência e preconceito na escola. Essa colaboração proporciona embasamento científico, pesquisa aplicada e aprimoramento contínuo das práticas.
- **incorporação de tecnologias de comunicação**: A utilização de tecnologias de comunicação modernas e acessíveis deve ser integrada à rede, permitindo a troca eficiente de

informações entre os diferentes membros, agilizando processos de compartilhamento de boas práticas, relatórios e estratégias de enfrentamento.

- **enfoque nas políticas públicas sociais e de saúde integral**: A rede deve incluir uma abordagem integrada de ações sociais e para a promoção da saúde integral no ambiente escolar.
- **envolvimento efetivo do setor privado**: Promover a adesão das escolas privadas e estabelecer parcerias com o setor privado, incluindo empresas e fundações, pode ser crucial para garantir recursos adicionais, expertise e apoio técnico. Essas colaborações podem fortalecer a sustentabilidade financeira da rede e ampliar seu alcance por meio de estratégias inovadoras.
- **adoção de metodologias participativas de avaliação**: Além dos processos próprios de monitoramento e avaliação, a rede deve incorporar metodologias participativas, envolvendo ativamente os membros da comunidade escolar no processo de avaliação. Essa abordagem garante uma avaliação mais contextualizada e alinhada às necessidades reais das escolas.

A partir desses requisitos ou características, faremos, adiante, algumas reflexões sobre como seria a arquitetura da rede, suas funções e como seriam as relações entre as suas unidades.

10 AS INSTÂNCIAS DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E AO PRECONCEITO NA ESCOLA

Nossa proposta atual parte de uma primeira aproximação (PIRES, 2023d) que passou por novas reflexões a partir do conteúdo trazido no Seminário sobre Ambiente Escolar Seguro: Políticas Educacionais e Comunidade Escolar, Promovido pelo Grupo de Trabalho sobre Política de Combate à Violência nas Escolas Brasileiras, da Câmara dos Deputados, em 8 de novembro de 2023.

Tal rede se apoia na lógica da existência de cinco instâncias, cujos nomes criamos apenas para facilitar a sua apresentação.

A **primeira,** composta por um **Centro Nacional de Coordenação da Política de Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola**, futuramente responsável pela promoção do fluxo de informação, da administração, dos recursos de rede e das propostas nacionais, em escala.

A **segunda,** constituída por **Unidades de Políticas Públicas**, é formada pelos órgãos governamentais, de todos os entes federados, e organizações da sociedade que sejam responsáveis por políticas públicas afetas ao enfrentamento à violência.

A **terceira**, constituída pelos **Centros de Referência Nacional**, com quádrupla vocação: (1) assistência e cooperação técnica; (2) teste de normas, procedimentos, metodologias e propostas; (3) capacitação; e (4) pesquisa científica e operacional, oferecendo a necessária diversidade para dar conta de populações e territórios distintos.

A **quarta**, com objetivo de dar capilaridade ao segmento científico-operacional do sistema, é composta pelas **Unidades de Referência Local**, que poderão ser os elos operacionais e coincidem com estabelecimentos de ensino vocacionados para desenvolver, testar e promover a difusão das ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola para os demais estabelecimentos de ensino. Podem, também, fazer o papel de porta de entrada da rede para sugestões, ideias, projetos e demais elementos provenientes da comunidade e dos demais estabelecimentos de ensino, promovendo a multidirecionalidade da rede em acolher as iniciativas populares e das comunidades escolares. É importante compreender que essa categoria abrange qualquer política pública que se aplique às estratégias de enfrentamento à violência e podem ser de natureza social, econômica, financeira, de atenção à saúde, entre muitas outras. É o caso concreto que define a participação de representantes de cada uma das políticas.

A **quinta**, as **Unidades de Rede**, que consistem em qualquer escola, de quaisquer dos sistemas de ensino previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

11 INTRODUÇÃO AO PROJETO PILOTO DA REDE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Visando dar materialidade à proposta, é necessário refletir sobre como seria um programa piloto da Rede Nacional Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola. Como primeiro passo, pode-se definir o **Centro Nacional de Coordenação da Política de Enfrentamento à Violência e ao Preconceito na Escola** como mais uma atribuição de um órgão já existente no Ministério da Educação, otimizando recursos e estruturas preexistentes.

As **Unidades de Políticas Públicas** são fundamentais para o sucesso do empreendimento, já que elaboram e executam as políticas públicas relacionadas ao enfrentamento à violência. De forma seletiva, podem participar do planejamento das ações em atenção à determinada população ou a serem executadas em território delimitado. Em alguns casos pode envolver organização urbana, limpeza, ações de financiamento e concessão de microcrédito e de toda a gama de serviços que sejam considerados pertinentes para o êxito das ações.

O projeto piloto pode ser composto por unidades-chave, começando por um **Centro de Referência Nacional**, que pode ser justaposto a um centro de ensino médio com capacidade para estruturar um núcleo de pesquisa operacional. Este centro não apenas coordenará as ações, mas também será o ponto focal para a produção de conhecimento e práticas inovadoras no enfrentamento à violência nas escolas, em determinado território.

Paralelamente, serão estabelecidas duas ou três **Unidades de Referência Local**, que coincidirão com escolas estrategicamente selecionadas para desempenhar o papel de porta de entrada do sistema e atuar como ponto de contato direto com a comunidade local. Essas unidades desempenharão um papel fundamental na adaptação das políticas para a realidade específica de suas comunidades, promovendo uma abordagem contextualizada e efetiva.

As Unidades de Rede englobam as demais escolas dentro da área geográfica de responsabilidade do **Centro de Referência Nacional** considerado. Essas unidades, ao se integrarem à rede, facilitarão a disseminação das práticas bem-sucedidas e promoverão a colaboração entre as escolas, fortalecendo o enfrentamento conjunto à violência e ao preconceito no ambiente educacional.

O piloto da Rede Nacional de Enfrentamento à Violência Escolar visa, assim, criar uma estrutura limitada, porém dinâmica e colaborativa, **explorando sinergias** entre instituições já **existentes** e incorporando a participação ativa das escolas e comunidades. Essa abordagem inovadora representa um passo significativo na construção de estratégias mais eficazes e contextualizadas para promover um ambiente educacional seguro e inclusivo.

Além disso, a integração de diversas políticas públicas no enfrentamento à violência escolar pode ser efetuada sem exigir que os profissionais, que não sejam diretamente envolvidos com as escolas, se distanciem de suas atividades cotidianas. Um exemplo prático consiste na participação ativa dos agentes de saúde do Programa Estratégia de

Saúde da Família, que, por realizarem visitas regulares à população, em suas residências, podem atuar como ponta de lança do sistema.

Durante essas visitas, as necessidades e potenciais casos de violência doméstica, por exemplo, podem emergir de maneira mais evidente. Na fase de produção de relatórios, a integração das informações seria realizada por meio do preenchimento de uma breve página de um sistema compartilhado por todas as unidades envolvidas.

O fluxograma das atividades, a garantia de segurança da informação e a preservação da privacidade seriam partes integrantes dos protocolos a serem desenvolvidos na fase inicial do projeto piloto, proporcionando uma abordagem inovadora e eficaz na articulação de diferentes políticas públicas no enfrentamento à violência na escola.

12 A ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PARA UMA REDE NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

A organização de uma rede nacional, envolvendo todos os entes federados, cujo propósito seja enfrentar a violência depende de legislação federal que trate das normas gerais para o seu funcionamento.

Os princípios norteadores da organização da rede e sua composição já foram, extensivamente, abordados nos itens 10 e 11 deste estudo. Além disso, vislumbramos os seguintes aspectos que devem ser abordados pela legislação:

- a criação da rede;
- os seus objetivos;
- os princípios de diretrizes
- a organização das unidades;
- a coordenação e a gestão;
- as atribuições e competências;
- a formação e capacitação dos profissionais;
- o financiamento e a gestão financeira;
- o planejamento e a avaliação das ações;

Essa, em linhas gerais, são os macroelementos que devem ser tratados por um projeto de lei de criação da Rede Nacional de Enfrentamento `Violência e ao Preconceito na Escola.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a persistência dos comportamentos violentos ao longo da história evidencia a complexidade inerente a esse fenômeno, cujas raízes e manifestações atravessaram os milênios. Diversos registros arqueológicos, como Epopeia de Gilgamesh e os grafismos da Serra da Capivara, revelam não apenas a presença constante da violência, mas também a constante busca por compreensão e o seu enfrentamento ao longo do tempo.

Nesse contexto, nota-se que o aumento da fragmentação na compreensão da violência vem dificultando o seu enfrentamento eficaz, principalmente, no ambiente escolar. A relação intrincada entre violência urbana, familiar, digital e escolar, especialmente em contextos desafiadores, revela a necessidade urgente da elaboração de estratégias integradas.

Defendemos que a aplicação de princípios da Teoria Geral dos Sistemas e da Teoria da Complexidade oferecem uma perspectiva teórica que reconhece a dinâmica interconectada da violência, abrindo caminho para abordagens de enfrentamento mais integradas. Nesse contexto, a redefinição da violência como uma expressão impositiva de desejos e decisões humanas, diante do desrespeito a normas e do potencial de dano ampliam a compreensão do fenômeno, destacando a importância do estabelecimento de uma rede distribuída para a criação de estratégias de enfrentamento flexíveis e adaptáveis.

Mostramos que a complexidade da violência demanda uma abordagem colaborativa, integrada e contextualizada para, verdadeiramente, enfrentar as suas características sistêmicas. Tal necessidade pode ser atendida por um sistema estabelecido em uma topologia de rede distribuída.

Diante da complexidade e da urgência do enfrentamento à violência e aos preconceitos nas escolas, a proposta de uma Rede Nacional surge como uma alternativa inovadora e eficaz. A arquitetura distribuída proposta desafia a centralização histórica das políticas públicas, propondo a existência de coordenações locais como resposta à diversidade de desafios em um país de dimensões continentais. Além disso, existe a necessidade da compreensão das similaridades e das distinções dos problemas de violência em diferentes contextos. Para isso, uma rede distribuída apresenta-se como uma solução viável para os desafios apresentados.

Ao detalharmos as características da rede distribuída, observamos que ela não apenas amplia a abrangência na tomada de decisões, mas também fortalece a resiliência do sistema, promove o fluxo constante de informações e maximiza a utilização dos recursos. A eficiência operacio-

nal é otimizada pela descentralização de responsabilidades, enquanto a coordenação central assegura alinhamento estratégico de toda a rede. Pela convergência de ações das políticas públicas existentes, essa abordagem em rede não apenas aproveita recursos preexistentes, mas também fortalece a capacidade de resposta diante da complexidade inerente à violência.

O salto da teoria para a prática demanda diretrizes claras, e as instâncias da rede propostas — desde o Centro Nacional de Coordenação até as Unidades de Rede — delineiam uma estrutura organizacional integrada e adaptável. Os requisitos para criação, como capilaridade local, integração intersetorial, e participação da comunidade científica, atendem à necessidade de uma abordagem multidisciplinar e colaborativa.

Ao introduzir o projeto piloto, a proposta ganha materialidade, sugerindo a otimização de recursos e a ativa participação de escolas, comunidades, e até de agentes de saúde, em um esforço conjunto e inovador. A abordagem dinâmica do piloto, ancorada na participação ativa dos interessados, vislumbra um aprendizado contínuo e adaptação para enfrentar os desafios emergentes.

Assim, a Rede Nacional para o Enfrentamento à Violência e aos Preconceitos na Escola, ao romper com modelos tradicionais, emerge como uma proposta viável, promovendo a descentralização, a colaboração e a inovação na construção de um ambiente escolar seguro, inclusivo e adaptado à diversidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Ana Paula da; FIGUEIREDO, Eleonora; SALES, Marcos Vinícius (Orgs.). **Educação e juventudes: perspectivas multidisciplinares.** Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2023.

ALLEN, James P. **The art of medicine in ancient Egypt**. Metropolitan Museum of Art, 2005.

ALTENFELDER, Anna Helena. A escola e as práticas pedagógicas inovadoras. **EducVale**, p. 46-63, 2019.

BOZZA, Thais Cristina Leite; VINHA, Telma Pileggi. Cyberbullying, cyber agressão e riscos on-line: Como a escola pode atuar diante dos problemas da (cyber) convivência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e023059-e023059, 2023. https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18444

CALABRE, Lia. Riqueza e desafios das políticas públicas de cultura: o programa cultura viva e os diálogos com a América Latina. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 21, n. 42, p. 289-314, 2022. https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.185303

CHURCHILL, Steven E. et al. Shanidar 3 Neandertal rib puncture wound and paleolithic weaponry. **Journal of human evolution**, v. 57, n. 2, p. 163-178, 2009. https://doi.org/10.1016/j.jhevol.2009.05.010

COSTIN, Claudia. Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 43-51, 2020.

D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Federalismo e execução dos serviços públicos de atendimento do governo federal: a experiência brasileira nas políticas sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021. https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.232504

DE MEDEIROS, Márcia Maria; DA SILVA COSTA, Mariane; DA SILVA, Luiz Alberto Ruiz. Figurações da morte em "A Epopeia De Gilgamesh". **Cippus**, v. 10, n. 2, 2023.

HEIDRICH, Rosanne Lipp João. **Rede de atores e (des) articulação institucional na região metropolitana de Porto Alegre: contribuições ao debate sobre a governança interfederativa**. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

KOMATSU, André Vilela. **O desenvolvimento do comportamento violento na adolescência**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

KRUG, Etienne et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LIMA, Déborah Karollyne Ribeiro Ramos; GUIMARÃES, Jacileide. Articulação da Rede de Atenção Psicossocial e continuidade do cuidado em território: problematizando possíveis relações. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, p. e290310, 2019. https://doi.org/10.1590/s0103-73312019290310

MASCHIETTO, Roberta Holanda; FERREIRA, Marcos Alan; CORTINHAS, Juliano da Silva. Exploring subjectivities of peace, violence, and power among

the youth in Brazil. **Peace & Change**, v. 47, n. 3, p. 233-253, 2022. https://doi.org/10.1111/pech.12548

MASCHIETTO, Roberta Holanda. Integrating subjectivities of power and violence in peacebuilding analysis. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 3, p. 379-396, 2020. https://doi.org/10.1080/01436597.2019.1684191

MEIRELES, Jacqueline; MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Do projeto político pedagógico às práticas cotidianas: perspectiva psicossocial sobre violência na escola. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 52, p. 706-725, 2021.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; PINTO, Liana Wernersbach; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. A violência nossa de cada dia, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Ciência & saúde coletiva**, v. 27, p. 3701-3714, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Eds.). **Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2003.

MORAES, Maria Cândida; VALENTE, José Armando. **Como pesquisar em educação a parti r da complexidade e da transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2008.

NARCISO, Isabel de Santa Bárbara. Contextos colaborativos no sistema escolar–ponto nodal da acção sistémica. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, p. 87-102, 2007.

NUNES, Cesar Augusto Amaral; VINHA, Telma Pileggi; CAMPOS, Soraia Berini. Processos responsivos no desenho, implementação e avaliação de programas na área da melhoria da qualidade da convivência escolar. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. esp.3, p. e022099, 2022. DOI: 10.22633/rpge.v26iesp.3.16960.

PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; ALPES, Matheus Francoy; COLARES, Maria de Fátima Aveiro. Situações de violência interpessoal/bullying na Universidade: recortes do cotidiano acadêmico de estudantes da área da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, p. 537-546, 2020.

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Enfrentamento sustentável e integral à violência e aos preconceitos na escola: um desafio complexo, mas viável. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 07, p. 8012-8038, 2023a. https://doi.org/10.56083/rcv3n7-036

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Psicologia Cultural: uma poderosa abordagem para a compreensão dos fenômenos humanos complexos. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 11, p. 19896-19920, 2023b. https://doi.org/10.56083/rcv3n11-004

PIRES, Sergio Fernandes Senna. A violência como expressão dos desejos e das decisões humanas no ambiente acadêmico. In Alvarenga, Francisco (Org.). **Novos estudos em ciências humanas**. São Paulo: Dialética, 2023c. p.175-190. https://doi.org/10.48021/978-65-270-0788-3-C8

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Reflexões sobre a criação de uma rede nacional de referência para o enfrentamento à violência e ao preconceito na escola. **Revista Contemporânea**, 3(8), 2023d, p. 10559–10571. https://doi.org/10.56083/RCV3N8-035

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Protagonismo como valor estruturante: Enfrentando a invisibilidade infantojuvenil na escola. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 36, n. 2, p. e23035-e23035, 2023. https://doi.org/10.21814/rpe.27217

RAMOS, Arthur de Oliveira Xavier. O conceito de violência: considerações sobre os aspectos simbólicos e normativos. In BELO, Felipe de Brito Alves; MEDEIROS, Polireda Madaly Bezerra (Orgs.). **Construindo saberes jurídicos: constitucionalismo, direitos humanos e filosofia**. Belém: RFB Editora, 2023. p. 219-237. https://doi.org/10.46898/rfb.5a76f3de-d9f4-4777-861b-4b01ffab3ce6

RIBEIRO, Paula et al. Prevenção nas escolas construindo uma cultura sem drogas. **Revista Científica de Iniciación a la Investigación**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2019.

ROSA, Danilo Ruiz Fernandes. Os contratempos da descentralização das políticas públicas na área da saúde no federalismo brasileiro. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 4, p. e442953-e442953, 2023. https://doi.org/10.47820/recima21.v4i4.2953

SILVA, Lidiane Maria da**. Violência escolar**. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

SILVA, Luciano de Souza; CISNEIROS, Daniela. Cenas coletivas de violência humana nas pinturas rupestres pré-históricas da área arqueológica Serra da Capivara–PI. **Revista Do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v.23, p. 19-33, 2013. https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2013.106994

SOUZA, Celina; GRIM, Eduardo José. Desafios da federação brasileira: descentralização e gestão municipal. In GRIM, Eduardo José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz (Orgs.). **Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 86-124, 2021.

SPIKINS, Penny et al. Living to fight another day: the ecological and evolutionary significance of Neanderthal healthcare. **Quaternary Science Reviews**, v. 217, p. 98-118, 2019. https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2018.08.011

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; RESENDE, Graziele Andrade. Democratização de políticas sociais no Brasil: venturas e desventuras das organizações da sociedade civil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 177-192, 2020.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. A convivência como valor nas escolas públicas: Implantação de um Sistema de Apoio entre Iguais. **Americana: Editora Adonis**, v. 1, 2022.

VINHA, Telma Pileggi; NUNES, Cesar Augusto Amaral. As agressões do aluno ao professor: cenários e possibilidades de intervenção na escola. Educação unisinos, 2020. https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.33

O DILEMA DO ACOLHIMENTO HOSPITALAR DE ADOLESCENTES GESTANTES PARA O ACESSO À ASSISTÊNCIA NA SAÚDE: ATENÇÃO À SAÚDE NA MATERNIDADE EM LUANDA

Jeremias Adão Lourenço
Doutorando em Serviço Social
https://orcid.org/0000-0001-6673-0928
jeremias.lourenco@unesp.br

Fernanda de Oliveira Sarreta
Doutora em Serviço Social
https://orcid.org/0000-0001-8001-3060
fernanda.sarreta@unesp.br

RESUMO: O texto tem como objetivo analisar o dilema do acolhimento hospitalar de adolescentes gestantes para o acesso a assistência à saúde, na maternidade em Luanda. A vulnerabilidade socioeconômica fragiliza a lógica da crise do capital sobretudo em gestantes adolescentes, destacando a interligação entre grupos desta faixa etária e a gravidez na adolescência na capital luandense. A crise econômica global afeta desproporcionalmente essa população na África subsaariana e em particular Angola, limitando seu acesso a recursos e serviços essenciais de saúde, além de aumentar o estigma social. Essa realidade mostra o dilema do acolhimento hospitalar das gestantes adolescentes em situação de vulnerabilidade, oferecendo suporte, orientação e encaminhamento para serviços de saúde adequados. Explora-se a necessidade de políticas in-

clusivas e intervenções sociais para garantir a equidade de oportunidades e a proteção dos direitos das gestantes adolescentes cujo dilema é o acolhimento hospitalar frente ao acesso na referida unidade hospitalar.

Palavra-chave: Acolhimento hospitalar; Adolescente gestante; Serviço social e saúde em Angola.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo analisar o dilema do acolhimento hospitalar de adolescentes gestantes para o acesso a assistência à saúde, na atenção a maternidade, um olhar entre os achados em literatura sobre os avanços obtidos e os recuo por falta de leis que vigoram sobre o estado de vulnerabilidade das adolescentes que frequentam os serviços de Maternidade em Luanda, adolescentes e jovens se encontram em uma posição dicotômica, num cenário em que a violação dos direitos humanos é romantizada pelo sistema, com a implementação da lei contra a violência doméstica, teria sido urgente que a mulher angolana desse um salto qualitativo na sua qualidade de vida, e em particular as mulheres que frequentam os serviços materno infantil de Luanda, dessem um basta as atrocidades do patriarcado, visto que Saffioti (2004) "Organiza um sistema de dominação e exploração que oprime as mulheres , explorando seu trabalho e corpo para assegurar a produção e reprodução da vida". A mulher jovem e adolescente são o ponto chave para dominação da exploração da gestação e da sexualidade na atualidade.

Uma vez que, o sistema de governação insiste em perpetrar a mulher em se afirmar na esfera política como emancipadora e como força de trabalho barato, ludibriando-as como empreendedoras, todos seus aspectos, fugindo dar um lugar visível a mulher na esfera social, o que a torna ainda mais vulnerável, que às vezes nem mesmo a mulher angolana enxerga, isto, destaca a intersecção complexa entre fatores socioeconômicos e as experiências dessas jovens gestantes, para " Organização Mundial da Saúde (OMS). A adolescência vai dos 10 aos 19 anos, 11 meses e 29 dias, e a juventude acontece entre 15 e 24 anos". A crescente crise econômica global tem um impactado desproporcional sobre grupos vulneráveis, e as gestantes adolescentes enfrentam desafios únicos, incluindo acesso limitado a recursos, serviços de saúde e estigmatização social:

> A adolescência tem um significado mais amplo, pois além de englobar as modificações biológicas da puberdade, inclui também as transformações psicossociais, caracterizado por um período tumultuado, marcado por transições de influências dominadas pela família para crescente autonomia e influência de colegas. As alterações cognitivas da adolescência são tão drásticas quanto as físicas, embora menos evidentes, (BUNGA et al, 2015, p. 6).

Nesse contexto, o estudo explora as influências que as adolescentes sofrem no meio circundante, começando na família e transcendendo para a sociedade ou vice e versa, a crise do capital tem sua incidência de gravidez na adolescência, e o Serviço Social pode desempenhar um papel vital na promoção dos direitos e na mitigação dos impactos adversos sobre essa população vulnerável.

A contribuição da Maternidade não pode ser apenas fundamentada no sentido de estrutura física, senão no processo de acolhimento qualificado, e que pode elevar a qualidade de vida dos pacientes. Nossa realidade atual, quanto ao acolhimento no contexto hospitalar em particular na saúde, é vista como um conjunto de ações e especificidades que determinam tal situação. Constata-se, que uma boa acolhida hospitalar, é um sábio instrumento que está intrinsecamente ligado na atitude de escuta atenta, e no reconhecimento quando o/a profissional aplica a valorização dos aspectos inerentes aos utentes/usuarios tanto biopsicossocial, que os assistentes sociais junto de equipes multidisciplinares possam orientar outros profissionais de saúde neste sentido. Para tanto, deve se nortear o acolhimento através de princípios que normatizam a assistência à saúde das gestantes adolescentes a partir da garantia do acesso aos serviços de acolhimento, crivados de princípios éticos, dentro dos parâmetros da ética que orienta a profissão, como possível solução desta franja da população pela sua vulnerabilidade socioeconômica.

O UNICEF, em parceria como Ministério da Ação Social Família e Promoção da Mulher de Angola, tem disseminado todas formas possíveis de alertar para os grandes riscos e as consequências da gravidez na adolescência, enquanto um problema de saúde pública:

> [...] O Unicef alerta, numas das publicações, para o grave problema social em Angola, a falta de consciência, o início prematuro da vida sexual, os riscos da pratica sexual desprotegida, são factores que levam à gravidez na adolescência", (ANGOLA, 2023).

Visto que, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de políticas de proteção social, de assistência social e de saúde, a aceleração de medidas especiais de proteção das adolescentes vítimas de violência por um lado, de um modo geral, largadas a sorte, que sofrem pelas repercussões da crise do capital, e que acabam num leito hospitalar, fruto de gravidez precoce que as vezes leva a adolescente a fatalidade, como relata o Angola:

> [...] Em Angola, morreram pelo menos 220 adolescentes durante o parto em 2022, revela o fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), que tem em marcha uma ampla campanha para a prevenção da gravidez na adolescência, considerando um problema social grave no país. Esta iniciativa vai no mesmo sentido do compromisso assumido pelo Governo na Estratégia de Longo Prazo Angola ao Garantir a criação de condições para o planeamento familiar com acesso a métodos contraceptivos, (ANGOLA, 2023).

É notório que, há incidência crescente dos casos de gestação na adolescência que levantam questões sobre a segurança e o bem-estar das adolescentes em Angola. Acredita-se que existe um aumento, na crescente crise econômica global, e com isto, sente-se que há um impacto desproporcional sobre grupos vulneráveis, sobretudo as adolescentes em estado de gestação, aliás esta é uma das muitas particularidades dos países subdesenvolvidos como é o caso de Angola na contemporaneidade, o Estado responde através dos Órgãos Ministeriais como é o caso, do Ministério da Saúde, que tem as seguintes atribuições através do seu Estatuto:

a) Definir a política Nacional de Saúde e zelar pela correta implementação, monitorização e avaliação periódica;
b) Planear, regulamentar, orientar, acompanhar avaliar e fiscalizar o Sistema Nacional de Saúde;
c) Promover o desenvolvimento sanitário do país em coordenação com os setores nacionais afins e parceiros das comunidades nacionais e internacionais;
d) Garantir a equidade e acessibilidade aos cuidados de saúde, promovendo a saúde da população no geral e da população vulnerável, particularmente da criança, da mulher gestante, da pessoa com deficiência e do idoso; (ANGOLA, 2020, p. 5254).

No contexto atual, o Estado angolano elabora programas para a resolução de problemas específicos de saúde pública, para submetê-los ao Titular do Poder Executivo, o que gera uma série de equívocos, como se

deu na mais recente Pandemia da covid 19. Em que o sistema de saúde está fragilizado, desde o período colonial, na primeira, segunda e terceira republica, houve um agravante, o nosso sistema de saúde é fragilizado pela não industrialização de fármacos, falta de tecnologia que adequa a realidade, e até profissionais que não dominam as técnicas de saúde, e que trabalham sem compromisso com a profissão, em desfavor da vida e da saúde do povo angolano, com um sistema de saúde terceirizado, e mercantilizado pelos algozes do sistema político na velocidade do tempo.

O relatório do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) "A crise invisível diante de nossos olhos", aponta que na atualidade este cenário pouco animador para as adolescentes angolanas está em crise:

> [...] em Angola, 37 por cento das jovens entre os 15 e os 19 anos já tiveram uma gravidez, o que que leva a que o País possua uma das altas taxas de fecundidade em adolescentes da África Subsaariana, [...] apontam para 163 nascimentos por cada mil meninas dos 15 aos 19 anos de idade.

Uma vez que estes relatórios trazem dados credíveis, e que enunciam o crescimento enquanto agravante e "a necessidade não atendida entre adolescentes do sexo feminino é de 43 por cento", ou seja, "aproximadamente 1,3 milhões de meninas entre os 15 e os 19 anos querem utilizar métodos modernos de planejamento familiar e não sabem como fazê-lo", (ANGOLA, 2023). Uma vez que este debate foi discutido lá traz no pretérito ano 2015, pelos Estados – Membros das Nações Unidas, em que Angola faz parte, e concordaram com a Agenda 2023 para o aumento do Desenvolvimento Sustentável, em que um dos principais objetivos era a conquista da igualdade de género, e foi reconhecida como um dos pilares do desenvolvimento humano, e tem como, um dos indicadores da agenda, "a proporção de mulheres de 15 a 49 anos que tomam suas próprias decisões informadas sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados de saúde reprodutiva", as evidencias trazem abordagens esclarecedoras e convincentes, e o posicionamento do Estado é neutro, sendo aqui ilustrado como direitos alienados. O Serviço Social é uma profissão que lida com a garantia de direitos, com foco na justiça social, frente as expressões da questão social.

Crise e Gravidez na Adolescência

A discussão em torno da pesquisa sobre o dilema do acolhimento hospitalar de adolescentes gestantes para o acesso a assistência a saúde: na atenção a Maternidade, tem as repercussões da vida crítica e da vulnerabilidade socioeconômica em que as gestantes adolescentes estão acometidas, o Serviço Social na efetivação de direitos, tenta compreender a complexidade dessa realidade, e "o lucro é a força motriz da produção capitalista, compreende-se que o que interessa ao capitalista é a produção da mais valia", (NETTO e BRAZ, 2006, p. 102), neste contexto de crise exige, A rejeição dos direitos das mulheres, jovens e adolescentes sobre a autonomia de seus próprios corpos se refletem na estrutura do patriarcado, apropriado ao capitalismo, na qual as relações sociais são construídas em favorecimento da classe burguesa. Cada profissional de forma isolada, é um instrumento do capital, um conjunto de transformações na esfera da produção.

No atual contexto de crise, em que o capital se apresenta nestes territórios de lutas, estes espaços oportunizam diferentes aberturas valorativas, no processo de privatização, e um nicho flexível de mercados que se intensificam de forma cada vez mais dependente. Conforme Marx (2006, p. 11) "seriam incapazes de serem emancipados". A crise econômica contribui para a vulnerabilidade das gestantes adolescentes, afetando negativamente seu acesso a recursos financeiros, dificulta o acolhimento consentâneo dos profissionais, e o serviço social implementa uma pedagogia para um acolhimento voltado a ética, educação e cuidados de saúde adequados.

A instabilidade econômica pode aumentar as taxas de gravidez na adolescência, devido à falta de emancipação humana, segundo Marx (2010) define "emancipação humana, ela permite que a ordem social seja questionada, que sujeitos desprovidos de poder quebrem outras possibilidades". Se pautarmos por questionamentos novos, perspectivas pelas buscas do compartilhamento do poder, tornar-se-á possível vingarmos a ideia de nação, cujo sistema sepultou, contemplemos o acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, assim como à escassez de serviços contraceptivos. A pobreza extrema pode desencadear um ciclo de vida frágil pelas expressões da questão social, e para as adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que vai desembocar em uma gravidez indesejada.

A PRÁTICA DE ACOLHIMENTO E ASSISTÊNCIA (DES) UMANIZADA

O Serviço Social desempenha um papel crucial na oferta de suporte emocional, encaminhamento nos serviços de saúde adequados, e orientação para as gestantes adolescentes. O diálogo entre o profissional e o utentes é fundamentada na possibilidade de incentivar a empatia por meio da união e cooperação interdisciplinar dos envolvidos, A fim de nos propormos há uma melhoria de salvaguarda da convivência a nível técnico profissional para o bem estar social e laboral, para tal, faz-se necessário, que a equidade na assistência oferecida aos utentes se transforme num ambiente relacional com a gestante adolescente e sua família, e que entrem em harmonia a partir do acolhimento hospitalar, e que gera um diálogo proporcional a saúde de quem acolhe e daquele que é acolhido nas maternidades de Luanda.

As experiências cotidianas revelam que os serviços de acolhimento em saúde público ou privado, são alvos com maior crítica nos serviços pela incapacidade dos profissionais na dificuldade, com relação ao acolhimento público de qualidade.

Compreende-se que as experiências cotidianas ilustram como alvo de crítica os serviços de saúde, e como há necessidades de urgência em implementar a cultura da humanização para a reorganização da atenção ao acolhimento em saúde. Nisto, estamos em pé de igualdade que as equipes multidisciplinares devem estar em conjugação dê esforço com os gestores das unidades hospitalares e profissionais de saúde. Para que assistência seja estendida aos pacientes e seus familiares, e que possa ser capaz de servir as unidades hospitalares como forma de rede. Necessariamente, todos envolvidos devem fazer parte das equipes multidisciplinares, é:

> Desejável que a equipe de saúde seja composta por médicos (as), psicólogos (as), enfermeiros (as) e assistentes sociais. Entretanto, a falta de um ou mais profissionais na equipe – com exceção do médico (a) não inviabiliza o atendimento ainda que cada um desses profissionais cumpra papel especifico no atendimento à mulher, todos devem estar sensibilizados para as questões de violência contra a mulher, violência de gênero, e capacitados para acolher e oferecer suporte as suas principais demandas, (BRASIL 2005, p. 11).

A partir de um programa de humanização do MINSA como propostas integradoras a saúde para fim de melhoria neste processo com

objetivo principal de descrever o dilema do acolhimento Hospitalar de adolescentes gestantes em situação de vulnerabilidade, procura-se aprimorar as relações entre profissionais com os utentes nos serviços de acolhimento em saúde no maternidade, é importante realçar os aspectos assistenciais, para um acolhimento exaustivo as gestantes que é um direito que a mulher angolanas não sentem chegar, e "sonhar com um partos humanizado", para que posteriormente tenhamos recém nascidos mais saudáveis. Diminuindo os agravantes que levam à fatalidade ou adoecimento do feto ou de gestantes, tem-se a percepção que os serviços de saúde contemporâneo estão versados a uma medicina curativa baseada na medicalização, o que torna a concepção de doença antecipadamente como problema médico, quando devia passar por um processo científico. As equipes multidisciplinares se se encarregarem em analisar as profundidades de um diagnóstico por formas a possibilitar um tratamento com qualidade baseado na horizontalidade em que a/o paciente não seja tida /o como objeto de cura senão parte da vida laboral dos serviços de saúde, estaremos longe de nos afirmarmos como uma sociedade emancipada.

Levanta-se a possibilidade de relacionar o dilema do acolhimento em saúde, com o atendimento propriamente dito. Nesta prima, os assistentes sociais junto da equipe multidisciplinar devem atuar a partir das particularidades na melhoria de condutas que se pautam ou se adequam a realidade entre profissional e meio em que estão inseridos, sem lesar o acolhimento desejado como forma de perspectiva dos serviços de saúde personalizado mais eficiente.

Angola é um país que teve sua independência em 1975, mais que objetiva o realce de um acolhimento hospitalar que se destaca devido à contribuição da reorganização do Ministério da saúde, apontados para um modelo médico versado na "verticalidade" das ações de superação devido às características da triagem na classificação diferencial. A observação deve ser precisa pedagógica e educativa, e que possa contribuir para não comprometer a vida dos utentes/usuários, sendo unidade de especialidade, o que vai se diferenciar de outras unidades hospitalar. É de extrema importância para as adolescentes gestante que procuram os serviços de saúde materno infantil, o acolhimento também observa as questões psicossociais, as emoções das gestantes, ao diferenciar e tratá-la melhor, o que otimiza como experiência positiva e se estabelece fundamentalmente na concepção de vivencias hospitalares. As equipes de saúde sempre estão repletas de especialistas, que são os mentores a responderem as questões voltadas a um acolhimento responsável. Cons-

titui uma supervisão do Assistente Social convidar a gestão e a administração que coloquem profissionais bem capacitados para fazer um acolhimento profissionalizante, que possa despertar uma acolhida diferenciada e mais humanizada dos serviços públicos de saúde de Luanda.

MÉTODOS

A revisão da literatura a volta do tema, tem suas implicações nas gestantes adolescentes acolhidas em maternidades. Isso envolveu analise de estudos, relatórios, políticas públicas, artigos científicos e livros relacionados ao assunto.

Coleta e análise de dados de fontes confiáveis, como instituições governamentais, organizações de saúde e agências de pesquisa, para examinar as tendências nas taxas de gravidezes na adolescência e seu contexto socioeconômico. A combinação desses métodos pode fornecer uma visão abrangente das repercussões do dilema do acolhimento de gestantes adolescentes e destacar estratégias eficazes de intervenção por parte do Serviço Social e de políticas públicas.

A pesquisa foi realizada através da análise de materiais bibliográficos como livros artigo científico e documentos, trechos de jornais e outras fontes, uma vez que ainda existe uma certa escassez deste material na atual realidade do nosso país, tendo em conta a paragem que se teve por conta da guerra civil de 1975 a 2002, existe muitos autores a escrever sobre o assunto, só publica- se muito pouco, por inúmeras questões, começando um numero muito reduzido de editoras em Angola, e somam-se outras situações para as publicações.

É uma construção alicerçada sobre os pilares da graduação e da pós- graduação, com apenas quatro décadas de Independência, serviu deste experimento para os acadêmicos e pesquisadores de serviço social, como assistentes sociais e outros na área da saúde, enquanto suporte cientifico, como nos afirmam Caneca, Chaximbe e Sarreta (2021, p. 354), "essa opção permite reconhecer as experiências profissionais dos pesquisadores, que atuam como assistentes sociais na área da saúde de Angola", e justifica-se a relevância do tema expresso a volta das políticas públicas de saúde de Angola.

O arcabouço investigativo se constrói a partir do exercício profissional enquanto requisito para a pesquisa em serviço social como ilustra (GUERRA, 2009, p. 71) "ela é a dimensão do novo- questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças". Como tal, O desenvolvimento das análises, parte

de pressupostos da realidade concreta que tem em sua rota os condicionantes sócio históricos pluriétnicos e multiculturais sobre os conflitos e as contradições econômicas à luz do capital, sendo que os processos históricos ajudam nós a compreender as condições individuais, e suas particularidades, pressupõe-se as causas de qualquer desigualdade o que pode ser resultado de múltiplos acontecimentos e não do indivíduo, pois o presente é fruto de determinações passadas do coletivo, o indivíduo é produto da sociedade e do contexto histórico que o antecedente e o acolhe, e a essência vem buscando e desenvolvendo as aparências do cotidiano.

RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa evidenciaram uma série de impactos do dilema sobre as gestantes adolescentes acolhidas no hospital. O acolhimento tem seu impacto assistencial enquanto trabalho, e a atuação para o serviço social na qual o assistente social humaniza o atendimento e enfatiza o direito das mulheres na promoção de partos seguro. A percepção tem sua base não em medicalização como concepção de doença e problemas que deveriam ser monitorados na intenção hospitalocêntrica.

A crise econômica exacerbou as condições de vulnerabilidade das gestantes adolescentes, limitando seu acesso a recursos financeiros, educação e cuidados de saúde adequados. Para tanto, o acolhimento se destaca devido a sua contribuição, a reorganização dos Serviços Nacionais de Saúde, com vista, na superação, na diferenciação e classificação de riscos a gestante adolescente, as equipes multidisciplinares devem atuar na raiz de problemas, no sentido de que a justiça social conquiste a tão almejada emancipação política.

Aumento das taxas de gravidezes na adolescência. A instabilidade econômica influenciou as taxas de gravidez entre adolescentes, refletindo a falta de acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, assim como a escassez de serviços contraceptivos. Desafios no acesso aos serviços de saúde precarizados, a crise precarizou e afetou o acesso das gestantes adolescentes a serviços de saúde de qualidade, incluindo cuidados pré-natais, parto seguro e suporte pós-natal, limitou a atenção hospitalar na maternidade, e está contribuindo para complicações na saúde materno-infantil. As dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelas gestantes adolescentes aumentaram o estigma social, logo, esta associado à gravidez na adolescência, gerando exclusão e dificuldades adicionais no acesso a oportunidades educacionais e de emprego.

Porém, para as gestantes adolescentes, cada acolhimento é um episódio de suma importância, devido ao impacto para sua própria vida socioeconômica, quanto as questões emocionais e físicas, é fundamental para gestante adolescente estabelecer um vínculo positivo como concepção de experiência e vivencias na maternidade. Esses resultados demonstram a interconexão entre a crise do capital e os desafios enfrentados pelas gestantes adolescentes, ressaltando a necessidade urgente de intervenções abrangentes e políticas sociais que promovam o acesso igualitário a recursos e serviços essenciais para essa população vulnerável.

O cotidiano, no ambiente de trabalho possibilita obter uma melhor prática diária dos objetivos, quanto ao acolhimento seguro e de qualidade, um acolhimento humanizado e tranquilo, dá maior conforto, tanto para equipe multidisciplinar quanto a gestante e seus acompanhantes, segundo Gonçalves (2013); Costa (2015) é que, "tal alteração se torna eficaz quando vigente suporte técnico sob optica assistência a partir de protocolo e variações de ajustadas formas participativa no modelo a produzir saúde", por isso, a realização das análises retrospectivas de cobertura de acolhimento no pré- natal demonstram avanços significativos de consultas oferecidas as gestantes, como afirma Gonçalves (2013) que, "o ato de acolher e humanizar são diretrizes fundamentais na ética e política em produzir saúde", a qualidade do Sistema Nacional de Saúde vem sendo eficiente ao diferenciar o sentido de eficácia na eficiência para a formação de vínculos impactantes na atual realidade da sociedade angolana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, é de suma importância que a maternidade, efetua seu acolhimento, e o acesso de gestantes adolescentes, seja a dignidade humana como principal objetivo, enquanto estratégia no modo de depender da participação ativa, dos envolvidos na causa, junto de equipes multidisciplinares. Tanto estão engajados os profissionais de saúde, como os gestores do hospital e os utentes/usuários na reformulação dos serviços de saúde.

Na contemporaneidade há reorganização do Sistema Nacional de Saúde em Angola, é um recursos a disposição de todos, a nova gerencia presta melhor assistência ao coletivo de trabalhadores do Ministério da Saúde, e com isto as unidades estão em condições de prestar melhor serviço ao publico.

Dessa forma, as leis trazem promessas que promovem a irradicação e a diminuição dos impactos existentes para a atenção a gestantes

adolescentes e a saúde no ambiente hospitalar. Sobretudo, há necessidade de capacitar os profissionais de saúde do hospital para melhor desenvolvimento no acolhimento de utentes, implementar um núcleo de educação pedagógica virado para ética e deontologia profissional, para o oferecimento da atenção de qualidade dentro da unidade de referência.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, NovoJornalde,2023. https://www.novo jornal.co.ao/sociedade /interior/gravidez -precoce -mais-de-18-mil-meninas-entre-os-dez-e-os- 19-anos-engravidaram-em-2021---angola-muito-longe-das-metas-tracadas-pela-agenda--2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel-108159.html. Acessado 14/12/2023.

ANGOLA. Estatuto Orgânico do Ministério da Saúde. **Diário da Republica**, Órgão Oficial da República de Angola. Série – Nº 170, 2020.

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para a política de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio dex Janeiro, v. 19, sup. 2. 2003.

BUNGA, Afonso dos Santos et al. **GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA:** Estudo Cap Sobre Uso Prévio de Métodos Contraceptivos em Adolescentes Grávidas Atendidas nas Consultas Pré-Natais no Centro de Saúde da Terra Nova de 10 A 14 de Agosto de 2015.

CANECA, Aires Muecália Julião. CHAXIMBE, Orlando Clementino Mununga. SARRETA, Fernanda de Oliveira. Sistema de saúde em Angola: Contextualização, princípios e desafios. **Revista angolana de ciências,** vol. 3, núm. 2, 2021 Universidade Rainha Njinga a Mbande, Angola Disponible en: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=704173376005

COSTA JM. **Avaliação da Ferramenta Protocolo n.º 22** - Ação Rede Cegonha do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde. Dissertação (Mestre em Saúde Pública). Brasília, 2015.

GONÇALVES ITJP, et al. **Prática do acolhimento na assistência pré-natal**: limites, potencialidades e contribuições da enfermagem. Review Article, 2013;14(3).

MARX, Karl, e PINTO, Marcio Moreno. **"A Questão Judaica"** e a crítica de Marx à ideologia dos direitos do homem e do cidadão. 2006.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo; e BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo. Cortez v1, 2006.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

NOTAS ACERCA DA CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS NO CASO BRASILEIRO

Luis Otávio Schneider
Mestrando em Direito
http://lattes.cnpq.br/5146258053172724
luis.otavio@sempreceub.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo explorar a evolução e a consolidação do direito à proteção de dados no Brasil, com ênfase na análise da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Primeiramente, abordamos a fundamentação constitucional do direito à proteção de dados como um direito fundamental, destacando sua importância na era digital e sua relação com outros direitos fundamentais, como a privacidade e a liberdade de expressão. Em seguida, discutimos as bases legais previstas na LGPD para o tratamento de dados pessoais, examinando cada uma delas e sua aplicação prática. A terceira parte do artigo investiga questões relevantes relativas às hipóteses legais residuais de tratamento de dados, considerando desafios e controvérsias interpretativas que surgem na prática jurídica. Por fim, a conclusão sintetiza as principais reflexões apresentadas, ressaltando a importância de um marco regulatório robusto e bem-implementado para assegurar a proteção efetiva dos dados pessoais no Brasil.

Palavras-chave: Dados pessoais; LGPD; Tratamento e proteção.

INTRODUÇÃO

A regulação da atividade de manipulação do fluxo de dados pessoais atende a uma necessidade que, nas últimas décadas, tem se demonstrado inerente a basicamente todos os setores da sociedade, visto que a coleta, armazenamento e processamento de dados pessoais tornou-se, com a escalada da influência tecnológica, um fenômeno que potencialmente – e cada vez mais concretamente - atinge de maneira transversal qualquer atividade humana.

Segundo Frazão, ao citar Jack Balkin, assim como o funcionamento das máquinas e das fábricas na era da economia industrial dependia do óleo, a chamada "sociedade dos algoritmos" depende de imensas bases de dados, que podem ser coletados e analisados facilmente e a baixo custo[1].

Descreve a doutrinadora, ao invocar a célebre professora da *Harvard Business School* Shoshana Zuboff, que o "capitalismo de vigilância" apropria-se da experiência humana por meio de operações propositadamente ocultadas para transformá-la em produção e vendas, apontando que na economia digital, os dados são vistos como mercadorias valiosas, cuja extração exige uma ampla vigilância de seus usuários, e concluindo, com acurácia, que a "sociedade de vigilância" é, portanto, a outra face do "capitalismo de vigilância"[2].

De fato, o rápido avanço da tecnologia trouxe, ao mesmo tempo, praticidade, elevação da qualidade de ida em certos aspectos, e uma inédita intercomunicabilidade global, mas tem, no mesmo passo, conduzido a reflexões sobre maneiras de garantir certo controle (ou a sua retomada) sobre as informações relativas aos indivíduos geradas, coletadas, e processadas com artifícios metatecnológicos como algoritmos e *big data*, e que estão provocando mudanças estruturais e definitivas, muitas de alcance ainda não mesurado, não apenas na economia, mas no próprio tecido social, atingindo, até mesmo, fundamentos da democracia.

O presente artigo não tem a intenção de esgotar o tema, senão apenas busca contribuir ao debate e esclarecimento acerca da evolução do direito fundamental à proteção de dados pessoais, elencando as hi-

1 FRAZÃO, Ana. Proteção de dados, inteligência artificial e crianças. P. 85. In: LATERÇA, Priscilla Silva; FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). **Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes**. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro; Obliq, 2021. E-book. Acesso em 17 mar 2024.

2 FRAZÃO, Ana. Op. Cit. P. 84.

póteses legais e lançando algumas luzes sobre tópicos relevantes relativos ao tratamento de dados pessoais genericamente considerados.

1 DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS

O direito à intimidade e à vida privada é produto do pensamento liberal clássico dos séculos XVII e XVIII, compondo a essência das liberdades individuais, cuja proteção se encontra presente tanto nos textos constitucionais de democracias liberais, quanto nos pactos internacionais de Direitos Humanos[3].

Tais direitos possuem conotação negativa, sendo com frequência elencados para proteção do cidadão, notadamente quanto ao controle da divulgação, ou não, das informações inerentes à sua individualidade, bem assim os termos ou gradações de tal abertura.

O conceito de direito à privacidade (*right to privacy*) é atribuído, em uma primeira utilização do termo "*right to be let alone*" por Cooley[4] em 1880 na obra *A treatise on the law of torts*, não o tendo, no entanto, relacionado com a ideia de privacidade. A expressão somente ganhou relevo com a publicação do artigo *The right to* privacy, em 1890, por Warren e Brandeis[5], no qual os autores colocam em evidência a ocorrência de transformações sociais, políticas e econômicas, bem como o surgimento de novos inventos, como a fotografia, que contribuíram para a ocorrência de violações da vida privada das pessoas.

E é justamente em função do caráter propenso a tutelar o aspecto individual, da escolha acerca de impedir a divulgação de uma informação pessoal, que o direito à privacidade se torna insuficiente para guarnecer

3 BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer do Relator da Comissão Especial da PEC nº 17-B, de 2019**. P. 175. Brasília, 2019. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD00201912110022200000.PDF. Acesso em 17 mar 2024.

4 COOLEY, Thomas McIntyre. A treatise on the law of torts. Chicago: Callaghan, 1880. p. 29. Apud ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. O surgimento e o desenvolvimento do right of privacy nos Estados Unidos. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n.64, fev. 2015. Disponível em: <https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao064/Leonardo_Zanini.html> Acesso em: 17 mar 2024.

5 WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. The right to privacy. Harvard Law Review, v. 4, n. 5, p. 193-220, dez. 1890. p. 196 Apud ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. O surgimento e o desenvolvimento do right of privacy nos Estados Unidos. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n.64, fev. 2015. Disponível em: <https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao064/Leonardo_Zanini.html> Acesso em: 17 mar 2024.

também o direito à proteção de dados, porquanto este demanda uma concepção positiva do direito, no sentido de que o titular dos dados pode tomar ciência acerca de seus dados pessoais, inclusive no tocante à sua correção, e no controle da sua circulação, a qual se revela inevitável, ou até mesmo podendo ser desejável no contexto de uma sociedade da informação.

A dicotomia entre a esfera pública e privada, no princípio mais estanque e com a presença do direito à privacidade como elemento limítrofe, suficiente ao controle pelo indivíduo das informações íntimas, foi perdendo espaço e relevância ao longo do tempo, e em decorrência das novas tecnologias, exponencial crescimento no fluxo de dados pessoais e suas consequências no tecido político-econômico-social, para o debate acerca de um direito à proteção dos dados pessoais.

Segundo Bioni[6], cada vez mais as atividades de processamento de dados tem ingerência na vida das pessoas, em razão de vivemos em uma sociedade e uma economia que se organizam e mobilizam a partir desses signos, que, ao distinguirem características de uma pessoa humana, conformam uma projeção, extensão ou dimensão de seu titular, o que justifica a perspectiva de que o direito à proteção dos dados pessoais transita mais entre as espécies dos direitos da personalidade, bem assim que não se adequa ao eixo da privacidade.

Resultado da era da informação, o direito à proteção de dados pessoais, portanto, transborda da compreensão do direito à privacidade e à intimidade, já consignados no inciso X do artigo 5º da Constituição brasileira, tampouco se conformando a contento, dada a dimensão assumida pelos dados de caráter pessoal, na atual previsão do art. XII do artigo 5º da nossa Carta Magna, que trata da inviolabilidade das comunicações de dados, merecendo previsão expressa em dispositivo autônomo.

Atento à relevância crescente da temática em diversos matizes do tecido social, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 115 de 2022, por meio da qual a proteção de dados pessoais foi alçada à posição de direito fundamental com a inclusão do inciso LXXIX ao artigo 5º da Constituição, oportunidade em que a proteção e tratamento de dados pessoais passou a constar do rol de matérias cuja competência legislativa é privativa da União (inciso XXX do arti-

6 BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 106-107.

go 22), estabelecendo, ainda, que a este ente federativo compete a sua organização e fiscalização inciso (XXVI do artigo 21)[7].

Oportuno ressaltar que a inclusão da proteção de dados ao rol constitucionalmente reconhecido dos direitos e garantias fundamentais foi em grande deve-se ao amadurecimento do debate no seio da comunidade jurídica, em um primeiro momento, acompanhado da própria sociedade civil, homogeneamente cada vez mais digital, inclusive de seus atores econômicos e políticos, entidades que demandaram atuação político-legislativa das instituições, em um resultado somente possível depois de aguerrido trabalho de sensibilização e convencimento destas quanto ao dever de tutela do Estado em regulamentar a matéria.

Tanto assim, que a previsão expressa na Constituição somente ocorreu após a aprovação de uma Lei Geral de Proteção de Dados[8], com generosa *vacatio legis*, ao cabo da qual a própria vigência deu-se não sem alguma polêmica, bem assim sobrevém após até mesmo o primeiro ano da criação[9] da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, da regulamentação de sua instalação[10] e até mesmo da aprovação, por seu Conselho Diretor, das primeiras normas estru-

7 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto. gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 mar 2024.

8 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Disponível em: <http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm>. Acesso em: 17 mar 2024.

9 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm>. Acesso em: 17 mar 2024.

10 BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10474.htm>. Acesso em: 17 mar 2024.

turantes, seu Regimento Interno[11] e do Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo Sancionador[12].

Embora com uma atuação ainda tímida em face do desafio que lhe compete, a ANPD desempenha um papel institucional crucial no fortalecimento da cultura de proteção de dados no país, colaborando com a elaboração de relatórios e estudos técnicos, e, sobretudo, na densificação regulatória e normativa de modo a orientar empresas e órgãos públicos sobre as melhores práticas em relação ao tratamento de dados pessoais. Adicionalmente, a ANPD tem atuado ativamente na investigação de incidentes de violação de dados, em cumprimento ao seu papel fiscalizatório, garantindo a aplicação de sanções em casos de descumprimento da LGPD[13].

A principal norma infraconstitucional brasileira de tratamento dados pessoais, a Lei nº 13.709/2018, embora, como visto, anterior à previsão constitucional, representou importante avanço no reconhecimento e na concretude do direito fundamental à proteção de dados pessoais, e ancora-se nos valores de respeito à privacidade, à autodeterminação informativa, à liberdade de expressão e informação, tendo como objetivos ao regular a matéria garantir ao titular dos dados maior controle sobre as informações pessoais que sejam coletadas, moldando o instrumental jurídico para possibilitar a devida resposta a condutas que revelem o uso indevido por terceiros.

A opção legislativa brasileira teve forte influência na experiência europeia no tema de tratamento de dados pessoais, primeiramente com

11 BRASIL. Presidência da República. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Conselho Diretor. **Portaria nº 1, de 8 de março de 2021**. Estabelece o Regimento Interno da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-16-de-8-de-julho-de-2021-330970241>. Acesso em: 17 mar 2024.

12 BRASIL. Presidência da República. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Conselho Diretor. **Resolução CD/ANPD nº 1, de 28 de outubro de 2021**. Aprova o Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo Sancionador no âmbito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cd/anpd-n-1-de-28-de-outubro-de-2021-355817513>. Acesso em: 17 mar 2024.

13 Nesse sentido, pode-se citar o Relatório de Instrução nº 1/2024/CGF/ANPD, no qual o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) fora autuado com recomendação para que publicize a infração verificada, no caso, incidente de segurança ocorrido entre os meses de agosto e setembro de 2022 e que pode ter comprometido a confidencialidade dos dados pessoais tratados pela autarquia. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/relatorio-de-instrucao-1_2024.pdf>. Acesso em: 17 mar 2024.

a Diretiva 46/95/CE, a qual já contava com um processo amadurecido de regulação, como o Grupo de Trabalho do artigo 29[14], posteriormente transformado no *European Data Protection Board*, e, atualmente, com os debates que culminaram na edição do *General Data Protection Regulation* – GDPR, em vigor desde maio de 2018 no âmbito da União Europeia.[15]

2 BASES LEGAIS DE TRATAMENTO DE DADOS SEGUNDO A LGPD

A definição de tratamento de dados pessoais é bastante ampla e se encontra prevista logo no art. 5º, X, da Lei 13.709/2018, de modo a considerar aquela atividade como sendo *toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração*.

Os incisos VI e VII do mesmo dispositivo legal daquele diploma legal diferenciam, ainda, no âmbito da operação do tratamento dos dados pessoais, aquele agente *a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais* (controlador) daquele *que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador* (operador).

O diploma indutivo da proteção de dados pessoais previu, ainda, em seu art. 6º princípios específicos, para além da regra da boa-fé objetiva (deveres de lealdade e transparência), destinados a nortear a atividade de tratamento de dados, garantindo aos titulares maiores ferramentas de controle em relação aos tratamentos cujos suas informações pessoais serão submetidas, balizando as operações havidas no âmbito daquela atividade, bem como pautando a conduta dos agentes de tratamento.

No entanto, é em seu artigo 7º que a LGPD traz o rol taxativo de hipóteses em que se autoriza o tratamento de dados pessoais não

14 Colegiado que reuniu todas as autoridades de proteção de dados pessoais dos Países-membros da União Europeia para a produção de recomendações sobre como aplicar os dispositivos da Diretiva 46/95/CE.

15 PEREIRA DE SOUZA, Carlos Affonso; VIOLA, Mario; PADRÃO, Vinicius. Considerações iniciais sobre os interesses legítimos do controlador na lei geral de proteção de dados pessoais. **Direito Público**, [S.l.], v. 16, n. 90, dez. 2019. Disponível em: <https://portal.idp.emnuvens.com.br/direitopublico/article/view/3744>. Acesso em: 17 mar 2024.

sensíveis – os dados sensíveis são tratados de maneira apartada e mais restritiva, no art. 11 da Lei.

A primeira hipótese legal que legitima o tratamento de dados pessoais é o consentimento qualificado, ou seja, a manifestação livre, informada e inequívoca pelo titular dos dados na qual concorda com o tratamento de suas informações pessoais pelo agente e para determinada finalidade, prévia e devidamente esclarecida, fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a vontade do titular.

O consentimento, quando exigido, deve, portanto, ser ofertado mediante termos de como se dará o tratamento (*notice and consent*), exigência que tem como objetivo garantir a autonomia do titular de dados, conferindo-lhe posição central no processo de decisão do que será feito com suas informações pessoais, quando o tratamento pelos agentes não estiver respaldado por outra base legal[16].

No caso de o controlador necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com terceiros, deverá obter consentimento específico para este fim, segundo a norma legal, a qual, ressalva, no entanto, os casos em que a própria Lei dispensa o consentimento do titular.

Ademais, questão relevante regulamentada no texto legal se refere ao ônus da prova em eventual litígio quanto a fato relacionado à obtenção do consentimento, quando exigido, na forma exigida por lei, que é incumbido ao controlador, ou seja, retira do titular dos dados o encargo de eventualmente ter de comprovar que o consentimento a determinado agente ou terceiro ostenta algum vício.

Aliás, há expressa previsão de que o vício de consentimento encerra hipótese de vedação ao tratamento de dados pessoais, devendo aquele, ademais, se referir a finalidades determinadas, é dizer, serão nulas, por determinação legal, as autorizações genéricas, bem assim as fornecidas mediante conteúdo enganoso, abusivo, ou não apresentados de modo transparente, claro e inequívoco.

A lei garante, ainda, ao titular dos dados acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, os quais deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva, o que busca dar concretude ao denominado princípio do "livre acesso".

16 MENDES, Laura Schertel; FONSECA, Gabriel C. Soares da. PROTEÇÃO DE DADOS PARA ALÉM DO CONSENTIMENTO: tendências contemporâneas de materialização. **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 507-533, set. 2020. ISSN 2447-5467. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/521/510>. Acesso em: 17 mar 2024. doi:https://doi.org/10.21783/rei.v6i2.521.

Por fim, no que concerne à legitimidade do tratamento de dados mediante consentimento, outro destaque decorrente da autonomia da vontade do titular dos dados, é a norma que lhe confere o direito de revoga o consentimento anteriormente manifestado a qualquer momento, inclusive mediante procedimento gratuito e facilitado, sem que tal nova manifestação deslegitime as operações ocorridas na vigência daquele.

No entanto, nem sempre será pertinente, ou mesmo possível, exigir ou obter o consentimento do titular dos dados para que determinado tratamento ocorra. Para legitimar tais situações, a norma previu outras hipóteses para autorizar o tratamento de dados independentemente da vontade do titular, o que, no entanto, não exime os agentes da observância dos princípios e garantias previstas na norma de regência.

Caso o tratamento de dados pessoais destine-se a cumprir obrigação legal ou regulatória pelo controlador, o consentimento é dispensado. A norma visa preservar o interesse público sobre o particular, de maneira a evitar conflito da LGPD com outras legislações ou regulamentos vigentes e que eventualmente se sobreponham à matéria.

Como exemplos de tratamentos de dados que podem ocorrer em derivação de hipóteses previstas em outros textos legislativos estão a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

No caso do tratamento de dados pessoais pelo poder público, este deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (art. 23 da LGPD), não estando dispensado de indicar o encarregado e de informar de maneira clara e atualizada a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades.

Assim, a atuação da Administração no tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas configura hipótese legal autorizativa que dispensa o consentimento do titular, seja ela lastrada em Lei, ato normativo ou mesmo contrato ou convênio, desde que no exercício das competências legais vinculadas a políticas públicas e desenvolvimento de serviços públicos pertinentes à pessoa jurídica de direito público.

Também a LGPD autoriza a manipulação de dados pessoais à revelia da necessidade de consentimento do titular nos casos em que se faça necessária para atender interesses legítimos do controlador ou de terceiros.

Trata-se o legítimo interesse de um conceito genérico, cuja própria dicção normativa prevê ressalva de que não se aplica no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais – exceção esta também consubstanciada em cláusula aberta -, cuja aplicação demanda interpretação da ANPD e dos tribunais, realizada em consonância com a própria lei, bem assim com outras fontes, como a experiência internacional.

Outras hipóteses legais que permitem o tratamento de dados pessoais são: a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros; execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados; a tutela da saúde, desde que operada exclusivamente por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; a proteção do crédito, em conformidade com a legislação pertinente, e o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

A abordagem legislativa no concernente aos dados pessoais cujo acesso é público determina que, em que pese essa publicidade, devem ser considerados, para fins de tratamento, a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização. Previsão similar foi endereçada aos dados tornados manifestamente públicos pelo titular, como, para limitar a um exemplo, é o caso das redes sociais.

Dessa maneira, ainda que determinada informação pessoal esteja no domínio público, o agente que intencione promover sua utilização, embora possa fazê-lo desde que observados os propósitos legítimos específicos para a nova finalidade, não o pode fazer livremente, sob pena de, ao utilizá-los em outra conotação, infringir princípios relativos à proteção de dados pessoais ou mesmo direitos da personalidade do titular daquelas informações.

Ficará a cargo do intérprete no caso concreto analisar a proporcionalidade e a razoabilidade do tratamento posterior dos dados pessoais de acesso público ou tornados públicos pelo titular.

Nos casos de tratamento de dados sensíveis, definidos no artigo 5º, II, da LGPD como sendo "*dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural*", encontram-se previstas no artigo 11 da Lei, sendo que as hipóte-

ses legais se assemelham às dos dados não sensíveis, com o acréscimo da garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, não havendo, ainda, a previsão de tratamento calcada no legítimo interesse.

3 QUESTÕES RELEVANTES ATINENTES ÀS HIPÓTESES LEGAIS RESIDUAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Como visto, o consentimento informado do titular dos dados se revela apenas uma das hipóteses legais em que se permite a manipulação dos dados pessoais, que contam, ainda, de um modo geral, com outras bases legais elencadas de modo específico na Lei 13.709/2018, bem assim o legítimo interesse do controlador ou de terceiros.

Dito de outro modo, se, dentre as bases legais previstas na legislação, não houver hipótese para o enquadramento do tratamento, restará ao controlador lançar mão de duas bases legais consideradas residuais para constituir a sua fundamentação: o consentimento do titular dos dados ou o legítimo interesse do controlador[17].

Consoante salientado por Pereira de Souza, Viola e Padrão[18], no caso do consentimento, o titular assume os riscos do tratamento em conjunto com o controlador, enquanto na hipótese de tratamento legitimado pelos interesses legítimos, o risco é absorvido pelo controlador.

Ocorre que, com as restrições impostas ao livre consentimento informado, o legítimo interesse do controlador acaba por ganhar importância como hipótese autorizadora do tratamento de dados.

Contudo, trata-se de cláusula geral, hipótese legal com ampla abertura a interpretação, e busca conciliar interesses aparentemente antagônicos, no sentido de evitar, de um lado, inviabilizar o fluxo e a explora-

17 MULHOLLAND, Caitlin; PALMEIRA, Mariana. As bases legais para tratamento de dados de crianças e adolescentes. In: FRAZÃO, Ana. Proteção de dados, inteligência artificial e crianças. In: LATERÇA, Priscilla Silva; FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). **Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes**. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro; Obliq, 2021. E-book. Acesso em 17 mar 2024.

18 PEREIRA DE SOUZA, Carlos Affonso; VIOLA, Mario; PADRÃO, Vinicius. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS INTERESSES LEGÍTIMOS DO CONTROLADOR NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. **Direito Público**, [S.l.], v. 16, n. 90, dez. 2019. p. 11. Disponível em: <https://portal.idp.emnuvens.com.br/direitopublico/article/view/3744>. Acesso em: 17 mar 2024.

ção regulares de dados pessoais, e de outro, permitir toda e qualquer operação de tratamento sem o devido cuidado em se analisar o cumprimento dos princípios e o atendimento dos direitos previstos na LGPD.[19]

Viola e Teffé[20] indicam que para haver um legítimo interesse pelo controlador, este deve ter algum benefício ou resultado claro e específico, não bastando afirmar a existência de interesses comerciais vagos ou genéricos, devendo detalhar o que se está tentando alcançar com a operação de tratamento específica, objetivo este que, ainda que relevante, não poderá ser ilegítimo, antiético ou ilegal.

A experiência europeia, através de parecer do então Grupo de Trabalho do Artigo 29, que restou consignado nas diretrizes de o texto da GDPR, propõe a adoção de um teste de ponderação (*legitimate interest assessment* - LIA) para se analisar a existência do legítimo interesse no tratamento dos dados pelo controlador, que envolveria quatro fases: a avaliação dos interesses legítimos; o impacto sobre o titular do dado; o equilíbrio entre os interesses legítimos do controlador e o impacto sobre o titular; e salvaguardas desenvolvidas para proteger o titular dos dados e evitar qualquer impacto indesejado.[21]

Elencam, ainda, o exemplo de aplicação da base legal do legítimo interesse com, oferecido pela Autoridade de proteção de dados do Reino Unido, na qual uma instituição financeira compartilha com uma empresa de cobrança dados de cliente que não comunicou alteração de endereço. A financeira possui legítimo interesse em recuperar a dívida e, ainda que envolvendo interesses contraditórios em relação ao cliente, mostra-se razoável que este espere que tais medidas sejam tomadas[22].

Adiante, concluem os doutrinadores que o legítimo interesse:

> a) pode ser a base mais apropriada em diversas hipóteses, devendo, porém, ser aplicada de forma proporcional e limitada, quando trouxer benefício claro e determinado para o controlador e/ou terceiro; b) poderá ser aplicado quando não causar um

19 PEREIRA DE SOUZA, Carlos Affonso; VIOLA, Mario; PADRÃO, Vinicius. Op. Cit. Loc. Cit.

20 VIOLA, Mario; TEFFÉ, Chiara S. Tratamento de dados pessoais na LGPD: Estudo sobre as bases legais dos artigos 7º e 11. p. 242. In: **Tratado de proteção de dados pessoais** / coordenadores Danilo Doneda ... [et al.] – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

21 VIOLA, Mario; TEFFÉ, Chiara S. Op. Cit. p. 244.

22 VIOLA, Mario; TEFFÉ, Chiara S. Op. Cit. p. 247.

> impacto elevado aos direitos e garantias do indivíduo; c) o indivíduo – titular dos dados – deverá esperar razoavelmente que seus dados sejam usados dessa maneira; e d) poderá ser aplicado quando não for possível ou não se desejar dar ao titular dos dados total controle ou, ainda, quando o controlador não quiser incomodá-lo com solicitações de consentimento para tratamentos que muito provavelmente seriam aceitos pelo titular[23].

Outro desafio, de ordem mais prática, é a aparente ausência de interesse econômico na simplificação do exercício do controle do titular sobre suas informações pessoais, visto que, embora respaldado por leis e normativas, o modelo de negócio dos agentes de tratamento não possui incentivos de índole econômica para conferir eficiência e efetividade ao exercício de seus direitos pelos indivíduos. A transparência, de igual maneira, pode ser encaixada nessa observação.

Nesse ponto pode ser eventualmente endereçado com uma atuação próxima da Autoridade nacional de dados, tal qual ocorrera com os direitos do consumidor junto às empresas de telecomunicações, intermediada pela respectiva agência reguladora (Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL), no qual mecanismos simples, práticos e acessíveis de denúncia de irregularidades foram implementados, o que, paulatinamente, gerou uma postura mais hígida por parte dos agentes econômicos envolvidos, trazendo melhorias significativas para aquele mercado regulado.

De igual maneira, outra percepção que cumpre mencionar acerca da obtenção do consentimento é a adoção de tecnologias que, já na sua concepção, objetivem facilitar o exercício do direito de escolha pelo titular dos dados, de modo a resguardar a privacidade desde a concepção do produto ou serviço, o que se convencionou chamar de *privacy by design* (PbD).

Outras questões relevantes atinentes às hipóteses legais residuais de tratamento de dados pessoais seguramente estão na agenda do dia da doutrina especializada, sendo certo, no entanto, que o objetivo do presente artigo foi tão somente pincelar algumas delas, sem, como dito, qualquer pretensão de exaurir o debate do tema.

4 CONCLUSÃO

A relevante e tormentosa tarefa de regular a atividade de tratamento de dados pessoais perpassa por consolidar a interpretação dos

23 VIOLA, Mario; TEFFÉ, Chiara S. Op. Cit.. Loc. Cit.

conceitos dispostos na LGPD, por vezes, como visto, propositalmente elásticos, e demandará a ampliação do debate e do esclarecimento do tema no âmago dos mais diversos nichos da sociedade, também no âmbito do setor público, reconhecidamente um grande e complexo agente de tratamento de dados por natureza.

A promoção do conhecimento junto à população, a edição de orientações e normativas complementares, o papel interpretativo, oriundo de um posicionamento democraticamente construído, porquanto aberto à interlocução com os agentes de tratamento e sociedade, bem assim a responsabilidade central pela atuação fiscalizatória encontra-se dentre as responsabilidades da autoridade de dados local, a ANPD.

Contudo, também se espera uma análise pontual de assuntos alusivos ao tema tratamento de dados pessoais e o direito fundamental à sua proteção, mediante casos concretos, por parte do Poder Judiciário, cujus precedentes também tomarão papel relevante na consolidação de uma cultura de proteção de dados pessoais.

No entanto, até que sejam consolidados tais posicionamentos, e mesmo em seu processo de construção pelos intérpretes em posições relevantes, as normativas e precedentes judiciais e administrativos alienígenas podem servir de fonte, ainda que para reflexão, na equalização dos conflitos de interesse que se deslavarem no país, visto não raro as situações enfrentadas guardarão alto grau de similitude, dado o caráter universal do direito à proteção de dados pessoais, bem como a atuação global de empresas, modelos de negócio e plataformas de tecnologia.

Portanto, embora o atual panorama normativo e institucional referente à proteção de dados pessoais no Brasil configure uma conquista coletiva, um verdadeiro avanço no processo civilizatório, compondo uma estrada bem pavimentada e sinalizada, para que o fluxo nela ocorra de maneira ordenada serão necessários informação e esclarecimento por parte de titulares dos dados e dos agentes de tratamento.

Além disso, o tráfego funcional e legítimo de dados dependerá, outrossim, do trabalho de comunicação, orientação, normatização e fiscalização por parte dos responsáveis institucionais pela supervisão e controle das atividades relacionadas à manipulação dos dados pessoais, os quais fundamentam de modo relevante a economia e, enfim, a sociedade majoritariamente digitais, e determinam, cada vez mais, nossa experiência humana.

REFERÊNCIAS

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto. gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 mar 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm>. Acesso em: 17 mar 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019.** Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm>. Acesso em: 17 mar 2024.

BRASIL. Presidência da República. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Conselho Diretor. **Portaria nº 1, de 8 de março de 2021**. Estabelece o Regimento Interno da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-16-de-8-de-julho-de-2021-330970241>. Acesso em: 17 mar 2024.

BRASIL. Presidência da República. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Conselho Diretor. **Resolução CD/ANPD nº 1, de 28 de outubro de 2021.** Aprova o Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo Sancionador no âmbito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cd/anpd-n-1-de-28-de-outubro-de-2021-355817513>. Acesso em: 17 mar 2024.

BRASIL. Presidência da República. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Conselho Diretor. **Relatório de Instrução nº 1/2024/CGF/ANPD.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/relatorio-de-instrucao-1_2024.pdf>. Acesso em: 17 mar 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e remaneja e transforma cargos em comis-

são e funções de confiança. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10474.htm>. Acesso em: 17 mar 2024.

BUCAR, Daniel; VIOLA, Mario. Tratamento dos dados pessoais por 'legítimo interesse do controlador': primeiras questões e apontamentos. In: **Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no direito brasileiro**. Ana Frazão, Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva (coord). São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

COOLEY, Thomas McIntyre. A treatise on the law of torts. Chicago: Callaghan, 1880. p. 29. Apud ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. O surgimento e o desenvolvimento do right of privacy nos Estados Unidos. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n.64, fev. 2015. Disponível em: <https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao064/Leonardo_Zanini.html> Acesso em: 17 mar 2024.

FRAZÃO, Ana. Proteção de dados, inteligência artificial e crianças. In: LATERÇA, Priscilla Silva; FERNANDES, Elora; TEFFÉ, Chiara Spadaccini de; BRANCO, Sérgio (Coords.). **Privacidade e Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes**. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro; Obliq, 2021. E-book. Acesso em 17 mar 2024.

MENDES, Laura Schertel; FONSECA, Gabriel C. Soares da. Proteção de dados para além do consentimento: tendências contemporâneas de materialização. **REI - Revista Estudos Institucionais**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 507-533, set. 2020. ISSN 2447-5467. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/521/510>. Acesso em: 17 mar 2024. doi:https://doi.org/10.21783/rei.v6i2.521.

PEREIRA DE SOUZA, Carlos Affonso; VIOLA, Mario; PADRÃO, Vinicius. Considerações iniciais sobre os interesses legítimos do controlador na lei geral de proteção de dados pessoais. **Direito Público**, [S.l.], v. 16, n. 90, dez. 2019. Disponível em: <https://portal.idp.emnuvens.com.br/direitopublico/article/view/3744>. Acesso em: 17 mar 2024.

TEPEDINO, Gustavo; SPADACCINI, Chiara. "Consentimento e proteção de dados pessoais na LGPD". In: **Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no direito Brasileiro**. Ana Frazão, Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva (coord). São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

VIOLA, Mario; TEFFÉ, Chiara S. Tratamento de dados pessoais na LGPD: **Estudo sobre as bases legais dos artigos 7º e 11.** p. 121. Tratado de proteção de dados pessoais / coordenadores Danilo Doneda ... [et al.] – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

A CORPOREIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA ESPECIAL: UM OLHAR PARA O DESENVOLVIMENTO DO SÍNDROME DE DOWN

Bruno Beatriz
Mestre em Educação
http://lattes.cnpq.br/6090722466652986
bruno31.beatriz@gmail.com

RESUMO: O presente Artigo irá abordar as contribuições das aulas de Educação Física nas escolas especiais, para pessoas com síndromes de Down, suas contribuições na aquisição da corporeidade e constituição dos saberes sistematizados fato presente na construção do conhecimento a partir do corpo na escola. Demostrar de como a disciplina de Educação Física está descrita e inserida na escola como linguagem.

Palavras-chave: Educação Física; Escola Especial; Síndrome de Down; Corporeidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo irá nos situar sobre as aulas e em especial na disciplina de educação física inserida dentro da escola especial onde procuramos demonstrar abordagens sob a corporeidade. Onde a corporeidade pode ser conceituada como relação interpessoal entre um corpo para com outro corpo e de um mesmo corpo com o meio em que vive. A corporeidade dentre vários aspectos, se insere no contexto do corpo em movimento retomado pela ideia de que por meio do movimento pode-se situar no mundo.

Durante as aulas de educação física trabalhamos conceitos e valências e exercitamos um ponto de vista que vai auxiliar na construção da corporeidade das pessoas com síndrome de Down. Por meio da taxonomia do desenvolvimento motor da Harrow que criou um organograma onde organiza a coordenação das atividades motoras incluindo uma resposta desde involuntária muito simples até competências aprendidas desde reflexos de nível baixo até a coordenação motora neuromuscular esquelética que representa o nível mais alto que foi desenvolvido baseada em estudos de pessoas com diferentes capacidades intelectuais.

DISCUTINDO A CORPOREIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA ESPECIAL

Durante as aulas de educação física é o momento onde as crianças tem a possibilidade de extravasar suas emoções e se manifestar livremente, por ser de modo geral, executada em um ambiente externo ou em espaços com liberdade para se manifestar, estão geralmente com seus pares, buscando estimular as trocas de experiências.

Esta socialização entre estudantes é riquíssima, estes momentos, acontecem semanalmente nas escolas a partir da lei de diretrizes de bases da educação nacional 9394/96 no seu artigo 26, portanto a educação física ao ser considerada componente curricular obrigatório, onde es crianças estão em modo de completa absorção de conhecimentos e onde estão se manifestando diversas frentes corporais de aprendizagem pela experiência, por exemplo por alguns sentidos básicos dos seres humanos. Como parte desta construção a socialização que estão imbuídas nas aulas de educação física faz a diferença demostrando por meio da citação de Florestan Fernandes que é essencial para a formação das pessoas. Parte da formação é social como nos mostra Florestan Fernandes,

> concentra-se na pesquisa e na interpretação das condições e possibilidades das transformações sociais. A transformação radical da sociedade brasileira é tema frequente em suas obras e aparece algumas vezes como desafio teórico e outras como perspectiva prática. (FERNANDES, PARANÁ)

Podemos utilizar os nossos sentidos momento este que estamos sendo estimulados contribuirá para a construção da corporeidade. Isto posto por meio destes sentidos, os estudantes estão vendo, ouvindo, sendo estimulados por outros colegas, sentindo cheiros a todo momento e geralmente estão em espaços diferenciados, presentes na escola, gramado ou quadra poliesportiva e, portanto, estão utilizando vários materiais que auxiliam nas aulas como: bolas, bastões, tatames dentre outros materiais com cores formas e pesos diferentes.

Utilizando a bola neste exemplo, temos uma bola que pode ser de couro ou de borracha, ambas têm texturas, cheiros e densidades, tamanhos e pesos diferentes já proporcionando experiências diferenciadas trazendo a experimentação ou vivências como forma de aprendizagem.

E sob esta perspectiva temos Maturana,

> [...} a formação humana do menino e da menina como tarefa educacional consiste na criação de condições que guiem e auxiliem a criança em seu crescimento como um ser capaz de viver no respeito a si mesmo e ao outro, que pode dizer não ou sim por ele mesmo e cuja individualidade, identidade e confiança em si mesmo não se findam na oposição ou diferença em relação aos demais, mas no respeito por si próprio, de tal modo que possa colaborar justamente por que não tem medo que a relação desmorone. (MATURANA p. 11 1995)

A partir deste conceito de Maturana descrito acima, corroborando que como a educação física escolar, tanto na escola regular como na escola especial agem como construtor de conceitos básicos que os estudantes levarão para toda a sua vida e que auxiliará na aquisição dos próximos conceitos que serão trabalhados na escola com os demais componentes curriculares da escola auxiliando na sistematização do processo de ensino aprendizagem.

Para tanto, neste artigo, a discussão versa sobre a educação básica na modalidade especial, entendendo como no ano de 2007 tivemos uma mudança onde as escolas especiais tiveram sua nomenclatura mudada para escola de educação básica na modalidade especial,

como também na modalidade da educação do campo, na modalidade de educação indígena dentre outras.

Podemos dividir os estudantes de um modo geral estruturalmente em hereditariedade, nutrição, estímulo social e cultural, fatores endógenos e exógenos, são pontos importantes a serem considerados, pois podem favorecer ou prejudicar o desenvolvimento de uma criança.

Esta obra fala de pessoas com síndrome de Down onde existem fatores que podem ou não prejudicar seu desenvolvimento como, estímulo social, com a privação de contatos com o mundo externo ou negligência familiar ao privar o contato com pessoas , quanto a exposição aos estímulos adequados durante as fases mais iniciais, fatores endógenos, onde podem ter ou não impedimentos físicos associados a síndrome e fatores exógenos como por exemplo após feitas as devidas estimulações nas fases iniciais, algum fator externo possa barrar o seu desenvolvimento, como, privação familiar e privação social na escola ou até subestimar as suas potencialidades.

> Assim, ao estudarmos o ser humano e seu desenvolvimento, devemos considera-los como união, uma integração dos diferentes domínios: cognitivo (processo de pensamento, linguagem, memória, reconhecimento de informações), afetivo (sentimentos e emoções), social (relação com os outros, influencias da sociedade, das instituições, dos grupos) e motor ou psicomotor (movimento, processor biológicos e motores). (GRESPAN, p. 35 2008)

A partir desta citação que nos mostra que a capacidade de força das crianças com síndrome de Down pode ser ampliada como a de qualquer criança sem síndrome de Down, ao passo que, para a criança com Down é necessário que faça o trabalho de estimulação desde muito cedo, fato este que será determinante para os avanços no desenvolvimento humano e na corporeidade do estudante como um todo.

E sob este aspecto,

> A capacidade motora dessas crianças pode ser ampliada mediante a estimulação, há grandes variações nesse setor, pois existem crianças que foram muito motivadas desde que nasceram e seus avanços são importantes (GONZALES, p. 91, 2007).

No fator cognitivo, as crianças com síndrome de Down têm dificuldades no processamento de informação e principalmente em processos

sequenciais, no entanto com a resolução de questões manipulativas e visual tem melhores condições do que de forma verbal, abstrata ou auditiva.

Com estes dados, o professor pode proporcionar diversas atividades e promover o reforço e ou adaptações, a fim de que haja a compreensão destas atividades durante as aulas de educação física, valorizando o aspecto visual do movimento, em demonstrações práticas exibidas pelo professor, em detrimento a apenas a explicação verbal, promovendo assim, uma efetiva educação corporal.

> Sem viver concretamente, corporalmente, as relações espaciais e temporais de que a cultura infantil é repleta, fica difícil falar em educação concreta, em conhecimento significativo, em formação para a autonomia, em democracia e assim por diante" (FREIRE, p. 14, 1989).

Desta forma podemos observar que com as vivências promovidas durante as aulas de Educação Física vão colaborar de forma ostensiva na construção da corporeidade e na emancipação das pessoas com síndrome de Down.

Na Escola de Educação Básica na Modalidade Especial, durante as aulas de Educação Física, se faz quando necessário, adaptações para contemplar todos os estudantes, se não necessário, seguem o planejamento e na medida que cada um executa a atividade a seu modo, retirando daquele momento aprendizagens importantes para seu desenvolvimento e vão se construindo e se fazendo conexões que irão auxiliar na concretização da corporeidade. Processo que contribui nas atividades em sala de aula com os demais componentes curriculares auxiliando na interdisciplinaridade.

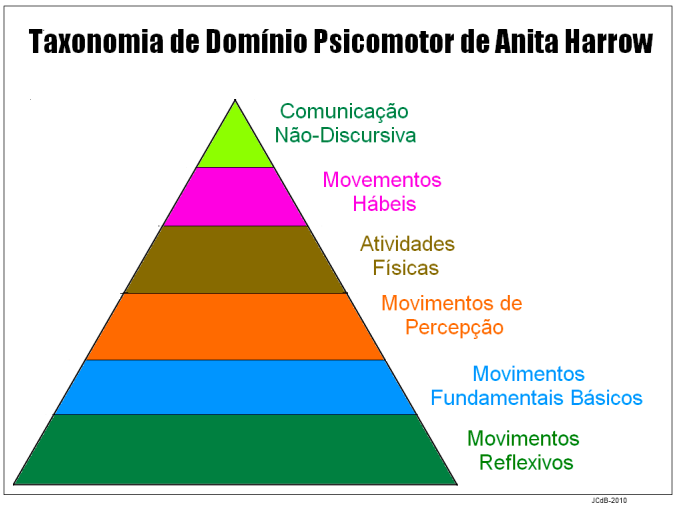
Para demostrar os domínios obtidos por meio dos movimentos temos um organograma de Anita Harrow para ilustrar os níveis de aprendizagens:

> {...}podemos utilizar a sequência de desenvolvimento de Anita Harrow que nos mostra que; o movimento é a chave da vida e existe em todas as formas com que está se apresenta. Quando o homem desempenha movimentos intencionais, ele está coordenando os domínios cognitivo, psicomotor e psíquico. (HARROW, p. 18, 1983)

Com base na sequência do desenvolvimento de Harrow temos a Taxonomia de Domínio Motor.

A capacidade de se entender o humano a partir da corporeidade, é um instrumento de trabalho do profissional de Educação Física e como tática de articulação para melhor planejamento e desenvolvimento de suas aulas na escola. Neste organograma mostrara as fases do desenvolvimento.

Figura 1 – Taxonomia de Domínio Motor



Fonte: imagem de domínio público- www.discoveries.com.br

Neste organograma os movimentos reflexos movimentos realizados em resposta a estímulos. São movimentos involuntários, mas podem ser considerados como a base essencial para o comportamento motor, os movimentos básicos fundamentais são aqueles padrões motores inatos que formam a base para a destreza de movimentos complexos e especializados. Incluem se, nesse segundo nível, os movimentos locomotores, não locomotores e manipulativos (preensão e rapidez). Nas capacidades perceptivas são todas as modalidades de percepção, tais como; cinestésica, visual, auditiva, tátil e de coordenação.

Capacidades físicas são características funcionais de vigor orgânico, base essencial para o desenvolvimento de destrezas motoras. Incluem- se, nesse quarto nível, resistência a força, flexibilidade e agilidade (HARROW, 1983).

Destrezas motoras são o resultado da aquisição de um grau de eficiência no desempenho de uma tarefa motora complexa. Movimentos complexos que exigem aprendizagem (destrezas simples, compostas e complexas). Comunicação não verbais movimentos comunicativos, expressivos e interpretativos, utilizados para dramatização, dança e ginástica rítmica.

As sistematizações são utilizadas em escolas regulares e escolas especiais, pois em se tratando do desenvolvimento de crianças com síndrome de Down e sem a síndrome são muito próximos.

> Em exames realizados no desenvolvimento evolutivo das pessoas com Síndrome de Down foi possível contatar que durante os 15 primeiros anos de vida, ocorre um crescimento mental-intelectual rápido, embora não possa ser igualado aos sujeitos normais; posteriormente entre 35 a 40 anos a aprendizagem é mais lenta. (GONZALES, 2007, p. 91)

A escola e os professores assumem um papel fundamental na construção do conhecimento sistematizado por criarem ocasiões intencionalmente elaboradas e pensadas para sair da zona de conforto onde os estudantes, promovendo assim reais condições para o ensino-aprendizagem e também estimular e ou despertar a curiosidade de querer continuar aprendendo.

Segundo Mattos e Neira;

> A epistemologia genética constatou que o processo de aprendizagem é "individual" para o aluno, o que equivale dizer que cada criança aprende do seu jeito e de forma diferente dos colegas, apresenta formas diferente de interação e, ao construir estruturas cognitivas distintas, será desequilibrada diferentemente nas mesmas situações didáticas. Portanto, em uma turma com quarenta alunos, haverá quarenta processos individuais de construção do conhecimento, mobilizados diferente mente nas mesmas atividades de ensino. Ao apontar a importância da equilibração e da interação do meio na sua relação com o fazer pedagógico, podemos concluir que é a reflexão do professor na ação (elaborando atividades, proporcionando novas e diferentes interações durante as atividades, reorganizando grupos, lançando questionamentos) que proporcionará a estruturação de novos conhecimentos, isto é a ascensão a níveis mais elevados dos saberes empregados para a solução dos problemas apresentados. (MATTOS E NEIRA, p. 50/51, 2008)

De forma diferente do que se pregava no passado, o interesse e o centro do processo são professor/aluno/conhecimento e não somente o estudante, neste momento o professor necessita se manter atento as qualidades das interações proporcionando-lhes sempre um desequilíbrio ou desconforto para que se gerem novas questões e se criem novas possibilidades de aprendizagens, e assim será uma efetiva participação real do estudante.

Embora em um ritmo mais lento, estas ocorrências podem ser perfeitamente reversíveis e/ou atenuadas quando a criança com síndrome de Down é submetida a um atendimento específico, estimulando o desenvolvimento pleno de suas capacidades próprias. Sobre este ponto de vista Canning e Pueschel exemplificam:

> Se na criança "normal" a aprendizagem de tais atividades exige uma boa parcela de prática e experiência, quanto mais trabalho, paciência e treinamento não serão necessários para a criança com Síndrome de Down! Esta criança tem que ultrapassar um grande número de obstáculos que desaceleram o ritmo de sua aquisição de habilidades [...] (CANNING e PUESCHEL, p. 17, 2003).

Torna-se importante ressaltar que as etapas de desenvolvimento são as mesmas em indivíduos com síndrome de Down ou não, ocorrendo apenas em um ritmo mais lento, como foi afirmado anteriormente. Nesta perspectiva, "vale observar que enquanto um ser humano normal atinge seu desenvolvimento pleno no final da adolescência (18 anos em média), as pessoas com síndrome de Down só o fazem por volta dos 30 anos". (WERNECK, p. 54, 1992).

CONCLUSÃO

Neste estudo podemos concluir e afirmar que as aulas de Educação Física é um dos elementos fundamentais no processo de ensino/aprendizagem e que as práticas, que, corroboram para as atividades desenvolvidas nos demais componentes curriculares ministradas em sala de aula.

Demostrando o importante papel e responsabilidade dos professores de Educação Física no processo de aquisição e desenvolvimento da corporeidade e da aprendizagem sistematizada geral.

E sob esta ótica e levando em consideração o ritmo mais lento na aprendizagem das pessoas com síndrome de Down, e, que se forem estimulados corretamente, valorizando, focando nas potencialidades e

começando os estímulos o mais cedo possível será de grande valia para na construção de suas aprendizagens.

E utilizando de referências importantes que embasam e norteiam este artigo e corroboram nosso estudo, seguimos promovendo interesse na pesquisa continuada neste importante segmento da população brasileira.

REFERÊNCIAS

CANNING, C.D. PUESCHEL, S. M. Expectativas de desenvolvimento: visão panorâmica. *In*: PUESCHEL, S. M. (Org) **Síndrome de Down, guia para pais e educadores**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003, p. 105-114.

GRESPAN M. R., **Educação Física no Ensino Fundamental Primeiro Ciclo**: Papirus, 2002.

GONZALES, E., **Necessidades Educacionais Específicas intervenção psicoeducacional.** Artmed, 2007.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro teoria e pratica da educação física.** Scipione, 1989.

WERNECK, C. **Muito prazer, eu existo:** um livro sobre o portador de Síndrome de Down. São Paulo, SP: Moderna, 1992.

MATURANA, Humberto e PEZEPKA, Sina N. **Formación Humana e Competición.** Santiago- Chile 1995, p. 11.

MATTOS M. G., NEIRA M. G. **Educação Física Infantil Construindo o Movimento na Escola**. Phorte, 2008.

DEFINIÇÃO DE SOCIOLOGIA. Disponível em: http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=689 Consultado em 06/08/23 as 15:33.

BRASIL. LEI 9394/96, Disponível em: http://portal.mec.gov.br Consultado em 25/11/2021 as 14:40.

GERENCIAMENTO DO PROJETO DE EXPORTAÇÃO: ANÁLISE DOS RISCOS

Miriam Ferreira da Silva
Pós-graduada em Gestão de Projetos e Processos
http://lattes.cnpq.br/9368172639537623
ferreiramiriam811@gmail.com

RESUMO: O mercado global é uma alternativa para as empresas que pretendem maximizar seus lucros e internacionalizar seus produtos. A possibilidade de novos horizontes além de sua nacionalidade, faz com que haja o que hoje conhecemos como processo de exportação. Com isso, uma série de situações devem ser analisadas e levadas em consideração, uma vez que operacionalizar uma exportação é algo complexo, porém quando bem planejado se torna de fácil compreensão e elaboração. Um bom planejamento estratégico acompanhado de uma gestão de riscos, devem ser pilares para este tipo de operação. Uma vez que requer um estudo elaborado sobre as vantagens e desvantagens desse processo. A empresa deve ter em mente que um projeto de exportação deve ter necessariamente um apetite de riscos onde ali possa se mitigar os valores financeiros, a logística, os acordos e contratos celebrados a fim de esclarecer e ampliar as chances de tudo ocorrer de forma correta e bem sucedida nessa operação. Este artigo busca contextualizar sobre os riscos dessa operação, usando o gerenciamento de riscos para podermos minimizar custos excedentes e ativar um novo pensamento sobre o mundo globalizado.

Palavras-chave: Exportação; Gerenciamento de riscos; Internacionalização de empresas.

1 INTRODUÇÃO

O processo de exportação de produtos para determinado país, acarreta além de uma expansão na empresa idealizadora da venda, como também uma necessidade de pensamento estratégico para seu negócio. Além de uma expansão, existem outros impactos positivos que podem fazer da empresa, uma celeiro de conhecimento e inovação quando o assunto é exportar. Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil), os maiores impactos positivos para a empresa são:

- → Aumento do valor da marca pela presença internacional;
- → Maior capacidade de atendimento e resposta a clientes globais;
- → Diferenciação frente a concorrentes domésticos e/ou menos internacionalizados;
- → Proximidade com seus consumidores finais;
- → Diminuição de riscos pela diversificação de mercados;
- → Acesso a fatores de produção mais baratos; e
- → Economia de escala

Conhecer o mercado internacional, saber qual país o seu produto será destinado, a cultura, os costumes daquela determinada sociedade são fatores primordiais que devem ter dados coletados e analisados, pois todas essas questões são importantes para a gestão do projeto de exportação. As respostas a tantas incertezas e dúvidas, principalmente no cenário interior, surgem a partir de uma gestão de riscos.

A qual trabalhará com diversos cenários, sempre visando as probabilidades do futuro do projeto. Tais respostas serão alvo de projeções aos riscos do projeto a fim de verificar a real necessidade do exportador em se adequar ao cenário analisado. Minimizando custos e excedentes econômicos na atividade exportadora.

Custos com o manuseio do produto, embalagem adequada, logística internacional e principalmente o preço de um bom produto são fatores de suma importância e atenção na hora de exportar. O Brasil é beneficiado por sua geografia, onde os países vizinhos são próximos e detém reconhecimento internacional por sua liderança no Mercosul e América Latina como um todo.

Porém esses benefícios não afastam as atividades exportadoras de riscos ao longo de seu caminho, tanto no negócio quanto na parte fí-

sica e logística. Para que possamos mitigar riscos, necessariamente precisaremos apostar fielmente em uma gestão de riscos. Trazendo à tona um estudo minucioso dos desafios que deverão ser enfrentados.

2 PROJETO INICIAL

O projeto inicial tem como visão a ampliação do conhecimento sobre a atividade exportadora e seus riscos e incertezas que estão ao seu redor. Dentro dessas perspectivas, podemos planejar vários cenários para o futuro, segundo Courtney (2001): Futuro projetivo, futuro alternativo, futuro em gama contínua e um futuro ambíguo. Os quais trazem consigo definições necessárias para se compreender por onde devemos começar a definir e mapear nosso projeto. Veja tabela 1:

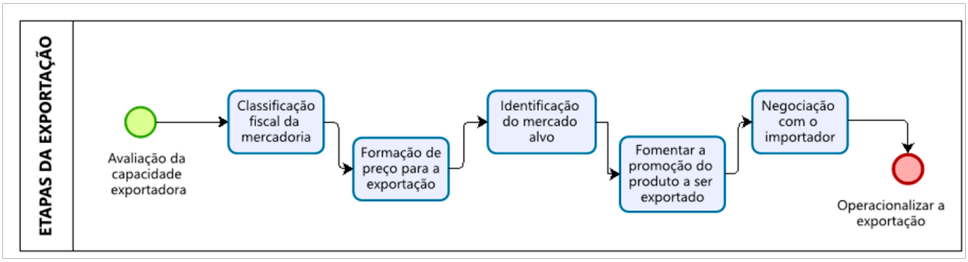
Tabela 1 – Tipo de visão de futuro do projeto

Futuro projetivo	Uma continuação do passado (no caso, modelos de exportações passadas que no caso a empresa pode estudar para que as incertezas e riscos sejam minimizados).
Futuro alternativo	Uma série de resultados limitados a poucas variáveis estratégicas na exportação.
Futuro em gama continua	Ilimitados resultados possíveis com várias variáveis contínuas.
Futuros ambíguo	Pode ter resultados diferentes do que acontece no presente ou pode ser que nem tenha os resultados esperados onde tenha a necessidade de avaliar vários resultados ao longo do tempo.

Fonte: Courtney (2001)

A visão de futuro é um ponto positivo para que possamos analisar a exportação de uma outro modo além da venda de produtos para determinado país. Melhorando assim a nossa visão do projeto inicial torna-se fundamental o mapeamento da atividade para que possamos ter a oportunidade de enxergar todos os pontos principais e secundários. Veja o diagrama do fluxo das etapas iniciais de exportação abaixo.

Diagrama do fluxo das etapas iniciais da exportação



Fonte: SISCOMEX, 2021 (adaptado pelo autor).

As etapas da exportação quando expostas de uma forma geral (tabela 2) servem para levantar uma série de questionamentos essenciais que mitigam riscos e incertezas futuras, sendo assim, pontuais e cirúrgicas no momento da operação. Mapeando dessa forma, a visão do projeto torna-se mais clara e exata, na hora de operacionalizar o projeto.

3 PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

Assim como o mapeamento e desenvolvimento estratégico, os riscos não fogem da regra de serem analisados e levados em consideração em qualquer tipo de atividade. O processo de gestão de riscos deve caminhar lado a lado com todas as áreas competentes para o desenvolvimento do projeto. Considerando o conhecimento prático e teórico das partes envolvidas. A necessidade de um equilíbrio estratégico entre: Recursos + Processos + Resultados, visa não apenas o futuro, mas também o presente juntamente com a experiência do passado, levando a hipóteses de contextos tanto internos quanto externos. Caso um desses pilares (recursos + processos + resultados) não esteja de acordo com a visão e valores da atividade, o projeto tende a não ser eficiente, considerando assim a necessidade de alinhamento das partes envolvidas e focando no resultado satisfatório a todos.

Segundo o PMBOK edição 6 é necessário que exista preliminarmente um planejamento da gestão de riscos, pois:

> Planejar o Gerenciamento de riscos é o processo de definição de como conduzir as atividades de gerenciamento dos riscos de um projeto. O principal benefício desse processo é garantir que o grau, o tipo e a visibilidade do gerenciamento dos riscos sejam proporcionais tanto aos riscos como à importância do projeto para a organização e para as outras partes interessadas. Esse pro-

> cesso é realizado uma vez ou em pontos pré definidos no projeto. (Guia PMBOK® 6a. ed. – EUA: Project Management Institute, 2017. BORGES, Carlos; ROLLIM, Fabiano.)

A gestão de riscos deve ser planejada juntamente com os primeiros rabiscos do projeto, e logo em seguida executada com as outras áreas envolvidas. Tendo em vista que durante a execução do projeto os riscos podem mudar, tornando-se variáveis que de certa forma são objetos de investigação e desenvolvimento de resultados.

Tabela 2 – Planejamento do gerenciamento de riscos

Entradas	Ferramentas	Saídas
Fatores ambientas da empresa	Análise e reuniões com a equipe	Plano de gerenciamento de riscos
Escopo do projeto		
Plano de gerenciamento		

Fonte: PMBOK 6ª, 2017, adaptado pelo autor.

Os fatores ambientais da empresa são os divisores de águas onde traduzem dentro do projeto qual o grau e interesse que a empresa tem sobre tal projeto e sua maturidade para assumir os riscos tanto negativos quanto positivos de seus objetivos, que de forma direta influenciarão no gerenciamento do projeto.

Desenhando assim o escopo do projeto para que seja analisado e discutido em reunião com todos os envolvidos sobre a necessidade de mudanças referente a forma de conduzir o projeto. O escopo auxilia a visualizar de forma mais transparente os passos dados dentro dos processos.

Para que tenha-se um plano de gerenciamento de riscos compatível com as respostas esperadas para tal projeto. Traduzindo assim os componentes fundamentais na tomada de decisão sobre as responsabilidades dos envolvidos, na análise dos riscos, no tempo e no orçamento do projeto.

Levando em consideração a parte prática e burocrática das ideias a serem implementadas em um projeto, é necessário documentar todos os momentos do projeto, documentos que auxiliam as entradas e saídas, conforme as pautas do quadro abaixo:

Tabela 3 – Assuntos necessários na documentação do projeto

Entradas
Termo de abertura de processos
Plano de gerenciamento do projeto
Observar os fatores ambientais da empresa
Ativos de processos organizacionais
Saídas
Estratégias de riscos
Metodologia
Papéis e responsabilidades
Financiamentos
Prazos
Categoria dos riscos

Fonte: PMBOK, 6a (2017), adaptado pelo autor.

Os documentos do projeto além de memorizar todos os passos do projetos, auxiliam a apresentação das propostas aos stakeholders, uma vez que eles não estão diretamente envolvidos no desenvolvimento do processo.

Outra parte fundamental é a ligação que necessariamente precisa existir das políticas organizacionais de riscos da empresa com as categorias de riscos dos projetos, uma vez que esse link traz mais segurança operacional e até mesmo jurídica dentro da organização.

Com isso, é possível levantar dados para serem apresentados às partes interessadas e determinar o apetite de riscos que estão disposto a correr. Tendo em vista os impactos sobre o objetivo do projeto. Tais como as probabilidades, o tempo, custo e a qualidade nas operações de exportação.

4 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Coletando as informações sobre o projeto, é necessário, portanto, identificar em cada fase os possíveis riscos das operações. Segundo o PMBOK, Ed. 6

> Identificar riscos é o processo de identificação de riscos individuais do projeto, bem como as fontes de risco geral do projeto, e de documentar suas características. O principal benefício deste

> processo é a documentação de cada risco de projeto existente e as fontes gerais de riscos do projeto. Também reúne informações para que a equipe do projeto possa responder de forma apropriada aos riscos identificados. Este processo é realizado ao longo do projeto. (Guia PMBOK® 6a. ed. – EUA: Project Management Institute, 2017. BORGES, Carlos; ROLLIM, Fabiano. p. 462)

Os questionamentos referentes ao projeto surgem conforme a demanda planejada. Tendo em vista, o caso de um projeto de exportação, podemos analisar seguindo as etapas que envolvem todo o processo, as entradas, meios e as saídas. Conforme abaixo:

Avaliação da capacidade exportadora --> Existe a capacidade de produzir uma quantidade necessária para se exportar? A embalagem que minha mercadoria será exportada tem capacidade de percorrer um longo caminho sem avaria?

Classificação fiscal da mercadoria --> Qual é o meu produto? É perecível? Tenho incentivos fiscais para a exportação desse produto? Qual NCM adequada a ser utilizada? Se exportado para fora do Mercosul, qual HS Code deve ser usado? Quais as leis fiscais do país comprador? Tenho algum benefício fiscal no país que pretende exportar?

Formação de preço para exportação --> O preço que darei a meu produto corresponde com o mercado que ele está indo? Terei um saving positivo com o meu investimento? Dentro do preço é necessário calcular todas as minhas despesas com essa operação.

Identificação do mercado alvo --> Qual a cultura do país que meu produto será exportado? O país alvo tem restrições com alguma composição, ingrediente que meu produto tem?

Fomentar a promoção do produto a ser exportado -->Qual será minha estratégia de marketing para o desenvolvimento do meu produto? Minha marca tem registro? Minha logo marca condiz com o produto que eu quero entregar?

Negociação com o importador --> Qual tipo de contrato irei celebrar? Qual incoterm?

Operalizar a exportação --> Qual o custo dessa operação? Quem eu preciso procurar para fazer os trâmites burocráticos da exportação? Quais as credenciais preciso ter na Receita Federal, Sistema de Comércio Exterior (SISCOMEX)?

Respondida a todas as questões levantadas em cada fase da exportação, podemos iniciar os indicadores de onde devemos intervir

com propostas estratégicas referente a possíveis riscos na operação. A identificação dos riscos pode incluir não só a equipe que está desenvolvendo todo o roteiro do projeto como também os stakeholders, clientes, especialistas e usuários finais, pois a necessidade de esclarecer todos os desafios a serem enfrentados precisa ser exposta a todos a fim de saber qual o apetite de riscos que o grupo tem interesse de percorrer.

Facilitando assim a divisão dos riscos individuais os quais terão um dono particular, e aqueles que envolvem todos de uma forma geral, como o risco financeiro e cronológico.

A ferramenta de análise Matriz SWOT nos ajuda nas tratativas de identificação tanto de riscos (fraquezas) quanto de forças, oportunidades e ameaças. Veja a tabela 4:

Tabela 4 – Matriz SWOT

STRENGHTS (FORÇAS)	**WEAKNESSES (FRAQUEZAS)**
Quais as vantagens competitivas?	Como é a qualificação das pessoas envolvidas?
Qual o nível de conhecimento de exportação?	Qual motivo contribui para a perda de vendas?
Quais os recursos e tecnologias disponíveis?	Qual o feedback do cliente local sobre meu produto?
Qual o diferencial do meu produto para o mercado?	Qual principal gargalo hoje?
O que pode ser feito de melhor e com menor esforço?	
OPPORTUNITIES (OPORTUNIDADE)	**THREATS (AMEAÇAS)**
Quais os problemas sem solução satisfatória no mercado?	Quais as oscilações na taxa de câmbio e crises econômicas no atual cenário global?
Quais as dificuldades que passam os concorrentes?	Qual será minha adaptação a novas tecnologias e as novidades do mundo?
Quais influências sociais e políticas podem ser favoráveis ao meu produto?	Como lidar com a legislação que regula o setor do meu produto no país de destino?
Quais as novas tecnologias podem ser favoráveis ao meu negócio?	Como as mudanças culturais impactarão no meu produto?

Fonte: Tabela desenvolvida pelo próprio autor. (2021)

Analisado as forças, ameaças, oportunidades e fraquezas, pode-se começar a identificar os riscos individuais os quais terão um dono o qual será responsável pelo pensamento estratégico para mitigar ou melhorar as perspectivas para aquele determinado risco. A matriz SWOT se torna uma ferramenta fundamental pois nos faz analisar tanto de uma visão interna quanto externa, se preocupando com os aspectos de fora do projeto que também influenciam de forma significativa nas decisões.

5 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Após o processo de identificação dos riscos do projeto, é necessário analisá-los e classificá-los dentro dos limites expostos desde do começo sobre o grau de apetite dos riscos que os envolvidos estão dispostos a percorrer.

Deve-se ser levado em consideração que os riscos, não estão presentes apenas no financeiro e os resultados finais, mas, a cadeia logística da exportação também é um fator determinante, que se não dada seu valor pode afetar toda a operação. Para melhor explicação, podemos separar os riscos em tipo 1, 2 e 3.

Os riscos tipo 1, acontecem dentro da própria empresa. Medir a capacidade que hoje é produzida e o quanto pode aumentar a produção para atender novos clientes internacionais, melhorando a qualidade do produto e levando a proposta sobre foco *no* cliente e o foco *do* cliente.

A necessidade de compreender quem é o cliente, se faz presente trazendo facilidade em gerenciar as propostas de marketing e comunicação. Podendo assim classificar como risco tipo 2, a conexão entre produto e cliente. Uma vez que a proposta de nosso produto é adentrar em um novo país, levando a nacionalidade brasileira, porém se conectando e respeitando as regras e leis do país comprador.

E por fim, os riscos externos como as crises econômicas, a variação da taxa do câmbio, preço de frete e serviços contratados podem ser classificados como riscos de grau tipo 3. Riscos que são previsíveis porém não são fixos e que mesmo com cálculos de probabilidade podem apresentar uma variação maior que a calculada, tendo em vista o cenário global está em constante transformação.

Dentro da exportação, podemos medir e gerir riscos de várias formas, tendo em vista o foco no produto a ser exportado e suas peculiaridades, se a exportação for de alimentos, produtos com validades curtas ou de cuidados específicos em seu manuseio.

Podemos ter uma análise diferente, pois cuidados com a temperatura e embalagem devem estar sempre presente entre os principais focos para mitigação de riscos e que o produto não seja danificado durante o seu processo logístico até o destino final.

Nesse momento, a equipe de qualidade deve entrar em ação, buscando as melhores formas para que o produto seja entregue ao consumidor final da melhor forma. Todos os cuidados com a qualidade são necessários não apenas em situações de produtos perecíveis, mas também de uma forma geral para todos os bens de consumo a serem vendidos internacionalmente. Uma vez que além do produto, a empresa carrega consigo a sua nacionalidade, o que de forma direta impacta na visão sobre o produto.

Identificar um responsável para cada risco encontrado e exposto torna-se necessário pois estimula o planejamento de uma resposta a ele de forma adequada e garante as chances de ser implementada uma rápida solução para tal risco.

Realizar uma análise qualitativa dentro do processo de exportação, faz com que aconteça uma prioridade de estratégias. Para auxiliar em tal ação, desenhar o fluxo do processo deixa mais visível onde deve ser tomado medidas preventivas e intervenções necessárias durante todo o ciclo de vida do projeto.

Para se obter melhor desempenho na análise dos riscos, devemos considerar que é necessário desenvolver uma análise qualitativa e outra quantidade sobre os riscos que podem afetar de forma direta toda a estrutura do projeto. Desempenhando assim um papel fundamental em categorizar os desafios enfrentados.

Abordando diretamente os fatores de categorização dos riscos, a análise qualitativa melhora a visibilidade dos mesmos e define o nível e o grau de tempo a ser doado para resolução de tais questões. Utilizando assim o grau de probabilidade dos acontecimentos e o impacto que o projeto teria se for atingido por tal risco, influenciando na mudança dos custos, cronograma e a qualidade do projeto.

A análise qualitativa deve estar presente em todas as etapas do projeto, tanto nas entradas, nas saídas, quanto nas ferramentas utilizadas. Segundo o Guia PMBOK (2004) ela deve estabelecer as seguintes conexões:

5.1 Entradas

- Ativos de processos organizacionais;

O Estudo sobre os dados de projetos passados, as lições aprendidas ao longo do tempo e as necessidades de mudanças.

- Declaração do escopo do projeto;

Os riscos mais frequentes dentro do projeto e sua forma de resolução, usando artifícios tecnológicos para o desenvolvimento de respostas rápidas e funcionais.

- Plano de gerenciamento de riscos;

Os principais pontos que devem ser incluídos logo no planejamento do gerenciamento de riscos se dizem respeito ao cronograma, a categorização dos riscos e o orçamento, onde deve ser considerado uma variável, uma vez que ao longo do tempo, os objetivos podem ser modificados de acordo com o apetite de riscos o gerente do projeto e as partes interessadas estão dispostas a percorrer. E uma vez não discutidas logo no início do projeto, devem ser apresentadas durante a análise qualitativa dos fatos.

- Registro de riscos

Registrar os riscos identificados.

5.2 Ferramentas e técnicas

- Avaliação de probabilidade e impacto de riscos;

Avaliar as particularidades de cada risco torna-se elemento fundamental para se entender as necessidades reais para cada risco. Facilitando a probabilidade de saber se cada caso terá chances de acontecer da forma prevista e seus impactos. Mesmo que no primeiro momento o grau de probabilidade para determinado acontecimento seja baixo, ele não pode ser descartado, deve ser encaixado em uma lista onde será monitorado ao longo do projeto.

- Matriz de probabilidade e impacto;

Com a categorização de cada risco, a avaliação da importância dada torna-se mais fácil. Utilizando uma matriz de probabilidade para tais julgamentos.

Matriz de probabilidade e impacto

MATRIZ DE PROBABILIDADE E IMPACTO					
	Muito baixo / 0,05	Baixo / 0,10	Moderado / 0,20	Alto / 0,40	Muito alto / 0,80
Custo	Aumento de custo não significativo	Aumento de custo < 10%	Aumento de custo de 10% a 20%	Aumento de custo de 20% a 40%	Aumento de custo > 40%
Tempo	Aumento de tempo não significativo	Aumento de tempo < 5%	Aumento de tempo de 5 a 10%	Aumento de tempo de 10 a 20%	Aumento de tempo > 20%
Escopo	Diminuição do escopo quase imperceptível	Área menos importantes do escopo afetadas	Áreas importantes do escopo afetadas	Redução do escopo inaceitável para o patrocinador	Item final do projeto sem nenhuma utilidade
Qualidade	Degradação da qualidade quase imperceptível	Somente as aplicações mais críticas são afetadas	Redução da qualidade exige a aprovação do patrocinador	Redução da qualidade inaceitável para o patrocinador	Item final do projeto sem nenhuma utilidade

Fonte: Guia PMBOK (2004)

5.2.1 Avaliação da qualidade dos dados sobre riscos

A partir da pesquisa inicial é necessário que os dados obtidos sejam de extrema qualidade e confiabilidade, pois são eles que irão ajudar no desenvolvimento do projeto, trazendo experiências e lições aprendidas do passado para melhor desempenho durante o ciclo de vida do projeto.

Utilizar dados não confiáveis torna a análise insuficiente e nada produtiva para ser utilizada dentro do projeto.

5.2.2 Categorização de riscos

Utilizando uma Estrutura Análitica de Riscos (EAR), é possível categorizar minuciosamente os riscos a fim de priorizar o que realmente deve ser priorizado e realizar uma lista de riscos que devem ser observados e analisados conforme o decorrer do projeto.

5.2.3 Avaliação da urgência do risco

Categorizando os riscos com a EAR facilita a avaliação daquilo que será urgente e o que pode ser analisado de forma passiva. É muito importante determinar que o senso de urgência deve sempre existir. Uma vez que existem riscos além dos que foram descritos no início e que em sua maioria necessitam de respostas rápidas para que o projeto continue a existir.

5.3 Saídas

5.3.1 Registro de riscos (atualizações)

Durante todo o projeto é necessário o registro e atualizações sobre o desenrolar de todo o projeto. O registro dos riscos deve começar durante a identificação dos mesmos, pois facilita além de esclarecer para as partes interessadas os problemas a serem enfrentados, como também as lições aprendidas que no futuro servirão de base para o desenvolvimento de novos projetos da espécie.

Dessa forma, a análise qualitativa se torna uma maneira fácil e econômica para estabelecer as regras. Devendo assim, ser usado ao longo de todo o ciclo de vida do projeto.

A análise quantitativa trabalha conforme os riscos classificados dentro da análise qualitativa, numerando e identificando assim as necessidades de cada risco. Segundo o Guia PMBOK (2004), os principais objetivos dessa análise é:

- → Quantificar os possíveis resultados do projeto e suas probabilidades;
- → Avaliar a probabilidade de atingir objetivos específicos do projeto;
- → Identificar os riscos que exigem mais atenção quantificando sua contribuição relativa para o risco total do projeto;
- → Identificar metas realistas e alcançáveis de custo, cronograma ou escopo, quando fornecidos os riscos do projeto;
- → Determinar a melhor decisão de gerenciamento de projetos quando algumas condições ou resultados forem incertos.

Compreender que as duas formas de análise (qualitativas e quantitativas) necessitam caminhar juntas pois uma faz link para a outra

é a principal ferramenta para se desenvolver uma ótima análise do projeto. Buscando o aperfeiçoamento das atividades a serem desenvolvidas.

6 RESPOSTAS AOS RISCOS

Todo o desenvolvimento do projeto desde das entradas, ferramentas e saídas é monitorado para que tenha-se uma identificação e análise dos riscos ali presentes. As respostas aos riscos do projeto, nascem logo após tais etapas de identificação e análises, fazendo com que dentro do processo existam opções e ações para aumentar oportunidades e reduzir possíveis ameaças dentro do ciclo de vida do projeto.

Além da identificação, é importante a categorização de uma prioridade no atendimento dos riscos. Quando divididos entre os membros da equipe fica mais fácil seu monitoramento e resposta, dado o valor adequado e dividindo assim os recursos a serem utilizados.

As ações tomadas devem condizer com o tempo e orçamento do projeto, conforme estipulado no início e o necessário. É interessante levar em consideração que os riscos podem ser oportunidades perfeitas para um direcionamento melhor na qualidade do projeto.

Podendo assim considerar ameaças ou oportunidades, impactando tanto nas respostas quanto na maturidade que a empresa tem para se desenvolver em meio a cenários diferentes do seu habitual.

O registro dos riscos deve ser feito conforme a sua identificação inicial. Tendo informações como a causa-raiz ponto chave para suas respostas. Esse registro deve ser sempre atualizado, pois a probabilidade de mudanças ao longo do projeto não deve ser descartada.

Ter uma equipe o qual esteja ciente de tais mudanças e tenha um conhecimento prévio sobre o assunto e a operacionalização do projeto, também contribui para melhor resposta aos riscos. Assim facilitando as estratégias de respostas, que podemos dividir em três: prevenção, transferência e mitigação dos riscos. Essas estratégias devem ser usadas apenas quando os riscos forem negativos ao projeto, obtendo assim uma melhor conclusão para as dificuldades enfrentadas.

1. **Prevenção:** Diz respeito à mudança na forma do gerenciamento do projeto, a fim de eliminar as ameaças, fazendo com que tenha um isolamento entre os objetivos e o risco em si. Tendo como uma de seus principais pilares, a comunicação interna dos envolvidos e stakeholders.

2. **Transferência:** Como o próprio nome já diz, seria a transferência dos impactos negativos a terceiros, em busca de desempenhar o projeto sem nenhuma pendência perigosa ao seu desenvolvimento. A transferência é mais usada por riscos financeiros, onde a responsabilidade do comprador passa para o fornecedor ou vice-versa. Dentro do comércio exterior, esse tipo de responsabilidades é gerenciada pelo que chamamos de incoterms. Que são cláusulas dentro do contrato internacional que ajudam a aplicar regras na forma de venda e compra internacionalmente e que alinham as responsabilidades.
3. **Mitigação:** Faz a ligação entre a redução dos impactos de riscos até as medidas aceitáveis dentro do projeto. Realizar ações logo no início do projeto fazem da mitigação uma das melhores opções para se reduzir custos e excedentes durante o caminho. Reunindo assim, as inovações e tecnologias do presente para que possa desenvolver estratégias que reduzam os gastos e os riscos.

Dentro de um cenário de compra e venda internacionalmente, é possível viabilizar todas as estratégias para riscos mencionados acima dentro do projeto. Isso dependerá do grau de conhecimento que a equipe tem sobre o assunto. A transferência pode ser considerada a mais usada dentro dos processos, uma vez que as questões burocráticas implicam entre países, e a necessidade de um bom acordo comercial faz com que o grau de exigência das empresas seja maior quando se trata de exportação.

Porém, a mitigação e prevenção, não fogem a regra de também serem utilizadas. Uma vez que com o mundo globalizado, as empresas com ótimo pensamento estratégicos já entendem que necessitam se adequar as questões inovadoras e tecnológicas do mundo atual, sempre buscando melhorias em seu processo e também em seu produto.

A melhor resposta aos riscos de uma exportação deve sempre levar em consideração o grau de maturidade que a empresa tem em enfrentar novos desafios. Uma empresa sem investimento interno que só pensa *no cliente* e não entende a visão *do cliente,* não consegue sobreviver nos mercados Asiáticos, por exemplo, levando em consideração as mudanças que todo dia acontecem por lá.

Por isso, existe uma forte necessidade em antes de qualquer projeto de exportação, tenha-se um estudo de viabilidade do produto X em determinado país Y, para que não seja investido tanto em algo que não será tão bem visto, pois o grau de interesse do consumidor

final é diferente do que imaginamos. Conhecer a cultura, as novidades e inovações do mercado onde está em busca de entrar, é um dos primeiros passos que devemos considerar.

Existem hoje no Brasil, empresas que facilitam esse intercâmbio de conhecimento sobre países fora. É o caso da Apex-Brasil, a qual trabalha diretamente com a experiência de internacionalizar empresas brasileiras nos mercados estrangeiros. E que auxiliam de forma positiva as respostas sobre a viabilidade do projeto de exportação ser positiva ou negativa.

Outros riscos devem ser considerados ao longo do projeto que precisam de respostas rápidas para tais situações, como a falta de matéria-prima por parte do fornecedor, o descontrole financeiro dentro do projeto e a atenção voltada a riscos menores e de fácil controle. Esses tipos de riscos além de desandar o cronograma e o custo do projeto, também acarretam problemas para a saúde do projeto, o qual poderá sofrer graves consequências como a falta de investidores e até mesmo o fim do projeto.

Por isso, além de uma resposta rápida aos *gups* encontrados, é necessário um monitoramento e controle para que as entradas e saídas do projeto sejam finalizadas da melhor forma possível trazendo assim, maturidade para a empresa exportadora e experiências a todos envolvidos.

7 MONITORAMENTO E MELHORIA CONTÍNUA

O ciclo de vida do projeto de exportação deve ser finalizado apenas quando o consumidor final receber seu produto em bom estado. Por isso o monitoramento do projeto até o seu fim é necessário, pois torna-se peça fundamental para melhorias no processo.

Nessa etapa final de todo o gerenciamento de um projeto, é necessário analisar e avaliar todas as etapas como um todo e se necessário validar questões que no primeiro momento não foram levadas em consideração no projeto piloto e que agora é visto a viabilidade de tais informações.

Para facilitar ainda mais o progresso, é necessário sempre estar em busca de melhorias contínuas que ajudem a *atualizar* os processos. A ajuda de KPIs, OKR, e também de metodologias para o trabalho em grupo, como o design thinking, Scrum e Kanban são ferramentas que facilitam a colaboração entre os grupos que desenvolveram o projeto.

Um plano de contingência com relação às surpresas que podem ocorrer, principalmente com o cronograma e o financeiro, é de extrema importância, independente se a exportação irá acontecer de modo es-

porádico ou frequente. Levando em consideração que este plano pode mudar ao longo do projeto, pois os riscos também podem mudar.

Durante o monitoramento, as atualizações de experiências devem se transformar além de *business*, também em lições aprendidas para todos os envolvidos, desde do gerente de projeto aos operacionais que fazem a teoria virar prática. A validação de cada etapa deve ser feita de acordo com o projeto piloto e a experiência do agora.

O plano de gerenciamento ao longo do ciclo de vida do projeto deve ser revisado incluindo todos as experiências que foram obtidas ao longo do tempo, e assim gerando mudanças as quais serão necessárias de acordo com os desafios enfrentados. Alterar os donos de cada risco, o tempo estimado de cada etapa e os recursos a serem utilizados, são os principais fatores que ajudam a melhorar a performance.

A reavaliação dos riscos existentes e daqueles que surgiram ao longo do projeto se torna fundamental, visando assim um desenvolvimento e evolução das expectativas em torno do projeto. Uma vez que ao reavaliar o escopo do gerenciamento de riscos, é possível modificar o cronograma, os custos e a ordem em que os riscos foram qualificados.

8 COMUNICAÇÃO E CONSULTA AOS STAKEHOLDERS

Ao longo de todo o projeto podem existir várias falhas as quais conseguem ser solucionadas, tanto internamente quanto externamente. Porém, para que isso aconteça é necessário existir um link de comunicação entre todas as partes envolvidas no projeto. Dos desenvolvedores aos stakeholders, pois, se faz necessário que os objetivos e decisões estejam expostas e documentadas com fácil acesso para todos, fazendo assim o fortalecimento das bases e criando o sentimento de pertencimento ao projeto.

Desenvolver a comunicação em um projeto, principalmente quando envolve pessoas e culturas diferentes como é o caso da exportação, não é uma tarefa fácil, porém necessária pois é a peça chave para toda a engrenagem funcionar. Abrindo assim, portas para outros tipos de negócios entre o país vendedor e comprador do produto a ser exportado. É necessário estar preparado para conhecer ao diferente e se adequar a ele.

Os stakeholders de uma exportação precisam ter uma mente aberta para as novas culturas e entender a diversidade de tais nacionalidades que desejam exportar. Considerando também que são tomadores de decisões e que tem uma influência muito forte sobre tudo o que irá acontecer ao decorrer do projeto.

No livro *22 Leis Consagradas Do Marketing,* do autor Al Ries & Jack Trout, nos ajuda a compreender as estratégias que devemos adotar para um bom funcionamento dos negócios. Que além de desenvolver produtos, é necessário compreender que os fatores externos estão diretamente ligados com nossas estratégias, sendo necessário assim vislumbrar além do que é posto.

Além disso, respeitar e conhecer o diferente são tarefas fundamentais em uma exportação, conforme no livro *Choque de civilizações*, de Samuel P. Huntington. Que faz uma conexão perfeita de argumentos os quais proporcionam o desejo de compreensão do outro, respeitando assim a sua alteridade.

A comunicação, portanto, é peça fundamental dentro de um projeto. Principalmente se ele requer esforços para que seu desenvolvimento aconteça longe de nossa zona de conforto.

9 CONCLUSÃO

Desenvolver um projeto de exportação requer além de uma análise técnica referente aos processos burocráticos, como também a necessidade de um desenvolvimento no gerenciamento de riscos. Pois é fundamentalmente importante para que durante o ciclo de vida do projeto as etapas evoluam conforme o planejado.

O gerenciamento de riscos torna-se válvula principal para tal atividade, pois abrange as necessidades básicas da exportação. Que seriam a identificação, o planejamento, a análise, as respostas aos riscos, e não menos importante uma comunicação entre as partes interessadas com os desenvolvedores do projeto.

Compreender que a exportação é uma prática a qual requer uma visão ampla sobre as diferenças culturais e sociais dos países, ajuda a desenvolver tanto as lições aprendidas quanto o mercado global entre países. Está ciente das diferenças e ao mesmo ter uma comunicação assertiva sobre suas necessidades faz com que o projeto tenha mais excelência na sua execução.

Utilizando de técnicas e metodologias ágeis, com foco *no* cliente e *do* cliente caracteriza as reais necessidades para tais desenvolvimentos. Discutir melhorias ao longo do projeto torna-se viavelmente adequado pois as incertezas do mercado global estarão sempre presentes. Tornando assim, o apetite de riscos dos stakeholders mais desafiador.

REFERÊNCIAS

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos APEX - BRASIL. Acessado em: 12 dez 21. <https://portal.apexbrasil.com.br/>

BORGES, Carlos; ROLLIM, Fabiano. Guia PMBOK® 6a. ed. – EUA: Project Management Institute, 2017.

COURTNEY, H. Previsão 20/20. Cultrix, São Paulo, 2001.

Sistema de Comércio Exterior (SISCOMEX). Acessado em: 12 dez 21 <http://siscomex.gov.br/>

Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®), Terceira edição, 2004.

A HIPERVULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR TURISTA DO MERCOSUL

Alexandra Teixeira Dutra
Mestra em Direito e Prática Jurídica
http://lattes.cnpq.br/7258200831035675
alexandradutra@uol.com.br

RESUMO: O tema central do presente artigo é analisar a hipervulnerabilidade do consumidor turista e a sua tutela constitucional e legal no Mercosul. O turista é o agente de desenvolvimento econômico regional e internacional, que contribui para o processo de integração do Mercosul e, portanto, em relação ao consumo é o mais vulnerável. Para alguns doutrinadores, é hipervulnerável, em razão de sua situação que se encontra fora do seu domicílio, em outro país em situação transitória e com motivações específicas, como lazer, negócios, estudos, religiosos, médicos, entre outros, onde ao contratar ou adquirir os produtos turísticos, como hospedagem, passeios, passagens aéreas e pacotes de viagens, principalmente aqueles por meio do comércio eletrônico, pode se encontrar em vulnerabilidade informacional. Enquanto consumidor, o turista é protegido por normas internacionais, normas constitucionais e infraconstitucionais, sendo que a nível do bloco regional, há necessidade de consolidar um Regulamento Comum de Defesa do Consumidor, mediante o processo de harmonização legislativa dos Estados Partes do Mercosul. A proteção e defesa do consumidor turista está consagrada no Direito Internacional dos Direitos Humanos, uma vez que se caracteriza como um direito social e econômico, cujo objetivo é assegurar a dignidade humana, como o bem-estar social, segurança e igualdade de oportunidades.

Como metodologia, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, e como técnicas de pesquisa, a bibliográfica e a documental, com análise das normas constitucionais e consumeristas dos Estados Membros do Mercosul, assim como as resoluções expedidas pelo Grupo do Mercado Comum.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Consumidor; Turista; Mercosul; Direito fundamental.

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado, o turismo internacional tem se intensificado de forma significativa nas últimas décadas, tornando-se um fator de aumento na economia local e regional. As atividades turísticas internacionais abrangem múltiplas áreas de atuação, e atraem o interesse de milhares que buscam conhecer outras culturas e interagir com elementos históricos, socioeconômicos, culturais e multifacetários, que viabilizem o alcance dos objetivos pretendidos.

Verifica-se a ausência de uma legislação internacional específica para a proteção do consumidor turista internacional, deixando-o vulnerável a situações adversas do mercado de consumo, seja por fatos fortuitos internos ou externos, que podem ser previsíveis ou não. Fatos como falências de agências de viagens e companhias aéreas, catástrofes da natureza, tsunamis, enchentes, greve de controladores de voos, atentados terroristas, sem que ao menos as autoridades governamentais pudessem adotar políticas públicas para prevenção ou solução de problemas.

Entretanto, em face desses episódios e da evidente vulnerabilidade do turista, é imperiosa a necessidade de adesão dos Estados à recente norma internacional de proteção ao turista, aprovada na Resolução nº 732, da 24ª Reunião da Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 2021[1]. Trata-se do Código Internacional de Proteção ao Turista, de caráter não vinculante, cujo objetivo é proporcionar normas mínimas de proteção aos turistas em emergências e de direitos dos consumidores.

O consumidor turista pode ter basicamente duas relações de consumo: a primeira, quando adquire produtos e serviços, de natureza turística (pacotes de viagem, transportes aéreos, terrestres, marítimos, hospedagem, tours turísticos, aluguel de automóveis, por exemplo), em seu país

1 Esse Código está disponibilizado pela ONU-Turismo, o qual faz um breve resumo sobre os objetivos (UNWTO, 2022).

de domicílio, para realização em outro país e, a segunda, quando esse turista, ora um viajante, ou também chamado "expatriado", permanece fora de seu país de origem por determinado tempo, podendo realizar diversas atividades, como cursos de curta temporada, trabalhos, workshops, congressos, visitar amigos e familiares, tratamentos médicos, e desta forma, ainda estabelece relação de consumo, no local de destino.

Em relação ao turista mercosulino, em razão de se encontrar em outro Estado Parte, diferente de sua residência habitual, está sujeito às normas e sistemas de proteção distintos, o que dificulta receber a devida proteção em face da complexidade e custos em eventual lide internacional. Alguns conflitos apresentam peculiaridades distintas e, na maioria das vezes, podem ser conflitos de menor valor pecuniário, para fornecedor e consumidor, cujo ressarcimento pela violação aos seus direitos torna-se de difícil acesso à justiça.

Considerando que a questão de conflitos transfronteiriços do consumidor turista em países distintos deveria ser objeto do Direito Internacional Privado, cuja Lei, norma, doutrina e jurisprudências deveriam se aplicar aos conflitos entre particulares, têm-se, por outro lado, no bloco do Mercosul desenvolvido tratativas de solucionar esses problemas, ainda que seja de forma paliativa.

Há de ponderar que, embora o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, estabeleça no artigo 1º o compromisso dos Estados Partes em harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, com objetivo de fortalecer o processo de integração no bloco Mercosul, por outro lado, é necessário garantir a tutela dos consumidores, sobretudo porque o direito do consumidor é um direito fundamental de todos os países, consagrado, inicialmente, na Resolução nº 248, de 10/04/85 da ONU, e, por consequência, mereceria o devido tratamento legal.

Entretanto, enquanto não finalizam os trabalhos de harmonização e uniformização das legislações de proteção do consumidor de cada Estado Parte, com o fim de consolidar o Regulamento Comum de Defesa do Consumidor, por ser um dos objetivos a alcançar no processo de integração regional do Mercosul, quais as medidas poderiam ser adotadas, ainda que paliativas, para proteger e defender os interesses dos consumidores turistas mercosulinos?

A hipótese é de que se deva adotar a interpretação das normas de *hard law* do turismo e do consumidor conjugadas com as de *soft law*. Embora as normas chamadas de *hard law* são aquelas obrigatórias para os Estados, em razão de tratados, convenções ou estatutos internacionais,

dando maior segurança jurídica, ao contrário das normas *soft law,* que dizem respeito a instrumentos não vinculantes ou não obrigatórios como os princípios, códigos de conduta ou mesmo resoluções da Assembleia da ONU, ambas são consideradas como fontes de direito internacional e aplicadas pela comunidade internacional (BELLIDO, 2004, p. 2).

A justificativa da escolha desse tema é aprofundar a pesquisa sobre a vulnerabilidade do consumidor turista no Mercosul e contribuir para que se desenvolvam políticas públicas ou práticas empresariais no setor do turismo, privilegiando a proteção do turista, a fim de garantir o equilíbrio do mercado.

Portanto, este artigo tem como objetivo geral analisar a vulnerabilidade do turista do Mercosul, enquanto consumidor. Como objetivos específicos: a) analisar o conceito de turista no contexto internacional; b) analisar a vulnerabilidade do consumidor e a hipervulnerabilidade do turista; c) analisar as tutelas constitucionais e legais do consumidor nos Estados Partes do Mercosul; e d) analisar as normas consumeristas do direito mercosulino.

Em relação à metodologia adotada para o presente estudo, é utilizado o método hipotético-dedutivo, com a formulação da hipótese que consiste em verificar que a harmonização legislativa dos Estados Partes não é suficiente para garantir a proteção do consumidor turista e que, pelo fato de ser vulnerável, há de se implementar mecanismos mais efetivos de solução de conflitos transfronteiriços. No mesmo sentido, quanto à análise da vulnerabilidade do consumidor turista, adotam-se as teorias desenvolvidas por Cláudia Lima Marques e Sérgio Sebastián Barocelli. Quanto ao tipo de pesquisa, com relação aos objetivos a serem alcançados, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental das normas internacionais, constitucionais e infralegais dos Estados Partes do Mercosul, assim como as resoluções mercosulinas.

A DEFINIÇÃO DE TURISTA

Em razão da complexidade das atividades e das relações que as viagens turísticas criam, há uma certa dificuldade em definir o turismo.

Etimologicamente a palavra turismo vem do latim "*tornus*" que quer dizer movimento, voltar em sentido circular. Posteriormente, foi utilizado no inglês como "*tourism*" e depois, no francês "*tour*", que significa "dar uma volta" (BOSISIO, 2005). Daí a ideia do movimento circular, em que se desloca de um determinado ponto para outro e retorna ao local de origem.

Quando se pensa em turista, principal agente econômico, a primeira ideia que se tem é o deslocamento de uma pessoa de sua casa, de sua residência habitual, para outro local, cuja motivação principal é buscar o lazer, descanso e o relaxamento. Entretanto, esse deslocamento pode ter diversas motivações. É o deslocamento que define o turismo e os motivos que o distinguem, identificam a sua evolução, representando um fenômeno econômico de grande importância atualmente. No âmbito do turismo internacional, merece destaque a necessidade de maior proteção jurídica para aqueles que se deslocam externamente, fora da sua residência habitual, fora do país de sua moradia.

Portanto, o turismo exige a deslocação para fora da residência habitual; não pode ser utilizado para o exercício de uma atividade lucrativa principal, e engloba qualquer pessoa, seja residente ou não no país, incluindo o turismo doméstico.

No conceito moderno, o turista refere-se às pessoas que se deslocam para fora de sua residência habitual, seja por qualquer motivação. Entretanto, há certa confusão em relação ao tempo de permanência, sendo considerado, em regra, que a pessoa que se desloca é um viajante, por se deslocar de um local para o outro. Esse viajante pode ser interno, quando viaja dentro da mesma fronteira, e viajante internacional, quando atravessa a fronteira, visitando outros países.

Com o intuito de consolidar esse entendimento, a partir de 1963, como resultado da conferência realizada em Roma, Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as viagens internacionais, estabeleceram-se as definições de visitante, turista e excursionista. Foi estabelecida a distinção dos visitantes em duas categorias: turistas e excursionistas (CUNHA, 2006).

Posteriormente, foi aprovada pela ONU, em 1993, que o termo visitante é o termo genérico do sistema de turismo, sendo considerado, portanto, o gênero e os derivados são os turistas e excursionistas.

A partir de 1993, a Organização Mundial do Turismo (OMT) passa a adotar a classificação para fins estatísticos, considerando a importância do setor que engloba profissionais ligados a empresas e atividades, como agências de viagens, hotelaria e setor de alimentação (restaurantes e bares) como visitantes, turistas e excursionistas.

Portanto, considera-se como visitantes todas as pessoas que se deslocam para fora do seu local habitual de residência, durante o período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita não pode ser o de exercer uma atividade remunerada. Como turista, são todos os visitantes que passem ao menos uma noite em estabelecimento de alojamento ou

hospedagem no local visitado. E substitui visitante do dia pelo termo excursionista e refere-se a todo visitante que não passa a noite no local visitado.

Nesse sentido, os turistas são considerados os visitantes que permanecem ao menos uma noite em estabelecimento de alojamento coletivo ou privado, em local distinto de sua residência habitual, por diferentes motivos, como lazer, negócios, motivos religiosos, estudos, saúde, visita a familiares. São considerados excursionistas quando os visitantes permanecem menos de 24 horas no país visitado e não passam a noite no local visitado (CUNHA, 2006).

Há de considerar que a situação de turista em país diferente da residência habitual vai depender como a imigração o concede o visto de entrada. Assim, por exemplo, nos países do Mercosul, o visto de turista concedido para quem se desloca da Argentina para o Brasil é de 90 dias[2], podendo ser prorrogado por igual período no limite de 180 dias ao ano.

Portanto, são os motivos e o tempo de estadia que distinguem um viajante de outro. Esses motivos podem ser dos mais variados, como motivação pelo lazer, pelo relaxamento, pelo entretenimento, por motivos religiosos, congressos acadêmicos, workshops, cursos de pós-graduação com aulas presenciais sazonais, nos países do Mercosul. Há uma infinidade de eventos e motivos para que ocorram os deslocamentos da residência habitual para outro país, com estadia superior a 24 horas,

2 O visto de turista é concedido conforme a legislação de cada país. Nos Estados Partes do Mercosul, de acordo com o artigo 1º do **Acordo para a concessão de um prazo de 90 dias aos turistas dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados**, de 17/12/2014, que alterou o primeiro Acordo firmado, em 28/07/2006, dispõe-se que "aos nacionais das Partes que sejam admitidos para ingressar ao território de algum deles em qualidade de turistas será outorgado um prazo de permanência de NOVENTA (90) dias. O referido prazo poderá ser prorrogado por um período semelhante junto aos Organismos competentes sem necessidade de abandonar território". Este acordo foi incorporado na legislação interna no Brasil, pelo Decreto nº 171, de 06/12/2018, na do Uruguai, na Lei nº 19.618, de 17/05/2018, na do Paraguai, na Lei nº 3576, de 21/08/2008 e pelos Estados Associados como Bolívia, na Lei nº 802, de 25/04/2016, Chile, Colômbia, Chile, Equador e Venezuela (MERCOSUL, [2024]).

É importante ressaltar que a motivação do turista ao entrar no país está definida na legislação interna de cada país, na qual a sua entrada tem caráter recreativo ou de visita, que não tenha finalidade imigratória, sem intuito de exercício de atividade remuneratória. De fato, o tempo e a motivação daquele que ingressa ao país são distintos daquele que tem a intenção de permanecer por longa duração e com objetivos diferentes, como estudantes, artistas e profissionais liberais. Nesse caso, o fator tempo de estadia é o diferencial, pois pode haver estudante a realizar estudos dentro do prazo de 90 dias, não sendo necessário solicitar visto temporário de estudante.

que se enquadram na situação de turista e para isso necessita de maior proteção jurídica internacional.

Considerando que o turismo é um fenômeno social, com relevância do ponto de vista cultural, desportivo, de saúde, descanso e diversão, nasce como um direito humano que tem necessidades e desejos e, portanto, há de ter proteção e regulação especial no âmbito administrativo e do direito privado (FACAL, 2018).

Devido a sua importância para a sociedade e para as relações humanas, o turismo foi contemplado no artigo 24 na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que dispõe que "toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e das férias periódicas pagas" (ONU, 1948).

No mesmo sentido, foi introduzido no Código Ético Mundial do Turismo, aprovado na XII Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo-OMT, em Santiago (Chile), em 27/12/99, no seu artigo 7, item 2: "o direito ao turismo para todos deve ser entendido como consequência do direito ao descanso e ao lazer e em particular à limitação razoável da duração do trabalho e às férias anuais pagas [...]" (UNWTO, 2015).

Portanto, o direito ao descanso e ao lazer, por ser um direito trabalhista, é considerado um direito fundamental do cidadão, e o turismo, por consequência, coaduna com esse direito trabalhista. Pode-se, portanto, considerar o turismo como direito fundamental, enquadrado na categoria de direito humano de terceira geração, a ser protegido por normas internacionais[3].

A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR E A HIPERVULNERABILIDADE DO TURISTA

Dada a relevância do tema sobre a proteção dos consumidores, e tendo como diretrizes atender aos interesses e às necessidades dos consumidores de todos os países, especialmente os países em desenvolvimento, e levando em conta que os consumidores devem ter acesso a produtos não perigosos, assim como a importância de promover o desenvolvimento econômico e social justo, equitativo e sustentável, foi

3 A propósito tramita no Parlamento brasileiro o Projeto de Lei nº 655/15, que inclui o turismo como direito fundamental do idoso. A proposta visa incluir no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) o turismo como uma das obrigações prioritárias a serem garantidas aos maiores de 60 anos, como trabalho, lazer, esporte e cultura. Justifica-se em razão da carência de produtos e serviços turísticos, para consumo pelo público idoso, como infraestrutura e equipamentos adequados para a sua faixa etária (BRASIL, 2018).

aprovada na 106ª Sessão Plenária, de 09/04/1985, a Resolução nº 39/248 da ONU (SAHIÁN, 2017, p. 75), dispondo de um conjunto de normas protetoras do consumidor, cujos objetivos foram:

> a) auxiliar países a atingir ou manter uma proteção adequada para a sua população consumidora;
> b) oferecer padrões de consumo e distribuição que preencham as necessidades e desejos dos consumidores;
> c) incentivar altos níveis de conduta ética, para aqueles envolvidos na produção e distribuição de bens e serviços para os consumidores;
> d) auxiliar países a diminuir práticas comerciais abusivas usando de todos os meios, tanto em nível nacional como internacional, que estejam prejudicando os consumidores;
> e) ajudar no desenvolvimento de grupos independentes e consumidores;
> f) promover a cooperação internacional na área de proteção ao consumidor e
> g) incentivar o desenvolvimento das condições de mercado que ofereçam aos consumidores maior escolha, com preços mais baixos (ONU, 1985).

Posteriormente, houve ampliação das normas de proteção básica ao consumidor, já existentes na Resolução nº A/RES/39/248, por meio da Resolução A/RES/70/186, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22/12/2015, na qual inseriu a alínea "a", em que garante acesso a bens e serviços essenciais, e na alínea "c", a proteção dos consumidores em frente dos riscos de saúde e segurança (SAHIÁN, 2017). Acrescentou, também, o consumo sustentável, alínea "i", a proteção aos consumidores no comércio eletrônico, alínea "j", e a proteção à privacidade do consumidor a livre circulação de informação a nível mundial, alínea "k".

Não resta dúvida que o consumo ou a sociedade de consumo esteve presente desde o início da humanidade, sendo o meio de satisfação das necessidades humanas acentuado cada vez mais na sociedade moderna. Foi, no entanto, o Direito do Consumidor que passou a dar respostas no campo jurídico às transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas.

Entretanto, eventuais falhas do mercado, que desequilibram forças ou igualdade de armas entre consumidores e fornecedores de bens e serviços, obedecem a uma vulnerabilidade estrutural que faz com que as relações de consumo sejam assimétricas, em subordinação, com

debilidade negocial e inferioridade, que merecem a tutela legal (BAROCELLI, 2018). Barocelli (2018, p. 11) ainda entende que:

> vulnerabilidade é um estado da pessoa, inerente ao risco, é uma situação permanente ou provisória, individual ou coletiva, que fragiliza, enfraquece o sujeito de direitos, desequilibrando a relação de consumo. Vulnerabilidade é uma característica, um estado do sujeito mais fraco, um sinal que precisa de proteção.

Etimologicamente, a origem da palavra vulnerável vem do latim *vulnerabilis,* que significa frágil, danificado, prejudicado (DICIO, 2009). No campo jurídico, especificamente no direito do consumidor, o vulnerável é uma condição jurídica que não é inerente a uma pessoa, mas sim um vínculo intersubjetivo de maneira desequilibrada entre o consumidor e fornecedor de bens e serviços. Pelo fato de esta relação corresponder a uma vulnerabilidade estrutural, isso implica presunção *iure et de iure,* ou seja, é uma presunção absoluta, que não aceita prova em contrário em hipótese alguma (AMARAL apud BAROCELLI, 2018). Nesse sentido, não se pode argumentar que o consumidor médio tenha um conhecimento técnico superior, pois a finalidade da proteção não consiste analisar caso a caso, pois se aplica em regra geral (FARINA apud BAROCELLI, 2018).

A título de comparação com o direito do consumidor dos Estados Partes do Mercosul, o direito comunitário europeu define a vulnerabilidade na Resolução do Parlamento Europeu, de 22/05/2012[4], no Considerando "D", que são vulneráveis determinados grupos de pessoas, em razão de características individuais e critérios como educação, situação social e financeira e por fatores externos, porque podem ter dificuldades para ter acesso à informação adequada dirigida aos consumidores e, por isso, precisam de proteção especial.

Ao contrário da norma europeia, a legislação consumerista dos Estados Partes do Mercosul considera a vulnerabilidade *in abstracto* já inerente à condição de consumidor. A vulnerabilidade dos consumidores se apresenta em algumas modalidades. De acordo com Marques (2022), há quatro tipos de vulnerabilidades: a técnica, a jurídica, a fática e a vulnerabilidade informacional.

4 Resolução do Parlamento Europeu, de 22 de maio de 2012, sobre uma estratégia de reforço dos direitos dos consumidores vulneráveis (2011/2272). JOUE de 13/09/2013 (UNIÃO EUROPEIA, 2013).

A vulnerabilidade técnica é aquela que o consumidor não possui conhecimentos específicos sobre o bem ou serviço a ser adquirido, podendo ser vítima de erros ou enganos sobre a qualidade, condições de comercialização.

Assim dentro da perspectiva da aquisição de serviços turísticos, o consumidor pode não conhecer detalhes, por exemplo, na aquisição de um bilhete aéreo, como as conexões dentro de um aeroporto, retirada de bagagens, procedimentos alfandegários, ainda que seja um frequente viajante, pois cada país adota procedimentos distintos dos demais. Nesse caso, há também uma vulnerabilidade informacional em razão da falta de informação clara, objetiva e completa do fornecedor do serviço de transporte aéreo (companhias aéreas e aeroportos).

A vulnerabilidade jurídica diz respeito à falta de conhecimento jurídico, contábil ou econômico e de seus reflexos na relação de consumo. Em razão da massificação das operações do mercado e da superioridade negocial, os fornecedores impõem os termos e condições nas relações de consumo. É o caso dos contratos de adesão, em que não há possibilidade de se contrapor cláusulas e algumas vezes não são claras, objetivas e de linguagem acessível.

Segundo Benjamin, Marques e Bessa (2022), a vulnerabilidade jurídica é presumida, no caso da legislação consumerista brasileira, para o consumidor não profissional e para o consumidor pessoa física. Quanto às pessoas jurídicas e aos profissionais que são considerados consumidores, a presunção é relativa, pois deve possuir conhecimentos jurídicos mínimos sobre a economia para exercerem a profissão ou ter um corpo de advogados ou profissionais para exercerem suas atividades.

A vulnerabilidade é fática ou socioeconômica em razão de os fornecedores serem os agentes econômicos que detêm os meios e controle da produção (mão de obra e capital), assim como têm facilidades de acesso a recursos financeiros, e muitas vezes potencializado por uma situação de monopólio, oligopólio ou concentração econômica.

A vulnerabilidade informacional, adotada sobretudo na jurisprudência brasileira, diz respeito à falta de informação propagada por todos os canais, TV, internet, celular, computador mídias sociais, que causam desequilíbrio entre o consumidor e fornecedor dos bens e serviços, especificamente na prática do comércio eletrônico.

Entendem Benjamin, Marques e Bessa (2022, p. 116) que "na sociedade atual é na informação que está o poder, a falta desta representa intrinsecamente um *minus,* uma vulnerabilidade quanto mais

importante for esta informação detida pelo outro". E é isso que representa o fator de desequilíbrio da relação dos consumidores com os fornecedores de bens e serviços, pois esses são os únicos detentores da informação. Portanto, a vulnerabilidade informacional é o déficit ou ausência de informação para o consumidor.

Por outro lado, há doutrinadores, como, por exemplo, Antônio Herman Benjamin, Luciane Klein Vieira e Sérgio Sebastián Barocelli, que defendem a existência de uma subcategoria de vulnerabilidade chamada de hipervulnerabilidade, que é um agravamento da situação de vulnerabilidade.

De acordo com Barocelli (2018), a categoria de vulnerabilidade não é algo permanente, mas uma condição temporária em razão de circunstâncias sociais e culturais em determinado tempo e lugar de certas pessoas que pertencem a determinado grupo. Segundo ele,

> no se trata de uma categoria, um rótulo o uma etiqueta que podemos aplicar. La vulnerabilidade no debería ser entendida como una condición permanente y categórica, una etiqueta que es aplicada a alguien e ciertas circunstancias como la falta de poder o incapacidade y que persiste en su existência.

No seu entendimento, há necessidade de delimitar quem se encontra dentro da categoria de hipervulnerável, a fim de ter ações mais positivas que possam garantir a igualdade real de oportunidades e de tratamento e ter o pleno gozo do exercício de seus direitos. Pode-se citar como grupo de consumidores hipervulneráveis as crianças, as mulheres, os idosos, as pessoas com deficiências e os povos indígenas. De acordo com os Tratados Internacionais de Direitos Humanos destacam-se a Convenção de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher[5], a Convenção sobre os Direitos das Crianças[6], a Convenção sobre os Direitos das Pessoas

5 Também conhecida pela sigla em inglês CEDAW, foi aprovada em 18/12/79 pela Assembleia Geral da ONU, que reconhece os direitos da mulher como direitos humanos (UNICEF, 1979).

6 Foi aprovada em 20.11.89 pela Assembleia da ONU, sendo ratificada por 196 países, como instrumento de proteção da criança com direito humano (UNICEF, 1989).

Deficientes[7] e a Convenção Interamericana sobre Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas[8] (BAROCELLI, 2018).

Embora haja tratados internacionais que reconhecem certos grupos de hipervulneráveis, há, por sua vez, outros que podem ser incluídos por estarem mais fragilizados no mercado e poderem sofrer maior dano de consumo na sociedade. Barocelli (2018) destaca o grupo de pessoas que podem ser consideradas hipervulneráveis: pessoas com doenças mentais ou vícios, pessoas da comunidade LGBTI, pessoas com transtornos alimentares ou necessidades alimentares especiais, grupos pertencentes a minorias, habitantes de áreas rurais ou desfavoráveis, migrantes, usuários de comércio eletrônico ou algum complexo de operações como bolsa financeira ou bolsa de valores, dependendo apenas da condição temporal ou atemporal que caracteriza a condição de desigualdade.

De acordo com o entendimento de Orduna e Santana (2018), o turista é considerado um consumidor revestido de vulnerabilidade jurídica e fática em relação aos demais consumidores. Há vulnerabilidade jurídica em razão de deficiência de legislação e em razão de o mercado ser dinâmico, pois não consegue acompanhar as mudanças. Por isso o deixa desprotegido.

É fática, pois está em posição de desvantagem em relação aos seus contratantes, cuja diferença é social e cultural e somente é hipervulnerável em razão da situação que se encontra no momento de adquirir o produto ou serviços.

O turista, ao comprar um pacote de viagens, alugar um carro, reservar um hotel, fazer um *tour,* às vezes pode não ter tempo para reclamar eventuais incumprimentos dos contratos. Ainda mais se a contratação for realizada fora de sua residência habitual e em outro país. O tempo que dispõe para desfrutar seu lazer e férias, ou mesmo para outra finalidade como realização de workshops, cursos de curta temporada, excursões religiosas, não é suficiente para resolver incumprimento dos contratos, e para evitar maiores conflitos se vê obrigado a aceitar qualquer proposta

7 Convenção aprovada em 20.12.93, mas em vigor somente em 03.05.2008. Nos países do Mercosul foi ratificado em 03.11.2011 (NAÇÕES UNIDAS, 2011).

8 A Convenção foi aprovada em 15 de junho de 2015 pelos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) no âmbito da Assembleia Geral da instituição. Foi imediatamente assinado pelos Governos da Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional), Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador e Uruguai na sede da organização hemisférica em Washington, D.C. É importante notar que em 13 de dezembro de 2016, com o depósito do instrumento na OEA pela Costa Rica, esta Convenção entrou em vigor. O Uruguai foi o primeiro depositário do instrumento (OEA, 2015).

ou compensação, que pode não compensar o prejuízo que teve. A situação se agrava mais quando tem que enfrentar problemas de barreiras do idioma diferente do seu país, e ele pode ter dificuldades de entender e interpretar as informações recebidas, ou de utilizar moeda diferente, em que pode ter prejuízos, em razão de cancelamento dos serviços contratados[9].

Segundo Verbicaro e Vieira (2020), são elementos agravantes para vulnerabilidade do turista e, por isso, são hipervulneráveis, em razão das dificuldades encontradas como: ausência de informações qualificadas, pluralidade de fornecedores, pois há uma cadeia de intermediários, tornando-se uma relação jurídica complexa, por exemplo, ao adquirir um pacote de viagens, incluindo transporte, hospedagem e passeios, envolve vários prestadores de serviços, o que sugere uma série de riscos na sua realização. Ademais, há o risco de falência das agências de viagens que não conseguem honrar o contrato com hospedagem, transporte, combinado com a dificuldade de ser reembolsado em virtude de processo de recuperação judicial. Outro fator de vulnerabilidade é a dificuldade de resolver os litígios no local de destino durante as viagens, longe da sua residência habitual.

A TUTELA CONSTITUCIONAL E LEGAL DO CONSUMIDOR DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Para que o turista tenha a devida proteção legal, há de conjugar as legislações de turismo de cada país com seus respectivos diplomas de proteção e defesa do consumidor.

No Brasil, a proteção do consumidor foi introduzida inicialmente na Constituição federal nos capítulos dos direitos e garantias fundamentais, artigo 5º, inciso XXXII e artigo 170, inciso V da Constituição Federal do Brasil e no artigo 48 do ADCT (BRASIL, 1988). É a partir da Constituição que se dá origem à codificação tutelar dos consumidores, para que o legislador ordinário estabeleça um Código do Consumidor.

9 Por exemplo, no caso de aquisição de pacote de viagem que foi cancelado, o reembolso do valor pago pode não ser igual ao valor da data da compra, em razão da variação cambial, ou seja, se adquiriu um pacote de viagem por U$ 1.000,00, com a cotação do dólar a R$ 5,00 no momento da compra, e após o reembolso houver variação cambial, com a cotação menor do que foi comprado, por exemplo, R$ 4,80, resultará em valor menor a ser reembolsado, como R$ 4.800,00, representando um prejuízo de R$ 200,00 que não serão compensados de forma alguma pela empresa. Nem há possibilidade de reclamar indenização pelo prejuízo, o que se percebe visivelmente a hipervulnerabilidade do turista, que dificilmente consegue recuperar seu prejuízo junto à agência de viagem.

Neste sentido, o princípio da vulnerabilidade é reconhecido na legislação consumerista do Brasil, no artigo 4º, inciso I, da Lei 8.078/90 ao dispor que a Política Nacional de Relações de Consumo tem o objetivo de atender às necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos e a melhoria da qualidade vida, atendendo também ao princípio da vulnerabilidade do consumidor no mercado do consumo. Em relação à proteção turística, há previsão no artigo 34, inciso IV da Lei nº 11.771, de 17.09.2008, a estrita obediência aos direitos do consumidor (BRASIL, 2010).

Na Argentina, a proteção do turista tem previsão na norma constitucional e infraconstitucional, na legislação do turismo e na lei consumerista. Assim, reconhece-se o turista como sujeito de consumo na Constitución de La Nación Argentina, nos artigos 42 e 43 (ARGENTINA, 1994), na Lei de Defensa del Consumidor, nos artigos 1º e 5º da Lei 24.240/93 (ARGENTINA, 1993) e na Lei do Turismo, no artigo 37 da Lei 25.997/2004 (ARGENTINA, 2004).

Em relação ao princípio da vulnerabilidade, está previsto no artigo 3º, segunda parte, no qual dispõe que, em caso de dúvida sobre a interpretação dos princípios que estabelecem na Lei, prevalecerá a mais favorável ao consumidor (*in dubio pro consumidor*). Esse dispositivo é reforçado pela jurisprudência, quando a Corte Suprema de Justicia de La Nación reconheceu a vulnerabilidade e a proteção especial que requerem os consumidores[10]. Segundo Centanaro (2019), a tutela do consumidor é um marco de uma interpretação mais favorável a ele, responde a seu caráter vulnerável nas relações de consumo. Portanto, essa regra tem a finalidade de assegurar a justiça, reestabelecendo o equilíbrio entre as partes, presumindo que o consumidor é a parte mais fraca de relação jurídica.

Na legislação turística do Paraguai, tem-se a Lei nº 2.828, de 06/12/2005 (PARAGUAI, 2005), que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços turísticos, conforme o artigo 34, e estão amparados na lei consumerista, Lei n° 1.334/98 (PARAGUAI, 1998), sendo assegurados de forma igual, seja nacional ou estrangeiro, todos os direitos previstos aos demais consumidores. O princípio da vulnerabilidade não está expresso. Entretanto, na segunda parte do artigo 7º da Lei nº 1.334/98, dispõe-se

10 Corte Suprema da Justicia de la Nación – Recurso de hecho deducido por la actora en la actora en la causa Ledesma Maria Leonor contra Metrovias S.A, em 22/04/2006, "los consumidores son sujetos particularmente vulnerables a los que que el constituyente decidió proteger de modo especial y por lo tanto no corresponde exigirles la diligencia de quien celebra un contrato comercial" (CENTANARO, 2019, p. 19).

que no caso de dúvida com as demais legislações (Código Civil e a Lei de Comerciantes), aplica-se a interpretação mais favorável ao consumidor.

Na legislação uruguaia, a Lei nº 19.253, de 28/08/2014 (URUGUAI, 2014), que regulamenta a atividade turística, dispõe no art. 14 a responsabilidade dos fornecedores da atividade turística e no art. 19 cria os Centros de Conciliação turística para demandas entre turistas e prestadores de serviços.

Esta possibilidade de conciliação entre o turista e prestador de serviço deve ter amparo legal na norma consumerista, na Lei nº 17.250/2000 (URUGUAI, 2000), sobretudo no incumprimento do contrato, previsto nos arts. 32 e 33, e na responsabilidade por dano, nos arts. 34 e 36, entre outros que não foram observados.

Portanto, conclui-se que o turista tem dupla proteção, seja pela norma turística, seja pela norma de defesa do consumidor. Entretanto, a primeira norma tem caráter administrativo, pois orienta que os órgãos estatais regulamentem procedimentos de proteção dos direitos do turista, enquanto a segunda, por enquadrar o turista como consumidor, tem efeito mais imediato, sobretudo no dever de informação, de publicidade, com cláusulas não abusivas, proteção à saúde e integridade física.

NORMAS CONSUMERISTAS NO DIREITO DO MERCOSUL

O Tratado de Assunção, assinado em 26.03.91[11], consolida o Acordo de constituição do Mercado Comum com os quatros Estados, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai[12], definindo um conjunto de diretrizes gerais para o processo de integração regional, entre os quais a harmonização das legislações pertinentes por parte dos Estados Partes (preâmbulo do Tratado, alínea "d").

No propósito de harmonizar as legislações consumeristas dos Estados Partes, foi criado o Grupo Comitê técnico nº 7, em 15/02/1995, subordinado ao Grupo do Mercado Comum-GMC (KLEIN VIEIRA, 2017), em que foram aprovadas algumas resoluções de proteção ao consumidor, que, resumidamente, estão no Quadro 1 a seguir:

11 No Brasil, o Tratado de Assunção foi internalizado mediante o Decreto executivo de nº 350, de 21/11/91 (BRASIL, 1991).

12 O processo de adesão da Venezuela ao Mercosul foi concluído por meio da Decisão CMC 27, de 12/08/2012. Entretanto, está suspensa desde 2017 por descumprimento de algumas obrigações previstas no acordo (BUENO, 2023).

Quadro 1 – Resoluções do Grupo do Mercado Comum – GMC.

TEMAS	RESOLUÇÕES
Conceitos, princípios e direitos	34/2011, 11/2021, 36/2019
Proteção, saúde e seguridade do consumidor	01/2010, 04/2017
Proteção no comércio eletrônico	21/2004; 37/2019
Proteção contratual	42/98, 36/2017
Regulação de Publicidade	126 /96, 45/2006

Fonte: Elaboração própria a partir de Mercosul ([2024]).

Cabe destacar a inovação implementada com a Resolução MERCOSUR/GMC/RES nº 11/2021, de 26/08/2021, que conceitua os consumidores considerados em situação de hipervulnerabilidade, como as pessoas físicas de vulnerabilidade agravada, desfavorecida ou em desvantagem por razão de idade, estado físico ou mental, ou circunstâncias sociais, econômicas, éticas e/ou culturais (art. 1º, caput). Enumera as pessoas que podem constituir causas de hipervulnerabilidade, inclusive o turista (art. 2º, alínea "e"). Essa hipervulnerabilidade é presumida, devendo ser analisada, conforme o caso concreto e em perspectivas de integração entre políticas públicas.

Embora o Brasil não tenha incorporado essa resolução no seu ordenamento jurídico, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei (PL) 895/2021[13] no Congresso Nacional, o qual conceitua a condição de hipervulnerável. Os demais países ainda não incorporaram essa Resolução, o que há de se verificar se o processo está em andamento.

O reconhecimento do consumidor turista como hipervulnerável abre oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, com dignidade, assim como a construção de uma cidadania mercosulina mais ativa, concretizando, por sua vez, o Estado Democrático de Direito. Há se destacar que quanto maior a proteção ao consumidor, maior será o desenvolvimento econômico da região, pois com a competitividade do mercado, oportuniza-se para todos a melhoria dos produtos e serviços.

Em relação às demais resoluções, somente foram incorporadas pelos Estados Partes as Resoluções de n°s 42/98, 21/04, 37/19 (MERCOSUL, 2022). A Resolução nº 42/98 diz respeito à garantia contratual dos produtos e serviços, onde o fornecedor deve entregar o termo de garantia assinado ao consumidor no idioma do país de consumo,

13 Projeto de Lei de autoria do deputado Eduardo Bismark que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados no Brasil (BRASIL, 2021).

contendo todas as especificações do produto, condições da garantia do produto, validade e identificação do fabricante.

A Resolução n° 21/04 diz respeito ao direito de informação nas transações comerciais efetuadas pela internet, que deve garantir ao consumidor informações claras, precisas, suficientes e de fácil acesso sobre o fornecedor do produto ou serviço.

A Resolução n° 37/19 refere-se à proteção do consumidor no comércio eletrônico, acrescentando às disposições contidas na Resolução nº 21/04 o direito de arrependimento ou retratação, estimula os fornecedores a adotarem mecanismos de soluções de controvérsias *online* ágeis, justos, transparentes, acessíveis e de baixo custo, entre outros. No comércio eletrônico transfronteiriço, as agências de proteção ao consumidor ou outros organismos competentes dos Estados Partes devem procurar cooperar entre si para adequada proteção aos consumidores.

Embora vários temas de proteção e defesa do consumidor tenham sido harmonizados, no entanto, muitas Resoluções ainda não foram incorporadas no ordenamento jurídico de cada país, o que pode retardar a consolidação de um Regulamento Comum para a Defesa do Consumidor[14] e, por consequência, o processo de integração regional, que, sob o aspecto do direito material, torna-se pouco efetiva a proteção e defesa do consumidor mercosulino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é uma atividade econômica importante para o desenvolvimento social e econômico, sobretudo no processo de integração dos Estados Partes do Mercosul, onde suas legislações turísticas privilegiam regular as condutas dos prestadores de serviços turísticos, inclusive estabelecendo obrigações desses junto aos turistas.

É também considerado como direito social e econômico, contemplados em normas internacionais e como direito fundamental é um direito humano de terceira geração[15], por se referir aos direitos da cole-

14 O Regulamento Comum de Defesa do Consumidor é o objetivo a ser alcançado com o processo de harmonização das legislações consumeristas dos Estados Partes, permitindo consolidar a integração regional na matéria de proteção de defesa do consumidor.

15 Na concepção de Norberto Bobbio, as gerações dos direitos humanos se afirmam em quatro gerações: 1ª) geração dos direitos individuais, igualdade formal perante a Lei; 2ª) geração dos direitos coletivos que são os direitos sociais; 3ª) geração do direito dos povos ou direito das solidariedades que são os direitos transindivi-

tividade. Para corroborar esse entendimento, o turismo foi contemplado no artigo 24 na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é uma norma de direito social, pois garante ao trabalhador usufruir de seu tempo livre de férias com atividades de lazer, e assim, o turismo vem cumprir sua função social e econômica, na medida que contribui para o desenvolvimento econômico local e regional.

Ao analisar as legislações de turismo e do consumidor e as normas constitucionais dos Estados Partes, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, assim como as resoluções expedidas pelo Grupo do Mercado Comum do Mercosul, há outros temas que exigem a continuidade de processo de harmonização, com o fim de consolidar um Regulamento Comum de Defesa do Consumidor dentro do bloco.

Embora o Comitê Técnico de Defesa do Consumidor (CT nº 7), gerenciado pelo Grupo do Mercado Comum, tenha avançado na harmonização legislativa, a sua eficácia é pequena, em razão da não internalização das Resoluções no ordenamento jurídico de cada Estado Parte. Portanto, pode-se dizer que há muito trabalho de harmonização legislativa e pouca internalização dessas normas nos Estados Partes, mas que consegue ainda assegurar uma suficiente proteção ao consumidor com uma harmonização mínima.

Por conseguinte, para que o Estado seja mais eficiente, deve-se ter ações positivas, com implementação de políticas públicas adequadas, para que se possa efetivar os direitos e garantias fundamentais do consumidor turista, como o direito à liberdade de escolha, o direito social, ao garantir o seu direito ao descanso, e o direito de acesso à justiça, no caso de eventuais litígios de consumo.

Portanto, entende-se que a efetividade da solução dos conflitos transfronteiriços ocorridos com o consumidor turista do Mercosul deve ocorrer com a harmonização das normas de *hard law* e *soft law*, sobretudo aplicando os princípios da autonomia da vontade e da vulnerabilidade do consumidor, com a adoção de mecanismos de resolução de conflitos e a adesão ao Código Internacional de Proteção ao Turista, ao qual Brasil (NASCIMENTO, 2023) e Uruguai (URUGUAI, 2022) já aderiram.

duais, direitos coletivos e difusos, e ainda a 4ª) direito à manipulação genética, relacionados à biotecnologia e bioengenharia (OLIVEIRA, 2007).

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Lei nº 24.240, de 13 de outubro de 1993**. Normas de Protección y Defensa de los Consumidores. Autoridad de Aplicación. Procedimiento y Sanciones. Disposiciones Finales. Congreso Argentino, 1993. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24240-638/actualizacion. Acesso em: 19 fev. 2024.

ARGENTINA. **Lei nº 24.430, de 14 de dezembro de 1994**. Constitucion de la Nacion Argentina, 1994. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24430-804/texto. Acesso em: 19 fev. 2024.

ARGENTINA. **Lei nº 25.997, de 16 de dezembro de 2004**. Objeto y Principios. Conformación del Sector. Comité Interministerial de Facilitación Turística. Secretaría de Turismo de la Presidencia de la Nación. Consejo Federal de Turismo. Instituto Nacional de Promoción Turística. Régimen financiero. Fondo Nacional de Turismo. Incentivos de fomento turístico. Programa Nacional de Inversiones Turísticas. Protección al turista. Turismo social. Infracciones y sanciones. Disposiciones complementarias. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, Presidencia de la Nación, 2004. Disponível em: https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/100000-104999/102724/norma.htm. Acesso em: 09 fev. 2024.

BAROCELLI, S. S. **Consumidores hipervulnerables**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: El Derecho, 2018.

BELLIDO, Á. M. ¿Soft law: mucho ruido y pocas nueces? **Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, n. 8, p. 1-40, 2004. Disponível em: http://www.reei.org/index.php/revista/num8/articulos/soft-law-mucho-ruido-pocas-nueces. Acesso em: 29 fev. 2024.

BENJAMIN, A. H. V.; MARQUES, C. L.; BESSA, L. R. **Manual de direito do consumidor**. 10. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

BOSISIO, A. (Coord.). **Breve História do Turismo e Hotelaria**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991**. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL). Presidência da República, Brasília, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0350.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7381.htm. Acesso em: 09 fev. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 895, de 2021**. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estabelecer medidas para a proteção do consumidor em situação de vulnerabilidade. Congresso nacional, Brasília, 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1974984&filename=PL%20895/2021. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL, E. Seguridade aprova inclusão de turismo como direito fundamental do idoso. **Agência Câmara de Notícias**, 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/541152-seguridade-aprova-inclusao-de-turismo-como-direito-fundamental-idoso. Acesso em: 19 mar. 2024.

BUENO, S. Saiba mais sobre o que é o Mercosul. **FazCoMex**, 2023. Disponível em: https://www.fazcomex.com.br/comex/mercosul-o-que-e. Acesso em: 06 mar. 2024.

CENTANARO, I. C. **Leyes de defensa del consumidor comentados**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Estudio, 2019.

CUNHA, L. **Economia e Política de Turismo**. 3. ed. atual. Lisboa: Editora Lidel, 2006.

DICIO. Significado de Vulnerável. **Dicionário Online de Português**, 2009. Disponível em: https://www.dicio.com.br/vulneravel/. Acesso em: 19 fev. 2024.

FACAL, J. **Manual de Derecho Del Turismo**. Uruguay: La Ley, 2018.

KLEIN VIEIRA, L. **La hipervulnerabilid del consumidor transfronterizo y la función material del Derecho Internacional Privado**. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: La Ley, 2017.

MARQUES, C. L. A Proteção dos consumidores em um mundo globalizado: studium generale sobre o consumidor como homo novus. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 85, n. 13, p. 25-62, 2013. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/78154. Acesso em: 29 fev. 2024.

MERCOSUL. **Acuerdo para la concesión de un plazo de noventa días a los turistas nacionales de los estados partes del mercosur y estados asociados**. [2024]. Disponível em: https://www.mre.gov.py/tratados/public. Acesso em: 09 fev. 2024.

MERCOSUL. **Compendio Normativo MERCOSUR en materia de Defensa del Consumidor**. Comité Técnico n° 7 "Defensa del Consumidor", 2022. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/documento/compendio-normativo-mercosur-en-materia-de-defensa-del-consumidor. Acesso em: 06 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://acnudh.org. Acesso em: 05 fev. 2024.

NASCIMENTO, L. Brasil adere ao Código Internacional para a Proteção de Turistas. **Ministério do Turismo**, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/brasil-adere-ao-codigo-internacional-para-a-protecao-de-turistas. Acesso em: 06 mar. 2024.

OEA – Organização dos Estados Americanos. **Convención interamericana sobre la protección de los derechos humanos de las personas mayores**. 2015. Disponível em: https://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/tratados_multilaterales_interamericanos_A-70_derechos_humanos_personas_mayores.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach. Norberto Bobbio: Teoria política e direitos humanos. **Rev. Filos**, v. 19, n. 25. p. 361-372, 2007. Disponível em: https://www.anpof.org/periodicos/revista-de-filosofia-aurora/leitura/500/22411. Acesso em: 29 fev. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Unicef, Brasil, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 09 fev. 2024.

ONU. **Resolução nº 39/248, de 16 de abril de 1985**. Assembleia Geral, 1985. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/resolu. Acesso em: 19 fev. 2024.

ORDUNA, J.; SANTANA, C. El Turista: un consumidor hipervulnerable. *In*: BAROCELLI, Sergio Santana. **Consumidores hipervulneraveis**. Cidade Autônoma de Buenos Aires: El Derecho, 2018.

PARAGUAI. **Lei nº 2.828, de 06 de dezembro de 2005**. Del Turismo, 2005. Disponível em: https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/1914/ley-n-2828-del-turismo. Acesso em: 19 fev. 2024.

PARAGUAI. **Ley n° 1.334, 1998**. Defensa del consumidor y del usuário, El congreso de la nacion paraguaya sanciona con fuerza de ley, 1998. Disponível em: https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/897/ley-n-1334-de-defensa-del-consumidor-y-del-usuario. Acesso em: 19 fev. 2024.

SAHIÁN, J. H. **Dimensión constitucional de la tutela a los consumidores**: Diálogo com los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Ley, 2017.

UNIÃO EUROPEIA. **Resolução do Parlamento Europeu, de 22 de maio de 2012, sobre uma estratégia de reforço dos direitos dos consumidores vulneráveis (2011/2272(INI))**. 2013. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF. Acesso em: 15 fev. 2024.

UNICEF. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1979. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-eliminacao-de-todas-formas-de-discriminacao-contra-mulheres. Acesso em: 15 fev. 2024.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Assembleia Geral da ONU, 1989. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 15 fev. 2024.

UNWTO. **Código de Ética Mundial para o Turismo**: Por um Turismo responsável. Organização Mundial de Turismo, 2015. Disponível em: chrome-extension://

efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.each.usp.br/turismo/livros/codigo_de_etica_mundial_para_o_turismo_UNWTO.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

UNWTO. **Código Internacional para a Proteção dos Turistas**. OMT, Madrid, 2022. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/epdf/. Acesso em: 29 fev. 2024.

URUGUAI. **Lei nº 17.250, de 11 de agosto de 2000**. Defensa del Consumidor, Poder Legislativo, 2000. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.bcu.gub.uy/Leyes%20y%20Decretos/Ley%2017250.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

URUGUAI. **Lei nº 19.253, de 28 de agosto de 2014**. REGULACION DE LA ACTIVIDAD TURISTICA. Normativa y Avisos Legales del Uruguay, 2014. Disponível em: https://www.impo.com.uy/bases/leyes. Acesso em: 09 fev. 2024.

URUGUAI. Uruguay adhirió al Código Internacional para la Protección de Turistas de OMT. **Ministerio de turismo**, 2022. Disponível em: https://www.gub.uy/ministerio-turismo/comunicacion/noticias/uruguay-adhirio-codigo-internacional-para-proteccion-turistas-omt. Acesso em: 29 fev. 2024.

VERBICARO, D.; VIEIRA, J. do N. A hipervulnerabilidade do turista e a responsabilidade das plataformas digitais: uma análise a partir de perspectiva de economia colaborativa. **Revista de Direito do Consumidor**, v.127, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5764483/mod_resource/content/1/Artigo%20A%20hipervulnerabilidade%20do%20turista%20e%20a%20responsabilidade%20das%20plataformas%20digitais.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA 4.0

Marcelo Rodrigues Bomfim
Graduando
marcelobomfim728@gmail.com

RESUMO: A Agricultura 4.0 surge como uma analogia a indústria 4.0, também chamada de Quarta Revolução Industrial. Assim, a Agricultura 4.0 consiste na conectividade da rede interna e externa das operações agrícola as e na integração dessas informações em uma mesma plataforma, possibilitando a tomada de decisão em tempo real. Porém, por se tratar de um fenômeno emergente e multidisciplinar existem muitas controvérsias a respeito desse tema e dos impactos que a aplicação dessas tecnologias causará na agricultura. Diante disso, o objetivo deste trabalho é verificar o que é a Agricultura 4.0 e quais são as perspectivas e desafios desse modelo produtivo. O método utilizado é a revisão de literatura. Dentre as perspectivas da agricultura 4.0 está a melhoria do rendimento, da qualidade, da sustentabilidade e das condições de trabalho. Alguns desafios proeminentes são aumentar a produção de alimentos, investir em infraestrutura, evitar a perda da biodiversidade. Essa reflexão contribuí com a ciência e com o agronegócio ao apresentar pontos críticos que merecem a atenção de pesquisadores, governos e agricultores diante do fenômeno da agricultura 4.0.

Palavras-chave: Agronegócio; Agricultura 4.0; Tecnologia.

1850 COM A ELETRICIDADE E A LINHA DE PRODUÇÃO CRIADA POR HENRY FORD OCORRE A SEGUNDA

Mundial, tem-se a Terceira Revolução Industrial com o descobrimento da robótica e o uso de computadores nas estruturas industriais. Todas essas tecnologias proporcionaram melhor aproveitamento dos recursos naturais e da mão de obra, ocasionando a eficiência do sistema produtivo, e, consequentemente, o aumento da produtividade.

A indústria 4.0 apresenta novas tecnologias oriundas dos processos de mecanização, eletricidade e tecnologias da informação que possibilitam melhorar a competitividade, aumentar a produção e reduzir custos. Schwab se refere a indústria 4.0 como o início de uma revolução que está mudando fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos um com o outro». Destaca-se que essa revolução tecnológica possibilitou avanços não somente no sistema fabril, mas também em outros setores, como na agricultura. Dessa forma, o conceito da Agricultura 4.0, ou a chamada Agricultura Digital, surge a partir da Indústria 4.0.

A Agricultura 4.0 utiliza métodos computacionais de alto desempenho, rede de sensores, comunicação máquina para máquina, conectividade entre dispositivos móveis, computação em nuvem, métodos e soluções analíticas que processam grandes volumes de dados e constroem sistemas de suporte à tomada de decisões. Inclui a agricultura e pecuária de precisão, automação e robótica agrícola, além de técnicas de big data e a Internet das Coisas. Neste contexto, a agricultura 4.0 provém da convergência de diversas tecnologias de áreas distintas, sendo um conceito muito incipiente e um fenômeno transdisciplinar bastante desconhecido. Ainda não se sabe ao certo qual direção tomará a agricultura, a produção de alimentos e quais serão os impactos econômicos e sociais decorrentes dessa dinâmica de inovação.

A literatura atual sobre a temática apresenta questões mais específicas e não aborda o fenômeno da agricultura 4.0 e seus desdobramentos numa perspectiva holística. Para Kupfer, o debate sobre a indústria 4.0 ainda é muito tímido, restrito a alguns seminários e a poucas iniciativas de governo ou associações de classe, revelando a pequena prioridade que vem sendo conferida a esse conjunto de novas técnicas, demonstrando a importância de debater este assunto em âmbito acadêmico. Diante do exposto, este trabalho aborda o fenômeno da agricultura 4.0, as perspectivas e desafios do setor agrícola nessa

nova dinâmica da agricultura. O objetivo deste artigo é compreender a Agricultura 4.0, o porquê desse fenômeno existir.

O método utilizado para o desenvolvimento da presente pesquisa é a revisão de literatura, buscando fundamentá-la por meio de artigos científicos publicados em livros, periódicos e outros. É preciso refletir sobre os impactos e as vantagens da utilização da tecnologia nas atividades agrícolas. Agricultura 4.0 justificam a discussão acadêmica dessa temática. A ciência e o debate acadêmico no Brasil devem evidenciar o tema devido a posição estratégica da agricultura brasileira perante o resto do mundo.

A agricultura apresenta grande representatividade na economia brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Já a Agricultura representa a interação digital das atividades agrícolas com a integração de informações em todos os setores e processos agrícolas. O emprego de tecnologia na agricultura reduz as incertezas que envolvem a cadeia de produção agroalimentar. Assim, a agricultura 4.0 pode ser compreendida como um fenômeno que emerge da aplicação de tecnologias como big data, a internet das coisas, a robótica, os sensores, a impressão 3D, a integração de sistemas, a conectividade ubíqua, a inteligência artificial, o aprendizado de máquina, entre outras tecnologias, aplicados à agricultura e nas cadeias de abastecimento de alimentos, fibras e bioenergia. O aumento da produtividade, da lucratividade e a ecoeficiência produtiva justificam o uso dessas tecnologias na agricultura.

As operações agrícolas compõem uma rede integrada de informações. A tecnologia possibilita aplicar insumos, pesticidas, herbicidas, fungicidas, etc. com maior assertividade, essa característica propulsiona a aplicação de novas tecnologias na agricultura porque reduz custos enquanto aumenta a produtividade. Assim, o fenômeno da agricultura 4.0 pode ser compreendido como uma aplicação massiva de tecnologias digitais na produção de alimentos e outros produtos agrícolas. A força propulsora dessa dinâmica é o ganho de eficiência que a aplicação de tecnologia promove.

Portanto, esse fenômeno existe porque o ser humano deseja produzir mais, com menos esforço, de acordo com as limitações ambientais às quais está sujeito.

O presente artigo utilizou-se da pesquisa bibliográfica para apresentar o conceito da Agricultura 4.0, bem como as suas vantagens e desafios a serem enfrentados. O método de abordagem utilizado nesta pes-

quisa foi o dedutivo, o qual se baseia em argumentos gerais para chegar a determinadas conclusões específicas. O método de pesquisa aplicado foi a pesquisa indireta bibliográfica, utilizando livros, periódicos e sites que abordam o tema Agricultura 4.0 e demais assuntos pertinentes à pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Vários são os benefícios proporcionados pela agricultura 4.0, integração de todas as informações em um único local, em uma mesma plataforma, possui um foco estratégico para planejar com antecedência a próxima safra, oferecendo benefícios econômicos e ambientais. Algumas dessas tecnologias em estágio inicial prometem viabilizar o cultivo de alimentos em áreas áridas ou a utilização de recursos abundantes e limpos como é o caso do sol e da água do mar. Para Zambon, a agricultura digital interconecta diferentes tecnologias destinadas a melhorar o rendimento e a sustentabilidade das culturas, melhora as condições de trabalho e a qualidade da produção e processamento.

Além da introdução de novas ferramentas e práticas, a revolução 4.0 provoca o aumento da produtividade e reside na capacidade de coletar, usar e trocar dados remotamente. Em um cenário de crescimento econômico modesto, esse crescimento populacional aumentará a demanda por alimentos em aproximadamente 50%, em comparação à produção agrícola do ano de 2013. O aumento do número de pessoas nas cidades provocará maior demanda, e essa demanda implica em maior produção de alimentos ou aumento dos preços o que pode gerar sérios problemas sociais.

FAOSTAT – OS AGRICULTORES TERÃO QUE PRODUZIR 70% MAIS ALIMENTOS ATÉ

Um estudo conduzido nos Estados Unidos apontou que a adoção de tecnologias na agricultura vem aumentando a produtividade e embora tecnologias e sistemas voltados a conservação sejam capazes de reduzir impactos negativos no solo e na água ainda existe um aumento da especialização, da complexidade, somados a uma maior demanda de insumos e recursos não renováveis. Sendo assim, é necessário que a tecnologia aumente a produtividade no campo, reduzindo os desperdícios e os custos, agregando valor aos produtos. Para Massruhá, um dos desafios da Agricultura 4.0 é produzir mais na mesma área, não expandindo muito, conservando mais e mantendo a agricultura num patamar sustentável. Dessa

forma, o aumento da produtividade de forma sustentável, abastecendo o mercado, garantindo acesso da população à alimentação em quantidade e qualidade satisfatória representa o desafio da Agricultura.

Em síntese, a agricultura 4.0 precisará aumentar a produção de alimentos e talvez de energia de forma sustentável. A conectividade é fundamental para a migração da agricultura de precisão para uma agricultura digital. Fundação Getúlio Vargas, afirma que a Agricultura 4.0 já é uma realidade no Brasil, porém não integralmente cumprida. Rodrigues acrescenta que falta maior cobertura de conexão do território nacional, o que dificulta o acesso até mesmo à internet, e, portanto, é um dos limitantes para o avanço dos aplicativos móveis no meio rural.

Além disso, o avanço da tecnologia tende a chegar mais tarde aos economicamente menos privilegiados, em primeiro momento não atende os pequenos agricultores, o que acelera o processo de crescimento da desigualdade social. A adoção de novas tecnologias pode criar vantagens comparativas, para além das vantagens de ganhos de escala das grandes empresas agrícolas, e pode criar uma concorrência capaz de inviabilizar algumas atividades nas pequenas propriedades rurais. Nesse caso, a agricultura familiar pode não se adaptar à nova dinâmica causando uma aceleração no processo de concentração fundiária e de renda. A tecnologia aumenta a competitividade do setor agrícola, por meio da especialização e de novas demandas tecnológicas.

Porém, a atual especialização da agricultura, a monocultura, não é tão eficiente quanto os sistemas agrícolas diversificados no que diz respeito ao suporte da biodiversidade, à manutenção da qualidade do solo, ao sequestro de carbono, à retenção de água, à eficiência energética, à resistência e resiliência às mudanças climáticas. Estados Unidos, China e Japão são os países que mais investem em pesquisa e desenvolvimento, neste quesito o Brasil está na 8 posição mundial. Por fim, Weltzien afirma que apesar de todos os avanços da tecnologia no meio rural, ainda não se pode afirmar que a agricultura de precisão tenha sido amplamente estabelecida na produção agrícola, pois a utilização de dados por si só não é suficiente. O registro automático dos dados ajuda nos resultados da fazenda, diminuí o tempo de análise o que leva a decisões mais rápida e assertivas.

A necessidade de soluções, a redução de custos e os ganhos em eficiência produtiva são a força propulsora da agricultura 4.0. Mas, promover o acesso dos agricultores as novas tecnologias nem sempre é possível pelas mesmas motivações, ou seja, a redução de custos e os ganhos em eficiência produtiva não garantem a disponibilidade de tec-

nologia aos agricultores com menor poder aquisitivo o que pode piorar questões de desigualdade social e esse é outro ponto crítico que merece ser minuciosamente explorado. A agricultura 4.0 se configura como um processo incremental pela incorporação e integração de tecnologias disponíveis ou emergentes à agricultura. Nesse processo de incremento de inovação acontece uma seleção adaptativa da tecnologia.

Tecnologias mais baratas e eficientes poderão ser implementadas em larga escala enquanto inovações com maior custo e menor eficiência tendem a ser abandonadas. Por fim, esse estudo pode ter deixado de considerar variáveis importantes sobre o tema devido a sua vasta amplitude, mas apresenta uma compreensão do fenômeno agricultura 4.0, destaca algumas motivações intrínsecas a sua implementação e apresenta percepções sobre temas que devem ser estudados e merecem a atenção de agricultores, governantes, pesquisadores e desenvolvedores de tecnologia.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A Fundamentos de metodologia. 8. ed. São Paulo: Atlas. MASSRUHÁ, S, S. F. M.; LEITE, A. A. M. M. **Agro 4.0 – Rumo à agricultura digital**. JC na Escola Ciência, Tecnologia e Sociedade: Mobilizar o Conhecimento para Alimentar o Brasil.

MASSRUHÁ, S. M. F. S. Tecnologias da informação e da comunicação: o papel na agricultura. Agroanalysis. **Revista do Agronegócio da FGV**, São Paulo, v. 35, n. 9, p. 29-31, 2015.

MUHURI, P. K.; SHUKLA, A. K.; ABRAHAM, A. Industry 4.0: A bibliometric analysis and detailed overview. In: AGRONEGÓCIO. **Cadernos FVG projetos**, Rio de Janeiro, ano 14, n 36, mar. de 2019.

RODRIGUES, R. Olhares para https://www.embrapa.br/olhares-para-2030/artigo//asset_publisher/SNN1QE9zUPS2/content/roberto-rodrigues?inheritRedirect=true> acessado.

ROSE, D. C.; CHILVERS, J. **Agriculture 4.0**: Broadening responsible innovation in an era of smart farming. Frontiers in Sustainable Food Systems, v. 2, p. 87, 2018.

SASSENRATH, G. F. et al. Technology, complexity and change in agricultural production systems. **Renewable Agriculture and Food Systems**, [S.

l.], v. 23, n. 4, p. 285–295, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S174217050700213X acessado em 24 de ag. de 2020.

VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO. ENGOLIRÁ O BRASIL? **Revista Tempo do Mundo**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 51–81, 2016.

WELTZIEN, C. Digital agriculture – or why agriculture 4.0 still offers only modest returns. Article in **Agricultural engineering**, April 2016.

WILKINSON, J.; REYDON, B.; SABBATO, A. D. Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. **Canadian Journal of Development.** Studies, [S. l.], v. 33, n. 4, p. 417–438, 2012.

O CONCEITO DA PROVIDÊNCIA DE DEUS, UMA PROVA CIENTÍFICA

Rafael Theotonio de Castro
Doutor em Ciências e Engenharia de Materiais
https://orcid.org/0000-0001-8370-2187
rafael92castro@gmail.com

RESUMO: O presente artigo visa elucidar um conceito econômico chave para a devida interpretação do cenário político atual na sociedade brasileira como um todo. A comprovação cientifica está baseada na simples verificação lógica da ciência moderna atestando e depondo contra os atuais rumos que uma nação caminha como um corpo social.

Palavras-chave: Economia; Política; Sociedade.

Quando analisamos o significado real da potência pelas ciências exatas vemos que a Física Clássica define Trabalho (1) como o produto da força exercida aplicada ao longo de um deslocamento, sendo a Potência (2) definida como um trabalho exercido sobre um diferencial de tempo:

$$1. \quad \text{Trabalho} = \text{Força x distância}$$

$$2. \quad \text{Potência} = \frac{\text{Trabalho}}{\text{d(tempo)}}$$

A palavra potência também pode ser entendida como energia e quando levamos em consideração que a palavra Força se deriva da tradução do grego "*Dynamis*" (Poder) vemos que a equação 2 pode ser reescrita nos seguintes termos:

$$2. \quad \text{Potência} = \frac{\textit{Dynamis} \text{ x distância}}{\text{d(tempo)}}$$

Segundo a Bíblia o Espírito Santo é a "*Dynamis*" do Cristão (BÍBLIA, 2018, Atos 4, 33) e para que ele seja aplicado ao longo de uma distância é necessário que haja uma pessoa para que se realize tal deslocamento. Ora nós sabemos por revelação que Deus é Espírito perfeitíssimo criador que habita em todas as coisas e paira sobre todas as coisas (BÍBLIA, 2018, Genesis 1). Para que esse Espírito fosse acessível ao homem Jesus Cristo, uma pessoa, veio ao mundo por ação de Deus em uma mulher, Maria (BÍBLIA, 2018, Lucas 1, 30-33). Este mesmo homem nos revelou que para que uma pessoa nasça do Alto é necessário que haja uma "*Dynamis*" aplicada a um deslocamento: "O vento sopra onde quer e se ouve um ruido, mas não se sabe de onde vem e nem para onde vai. Assim que acontece com quem nasceu do Espírito." (BÍBLIA, 2018, João 3, 8-10). Portanto, podemos definir o trabalho como a força de uma pessoa: a "*Dynamis*" do Espírito Santo. Logo a equação (3) pode ser redefinida como:

$$2. \quad \text{Potência} = \frac{\text{Espírito Santo}}{\text{d(tempo)}}$$

Temos então uma nova definição de conceito em que o trabalho só pode ser exercido pela ação do Espírito Santo que é a força de Deus aplicada no cristão, segundo o Apostolo João.

Pensando na definição de tempo de um modo abstrato como um espaço de tempo e aplicando-se o conceito do cálculo diferencial, também conhecido como derivada, nós temos que um diferencial de tempo é uma expressão que tende ao infinito. O conceito de tempo é traduzido da expressão grega chamada "*Chronos*", que na prática quer dizer um espaço contínuo de tempo que tende ao infinito (Deus). Para que o "Chronos" seja mensurado é necessário haver um observador além do tempo, portanto, nada mais justo do que esse observador seja Deus. Logo temos Deus avaliando o tempo ao longo do espaço deste mesmo tempo tendendo ao infinito da história, o que também pode ser reescrito como a Santa Providência de Deus.

Então como explicado acima, vemos que Deus é o único capaz de mensurar o tempo ao longo da história, ressignificando a expressão descrita da equação 4 para o tempo da história:

$$2. \qquad \text{Potência} = \frac{\text{Espírito Santo}}{\text{Providência}}$$

A matemática simples ensina que um valor quantitativo imensurável como o Espírito Santo, que é Deus, pode ser descrito como o infinito quantitativo (∞), se e somente se, Deus assim o permitir. Ao passo que a providência de Deus na história também pode ser representada como um valor quantitativo imensurável que tende ao infinito (∞). Portanto, a primeira parte da demonstração aponta que a definição de potência é matematicamente uma indeterminação, necessitando-se de uma segunda aplicação algébrica para solução da problemática indeterminada:

$$2. \qquad \text{Potência} = \frac{\infty}{\infty} = !$$

A palavra potência também pode ser entendida como energia, e o conceito moderno de energia aplicado para pessoa de Deus só pode ser a definição de Einstein que abrange a energia como um valor que relaciona energia com a aceleração da Luz no espaço (EINSTEIN A., 1922). Porque Deus é Luz e nele não há trevas (BÍBLIA, 2018, 1 João 1, 5). Portanto tem-se a seguinte expressão:

$$2. \qquad \text{Energia} = m.c^2 = \frac{\infty}{\infty} = \frac{\text{Espírito Santo}}{\text{Providência de Deus}}$$

Einstein resolveu o problema de indeterminação de uma outra forma, mas o foco aqui não é a teoria da relatividade, portanto, eu, Rafael Theotonio de Castro, porém, reescrevo algebricamente a equação 7 isolando a providência de Deus como a evidência para torná-la mensurável pela matemática na física moderna:

$$2. \quad \text{Providência de Deus} = \frac{\text{Espírito Santo}}{\text{Energia da Luz}}$$

Ora, a energia da Luz é calculada por Einstein a partir da definição de vácuo no espaço, ou seja, do zero absoluto do espaço sendo convencionado com um valor definido de trabalho que ele chamou de E, esse valor foi mensurado porque, para simplificar a demonstração, Einstein partiu de premissas de que a Luz se comporta como um corpo (matéria) em movimento cuja massa é insignificante e a velocidade de movimento é constante (EINSTEIN A., 1922; PAULI W., 2013). Sendo que a unidade de medida aplicada como representação é a mesma unidade aplicada para o valor de trabalho. Logo, para entendermos, matematicamente, a providência de Deus pela ação do Espírito Santo com todo seu poder sobre a História precisamos considerar a energia do denominador como sendo um corpo (matéria) sem a presença de Deus, ou seja, o vazio absoluto (EINSTEIN A., 1922; PAULI W., 2013). A abstração aqui seria pensar em algo totalmente imanente em si mesmo em que só há a presença da matéria sem a presença de Deus. Na definição de energia de Einstein, esse corpo sem a presença de nenhuma força, ou seja, na ausência da pessoa de Deus que é a Luz, é o zero absoluto do espaço da teoria da relatividade, que pode ser representado como 0:

$$2. \quad \text{Providência de Deus} = \frac{\infty}{0} = \text{Algo Impossível de se mensurar}$$

Portanto, como queria demonstrar o valor da Providência de Deus é racionalmente impossível de ser calculado e planificado matematicamente e, portanto, se alguém quiser aplicar qualquer tipo de lucro sistemático sobre um valor de trabalho, como o infeliz do Lutero e eventualmente outros infelizes quiseram aplicar pela usura (WIERSMA H., 2010), isto seria algo matematicamente impossível de ser mensurado, porque pertence a Providência de Deus. Logo a matemática, a física, o cálculo e os pilares da ciência moderna depõem contra a usura de Lutero e contra os juros abusivos que o mercado financeiro aplica sobre a sociedade contemporânea.

O valor do trabalho seja ele intelectual ou braçal tem seu valor intrínseco na pessoa do Espírito Santo e isto não pode ser mensurado por ninguém numa economia planificada como sendo algo imanente em si mesmo ou apenas na pessoa do homem, como o socialismo e entre outras formas de totalitarismo pretendem aplicar, isso além de uma incoerência lógica é impossível de ser calculado como a própria matemática pode comprovar. Paulo, inclusive, previu este problema quando alegou ao seu amigo Timóteo que a raiz dos males é a avareza (BÍBLIA, 2018, 1 Timóteo 6, 10).

Entretanto, ao analisarmos alguns princípios da Química, é possível prever uma solução reparadora para tal problema matemático porque pelo princípio de transformação da matéria de Lavoisier "na natureza nada se cria, nada se faz, tudo se transforma" (TREPTOW, R. S., 1986). A palavra *natureza* pode ser substituída por *criatura* sendo vislumbrado algo novo quando retomamos ao Amor da criação em Genesis no seu capítulo primeiro, isto é, que a única força capaz de realizar tal feito transformador é a ação trinitária: "façamos o homem". Esta ação não só tem o poder de criar e ordenar a sua criatura, como nos revelou o próprio livro do Genesis, como também, atestado pela revelação cristã, tem o poder de renovar a face da terra (BÍBLIA, 2018, Apocalipse 21, 5)!

Portanto, para concluir a breve demonstração cientifica: na ausência da pessoa de Deus é impossível de se quantificar e planificar uma economia. A única forma possível de ser viver sadiamente em uma economia é pela economia da graça de Deus que prevê a pessoa do Espírito Santo afinal esta é a "*Dynamis*" do homem. O efeito sintomático do aumento de casos de depressão na sociedade contemporânea também depõe contra a prática abusiva do sistema financeiro imanente no homem como o legislador absoluto e totalitário de uma sociedade sendo a usura uma causa evidente. Deixo claro que isto que demonstrei não prevê a ausência de impostos do sistema vigente, porém a redução de impostos é, e sempre será, o norte de qualquer economia saudável, porque prevê a graça de Deus e não o inverso como um sistema de governo anticristão propõe. Afirmo que a matemática, a física, a química, o cálculo e as atuais estatísticas sociais apontam que o homem não nasceu para viver em uma economia socialista, muito menos comunista como nos alerta a Santíssima Virgem em Fátima (PIO XI, 1937; JOÃO PAULO II, 2000).

Em 1922, o economista austríaco Ludwig von Mises também comprovou que a estatização completa dos meios de produção é inviável, tanto na prática, como na teoria. O economista explica algo trivial: que o controle dos preços subentende-se como o controle total de uma

economia e esta, por sua vez, teria de começar pelo controle dos preços (CARVALHO O. DUGIN A., 2020). Ora qualquer inteligência minimamente capaz de observar a realidade tal como ela se apresenta é capaz de perceber o que Ludwig von Mises explicitou. Se o número de produtos em circulação for grande demais para que um órgão estatal (pequeno grupo) possa controlar o seu preço de forma antecipada, como é em qualquer economia saudável, para controlar estes preços o governo precisaria ter o conhecimento antecipado de todos os recursos financeiros à disposição do público em todo momento! O que só é possível mediante uma inteligência sobrenatural que supere esse círculo vicioso. Sendo impossível o controle dos preços, não há controle geral da economia e muito menos socialismo nenhum (CARVALHO O. DUGIN A., 2020). O que o economista, por fim, soube demonstrar é que a condição "*sine qua nom*" para que um regime comunista seja implementado é pela admissão de um vasto capitalismo residual numa economia de mercado que nunca poderia ser extinta, ou seja, um comunismo sobre aparência de um socialismo nominal com um capitalismo operando de forma clandestina. O uso da ferramenta da propaganda seria, portanto, um fator imprescindível para que o regime se autossustentasse.

O que os teóricos do socialismo moderno e contemporâneo pretendem alcançar nada mais é do que uma tara macabra de um estado socializante que se traduz numa assíntota teórica que, em mais hora ou menos hora, tenderá a uma ruína. O célebre escritor Olavo de Carvalho ao debater com um professor russo de fortes tendencias esotéricas também soube expor essa realidade autocontraditória do socialismo em que, por simples observação, o que se veria na prática quando se tentasse implantar o socialismo de início é: um fim totalmente diferente da sua teoria maquiada de bela. O que em termos coloquiais poderia ser até explicado como: "comprar um gato por lebre".

Quanto ao comunismo em si, ao evidenciar a advertência legitima da Virgem Maria entre os nossos séculos da História, vemos que não bastando a existência de tamanha advertência divina o número de mortes associados a este regime ditatorial chegou a cerca de 140 milhões de pessoas em menos de um século e ultrapassou todos os limites humanitários em todos os Países nos quais o regime foi implantado, até mesmo quando comparado a outros regimes ditatoriais (CARVALHO O. DUGIN A., 2020; BUKOVSKY, 2019). Mediante a tais números hediondos e conclusivos por si só, é possível se deduzir, sem grandes elocubrações, que a advertência da Virgem não era matéria a ser ignorada.

O Concilio Vaticano II também nos adverte que: nenhuma criatura se pode equiparar ao Verbo encarnado e redentor, o que, por sua vez, é digno de Fé e lícito para a economia da salvação (PAULO VI, 1964). Podendo até servir como uma forma de contestação aos apelos legítimos de uma simples criatura humana intervindo na história, como o é, a Virgem Maria. Contudo, o primeiro afirma ainda que a Santíssima Virgem exerce na natureza humana, a nobre dignidade de ser a Mãe do Divino Redentor, o que se deduz, por conseguinte, exercer a maternidade na economia da graça perdurando pelos séculos da história sem interrupção, por disposição da Divina Providência, já comprovada cientificamente como incomensurável pelos séculos dos séculos neste presente trabalho.

Quando analisamos, então, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é possível se verificar algo ainda mais intrigante: que essa maternidade foi exercida de forma espontânea no seu texto constituído de tal maneira em que o art. 5º da constituição federal que *"garante que todos são iguais perante a lei, sem haver distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade privada"* foi salvaguardado como clausula pétrea no 4º parágrafo do artigo 60 da mesma constituição (BRASIL, 1988). Não havendo possibilidade nenhuma de se abolir ou relativizar uma propriedade individual neste País. Como se não bastasse tamanha graça econômica associada a esta nação agraciada, também conhecida como: Terra de Santa Cruz, o texto ainda inclui no artigo 170 da mesma constituição a propriedade privada como um princípio da ordem econômica, ou seja, o País está definido como um país capitalista e goza de proteção jurídica para permanecer assim. Portanto, toda e qualquer propriedade privada está elevada à condição de direito fundamental da pessoa humana.

Assim, a Santa Mãe de Deus por ser a humilde serva do Senhor depois de elevada ao Céu não abandonou a missão salvadora de seu Filho e permanece sendo cooperadora de graças por meio de sua intercessão. Ela, por seus méritos, alcança dons de salvação eterna cuidando com amor maternal dos irmãos do seu Filho, isto é, os que foram lavados e alvejados no Batismo de Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo e que caminham nesta terra entre perigos e angústias, neste vale de lágrimas, até chegarem à pátria da bem-aventurança eterna (PAULO VI, 1964). Maria é, sem dúvidas, tesoureira e correspondente direta das graças de Deus.

Como o Filho de Deus foi elevado ao Céu e está assentado a direita do Pai pelos séculos dos séculos, a Virgem encontra-se assunta ao Céu e ele-

vada a sua dignidade excelente de Mãe, sendo a gestora de toda a economia gratificante ao homem em seu estado de vida militante e peregrino em sua pátria terrena. Por ser gestora, cada lágrima oriunda de seus filhos passa a ser sua lágrima também e cada dor oriunda de seus filhos se torna sua dor também, porque uma criança que habita o seio de uma mãe está ligada a ela por vínculos não meramente afetivos, mas vínculos reais, vínculos históricos comprovados pela ciência antes, durante e depois do procedimento de um parto e estes vínculos são mais fortes do que a ciência moderna conseguirá prever um dia porque são atestados pela Fé que habita o ser humano desde o princípio até o fim dos séculos (LEÃO XIII, 1902).

Ademais o vínculo histórico da intercessão de uma Mãe Imaculada que exerceu sua excelência em conformidade com a graça de Deus é, e sempre será, uma dimensão da Providência de Deus palatável ao homem contemporâneo podendo ser mensurado não pela matemática, pela física ou pela química, mas pela pura e genuína gratuidade do Amor Divino (BÍBLIA, 2018, João 2, 1-11). Este mesmo que é contemplado pela sua criatura e perpetua pela história através da sua "*dynamis*" que, além de fraterna, permeia e intervém a nossa história de uma forma individual, concreta, salutar e contemporânea até a consumação dos séculos (BÍBLIA, 2018, Isaías 49, 14-15). Por fim, se uma mãe está ligada ao seu filho enquanto gestante por um vínculo científico e histórico, Maria permanece ligada ao seu Filho pela graça de estado que alcançou e ela é, por seu vínculo histórico e por uma disposição divina, a corredentora da salvação dos homens enquanto estes forem peregrinos nessa Terra e militantes incorporados na única Igreja de Cristo, pelo mistério do sacerdócio deste Cristo (BÍBLIA, 2018, João 19, 26-27).

REFERÊNCIAS

Antigo testamento: BÍBLIA, A. T. Genesis. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução Latina. 10ª Edição. São Paulo - SP: Editora Ave-Maria, 2018. p. 21-22.

Antigo testamento: BÍBLIA, A.T. Isaías. In: **Bíblia Sagrada.** Tradução Latina. 10ª Edição. São Paulo – SP: Editora Ave-Maria, 2018. p. 1180.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Distrito Federal: Presidente da República, 2022. Acessível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 25 de maio de 2024.

BUKOVSKY, V. **Judgment in Moscow**. Soviet Crimes and Western Complicity, London, 2019. 727 p.

CARVALHO, O. DUGIN, A. **Os EUA e a Nova Ordem Mundial**: um debate entre Alexander Dugin e Olavo de Carvalho. 2ª Edição. Tradução: Giuliano Moraes – Campinas, São Paulo: Vide Editorial, 2020. p. 51.87-88.91.149.

EINSTEIN, A. The general theory of relativity. In: **The Meaning of Relativity**. Dordrecht: Springer Netherlands, 1922. p. 54-75.

JOÃO PAULO II, Papa. **A Mensagem de Fátima** (Exposição Pública de Documento Oficial Aprovado pela Congregação para Doutrina da Fé). Roma. 20 de junho de 2000. Acessível em: <www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000626_message-fatima_po.html>. Acessado em 23 de abril de 2024.

LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Apostólica *fin dal principio*** (Encíclica do Papa Leão XIII sobre a educação do clero). Roma. 8 de dezembro de 1902. Acessível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08121902_fin-dal-principio.html>. Acessado em 25 de maio de 2024.

Novo testamento: BÍBLIA, N. T. **Atos dos Apóstolos**. **In: Bíblia Sagrada.** Tradução Latina. 10ª Edição. São Paulo - SP: Editora Ave-Maria, 2018. p. 1752.

Novo testamento: BÍBLIA, N. T. Lucas. In: **Bíblia Sagrada.** Tradução Latina. 10ª Edição. São Paulo - SP: Editora Ave-Maria, 2018. p. 1622.

Novo testamento: BÍBLIA, N. T. João. In: **Bíblia Sagrada.** Tradução Latina. 10ª Edição. São Paulo - SP: Editora Ave-Maria, 2018. p. 1684-1685.1686.1727.

Novo testamento: BÍBLIA, N. T. 1ª Carta a Timóteo. In: **Bíblia Sagrada.** Tradução Latina. 10ª Edição. São Paulo - SP: Editora Ave-Maria, 2018. p. 1686.

Novo testamento: BÍBLIA, N. T. 1ª Carta de João. In: **Bíblia Sagrada.** Tradução Latina. 10ª Edição. São Paulo - SP: Editora Ave-Maria, 2018. p. 2043.

Novo testamento: BÍBLIA, N. T. Apocalipse. In: **Bíblia Sagrada.** Tradução Latina. 10ª Edição. São Paulo - SP: Editora Ave-Maria, 2018. p. 2086.

PAULI, W. **Theory of relativity**. Courier Corporation, 2013. 236 p.

PAULO VI, Papa. ***Lumen Gentium***. (Constituição Dogmática do Papa Paulo VI sobre a Igreja). Roma. 21 de novembro de 1964.

Acessível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>. Acessado em 25 de maio de 2024.

PIO XI, Papa. ***Divinis Redemptoris***. (Encíclica do Papa Pio XI sobre o comunismo ateu). Roma. 19 de março de 1937. Acessível em <https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html> Acessado em 24 de abril de 2024.

TREPTOW, R. S. Conservation of mass: fact or fiction? **Journal of Chemical Education**, v. 63, n. 2, 1986. p. 103-105.

WIERSMA H. Luther on lending: A Pastoral Response Regarding the Subject of Usury. **In Faith and Economics**, v. 30, n. 2, 2010. p. 191-199.

DESVENDANDO A ARTE DA TOMADA DE DECISÃO SOB INCERTEZAS: EXPLORANDO A CRIATIVIDADE NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Pedro Paulo Rosemberg da Silva Oliveira
Pós-graduado em Marketing, Criatividade e Inovação
http://lattes.cnpq.br/2162940985603250
pedroprsoliveira@gmail.com

RESUMO: Neste estudo, a complexidade da incerteza em diversos contextos e os desafios enfrentados na tomada de decisões sob essa perspectiva são abordados. A importância crucial da criatividade como instrumento na resolução de problemas é destacada, com apresentação de modelos e teorias que estabelecem conexões sólidas entre criatividade e tomada de decisão. São exploradas abordagens e métodos práticos para a incorporação da criatividade nesse processo, enriquecendo o entendimento com exemplos concretos. Além disso, são fornecidas ferramentas e técnicas para estimular a criatividade na tomada de decisão, com ilustrações de sua aplicação. A criatividade, influenciada por experiências e fatores psicológicos, sociais e culturais, é identificada como uma força motriz de desenvolvimento econômico e social, tanto em nível individual quanto coletivo. Ressalta-se a importância de nutrir a criatividade desde a infância, preparando indivíduos para lidar com a incerteza ao longo de suas vidas e impulsionando a inovação na fase adulta.

Palavras-chave: Incerteza; Criatividade; Inovação.

INTRODUÇÃO

Frente à globalização, existe uma grande necessidade, por parte dos trabalhadores e gestores, de tornar mais rápida e assertiva a tomada de decisão, principalmente quando se trata de posições e cargos do alto escalão. Desse modo, a tomada de decisão poderia ser entendida não somente como uma habilidade, mas também como uma ferramenta muito requisitada nas empresas, concomitantemente, pelo mercado. Considerando as constantes mudanças dos cenários micro e macroeconômicos dos mais diversos setores e, na menor alteração que seja, percebe-se um vasto "efeito borboleta", vê-se um amontoado de incertezas que estão em jogo. Assim, é evidente a necessidade de reagir de forma criativa, para resolver problemas e desenvolver soluções, principalmente, soluções inovadoras. Dessa forma, entende-se como objetivo de o presente trabalho explicar o papel da criatividade na resolução de problemas frente a determinadas situações de incerteza, para nortear profissionais e empresas a desenvolverem a criatividade como habilidade, ferramenta e meio de desenvolver o potencial socioeconômico, revertendo em lucros e ganhos, bem como trazer métodos e técnicas capazes de auxiliar no desenvolvimento das habilidades criativas do sujeito. O presente trabalho divide-se em quatro partes, sendo: Incerteza e Tomada de Decisão, onde se define o que é incerteza, sua presença em diversos contextos e há a descrição dos desafios enfrentados ao tomar decisões sob incerteza; Criatividade como Ferramenta de Resolução de Problemas, onde haverá a exploração dos conceitos de criatividade e inovação, discutir-se-á sobre a importância da criatividade na resolução de problemas, e uma breve apresentação de modelos e teorias que relacionam criatividade e tomada de decisão; Estratégias Criativas na Tomada de Decisão, onde será apresentado abordagens e métodos para incorporar a criatividade na tomada de decisão e, estudos de caso e exemplos práticos que demonstram o uso da criatividade para resolver problemas em situações incertas; e, por fim, Ferramentas e Técnicas para Estimular a Criatividade, contendo breve descrição de ferramentas e técnicas que podem ser utilizadas para estimular a criatividade em processos de tomada de decisão, com exemplos de como essas ferramentas podem ser aplicadas.

DESENVOLVIMENTO

A vida em um mundo complexo e dinâmico, no qual, a incerteza é uma característica intrínseca torna improvável que todas as decisões sejam baseadas em informações completas e definitivas. Assim

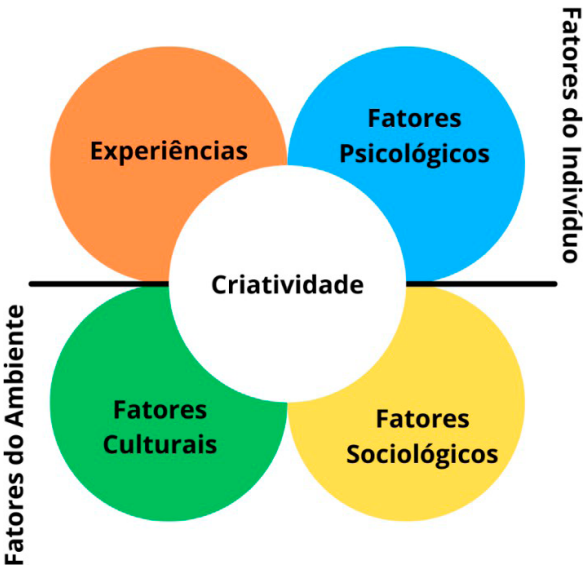
sendo, a capacidade de lidar com as incertezas se torna uma habilidade essencial. Ao ingressar no mercado, um profissional destreinado lidará constantemente com as frustrações de ter que entender o que é a incerteza, tendo que com ela aprender enquanto executa o seu trabalho. Não só isso, utiliza-se a tomada de decisão fora do meio profissional, vendo o impacto na vida pessoal também. A capacidade de pensar de forma inovadora e criativa, pode auxiliar na resolução de problemas, principalmente em situações incertas, já que assim, é possível obter as soluções para os desafios complexos do dia a dia. Quando pensamos em Risco e Incerteza, temos diversas definições possíveis. Uma, dentre as mais diversas, está a de Knight (1921, p. 19), que apresenta Risco como uma probabilidade ou incerteza mensurável, quantificável; enquanto a Incerteza, seria a situação em valores indeterminados e não possíveis de quantificar: "uma probabilidade numericamente imensurável" (ANDRADE, 2011, p. 172). É evidente que, com as análises com Big Data, Machine Learning e Inteligência Artificial, é possível aprimorar a acurácia de um evento. Desse modo, é mister entender, portanto, como a Incerteza atua frente à criatividade. Para Drucker (2001), a Tomada de Decisão seria o processo de elaborar o pensamento voltado para a seleção de uma, dentre várias alternativas de ação, sendo que, muitas vezes, não há uma escolha definitivamente correta ou incorreta. Haveria, no entanto, consequências, muitas delas mensuráveis (tidas como risco) e outras, não (tidas como incerteza). Ao iniciar o processo de tomada de decisão, independentemente se racional ou emocional, ela é cognitiva. Isso quer dizer que o cérebro irá analisar inconscientemente as opções, e através dos cenários, apresentará as possíveis opções favoráveis ou desfavoráveis, bem como, quais as consequências de cada. No entanto, há de se observar que o processo cognitivo se limita, principalmente, à cosmovisão, definida como a soma dos fatores culturais, sociais e psicológicos de cada indivíduo. Assim, vê- se que a Tomada de Decisão está intrinsecamente ligada às definições de Risco e Incerteza, pela análise cognitiva, bem como, através dos fatores psicológicos, também ligados à criatividade. Segundo Choo (1998, p. 267), ao tomar decisões, as pessoas "escolhem uma alternativa que satisfaça alguns critérios, e não a melhor alternativa" e, com o objetivo de reduzir a "necessidades de busca, de escolha ou de solução dos problemas" as pessoas seguem rotinas que visam simplificar o processo de tomada de decisão ou reduzir a necessidade de fazê-las. Isso por que as ações na tomada de decisão são fundamentadas com base nas metas e objetivos, e envolvem informa-

ções, crenças e convicções a respeito de como as estratégias ou métodos selecionados levarão aos resultados desejados (CHOO, 1998, p. 300). Segundo Alencar (1995, p. 7) "criatividade está relacionada com os processos de pensamento que se associam com a imaginação, o insight, a invenção, a intuição, a inspiração, a iluminação e a originalidade". E, em geral, "está associado à capacidade de produzir respostas incomuns e de valor social" (MORAIS, MIRANDA e WECHSLER, 2015, p. 258). De acordo com Chávez-Eakle et al. (2007):

> "[…] a criatividade é descrita como o resultado da utilização difusa de variadas regiões cerebrais, ou de sistemas específicos, que controlam diversas formas de comportamento e cooperam na realização de uma tarefa. Ou seja, a criatividade caracteriza-se pela utilização de diversos conhecimentos, experiências, ideias, sentimentos e sensações para a realização de uma tarefa. Diferencia-se inovação de criatividade, tendo em vista que inovação está mais ligada as empresas, enquanto a criatividade é uma atitude inerente do indivíduo. (apud BBI, 2018).

De acordo com Mouchird e Lubart (2002), "a criatividade pode ser conceituada como um conjunto de capacidades que permitem uma pessoa comportar-se de modos novos e adaptativos em determinados contextos" (apud BBI, 2018). Vê-se, portanto, que a criatividade pode ter valor inovador, se utilizado para a tomada de decisão frente às incertezas, já que se as possibilidades são incertas, as respostas obtidas através de um processo de criatividade estariam vinculadas a um processo de adaptabilidade. Frente às situações de incerteza, a criatividade é o divisor de águas entre a experiência pregressa falha e a experiência posterior adaptada. Portanto, a criatividade poderia ser entendida como uma ferramenta auxiliar na tomada de solução, principalmente, frente a problemas complexos, plástica, moldável, adaptável e não inata (SOUZA, 2001, p. 3-4). Acerca das estratégias de uso da criatividade na Tomada de Decisão temos diversas. É importante ressaltar, no entanto, as enunciadas por Alencar e Fleith (2003, p. 2), em que trazem três contribuições teóricas: a Teoria do Investimento em Criatividade, de Sternberg, o Modelo Componencial da Criatividade, de Amabile, e a Perspectiva de Sistemas, de Csikszentmihalyi.

Imagem 1 – Comparação dos fatores determinantes para a criatividade



Fonte: Autor, baseado em Alencar e Fleith (2003, p. 2).

A imagem acima mostra os fatores determinantes para a criatividade, sendo dois ambientais (socioculturais) e dois individuais (psicológico e experiências/vivências do sujeito). Esse modelo é baseado nas concepções de Sternberg (1991) e Sternberg e Lubart (1991, 1993, 1995, 1996), Amabile (1996) e Csikszentmihalyi (1996), apud Alencar e Fleith (2003). Sobre a Teoria do Investimento em Criatividade:

> "Sternberg (1988), embora considerasse que um modelo completo deste fenômeno devesse incluir tanto o ambiente como variáveis pessoais que facilitam ou impedem a manifestação da criatividade, restringiu-se a alguns atributos internos do indivíduo que contribuem para o funcionamento criativo, dando destaque à inteligência, estilo cognitivo e personalidade/motivação. Em anos posteriores, Sternberg (1991) e Sternberg e Lubart (1991, 1993, 1995, 1996) ampliaram o modelo originalmente formulado, considerando o comportamento criativo como resultado da convergência de seis fatores distintos e inter-relacionados, apontados como recursos necessários para a expressão criativa. Estes seriam: (a) inteligência, (b) estilos intelectuais, (c) conhecimento, (d) personalidade, (e) motivação e (f) contexto ambiental" (ALENCAR e FLEITH, 2003, p. 2).

Quadro 1 – Comparação dos 12 Métodos de Criatividade

Método	Estimula a lógica ou a imaginação	Foco nos recursos inconscientes ou conscientes	Ênfase quantitativa ou qualitativa	Grau de complexidade	Utilizado com um público específico ou com um público geral
Brainstorming	Lógica e imaginação	Consciente	Quantitativo	Baixo	Público geral
Lista de atributos	Lógica	Consciente	Quantitativo e Qualitativo	Alto	Público geral
SCAMPER	Lógica	Consciente	Quantitativo e Qualitativo	Alto	Público geral
Mapa mental	Lógica e imaginação	Consciente	Qualitativo	Intermediário	Público geral
Método 635	Lógica e imaginação	Consciente	Quantitativo	Baixo	Público geral
Delphi	Lógica	Consciente	Qualitativo	Intermediário	Público específico
Matriz morfológica	Lógica e imaginação	Consciente	Qualitativo	Alto	Público específico
Sinéctico	Imaginação	Consciente e inconsciente	Qualitativo	Alto	Público específico
Nove janelas	Lógica	Consciente	Qualitativo	Intermediário	Público geral
TRIZ	Lógica	Consciente	Qualitativo	Alto	Público específico
CRE IN	Imaginação	Inconsciente	Qualitativo	Intermediário	Público geral
Seis chapéus para pensar	Imaginação e lógica	Consciente e inconsciente	Quantitativo e Qualitativo	Intermediário	Público geral

Fonte: (Ortiz, 2014, p. 150)

Para Amabile (1996 apud ALENCAR e FLEITH, 2003, p. 4), o modelo Componencial da criatividade, prescinde de "aspectos como originalidade e adequação da resposta", e chama atenção para a "a necessidade da tarefa proposta possibilitar vários caminhos para a solução do problema", definindo que, "um produto ou resposta será julgado como criativo na medida em que (a) é novo e apropriado, útil, correto ou de valor para a tarefa em questão, e (b) a tarefa é heurística e não algorítmica (ALENCAR e FLEITH, 2003, p. 4). Sobre a Perspectiva dos Sistemas, conforme explica Csikszentmihalyi (1996 apud ALENCAR e FLEITH, 2003, p. 6), "a criatividade não ocorre dentro dos indivíduos, mas é resultado da interação entre os pensamentos do indivíduo e o contexto sociocultural". Segundo o autor, a criatividade deveria ser entendida, portanto, não como um fenômeno único e individual, mas como "um

processo sistêmico" (ALENCAR e FLEITH, 2003, p. 6). Esse modelo traria a criatividade como interseção da bagagem genética e experiências pessoais do indivíduo, domínio cultural e o sistema social, onde é o "indivíduo quem produz variações e introduz mudanças no domínio ou área de conhecimento" (Alencar e Fleith, 2003, p. 6), tendo, então, "características associadas à criatividade e background social e cultural" associadas (ALENCAR e FLEITH, 2003, p. 6). Neste sentido, "mais importante do que definir criatividade, seria investigar onde ela se encontra, e em que medida o ambiente social, cultural e histórico reconhece ou não uma produção criativa" (ALENCAR e FLEITH, 2003, p. 6). Assim, é importante entender como a criatividade já foi utilizada pela ciência como ferramenta capaz de induzir à resolução de problemas:

> "A própria história está repleta de exemplos da importância da criatividade no processo da investigação científica. Einstein foi inspirado por sua imaginação quando, aos nove anos de idade, perguntou-se como seria viajar ao lado de um raio de luz. Isaac Newton teve seus questionamentos condensados e a súbita "inspiração" que gerou a Teoria Universal da Gravitação quando viu uma maçã cair da macieira e, criativamente, associou o fato com a ideia de que massa atrai massa. Gutenberg associou o processo de fabricação de vinhos com a prensa de porcelana chinesa para inventar a prensa de tipos móveis, que deu origem à imprensa. E esses são apenas alguns exemplos ilustres de um fenômeno que ocorre diariamente, com todas as pessoas" (SOUZA, 2001, p. 3-4).

Como descreve Souza (2001, p. 3-4), se a criatividade pode ser aprendida e desenvolvida, é plástica, moldável, adaptável e não é faculdade inata, deve ser possível, através de métodos e ferramentas, aprimorar a criatividade individual. Segundo Ortiz (2014, p. 146-150), existem doze métodos e técnicas de criatividade possíveis, sendo elas: Brainstorming, Lista de atributos, SCAMPER, Mapa mental (Mind Map), Método 635, Matriz Morfológica, Sinéctico, Nove janelas, Teoria da Resolução de Problemas Inventivos (TRIZ), CRE-IN e Seis chapéus para pensar. Cada método e técnica é atribuída a um tipo de especificação, se é lógica ou imaginativa; se o foco é nos recursos conscientes ou inconscientes; ênfase na produção quantitativa ou qualitativa; grau de complexidade; e público geral ou específico. Nessa forma, percebe- se semelhanças entre as contribuições teóricas de Sternberg, com a Teoria do Investimento em Criatividade, de Teresa Amabile, com o Modelo Componencial da

Criatividade, e a Perspectiva de Sistemas, de Csikszentmihalyi, uma vez que une elementos a serem desenvolvidos no sujeito e a forma que o ambiente poderá afetar o indivíduo, sendo verificado que:

> "[…] todos os métodos de criatividade poderão ser utilizados na criação e solução de problemas e conflitos, enquanto poucos são utilizáveis para organizar e controlar – apenas a Lista de atributos, o SCAMPER, a Matriz morfológica, as Nove janelas e o TRIZ. Um resultado plausível, já que a criatividade também está atrelada a uma função social: criar ideais inéditas. O que justifica a utilização preponderante dos métodos de criatividade no setor de comunicação, sobretudo para a criação de peças publicitárias e somente em um segundo plano para solucionar problemas." (Ortiz, 2014, p. 150).

CONCLUSÃO

Dessa forma, o presente trabalho elucidou brevemente sobre o que é incerteza, sua presença nos diversos contextos com uma pequena descrição dos desafios enfrentados ao tomar decisões sob incerteza, explorou conceitos de criatividade e inovação, discutindo sobre a importância da criatividade na resolução de problemas, com breve apresentação de modelos e teorias que relacionam criatividade e tomada de decisão, apresentou abordagens e métodos para incorporar a criatividade na tomada de decisão e, trouxe exemplos práticos que demonstram o uso da criatividade para resolver problemas em situações incertas e, por fim, trouxe ferramentas e técnicas que podem ser utilizadas para estimular a criatividade em processos de tomada de decisão, com exemplos de como essas ferramentas podem ser aplicadas. A criatividade pode ser entendida como produto das experiências e fatores psicológicos, sociais e culturais que uma pessoa está sujeita. Assim, vê-se a importância dos constantes avanços dos estudos da criatividade nas relações humanas como forma de desenvolvimento econômico e social, uma vez que não há a limitação de faculdades individuais do sujeito e a forma que este é recepcionado pode influenciar. Entendendo tais influências, pessoas e empresas podem desenvolver habilidades e melhorar o oferecimento de produtos e serviços inovadores, através da criatividade. Por fim, a criatividade é uma necessidade de entendimento, principalmente para crianças e adolescentes, visto que a incerteza existe em todas as etapas da vida e, transformando-os em indivíduos criativos, a possibilidade de evolução de tais faculdades tende a ser maior na fase adulta.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice Lima Soriano de. DESENVOLVENDO A CRIATIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES O DESAFIO DA INOVAÇÃO. **Revista de Administração de Empresas**. n. 6. v. 35. Nov./Dez. 1995. FGV - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/kcyZbN7gXtNLVFYFnKWh7QN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 Nov. 2023.

ALENCAR, Eunice Lima Soriano de; FLEITH, Denise de Souza. Contribuições teóricas recentes ao estudo da criatividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 19. n. 1, p. 01-08. Jan-Abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/Bw5kHpvyCYwFPsfxM7n5FMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 Nov. 2023.

ANDRADE, Rogério P. de. A construção do conceito de incerteza: uma comparação das contribuições de Knight, Keynes, Shackle e Davidson. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, 21 (2), p. 171-195, maio-agosto de 2011. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/neco/a/PmjY7tBBLVwyX6HbGXh8KGb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 Nov. 2023.

BUCHANAN, Leigh; O'CONNELL, Andrew. **Uma breve história da tomada de decisão**. 2006.

BUSINESS BEHAVIOR INSTITURE OF CHICAGO (BBI). **A importância da criatividade para resolução de problemas**. 2018. Disponível em: <https://bbiofchicago.com/a-importancia-da-criatividade-para-resolucao-de-problemas/>. Acesso em: 02 Nov. 2023.

CHOO, Chun Wei. A ORGANIZA DO CONHECIMENTO **Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. Disponível em: <https://lucianabicalho.files.wordpress.com/2013/09/choo-chun-wei-a-organizac3a7c3a3o-do-conhecimento.pdf>. Acesso em: 02 Nov. 2023.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **Creativity**: Flow and the psychology of discovery and invention. Michigan: HarperCollins, 1996.

DRUCKER, P. F. **O Melhor de Peter Drucker**: a administração; São Paulo. Nobel, 2001.

KNIGHT, F. **Risk, uncertainty and profit**. London: Houghton Mifflin, 1921. Disponível em: <https://fraser.stlouisfed.org/files/docs/publications/books/risk/riskuncertaintyprofit.pdf>. Acesso em: 02 Nov. 2023.

MORAIS, Maria de Fátima; MIRANDA, Lucia Cerqueira de; WECHSLER, Solange Muglia (Orgs). **CRIATIVIDADE**: aplicações práticas em contextos internacionais. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2015.

ORTIZ, Felipe Chibás. **Métodos de Criatividade para Gerir a Comunicação**. . 15, n. 29 p. 139-155. jul-dez. 2014. Disponível em: <https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/2422/1595>. Acesso em: 02 Nov. 2023.

SOUZA, Bruno Carvalho Castro. **CRIATIVIDADE**: uma arquitetura cognitiva. 2001. 133f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/79512/187661.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 Nov. 2023.

CRIATIVIDADE COMO FERRAMENTA PARA A ECONOMIA CRIATIVA

Pedro Paulo Rosemberg da Silva Oliveira
Pós-graduado em Marketing, Criatividade e Inovação
http://lattes.cnpq.br/2162940985603250
pedroprsoliveira@gmail.com

RESUMO: Este trabalho aborda a relação entre a Economia Criativa e as novas tecnologias de Inteligência Artificial, destacando o papel da criatividade como ferramenta nesse contexto. São apresentados conceitos e tendências do mercado, enfatizando o crescimento e a importância desse setor para a economia. O conceito de criatividade é explorado, destacando sua relação com a imaginação, a invenção e a originalidade. São apresentados fatores que influenciam positivamente e negativamente o desenvolvimento da criatividade. Conclui-se que a criatividade é uma ferramenta moldável e que seu uso adequado, aliado às estratégias e tecnologias disponíveis, possibilita a criação e recriação de conteúdos no mercado da Economia Criativa, impulsionando o desenvolvimento desse setor.

Palavras-chave: Criatividade; Economia Criativa; Inteligência Artificial.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa trazer uma breve elucidação das estratégias e ferramentas utilizadas no mercado da Economia Criativa, a fim demonstrar como a Criatividade é utilizada juntamente com novas tecnologias de Inteligência Artificial. Através de uma breve explicação do mercado da Economia Criativa, seus impactos econômicos, sua importância e participação no PIB do Brasil, bem como as tendências deste mercado, coloca-se os principais conceitos de criatividade e seu uso como ferramenta para a prática das atividades integrantes no mercado da Economia Criativa e como esta é utilizada. O objetivo do trabalho é trazer uma visão mercadológica para o mercado que vem crescendo com o tempo e demonstrar o que há por trás das constantes mudanças que vem ocorrendo em detrimento a este mercado, demonstrando sua importância e buscando entender melhor as tendências que estão se desenrolando.

DESENVOLVIMENTO

A Economia Criativa pode ser descrita como atividades exercidas visando ganho financeiro, utilizando-se de capital intelectual, cultural e criativo para sua execução (COSTA E SOUZA-SANTOS, 2011), firmando assim, uma relação simbólica, criativa e econômica das referidas atividades (CASTRO e FIGUEIREDO, 2016, p. 112). Dentre as diversas atividades estão Artes cênicas, Música, Artes visuais, Literatura e mercado editorial, Audiovisual, Animação, Games, Softwares aplicados à economia criativa, Publicidade, Rádio, TV, Moda, Arquitetura, Design, Gastronomia, Cultura popular, Artesanato, Entretenimento, Eventos e Turismo cultural. Através de um recorte da Economia Criativa, encontramos o Marketing de Conteúdo, estratégia da área de Marketing, que consiste na utilização de conteúdo para atração, retenção e engajamento dos possíveis clientes (BORBA, MENEZES e SOUZA, 2016). Nesta vertente, convergem-se o Audiovisual, Softwares aplicados à economia criativa, Publicidade e Marketing, Design, Cultura Popular e Entretenimento.



Fonte: Google Trends. 2023. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=today%205- y&geo=BR&q=inteligência%20artificial&hl=pt>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Com o crescimento exponencial de profissionais da Economia Criativa, destacando-se R$ 381,3 bilhões que representava, em 2006, cerca de 16,4% do PIB (FIRJAN, 2008), várias empresas resolveram investir cada vez mais em estratégias e ferramentas que aumentem as possibilidades de ganho. Segundo a ONU (2023), a economia criativa representa cerca de 3,1% do PIB Global e 6,2% de todos os empregos, ressaltando a importância do mercado. Uma das tendências no mercado, apesar das crescentes buscas pelo tema, as Inteligências Artificiais, não são uma completa novidade para o setor. Conforme o Google Trends, houve um aumento brusco nas pesquisas em novembro de 2022. Tal aumento gerou uma obrigatoriedade pelo mercado de incorporar essa tecnologia em outras ferramentas, forçando seu uso nos principais softwares utilizados (SÁNCHEZ, 2021, p. 28), como no Canva (2023), Photoshop e Premiere (2023). Isso porque, segundo BORGES E SILVA, OLIVEIRA e JESUS (2021, p. 5-6), organizações que utilizam tecnologias em suas operações, tendem a ser mais produtivas e previsíveis. Como proposta de valor e vantagem competitiva, Inteligências Artificiais estão sendo muito utilizadas (BORBA, MENEZES e SOUZA, 2016). As Inteligências Artificiais Generativas (ou Redes Neurais Generativas), podem ser utilizadas para criar ideias, textos, imagens, logotipos, vídeos e imitar vozes. Elas são utilizadas como instrumentos de auxílio aos processos criativos. Com a implementação dessas tecnologias em outras ferramentas de objetivos específicos (Canva e Photoshop - Design; Adobe Premiere - Audiovisual), é possível elevar a criatividade, diminuir o tempo de produção e até aumentar a qualidade do que se é possível produzir. Existem outras ferramentas utilizadas que contém Machine Learning, Clusterização e outras tecnologias, como o Google Trends, vidiQ e Answer the Public, muito úteis para quem produz conteúdo. Ainda que auxiliem os processos internos e de produção, as ferramentas de Inteligência Artificial ainda dependem de uma instrução ou comando para funcionarem. Para isso, quem utiliza de tais estratégias ainda utilizam-se de sua criatividade na elaboração das entradas

de informação (ou prompt de comando) para que o produto (ou output) seja retornado. No entanto, apesar de que as Inteligências Artificiais (IA) estão ganhando espaço nas organizações, como ferramentas e tecnologias, muitos questionam se haverá a perda de qualidade nas produções, uma vez que as IAs não possuem criatividade e emoções, apenas estruturas algorítmicas complexas (BORGES E SILVA, OLIVEIRA e JESUS, 2021). Neste ponto, há a necessidade de entendimento do que de fato é a "criatividade" utilizada na Economia Criativa como objetivo instrumental para o exercício das atividades. Para ALENCAR (1995, p. 7): "a criatividade está relacionada com os processos de pensamento que se associam com a imaginação, o insight, a invenção, a intuição, a inspiração, a iluminação e a originalidade". O conceito de criatividade tem os mais variados significados, todavia, de maneira geral, está associado à capacidade de produzir respostas incomuns e de valor social. (MORAIS, MIRANDA e WECHSLER, 2015, p. 258). Como prossegue ALENCAR (1993 apud SOUZA, 2001, p. 3-4):

> "Observa-se a existência de uma série de idéias errôneas a seu respeito, como, por exemplo, a ideia de que a criatividade é uma característica inata, não podendo, portanto, ser ensinada ou aprendida. O aluno mais criativo não é reconhecido na escola, nem tampouco tem recebido uma atenção maior por parte dos seus professores".

Como SOUZA (2001, p. 3-4) prossegue exemplificando:

> "Essa mistificação da criatividade traz consequências diretas para a sociedade. A própria história da humanidade está repleta de exemplos da importância da criatividade no processo da investigação científica. Einstein foi inspirado por sua imaginação quando, aos nove anos de idade, perguntou-se como seria viajar ao lado de um raio de luz. Isaac Newton teve seus questionamentos condensados e a súbita "inspiração" que gerou a Teoria Universal da Gravitação quando viu uma maçã cair da macieira e, criativamente, associou o fato com a ideia de que massa atrai massa. Gutenberg associou o processo de fabricação de vinhos com a prensa de porcelana chinesa para inventar a prensa de tipos móveis, que deu origem à imprensa. E esses são apenas alguns exemplos ilustres de um fenômeno que ocorre diariamente, com todas as pessoas."

Portanto, a criatividade seria não somente o meio pelo qual se pode alcançar diferenciação competitiva, ou simbólica, mas também uma

ferramenta que, com o auxílio de outros instrumentos, pode-se potencializar os processos criativos. Percebe-se, que o mero uso de ferramentas e tendências do mercado podem não ser suficientes para a construção e elaboração de um diferencial competitivo, fazendo-se necessário o uso de estratégias que sejam úteis e possíveis dentro do cenário mercadológico. Uma alternativa já encontrada nas Redes Sociais é a Criação de Conteúdo via Spoof. Segundo Felinto (2007 apud CASTELLANO, 2010), spoof seria "a tendência de surgimento e circulação de 'infinitas' versões paródicas de produtos midiáticos de grande circulação", uma espécie de recriação dos conteúdos circulantes nas redes sociais, por qualquer usuário. Têm-se então, uma necessidade de criar e cocriar a partir do que já está sendo colocado nas redes, aprimorando-se a partir da criatividade, com elementos dos próprios usuários. Como ferramenta passiva ao desenvolvimento e que pode sofrer alterações, a criatividade é trabalhada pelos integrantes da Economia Criativa não só como diferencial competitivo ou ferramenta. Ela está intrinsecamente ligada aos processos produtivos do mercado e pode-se perceber que o próprio mercado se autorregula para que o ambiente seja propício ao seu desenvolvimento. Segundo MORAIS, MIRANDA e WECHSLER (2015, p. 258-268), existem fatores que auxiliam no desenvolvimento da criatividade e outros que atrapalham.

FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
Aumento de perguntas e questionamentos.	Medo de errar.
Abrir espaço a troca de ideias.	Considerar a criatividade como elemento para poucos.
Exposição controlada ao erro e a frustração.	Pensar na criatividade como tudo ou nada.
Ver a criatividade como algo plástico, que se altera de acordo com as experiências das pessoas.	Pensar na criatividade como algo estático.
Desenvolvimento de uma "atmosfera de inovação e criatividade".	Atribuir a criatividade ou o processo criativo a áreas específicas.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em MORAIS, MIRANDA e WECHSLER (2015), 2023.

Logo, a criatividade seria uma ferramenta para a resolução de problemas complexos (SOUZA, 2001, p. 3-4), plástica e moldável, não inata. Com o uso de Inteligências Artificiais e as estratégias certas, poderia corroborar para que as atividades do mercado da Economia Criativa possam ser alcançadas com maior potência.

CONCLUSÃO

Assim, a partir do exposto, há o entendimento de que "criatividade" é uma ferramenta amparada pelo intelecto de quem a utiliza, através da cultura (cabedal simbólico) e que, se fazendo uso desta, é possível criar e recriar conteúdos que sejam consumíveis no mercado da Economia Criativa. Ademais, percebe-se que a cultura gerada pela Economia Criativa se retroalimenta, fazendo com que as criações sejam recriadas, independentemente da cultura do usuário, uma vez que se predomina a cultura simbólica do meio digital, ou tribo, ao qual o usuário se integra sendo, portanto, de forma mercadológica, um meio pelo qual se pode formar comunidades e engajar uma quantidade grande de pessoas, sem muito esforço. Por fim, entende-se que aqueles que se destacam no mercado da Economia Criativa utilizam-se de ferramentas que são desenvolvidas pensando nos usos e necessidades a que estes se propõem, percebendo mais facilmente os possíveis usos das tendências e estratégias desenvolvidas dentro do mercado.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice Lima Soriano de. DESENVOLVENDO A CRIATIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES O DESAFIO DA INOVAÇÃO. **Revista de Administração de Empresas**. n. 6. v. 35. Nov./Dez. 1995. FGV - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/kcyZbN7gXtNLVFYFnKWh7QN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 04 jul. 2023.

BORGES E SILVA, Danihanne; OLIVEIRA, Daniela Cabral de; JESUS, Dilça Cabral de. A INFLUÊNCIA DAS FERRAMENTAS BIG DATA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MARKETING 4.0. **RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT**, Vargem Grande Paulista, v. 10, abr. 2021. ISSN 25253409. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15296/13390. Acesso em: 25 jun. 2023.

BORBA, Christiany Aparecida; MENEZES, Magna Alves Silva; SOUZA, Flávia Moreno Alves de. IMPACTO DO MARKETING DE CONTEÚDO. Brasília: **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**. n. 3. 2016. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/Cosmopolita/article/view/159. Acesso em: 25 jun. 2023.

CASTELLANO, Mayka. O TRASH INVADIU O MAINSTREAM: como a interatividade leva, diariamente, o lixo às nossas casas. Juiz de Fora: **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação**. n. 4. jun. 2010. Universidade

Federal de Juiz de Fora. Disponível em: http://www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina/34832309/O_trash_invadiu_o_mainstream-libre.pdf?1411416883_APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 04 jul. 2023.

CASTRO, Francisco Gómez; FIGUEIREDO, Luiz Fernando. A ECONOMIA CRIATIVA COMO PROPOSTA DE VALOR NOS MODELOS DE NEGÓCIO. Florianópolis: **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, jul./set. 2016. ISSN 2237- 4558. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/41999/a-economia-criativa-como-proposta-de-valor-nos—. Acesso em: 25 jun. 2023.

COSTA, Armando Dalla; SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigues de. ECONOMIA CRIATIVA: NOVAS OPORTUNIDADES BASEADAS NO CAPITAL INTELECTUAL. Curitiba: **Economia e Tecnologia**, v. 25, abr./jun. 2011. ISSN 22381988. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26832/17797. Acesso em: 25 jun. 2023.

DIAS, Jaqueline Márcia Silva. **A INFLUÊNCIA DO MARKETING DE CONTEÚDO NO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR**: Análise Do Engagement Nas Redes Sociais. 2017. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Comunicação Social) - Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8342/1/FINAL%20-%20FINAL.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

FIRJAN. A cadeia da indústria criativa no brasil. **ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro/RJ. n. 2. mai. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/7952409/A_Cadeia_da_Indústria_Criativa_no_Brasil. Acesso em: 25 jun. 2023.

MORAIS, Maria de Fátima; MIRANDA, Lucia Cerqueira de; WECHSLER, Solange Muglia (Orgs). **CRIATIVIDADE**: aplicações práticas em contextos internacionais. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **CULTURA E CRIATIVIDADE REPRESENTAM 3,1% DO PIB GLOBAL E 6,2% DE TODOS OS EMPREGOS**. 2023. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2023/04/1813137. Acesso em: 04 jul. 2023.

SÁNCHEZ, Carlos Antonio Cuervo. EFECTOS DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LAS ESTRATEGIAS DE MARKETING: Revisión de literatura. **Re-**

vista Internacional de Investigación en Comunicación - aDResearch ESIC. n. 24. v. 24. Jan./jun. 2021. Universidad de la Rioja. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7705935. Acesso em: 25 jun. 2023.

SOUZA, Bruno Carvalho Castro. **CRIATIVIDADE**: uma arquitetura cognitiva. 2001. 133f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/79512/187661.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 jun. 2023.

A FOME NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (1948 - 2023)

Maiara Colares Bezerra
Pós-graduada em Educação do Campo
http://lattes.cnpq.br/5364898934643314
maiara.colares@gmail.com

RESUMO: Este trabalho realiza uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema Segurança Alimentar e Nutricional, fazendo um levantamento geral a partir da discussão de diversos autores e momentos históricos. Para isso, o trabalho traz ainda outras questões complementares ao tema central, abordando assuntos como: Revolução Verde, o Direito Humano a Alimentação Adequada (conhecido pela sigla DHAA), além de tratar sobre agrotóxicos, êxodo rural e agricultura industrial. O texto faz ainda um levantamento de como o conceito de Segurança Alimentar foi evoluindo ao longo das décadas e explica a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), esta que se trata de um questionário adaptado e validado especificamente para este fim, e que é utilizada em estudos do tema há quase vinte anos, sendo atualmente um instrumento de 14 questões que é capaz de avaliar se o domicílio da pessoa respondente está ou não em segurança alimentar, também é possível estimar o nível de insegurança alimentar que é classificada como leve, moderada ou grave. É de importante destaque ainda na pesquisa a discussão sobre o surgimento do CONSEA e, por fim, uma análise a respeito da Reforma Agrária, Soberania Alimentar e Agroecologia.

Palavras-chave: Fome; Segurança Alimentar e Nutricional; Insegurança Alimentar.

INTRODUÇÃO

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional se trata de uma definição em permanente construção, e que evolui à medida que a história avança e alteram-se a organização social e as estruturas de poder em uma sociedade. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) o conceito de segurança alimentar, discutido na Europa, tinha estreitas relações com a capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação visando não se tornar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes por razões políticas ou militares.

O conceito ganha força a partir da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). A preocupação com a questão alimentar, especialmente em relação ao combate à fome no mundo, teve maior repercussão a partir do final da Segunda Guerra Mundial (MALUF; REIS, 2013), especialmente a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Neste momento, os organismos internacionais recém-criados, como a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), por exemplo, entendiam o acesso a alimentação de qualidade como um direito humano e defendiam que a segurança alimentar seria garantida por mecanismos de mercado. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, foi sendo construído o direito humano a alimentação saudável (PIMENTEL, 2020, p. 103).

Como tratou Josué de Castro anos depois, "foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a Revolução Russa – nas quais pereceram 17 milhões de criaturas, das quais 12 milhões de fome, para que se percebesse a fome como uma realidade gritante" (CASTRO, 2022, p. 19). Ziegler (2017) destaca o seguinte: "Até meados do século passado, a fome era como um tabu: o silêncio cobria os túmulos, o massacre era fatal. Como a peste na Idade Média, a fome era considerada um flagelo insuperável, de tal natureza que a vontade humana, diante dela, nada podia fazer" (p. 103), e conclui tratando da visão Malthusiana sobre a fome como uma fatalidade:

> "Mais que nenhum outro pensador, Thomas Malthus contribuiu para essa visão fatalista da história da humanidade. Se a consciência coletiva europeia, na alvorada da modernidade, permaneceu surda e cega em face do escândalo da morte pela fome de milhões de seres humanos, se até mesmo acreditou encontrar nesse massacre cotidiano uma judiciosa forma de regulação de-

> mográfica, tudo isso se deve, em grande parte, a Malthus e sua grande ideia da 'seleção natural'" (ZIEGLER, 2017, p. 103)

Neste período pós guerras havia o entendimento, de modo geral, de que a insegurança alimentar decorria principalmente da insuficiente produção de alimentos, especialmente nos países mais pobres. Neste contexto, foi lançada uma proposta de experiência visando aumentar a produtividade com uso de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização associado ao uso de novas variedades genéticas e com forte dependência de insumos químicos, a chamada: Revolução Verde.

DESENVOLVIMENTO

A Revolução Verde tinha como característica central a monocultura – que gera a deficiência alimentar – e o latifúndio – que produz a fome – Para Josué de Castro (1946) o enfrentamento a estas condições, que levam as populações a tragédia da fome, é, antes de tudo, um enfrentamento ao subdesenvolvimento. É a fome que se manifesta em uma sociedade em que comida não é apenas alimento, mas, sobretudo, mercadoria. Ora se a comida é mercadoria, o que mais importa nela é seu valor de troca, e não seu valor nutricional. (CASTRO, 2022, p. 13). A Revolução Verde, que trata da penetração do capitalismo no campo, tem como objetivo a maximização produtiva que objetivamente usa a natureza para conseguir sempre mais lucros, sem se preocupar com os efeitos da tecnologia empregada sobre o meio ambiente. (ZAMBERLAM, 2012, p. 26)

> "Nas décadas de 1950 e 1960, a chamada Revolução Verde prometeu acabar com a fome e a desnutrição. Novas descobertas em biologia, agricultura, química e engenharia, apoiados pela fundação Rockefeller e Ford, levaram ao desenvolvimento de variedades de cereais de alta produtividade, infraestruturas de irrigação e colheitas mecanizadas, técnicas de gestão agrícola modernizadas e maior distribuição de sementes híbridas, fertilizantes sintéticos e pesticidas aos agricultores para aumentar a produção alimentar." (BASU & SCHOLTEN, 2012)

O palco das primeiras experiências em Revolução Verde foi a Índia, havendo um aumento da produção alimentar e elevação da oferta de comida, que não foi acompanhado pelo declínio da fome como se prometia, deste modo, foi possível perceber que a fome persistente que assola grande

porção do planeta é determinada não pela escassez de alimentos, mas pela insuficiência de recursos financeiros para comprar esses alimentos, sendo assim, a fome pode ser considerada um resultado da injustiça social.

Além deste fator mencionado, a agressão da Revolução Verde ao meio ambiente deve ser destacada devido ao seu grande impacto. Influenciando na erosão e compactação do solo, poluição, redução dos recursos hídricos, perda de matéria orgânica do solo, inundação e salinização de terras irrigadas, exploração excessiva dos recursos pesqueiros e poluição dos mares, as consequências da Revolução Verde contribuem inclusive para a desaceleração da taxa de crescimento de produção alimentar a médio e longo prazo. Mais tarde, as consequências não só ambientais, mas também econômicas e sociais dessa estratégia apareceram, tais como: redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos. Apesar disto, a revolução verde tem sido apoiada por constante publicidade porque envolve o uso intensivo de fertilizantes, sementes e equipamentos. Ela transtorna os processos tradicionais de comercialização e cria as condições de grande monopólios importadores-exportadores. (SANTOS, 2014, p. 191)

Os componentes químicos destroem os micro-organismos que garantem a fertilidade da epiderme do planeta: uma área de cerca de 30% de espessura, a mais rica dentre as camadas, concentra 80% dos seres vivos (bactérias, fungos, insetos). A utilização do glifosato aumentou com o desenvolvimento de OGMs (Organismo Geneticamente Modificados) resistentes: pode-se assim espalhá-lo sobre as plantações para interromper o crescimento de outros vegetais que não sejam os geneticamente modificados. Os componentes químicos trazem consequências trágicas para a diversidade dos solos e aumentam a dependência de recursos cada vez mais raros (como o fósforo) e de empresas quase monopolísticas, como aquelas que detêm as patentes sobre as sementes (ATTALI, 2021, p. 176). O modelo de agricultura baseado na química fez com que os agricultores (que tinham poder financeiro) ficassem fascinados pelos resultados imediatos e abandonassem a prática natural de fertilização do solo, entrando assim, num ciclo vicioso dependente, tendo que comprar a fertilidade através de adubo todos os anos (ZAMBERLAM, 2012, p. 85). O dano ambiental resultante, contrariando toda a motivação inicial da Revolução Verde, está afetando nossa capacidade de alimentar uma população mundial que cresce tanto em tamanho como em taxa de consumo. (WALLACE, 2020, p. 321). Como trata Pimentel (2020):

> "O tempo do progresso também alterou a agricultura, modernizou, industrializou e agora planta em uma vasta extensão de terras uma única espécie domesticada de plantas. E a agricultura moderna, diferente da agricultura dos guaranis, que respeita os ciclos de vida da natureza, é um projeto que leva a morte. Com seus herbicidas, fungicidas, fertilizantes químicos, mata toda a vida que a na terra e mata a própria terra. E para que esta agricultura industrial se expanda pelos campos é necessário desmatar, desterrar populações ou extingui-las; faz parte de um projeto que não consegue conviver com os outros, devido à sua necessidade de crescer e acumular em linha crescente e continua. Ademais, rouba os conhecimentos dos povos tradicionais, torna-os propriedade privada e mercadoria para aumentar o lucro de poucos proprietários." (p. 52)

A partir da década de 1970 e mais especificamente após 1974, quando aconteceu a Conferência Mundial de Alimentos, estudiosos do assunto identificaram que a garantia da Segurança Alimentar teria que passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada a proposta de aumento de produção de alimentos. Defendiam que era necessário não apenas produzir o alimento, mas garantir a regularidade do seu abastecimento. Neste momento histórico o foco ainda estava preponderantemente no produto e não nas pessoas, ficando em segundo plano o direito humano, neste contexto a Revolução Verde ganhou ainda mais força tendo grande impulso na produção de soja no Brasil, o que contrariava tudo que já se sabia sobre os nefastos resultados da Revolução Verde até então.

A estratégia proposta aumentou a produção de alimentos e, paradoxalmente, fez aumentar também o número de excluídos e famintos, pois o aumento na produção não implicou no aumento da garantia de acesso aos alimentos, ao contrário, agravou este quadro com o êxodo rural e o grande contingente populacional que migrou para capitais que não tinham capacidade de absorção desta população. Sabemos que, por trás da fome, existe um sistema agroalimentar hegemônico e predador, e que, por trás desse sistema agroalimentar, estão outros sistemas: o capitalismo e o neoliberalismo. São eles que movem os fios do fantasma da fome e da desigualdade social - principal causa desse flagelo. (CAMPELLO & BORTOLETTO, 2022, p. 309)

Após a evolução da dimensão da disponibilidade, paralela ao aumento da produtividade de alimentos, compreendeu-se finalmente que o problema da fome já não mais diz respeito à produção de alimentos, mas a coexistência, lado a lado, da fome e dos excedentes alimenta-

res (CASTRO, 1968, p. 456). Deixando claro mais uma vez que a fome não se trata de uma questão de capacidade produtiva, mas sim, uma questão política sobre quem tem acesso a comida. Nesse sentido entra em debate a dimensão do acesso, que abrange o âmbito físico, econômico e social na garantia do acesso ao direito à alimentação, atendendo às necessidades de todos os indivíduos, ainda que estes se encontrem em situações de vulnerabilidade (SUGIZAKI & OLIVEIRA, 2021, p. 136).

> "É evidente que não bastaria dispor de alimentos em quantidade suficiente e suficientemente diversificados para cobrir as necessidades alimentares da população mundial. O problema da fome não é apenas um problema de produção insuficiente de alimentos. É preciso, também, que a massa desta população disponha de poder de compra para adquirir estes alimentos. É preciso, pois, que as suas necessidades biológicas venham a ser todas atendidas. Entretanto, forçar o potencial alimentar do mundo a conceber um plano racional de distribuição dos alimentos nas áreas deficitárias constitui sem dúvida alguma um passo em frente na luta contra a fome." (CASTRO, 2003, p. 55)

O IBGE demonstrou que houve no Brasil safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2022, corroborando com a informação dada no Documento Base do 6º CONSEA: "O agronegócio concentra terras e expulsa comunidades camponesas, indígenas e tradicionais de seus territórios para produzir commodities agrícolas e carne, à custa da destruição e contaminação de ecossistemas inteiros. Os lucros são concentrados nas mãos de poucos e os produtos são exportados em sua maioria." (BRASIL, 2023).

> "Embora o sistema alimentar global do século XXI produza mais alimentos que nunca e tenha reduzido a grave desnutrição, deixou o mundo com quatro problemas essenciais. Primeiro, quase um bilhão de pessoas acordam sem saber se naquele dia conseguirá alimentar a si mesma e aos seus filhos. Segundo, todos os dias, cerca de dois bilhões de pessoas – os 30% da população mundial de obesos ou com sobrepeso e as centenas de milhões de portadoras de doenças relacionadas com a alimentação – se arriscam consumindo alimentos ou bebidas que aumentam ainda mais as chances de morte prematura ou de doenças evitáveis. Em terceiro lugar, o sistema alimentar global contribui hoje com cerca de um terço dos gases de efeito estufa produzidos pelo homem, a maior contribuição individual para o aquecimento global entre todos os

> setores. Finalmente, pagando salários baixos e oferecendo benefícios mínimos e sem estabilidade de emprego, as empresas globais de alimentos baixaram o preço dos produtos processados, mas pioraram a vida de milhares de pessoas que trabalham cultivando, processando, vendendo e servindo alimentos, o que agrava ainda mais a desigualdade e a pobreza." (FREUDENBERG, 2022, p. 89)

A partir dos anos 1980, a alta produtividade agrícola continuou gerando excedentes de produção e aumentando os estoques, porém esses excedentes foram colocados no mercado sob a forma de alimentos industrializados, sem contudo haver a eliminação da fome, como dito por Pimentel (2020) "(...) a agricultura industrial não conseguiu cumprir sua promessa de acabar com a fome e ainda trouxe muitos outros problemas, como o adoecimento do meio ambiente e das pessoas".

Nesta década (1980), pela primeira vez, se passa a considerar que as causas da insegurança alimentar da população estavam intrinsicamente ligadas não a falta de alimentos, mas sim, a falta de garantia de acesso físico e econômico aos alimentos, em decorrência da pobreza e da falta de acesso aos recursos necessários, como o acesso a renda e à terra/território. A fome é uma das mais sérias e óbvias manifestações da crise mundial. Com as quebras dos mecanismos tradicionais locais de segurança alimentar, a fome tornou-se quase inseparável da pobreza (VALENTE, 2021). Como trata o a documento base do 6º CONSEA: "Todas as formas de má nutrição expressam diferentes dimensões das desigualdades de uma sociedade. A fome em particular é a expressão mais violenta da negação de direitos, pois, sendo a alimentação vital para a sobrevivência, todas as pessoas dedicam todos os seus esforços para atendê-la." (BRASIL, 2023), e completa:

"Uma das raízes da fome e da insegurança alimentar no Brasil é o modelo predominante de organização do sistema alimentar brasileiro. Entende-se por sistemas alimentares o conjunto de atividades, atores e processos envolvendo as etapas de produção, processamento, distribuição, preparo, consumo e descarte de alimentos. As características e a forma como estes elementos se organizam e articulam geram efeitos que reverberam sobre as condições econômicas e sociais, saúde e o meio ambiente." (BRASIL, 2023)

A alimentação é uma necessidade humana básica e um direito humano básico. A necessidade de alimentar-se é evidente, ainda assim, a maior parte das pessoas bem nutridas nunca pensa sobre ela. A maior parte das sociedades de subsistência dirigem seus esforços para satisfazer esta necessidade antes de outras. A fome está intimamente relacionada à pobreza.

Em verdade, a pobreza pode frequentemente ser medida pela prevalência da fome. Mas fome não é equivalente à pobreza, na medida em que, em alguns países, as pessoas são pobres, mas não famintas. (WHYTE, 1972, p. 54). Ao mesmo tempo, pobreza é muito mais que fome, tendo em vista que, em alguns países, as pessoas não só passam fome como também são privados da maioria de seus direitos humanos (MYRDAL, 1968).

O estudo da fome revela alguns aspectos importantes da pobreza na sociedade e, portanto, precisa ser entendido dentro do contexto de uma teoria da sociedade (VALENTE, 2021). É importante compreender que a fome e a miséria passam a ser ferramentas de controle social, pois, quanto mais houver pessoas sem emprego e sem condições de prover suas necessidades básicas, menor será o valor do salário e as condições de trabalho. Estes trabalhadores, livres de qualquer possibilidade de se manter, a não ser vendendo sua força de trabalho, são obrigados a aceitar trabalhos em condição de grande exploração (PIMENTEL, 2020, p. 139) depara uma melhor definição podemos considerar que, os pobres seriam aqueles que tem um poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem. Os miseráveis estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida (SANTOS, 2013, p. 17).

A Constituição Brasileira possui um dos textos mais avançados do mundo no que se refere a proteção e a realização dos direitos humanos, especialmente quando se trata do direito à alimentação e nutrição. O fato de centenas de milhões de pessoas estarem num estado de fome ou subnutrição, aumenta significativamente os desafios para que o desenvolvimento seja reincorporado à agenda global. Para tanto é preciso que instituições revejam seus discursos e princípios, e que seja possível recuperar o papel do Estado, valorizando políticas de compensação e redistribuição de riquezas (PAULA, 2017, p. 204).

Vivemos em um mundo de abundância de alimentos, Jean Ziegler, relator especial sobre o direito à alimentação da Organização das Nações Unidas entre os anos 2000 e 2008, assinalava que no ano de 2007, eram produzidos alimentos para 12 bilhões de pessoas, enquanto 7,2 bilhões de pessoas habitavam o planeta." (ESTEVE, 2017, p. 23) A fome não é uma fatalidade inevitável que afeta determinados países. As causas da fome são políticas. (ESTEVE, 2017, p. 24). O alimento tem sua função transmutada pelo processo geral de acumulação e realização do lucro (PIMENTEL, 2020, p. 38). No entanto, é necessário refletir que não existem soluções milagrosas para a crise alimentar. Problemas políticos, como a fome, nunca

serão resolvidos com atalhos técnico-científicos (ESTEVE, 2017, p. 142). A questão alimentar, portanto, depende há muito tempo de mecanismos específicos de gestão da produção e circulação de alimentos e está, antes de mais nada, sujeita a mecanismos de mercado (VRADIS et al, 2022, p. 194)

A partir de então, o conceito de segurança alimentar passou a ser reconhecido como uma questão social e relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todas as pessoas a quantidades suficientes de alimentos de forma regular e permanente. "As causas da nutrição inadequada são muitas e intimamente inter-relacionadas, incluindo limitações ecológicas, sanitárias e culturais, mas a causa principal é a pobreza. Isto, por sua vez, resulta dos padrões de desenvolvimento socioeconômico, que na maioria dos países mais pobres têm-se caracterizado por um alto grau de concentração de poder, riqueza e renda nas mãos de relativamente pequenas elites compostas de indivíduos ou grupos nacionais ou estrangeiros" (Food and Agriculture Organization, 1974). Segurança alimentar deve ser vista inicialmente como algo inerente à vida, sem a qual o ser humano, individual e coletivamente, está em risco de perecer (PAULA, 2017, p. 174). Uma política de segurança alimentar, no entanto, se trata de um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo nutrição e saúde, para tal, depende de princípios como intersetorialidade; ações conjuntas entre Estado e sociedade; equidade e articulação entre orçamento e gestão.

A insegurança alimentar, foi então, neste momento, definida pela FAO em níveis, sendo: Insegurança alimentar aguda definida como um estado de insegurança alimentar, em área específica e em um determinado momento, que é uma gravidade tal que ameaça vidas humanas ou meios de subsistência, independentemente das causas, contexto ou duração. A este respeito, é pertinente fornecer orientação estratégica focada nos objetivos a curto prazo para prevenir, mitigar ou reduzir os efeitos da insegurança alimentar que ameaça vidas humanas ou a mídia de subsistência (FAO, 2019).

Insegurança alimentar crônica que persiste ao longo do tempo, principalmente devido a causas estruturais. Pode incluir insegurança alimentar sazonal que ocorre em períodos com condições não excepcional. A este respeito, verifica-se relevante fornecer orientação estratégica que foca na melhoria a médio e longo prazo tanto da qualidade quanto da quantidade do consumo de alimentos para levar uma vida ativa e curar (FAO, 2019).

Insegurança alimentar grave que se trata de um nível de insegurança em que as pessoas provavelmente ficam sem comida, estão com

fome e, no caso mais extremo, eles passam dias sem comer, colocando sua saúde e bem-estar em sério risco (FAO, 2019).

Insegurança alimentar moderada que se trato do nível de insegurança alimentar em que as pessoas enfrentam incertezas sobre a sua capacidade de conseguir comida e são obrigados, em determinadas épocas do ano, a reduzir a quantidade ou a qualidade dos alimentos que eles consomem porque não têm dinheiro ou outros recursos. Portanto, a insegurança alimentar moderada é definida como a falta de acesso uniforme alimentar, reduzindo a qualidade de dieta, perturbando os hábitos alimentares e pode ter consequências negativas para a nutrição, saúde e bem-estar (FAO, 2019).

A definição do que é "Segurança Alimentar e Nutricional" evoluiu ao longo do tempo. Logo, a sua forma de avaliação também. Há quase vinte anos, a forma mais aceita de se avaliar a (in)segurança alimentar no Brasil é a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A EBIA se trata de um questionário adaptado e validado especificamente para este fim, e é utilizada em estudos do tema há quase vinte anos (inclusive nos estudos mais recentes realizados pela rede PESSAN sobre a questão da segurança/insegurança alimentar diante da problemática da COVID-19 através dos estudos de VIGISAN I e II). Atualmente, o instrumento possui 14 questões, e é capaz de avaliar se o domicílio da pessoa respondente está ou não em segurança alimentar. Também é possível estimar o nível de insegurança alimentar que é classificada como leve, moderada ou grave.

Para a EBIA, na insegurança alimentar leve há preocupação com a compra de alimentos e também pode haver redução da qualidade das refeições; na insegurança alimentar moderada há importante redução da qualidade e quantidade dos alimentos entre os adultos do domicílio. Isso acontece porque, em geral, os adultos comem menos ou deixam de comer para que as crianças possam se alimentar de maneira adequada; na insegurança alimentar grave, a redução da qualidade é quantidade dos alimentos atinge a todos do domicílio, incluindo as crianças, pode-se considerar que essas pessoas estão enfrentando a fome, pois elas comem muito menos do que precisam, se alimentam apenas uma vez por dia e em pouca quantidade ou mesmo ficam o dia todo sem comer.

Apesar desta classificação, é comum que estudiosos do tema, considerem que todos os níveis de insegurança alimentar representam a fome, em maior ou menor nível, isto é, estamos tratando de fome em todos os casos. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional incorporado ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar amplia-se na medida em que a garantia do direito humano a alimentação e nutrição

só vai ocorrer se considerando as condições efetivas das populações de produzirem ou adquirirem com dignidade o seu próprio alimento, com acesso a renda com direito e acesso ao trabalho, com redistribuição de terra através da reforma agrária, com acesso à terra, com acesso à educação e aos meios promotores de saúde (ROCHA, 2012, p. 86).

A EBIA emerge com o objetivo de produzir uma escala própria para a realidade brasileira, capaz de medir de forma direta a segurança alimentar e nutricional, foi realizado assim, um esforço que reuniu cinco instituições de pesquisa no Brasil (UNICAMP, UnB, UFPB, INPA e UFMT). O grupo partiu da escala americana com 18 itens e trabalhou com abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa com a validação de um questionário para uso brasileiro. A pesquisa de validação concluiu que a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) poderia ser disponibilizada como um instrumento com alta validade para o diagnóstico da (in) segurança alimentar no Brasil. Esta é uma escala que mede diretamente a percepção e vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar, trata-se de uma medida que expressa acesso aos alimentos e proporciona alta confiabilidade da escala, pois traduz a experiência de vida com a insegurança alimentar e a fome dos componentes do domicílio. A EBIA tem, portanto, a capacidade de mensurar a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e também às dimensões psicológicas e sociais da insegurança alimentar, se trata ainda, de uma escala com fácil aplicação e baixo custo.

Neste momento em que estão se desenvolvendo os conceitos de segurança/insegurança alimentar, surge também o conceito de Sistemas Alimentares, que pode ser definido inicialmente como: "Entende-se por sistemas alimentares o conjunto de atividades, atores e processos envolvendo as etapas de produção, processamento, distribuição, preparo, consumo e descarte de alimentos. As características e a forma como estes elementos se organizam e articulam geram efeitos que reverberam sobre as condições econômicas e sociais, saúde e o meio ambiente." (BRASIL, 2023)

Ao longo dos anos 1990, três eventos merecem ser destacados por sua relevância para as políticas alimentares no Brasil, com o rebatimento sobretudo nos anos 2000. O primeiro deles diz respeito a um tensionamento que o referencial global recebeu no período de 1992-1994, com o lançamento do Movimento pela Ética na Política, que levou ao impeachment do presidente Fernando Collor. Em seu lugar, entrou Itamar Franco que conferiu ênfase distinta ao referencial global neoliberal e buscou legitimidade e diálogo com as organizações da sociedade civil, sendo criado no período o primeiro CONSEA. O segundo evento

foi uma articulação entre atores governamentais e não-governamentais e o terceiro diz respeito ao reconhecimento político e institucional da agricultura familiar por meio do PRONAF.

No início da década de 1990, duas importantes reflexões repercutiram no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. A primeira foi a incorporação das noções de acesso a alimentação segura (não contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável, esta visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição realizada pela FAO e Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1992 em Roma, neste momento agrega-se o aspecto nutricional e sanitário ao conceito que passa então a ser denominado "Segurança Alimentar e Nutricional", esse entendimento articula duas dimensões bem definidas: a alimentar (que se refere aos processos de disponibilidade como produção, comercialização e acesso ao alimento) e a nutricional (que trata da escolha, preparo, consumo e a relação com a saúde). A segunda, foi a consolidação de um forte movimento em direção a reafirmação do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), este previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948, sendo considerada o:

> "Acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social" (BRASIL, 1948).

O DHAA estabelece a necessidade e a obrigação que o Estado tem de respeitar, proteger e realizar esse direito. O direito de se alimentar regularmente e adequadamente não deve ser produto de merecimento ou resultado de ações de caridade, mas, de uma obrigação que é exercida pelo Estado que, representa a sociedade (BELIK, 2003). Progressivamente os conceitos foram se interligando a partir de então, pois a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) começou a ser entendida como uma estratégia para alcançar e garantir o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) para todos. "O conceito de adequação do alimento remete a uma ideia de quantidade suficiente para uma existência normal e ativa (e não a uma por-

ção mínima de calorias que previna a morte por inanição). Remete também a qualidade que atenda não só à proteção contra a fome, mas também a outras determinantes sociais, culturais e ambientais" (FERRAZ, 2017, p. 49)

> "Enxergar o ato de alimentar-se como direito é um exercício que vai além da garantia do consumo de determinadas calorias por dia. É preciso perceber o direito à alimentação adequada como imprescindível extensão do direito à vida e corolário princípio da dignidade da pessoa humana. Desse modo, o conceito de direito humano à alimentação adequada, no âmbito das Convenções Internacionais de Direitos Humanos, não significa apenas a necessidade de assegurar o acesso ao alimento, mas abrange aspectos ligados à sua produção, conservação e distribuição. Compreende, igualmente, as dimensões políticas da reforma agrária, da sustentabilidade socioambiental, da segurança alimentar e nutricional, no país e no mundo, e do rompimento com o modo de acumulação capitalista." (LIMA, 2019, p. 28)

As ações em Segurança Alimentar e Nutricional que visam assegurar o Direito Humano a Alimentação Adequada são amplas e devem levar em consideração diversos setores, como: agricultura, abastecimento, saúde, educação, desenvolvimento, assistência social, todos estes de forma bastante articulada e interligada visando potencializar suas ações, de modo a evitar, ainda, desperdícios, que referem-se a uma diminuição em todas as etapas da cadeia alimentar desde a colheita ao consumo em massa de alimentos originalmente destinados ao consumo humano, independentemente da causa (HLPE, 2014). Pois, como defende Attali (2021) "A produção alimentar é uma fonte formidável de desperdício. Em 2018, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos (por perda e desperdício) foram para o lixo (30% dos cereais, 20% dos laticínios, 35% dos peixes e frutos do mar, 45% das frutas e legumes e 20% da carne), ou seja, um terço de tudo que é produzido no planeta." (p. 172) O desperdício de alimentos também implica em desperdício de recursos usados para a produção deles (...) O não aproveitamento do bem produzido acarreta também no prejuízo de todos os meios empregados para produzi-lo. (NEVES, 2017, p. 200) "O Brasil desperdiça 40 mil toneladas por dia, e é importante não esquecer que 70% da nossa água doce é utilizada na agricultura. (ESTEVE, 2017, p. 17) O desperdício de alimentos tem várias causas e responsáveis, mas, basicamente, responde a um problema estrutural e de fundo: os alimentos convertem-se em bens de compra e venda (ESTEVE, 2017, p. 42).

Para que se possa tratar a respeito do tema "Direito Humano a Alimentação Adequada" faz-se necessário uma breve discussão sobre Direitos Humanos. Os Direitos Humanos são aqueles que os seres humanos possuem, única e exclusivamente, por terem nascido e serem parte da espécie humana. (LEÃO, 2013, p. 24) O conceito está em constante construção já que são conquistados a partir de lutas históricas e, assim, correspondem a valores que mudam com o tempo e que avançam à medida que a humanidade avança a partir dos novos conhecimentos que são desenvolvidos, mas, de forma geral os Direitos Humanos são o direito à vida, à liberdade, à alimentação adequada, à saúde, à terra, à água, ao trabalho, à educação, à moradia, à informação, a participação, à liberdade e à igualdade. Os princípios que regem os Direitos Humanos são: 1) universais, pois se aplicam a todos os seres humanos; 2) indivisíveis; 3) interdependentes e inter-relacionados; 4) inalienáveis.

O Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos saudáveis, seguros e em qualidade e quantidade adequadas e suficientes, e que correspondam a cultura de cada povo garantindo uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletivamente. O DHAA é violado toda vez que as pessoas, grupos ou comunidades vivenciam situações de fome por não terem acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, de forma regular, para satisfazer suas necessidades alimentares e nutricionais, como também pessoas mal nutridas de qualquer idade por deficiência de nutrientes. Da mesma forma, consumir alimentos de má qualidade nutricional e sanitária, como também aqueles produzidos com a utilização de agrotóxicos são exemplos de violações do DHAA. (CONSEA, 2010). O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para a sua obtenção (NEVES, 2017, p. 194).

> Aumentar o suprimento de mercadorias através de preços agrícolas acessíveis, novas tecnologias, ou sistemas de comercialização mais eficientes é provavelmente uma condição necessária para a melhoria de padrões nutricionais na maioria dos países, particularmente por ser a redistribuição drástica de consumo alimentar uma rara ocorrência. Entretanto, ela está longe de ser uma condição suficiente, na medida em que a questão é mais frequentemente

> não de abastecimento insuficiente, mas sim de demanda ou poder aquisitivo inadequado por parte dos desnutridos (JOY, 1973).

Para que seja alcançado o DHAA é necessário cumprir critérios de: disponibilidade, adequação, acesso e estabilidade, além disso, é necessário a promoção da reforma agrária, da agricultura familiar, de políticas de abastecimento, de incentivo a praticas agroecológicas, de vigilância sanitária dos alimentos, de abastecimento de água e saneamento básico, entre outros. O DHAA está indivisivelmente ligado a dignidade da pessoa humana, à justiça social e à realização de direitos como o direito à terra, à saúde, à educação, ao emprego e à renda, o que aponta para a clara necessidade de Políticas Públicas garantidas a partir de um delineamento, planejamento, implementação e monitoramento e que sejam garantidas através de um processo democrático, participativo e inclusivo.

Diretamente relacionados, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), além de envolverem diversos aspectos como a Soberania Alimentar (tratada detalhadamente no subcapítulo 1.2) e o acesso à alimentação, requerem o desenvolvimento de políticas, programas e ações que coloquem em prática suas obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o DHAA (AQUINO et al., 2016). Contudo, o processo de implementação de programas configura um terreno de barganhas, coalizões e "encontro de diferentes intenções"; uma arena onde os objetivos e o desenho operacional contidos em normas e marcos legais de uma política podem ser alcançados, mas também podem ser reformulados a partir de escolhas e compromissos assumidos por agentes implementadores (MAGALHÃES et al., 2007).

O Direito Humano à Alimentação Adequada se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade, tem acesso físico e econômico, initerruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção. Cada país, ao firmar tratados internacionais, reconhece sua obrigação de elaborar leis e políticas públicas, e realizar ações que promovam a equidade e reduzam, progressivamente, as desigualdades. Em fevereiro de 2010, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 64, que inclui entre os direitos sociais da Nação, o direito à alimentação, ao lado dos direitos à educação, saúde, trabalho, moradia, entre outros. A luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado. Assim, como o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação cir-

cundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania (SANTOS, 2005, p. 105).

> A cidadania que falta não é apenas urbana, mas também, é sobretudo, a cidadania rural, para a qual contribuem conjuntamente o mercado e o Estado. O homem do campo brasileiro, em grande maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos e de se defender contra as oscilações dos preços externos e internos, e a ganancia dos intermediários. O homem do campo tem ainda menos direitos já que os serviços públicos essenciais lhe são negados (SANTOS, 2005, p. 41-42)

A inclusão da alimentação como direito social é fruto de ampla mobilização social e é ainda, uma reafirmação da sociedade brasileira de que a insegurança alimentar é uma inaceitável violação da dignidade humana, e reforça que são necessários esforços coletivos para supera-la. É de extrema relevância que nos diferentes estados e municípios, governo e sociedade civil possam, com a participação ativa e informada dos titulares de direito e outros atores relevantes, formular planos e estratégias para a promoção do DHAA.

> O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos. Viver é assumir uma herança moral que faz de cada um, um portador de prerrogativas sociais, direito a um teto, comida, educação, saúde, proteção, trabalho, justiça, liberdade e existência digna. O respeito ao individuo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados (SANTOS, 2005, p. 19)

É necessário que governo e sociedade reúnam esforços na efetividade deste direito fundamental como forma de propiciar uma existência digna e justa para todos os seres humanos. É neste contexto, de imprescindibilidade, que tal direito se insere e nesse rumo também devem seguir as políticas públicas e sociais.

A Reforma Agrária é um processo de mudanças estruturais que visa distribuir os direitos sobre a posse e uso da terra e o controle de sua produção, assegurando a participação da população rural nos benefícios do desenvolvimento (ZAMBERLAM, 2012, p. 24). No campo ou na cida-

de, a propriedade da terra continua a ser um nó na sociedade brasileira. A partir dos anos 1980, a globalização agravou o problema da terra, que tende a se tornar explosivo no mundo todo. O incremento do agronegócio baseado no latifúndio elevou a importância estratégica de produtos primários como minérios, celulose, grãos, carne, petróleo e etanol, que ganharam importância estratégica nos mercados globais. Hoje, eles promovem a expulsão de camponeses do meio rural numa escala que virá a ser contabilizada na casa dos bilhões de pessoas (MARICATO, 2014, p. 183)

Em seu livro Geografia da Fome (1946), Josué de Castro já era um grande defensor do direito a terra através da Reforma Agrária, dizia "precisamos enfrentar o tabu da reforma agrária – assunto proibido, escabroso, perigoso – com a mesma coragem que enfrentamos o tabu da fome (...) porque só através dessa reforma será possível inocular na economia rural os germes do progresso e desenvolvimento representados pelos instrumentos técnicos de produção, pelos recursos financeiros e pela garantia de um justo rendimento das atividades agrárias." (CASTRO, 2022, p. 311), e conclui:

> "Ao lado da estrutura agrária, há outros obstáculos estruturais a vencer. Não é só a infraestrutura agrária que está superada, mas também os processos de distribuição da produção agrícola com sua rede interminável dos intermediários e atravessadores. Dos monopolistas e exploradores da fome. Tudo isso tem que ser revisto." (CASTRO, 2022, p. 312)

A concentração da terra ainda é um problema nacional. Propriedades de até 50 hectares correspondem a 82% do total de estabelecimentos e ocupam apenas 13% da área ocupada pela agricultura. Em contraposição, propriedades acima de 500 hectares correspondem a 2% do total de estabelecimentos e ocupam 56% da área total. A agricultura familiar cumpre papel decisivo na produção de alimentos. O Brasil é um país que carrega o peso de ser o mais injusto do mundo, aquele em que a distribuição de renda é a pior. A injustiça não decorre da pobreza, mas da sua péssima distribuição. A injustiça decorre do contraste entre os mais ricos e os mais pobres. Carregamos o peso da colonização e da escravidão que se projeta até hoje sobre nós. O fato de nunca termos feito uma reforma agrária é responsável pela injusta distribuição de terras, e traz consigo todas as consequências sobre o campo e a cidade (SADER, 2005, p. 129-130).

Os trabalhadores sem-terra -, num país que nunca realizou a reforma agrária, que não democratizou o acesso à terra, que possui

imensa quantidade de terra não explorada -, que lutaram sempre de forma fragmentada, com pouca capacidade de organização, encontraram finalmente nos assentamentos uma forma de organização própria. Depois da ocupação de terras não produtivas, em vez de emigrarem para viver em condições muito ruins nas regiões urbanas, os trabalhadores do campo se organizam, antes de tudo, em torno de escolas e, ao mesmo tempo, de produção e comercialização do que produzem (...) As formas de organização cooperativa permitem a viabilidade econômica dos assentamentos, que dependem inicialmente de financiamentos governamentais, mas que conseguem ser autossuficientes, pela construção de sistemas próprios e alternativos de comercialização. São assim uma proposta alternativa concreta de resolução, a partir de baixo, da questão agrária, com conquista de direitos e de afirmação cultural para trabalhadores sem-terra, como uma via de realização da reforma agrária, que, de outra forma, não teria sido iniciada no Brasil (SADER, 2005, p. 119-120)

O desenvolvimento rural no Brasil é profundamente marcado pelo modelo agrícola conduzido pelo agronegócio empresarial, apesar da importância da agricultura familiar na produção de alimentos para o mercado interno e na sustentação de algumas das cadeias de produtos de exportação. O segmento do agronegócio – produto histórico da articulação entre o capital financeiro, o capital industrial e a grande propriedade territorial – baseia-se em um modelo de grande escala, que poupa mão-de-obra e usa intensamente a mecanização, irrigação e insumos industriais como agrotóxicos, sementes transgênicas e rações (CONSEA, 2007).

> A expansão do agronegócio e das formas privadas de apropriação dos recursos naturais a ele associadas contribuíram para acentuar a já elevada concentração da propriedade da terra no Brasil e para limitar o avanço das políticas de reforma agrária. A concentração fundiária e a morosidade na implantação da reforma agrária constituem, hoje, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento e consolidação dos sistemas familiares de produção rural no Brasil. O desenvolvimento da agricultura familiar e do agroextrativismo é estratégico para a soberania e a segurança alimentar e nutricional das populações do campo e da cidade (CONSEA, 2007).

Uma política nacional de reforma agrária, tem enorme relevância num país como o Brasil, com elevada desigualdade social e em que grande parcela da população vive em condições bastante precárias. A reforma agrária possibilita a inclusão social e a ocupação do espa-

ço agrário de forma equitativa e sustentável. No Brasil, o acesso à terra significa o acesso aos demais recursos necessários a uma vida digna. A reforma agrária portanto, constitui um dos instrumentos de promoção e desenvolvimento econômico. A agricultura familiar estimula a produção diversificada e amplia a capacidade de consumo de alimentos. Embora, a agricultura familiar seja, no Brasil, a força mais expressiva no abastecimento alimentar da sociedade, enfrentam diversas fragilidades, principalmente para a sua permanência no campo em condições dignas.

A criação de condições para a permanência das famílias rurais no campo e, simultaneamente, as contribuições da agricultura familiar para a SAN são elementos de grande repercussão social e ambiental. Para que isso ocorra, faz-se necessário um vigoroso processo de transição para um modelo de desenvolvimento rural fundamentado na valorização do patrimônio natural de nosso território e no aproveitamento da capacidade de trabalho da agricultura familiar. A agricultura realizada em unidades familiares é a que melhor proporciona a conservação e o manejo da biodiversidade e é também a que mais implica diretamente na redução da fome no nosso país. (CONSEA, 2004)

O tema "fome" foi tratado entre 1940-1960 como uma questão social e política, a partir das concepções de Josué de Castro; entre 1964-1984 (período da Ditadura Militar) a fome era um tema proibido; entre 1985 e 2002 (redemocratização do Brasil) a fome volta a ser um tema relevante nos debates; a partir de 2003, com o lançamento do Programa Fome Zero, o tema é prioridade do governo federal e a meta é a sua erradicação. Os três recortes temporais das políticas públicas de alimentação e nutrição brasileiras correspondem a: 1. Emergência da área como temática política social; 2. Implantação de tecnologia na busca pelo desenvolvimento econômico; 3 busca pela democratização em prol da resolução de dilemas sociais.

O Estatuto da Terra cristaliza as condições de classes dos anos 1950-1960, sintetizando tanto a demanda por reforma agrária das Ligas Camponesas criadas em 1955 quanto das forças antirreforma agrária, abrigando essas demandas contrárias quando da sua elaboração em 1964. Aprovado no Congresso Nacional em 30 de novembro de 1964, como Lei nº 4.504, seis meses após a instituição do regime militar, em março, o Estatuto da Terra direciona a energia dessas contradições para o impulso da virada capitalista (MOREIRA, 2014, p. 178) Expulsando das terras as culturas alimentícias (feijão, mandioca e legumes) e substituindo pelas culturas nobres (soja, cana, cítricos, café, gado de corte e

reflorestamento), a modernização agrícola arranhou os objetivos e estratégias próprios do Estatuto da Terra (MOREIRA, 2014, p. 209)

Josué de Castro ampliou o debate sobre a fome, levando uma questão de meios médicos e acadêmicos para o campo da política, o legado deste autor é a compreensão da fome como produto de uma sociedade que não soube distribuir equitativamente sua riqueza e que foi, ao longo de anos, gerando uma quantidade cada vez maior de excluídos. Josué de Castro, foi o primeiro a defender que o principal responsável pela fome e subalimentação é a desigual distribuição de riquezas no planeta, considera que a fome é uma imposição do homem sobre o homem, desde o seu livro Geografia da Fome (1946) já se passaram quase 80 anos e neste período as desigualdades se aprofundaram, os ricos se tornaram mais ricos e os pobres infinitamente mais miseráveis.

> "Ele igualmente pôde demonstrar que não era a superpopulação dos campos e das cidades a responsável pela progressão da fome, mas justamente o contrário: os muito pobres multiplicavam seus filhos pela angustia diante do amanhã; as crianças que queriam tão numerosas quanto possível, constituíam uma espécie de segurança no futuro – se sobrevivessem, ajudariam seus pais a viver e, sobretudo, a envelhecer sem morrer de fome. Josué de Castro citava com frequência este provérbio nordestino 'a mesa do pobre é miserável, mas o leito da miséria é fecundo'". (ZIEGLER, 2017, p. 114)

Proporcionar alimentos, abrigo e serviços básicos aos residentes de uma cidade é um desafio permanente para muitas autoridades municipais em todo o mundo. No que diz respeito à segurança alimentar urbana, esta depende de vários fatores, em especial, disponibilidade, acesso e qualidade do alimento. A expansão urbana acelerada (resultado do êxodo rural, diretamente determinado pela exclusão do homem do campo pela tecnologia e falta de políticas agrárias efetivas) e a alta demanda por alimentos dão vida a um grandioso sistema de produção, comercialização e abastecimento, que é responsável por gerar, além de tantas outras coisas, grande quantitativo de empregos e renda. A população global está cada vez mais urbana. De acordo com a ONU, mais de metade das pessoas já vivem em cidades, e as previsões demográficas indicam que até 2050 esse índice deve subir para 70%. (NAKAMURA, 2021, p. 121) A agricultura no chão, nas áreas ociosas das cidades, pode gerar emprego, renda e alimentos a baixo custo para populações vulneráveis e que vivem em regiões com poucas opções de alimentação sau-

dável. (NAKAMURA, 2021, p. 75). Entender todo o contexto da produção de alimentos é a chave para fazer escolhas mais saudáveis do ponto de vista ambiental e nutricional. (NAKAMURA, 2021, p. 81)

O abastecimento e o consumo de alimentos nas cidades podem afetar de maneira bastante significativa a viabilidade econômica, a sustentabilidade ambiental, a saúde pública e a qualidade das comunidades (WISKERKE, 2015). O complexo sistema alimentar mencionado dá vida aos circuitos espaciais produtivos (SANTOS, 1996) ao movimentar os alimentos de lugares cada vez mais distantes, a partir dos interesses e vantagens financeiras dos empresários do ramo alimentar. A dependência desequilibrada de rodovias, associada a concentração espacial ferroviária e a ineficiente rede de transporte hidroviário, coloca o país em posição difícil (MENDES, 2017, p. 356).

A Cúpula Mundial de Alimentos (1999) apresenta detalhamento de duas dimensões indivisíveis no âmbito do direito à alimentação:

1) Direito a estar livre da fome, demandando implementação imediata de política pública de segurança alimentar;
2) Direito à alimentação adequada, via elaboração participativa de uma estratégia nacional de promoção de políticas públicas integradas.

Em 26 de abril de 1996, o governo federal instituiu o Comitê nacional responsável pela preparação do documento do governo brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação, a se realizar naquele ano em Roma (já tratado anteriormente, no subcapítulo 1.1). O Comitê foi constituído por representantes do governo federal, das universidades públicas e das organizações da sociedade.

> "Logo no início o documento afirma o acesso à alimentação como um direito humano em si mesmo, sobreposto a qualquer outra razão que possa justificar a sua negação, seja de ordem econômica ou política. Além disso, avança na compreensão do conjunto de fatores geradores de insegurança alimentar no país, bem como nas proposições de ações e políticas integradas para a sua superação, através indicação de seis requisitos para a segurança alimentar: a) crescimento econômico com equidade, b) abastecimento pleno, c) comércio internacional justo, d) reforma agrária e produção em base familiar, e) segurança alimentar com modelos sustentáveis, e f) alimentos seguros e práticas alimentares sustentáveis." (Relatório Brasileiro: 1996)

Em relação à alimentação e à questão dos direitos, Ziegler afirma que de "todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais maciçamente violado em nosso planeta" (ZIEGLER, 2013, p. 31). O papel do imperialismo estadunidense e suas organizações, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), do FMI e do Banco Mundial, atuam a favor da restrição da ideia de direitos humanos somente no sentido político e civil, e como inimigos do Direito Humano à Alimentação e da superação da fome, influindo diretamente na reorganização dos sistemas alimentares em todo o globo, em que entre "a razão mercantil e o direito à alimentação, a antonímia é absoluta" (ZIEGLER, 2013, p. 293).

Com efeito, isso significou um conjunto de mudanças, cujas culturas agrícolas e hábitos alimentares tradicionais fossem substituídos pelas commodities agrícolas, produzidos a partir de alta tecnologia, pela dominação da produção e distribuição, restringindo as possibilidades de realização do Direito Humano à Alimentação e sua subordinação ao acesso a alimentos pelo mercado. "A tecnologia não é boa nem má. É sua utilização que lhe dá sentido ético. Se nos países de Terceiro Mundo a tecnologia age contra os povos subdesenvolvidos é porque foi utilizada unicamente para produzir o máximo de vantagens e lucros para os grupos de economia dominante." (CASTRO, 2003, p. 142)

Segundo Belik (2020), a definição clássica adotada pela FAO estabelece que a Segurança Alimentar representa um estado no qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.

Neste período, outras dimensões passaram a ser associadas ao termo Segurança Alimentar, como por exemplo, a ideia de Soberania Alimentar. O conceito de Soberania Alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito a preservação de práticas de produção e práticas alimentares tradicionais. Além disso, há o reconhecimento de que este processo deve ocorrer em bases sustentáveis, do ponto de vista ambiental, econômico e social. (LEÃO, 2013).

Defende-se, por exemplo, que ações e políticas de incentivo à produção de frutas e hortaliças regionais em áreas urbanas, periurbanas, ou em áreas rurais perto das cidades podem melhorar o preço e a qualidade desses alimentos, incentivando assim a um maior consumo por parte da população. As estratégias neste sentido podem ainda reduzir o desperdício de alimentos e a poluição causada pelos transportes rodoviários de longas

distâncias. Além disso, combinar essas ações às políticas de compra pública de alimentos, onde o Estado adquire os produtos diretamente de seus produtores para utilização em creches, escolas, hospitais, abrigos e asilos, esta estratégia promove condições dignas de vida no meio rural e proporciona o aumento do consumo de frutas e hortaliças pelo público atendido.

A alimentação brasileira, com suas particularidades regionais, é a síntese do processo histórico de intercâmbio cultural, entre as matrizes indígena, portuguesa e africana que se somam, por meio dos fluxos migratórios, às influências de práticas e saberes alimentares de outros povos que compõem a diversidade sociocultural brasileira. Reconhecer, respeitar, preservar, resgatar e difundir a riqueza incomensurável de alimentos e práticas alimentares correspondem ao desenvolvimento de ações com base no respeito à identidade e cultura alimentar da população.

Entende-se por alimentação adequada e saudável a prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Ou seja, deve estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais; referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos.

O conceito de Soberania Alimentar, criado em 1996, é de grande importância para a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada e consequentemente da Segurança Alimentar e Nutricional. "Dentro do conceito de soberania alimentar está a agroecologia, um novo modelo de agricultura baseado numa prática que respeita o seu humano e a natureza sem a utilização de venenos ou insumos químicos industrializados para aumentar a produtividade do solo" (ESTEVE, 2017, p. 14)

Durante o ano de 1996, em reação a Cúpula Mundial da Alimentação, os movimentos sociais, liderados pela Via Campesina, realizaram uma proposta de definição ao conceito, pois, consideravam que a definição dada pela FAO limitava o conceito apenas a garantia de alimentos, sem se importar onde e como ocorre essa produção, uma abordagem que favorece o agronegócio, já que a oferta de alimentos pode ser atendida através da produção em larga escala (monocultura) ou importação. A definição dada pela Via Campesina foi dada como:

> "O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer a agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais (...)" (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, apud CAMPOS, 2006, p. 154-155)

Neste sentido, a ação corporativista da Via Campesina – cujos membros no Brasil são notadamente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) – ocorre em torno da ideia de uma cidadania mundial, a noção de soberania alimentar se associando à solidariedade internacional. Em 2007, durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em Mali, esse conceito foi reafirmado:

> "A soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aquele que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações." (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

Deste modo, a Soberania Alimentar inclui, dentre outras coisas, priorizar a produção agrícola local, reafirmando a necessidade de uma reforma agrária; o direito dos campesinos de produzirem alimentos e o direito dos consumidores de decidirem sobre o que consumir; o direito dos países de protegerem-se das importações agrícolas e alimentares muito baratas; a participação dos povos na definição da política agrária; o reconhecimento das mulheres camponesas que desempenham papel essencial na produção agrícola e na alimentação. (VIA CAMPESINA, 2003). A força que se opõe aos milhares de sem-terra, força capaz de

desencadear tais chacinas, é a institucionalidade fundiária brasileira, consagradora do latifúndio, fundada no sagrado direito de ter a terá e retê-la improdutiva por força do direito de propriedade.

> Quando se trata das grandes regiões metropolitanas do Brasil, a luta por soberania alimentar envolve, entre outros, uma perspectiva de implementação de um conjunto diverso de práticas de agricultura urbana orientada pelas ideias e pelos ideais da agroecologia (VRADIS et al, 2021, p. 103).

A temática da Soberania Alimentar está fortemente relacionada a produção de alimentos, e defende a inclusão de um comercio internacional justo que priorize a segurança alimentar dos povos, pois os dados do IBGE e do Censo Agropecuário possibilitam concluir que não há soberania alimentar no nosso país, já que quem dita as regras de produção e destinação dos alimentos é o mercado internacional. Ainda que importantes avanços tenham ocorrido nos últimos anos para a redução da fome e desnutrição no Brasil, as mazelas sociais ainda persistem, principalmente quando se trata das parcelas mais vulneráveis da população que vive em grandes centros urbanos. As populações urbanas precisam ser despertadas para a noção de soberania alimentar, inclusive para que tenham a possibilidade de refletir cotidianamente sobre suas necessidades.

> "O respeito à soberania alimentar passa a ser pressuposto para a consecução da SAN e, por sua vez, para o direito humano a alimentação adequada. Esses três conceitos devem ser entendidos de forma integrada, pois, para se alcançar uma plena segurança alimentar e nutricional, não bastam a produção de quantidades e a ausência de sinais de desabastecimento (falta de bens); é necessário ter em conta também o modo como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos, se há uma consideração dos aspectos sociais, culturais e ambientais incidentes nesse processo. Deve, portanto, haver uma associação direta da condição social das populações e das relações que elas mantêm com a cultura e o ambiente." (FERRAZ, 2017, p. 75)

Um dos mais importantes pilares que dão sustentação à ideia da Soberania Alimentar é sua perspectiva de sustentabilidade ambiental, pois esta é comprometida com as futuras gerações através da preservação da biodiversidade. Os debates atuais em torno da sustenta-

bilidade, tais como aquele sobre o aquecimento global ou a perda de biodiversidade, levam a conclusões favoráveis às ideias de soberania alimentar (MARQUES, 2010, p. 84).

Comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e agricultores familiares, cuja produção agrícola se dá de maneira ecológica e sustentável, não conseguem se manter nesse contexto econômico e cultural dominado pelas grandes agroindústrias. O conhecimento tradicional adquirido ao longo de gerações sobre o equilíbrio do ecossistema, as propriedades medicinais e nutricionais de plantas silvestres e os costumes alimentares foram enfraquecidos dentro desse contexto. Elias (2021) defende que o Brasil tem privilegiado o agronegócio – definido pela autora como um conjunto de atividades que se realizam de forma interligada e multiescalar – em detrimento da agricultura familiar, de modo que o alimento não é tratado como um direito social, mas como uma mercadoria cujo propósito primordial é auferir lucro. Trata ainda do recente desaparelhamento e desmonte das políticas públicas, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que deixa na vulnerabilidade as camadas sociais que mais precisam de proteção.

O estabelecimento de uma governança que permita a articulação entre os atores pode criar um ambiente favorável à criação de redes de colaboração entre produtores, técnicos e governantes locais, garantindo assim a participação ativa da população nas decisões. Essas redes poderiam formar espaços para produção, venda ou doação de alimentos, realizar estudos e pesquisas para implementação de políticas públicas, e promover a capacitação para o manejo sustentável do solo, das matas e dos rios, incentivando a produção de produtos orgânicos e regionais. Chonchol (2005) defende que:

> "No caso do rendimento urbano, o problema da falta de políticas que tenham como objetivo alcançar o pleno emprego, assim como a existência de políticas de produtividade que buscam reduzir o emprego e a renda dos trabalhadores, a não existência de políticas sociais suficientes para resolver os problemas da pobreza aumentam a insegurança alimentar urbana. O mesmo ocorre com a aplicação de políticas de ajuste estrutural baseados no crescimento das exportações, das privatizações e na redução do papel do Estado." (p. 43)

Para lutar pela soberania alimentar nas periferias urbanas com o entendimento do funcionamento do território como a distribuição e

o fornecimento de alimentos, somente com conhecimento é possível se organizar para pensar e criar formas alternativas de produção, distribuição, processamento e consumo de alimentos que sejam capazes de fornecer energia de forma saudável para quem consome, produz e para o meio ambiente. Existe ainda uma defesa, nos mais recentes estudos, a respeito da distribuição em redes de alimentos agroecológicos e orgânicos visando alcançar a soberania alimentar.

Como resposta ao modelo agroexportador resultado da Revolução Verde, surgiu um movimento em favor da agricultura sem o uso de insumos químicos e pautada nos saberes e métodos tradicionais de manejo, esse movimento que tem se fortalecido nos últimos anos se chama Agroecologia. A agroecologia se trata da ciência e prática de aplicar conceitos, princípios e conhecimentos ecológicos para o estudo, projeto e gestão de agroecossistemas sustentáveis. Inclui os papéis dos seres humanos como organismo central da agroecologia por meio de processos sociais e econômicos nos sistemas agrícolas. A agroecologia examina os papéis e interações entre todos os aspectos biofísicos, técnicos e componentes socioeconômicos dos sistemas agrícolas e suas paisagens circundantes (IPBES, 2019).

A agroecologia pode ainda ser definida como uma ciência transdisciplinar, combinando diferentes disciplinas científicas para buscar soluções para problemas do mundo real, trabalhando em parceria com várias partes interessadas, considerando seus conhecimentos locais e valores culturais, de maneira reflexiva e iterativa que promova o coaprendizado (USDA, 2004). E, por fim, a agroecologia abrange uma ciência, um conjunto de práticas e um movimento e evoluiu nas últimas décadas para expandir seu escopo, com foco nos campos e fazendas para abranger toda a agricultura e sistemas alimentares. Representa agora um processo transdisciplinar campo que inclui todos os aspectos ecológicos, socioculturais, tecnológicos, econômicos e políticos dimensões dos sistemas alimentares, da produção ao consumo (HLPE, 2014).

> "Algumas das consequências mais negativas das mudanças estruturais no setor agrícola, das quais resultou uma maior heterogeneidade de situações, a maior diferenciação das condições produtivas dos pequenos e grandes produtores, e a queda do emprego, foram o aumento da pobreza e o aprofundamento da desigualdade do meio rural. Em 1980, os pobres rurais na América Latina chegavam a 73 milhões de pessoas, e em 1997 ultrapassava os 78 milhões. Quanto aos indigentes rurais, havia passado de 40 para 47 milhões. Quanto aos pobres urbanos, havia aumentado de 63 milhões em 1980 para

> 126 milhões em 1997, enquanto os indigentes urbanos passaram de 22,5 para 42,7 milhões." (CHONCHOL, 2005, p. 46)

A Agroecologia e a Segurança Alimentar e Nutricional têm em comum a preocupação com a diversidade, ambas levam em consideração a conservação, o manejo e uso da agrobiodiversidade (diversidade de espécies, variedades genéticas e diversidade de sistemas agrícolas ou cultivados) e a diversidade alimentar e cultural, que vem se perdendo com a massificação dos hábitos alimentares e a diminuição da diversidade de alimentos, causada pelo avanço das monoculturas. Os autores Jurandir Zamberlam e Alceu Froncheti (2012) definem critérios para uma agricultura sustentável sob o ponto de vista agroecológico, os critérios são:

> a) "Baixa dependência de insumos externos e manutenção dos níveis de produtividade, por conta da utilização de tecnologias apropriadas, da experimentação e implementação da agricultura orgânica e outras técnicas de baixo uso de insumos.
> b) Uso de recursos renováveis localmente acessíveis.
> c) Utilização eficiente dos recursos locais (terra, mão de obra, subprodutos agrícolas) com impactos benéficos no meio ambiente local.
> d) Aceitação e/ou tolerância da base de recursos naturais a partir da conservação e regeneração da água e do solo, enfatizando o controle da erosão, a captação de água e o reflorestamento.
> e) Manutenção em longo prazo da capacidade produtiva e elevação da diversidade vegetal e animal.
> f) Preservação da diversidade biológica e cultural.
> g) Utilização do conhecimento e da cultura da população local.
> h) Produção de alimentos básicos as famílias dos agricultores, enriquecendo a dieta alimentar, valorizando produtos tradicionais (como caruru, quinoa, tremoço etc.) e a conservação de germoplasma de variedades cultivadas locais.
> i) Garantia para que os sistemas alternativos resultem em um fortalecimento não só das famílias, mas de toda a comunidade." (p. 76)

A agroecologia apresenta desafios intelectuais, organizacionais e políticos. Os agroecologistas contestam a abordagem da Revolução Verde, fortemente marcada pela monocultura e o uso intensivo de pesticidas e fertilizantes e salientam suas limitações ambientais, econômicas e sociais. A agroecologia descreve as práticas agrícolas, antigas e novas, que pequenos agricultores no México em Cuba, na Índia, no Brasil e em outros países utilizam para cultivar frutas e vegetais e criar animais,

moderar o uso de pesticidas e fertilizantes químicos, utilizar a água de forma mais eficiente e reduzir o desperdício por meio da reutilização de subproduto agrícolas. (FREUDENBERG, 2022, p. 151) Agroecologia também é cuidado com a saúde, e saúde para todos: para a natureza, para os que plantam e os que comem, seja no campo ou na cidade (PIMENTEL, 2020, p. 72). Incentivar a produção agroecológica, como visto em Recife, é uma forma do poder público atuar em alinhamento aos anseios dos consumidores urbanos por alimentação mais saudável. A agroecologia aproxima produtores de consumidores, gera renda no entorno das cidades, e favorece a conexão da agricultura com a saúde e a nutrição. (CIDADES & ALIMENTAÇÃO, 2023)

Em uma economia de mercado, a fome e a subalimentação não podem ser superadas se o conjunto de consumidores não dispuser de renda suficiente para garantir a satisfação de suas necessidades alimentares. Isso implica em pensar um sistema de produção que não concentre a produção e a renda entre uma pequena minoria de grandes agricultores que dispõem de mais terras, de financiamento e que têm acesso aos grandes mercados de consumo. Enquanto os pequenos agricultores familiares ficam marginalizados, assim como os trabalhadores sem-terra, estes que constituem a maior parte da população rural, condição persistente e que acentua a insegurança alimentar, no campo e nas cidades. Nas grandes cidades, enquanto não houver políticas capazes de assegurar o pleno emprego e uma renda satisfatória aos trabalhadores urbanos, o problema da fome e subalimentação persiste e se agrava.

A busca pela autonomia dos povos emerge da luta pela soberania alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), na urgência da manutenção de políticas públicas de fomento à agricultura familiar e transição agroecológica no campo, assim como pela modificação dos modos de produção visando reforçar as formas locais de comercialização. A agricultura familiar e a agroecologia ganham destaque como um caminho possível para melhoria do acesso e da qualidade dos alimentos, e pela necessidade do encurtamento das cadeias de produção.

A erradicação da fome e a garantia de SAN estão diretamente ligadas a modos de produção que se tornem cada vez mais diversos, sustentáveis e seguros, características de destaque da agricultura familiar, que se configura como importante chave para o alcance de SAN. Por se tratar de núcleos familiares pequenos, detentores de recursos próprios e força de trabalho, estes tendem a perpetuar e preservar a cultura alimentar, contribuem para uma alimentação balanceada e diversa, impul-

sionam as economias locais, preservam a agrobiodiversidade e fazem uso sustentável dos recursos naturais. (LOKER, 2020). No Brasil, mais de 15 milhões de pessoas são produtoras rurais, em um total de 5 milhões de estabelecimentos, nos quais 73% dos trabalhadores possuíam laço familiar com produtor. (BRASIL, 2013)

A agroecologia faz interlocução direta com a SAN e com o DHAA. Sua inserção nas políticas públicas teve início com Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), que determinou linhas de crédito para as famílias e previu o manejo sustentável do ambiente. Em 2012, com a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e em 2013, com a criação do Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia (Planapo), o governo firmou um compromisso de fomento a desenvolvimento sustentável, transição e produção agroecológica (BRASIL, 2015). Esses documentos foram o resultado da luta dos movimentos sociais em parceria com órgãos governamentais, que dialogaram na luta, na oferta e no consumo de alimentos de qualidade, com produção pautada na justiça social, na saúde da população e na soberania alimentar. (CAPORAL, 2009)

Do ponto de vista econômico, os sistemas alimentares locais estimulam a economia municipal em um processo cíclico, em que o dinheiro investido permanece na própria cidade. A territorialização possibilita a capilarização da distribuição de gêneros, estratégia que evitaria uma interrupção geral do fornecimento e do acesso aos alimentos. Em adição, o agricultor agroecológico possui maior autonomia, uma vez que tem menor dependência de insumos industriais, contribuindo para a sustentabilidade dos sistemas alimentares agroecológicos, já que as safras não são prejudicadas pelas paralizações na indústria ou na logística de transporte. (MACHADO & GARCIA, 2022). Nesse sentido, entendendo a necessidade de estruturação dos sistemas agrícolas convencionais, a agroecologia se apresenta como uma ciência transformadora que se compromete com um futuro mais justo e sustentável. É reconhecida como uma potente estratégia para a superação da crise alimentar e reestruturação de um sistema agroalimentar mais resiliente, diverso e equitativo. (ALTIERE, 2020).

O controle sobre a produção, processamento e comercialização de alimentos, assim como estratégias de marketing, possibilitou as corporações a induzirem o consumo de alimentos industrializados e processados que são ricos em gorduras trans, açúcar, sal e aditivos químicos, que cresce na maioria dos países e corresponde a principal razão para o aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade. A grande es-

cala da produção e os benefícios fiscais obtidos em vários países tendem a tornar mais baratos tais alimentos em relação aos alimentos nutritivos e frescos. Estimou-se que mais de três bilhões de pessoas no mundo não possuem recursos para pagar por dietas saudáveis, que custam, em média, cinco vezes mais que as dietas que só atendem as necessidades energéticas por meio de alimentos ricos em amido e pobres em nutrientes.

Os sistemas alimentares globais são também considerados a principal causa de mudança ambiental no planeta. A expansão das áreas agrícolas, de pecuária e de florestais plantadas nas últimas décadas contribuíram para o desmatamento e aumentar as emissões líquidas de Gases de Efeito Estufa (GEE), com a degradação de ecossistemas naturais (como florestas, savanas, pastagens naturais e pântanos) e declínio da biodiversidade. Atividades de agricultura, silvicultura e outros usos da terra representam 16-27% das emissões de GEE (ou de 21-37% se considerarmos atividades de pré e pós-produção do sistema alimentar), sendo que a pecuária em pastagens foi responsável por mais da metade das emissões antropogênicas totais de N_2O em 2014.

O IPCC considera que a mudança climática já afetou a SAN devido ao aquecimento, mudanças nos padrões de precipitação e maior frequência de alguns eventos extremos. A produção de frutas e legumes - elemento chave de dietas saudáveis - é particularmente vulnerável a mudanças climáticas. Extremos climáticos têm impactos sobre meios de subsistência de comunidades mais pobres e vulneráveis, contribuindo para as migrações. Diversas pesquisas indicam que níveis aumentados de dióxido de carbono na atmosfera estão reduzindo os níveis de nutrientes em alimentos. A perda de biodiversidade é o limite planetário mais impactado pela ação humana, e estima-se que isso poderá prejudicar o progresso em até 80% das metas avaliadas dos ODS relacionadas à pobreza, alimentação, saúde, água, cidades, clima, oceanos e terra. A produção de alimentos pode ser comprometida pela perda de polinizadores naturais, pois 75% dos tipos de culturas alimentares globais contam com a polinização animal, mas os métodos agrícolas intensivos agrotóxico-dependentes ameaçam extinguir esses tais serviços ecossistêmicos.

Uma abordagem a partir dos sistemas alimentares permite identificar cinco canais-chave que influenciam a saúde: 1) riscos ocupacionais; 2) contaminação ambiental; 3) alimentos contaminados, inseguros e alterados; 4) padrões alimentares não saudáveis; e, 5) insegurança alimentar. O sistema alimentar global hegemônico contribui decisivamente para tais canais, provocando prejuízos humanos e eco-

nômicos que ameaçam o desenvolvimento da humanidade e a saúde do planeta. A contaminação do solo, ar e águas com fertilizantes, agrotóxicos e antibióticos, por exemplo, expõe diferentes seres vivos a inúmeras consequências. Estima-se que somente nos EUA, por ano, a resistência a antimicrobianos tenha gerado oito milhões de dias adicionais de internação e custos à saúde entre US$ 20 a 34 bilhões.

As abordagens agroecológicas favorecem o uso de processos naturais, limitam o uso de insumos adquiridos, promovem ciclos fechados com externalidades negativas mínimas e enfatizam a importância do conhecimento local e processos participativos que desenvolvem conhecimentos e práticas através da experiência, bem como métodos científicos mais convencionais, e enfrentam as desigualdades sociais. As abordagens agroecológicas reconhecem que os sistemas agroalimentares são sistemas sociais e ecológicos combinados que vão da produção ao consumo de alimentos e envolvem a participação da ciência, da prática e de um movimento social, bem como sua integração holística, para abordar a segurança alimentar e a nutrição.

Alimentar a humanidade com dietas nutritivas, garantir o direito ao meio ambiente equilibrado, reduzir as desigualdades e injustiças sociais, sanitárias e ambientais, promover a saúde e o bem estar são metas complementares e interdependentes que podem ser promovidas por meio de sistemas alimentares sustentáveis. Defende-se que os enfoques de segurança alimentar e nutricional, direito humano à alimentação adequada e agroecologia são fundamentais para a redemocratização e a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Trata-se de uma abordagem orgânica para um conjunto de problemas e desafios que impactam a saúde global.

CONCLUSÃO

É possível perceber a partir deste levantamento de ideias de diversos autores ao longo de anos de estudo que, a discussão acerca do tema da Segurança Alimentar e Nutricional é permeada por diversos temas complementares e abrange um amplo leque informações e conhecimentos que são necessários na busca pela solução de um problema tão complexo e recorrente.

Compreender questões relativas a (In)Segurança Alimentar perpassa pelo entendimento acerca da Revolução Verde, por exemplo, o que surgiu como solução ao problema se tornou um agravador deste. O estudo da fome revelou alguns aspectos importantes da pobreza na

sociedade e, portanto, precisa ser entendido dentro do contexto de uma teoria da sociedade.

É importante compreender que a fome e a miséria se tornaram a ser ferramentas de controle social, pois, quanto mais houver pessoas sem emprego e sem condições de prover suas necessidades básicas, menor será o valor do salário e as condições de trabalho. Estes trabalhadores, livres de qualquer possibilidade de se manter, a não ser vendendo sua força de trabalho, são obrigados a aceitar trabalhos em condição de grande exploração.

O conceito de segurança alimentar passou a ser reconhecido como uma questão social e relacionado com a garantia de acesso físico e econômico de todas as pessoas a quantidades suficientes de alimentos de forma regular e permanente. A EBIA emerge, neste contexto, com o objetivo de produzir uma escala própria para a realidade brasileira, capaz de medir de forma direta a segurança alimentar e nutricional, foi realizado assim, um esforço que reuniu cinco instituições de pesquisa no Brasil (UNICAMP, UnB, UFPB, INPA e UFMT). O grupo partiu da escala americana com 18 itens e trabalhou com abordagens metodológicas qualitativa e quantitativa com a validação de um questionário para uso brasileiro.

O Direito Humano a Alimentação Adequada - DHAA estabelece a necessidade e a obrigação que o Estado tem de respeitar, proteger e realizar esse direito. O direito de se alimentar regularmente e adequadamente não deve ser produto de merecimento ou resultado de ações de caridade, mas, de uma obrigação que é exercida pelo Estado que, representa a sociedade. Este conceito se vincula rapidamente ao conceito de SAN.

A inclusão da alimentação como direito social é fruto de ampla mobilização social e é ainda, uma reafirmação da sociedade brasileira de que a insegurança alimentar é uma inaceitável violação da dignidade humana, e reforça que são necessários esforços coletivos para supera-la. É de extrema relevância que nos diferentes estados e municípios, governo e sociedade civil possam, com a participação ativa e informada dos titulares de direito e outros atores relevantes, formular planos e estratégias para a promoção do DHAA.

A concentração de terras também é assunto recorrente no contexto desta análise, já que, a Reforma Agrária surge como possibilidade de resolução de grande parte desse problema, dando as pessoas sem-terra o direito de tornar terras sem função social seu lugar de morar e produzir seus alimentos, contribuindo para alcançar a Soberania Alimentar. A agroecologia é defendida neste contexto pela sua capacidade de produção alimentar "limpa" e segura.

REFERÊNCIAS

ALTIERI MA, NICHOLLS CI. **Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture.** Agric. Human Values. 2020; 37(3):525-526.

ATTALI, Jacques. **A epopeia da comida:** Uma breve história da nossa alimentação. Tradução: Mauro Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2021. 301 p. v. 1.

BASU, Pratyusha & SCHOLTEN, Bruce A. **"Technological and Social Dimensions of the Green Revolution: Connecting Pasts and Futures"**, Internacional Journal of Agricultural Sustainability, v. 10, n. 2, maio 2012, p. 109-16.

BELIK, Walter (org.). **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições.** Ibirapitanga: Instituto Clima e Sociedade, outubro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 1 ed. 1 reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** DOCUMENTO BASE - 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CONSEA, 2023.

CAMPELLO, Tereza; BERTOLETTO, Ana Paula (org.). **Da fome a fome:** diálogos com Josué de Castro. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2022. 336 p. v. 1.

Caporal FR, Paulus G, Castobeber JA. **Agroecologia:** uma ciência do campo da complexidade. Brasília. DF: MDA; 2009.

CASTRO, J. DE. **Geopolítica da Fome.** 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

CASTRO, Anna Maria de (org.). **Fome:** um tema proibido - últimos escritos de Josué de Castro. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 239 p. v. 1.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: O dilema brasileiro:** pão e aço. Apresentação Milton Santos; Prefácio a esta edição Silvio Almeida 1. ed. São Paulo: Editora Todavia, 2022. 400 p. v. 1.

CIDADES & ALIMENTAÇÃO, 2023.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Brasília, 2007.

Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, apud CAMPOS, 2006, p. 154-155

ELIAS, Denise. **O alimento-mercadoria e a fome no Brasil.** Boletim Goiano de Geografia. ISSN: 1984-8501. DOI: 10.5216/BGG.v.41.69103. 2021, V. 41: E69103.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida:** quem controla nossa alimentação? 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 269 p. v. 1. I

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura**. 2019.**

FERRAZ, Mariana de Araújo. **Direito humano à alimentação e sustentabilidade no sistema alimentar.** São Paulo: Paulinas, 2017. 285 p.

FREUDENBERG, Nicholas. **A que custo? O capitalismo (moderno) e o futuro da saúde.** Tradução: Juliana Leite Arantes. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2022. 592 p. v. 1.

FRONCHETI, Alceu; ZAMBERLAN, Jurandir. **Agroecologia:** Caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012. 200 p. v. 1.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007.

HICH LEVEL PANEL OF EXPERTS NO FOOD SECURITY AND NUTRITION (HPLE). **Food losses and waste in the context of sustainable food systems.** A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome 2014.

JOY, L. Food and nutrition pleanning, **Journal of Agricultural Economics**, vol. XXIV, n.º 1, janeiro de 1973.

LEÃO, Marília. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional** / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013.

LIMA, Thiago et al, (org.). **Segurança Alimentar e Relações Internacionais.** 1. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. 180 p. v. 1.

MACHADO, Letiane; GARCIA, Edna. Covid-19 e a fome: reflexões sobre um futuro agroecológico. **Saúde debate** 46 (spe2) • Jun 2022.

MALUF, Renato S. e REIS, Márcio C. (2013), "Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica". In.: Rocha, Cecília; Burlandy, Luciene; Magalhães, Rosana, **Segurança alimentar e nutricional**: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, p. 43-67.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 214 p.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **Embates em torno da segurança e soberania alimentar:** estudo de perspectivas concorrentes. Perspectivas concorrentes em torno de segurança e soberania alimentar. Moruzzi Marques. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 17(2): 78-87, 2010.

MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo (org.). **Políticas Públicas no Brasil:** uma abordagem institucional. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 373 p.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira:** contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014. 320 p.

MYRDAL, G. **Asian Drama:** An Inquiry into the Povery of Nations. New York, Pantheon, 1968.

NAKAMURA, Angelica; RANIERI, Guilherme. **Agricultura Urbana:** agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. 138 p. v. 1.

NEVES, Helena Telino (coord.) **Direito à alimentação e segurança alimentar.** Curitiba: Juruá, 2017. 324p.

PAULA, Nilson Maciel de. **Evolução do sistema agroalimentar mundial:** contradições e desafios. 1ed. Curitiba: CRV, 2017. 226 P.

PIMENTEL, Anne Geraldi. **Agroecologia:** insurgência pela vida - Coleção Natureza e Povos. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2020. 218 p.

ROCHA, Brizabel M. da. **Política de Segurança Alimentar e Nutricional e sua inserção ao sistema único de assistência social.** 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. 161 p. v. 1.

SADER, Emir (org.). **Perspectivas:** Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização.. 1. ed. São Paulo: Record, 2005. 135 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O País Distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2005. 221 p.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 136 p.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial:** Críticas e Alternativas. Tradução: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 204 p.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Fome e desnutrição: determinantes sociais** [Recurso eletrônico]. Flávio Luiz Schieck Valente (Organizador). – Campina Grande: EDUEPB, 2021.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa:** Geopolítica da fome. Tradução e prefácio: José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. 335 p. v. 1.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio:** doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Tradução: Allan Rodrigo de Campos Silva. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2020. 608 p. v. 1.

WISKERKE, H. (2015). Urban food systems. In: H. Zeeuw & P. Dreschel. **Cities and agriculture**: designing resilient urban food systems (pp. 1-25). London: Routledge/Earthscan.

VRADIS, Antonis et al. **Favela, resistência e a luta pela soberania alimentar.** Tradução: Timo Bartholl et al,. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 333 p. v. 1.

O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DOCÊNCIA

Natália Teixeira de Souza Nobre
Pós-graduada em Educação e Tecnologia
http://lattes.cnpq.br/2013110090852835
natalianobre2012@hotmail.com

Aline Durães
Pós-graduada em Educação a Distância
http://lattes.cnpq.br/8264064110556552

RESUMO: A preocupação com o uso de Tecnologia da Informação (TI) se torna crescente, uma vez que elas estão entranhadas em nosso cotidiano, nas nossas casas, no trabalho e nos mais diversos espaços sociais. E, como não poderia ser diferente, também nas escolas, mesmo que ainda de uma forma precária. Os processos educacionais, utilizados hoje nas escolas, não são suficientes às condições de aprendizagem da sociedade, a qual possui a necessidade de independência na busca de informações e construção do conhecimento. Este requisito de mudança se dá pelas rápidas transformações tecnológicas a que está submetido o homem moderno. São várias formas de se utilizar as mídias audiovisuais nos dias de hoje, na vida moderna, muitas tecnologias foram criadas. A internet proporcionou a utilização de pesquisas, programas, animações, imagens e vídeos, cada vez mais acessíveis as famílias, a criação dessas tecnologias ampliou as formas de ensinar, que através das TICs, o conteúdo pode ser trabalhado de maneira mais aprofundada. Não podemos mais pensar em ensinar, como na forma tradicional, sem correr o risco de se estar desatualizado e oferecer recursos, técnicas que já não funcionam. Atualmente a internet é uma das fer-

ramentas mais utilizada pelo homem moderno e contribui ainda mais para a construção de um mundo globalizado onde os saberes culturais são compartilhados a uma velocidade que faz com que o planeta pareça menor. Tudo isso se deve à ampliação do acesso das tecnologias da informação e comunicação, as chamadas TIC.

Palavras-chave: Tecnologia; Informação; Comunicação; Educação

1 INTRODUÇÃO

A evolução da tecnologia da informação e da comunicação é de grande importância para a sociedade contemporânea pelo fato de atualmente o mundo viver em uma era de globalização, onde barreiras geográficas e a distância não podem impedir o compartilhamento de conhecimentos e de informações, esses que até a algumas décadas atrás eram grandes obstáculos para o mesmo. (CASTELLS, 2011)

A tecnologia tem sido aliada na execução de todos os tipos de tarefas e, assim como os demais recursos utilizados no trabalho pedagógico, é pensada pelo adulto educador, como meio para facilitar a relação ensino-aprendizagem. Contudo, o presente artigo tem como objetivo entender a expansão e popularização da tecnologia da informação e comunicação, bem como as suas contribuições na educação.

A popularização e expansão da internet potencializou o uso das TIC nos diversos setores da sociedade, trazendo mudanças na forma das relações econômicas, sociais e culturais. Faz-se necessário que os docentes apropriem-se destas tecnologias na execução das atividades em sala de aula de forma planejada, sendo que estas devem fazer parte e estar incluídas no Projeto Político Pedagógico da escola. Não basta a escola adquirir equipamentos tecnológicos, se estes não forem bem utilizados, se não estiverem a favor da aprendizagem, por si só não garantem o sucesso do processo ensino aprendizagem dos discentes. (FONSECA, 2006)

Mas cabe questionar, como essas tecnologias ou esses recursos podem ajudar no aprendizado do aluno?

Para a contextualização do problema foi feita uma pesquisa bibliográfica que conforme Gil (2012) deve ser crítica, disciplinada e ampla, pois requer reflexão, compromisso e atualização. A metodologia é o meio pelo qual o pesquisador utiliza para conhecer a real situação, e assim, fundamentar suas decisões durante a realização do trabalho científico.

2 O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DOCÊNCIA

As mais variadas tecnologias que surgem a cada dia principalmente destinada a informação e comunicação são destacadas como sendo fator chave para novos procedimentos, uma vez que as tecnologias ditam as ações e comportamento do cotidiano dos seres humanos em um contexto geral, fazendo com que sejam alteradas as mais diversas culturais sociais, as maneiras de viver de cada um, relacionamentos, aprendizagem e principalmente no ato de ensinar.

É notório que a sociedade vem passando por profundas mudanças, advindas pela inserção dos aparatos tecnológicos afetando diversas áreas, mudando hábitos, fazendo com que os cidadãos, estejam em processo de atualização e busca por novos conhecimentos constantemente. Isto é decorrente da ação das máquinas geradas pela sociedade da informação, comunicação e tecnologia conforme, Carvalho (2017, p. 25) postula:

> A tecnologia sempre afetou o homem: das primeiras ferramentas, por vezes consideradas como extensões do corpo, à máquina a vapor, que mudou hábitos e instituições, ao computador que trouxe novas e profundas mudanças sociais e culturais, a tecnologia nos ajuda, nos completa, nos amplia... Facilitando nossas ações, nos transportando, ou mesmo nos substituindo em determinadas tarefas, os recursos tecnológicos, ora nos fascinam, ora nos assustam...

O conceito de tecnologia é bem abrangente:

> Tecnologia são os meios, os apoios, as ferramentas que os educadores utilizam para que os educandos aprendam. Até a forma como organizamos os alunos na sala de aula em grupos ou em outros espaços também é tecnologia. O giz que utilizamos para escrever na lousa é tecnologia de comunicação e uma boa organização da escrita facilita e muito a aprendizagem. A forma de olhar, de gesticular, de falar com o outro isso também é tecnologia. (LEVY, 1993, p. 21).

As Tecnologias de Informação Comunicação, nomeadamente, a Internet tem vindo a ser integradas na atividade humana, mas este processo não é neutro nem homogéneo, no sentido em que não chega a todos os lugares nem a todas as pessoas da mesma forma, nem com os mesmos propósitos. Se a chegada da Era Digital permitiu e impulsionou maior agilidade e velocidade na comunicação, o campo educacional deve avan-

çar com mecanismos que permitam que o seu público, alvo tenha capacidades cognitivas para acompanhar esta realidade. (EISEMBERG, 2002)

O avanço tecnológico nas últimas décadas possibilitou o processo de criação e inovação do conhecimento onde as TICs contribuíram de forma significativa para a ampliação do saber da sociedade contemporânea, onde o processo do conhecimento possibilitado pelas tecnologias contribuiu para a ampliação do saber humano - em todas as áreas científicas (PAPERT, 1995).

De acordo com Carvalho (2017, p. 21)

> O uso de tecnologias abre possibilidades de ensino, suprindo parte das necessidades dos alunos dessa geração atual. No entanto, não basta simplesmente que os centros educacionais, como escolas e universidades, incorporem tecnologias ao seu perfil curricular. É preciso que o professor esteja preparado e se sinta à vontade para sua utilização de meios tecnológicos, além de que uma estratégia educacional seja estabelecida para que o uso das tecnologias acrescente no processo ensino-aprendizagem (CARVALHO, 2017).

O digital atua como um amplificador das possibilidades, permitindo o surgimento de práticas sociais, artísticas e tecnológicas inovadoras, em sucessivas interposições entre o mundo físico e digital, possibilitando maior acesso às informações e a participação em comunidades de aprendizagem, contribuindo para que a formação contínua possa ser realizada a qualquer tempo e em qualquer lugar.

Em um passado não muito distante, a educação utilizava uma metodologia mecânica, muito autoritária em que professor era apenas o detentor e o transmissor do conhecimento, sem levar em consideração a subjetividade de cada um. Com a chegada da era digital, a educação deu um salto, o acesso ao conhecimento tornou-se algo muito fácil, pois os recursos e as ferramentas disponíveis contribuem de forma significativa para o desenvolvimento de novas habilidades. A transformação digital possibilita avanços, mas, ao mesmo tempo, exige mudanças que o ser humano precisa estar disposto a fazer para se adaptar aos novos desafios em diversos setores da sociedade, inclusive, no setor educacional. (CARVALHO, 2017)

Cada conteúdo proposto deve variar de acordo com a finalidade, o assunto, o nível de detalhamento, o perfil e a abrangência da área representada. O conteúdo deve contemplar os elementos concretos (sugestão de referências), elementos abstratos (fronteiras virtuais) e ele-

mentos subjetivos (opinião sobre o tema). Neste sentido, o ensino junto às tecnologias de informação e comunicação favorecem as metodologias ativas e se constituem recursos complementares, importantes instrumentos de difusão do conhecimento e apropriação dos conteúdos, dentro de uma proposta híbrida de ensino. Trata-se, apenas, de repensar e reposicionar a prática pedagógica! (EISEMBERG, 2012)

O importante é que todas as tecnologias e, principalmente, as digitais, estejam integradas ao conteúdo a ser desenvolvido em aula. Desta forma, o modelo híbrido é uma abordagem metodológica e não somente o uso de um recurso tecnológico.

> A importância do uso das tecnologias digitais na escola, possibilitando a personalização do ensino, é um desafio para muitos educadores. O Ensino Híbrido, da maneira que vem sendo utilizado em escolas de educação básica nos Estados Unidos, na América Latina e na Europa, difere das definições de blended learning voltadas para o ensino superior e entendidas como aquele modelo em que o método tradicional, presencial, se mistura como o ensino à distância e, em alguns casos, determinadas disciplinas são ministradas na forma presencial, enquanto outras, apenas on-line.(..) A expressão ensino híbrido está enraizada em uma ideia de educação híbrida, em que não existe uma forma única de aprender e na qual a aprendizagem é um processo contínuo, que ocorre de diferentes formas, em diferentes espaços. (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015. p. 51-52)

Nesse sentido, a validação da metodologia híbrida de ensino é sustentada na aceitação dos alunos, já que estes são levados a tornarem-se sujeitos ativos dentro do processo de ensino-aprendizagem. Aos docentes cabe analisar as disciplinas que serão desenvolvidas no ambiente virtual, além de incentivar e acompanhar os alunos, com o objetivo de tornar a interação mais produtiva e sua aula possa se tornar atraente e interativa, desenvolvendo o pensamento crítico dos alunos e a busca de construção de soluções criativas em colaboração com os colegas, competência a ser desenvolvida para a vida social e profissional. (SANTOS, 2015)

Essa mescla, entre sala de aula e ambientes virtuais é fundamental para abrir a escola para o mundo e para trazer o mundo para dentro da escola. Uma outra mescla é a de prever processos de comunicação mais planejados, organizados e formais com outros mais abertos, como os que acontecem nas redes sociais, onde há uma linguagem

mais familiar, uma espontaneidade maior, uma fluência de imagens, ideias e vídeos constante. (HORN, 2015)

As instituições de ensino da atualidade, em grande número, fazem uso das mais variadas formas de tecnologias, trabalham com laboratórios informatizados, softwares educativos, internet, vídeo conferência, sala de TV e muitas outras ferramentas que complementam as aulas. Agindo desta forma muitas instituições contratam professores especializados no manuseio de tais ferramentas, o que acaba em algumas vezes deixando excluídos aqueles que não estão preparados e que não acompanham a evolução atual. Isso acaba prejudicando alguns educadores, pois se sentem reprimidos, amedrontados, insatisfeitos desencorajados e muitos outros fatores que são desencadeados neste contexto. (MORAN, 2001)

Compreendendo-se esta crescente e inevitável demanda tecnológica no contexto atual, em especial no âmbito escolar, é necessário analisar como os recursos tecnológicos estão sendo empregados por docentes – quando ocorre o uso de tais recursos – em benefício ao processo de aprendizagem dos alunos. Além disso, identificar os principais entraves evidenciados pelos professores ao precisarem ou optarem interagir com tais ferramentas em suas práticas pedagógicas, visto que "para podermos influenciar positivamente nossos estudantes, é indispensável saber acompanhar as novas tecnologias e lidar com elas produtivamente" (DEMO, 2011, p. 22).

Diante desta realidade, cabe à escola e aos professores, buscarem novas práticas pedagógicas, para tornar o ensino mais eficaz em sala de aula, como se refere Castells (2011), onde "a escola e os seus agentes têm de mudar os métodos e técnicas de ensino e pensar em formas eficientes e eficazes para preparar os estudantes para a sociedade do conhecimento".

Os discentes precisam de orientações e acompanhamento dos docentes, para aprender a pesquisar, transformar as informações adquiridas, tanto as científicas, quanto as que vivem cotidianamente, aliando os recursos tecnológicos que possuem e assim refletir e compreender os acontecimentos da sociedade. Juntamente com as instituições educacionais, os professores precisam enfrentar o desafio de incorporar as novas tecnologias como conteúdo de ensino e aprendizagem, preparando o aluno para além de pesquisar, pensar, resolver os problemas e as mudanças que acontecem ao seu redor. (ALMEIDA, 2012)

A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação tornaram-se indispensáveis no quotidiano do século XXI. Nesta Era da Globalização a tecnologia está presente no nosso dia-a-dia e somos constantemente inundados pela informação. A escola tem um papel

fundamental para a formação de indivíduos capazes de selecionar a melhor forma de adquirir competências para lidar com este frenético e constante fluxo de informação. (LEVY, 1993)

As tecnologias na escola podem tornar mais atraente para os jovens a relação de ensino-aprendizagem, mas este é um novo desafio para a educação justamente porque essas tendências obrigam a escola reorganizar seu modelo de ensino. Ela tem dificuldade em se adaptar aos novos meios tecnológicos porque estes permitem que os alunos interajam mais, fugindo aos padrões tradicionais de educação que entende o aluno apenas como sujeito passivo da sua própria formação. (MORAN, 2001)

Assim, diante de tal cenário e dos recursos tecnológicos existentes, é impossível não relatar, que a escola também passa por significativas mudanças, quanto às tendências digitais pós-modernas, bem como a aceleração das informações e produção de conteúdo, através das diversas mídias digitais. O uso das TIC´s na educação é uma realidade, entretanto, ainda precisa ser moldado, para que tais aparatos não assumam um lugar irrelevante. Logo, "a tecnologia não é um ator separado da sociedade e da cultura." (SETTON, 2015, p. 90). Esta deve ser integrada literalmente às ações pedagógicas, não só no sentido administrativo escolar, mas também a ações mais efetivas à sala de aula.

As tecnologias estão presentes na escola há muito tempo, auxiliando os educadores na construção do conhecimento dos educandos, permeando e facilitando o processo ensino aprendizagem.

Ainda não utilizamos adequadamente as tecnologias que temos disponíveis em nossas escolas e que também é fundamental para a gestão e para a aprendizagem, como o livro, a revista, o jornal, o gravador, o retroprojetor, a televisão, o vídeo.

A evolução das tecnologias da informação e comunicação afeta a sociedade como um todo, no aspecto da "velocidade", principalmente. As crises na história da humanidade foram, muitas vezes, resolvidas com a inclusão de pessoas que possuíam a informação e o conhecimento. No entanto, modernamente isso passa pelo domínio das tecnologias da informação e comunicação, sendo assim um decisivo fator competitivo (EISEMBERG, 2002)

A TIC está presente no dia a dia de professores e alunos, assim, os processos educacionais utilizados hoje nas escolas, não são suficientes às condições de aprendizagem da sociedade, a qual possui a necessidade de independência na busca de informações e construção do conhecimento. Este requisito de mudança se dá pelas rápidas transformações tecnológicas a que

está submetido o homem moderno. Não podemos mais pensar em ensinar, como na forma tradicional, sem correr o risco de se estar desatualizado e oferecer recursos, técnicas que já não funcionam. (MORAN, 2001)

É importante lembrar que os recursos tecnológicos devem servir de apoio ao ensino e aprendizagem e no diálogo e debates entre professores e alunos, proporcionando a produção de textos, contatos com especialistas, resolução de dúvidas e organização coletiva de pesquisas, entre outros aspectos essenciais no trabalho acadêmico. De acordo com Kenski (2007, p. 21), em um mundo que muda rapidamente, o professor deve estar preparado para auxiliar seus alunos a lidarem com inovações e a analisarem situações complexas e inesperadas; a desenvolverem a criatividade; a utilizarem a racionalidade, a imaginação criadora, a sensibilidade tátil, visual e auditiva; entre outras coisas. (KENSKI, 2007)

As novas tecnologias de informação e comunicação estão presentes no dia a dia da sociedade contemporânea e a escola não pode mais evitar sua presença, além disso, as políticas educacionais e os projetos do governo estão estimulando e viabilizando cada vez mais esta realidade.

Em um mundo cada vez mais globalizado, utilizar as novas tecnologias de forma integrada ao projeto pedagógico é uma maneira de se aproximar da geração que está nos bancos escolares.

De fato, distribuir aparelhos não basta, mas a tecnologia será fundamental, na educação do futuro, que será cada vez mais personalizada e híbrida, com uso de plataformas online e espaços para interações sociais, segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo sobre pesquisa da Fundação Catar (SANTOS; VIEIRA, 2014). No Brasil, os jornalistas destacam que já existem experiências inovadoras em educação, com foco na personalização do ensino, e que o grande problema é reproduzir esses modelos em larga escala. Entre os desafios apontados, estão a fragmentação das políticas educacionais, a falta de estrutura e a dificuldade em fazer com que professores, em grande parte formados na perspectiva mais tradicional, adaptem-se às transformações (SANTOS; VIEIRA, 2014).

A Escola deve se preocupar mais em oportunizar a aprendizagem desenvolvida de forma autônoma do que continuar a ensinar conceitos de forma fragmentada. Para tanto se deve priorizar a pesquisa como vetor de aprendizagem, pois assim se estará oportunizando ao aprendiz aprender pela descoberta. Ao Professor cabe organizar o conhecimento a ser aprendido e oferecer as fontes e os mecanismos para a pesquisa. Na avaliação deve se dar mais atenção às estratégias de aprendizagem e à criatividade

do aprendiz. Para tanto este deve estar permanentemente empoderado, através de atitudes de incentivo e apoio oferecidos na e pela Escola.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este estudo foi primordialmente através de leitura crítica de diversas obras relacionadas, após a realização de levantamento de informações teóricas de pesquisa bibliográfica básica já pesquisada.

Para a contextualização do problema foi feita uma pesquisa bibliográfica que conforme Gil (2012) deve ser crítica, disciplinada e ampla, pois requer reflexão, compromisso e atualização. A metodologia é o meio pelo qual o pesquisador utiliza para conhecer a real situação, e assim, fundamentar suas decisões durante a realização do trabalho científico.

A pesquisa pode ser definida como "um procedimento formal, com métodos de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais" (GIL, 2012, p. 15).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais da educação devem se adaptar a novas formas de aprendizagem, da educação continuada e da formação permanente, pois a imensa quantidade de informações obriga o educador a reavaliar as estratégias pedagógicas em uso, as capacidades esperadas de seus alunos, bem como o papel que exercem frente às metodologias de ensino. No contexto de reformas do sistema educativo, a formação continuada é uma alternativa de grande valia, pois contribui decisivamente para um resultado satisfatório das novas práticas educativas, qualificando os profissionais da educação em tempo real, pois lançam mão de vários recursos tecnológicos de acordo com as necessidades e interesse de cada instituição.

Foi possível observar que hoje as tecnologias atingem várias áreas, como a da saúde, política, educação, entre outras e é claro que com velocidades distintas. Um exemplo é o que vemos quando se trata de recursos tecnológicos nas escolas, os celulares, tablets, computadores entre outros aparelhos chamam e prendem a atenção de nossos atuais alunos, porém muitas escolas e talvez a maioria delas presentes no Brasil se utilizam apenas de lousa, giz e livro didático. Não que esses objetos

devem ser abolidos das salas de aulas, mas devemos saber que existem novos recursos que chamam mais atenção dos alunos.

Dessa forma, eles se interessam em aprendem. Esses materiais mais modernos podem ser usados na sala de aula mesmo se o professor preferir, mas muitas escolas tem as salas de TIC's onde os professores podem levar os alunos para apresentações e atividades feitas no data show, slides, vídeos, programas e softwares.

De acordo com os estudos realizados, a introdução das tecnologias da informação e da comunicação no processo educacional tem a finalidade de intensificar a melhoria dos recursos midiáticos utilizados em sala de aula pelos professores que atuam em uma instituição de ensino, seja ela particular ou pública e os fatores supracitados implicam nos resultados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. **Informática e formação de professores**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

CARVALHO, R. **As tecnologias no cotidiano escolar**: possibilidades de articular o trabalho pedagógico aos recursos tecnológicos. 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Volume 1.

DEMO, Pedro. **Olhar do educador e novas tecnologias**. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof. Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 15-26, 2011.

EISEMBERG, José; CEPIK, Marco (Org.). **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

FONSECA, Sônia M.H.P. da; José S. da Fonseca. **Modulo:** Novas Tecnologias em Educação – Fortaleza: FGF, 2006.

GIL, A. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo. Ed. Atlas. 2012.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência** – O Futuro do Pensamento na era da Informática - RJ: Editora 34, 1993.

MORAN, J.M. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Campinas: Papirus, 2001.

PAPERT, Seymour. **Logo:** Computadores e Educação. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SETTON, Maria da Graça. **Mídia e Educação**. São Paulo: Contexto, 2015.

UMA ABORDAGEM SOBRE O CONSUMO MODERNO EM "ADMIRÁVEL CHIP NOVO", DE PITTY

Ivonete Aparecida Braga Moreira
Mestranda em Língua, Literatura e Interculturalidade
http://lattes.cnpq.br/5766803466367205
ivonetebraga54@gmail.com

RESUMO: Neste artigo, propõe-se a análise da canção "Admirável Chip Novo", da cantora brasileira Pitty, com o intuito de entender a representação do consumo na modernidade, aspecto presente na canção. Essa análise será feita a partir da perspectiva qualitativa, com uma revisão crítico-analítica, a partir de revisões bibliográficas, o processo gradual de levantamento de livros e artigos, acompanhado de anotações/fichamentos que analisam a paisagem literária. Como aporte teórico, utilizamos as reflexões de Rose Santini (2006), Michel Foucault (2009), Zygmunt Bauman (2001, 2008), entre outros autores. Com a análise, procuramos mostrar a importância de discorrer sobre um tema tão presente na "era" do algoritmo.

Palavras-chave: Modernidade; Música; Consumo.

1 INTRODUÇÃO

Priscilla Novaes Leone Weskler, mais conhecida pelo nome artístico Pitty, nasceu em 7 de outubro de 1977, em Salvador, Bahia. É uma cantora, compositora, produtora, escritora, empresária, apresentadora e multi-instrumentista brasileira. É considerada uma das maiores cantoras do rock nacional contemporâneo, há mais de 20 anos em atividades e representatividades. Em 2003, lançou seu primeiro álbum de estúdio solo, **Admirável Chip Novo**, composto por 11 músicas: "Teto de Vidro", "Admirável Chip Novo", "I Wanna Be", "Do Mesmo lado" "Máscara", "Equalize", "Emboscada", "O Lobo", "Temporal", "Só de Passagem", e "Semana que vem". Confira a lista completa da discografia: Admirável Chip Novo (2003), Anacrônico (2005), {Des} Concerto Ao Vivo (2007), Chiaroscuro (2009), A Trupe Delirante no Circo Voador (2011), SETEVIDAS (2014) e Turnê SETEVIDAS: Ao Vivo (2016).

A lista de prêmios recebidos por Pitty é grande e inclui: Grammy Latino, Prêmio Multishow de Música Brasileira, MTV Vídeo Music Brasil, MTV Europe Music Awards, Women's Music Event Awards, Votação Rolling Stone Brasil 2014, Prêmio Jovem Brasileiro, Prêmio ABC de Cinematografia: ABC (Academia Brasileira de Cinematógrafos) e muitos outros. Além disso, a artista se destaca por suas letras com forte crítica social, como em "Admirável Chip Novo" e "Na sua estante".

Neste artigo, propõe-se a análise da canção "Admirável Chip Novo", da cantora brasileira Pitty, com o intuito de entender a representação do consumo na modernidade, aspecto presente na canção. Essa análise será feita a partir da perspectiva qualitativa, a partir de revisões bibliográficas, o processo gradual de levantamento de livros e vídeos, que analisam a paisagem literária. Como aporte teórico, utilizamos as reflexões de Rose Santini (2006), Michel Foucault (2009), Zygmunt Bauman (2001, 2008), entre outros autores. Com a análise, procuramos mostrar a importância de discorrer sobre um tema tão presente na "era" do algoritmo.

A canção composta pela Pitty faz uma intertextualidade, a começar pelo nome do álbum e também da música em análise, com o livro **Admirável Mundo Novo**, de Aldous Huxley, publicado em 1932. No livro, as pessoas vivem em uma sociedade futurista/distópica e são totalmente manipuladas pela tecnologia. A sociedade do romance é dividida em castas, representadas por cores: Alfa e Alfa+ (cinza), Beta (amora), Gama (verde), Delta (cáqui) e Ípsilon (preto). E cada uma tem uma "função" desde sua criação, já que cada pessoa é formada/programada em laboratório/incubadora para determinados fins na sociedade. Nessa sociedade

distópica, não existe família, fé e religião, tudo que existe é de todos, inclusive desde pequenos as crianças convivem umas com as outras, de uma maneira erotizada, e isso, no futuro, reflete na sociedade. Essa condição se dá de acordo com as necessidades ideológicas e de consumo da sociedade. No romance, as pessoas são totalmente manipuladas, os sentimentos e as sensações são controlados por uma droga: a soma.

Em "Admirável Chip Novo", a letra em si é uma crítica, em forma de alerta, ao sistema e à propaganda que manipulam a sociedade por meio da indução, a forma que esse sistema controla a sociedade, principalmente nas redes sociais.

2 MODERNIDADE: A MÚSICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Tendo em vista que falar exatamente de modernidade com exatidão é algo quase impossível, por se tratar de algo que, até hoje, estudiosos não têm uma data específica que determina quando começou; tornar-se moderno é um processo – a modernização. Sabemos que dois eventos históricos foram fundamentais para sua concretização: a Revolução Industrial – que transformou radicalmente a quantidade e a velocidade das mercadorias produzidas, que fez com que acelerasse e se consolidasse o capitalismo – e a Revolução Francesa – que rompe com a estrutura social e com a estrutura política do antigo regime, com isso, se criaram as bases das políticas externas. Partindo desse ponto, a modernidade está ligada à transformação da sociedade, uma nova forma de olhar as coisas, com mais intensidade, questionamento e principalmente com a racionalização social. A modernidade marca, então, a era de nossa história em que a razão, o progresso e a individualidade são os princípios centrais da sociedade.

Na modernidade, o sujeito conseguiu uma forma de se expressar, passou a ter liberdade de transmitir suas ideias, de se movimentar, e é um sujeito fluido. Zygmunt Bauman (2001), em **Modernidade líquida**, caracteriza esse sujeito moderno como:

> Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos capaz de ficar parado. Movemo-nos e continuaremos a nos mover não tanto pelo "adiamento da satisfação", como sugeriu Max Weber, mas por causa da impossibilidade de atingir a satisfação: o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o momento da auto-congratulação tranqüila movem-se rápido demais. A consumação está sempre

> no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes. Ser moderno significa estar sempre à frente de si mesmo, num Estado de constante transgressão (nos termos de Nietzsche, não podemos ser Mensch sem ser, ou pelo menos lutar para ser, Übermensch); também significa ter uma identidade que só pode existir como projeto não-realizado. A esse respeito, não há muito que distinga nossa condição da de nossos avós (BAUMAN, 2001, p 40-41).

Ou seja, um ser moderno é aquele que está sempre em busca de algo, e o tempo passa a ser o tema central, pois parece que está mais acelerado. Em busca de realizar/conquistar tantas coisas, junto com a insatisfação do que já adquiriu, o ser moderno acaba afetando as relações humanas entre si. Mas é importante ressaltar que é na modernidade que a globalização se fortaleceu e ampliou território. Com isso, possibilitou o aumento dos diversos fluxos no planeta, tendo como base o sistema capitalista de produção. O processo de globalização atingiu os mais variados setores: político, econômico, de consumo, tecnológico, militar. Não obstante, a cultura foi um deles. A forma de criar/compor arte passou a ter outro olhar, mais abrangente, mais livre. E dentro da globalização cultural, a música se favoreceu dessa nova forma de criar.

A música vai além do entretenimento pessoal, ela é uma prática cultural e humana, uma forma de arte considerada por muitos como sua principal função. Praticamente tudo é pensado na criação da música, nada é colocado sem intenção. Desde a base, para qual grupo social, até que discurso transmitir, este que acreditamos ser o mais importante. A música, assim como na literatura, transcorreu tempo e espaço, e ocupa um lugar importante na nossa sociedade moderna. Na modernidade, a música não cumpre somente uma função; mais que um gênero para ouvir e relaxar, ela vai além, pois traz reflexões da sociedade e denuncia problemas sociais. Antes da modernidade isso era algo distante, pois não havia abertura para dialogar com a sociedade como na era moderna.

Antes do século XX, de acordo com Foucault (2009):

> (...) o contato com a música se dava a partir dos concertos e das representações que supunha obrigatoriamente não só um grupo restrito, mas instrumentos referidos a música executada, músicos que adquiriram um conhecimento especializado em interpretação, fundamentados em trabalhos teóricos do passado. A música estava ligada aos ritos sociais e unificada por eles (FOUCAULT, 2009, p. X).

A composição com os instrumentos ampliou as músicas, fez com que se tivesse mais acesso com a tecnologia e, com isso, com demais pessoas. A música não ficou presa somente no compositor e no intérprete, mas ganhou novos membros; mais pessoas passaram a ser importantes na construção da música.

De acordo com Rose Marie Santini (2006), em **Admirável Chip Novo: a música na era da internet**:

> A música é um produto social e simbólico de grande importância nas diferentes formações culturais, principalmente se considerarmos a sua capacidade de criar vínculos afetivos entre pessoas. A música pode usar diferentes formas de linguagem e expressão, sendo produto cultural de características muito especiais: nenhum produto cultural tem mostrado tamanha capacidade de adaptação aos diferentes meios de comunicação (SANTINI, 2006, p. 15).

A música, assim como a literatura, consegue acompanhar as mudanças da sociedade. Com seu discurso potente, é possível informar/denunciar tudo o que está acontecendo. A amplitude da música possibilita o acesso de diversos gêneros dentro do gênero musical, ou seja, tem espaço para todos os gostos. Cada estilo musical atende determinado grupo, e os mais diversos, como sertanejo, rap, rock, MPB, entre outros. Cada estilo procura abordar temas que dialogam entre seu grupo social e fala de um determinado grupo a que pertence. Muito do que se faz é para questionar, refletir, denunciar, ou até mesmo para curtição, apenas para divertir as pessoas. Também é possível misturar estilos musicais diferentes, como parcerias de um estilo com outro.

Na canção em análise, percebe-se que se trata de uma letra para denunciar um sistema opressor embutido em uma sociedade devido às obrigações impostas e também discorrer sobre o consumo exagerado na modernidade, nos séculos XX e XXI.

3 UMA ANÁLISE EM "ADMIRÁVEL CHIP NOVO"

> Um Estado totalitário verdadeiramente eficiente seria aquele em que os chefes políticos de um Poder Executivo todo-poderoso e seu exército de administradores controlassem uma população de escravos que não tivessem de ser coagidos porque amariam sua servidão (Admirável mundo novo).
> Aldous Huxley

A canção composta e interpretada pela cantora Pitty busca refletir e questionar o sistema de manipulação na era globalizada, principalmente com as tecnologias. Em uma entrevista no YouTube, a cantora afirma que teve como inspiração na composição da música o livro **Admirável Mundo Novo**, de Aldous Huxley, e a internet, pois esta estava em uma crescente no ano da composição, em 2003.

A forma como a internet projeta seus anúncios possibilita que os navegantes tenham inúmeros acessos em pouco tempo, e uma vez clicado o anúncio, vários outros começam a aparecer em suas redes sociais, fazendo com que uma pessoa consuma cada vez mais produtos. A programação do computador falta adivinhar o gosto ou desejo de cada um para oferecer produtos.

Para o sociólogo Zygmunt Bauman (2008), em **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria** (2008), o consumismo é um arranjo social, não sendo uma característica apenas individual, mas algo que transforma as vontades, desejos e anseios das pessoas, que possui um papel fundamental não apenas na identidade, mas também na relação entre elas; possibilita à pessoa ver a si mesma e como ela projeta suas imagens para os outros, e muda relações entre funcionário e patrão, empresas e clientes, e Estados e cidadãos. O sociólogo também discorre que o consumo, em uma maneira pouco específica, percorre a história da humanidade: "consumo é uma condição e um aspecto permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos" (BAUMAN, 2008, p. 37). Ou seja, o consumo sempre existiu, o que mudou de antes para a atualidade foi a parte central do consumo na sociedade.

Antes consumia-se para sobreviver, atualmente o consumo é o que organiza e estrutura a parte social das pessoas. O consumo atual acaba transformando o consumidor em mercadoria: "Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável" (BAUMAN, 2008, p. 11). O sujeito que consome para "passar" certa imagem, o consumo para enaltecer sua própria pessoa. A rede social é o maior exemplo de mercadoria-pessoa: cada foto, cada vídeo, cada texto postado é parte de propaganda, pois tudo é em função de valorizar a si mesmo, como uma mercadoria.

A ampliação de acesso da internet fortalece cada vez mais o consumo virtual. As ofertas mais prazerosas, comprar sem sair de casa e receber o produto em casa, sem desgaste de filas, no conforto da própria casa, fez com que muitos sites e lojas físicas investissem em E-commerce, aumentando assim suas vendas e produções. Mas para que tudo ocorra como planejado, é preciso investir em propagandas, em anúncios que consigam alcançar os internautas e fazer com que consumam cada vez mais produtos sem que percebam.

"**Admirável Chip Novo**" discorre sobre o sistema de manipulação provocado pela globalização. Pessoas que acabam se envolvendo tanto e, quando percebem, já estão tão manipuladas por um sistema que já perderam a própria identidade, totalmente mecanizadas.

> Pane no sistema, alguém me desconfigurou
> Aonde estão meus olhos de robô?
> Eu não sabia, eu não tinha percebido
> Eu sempre achei que era vivo

No início da canção, o eu lírico, um pouco confuso, acredita que tem controle sobre sua vida; ele entende que está sendo dominado por um sistema, pois sabe que alguém o "**desconfigurou**", mas também tem conhecimento dessa manipulação sobre si. Nos dias atuais, na sociedade moderna a rede social é o maior exemplo de manipulação, na "era" dos algoritmos[1], que reproduz inúmeras vezes seus produtos nas diversas plataforma, e o consumidor acaba não resistindo e caindo na manipulação. Segundo Teixeira (2019),

> É curioso notar o quanto somos dependentes de uma tecnologia, e normalmente não percebemos a intensidade com que isso acontece. Avanços no processamento e na aquisição de dados (câmeras e outros sensores) permitiram que os computadores fossem aplicados em uma grande quantidade de tarefas. Todas essas tarefas são realizadas por computadores, também por um algoritmo. Tal como a eletricidade, o computador é um exemplo de tecnologia que passou como a compor o nosso entorno sem que percebêssemos toda a complexidade envolvida. (TEIXEIRA, 2019, p. 9).

1 **Algoritmo** é o nome dado à sequência de ações indicando exatamente o que o computador deve fazer para realizar uma tarefa ou resolver um problema.

Ou seja, os algoritmos estão presentes em todo lugar, em programas específicos para o aumento do consumo. E aqui consumo não se refere somente à compra de determinado produto, mas vai além: é tudo aquilo que a pessoa consome na internet, desde uma postagem até um simples like; com esses simples gestos, ela já está consumindo produtos.

Pitty conseguiu passar muito bem essas repetições incansáveis quando, no refrão, também faz várias repetições, exatamente como são os algoritmos,

A canção segue refletindo sobre o orgânico e não orgânico:

> Parafuso e fluído em lugar de articulação
> Até achava que aqui batia um coração
> **Nada é orgânico**, **é tudo programado**
> E eu achando que tinha me libertado
> Mas lá vem eles novamente e eu sei o que vão fazer
> Reinstalar o sistema

Em alguns momentos, o eu lírico tem consciência do seu estado de manipulação: "**Nada é orgânico**", ou seja, não tem nada natural, "**é tudo programado**". A vida dele está sendo redigida por outros, e o eu poético está divido em duas partes: o consciente e outro inconsciente; entre o orgânico e outro mecânico, em uma robotização. O eu lírico vive em constante contradição entre o que "quer ser", ser liberto, dono se si, e o que "eles querem que ele seja", a manipulação que oprime o ser, e não permite que ele seja o que quiser. O sujeito acaba nunca sendo o que queria ser, pois está condicionado a um programa, e somente quando tem um "pane no sistema" ele consegue perceber essa manipulação.

Para além da canção, na sociedade moderna, o sujeito se encontra manipulado em vários sistemas, como as redes sociais, o capitalismo, o consumo, o governo, entre outros. Como podemos observar no refrão da canção:

> Pense, fale, compre, beba
> Leia, vote, não se esqueça
> Use, seja, ouça, diga
> Tenha, more, gaste, viva
> Pense, fale, compre, beba
> Leia, vote, não se esqueça
> Use, seja, ouça, diga
> Não senhor, sim senhor
> Não senhor, sim senhor

No trecho anterior, o eu lírico já não tem domínio sobre sua ciência; ele se encontra totalmente manipulado pelo sistema. Sabendo que toda linguagem tem significados, e nada é colocado por acaso, Pitty utiliza de verbos no imperativo, que é usado para expressar ações que se exige do sujeito, para representar a pluralidade de vozes. Consciente das suas escolhas, a cantora usa dessas palavras que familiarizam o sujeito na sociedade. Isso mostra que cada formação social manipula de uma forma o sujeito, o que vai diferenciar um do outro é o seu grupo social.

Percebe-se que a música reflete sobre os problemas sociais e individuais. O avanço não ficou somente nas tecnologias, na sociedade moderna, mas o ser humano também passou por transformação. E a junção de ambos, sujeito e tecnologia, acabou transfigurando para uma outra realidade, o ser humano, em determinado momento, não vive mais sua própria vida; a maior parte é manipulada a ser outro ser, que outras pessoas querem que seja.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou dialogar com a sociedade moderna e com a canção "**Admirável Chip Novo**", de Pitty, no intuito de percebermos o consumo na modernidade, e o quanto a sociedade moderna está presa a um sistema opressor, um sistema de manipulação.

Entendemos que a sociedade moderna vive em um período importante, com vários recursos e cada vez mais avanços tecnológicos, porém, nem tudo é positivo. Com isso, também tem a parte negativa, em que o ser moderno, pela busca ou pela insatisfação, está sempre em movimento, cada vez mais em busca de conquistar algo, nunca realizado.

Discorrer sobre a letra da música ainda se faz importante para mostrar que muitas coisas precisam ser evoluídas. Que a música não é apenas um gênero para distração, mas de reflexão e até mesmo uma forma de denunciar os problemas sociais, que é o principal aspecto da canção analisada. Com isso, entender a letra da música é fundamental para desprender-se de algumas amarras impostas pela sociedade.

Com a análise, percebe-se também a importância das abordagens interartísticas, pois as experiências são subjetivas e juntas cooperam para o entendimento e desconstrução de mitos que a sociedade acaba impondo. Também entendemos que ainda há muito que fazer para melhorarmos como ser e a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Tradução de Vidal de Oliveira. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.

SANTINI, Rose Marie. **Admirável chip novo**: a música na era da internet. Rio de Janeiro: e-papers, 2006.

PITTY. "Admirável chip novo". In: PITTY. **Admirável chip novo**. CD. Faixa 1-11. 2003.

TEIXEIRA, Raoni Florentino da Silva. **Introdução a Algoritmos**. Ministério da Educação: Universidade Aberta do Brasil. 2019. Link: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431963/2/FASCICULO_Introducao_Algoritmos.pdf. Acesso em: 22/03/2023.

ANEXO

"Admirável chip novo"
Canção da Pitty

Pane no sistema, alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo
Parafuso e fluído em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico, é tudo programado

E eu achando que tinha me libertado
Mas lá vem eles novamente e eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema
Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste e viva
Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Não senhor, sim senhor, não senhor, sim senhor
Pane no sistema, alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo
Parafuso e fluido em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico, é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado
Mas lá vem eles novamente e eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema
Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste e viva
Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Não senhor, sim senhor, não senhor, sim senhor
Mas lá vem eles novamente e eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema

Fonte: LyricFind

Compositores: Priscilla Novaes Leone

Letra de Admirável chip novo © Deck Produções Artísticas Ltda.

DESLOCAMENTO DE SUJEITO E SENTIDO: DESCRIÇÃO/ REFLEXÃO DE UMA PRÁTICA DOCENTE E DISCENTE

Teodulino Mangueira Rosendo
Doutor em Ciências da Linguagem
http://lattes.cnpq.br/4637037875244990
teomangueira@hotmail.com

RESUMO: Com este artigo, procuramos descrever e discutir deslocamentos de sentidos e sujeitos, professor e alunos, inseridos na prática pedagógica de desenvolvimento da Olimpíada de Língua Portuguesa, em uma escola pública, no ensino remoto. Encaminhamos reflexões sobre o funcionamento da produção de sentidos pela historicidade, pela memória e textualização, trabalhando a relação entre texto e autoria. Desse modo, destacamos que o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita não é mera transmissão de conteúdo, mas compreensão do processo de constituição dos sujeitos e sentidos e das contradições constituintes das práticas discursivas.

Palavras-chave: Prática Discursiva; Textualização; Autoria.

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca dos avanços e desafios da educação tem contribuído ao longo dos anos para a implementação de políticas públicas voltadas para a qualidade social e a obtenção de resultados mais positivos. Esses avanços são resultados do contínuo investimento e avaliação por parte do Estado. É crucial que tais ações promovam mudanças significativas, incluindo um maior engajamento por parte dos professores e dos alunos em práticas de ensino-aprendizagem menos dogmáticas e mais acolhedoras, embasadas nos princípios da liberdade e solidariedade.

Atualmente, a garantia do acesso à aprendizagem formal permanece desafiadora, especialmente considerando as condições atuais do ensino pós-pandemia da Covid-19. Esta realidade avassaladora acentuou a divisão do tecido social, causando desconforto entre os educadores e provocando reflexões profundas sobre o ato de ensinar, aprender, ser e estar no mundo como sujeitos ativos e participativos.

Dessa forma, surge o questionamento central para a discussão deste estudo: quais são as condições de produção do ensino de leitura e escrita na escola durante o ensino remoto? A resposta se baseia na descrição, interpretação e reflexão de uma experiência[1] docente ocorrida em 2021 *na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Adriano de Andrade*, envolvendo as turmas A, B e C do nono ano.

Esta abordagem está alinhada à necessidade premente de repensar as práticas de leitura e escrita diante de diversas materialidades discursivas, exigindo um maior investimento pedagógico na construção do letramento (no) digital. O foco recai sobre os sujeitos linguageiros como produtores de sentidos.

O recorte estabelecido aqui refere-se aos materiais disponibilizados para a sétima edição da Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP) destinados tanto aos alunos quanto ao professor (autor deste artigo). A proposição visa inaugurar um espaço de construção de saberes, destacando a transversalidade, a partilha de conhecimentos e a observação da linguagem em suas relações estruturais, considerando os diversos contextos sociais e as aulas no formato remoto.

Nesse sentido, foram consideradas as condições do ato de ler e escrever, alinhadas ao pensamento de Paulo Freire (2022), que dis-

1 A escrita/discussão dessa experiência somente em 2023 foi retomada devido um aneurisma cerebral rompido em dezembro de 2021 que me afastou das funções docentes. Essa escrita tem sabor de recomeço, tem cor de vida nova.

corre sobre a prática educativa libertadora em sua obra "Pedagogia dos Sonhos Possíveis".

> Vale dizer que o *sonho possível* não se trata de uma idealização ingênua, mas emerge justamente da reflexão crítica acerca das condições sociais de opressão cuja percepção não se faz determinista, mas compreende a realidade mutável a partir da participação dos sujeitos que a constituem, sendo igualmente por ela constituídos (Freire, 2022, p. 40, destaque do autor).

A razão que motivou o estabelecimento do propósito e do compromisso foi a observação e denúncia da realidade, assim como a exploração das possibilidades de reconfiguração do modelo educacional vigente, das práticas de ensino, e da leitura e escrita do mundo. Esses princípios podem conduzir a práticas inovadoras, como Freire (2022, grifo do autor) enfatiza ao chamar de *inédito-viável*.

O ano de 2021, marcado pela atipicidade devido à pandemia do Coronavírus, foi mais um período desafiador em escala global. Como educador, enfrentei a necessidade constante de agir, refletir e agir diante da cruel realidade contemporânea. A busca por formas de concretizar o inédito-viável, ou seja, criar novas possibilidades históricas, está "em oposição à visão fatalista da realidade" (Freire, 2022, p. 41).

O plano original era desenvolver uma prática pedagógica superadora, impulsionada pela resistência (não soberana) como força motivadora da mudança, mesmo diante das adversidades. A Olimpíada[2] de Língua Portuguesa de 2021 (OLP-2021) foi concebida e planejada criticamente, coexistindo com desafios como o anúncio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a necessidade de melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola e o sério compromisso involuntário que recaiu sobre os professores de Língua Portuguesa e Matemática. *Muitos riscos para serem assumidos no ensino atravessado pelo digital*, na incerteza do novo formato.

Concordando com Freire (2022, p. 41), o risco de abraçar a luta pelo inédito-viável é uma consequência da natureza utópica, intrínseca à consciência crítica que transforma o ato de sonhar coletivamente em um movimento transformador. Pelo que precede, investiu-se na produção da autoria que "é um efeito do processo de textualização, de historicização do texto" (Gallo, 2008), a partir da "leitura crítica do mundo" (Freire, 1997)

2 https://www.escrevendoofuturo.org.br/concurso

(esse grande texto que nos cerca). Ora, nessa conjuntura, as condições de produção se materializam aliadas as provocações teóricas, como a noção de que "a leitura do mundo antecede a leitura da palavra" (Freire, 1997).

Após um planejamento meticuloso das oficinas, foram apresentados os objetivos e a proposta docente para os alunos. Este momento trouxe desafios, como a percepção de que a modalidade remota estava sendo difícil para alguns. No entanto, essas observações, longe de serem obstáculos, trouxeram maior potência; o medo do desconhecido levou à participação ativa dos alunos na aula, seguida de sua permanência na sala virtual.

A superação de desafios tornou-se uma conquista diária, dissipando dúvidas e estranhamentos coletivos sobre o processo no ambiente digital. Como não se deixar afetar por tudo isso? Como pensar em produzir leitura e escrita, passando necessariamente por essa experiência digital? Como não ressignificar conteúdos e métodos de ensino nesse cenário tão peculiar?

Além disso, a incoerência na ponta desse fazer pedagógico foi evidente: alguns alunos participando online, enquanto outros tinham apenas atividades impressas, dimensões discrepantes que sempre emergiam nas discussões sobre as condições de produção da aula e do texto. Mesmo que as atividades impressas enviadas aos alunos sem acesso à tecnologia retomassem temas discutidos em aula, lacunas não foram preenchidas, pelo contrário, foram ampliadas, uma vez que não foi possível desenvolver o processo de textualização com esses alunos.

2 SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Explorar o verbal e o visual de forma integrada, sem 111 considerá-los antagônicos, é uma abordagem que possibilita compreender a linguagem em sua amplitude, permeada por gestos, sonoridades, letras e cores. Essa perspectiva ampla do funcionamento discursivo é esclarecida pela visão teórica de Lagazzi (2011). Nessa discussão, destacamos as diferenças entre escrita e autoria, ressaltando que a última exige um compromisso com o dizer, indo além da mera paráfrase. Essa temática gerou um debate frutífero sobre o papel do autor(a) e a transição do nível da formulação.

Acredita-se que a Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP) realiza justamente isso, além de convocar à reflexão sobre a linguagem em movimento: proporciona visibilidade às práticas de alunos e professores que arriscam sair do convencional. Nesse sentido, a escola tem a responsabilidade de garantir a circulação dessas produções, especialmente em tempos virtuais, nos quais essa possibilidade se torna mais acessível,

embora complexa, devido à materialidade digital, suporte para diversos textos, mesmo aqueles que não passaram por processos de historicização ou textualização e são construídos em uma relação de unicidade.

Estabelecendo esse contato com as potencialidades da linguagem e do sujeito não neutro, surgiu a necessidade de uma política escolar local que promovesse o diálogo pedagógico contínuo sobre práticas e teorias. Motivados por essa convicção, em conjunto com outros professores de Língua Portuguesa, coordenação e direção, apresentou-se um projeto para a implantação do Clube Virtual de Leitura e Escrita da Escola José Adriano de Andrade. Esse espaço busca retomar e construir saberes, explorando *leituras polissêmicas*, considerando o texto como uma unidade de sentido com dimensões, formas e modos plurais de significação, assim como são plurais os leitores.

Nas palavras de Orlandi (2001), "um mesmo leitor não lê o mesmo texto da mesma maneira em diferentes momentos e em condições distintas de produção de leitura, e o mesmo texto é lido de maneiras diferentes em diferentes épocas, por diferentes leitores" (Orlandi, 2001, p. 62). Nisso residem as diferentes intepretações.

Por meio do Clube Virtual de Leitura, foi possível explorar coletivamente a produção/subjetivação dos modos de interpretação e escrita de diversos gêneros textuais, escolhidos em alguns momentos pelos próprios alunos. Trabalhou-se com poesias, notícias, música, filme e a leitura do livro "Pequeno Príncipe", proporcionando uma provocação adicional, já que poucos haviam lido um livro até então, principalmente no formato digital.

Esses *deslocamentos dos sujeitos e* dos próprios *sentidos* marcaram a linha do tempo pela qual os alunos foram se tecendo leitores mais comprometidos[3]. Aspectos que direcionam para a efetivação do EFEITO-AUTOR, um termos tratado por Gallo (2008), e utilizado por Rosendo (2020), quando a prática da autoria é alcançada no discurso pedagógico.

Cabe dizer, concordando com a primeira, que nem a prática de textualização, nem o efeito-AUTOR, tampouco o efeito-TEXTO são dependentes da escola ou da grafia para acontecerem. Mas também [...] "serão produzidos mesmo onde não se produz uma escrita grafada" (Gallo, 2008, p. 56). Utilizamos essa argumentação para reforçar a importância de sistematizar o trabalho pedagógico em aulas que pro-

3 Ao afirmar isso, não se exclui a possibilidade de que no dia a dia, fora dos muros da escola, sejam leitores engajados, porque vivendo cercados por textos de diversas formas, os alunos têm inúmeras experiências de produção de leitura não escolarizada, não obrigatória. Isso é fundamental!

porcionem diferentes dimensões, indo além da mera exigência de uma redação sobre um tema. Isso significa não colocar o aluno na posição de escrever um texto sem antes passar pela experiência da leitura e por debates amplos que ampliem sua compreensão sobre o conceito de texto.

Uma pergunta crucial surge: o que o professor e o aluno consideram como texto? Essa reflexão pode transformar os rumos da prática docente e discente, especialmente se for seguida por um posicionamento que transcenda os limites da instituição escolar. Nesse contexto, idealisticamente, pensamos na possibilidade de "fazer Ciência" na escola.

A partir desse movimento intenso, que articula o linguístico e o social, emerge a compreensão de que os sentidos estão em constante mutação, podendo sempre assumir diversas formas, e que todo discurso é ideológico, uma vez que, segundo Pêcheux (1990), na ponta, há um sujeito assujeitado pela ideologia, uma ilusão produzida pelo esquecimento.

É digno de nota o interesse dos alunos por questões como: "Então, uma placa no banheiro com o nome 'homem' ou 'mulher' é um texto? Uma fotografia é um texto?" Essas indagações, como "lampejos de vagalumes", surgiram iluminando os momentos obscuros das aulas de português, culminando na máxima expressa pelo aluno Daniel Bernardino, do 9º ano A: "Então, leitura não é só coisa de escola."

As recentes propostas visavam esclarecer aspectos fundamentais do gênero crônica, abordando conceitos, formulação e circulação. Este esforço preparatório antecedeu a leitura selecionada – "O papa vai ao banheiro?" de Tiago Germano – juntamente com questionamentos sugeridos pelo caderno de oficina da OLP. Optar por outra abordagem revela desafios substanciais, envolvendo elementos da pedagogia autoritária, tema amplamente explorado na tese de doutorado de Rosendo (2020). Dada a limitação deste texto, não podemos aprofundar significativamente em sua dinâmica.

Essa prática revela inevitáveis complexidades linguísticas, resistindo, no entanto, à simplificação da linguagem dos textos e do mundo, uma armadilha muitas vezes presente nos manuais didáticos. É crucial persistir na construção, junto aos alunos, da percepção da não obviedade da linguagem, que não se revela de forma transparente, como frequentemente sugerido em materiais pedagógicos.

Particularmente quando os textos e seus significados tomam direções inesperadas, explorando novos caminhos na memória e proliferando através de (re)postagens. Nesse contexto, é interessante observar como o tempo e a linguagem constantemente geram e ressignificam sentidos, moldando o próprio sujeito como produtor de linguagens.

2.1 A presença da historicidade na construção dos sentidos

Quando nos afastamos da ideia de uma leitura subjetiva, conforme Pêcheux (1990, p. 169), na qual um texto é diretamente associado a um único sentido, temos a oportunidade de construir significados sem apagar sua historicidade. Isso implica (re)carregar a memória discursiva dos enunciados ao longo do tempo e do espaço.

As referências mencionadas são cruciais, pois destacam a conjuntura social e histórica que influencia como e por que um sujeito se expressa. Na Análise de Discurso, isso implica que os sentidos produzidos têm um caráter material.

Logo, desenvolver o exercício de escrita de uma Crônica com o tema – O lugar onde vivo – exigiu um olhar na realidade e na história, sem necessariamente essa ordem ou lógica estabelecida, contudo constituindo questões que demandaram trabalho sobre essa relação, tais como: O mais nos afeta nessa pandemia? Quais os problemas na minha cidade? Quais as causas desses problemas? Como é possível resolvê-los? Como vejo minha cidade? "Como posso defender meus pontos de vista a respeito desse assunto?"

Essas perguntas propositivas forneceram aos alunos ideias iniciais para explorar, utilizando o conceito de pré-construídos da Análise de Discurso, que são formulações discursivas que influenciam o modo como dizemos, segundo Pêcheux (2014).

A integração entre teoria e prática na elaboração das crônicas desenvolve competências e habilidades, permitindo que os alunos expressem suas vozes autorais. Isso destaca o papel do sistema educativo, da escola e do professor na promoção de novos letramentos. A explicitação da autoria como função social do sujeito torna-se viável, incentivando os alunos a se envolverem no processo de escrita de maneira mais profunda, indo além do simples ato de grafar palavras, conforme Gallo (2008).

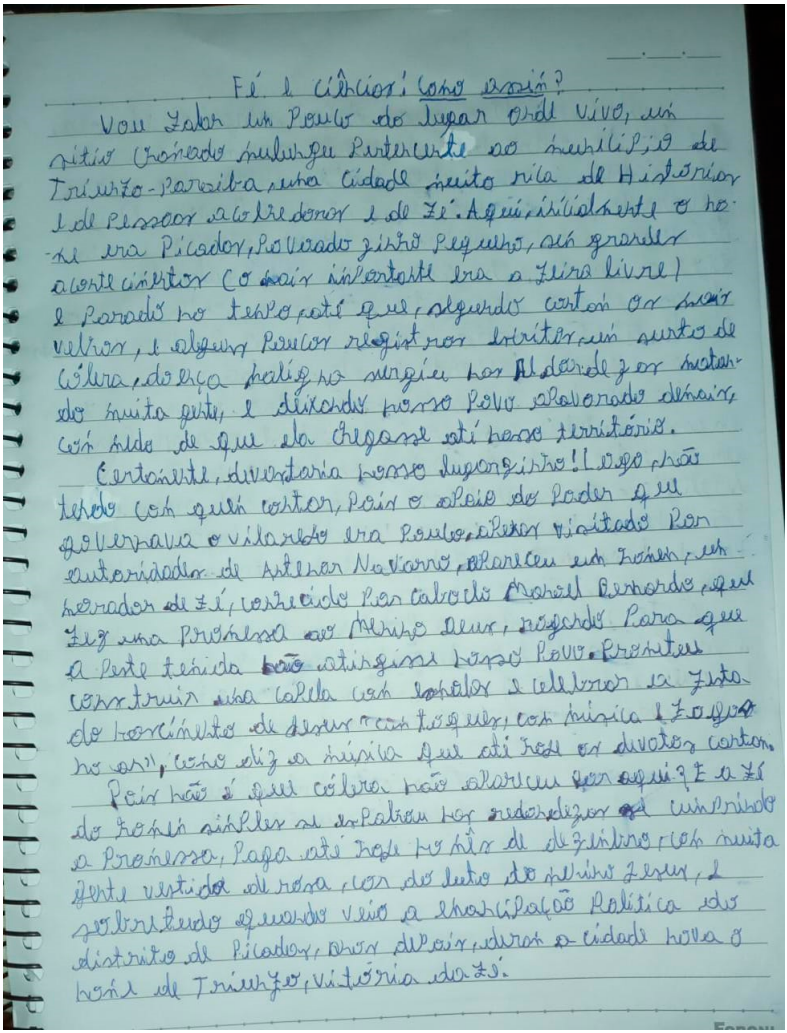
É crucial afastar-se da perspectiva de uma escrita não historicizada, que é vista como urgente de ser evitada. Uma escrita desvinculada da história e circular é apenas um exercício superficial que preenche uma aula de português, ao contrário da abordagem mais aprofundada defendida.

Finalmente, os textos dos alunos foram submetidos ao professor via fotografia no WhatsApp, com alguns alunos optando por não enviar, decisão que foi respeitada. As devolutivas do professor ocorreram por mensagens de voz, estimulando os alunos a explicar suas ideias e atuarem como

debatedores de seus próprios enunciados. A seleção final de dois textos foi realizada com base nos parâmetros preconizados pela OLP-2021.

Dos textos, traz-se aqui uma amostra do que foi materializado no caminho da inscrição da autoria, o foco é para a aprendizagem da escrita, embora os sentidos reclamem por mais reflexão. Com o título - Fé e Ciência: como assim? – (Anexo A) entre idas e vindas, o aluno Antônio Gabriel Pereira dos Anjos, 9° Ano A, morador do Sítio Mulungu, zona rural de Triunfo-PB, formulou:

Imagem 1 – Fotografia do texto do aluno.



Fé e Ciência: como assim?

Vou falar um Povo do lugar onde vivo, um sítio Chamado Mulungu Pertencente ao município de Triunfo-Paraíba, uma Cidade muito rica de Histórias de Pessoas acolhedoras e de Fé. Aqui, Visivelmente o homem era Picador, Roçador, Plantador, Colhedor, Vaqueiro, Agricultor (Comércio informalmente era a Feira livre) e Parado no tempo até que, alguns certos ou meio velhos, e alguns Povos registrados diretos, um surto de Cólera, doença Maligna surgiu nos Arredores por matando muita gente, e deixando nosso Povo abalroado demais, com Medo de que ela Chegasse até nosso território.

Certamente, diversas nossas superstições! Logo, não tendo Com quem contar, Pois o Chefe do Poder que governava o Município era Pouco Presente visitado Por autoridades de Alto Navarro, Pharcelo Com Fernandes, um Vereador de Fé, conhecido Por Cabocão Brasil Bernardo, que Fez uma Promessa ao Menino Deus, rogando Para que a Peste temida não atingisse nosso Povo. Prometeu construir uma Capela Com Capelão e celebrar a Festa do Nascimento de Jesus Cristo, com Missa e Tudo no ar", como diz a Música que até Hoje os devotos cantam.

Pois não é que Cólera não alcançou nem aqui? E a Fé do Povo simples se Palavra Por verdadeiro em cumprindo a Promessa. Paga até Hoje no início de Janeiro, Com muita Gente vestida de rosa, com Ar de luto do Menino Jesus, e sobretudo quando vem a Emancipação Política do distrito de Picadas, Quer dizer, Quase a cidade nova é hoje de Triunfo, Vitória da Fé.

O funcionamento do pré-construindo é constantemente evidenciado no texto, onde os sentidos do aluno-autor, seguindo a abordagem de Rosendo (2020), são estruturados entre memória e realidade. O discurso, remetendo a outros já estabelecidos, não repete simplesmente, mas redefine de maneira única o modo como o sujeito-aluno pensa, sente e expressa. Essa paráfrase destaca o autor, suas particularidades e sua historicidade.

Ao se expressar, o aluno se coloca no discurso, o que, somado às reflexões apresentadas, confere a ele a autoria, com o desejo de superação e a resignação, acompanhado pelo professor, autor deste relato-reflexão. O termo "inédito-viável" resume de forma apropriada esse processo.

Uma escrita nascida da oralidade, entre páginas do caderno fotografadas e enviadas ao professor e linhas sugestivas escritas no *WhatsApp*: "Não mostre a ninguém!", "Tá ruim?", "Estou com vergonha!". Enfim, *outros pequenos textos intervalares* que se foram produzindo nos interstícios da produção "oficial" dessa crônica.

Esses dizeres entrelaçados que influenciaram a formulação final do texto evidenciam que nada se perde na linguagem; ao contrário, ela leva o sujeito a se reinventar, reconstruindo sentidos e reorganizando o conhecimento não consciente, aquele que se tem, mas não se acredita ter. O professor desempenha o papel de guiá-los, muitas vezes escondidos pelo medo da exposição e do julgamento.

Os enunciados "Não mostrem a ninguém" ou "Tá ruim" expressam insegurança, mas também constituem um convite para práticas mais acolhedoras e educativas, afastando o aluno do pânico. Durante muito tempo, o ensino de português foi marcado por autoritarismos, destacando erros e insuficiências do texto e do aluno.

Diz-se com Orlandi (2008) sobre a escola e sua responsabilidade [...] para ser autor, sim: a escola é necessária, embora não suficiente[...] de toda forma, a escola enquanto *lugar de reflexão*, é um lugar fundamental para a elaboração dessa experiência, a da autoria na relação com a linguagem (Orlandi, 2008, p. 82, destaque nosso). Com práticas menos opressivas, a chance de resultados mais eficazes é maior.

Para promover a autoria na escola, é fundamental considerar o aluno como agente e sujeito de sua prática, auxiliando-o na abertura de atalhos. Contudo, como observa Pêcheux (2014), na falha dos sentidos reside a possibilidade de redirecionamento e construção de novos significados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições sócio-históricas que moldam os modos de produção e permeiam a escrita do texto exercem influência direta sobre os sentidos, os quais, por sua vez, são passíveis de constante transformação, uma vez que os discursos estão sempre interligados a outros que os sustentam. Nessa dinâmica, pela influência ideológica (Pêcheux, 2014), o sujeito e os sentidos se deslocam e se constituem simultaneamente.

O processo contínuo da linguagem, no qual a prática educativa, tanto escolar quanto outras, está inserida, é caracterizado por relações de força. Nesse contexto, destaca-se o papel crucial do professor e do aluno, especialmente na sala digital, como uma travessia por um período doloroso e cruel provocado pela pandemia e seus impactos, especialmente no campo educacional.

Nota-se que ler e escrever sempre foram tarefas desafiadoras para a escola, no digital essas se agigantam no sentido de aumentar as impossibilidades, de diminuir a qualidade do ensino-aprendizagem[4] e, especificamente, da produção do texto escrito. A partir dos eixos oralidade, leitura e escrita (aqui soma-se a gramática), as implicações da prática pedagógica exigiu direcionamento para o que de fato era relevante e interessante, funcional e contextualizado, como o próprio tema - O lugar onde vivo, tomado pelos sentidos desastrosos da pandemia.

Nesse contexto, tornou-se impossível dissociar a leitura, sobretudo a escrita, desses significados expostos, conforme evidenciado no texto do aluno. A escrita foi plural, textualizada e permeada por esforços e dúvidas, que variavam desde questões gramaticais até aquelas relacionadas à Covid-19. Esta última, diariamente, apresentava a inquietação central: estaremos vivos amanhã?

Dessa forma, optou-se por uma abordagem pedagógica acolhedora, sem rigidez, reconhecendo que algo sempre escapa, que há lacunas, mas que essas contradições também contribuem para a formação do autor, sendo parte integrante do processo de posicionamento e expressão do sujeito como "origem" do que diz, fazendo parte da vida.

Com base no exposto, acredita-se firmemente que a leitura e a escrita demandam uma compreensão aguçada do mundo, repleto de dores e esperanças. Isso é revelado na crônica do aluno, que "reprodu-

4 Pensa-se, nesse ponto, nos alunos que apenas realizavam as atividades impressas.

ziu" esses sentidos *com posicionamento e criatividade*, refletidos nas palavras-mundos presentes no texto.

Encerrando, provisoriamente, destaca-se que a compreensão do processo de constituição dos sujeitos e sentidos e das contradições constituintes das práticas discursivas, aliadas ao esforço e a persistência, são caminhos possíveis de serem trilhados. E a *resistência*, ato político, é capaz de deslocar sujeitos e sentidos, gerando inéditos-viáveis.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. RESISTIR, RESISTIR, RESISTIR…PRIMADO PRÁTICO DISCURSIVO. In: SOARES, Alexandre S. Ferrari Soares et al… (Org) **Discurso, resistência e**… Cascavel, PR: Edunioeste, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. (Org.). Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989.

GALLO, S. L. Da escrita à escritoralidade: um percurso em direção ao autor online. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Org.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

GALLO, S. L. **Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva**. Blumenau: Novas Letras, 2008.

LAGAZZI, Suzy. **O recorte e o entremeio:** Condições para a Materialidade Significante. In: RODRIGUES et al... Análise do Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas Editora RG, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise- Sujeito, Sentido, Ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. **Discurso fundador**. 2ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **Nem escritor, nem sujeito**: apenas autor. In: ORLANDI, Eni. Discurso & Leitura. 8ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio/ Michel Pêcheux: Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al.- 5ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

ROSENDO, Teodulino Mangueira. **Seca, xote e baião**: o funcionamento da autoria e da resistência no discurso pedagógico. Unisul/SC - Tese Doutorado – 2020.

ANEXO A

Fé e Ciência: como assim?

Vou falar um pouco do lugar onde vivo, um sítio chamado Mulungu pertencente ao município de Triunfo-Paraíba, uma cidade muito rica de História e de pessoas acolhedoras e de fé. Aqui, inicialmente o nome era Picadas, povoadozinho pequeno, sem grandes acontecimentos (o mais importante era a feira livre) e parado no tempo, até que, segundo contam os mais velhos, e alguns poucos registros escritos, um surto de cólera, doença maligna surgiu nas redondezas matando muita gente, e deixando nosso povo apavorado demais, com medo de que ela chegasse até nosso território.

Certamente, devastaria nosso lugarzinho! Logo, não tendo com quem contar, pois o apoio do poder que governava o vilarejo era pouco, apenas visitado por autoridades de Antenor Navarro, apareceu um homem, um morador de fé, conhecido por Caboclo Manoel Bernardo, que fez uma promessa ao Menino Deus, rogando para que a peste temida não atingisse nosso povo. Prometeu construir uma capela com esmolas e celebrar a festa do nascimento de Jesus "com toques, com músicas e fogos no ar", como diz a música que até hoje os devotos cantam.

Pois não é que cólera não apareceu por aqui? E a fé do homem simples se espalhou nas redondezas se cumprindo a promessa, paga até hoje no mês de dezembro, com muita gente vestida de rosa, cor do luto do Menino Jesus, e sobretudo quando veio a emancipação política do distrito de Picadas, anos depois, deram a cidade nova o nome de Triunfo, vitória da fé.

Muitos e muitos anos depois, chegamos em 2020, e lá do outro lado do mundo ouvimos falar de uma doença grave, outra peste severa, mas agora devorando várias nações. E, o que parecia longe, depressa estava dentro do nosso Triunfo, e muitos fizeram preces, acho que inspirado no Caboclo, mas dessa vez não deu jeito e o vírus contaminou a cidade, atingindo alto índice, matando parentes e amigos, velhos e jovens, fechando escola, comércio, etc.

Agora não tinha jeito só rezar, tinha que ficar em casa também, cumprir isolamento e esperar por um remédio bom de verdade, fruto da ação da inteligência do homem. Desse modo, em 2021 chegou a tão esperada vacina contra Covid19, e o lugar onde vivo voltou a ficar feliz, voltou a triunfar pela vitória da ciência.

Ainda não acabou a pandemia, mas melhorou muito, e já é possível tirar lições: a vida é breve demais, ninguém é melhor que ninguém, a fé e a ciência são importantes, tem espaço para as duas.

Antônio Gabriel Pereira dos Anjos – 9º Ano

O TRABALHO COM OS GÊNEROS DISCURSIVOS NO 4° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Josiane Alves Pereira
Mestra em Letras
http://lattes.cnpq.br/0635540604537996
jalvespemag@hotmail.com

Kelli Machado da Rosa
Doutoranda em Linguística e Letras
http://lattes.cnpq.br/0690535305313427
klro.rib@gmail.com

RESUMO: No presente artigo, discutimos percepções dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental no que se refere ao trabalho com leitura, língua e gêneros discursivos, a partir de entrevistas coletadas no decorrer do ano de 2020. O aporte teórico discorre sobre conceitos de língua e interação verbal a partir de Volóchinov (2018) e de Antunes (2003). Trata sobre a leitura nos anos iniciais nas concepções de Antunes (2003), Soares (2003) e Hila (2009) e aborda concepções de gêneros discursivos e tipologias textuais através de Bakhtin (1992) e Marcuschi (2011). Também nos embasamos na Base Nacional Comum Curricular (2017) e no Documento Orientador do Território Rio-grandino (2019). O objetivo geral deste artigo consiste em problematizar o trabalho com os gêneros discursivos a partir da visão de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os objetivos específicos consistem em analisar as percepções dos professores dos anos iniciais no que se refere ao trabalho com leitura, língua e gêneros discursivos; discutir

sobre a importância de a criança entrar em contato com diversos gêneros discursivos constituídos por tipologias textuais específicas, a fim de ampliar a competência discursiva do estudante em anos iniciais; e compreender práticas discursivas de leitura como essenciais para o trabalho com a linguagem nos anos iniciais. Precisamos aprofundar os estudos sobre gêneros do discurso, análise linguística e questões sociodiscursivas nos cursos de formação inicial e continuada para que os professores desempenhem seus papeis enquanto agentes sociais, mediadores do conhecimento e formadores de leitores críticos, atuantes na sociedade.

Palavras-chave: Gêneros discursivos; Leitura; Docência; Anos iniciais.

INTRODUÇÃO

A discussão e a problematização do trabalho com gêneros discursivos[1] no 4º ano do Ensino Fundamental é algo pertinente, pois as práticas docentes precisam ultrapassar as barreiras do ensino tradicional da língua. Muitas vezes, a escola trabalha de forma exaustivamente gramatical, calcada em uma visão estruturalista da linguagem, sem levar em consideração as inúmeras funções sociais da língua. As aulas, então, se tornam monótonas e cansativas e os professores usam poucos textos em aula e/ou não os exploram adequadamente.

Nesse sentido, a finalidade deste trabalho está em discutir percepções acerca da abordagem interdisciplinar e dialógica da língua, apresentadas ou não pelos professores no que tange à docência nos anos iniciais. Nossa intenção é compreender as concepções teóricas que embasam o trabalho dos docentes, promovendo um debate mais amplo que envolve a formação inicial e continuada desses profissionais. É preciso aprofundar os estudos sobre gêneros do discurso, análise linguística e questões sociodiscursivas para que os professores desempenhem seus papeis enquanto agentes sociais, mediadores do conhecimento e formadores de leitores críticos, atuantes na sociedade. Assim, os alunos desenvolverão sua competência discursiva, com mais autonomia, tornando-se protagonistas em seus meios sociais.

Pensar o quanto as práticas pedagógicas dos professores influenciam diretamente na formação de seus estudantes é algo essencial. Enquanto professora dos anos iniciais, na rede municipal de Rio Gran-

1 Fala-se em gêneros discursivos ao invés de gêneros textuais, porque as ideias do Círculo de Bakhtin transcendem as questões textuais, permeiam os discursos e estabelecem significados para além de uma simples leitura.

de, desde 2010, sempre me preocupei com o reflexo de minhas práticas em minhas turmas e me mantive em constante formação. A conclusão do curso de Letras, em 2013, pela Universidade Federal do Rio Grande, representou um grande momento de qualificação na área das linguagens, em especial no que tange ao ensino de Língua Portuguesa. Depois de terminar o curso de Letras, cursei especialização em Linguística e ensino de Língua Portuguesa, concluindo-o em 2018, pela FURG. Foi durante o período da especialização que eu aprofundei meus estudos na área discursiva e me apaixonei ainda mais pelo trabalho envolvendo a língua materna com meus alunos dos anos iniciais.

Em minha prática docente, procuro sempre abordar assuntos do interesse das crianças[2] a partir de textos diversos. Por vezes, quando trabalhamos as especificidades de um gênero discursivo, acabamos discutindo sobre assuntos do cotidiano dos estudantes, sempre fazendo o elo entre semelhanças e diferenças nas questões presentes em cada texto. Durante as aulas, as crianças devem realizar leituras individuais, em grupos, devem ouvir as leituras da professora, fazer pausas para refletir sobre o que leem e sobre o que ouvem. Momentos de socialização das leituras são essenciais em todas as aulas, pois é quando o indivíduo aprende com o outro e se sente protagonista no processo de construção de conhecimentos.

No meu cotidiano escolar, os exercícios propostos possuem relação com os textos, fazendo as crianças refletirem sobre a leitura que fizeram, trabalhando com conhecimentos linguísticos, históricos, artísticos, entre outros, percorrendo relações interdisciplinares. A partir desse modo de desenvolver as aulas, os alunos mostram-se mais atentos aos enunciados e relacionam o que leem em aula com os conhecimentos prévios que já possuem. Além de contribuir para uma leitura mais crítica, também auxilia no enriquecimento de produções orais e escritas, pois os alunos se apropriam aos poucos dos mecanismos linguísticos e discursivos que envolvem a elaboração dos textos.

Ao me constituir enquanto educadora, percebo a necessidade de dar voz aos educadores dos anos iniciais, questionando-os sobre os conhecimentos de gêneros e de tipologias textuais que eles possuem. Afinal, todo pedagogo ou professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental necessita conhecer as potencialidades da linguagem e a dinamicidade da língua para que suas aulas sejam pautadas em interações reais entre estudantes e pro-

2 Nos anos iniciais, os alunos/estudantes são denominados assim, pois se encontram em uma instituição de ensino, mas são ainda crianças pela fase de infância em que se encontram.

fessores, via leitura e/ou produções textuais, tal qual ocorrem fora do ambiente escolar. Dessa forma, são levantadas reflexões acerca da abordagem sociodiscursiva da língua a partir dos apontamentos dos professores nas entrevistas. É preciso pensar sobre as práticas dos docentes, visando potencializar a competência discursiva do aluno. Afinal, a pesquisa se enriquece quando não somente analisa a teoria, mas quando se volta para a prática, considerando as falas dos professores e refletindo sobre elas.

O objetivo geral deste artigo consiste, por sua vez, em problematizar o trabalho com os gêneros discursivos a partir da visão de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os objetivos específicos consistem em analisar as percepções dos professores dos anos iniciais no que se refere ao trabalho com leitura, língua e gêneros discursivos; discutir sobre a importância de a criança entrar em contato com diversos gêneros discursivos constituídos por tipologias textuais específicas, a fim de ampliar a competência discursiva do estudante em anos iniciais; e compreender práticas discursivas de leitura como essenciais para o trabalho com a linguagem nos anos iniciais.

A partir do contato dos anos iniciais do Ensino Fundamental, foram levantados dados sobre o que elas pensam acerca do trabalho com gêneros discursivos e tipologias textuais, como abordam a leitura em sala de aula e em quais concepções de língua e linguagem ancoram seu trabalho. Por meio desse levantamento realizado com as professoras, foi possível perceber a carência de discussões sobre a formação linguística do docente em sua formação inicial, nos cursos de nível médio, como o curso Normal[3] ou nos cursos de graduação, como a Pedagogia.

Como embasamento teórico, este artigo se ancora nos estudos de Bakhtin e Círculo para discutir sobre as noções de língua, linguagem, gêneros discursivos, fazendo um diálogo com pesquisadores da área da Linguística que trabalham com questões teóricas e metodológicas acerca do ensino de língua portuguesa. Além disso, nosso suporte teórico conta com a leitura de documentos oficiais como a BNCC[4] e o DOCTR[5]. Na análise metodológica dos dados obtidos, serão discutidas as diferentes ênfases para o traba-

3 Curso profissionalizante, em nível médio, visa à formação de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Era muito tradicional no século passado.

4 Base Nacional Comum Curricular.

5 Documento Orientador Curricular do Território Rio-grandino.

lho com a língua apresentadas nas entrevistas realizadas com as professoras dos anos iniciais, percorrendo as relações dialógicas entre elas.

O artigo está organizado em três seções seguidas das considerações finais. Na primeira, trazemos os pressupostos teóricos que se subdivide em três subseções: a primeira se intitula "Conceituando língua e interação verbal", a segunda é denominada de "Trabalho com a leitura nos anos iniciais" e terceira é intitulada de "Gêneros discursivos e tipologias textuais em sala de aula". Na segunda seção, apresentamos os procedimentos metodológicos que norteiam a pesquisa. E, por fim, na terceira seção trazemos a análise dialógica das vozes docentes, a fim de verticalizar a discussão sobre suas concepções de língua, linguagem e gêneros discursivos.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O aporte teórico do presente artigo encontra-se dividido em três seções. A primeira seção discorrerá sobre conceitos de língua e interação verbal a partir de Volóchinov (2018) e de Antunes (2003). A segunda seção visa tratar sobre a leitura nos anos iniciais nas concepções de Antunes (2003), Soares (2003) e Hila (2009). A terceira seção abordará as concepções de gêneros discursivos e tipologias textuais através de Bakhtin (1992) e Marcuschi (2011). Também nos embasamos na Base Nacional Comum Curricular (2017) e no Documento Orientador do Território Rio-grandino (2019).

1.1 Conceituando língua e interação verbal

Discutir sobre o que é língua e problematizar o quanto ela é dinâmica é algo imprescindível para qualquer professor da educação básica. Afinal, toda aula constitui-se por meio de discursos presentes nas mais diversas formas verbais e visuais. A língua, enquanto prática social, mostra-se como algo em construção, que se renova a partir de cada enunciação.

Antunes (2003) trata da concepção de língua como prática discursiva, inserida em um determinado contexto social, envolvendo dois ou mais interlocutores, em torno de sentidos e intenções específicas. O uso da língua não acontece de forma mecanizada, mas através de interações entre sujeitos. Os enunciados vão sendo produzidos a partir dessas intenções e são o cerne da interação verbal.

Volóchinov, no capítulo "Interação discursiva", presente na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, afirma que a língua está sempre em

um processo ininterrupto de formação e que a estrutura do enunciado é puramente social. Em outras palavras, tudo o que escrevemos, falamos ou pensamos nas aulas e na vida é elaborado a partir das experiências sociais que temos. É um processo inconcluso, pois a língua é viva.

Ainda refletindo sobre as noções da teoria bakhtiniana, percebemos que a língua não é compreendida sem considerar os sentidos e os valores ideológicos que a constituem, ou seja, não há compreensão quando não há interação entre os sujeitos e entre os sujeitos e os textos. A língua é formada por leis sociológicas em sua essência, o que reforça a ideia de que a interação sociodiscursiva ocorre a todo o momento, envolvendo saberes culturais e emocionais de cada um.

Associar a língua ao seu contexto histórico é levar em consideração que ela se constrói e se modifica de acordo com os acontecimentos ocorridos em diferentes lugares, tempos e culturas. Segundo Volóchinov, um dos grandes pensadores do Círculo de Bakhtin: "A língua vive e se forma no plano histórico justamente aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes". (VOLÓCHINOV, 2018, p. 220)

Ao tratar das concretudes da linguagem a partir do ponto de vista sociodiscursivo, nota-se que os estudos bakhtinianos parecem reverberar no "Documento Orientador Curricular do Território Rio-grandino: ensino fundamental", de 2019, que é a versão municipal da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nas primeiras versões da Base, eram poucos os trechos em que a língua era vista de forma discursiva, mas no Documento orientador do município de Rio Grande encontramos algumas considerações importantes.

De acordo com o Documento Orientador Curricular do Território Rio-grandino (2019):

> Cabe o destaque que toda reflexão sobre a língua só tem sentido se considerar como ponto de partida a dimensão dialógica da linguagem, presente em atividades que possibilitem aos/as estudantes e professores/as experiências reais de uso. Os conceitos de texto e de leitura não se restringem à linguagem escrita, eles abrangem, além dos textos escritos e falados, a integração da linguagem verbal. (RIO GRANDE, 2019, p. 115)

O DOCTR pode ser um importante instrumento de reflexão para o pedagogo e para qualquer professor dos anos iniciais pensarem

suas práticas. Para tal, eles precisam compreender o que é a dimensão dialógica da linguagem e aprofundar os conhecimentos sobre conceitos de texto e de leitura. As aulas constroem-se como interações reflexivas a partir das leituras que permeiam a vida dos alunos.

Segundo a BNCC (2017, p. 67), o texto é o centro das aulas. Devem ser consideradas "as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses". Por conseguinte, as leituras que surgem através dos textos são construídas em diversos momentos da aula, de forma interativa e compartilhada entre as crianças e os professores.

1.2 O trabalho com a leitura nos anos iniciais

A leitura é algo presente na vida do ser humano desde o momento em que ele nasce. Desde muito pequenos, aprendemos a ler o mundo e a compreender o que está a nossa volta. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a criança começa a ler o mundo de outra forma, através da decodificação do sistema alfabético e da compreensão de nosso sistema linguístico.

De acordo com Pereira (2018):

> Tratar de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental é falar sobre alfabetização e letramento. A partir destes pontos, trabalha-se com análise linguística, com os conhecimentos das ciências humanas e naturais e até mesmo com os saberes matemáticos. Há diferenças entre alfabetização e letramento que foram comentadas resumidamente no texto. Alfabetização é decifrar códigos e letramento está ligado à relação com a leitura que a pessoa tem. Muitas crianças são letradas antes mesmo de serem alfabetizadas, pois têm contato com materiais de gêneros diversos desde pequeninas. Para Soares (2003), alfabetização corresponde ao processo de aquisição de uma tecnologia, a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-las para ler e para escrever. Já letramento, relaciona-se ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita. (PEREIRA, 2018, p. 44)

A leitura, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, está ligada às diversas formas de relação com as manifestações da linguagem. No que se refere ao trabalho com a língua, a leitura deve estar presente enquanto

prática de letramento. Os anos que seguem o ciclo de alfabetização, 4º e 5º ano, devem privilegiar atividades diversas que trabalhem a leitura de forma dialógica. Segundo Antunes (2003, p. 77), "a leitura depende não apenas do contexto linguístico do texto, mas também do contexto extralinguístico de sua produção e circulação". A autora dialoga com Soares (2003) e com Hila (2009) quando discorre sobre a importância de se contextualizar o que se lê. As marcas extralinguísticas aparecem nos textos e fazem parte deles, são indissociáveis a questões linguísticas.

Conforme Hila (2009):

> No caso da prática da leitura, o que se tem ressaltado é que a escola precisa formar leitores críticos que consigam construir significados para além da superfície do texto, observando as funções sociais da leitura e da escrita nos mais variados contextos, a fim de levá-los a participar plena e criticamente de práticas sociais que envolvem o uso da escrita e da oralidade. A noção, portanto, de prática social, convoca um dos primeiros argumentos em defesa do uso dos gêneros em sala de aula. (HILA, 2009, p. 157)

Se o professor atuar nas aulas de língua a partir de uma perspectiva dialógica, os estudantes poderão realizar leituras mais críticas, pois as relações entre os textos auxiliam na compreensão dos mesmos. Ser um leitor crítico é enxergar para além das linhas que estão nos textos, é perceber sentidos diversos que permeiam esses textos.

No Documento Orientador Curricular do Território Rio-grandino (2019), uma das competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental é:

> Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar de cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social. (RIO GRANDE, 2019, p. 117)

Os alunos se apropriam da linguagem escrita através das experiências de letramento em seus mais diversos meios. O meio escolar deve privilegiar possibilidades de enriquecimento linguístico e cultural a partir das práticas letradas ocorridas nas salas de aula dos anos iniciais.

Outras competências do ensino de Língua Portuguesa expressas no DOCTR (2019) consistem em "empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e o gênero do discurso/gênero textual" e "reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias". Tais competências estão ligadas ao uso real da língua, ou seja, nos expressamos em gêneros discursivos, interagimos por meio deles. Em determinada situação, usamos um determinado gênero, escrevemos de uma determinada forma, em outras situações, agimos de outro jeito. Antunes (2003) afirma que "a atividade da leitura permite, ainda, que se compreenda o que é típico da escrita, principalmente o que é típico da escrita formal dos textos da comunicação pública". Por conseguinte, a leitura não só auxilia na compreensão das formalidades linguísticas, mas também amplia as vivências de mundo do indivíduo.

Ainda conforme Antunes (2003):

> A atividade da leitura favorece, num primeiro plano, *a ampliação dos repertórios de informação*[6] do leitor. Na verdade, por ela, o leitor pode incorporar novas ideias, novos conceitos, novos dados, novas e diferentes informações acerca das coisas, das pessoas, dos acontecimentos, do mundo em geral. (ANTUNES, 2003, p. 70)

As crianças, desde bem pequenas, devem se apropriar da leitura como atividade que propicie contato com diversas realidades e amplie as percepções, as empoderando enquanto seres participativos na sociedade. Em documentos oficiais como a BNCC, a criança é colocada como protagonista da aprendizagem e juntamente com o professor constrói os saberes necessários para o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas. A criança enquanto protagonista de seu próprio conhecimento é algo presente em muitos documentos oficiais do governo, um deles é a BNCC da Educação Infantil. Entretanto, vamos nos ater à BNCC do Ensino Fundamental.

Na versão final da Base Nacional Comum Curricular, percebe-se que a leitura é entendida como prática que somente ocorre com a interação entre os sujeitos, o que revela que a atual versão da BNCC valoriza as diversas funções sociais desse processo.

> O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os

6 Grifos da autora.

> textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades[7]. (BRASIL, 2017, p. 71)

As diversas funções da leitura são elencadas pela BNCC e nos levam a pensar se a escola estaria dando conta de tais tarefas. O trabalho com diferentes gêneros discursivos, por exemplo, seria uma forma de levar o aluno a refletir sobre esses diversos usos da leitura.

Para encerrar, não podemos deixar de mencionar mais uma das funções da leitura. De acordo com Antunes (2003), "a leitura possibilita a experiência gratuita do prazer estético, do ler pelo simples gosto de ler. Para admirar. Para deleitar-se com as ideias, com as imagens criadas, com o jeito bonito de dizer literariamente as coisas". A atividade de ler por ler também é muito produtiva, tendo em vista que várias relações dialógicas são estabelecidas no contato com os textos e muitas trocas de saberes podem ocorrer dentro de momentos de lazer.

1.3 Gêneros discursivos e tipologias textuais na sala de aula

O professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental necessita compreender as tipologias textuais que constituem o funcionamento dos gêneros discursivos. Entender que as tipologias indicam intenções textuais e que os gêneros transitam entre elas leva o docente a ampliar as possibilidades de abordagens linguísticas e discursivas em sala de aula, possibilitando ao aluno o contato com diferentes ações de linguagem.

Segundo Bakhtin (1992, p. 301-302), "se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível". Ainda bem que somos seres potencialmente linguísticos, pois tal fato é o que faz com que seja um processo automático o de interagir por meio de gêneros. Essa potencialidade faz-nos ativos e críticos frente aos textos

7 O eixo leitura refere-se ao Ensino Fundamental como um todo, envolvendo anos iniciais e anos finais.

que lemos. É o que nos possibilita compreender melhor os textos que permeiam nossa realidade. Quando vamos ao supermercado, fazemos uma lista de compras, olhamos os encartes das promoções, conferimos a nota fiscal das compras. Enfim, entramos em contato, produzimos, lemos e interpretamos diversos gêneros discursivos.

Conforme Marcuschi (2011):

> Existe uma grande variedade de teorias de gêneros no momento atual, mas pode-se dizer que as teorias de gênero que privilegiam a forma ou a estrutura estão hoje em crise, tendo-se em vista que o gênero é essencialmente flexível e variável, tal como seu componente crucial, a linguagem. Pois, assim como a língua varia, também os gêneros variam, adaptam-se, renovam-se e multiplicam-se. Em suma, hoje, a tendência é observar os gêneros pelo seu lado dinâmico, processual, social, interativo, cognitivo, evitando a classificação e a postura estruturais. (MARCUSCHI, 2011, p. 19)

A partir das afirmações de Marcuschi, refletimos sobre a dinamicidade dos gêneros discursivos. Eles vão mudando com o passar dos anos e nem todas as suas características são fixas. Trabalhar com os alunos essas mudanças é algo muito positivo para a criticidade deles, tendo em vista que o funcionamento de um texto em um gênero ou outro não é algo estanque, há relações linguísticas e extralinguísticas que o fazem pertencer a tais gêneros.

Ainda de acordo com Marcuschi (2011, p. 25), "a teoria dos gêneros não serve tanto para a identificação de um gênero como tal e sim para a percepção de como o funcionamento da língua é dinâmico e, embora sempre manifesto em textos, nunca deixa de se renovar nesse processo". Não basta o aluno identificar os textos e classificá-los em tal gênero, é preciso ir além e perceber os discursos que permeiam o enunciado que se lê.

Esses gêneros podem ser constituídos por diferentes tipologias textuais, dependendo do projeto de dizer do locutor. As tipologias textuais são as seguintes: narração, descrição, argumentação, informação, injunção, entre outras. Em um artigo publicado por Luiz Antônio Marcuschi intitulado "Gêneros textuais: definição e funcionalidade", há a definição de tipologia textual:

> Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações ló-

> gicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. (MARCUSCHI, 2002, p. 3)

Na prática, se tomarmos como exemplo o texto injuntivo, que são propagandas, receitas culinárias, bulas de remédio, entre outros, veremos que ele apresenta características textuais próprias: uso de verbos no imperativo ou infinitivo, para induzir e/ou orientar as pessoas, alguns possuem escrita topicalizada, para facilitar a leitura e o entendimento de qualquer tipo de leitor. Outras tipologias textuais terão outras características, como o texto narrativo, que possui mais riqueza de detalhes na fluência escrita, há alguém que conta os acontecimentos, há personagens, um enredo e um desfecho.

Alguns gêneros discursivos apresentam marcas que envolvem mais de uma tipologia textual, como o gênero carta, que pode ser descritivo, narrativo, injuntivo ou outro. Uma fábula ou um conto de fadas também pode ter partes voltadas para a descrição dentro da própria narrativa. São inúmeras as possibilidades, o que mostra o quanto as tipologias permeiam os gêneros e vice-versa, sendo categorias constitutivas uma da outra. As tipologias são da ordem da organização linguística e os gêneros são da ordem da concretização dos textos que já estão em circulação nas esferas da atividade humana.

Segundo Bakhtin (1992):

> Na conversa mais desenvolta, moldamos nossa fala às formas precisas de gêneros, às vezes padronizados e estereotipados, às vezes mais maleáveis, mais plásticos e mais criativos. A comunicação verbal na vida cotidiana não deixa de dispor de gêneros criativos. Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática. (Bakhtin, 1992, p. 301)

No cotidiano, as pessoas transitam por diferentes gêneros discursivos sem nem perceberem o quanto há de diversidade na linguagem humana. As novas possibilidades de gêneros criados nos meios tecnológicos são exemplos das novidades que surgem a cada dia. Esses gêneros criados a partir das relações tecnológicas são chamados de multiletramentos.

Segundo Roxane Rojo (2012):

> Na perspectiva dos multiletramentos, o ato de ler envolve articular diferentes modalidades de linguagem além da escrita, como a imagem (estática e em movimento), a fala e a música. Nesse sentido, refletindo as mudanças sociais e tecnológicas atuais, ampliam-se e diversificam-se não só as maneiras de disponibilizar e compartilhar informações e conhecimentos, mas também de lê-los e produzi-los. (ROJO, 2012)

O uso da internet, das redes sociais e das plataformas de estudos são grandes potenciais exploratórios desses gêneros. Com certeza, o professor precisa problematizar leituras de seus estudantes voltadas para tal.

Segundo Bakhtin (1992, p. 301), "para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável *de estruturação de um todo*"[8]. A interdiscursividade, ou seja, a relação entre os discursos produzidos pelos sujeitos, dá-se através das interações estabelecidas por meio da comunicação, que por sua vez, ocorre na leitura dos enunciados.

Trabalhar com Língua Portuguesa é abordar discussões sobre gêneros discursivos. É entender as intencionalidades das tipologias textuais, perceber em quais materiais e lugares elas se encontram e problematizar questões linguísticas a partir das leituras. Ser pedagogo é discutir a linguagem e a língua em sala de aula de forma prática, na qual as crianças aprofundam conhecimentos linguísticos e discursivos, mas sem a exaustão de nomenclaturas e o uso excessivo de atividades de memorização, classificação, identificação, entre outras.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho constituiu-se enquanto uma pesquisa qualitativa, que buscou analisar as percepções dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental no que se refere ao trabalho com leitura, língua e gêneros discursivos a partir de uma visão dialógica da linguagem. O grande objetivo não consistiu em compor um número expressivo de participantes, mas promover diálogos entre as respostas dos docentes que se dispuseram a participar das perguntas enviadas.

O *corpus* desta pesquisa é constituído por três entrevistas realizadas com professores dos anos iniciais da rede municipal do Rio Gran-

8 Grifos do autor.

de, graduados em Pedagogia. Dois destes profissionais são formados pela FURG. Trata-se de entrevistas compostas por quatro questionamentos:

1) Em quais concepções de língua e linguagem tu costumas respaldar as tuas aulas?
2) Tu trabalhas com diferentes gêneros textuais/discursivos[9] em tua prática docente? Como se dá o teu trabalho com os gêneros textuais/discursivos?
3) Que noções teóricas tu tens sobre gêneros textuais/discursivos?
4) Tua formação inicial e continuada contribui para teus entendimentos acerca da língua e dos gêneros textuais/discursivos?

Por meio das entrevistas buscou-se verificar como esses docentes trabalham com os gêneros discursivos em sala de aula e se eles entendem a importância de trabalhá-los nos anos iniciais, especialmente no 4º ano. Procuramos professores atuantes em turmas de 4º ano.

As entrevistas foram enviadas para cerca de trinta professores por e-mail, pelo *WhatsApp* e pelo *Messenger* (no *Facebook*) entre os meses de outubro e dezembro de 2020. A solicitação para a colaboração com a pesquisa foi postada no grupo de *Whatsapp* da escola na qual atuo, nos grupos de estudo dos quais faço parte (grupo da especialização em linguística, grupo de estudos sobre alfabetização e grupo da Pedagogia). Devido ao contexto de pandemia causada pela Covid-19, todos os contatos foram realizados somente por meios eletrônicos, a fim de garantir a integridade à saúde de todos.

A análise metodológica do *corpus* consiste em discorrer sobre as entrevistas realizadas com professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de Rio Grande. Além das três respostas da entrevista retornadas via *WhatsApp*, analisamos a posição de uma professora aposentada da rede municipal e sua negativa em participar da entrevista. Outra professora comprometeu-se em enviar sua entrevista completa, mas enviou somente um artigo[10], que a mesma julgou como importante para a abordagem das temáticas discutidas.

9 Foram utilizados os dois termos, pois há professores que não conhecem esse conceito por gêneros discursivos, mas sim por gêneros textuais. Isso acontece por conta de uma flutuação da nomenclatura nas teorias na área da Linguística.

10 Artigo intitulado "As concepções de linguagem e o ensino de língua materna: um percurso", de Rosivaldo Gomes. Acesso em http://periodicos.unifap.br/index.php/letras

A partir de cada pergunta, iremos discorrer sobre as respostas dadas pelas professoras. Na pergunta 1, veremos as concepções de língua e linguagem. Nas perguntas 2 e 3, teceremos reflexões sobre os conhecimentos acerca de gêneros discursivos e tipologias textuais. Na pergunta 4, refletiremos sobre como elas percebem a importância de sua formação inicial e continuada para o trabalho docente com a língua materna nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3 DAS VOZES DOCENTES: UM OLHAR DIALÓGICO

É preciso dar voz aos docentes para compreender como se constituem certas noções teóricas importantes na formação deles. Não é objetivo julgar ou classificar os posicionamentos dos professores como "certo" ou como "errado". Nossa intenção é compreender as concepções teóricas que embasam o trabalho dos docentes, promovendo um debate mais amplo que envolve a formação inicial e continuada desses profissionais.

As professoras serão indicadas por suas iniciais, a fim de preservarmos a identidade das mesmas. Três são formadas no curso de Pedagogia e atuam em escolas municipais de Rio Grande. S.R possui quinze anos de atuação, S.B. e A.C. possuem seis anos. O maior tempo de atuação dessas professoras está no 4º e no 5º ano do Ensino Fundamental.

A primeira pergunta da entrevista foi a que mais mobilizou os professores a pesquisarem para buscar uma resposta mais completa. As professoras S.B. e P.C. trouxeram textos usados no embasamento para falar sobre língua e linguagem. A partir da pergunta 1: "Em quais concepções de língua e linguagem tu costumas respaldar as tuas aulas?", obtivemos as seguintes respostas:

S.B.: "A linguagem é o maior e mais eficiente instrumento de comunicação dos seres vivos. A partir da linguagem os seres se expressam, comunicam e evidenciam suas características.

Nas minhas aulas eu utilizo as diversas comunicações de interação que a linguagem me proporciona, através de diálogos reflexivos que insere o estudante no contexto que está sendo proposto, utilizando as três concepções de linguagem: linguagem como expressão do pensamento, linguagem como meio objetivo para a comunicação e linguagem como processo de interação verbal e social. "*O homem já nasce com a capacidade de exteriorizar seu pensamento que é gerado no seu psiquismo. De sua capacidade de organizar o pensamento, dependerá sua*

exteriorização. Se o homem não consegue uma organização lógica para seu pensamento, sua linguagem estará afetada, isto é, desarticulada, desorganizada." Por isso a necessidade de dialogar com as especificidades de cada uma das concepções linguísticas inseridas no todo"[11].

A.C.: "Converso com meus alunos que a língua é o modo como falamos e ela tem uma origem. Explico também que a língua possui uma forma culta de ser falada por convenções e também um modo coloquial de ser falada no cotidiano. Já a linguagem existem uma variedade do modo de expressar...linguagem de sinais, linguagem artística, sonora, visual, e assim por diante".

S.R.: "Linguagem como expressão do pensamento e interação verbal".

Ao se problematizar as falas das professoras, notamos que S.B e S.R percebem a linguagem como expressão do pensamento, como meio de comunicação e como interação verbal, sendo que elas misturam as três concepções. Tal fato é preocupante, pois considerar a linguagem como expressão do pensamento é dizer que ela é um ato monológico e se produz dentro do psiquismo de cada um. Isso vai a contraponto da linguagem como interação verbal, que segundo o Círculo de Bakhtin e Antunes (2003), é produzida nas interações entre os sujeitos.

Dizer que a linguagem é um meio objetivo para a comunicação é considerar a língua um código fechado, no qual os falantes necessitam decifrar as mensagens através da decodificação e, assim, transmitir suas ideias aos sujeitos receptores. Professores que consideram essa concepção da linguagem como norte para o desenvolvimento de suas aulas acabam por dar prioridade a práticas expositivas, nas quais eles transmitem conhecimento e esperam que os alunos reproduzam o que foi abordado em aula.

A professora A.C percebe de forma ampla o que constitui a linguagem e se expressa de modo pertinente ao considerar as diversas formas da mesma. No entanto, diz que a língua é o modo como falamos, mas a fala é somente uma das exteriorizações da língua e não podemos dizer que ambas estão em mesmo patamar de conceituação. O sistema linguístico é compartilhado socialmente entre falantes de uma língua, o que vai muito além da fala. Nele, temos também a escrita, que possui regras próprias. É um sistema formado por criações entre os sujeitos, que se

11 A professora embasou-se no texto publicado no endereço eletrônico https://www.facebook.com/648914668508945/posts/726699550730456/?_rdc=1&_rdr Pesquisa realizada pela mesma.

enriquece nas interações e não se baseia somente na estrutura gramatical. A professora discorre sobre a fala como veículo da língua, mas na verdade, a língua nos constitui como sujeitos nas interações faladas e escritas.

Nesse sentido, as professoras parecem saber que é preciso ter uma concepção de linguagem para respaldar as aulas, o que pode ser reflexo dos cursos de formação de professores que frequentaram. Tais cursos deveriam aprofundar esses estudos, a fim de problematizar mais o trabalho com a língua nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Podemos compreender que essa consciência de que toda prática pedagógica precisa de uma concepção teórica que a embase parece não ter explicitação nas respostas das docentes.

Na segunda pergunta: "Tu trabalhas com diferentes gêneros textuais/discursivos em tua prática docente? Como se dá o teu trabalho com os gêneros textuais/discursivos?", as professoras afirmaram trabalhar com gêneros textuais/discursivos em sala de aula.

S.B.: "Sim. Na minha prática trabalho com diferentes gêneros textuais, desde textos narrativos como: crônicas, textos informativos, descritivos, poemas, fábulas entre outros..."

A.C.: "Sim trabalho. Eu procuro sondar a turma para saber o grau de leitura e entendimento sobre tipos de textos, e daí por diante nós vamos estudando e aprendendo sobre. Procuro estudar conforme a série, por exemplo nos anos de alfabetização, os contos maravilhosos são ótimos, parlendas também. Mas vou explicando a diferença de um texto narrativo, informativo, de uma lenda, de fábulas, parlendas, de HQ."

S.R.: "Através do uso de bilhetes, receitas, anúncios, contos, bulas..."

Todas as professoras entrevistadas afirmaram que trabalham com gêneros discursivos em suas aulas. Apesar de se sentirem inseguras e comentarem que não dominam o assunto, elas se expressaram sucintamente nas entrevistas. As docentes confundem os gêneros discursivos com as tipologias, o que é compreensível, tendo em vista que no curso de Pedagogia há uma abordagem muito rasa em relação a esses conteúdos.

A professora A.C privilegia alguns gêneros no ciclo de alfabetização, devido aos gostos das crianças e as "facilidades" para alfabetizar ao utilizar gêneros como as parlendas, por serem textos curtos e divertidos, com rimas, o que trabalha consciência fonológica. A escolha de um gênero em detrimento de outro não pode ser uma regra, mas dependendo das necessidades infantis se torna válido. Os textos, na maioria

das vezes, são curtos e de fácil compreensão, como os "adivinhas" e as "cantigas". São textos que lidam com brincadeiras às vezes, o que torna a experiência de alfabetização e letramento mais rica e lúdica. É preciso aprofundar alguns conhecimentos a partir do contato com os gêneros discursivos que interessam mais às crianças no momento, o que não impede que se aborde diferentes gêneros com as turmas.

Outro ponto importante mencionado por A.C é o trabalho com os textos narrativos e informativos. É necessário pensar que eles devem ser abordados desde o início do Ensino Fundamental, com textos que chamem atenção das crianças, com diversos assuntos, textos curtos ou textos longos. O professor só precisa possibilitar diversas formas de leitura nos anos iniciais a partir das tipologias e dos gêneros discursivos, através de socialização de textos, com rodas de conversa e atividades lúdicas que despertem o gosto pela leitura.

Na terceira pergunta: "Que noções teóricas tu tens sobre gêneros textuais/discursivos?", as professoras apresentaram algumas posições semelhantes. Todas concordaram que os estudos teóricos foram escassos em sua formação acadêmica e profissional.

S.B.: "Noções teóricas, não muitas, entretanto, sou uma apaixonada pela língua em suas diversas matizes de comunicação e expressão, então me aproprio de ideias e contribuições de autores que expressam este pensamento, como suporte para o meu trabalho."

A.C.: "Todos os gêneros que citei acima eu procuro sempre me atualizar na definição de cada um para passar para os alunos. Mas por exemplo, conforme a necessidade interativa da turma, eu abordo um gênero para que seja trabalhado, por exemplo, as fábulas nos ajudam a tirar uma lição de vida, por meio de histórias que nos levam a refletir nossas ações. Sei que as fábulas, tem o cunho de utilizar personagens da natureza como animais, plantas e estes "narram" a história em questão."

S.R.: "Apesar deste género ser a base do ensino da língua materna, ainda existe uma grande resistência, pra não dizer receio, em trabalhar com ele. Se trabalhado de maneira correta os alunos conseguiriam desenvolver diversas habilidades linguísticas".

Na terceira pergunta, a professora A.C explica um pouco sobre ocasiões em que ela aborda o gênero fábula, explorando a moral para problematizar as atitudes observadas nas crianças. Isso é ótimo, mas não

podemos esquecer que trabalhar com fábulas engloba pensar a estrutura narrativa, estabelecer relações dialógicas com outros textos e assuntos, fazer análises linguísticas, produções textuais, entre tantas possibilidades. Segundo a BNCC (2017, p.133), uma das habilidades a serem desenvolvidas no 3º, 4º e 5º ano é "Ler e compreender, com certa autonomia, narrativas ficcionais que apresentem cenários e personagens, observando os elementos da estrutura narrativa: enredo, tempo, espaço, personagens, narrador e a construção do discurso indireto e discurso direto".

A professora S.B preocupa-se por não entender muito sobre gêneros discursivos, mas afirma que gosta de estudar e de conhecer mais sobre língua e linguagem. Ela traz autores como Travaglia em sua escrita e demonstra certa propriedade no trabalho com gêneros textuais em sua prática pedagógica. Aparenta não conhecer os estudos bakhtinianos, por exemplo. Por isso, não se aprofunda em questões de interdiscursividade e sua importância no trabalho com a língua dentro de uma visão sociointeracionista. É importante destacar que os estudos do Círculo de Bakhtin contribuem para um ensino voltado ao sujeito enquanto leitor consciente, crítico, que compreende e interpreta diversos gêneros discursivos em diferentes contextos de uso da língua.

A professora S.R vê o trabalho com os gêneros discursivos como algo difícil de fazer em sala de aula e não consegue se expressar de forma clara em sua resposta. Ela diz que "apesar deste gênero ser a base para o ensino da língua materna, ainda existe uma grande resistência, pra não dizer receio, em trabalhar com ele". O pronome demonstrativo "deste" poderia ser trocado por um artigo definido, com a finalidade de afirmar que a noção de gênero em geral é a base para o ensino da língua. Ele sendo a base, precisa ser compreendido e ser trabalhado em sala de aula. Caso contrário, as aulas perdem em riqueza de assuntos abordados de forma crítica e contextualizada.

É muito importante que o professor tenha noções teóricas sobre gêneros discursivos e tipologias textuais para que ele consiga dar conta das demandas que o trabalho com leitura exige nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Um aluno que aprende a ler sem encaminhamentos da parte docente se sente desnorteado e pode acabar se frustrando e desistindo dos estudos. No 4º ano, encontramos o aluno que se alfabetizou há pouco tempo e que está conhecendo ainda os prazeres da leitura e suas múltiplas facetas. Com o direcionamento do professor nessas atividades, as competências discursivas se desenvolvem de maneira mais eficaz, tornando o aluno um leitor que de fato compreende o que lê e estabelece relações de sentido.

Na quarta e última pergunta: "Tua formação inicial e continuada contribui para teus entendimentos acerca da língua e dos gêneros textuais/discursivos?", encontramos respostas para as dificuldades dos professores para a abordagem da leitura a partir dos gêneros em sala de aula.

S.B.: "Considero que minha formação inicial contribui para o interesse e determinação na busca de condições de aprofundar conhecimentos acerca dos gêneros textuais/discursivos, além disso considero que a pesquisa me coloca numa condição de busca incessante nas linguagens e suas concepções."

A.C.: "O curso de Pedagogia nos dá uma base para que possamos lecionar, mas a busca de compreender mais sobre a temática tem sido no dia a dia na troca de saberes com outros colegas ou a busca solitária mesmo."

S.R.: "Infelizmente não"

A pergunta quatro vem a confirmar o que nós já suspeitávamos. O curso de Pedagogia, como formação inicial, apresenta questões básicas sobre o trabalho com a Língua Portuguesa, mas não se aprofunda nos estudos discursivos da linguagem, que são fundamentais para a apreensão de certos conhecimentos que levarão à competência discursiva em diferentes textos. Os pedagogos, por sua vez, sentem a necessidade de continuar seus estudos, a fim de desenvolverem um trabalho com a língua mais significativo com os alunos.

Há certo receio por parte dos pedagogos em discorrer sobre gêneros textuais/discursivos. Durante a busca pelo retorno das entrevistas, alguns professores afirmaram que iriam participar, mas não responderam aos questionamentos. Outros professores não deram nenhum tipo de retorno e uma professora, já aposentada, retornou dizendo que não teria condições de colaborar, tendo em vista que já se aposentou. Ela disse: "Quando a gente se aposenta... esquece das coisas".

Outro fato que vem afastando os professores das participações nas pesquisas acadêmicas pode ser a grande demanda que o ensino remoto[12] vem exigindo deles, o que acaba por desmotivá-los a participar de uma pesquisa na qual terá que refletir e ocupar seu pouco tempo livre para tal. O retorno da professora sem o preenchimento da entrevista denota falta de atenção talvez por um descuido gerado pela alta deman-

12 Devido à pandemia ocasionada pela Covid-19, fez-se a necessidade do isolamento social e a suspensão do ensino presencial.

da de trabalho. Esse excesso de tarefas que a docência exige é um dos empecilhos para que docentes se mantenham em formação continuada, estudando e aperfeiçoando seus conhecimentos.

Diante dessas reflexões, compreendemos que ser professor é se dispor a aprender a todo momento, é explorar as aprendizagens construídas em seus cursos de formação inicial, levá-las para a escola e problematizá-las com seus pares. Cursos de formação continuada e de aperfeiçoamento são necessários para que o docente enriqueça sua prática pedagógica. Por meio deles, é possível repensar conceitos que muitas vezes não são aprofundados na graduação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o que foi discutido no decorrer do artigo, podemos perceber o quanto é relevante a teoria dialógica de Bakhtin, os estudos sobre gêneros discursivos e as tipologias textuais, de Marcuschi, para a formação do pedagogo. A teoria dialógica do discurso nos faz refletir sobre as potencialidades da língua enquanto prática sociodiscursiva, produzida pelos sujeitos em constante interação. A noção de gêneros discursivos é fundamental para o professor dos anos iniciais e está interligada com a ideia de diversidade de vozes e de valores que circulam socialmente, pois lidar com práticas discursivas em sala de aula é entender que os gêneros são dinâmicos e que os assuntos presentes nos textos podem se relacionar das mais diversas formas no cotidiano do aluno.

Buscamos investigar como os professores percebem sua formação, suas concepções teóricas e seu trabalho em sala de aula no que se refere à abordagem da língua e dos gêneros discursivos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em especial com o 4º ano. As respostas das professoras dialogam entre si. Percebemos que elas confundem conceitos entre língua e linguagem e consideram a língua como meio de comunicação sem refletir sobre o que isso significa. Há bastante confusão teórica também na abordagem dos gêneros discursivos e das tipologias textuais, que se misturam na visão das professoras entrevistadas. Elas sabem que precisam trabalhar com gêneros, mas não sabem exatamente como pôr em prática esse trabalho com textos e seus funcionamentos linguísticos e discursivos.

A noção teórica de tipologias textuais, trabalhada amplamente por Marcuschi, por vezes foi confundida com gêneros textuais. A busca pelo conhecimento relatada por S.B e A.C é importante, porque é o que fortalece uma docência que atenda às necessidades dos alunos. Elas re-

conhecem que somente os estudos da formação inicial não são suficientes para garantir uma prática pedagógica atual e reflexiva.

Além disso, é importante destacar que a leitura como compreensão ativa e responsiva de diferentes textos constitui-se como uma das principais práticas a serem desenvolvidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos documentos oficiais, nem sempre percebemos a relevância dessa prática. Na Base Nacional Comum Curricular e no Documento Orientador Curricular do Território Rio-grandino, a leitura está presente enquanto um dos eixos norteadores do trabalho com a Língua Portuguesa. Julgamos serem necessárias mais reflexões sobre o trabalho com a leitura, constituindo-a como prática que vai além da decodificação do código escrito e de interpretações visuais, que transcenda o nível linguístico e se constitua enquanto prática social, inerente ao ser humano.

Mais momentos de formação voltados para o estudo da língua materna devem ser propiciados aos pedagogos e professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, mais artigos que investiguem e discutam como os estudos discursivos chegam até a escola são uma necessidade. Como a universidade aborda as questões linguísticas e textuais dentro do curso de Pedagogia e as possibilidades disponibilizadas pelo poder público, a fim de que os professores estudem são dois pontos relevantes que atingem a sociedade como um todo.

Nessa direção, finalizamos esta reflexão destacando que os professores vivem em resistência contra o sistema, lutando por melhores condições para desempenharem seu trabalho. A profissão de professor ainda é pouco valorizada em nosso país e isso se reflete no trabalho prático desses profissionais que recebem pouco e trabalham muito, sob condições adversas. Tal precarização do trabalho docente ocorre desde os cursos de formação ao mercado de trabalho. Nesse meio tenso de lutas e embates ideológicos, o professor demonstra resistência quando busca se qualificar para aprimorar seu trabalho em sala de aula, a fim de formar alunos competentes em leitura e escrita de variados textos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2017. Versão eletrônica. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em dezembro de 2020.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação**. In: KARWOSKI, Alcir Mário; GAYDECZKA, Beatriz & BRITO, Karim Siebeneicher. (org.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino.** 4ª Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

NASCIMENTO, E.L. (Org.). **Gêneros textuais**: da didática das línguas aos objetos de ensino. 1.ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2009, p.151-194.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade** (artigo) In: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf

PEREIRA, Josiane Alves. **Reflexões sobre a abordagem da língua materna na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. *In:* RIBEIRO, Kelli da Rosa & NASCIMENTO, Silvana Schwab (orgs.) **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): língua portuguesa e(m) debate** [recurso eletrônico] editoração: Kelli da Rosa Ribeiro, Jefferson Nestor Nauderer. Rio Grande: Editora da Furg, 2018.

RIO GRANDE. Prefeitura municipal do Rio Grande. Secretaria de município da educação. **Documento orientador curricular do território riograndino: ensino fundamental** [Recurso Eletrônico] / Gisele Ruiz Silva, Karine Dias Pinto, Maria de Fátima Baldez Rodrigues, Tania Tuchtenhagen Clarindo (orgs). Il. capa por Michelle Coelho Salort – Rio Grande: SMED, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2018.

https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/trabalhando-com-os-generos-discursivos-na-sala-aula.htm. Acesso em abril de 2020.

http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista-entrevista-detalhe/246/roxane-rojo-alfabetizacao-e-multiletramentos.html Acesso em maio de 2021.

AS PRÁTICAS DE LINGUAGEM NA SALA DE AULA: UM RELATO DE TRABALHO COM A OBRA "O DIÁRIO DE ANNE FRANK"

Walisson Dodó
Doutor em Linguística
http://lattes.cnpq.br/6002586478534594
francisco.dodo@prof.ce.gov.br

Elisângela Chaves
Pós-graduada em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura

RESUMO: Este relato tem como propósito apresentar a vivência leitora das turmas do 8º e 9º anos com o Diário de Anne Frank na disciplina de Língua Portuguesa. Para embasar nossas reflexões, nos embasamos em Freire (2003), Larrosa (2002) e outros. Metodologicamente, fazemos uso da sequência didática para o letramento literário de Cosson (2012). Esse estudo revelou que, quando há um cuidado em preparar as aulas de leitura, tal metodologia ajuda a despertar para leitura de outras obras vindouras, além de mostrar que, a partir da leitura de obras literárias, os estudantes compreenderam a relevância da leitura paradidática na sala de aula e como ela ajuda a ampliar nossos conhecimentos, além de ressignificar seu entendimento sobre as aulas de análise linguística/semiótica.

Palavras-chave: Práticas de Linguagem; Leitura; Obras Literárias; Letramento Literário; Ampliação de Conhecimentos.

1 INTRODUÇÃO

Este relato é resultado de uma experiência leitora com o "Diário de Anne Frank" vivenciada com estudantes de 8 e 9 anos da rede pública municipal de ensino da cidade de Horizonte – Ceará. Sabemos que são inúmeros os desafios em sala de aula para despertar o gosto pela leitura e trabalhar produtivo e significativamente com essa prática de linguagem. Por isso, o objetivo da realização dessa prática foi despertar o interesse pela leitura, literária ou não, pois entendemos que este hábito estimula a reflexão, enriquece o vocabulário, melhora o raciocínio etc., e é a base para a inserção da análise linguística.

Considerando essa conjuntura sobre o trabalho com a leitura em sala de aula, elaboramos algumas perguntas que nortearam nossa reflexão: O que fazer para despertar o gosto pela leitura? Como trabalhar a leitura na escola? E como trabalhar a leitura associada ao desenvolvimento de competências que estão relacionadas aos conteúdos de análise linguística?

Reconhecendo, pois, que é dever da escola transmitir ao aluno o conhecimento a respeito da relevância da prática de leitura e é função do educador ser a ponte nesse processo de conhecimento e aprendizado, gostaríamos de compartilhar este relato de experiência que, a nosso ver, pode contribuir com as reflexões acerca do ensino de língua materna, com foco no trabalho com a leitura em sala de aula.

2 METODOLOGIA

Para atingir os nossos objetivos, preparamos uma sequência didática para o letramento literário (COSSON, 2012). Na sequência, fizemos a leitura da obra literária: "O Diário de Anne Frank". Nossa prática durou em torno de um mês, isto é, quatro semanas, considerando que, semanalmente, os estudantes tinham quatro aulas de Língua Portuguesa. Todas as aulas eram iniciadas com um momento de leitura da obra, para, na sequência, fazermos nossas interpretações e partilhas de impressões.

A sequência didática literária fora aplicada em quatro turmas do Ensino Fundamental II: duas turmas de 8º ano e duas turmas de 9º ano; cada seriação dessa tinha na escola nos turnos manhã e tarde.

A escola na qual realizamos a atividade chama-se Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF - Marina Ferreira de Almeida, situada no distrito de Dourado do município de Horizonte-CE.

3 DISCUSSÃO

Antes de descrever os principais recortes do período que realizamos essa prática, convém apresentar, mesmo que sumariamente, as ideias dos autores que utilizamos para nortear nosso trabalho.

Em se tratando de leitura, Freire (2003) compreende que a leitura do mundo precede a leitura das palavras; Larrosa (2002) conceitua leitura como tradução, associação de palavras, transporte e mediação; Jouve (2002) compreende a leitura pelo viés de sua complexidade e pluralidade; e Proust (1991) enfatiza que a leitura abre portas para o conhecimento, novas descobertas de mundos, ainda pouco, ou quase desconhecidos.

Notemos que o pensamento desses teóricos é congruente, uma vez que concebem o ato de ler como uma oportunidade de ampliação de conhecimento e de compreensão crítica do mundo. Concordando com eles, elaboramos nossa empreitada com "O Diário de Anne Frank", por meio de uma sequência didática para o letramento literário (COSSON, 2012), objetivando formar alunos leitores críticos, reflexivos, além de acender o gosto pela leitura.

Na sequência proposta por Cosson (2012), seguimos os 4 passos que ele sugere para: a motivação, a introdução, a leitura e a interpretação, que achamos pertinente definir a seguir.

Sobre esse primeiro movimento, Cosson vem dizer que:

> a leitura demanda uma preparação, uma antecipação, cujos mecanismos passam despercebidos porque nos parecem muito naturais. Na escola, essa preparação requer que o professor a conduza de maneira a favorecer o processo da leitura como um todo. Ao denominar motivação a esse primeiro passo da sequência básica do letramento literário, indicamos que seu núcleo consiste exatamente em preparar o aluno para entrar no texto. O sucesso inicial do encontro do leitor com a obra depende de boa motivação (COSSON, p. 54, 2012).

Já na Introdução, Cosson (2012) a define como "a apresentação do autor e da obra" (p. 57).

Na etapa da leitura, o teórico dá destaque ao acompanhamento da leitura. Para ele:

> a leitura escolar precisa de acompanhamento porque tem uma direção, um objetivo a cumprir, e esse objetivo não deve ser perdido de vista. Não se pode confundir, contudo, acompanhamento com policiamento. O professor não deve vigiar o aluno para saber se ele está lendo o livro, mas sim acompanhar o processo de leitura para auxiliá-lo em suas dificuldades, inclusive aquelas relativas ao ritmo da leitura (COSSON, p. 62, 2012).

E, na etapa quatro, quando interpretamos um texto, o teórico vem afirmar que:

> no campo da literatura ou mesmo das ciências humanas, as questões sobre a interpretação e seus limites envolvem práticas e postulados tão numerosos quanto aparentemente impossíveis de serem conciliados, até porque toda reflexão sobre a literatura traz implícita ou explicitamente uma confissão do que seja uma interpretação ou de como se deve proceder para interpretar os textos literários (COSSON, p. 64, 2016).

Sobre o local de leitura, não era o almejado, todavia buscamos adequar às nossas condições. Resolvemos que leríamos em sala de aula, pois a biblioteca estava sendo utilizada para outros fins. Não hesitamos em medir esforços, visto que o "despertar" para o universo da leitura era o nosso maior objetivo.

Foram inúmeras as indagações de como faríamos essa sequência, dentre elas: o que fazer e como fazer para inserir os estudantes no domínio pleno das palavras? Como lecionar análise linguística nesta obra? Levamos para discussão da aula para iniciarmos nosso trabalho.

Iniciamos o primeiro momento com uma conversa informal sobre a relevância da prática leitora, ou seja, "ler" um livro paradidático passaria a ser ação primordial e faríamos isso semanalmente ao iniciarmos a aula. De posse de três exemplares escritos, formamos círculos para apreciarmos o livro.

Para nossa surpresa, somente um discente tinha ouvido falar em "Anne", mas não deu a devida importância. Ao término da apresentação, perguntamos se estavam dispostos a concretizarem a empreitada, e a aprovação foi unânime.

Desse modo, esperançosos e com responsabilidade de planejar uma ocasião prazerosa e oportuna com o universo das letras, baixamos o livro em PDF, para darmos início na aula seguinte nossa aventura.

Na aula seguinte, exibimos uma síntese da biografia de Anne através de vídeo, e os estudantes ficaram envolvidos e impactados com detalhes da vida da escritora. Logo após, apresentamos os critérios de escolha da obra, dentre eles: a idade da protagonista, a importância de conhecer o momento histórico e a relevância do assunto tratado na obra.

Nas aulas seguintes, íamos pontuando os aspectos positivos da nossa ação, como: "a leitura estimula o raciocínio, ativa o cérebro, aumenta a imaginação, melhora o vocabulário, desenvolve o pensamento crítico, combate ao estresse, amplia a criatividade, estimula a capacidade de concentração, ajuda-nos a compreender os usos que fazemos da língua, ajuda na escrita, no pensar crítico, por isso o leitor se transforma, evolui". Cada ponto desse era refletido por nós e pela turma; isso nos ajudava a motivar os estudantes a lerem a obra.

E, assim, passamos todo o mês: ao início de cada aula, que são 4 aulas de Língua Portuguesa semanalmente, líamos, parávamos, refletíamos, fazíamos relação do texto com o contexto histórico e com o contexto atual, fazíamos desdobramentos das interpretações.

A cada aula, íamos alternando os espaços e as formas de leitura: havia dias que fazíamos um grande círculo; noutros, formávamos grupos e depois retomávamos a leitura no grupão. Cada vez que mergulhávamos no universo de "Anne", os alunos se empolgavam e nos empolgavam. Até nos corredores, conversávamos, trocávamos ideias, e isso era simplesmente fantástico, considerando que a grande maioria dizia não gostar de ler, alegando que a leitura era algo enfadonho.

Aos poucos e sem que percebessem, da terceira semana para a última semana, adentramos no universo da análise linguística de uma forma menos "traumática". Anne estava presente em todas as aulas, e, paulatinamente, fomos experimentando o tão majestoso universo linguístico, de compreender que a gramática está a serviço do nosso desenvolvimento linguístico-discursivo, que nos ajuda a compreender o mundo e a nós mesmos por meio das práticas de linguagem (oralidade, escrita e leitura), conforme nos orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

> o Eixo da Análise Linguística/Semiótica envolve os procedimentos e estratégias (meta) cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido (...) (BRASIL, 2017, p. 65 - GRIFO NOSSO).

Ficamos bastante orgulhosos dos frutos que esta ação nos proporcionou, pois muitos compraram a obra e a ideia, indicaram aos demais colegas, melhoraram a entonação e vocabulário e passaram a ir com maior frequência à biblioteca, além de terem ressignificado sua compreensão em relação às aulas de análise linguística/semiótica, já que precisamos entender de uma vez por todas que o problema não são as aulas de análise linguística; elas são muito essenciais para os estudantes.

A problemática está na sua abordagem que, por vezes, é vazia e improdutiva. As aulas de análise linguística só têm sentido quando o aluno compreende que "as práticas de leitura/escuta e de produção de textos orais, escritos e multissemióticos oportunizam situações de reflexão sobre a língua e as linguagens de uma forma geral (...) (BRASIL, 2017, p. 71).

4 CONCLUSÃO

Certamente, a vivência realizada apresentou momentos significativos de aprendizagens. Todos os participantes colaboraram para que a execução gerasse boas práticas de leituras vindouras e aprendizados de uma maneira geral. Foram momentos ímpares de trocas em nossas vidas. Conhecer as angústias e a vida de Anne nos tornou pessoas diferentes, como também nos ajudou a compreender que ler transforma a nossa vida.

A partir dessa experiência, muitas perguntas foram respondidas, todavia precisamos intensificar as nossas práticas de leitura em sala de aula, pois, sem ler, será quase impossível pesquisar, resumir, analisar, criticar, julgar e tomar certas decisões e atitudes.

Em se tratando das aulas de análise linguística, apesar de os estudantes terem começado a se permitir a uma participação nessas aulas mais empolgados, precisa-se muito, ainda, refletir sobre os caminhos pelos quais as aulas de gramática vêm trilhando, para que o ensino de língua materna se torne cada vez mais produtivo e significativo aos nossos estudantes, oportunizando um trabalho responsável com as práticas de linguagem.

Por fim, espera-se que a leitura (literária ou não) passe a fazer parte do cotidiano dos discentes, e esta ação não seja um fim, mas um início de inúmeras ações voltadas para o universo das palavras. Acredita-se que esta prática abra um leque de inúmeras possibilidades e sirva de inspiração para todos os envolvidos no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 23 mai. 2018.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.

LEURQUIN, E. V. L. F. O espaço da leitura e da escrita em situação de ensino e de aprendizagem de português língua estrangeira. **Eutomia**, Recife, v. 1, n. 14, p. 167-186, 2014.

LEURQUIN, E. V. L. F. Que dizem os professores sobre seu agir professoral? In: GERHARDT, A. F. L (org.). **Ensino-aprendizagem na perspectiva da linguística aplicada**. Campinas: Pontes, 2013.

LEURQUIN, E.; COELHO, M. C. (org.). **Lugar da gramática na aula de português**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUNZEN. C. (org.). **Português no Ensino Médio e Formação do Professor**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2006, p. 199-226.

MENDONÇA, M. Análise linguística: por que e como avaliar. In: MARCURSCH, B.; SUASSUNA, L. (org.). **Avaliação em Língua Portuguesa**: contribuições para a prática pedagógica. 1. ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 95-110.

MENDONÇA, M. Análise linguística: refletindo o que há de especial nos gêneros. In: SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M.; CAVALCANTI, M. C. B. (org.). **Diversidade textual**: os gêneros na sala de aula. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 73-88.

MEURER, J.L. Para (re)pensar o ensino de gêneros. **Calidoscópio**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 17-28. jan./jun. 2004.

PINTO, R. O Interacionismo Sociodiscursivo, a inserção social, a construção da cidadania e a formação de crenças e valores do agir individual. *In:* MACHADO, A. R.; GUIMARÃES, A. M. M.; COUTINHO, A. **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. São Paulo: Mercado das Letras, 2007. p. 110-127.

VIANA FILHO, Daniel Fernandes. **O gênero textual dissertação**: um caso de referenciação anafórica. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. brasileira São Paulo: Martins Fontes, 1988.

REPRESENTATIVIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CURRÍCULO: CORPOS NEGROS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Claudinei Caetano dos Santos
Doutorando em Educação
http://lattes.cnpq.br/5285266537428890
prof.claudineicaetano@hotmail.com

RESUMO: A representatividade étnico-racial no currículo escolar pode ser uma questão fundamental para promover a inclusão e a igualdade no ambiente educacional. Este estudo aborda a relevância em integrar a diversidade étnico-racial, com ênfase nos corpos negros, nos conteúdos curriculares, utilizando tecnologias educacionais como uma ferramenta facilitadora do ensino/aprendizagem. O currículo tradicional, muitas vezes, negligencia a contribuição de grupos minoritários, perpetuando estereótipos e desigualdades. A introdução de tecnologias educacionais, como o Arduíno, oferece novas oportunidades para engajar estudantes negros, promover a inclusão e incentivar o interesse por áreas como ciência e tecnologia, bem como em áreas de ciências humanas de forma interdisciplinar. Ao incorporar narrativas e exemplos que valorizam a cultura e a história dos negros, o currículo pode se tornar mais representativo e relevante para todos os alunos. Este estudo analisa as estratégias e práticas pedagógicas que podem ser adotadas para integrar de forma efetiva a representatividade étnico-racial no currículo, destacando os benefícios para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes negros. A utilização de tecnologias educacionais é vista como um meio de inovar o processo de ensino e aprendizagem, tor-

nando-o mais dinâmico, interessante e inclusivo, ao mesmo tempo em que desafia as estruturas tradicionais de poder e promove a justiça social.

Palavras-chave: Educação; Currículo; Arduíno.

A representatividade étnico-racial no currículo escolar é uma questão crucial na busca por uma educação mais inclusiva e equitativa. Historicamente, os currículos escolares têm refletido uma visão eurocêntrica, negligenciando a diversidade cultural e as contribuições dos povos não brancos, especialmente dos corpos negros. Essa falta de representatividade não só marginaliza as experiências dos estudantes negros, mas também perpetua estereótipos e desigualdades raciais. Portanto, é essencial reavaliar e reformular os currículos para incorporar uma diversidade de olhares que reflitam a realidade multicultural da sociedade.

O conceito de representatividade étnico-racial vai além da mera inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura dos povos negros. Trata-se de criar um ambiente educacional que reconheça e valorize a identidade e as contribuições desses grupos. Isso inclui a presença de professores negros, a utilização de materiais didáticos diversificados e a implementação de metodologias que respeitem e promovam a cultura afro. A representatividade adequada no currículo pode influenciar positivamente a autoestima dos estudantes negros e fomentar um ambiente de respeito e compreensão entre todos os alunos.

As tecnologias educacionais, como o Arduíno, apresentam um potencial significativo para promover a inclusão étnico-racial no currículo. O Arduíno, uma plataforma de prototipagem eletrônica de código aberto. A integração do Arduíno no currículo pode ajudar a desmistificar essas áreas, frequentemente percebidas como inacessíveis para estudantes negros devido à falta de modelos e recursos. Ao proporcionar oportunidades práticas de aprendizado, as tecnologias educacionais podem incentivar o interesse e a participação de estudantes negros em novos campos do conhecimento.

Além disso, a utilização de tecnologias educacionais pode servir como uma ferramenta para contar histórias e preservar a cultura e a história dos povos negros. Projetos que utilizem o Arduino podem ser orientados para a criação de produtos que reflitam a herança cultural dos estudantes, como dispositivos que reproduzam música tradicional ou que contem a história de figuras importantes da comunidade negra. Isso não apenas enriquece o aprendizado dos estudantes, mas também fortalece a conexão com sua identidade cultural.

A implementação de um currículo que valorize a representatividade étnico-racial e utilize tecnologias educacionais requer um compromisso consciente dos educadores e das instituições de ensino. É necessário um esforço contínuo para desenvolver e adotar práticas pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades de todos os alunos. Isso inclui a formação continuada dos professores, a revisão constante dos materiais didáticos e a criação de um ambiente escolar acolhedor e respeitoso para a diversidade.

Portanto, a representatividade étnico-racial no currículo e a utilização de tecnologias educacionais como o Arduino são passos fundamentais para construir uma educação mais justa e igualitária. Ao reconhecer e valorizar as contribuições dos corpos negros e ao utilizar ferramentas tecnológicas para engajar e inspirar os estudantes, podemos promover um ambiente educacional que prepare todos os alunos para enfrentar os desafios de um mundo diversificado e interconectado.

As questões étnico-raciais são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. Para Omi e Winant (2014), raça tem que entendido como algo mutável, que se transforma constantemente, dentro das esferas culturais, políticas e econômicas, áreas que estão ligadas diretamente ao indivíduo. Sendo assim, um conceito socialmente construído que tem implicações profundas nas estruturas de poder e identidade. Essa perspectiva destaca a necessidade de abordar as questões étnico-raciais como centrais para a justiça social, considerando como as práticas racistas são institucionalizadas e perpetuadas em diversas esferas da sociedade.

Para Banks (2004), dentro do contexto educacional, a representatividade étnico-racial é crucial para promover a inclusão e a equidade, onde ressalta que pensar em um currículo multicultural, é pensar no enriquecimento de todos os estudantes, não só os que estão no grupo étnico-racial. Um currículo inclusivo que demonstre a diversidade étnico-racial pode ajudar a combater os estereótipos e promover um entendimento mais profundo e respeitoso das diferentes culturas, além de melhorar a autoestima e o desempenho acadêmico dos estudantes de minorias étnico-raciais.

As desigualdades étnico-raciais também se manifestam no mercado de trabalho e nas oportunidades econômicas. Pager e Shepherd (2008), entende que ser "afro" é enfrentar em diversos campos de sua vida afronta à sua capacitada de produção e intelecção. Essa discriminação pode ser entendida como estrutural e contribui para a perpetuação das desigualdades econômicas e sociais, limitando as oportunidades de ascensão social para esses grupos. Políticas públicas eficazes precisam abordar essas disparidades para promover uma sociedade mais equitativa.

A representatividade é um conceito essencial para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ela envolve a inclusão de diversos grupos sociais em todas as esferas da sociedade, garantindo que suas vozes, experiências e perspectivas sejam reconhecidas e valorizadas. Pensar a representatividade é verificar por todos os vieses os marginalizados na visão de Crenshaw (1991), onde a falta de representatividade pode levar à marginalização de grupos minoritários, perpetuando estereótipos e desigualdades sistêmicas. Portanto, assegurar que todos os grupos sejam representados de maneira justa e adequada é vital para o desenvolvimento de políticas e práticas inclusivas.

Na educação, a representatividade desempenha um papel fundamental na formação da identidade e autoestima dos alunos. Um currículo inclusivo pode refletir a diversidade da sociedade contribui para o sucesso acadêmico de todos os estudantes, especialmente aqueles de grupos historicamente as margens da sociedade para Banks (2015), e pondera que quando os estudantes veem suas culturas e histórias refletidas no currículo, eles se sentem mais valorizados e engajados. Isso é particularmente importante para estudantes negros, cuja história e cultura muitas vezes são sub-representadas ou mal representadas nos materiais educacionais tradicionais.

Nas interações sociais, a representatividade é crucial para a convivência. Para o pensador Young (2000) a inclusão de vozes diversas nos processos de tomada de decisão garante que as políticas públicas reflitam as necessidades e interesses de toda a população, e não apenas de um grupo privilegiado. A sub-representação de grupos minoritários na política pode resultar em políticas que não atendem às suas necessidades específicas, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. Portanto, aumentar a representatividade política é essencial para a justiça social e a igualdade.

O conceito de currículo é central na educação e se refere ao conjunto de conteúdos, experiências e atividades planejadas para a aprendizagem dos alunos. Para Goodson (1994), pensar o currículo é observar que ideologias estão sendo construída a partir da condição humana, refletindo sobre decisões em o que é considerado importante ensinar e aprender. Esse conceito se expande para incluir tanto os aspectos explícitos quanto os implícitos do processo educativo, como valores e normas sociais.

A história do currículo revela sua evolução em resposta às mudanças sociais, culturais e políticas. Historicamente, currículos foram moldados para atender às necessidades de diferentes épocas, desde a formação de uma elite intelectual até a democratização do ensino para a inclusão de diversos

grupos sociais. E na visão de Apple (1993), pensar o currículo é pensar um espaço de luta nas esferas políticas e cultural, onde diferentes grupos disputam a hegemonia de suas perspectivas sobre o que deve ser ensinado.

Há algumas reflexões sobre como pensar o currículo de maneira a ser aplicado. Para Pinar (2004), a visão de currículo é pensar a vivência de seu envolvidos, sendo que este termo carrega complexidade e muita subjetividade a serem compreendidos. Assim, na perspectiva de Bobbitt (1918) currículo é apontar e conduzir a caminhos específicos, e, objetivos palpáveis e claros de conhecimento são vias importante do currículo, segundo Tyler (1949).

O currículo deve refletir a diversidade cultural e social dos alunos. Na visão de Banks (2007), o currículo multicultural tem a capacidade de preparar os estudantes para o mundo do trabalho, e consequentemente viver e conviver em um mundo cada vez mais plural. Assim é importante a inclusão de diferentes perspectivas culturais, históricas e sociais, promovendo a igualdade de oportunidades e combatendo preconceitos e discriminações. A inclusão de temas como gênero, raça e etnia no currículo ajuda a construir uma educação mais justa e equitativa.

A aplicação de um currículo prático enfrenta vários desafios, como a resistência à mudança, a falta de recursos e a formação inadequada dos professores. Segundo Fullan (2001) a mudança curricular exige constante transformação, e não pode ser visto como uma simples aplicação de novas diretrizes. E assim, a formação contínua dos educadores é crucial para garantir que eles possam adaptar suas práticas às novas exigências curriculares.

O estudo sobre corpos negros e tecnologias educacionais abrange a interseção de raça, identidade e o uso de tecnologias no ambiente educacional. Esse campo de estudo é vital para entender como as tecnologias podem tanto perpetuar desigualdades quanto servir como ferramentas de empoderamento. Para Davis e Santos (2020), pensar a junção entre tecnologia e ensino dos alunos negros é emergir em uma questão de grandes desigualdades, oportunidades e desafios.

Ao longo do tempo, as comunidades negras têm enfrentado barreiras significativas no acesso a tecnologias educacionais de qualidade. Na visão de Nascimento (2018), no seio social existe uma extensão de desigualdade estrutural fazendo com que haja uma exclusão educacional na esfera digital para com os corpos negros. Essa desigualdade se manifesta em várias formas, desde a falta de infraestrutura tecnológica em escolas predominantemente negras até o preconceito racial implícito nos materiais educativos digitais.

Pensar a representação de corpos negros nas tecnologias educacionais é outro aspecto crucial. Almeida (2019) afirma que para uma educação mais equitativa é importante discussões e inserção de imagens possíveis de interpretação da diversidade étnico-racial nos meios educacionais tecnológicos. Assim, pensar a falta de representatividade esta pode reforçar estereótipos e limitar as oportunidades de estudantes negros se verem como protagonistas de suas próprias histórias.

Apesar dos desafios, as tecnologias educacionais também possuem um grande potencial para a conquista dos corpos negros. Esses projetos ajudam a fomentar um senso de identidade e pertencimento, além de abrir novas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal. Na avaliação de Silva e Araújo (2021), de forma eficaz, se pensado para uma transformação social, apontamentos para uma inserção de elementos digitais na aprendizagem dos alunos negros, pode se promover sua história e sua cultura.

De forma importante tão qual qualquer processo de ensino, a formação de professores é um componente essencial na integração eficaz das tecnologias educacionais que atendam às necessidades dos estudantes negros. È importante ter professores bem preparados, capazes de adaptar tecnologias de maneira que promovam a inclusão e valorização da diversidade racial. Nesta mesma visão, Souza (2020) aponta que para romper com ações pedagógicas excludentes, é preciso que educadores sejam capacitados regularmente para a aplicação e execução de novas ações de ensino/aprendizagem.

A criação e implementação de políticas públicas que garantam a acessibilidade tecnológica para comunidades negras são cruciais, políticas de inclusão devem abordar desde a infraestrutura tecnológica até a formação de docentes e a criação de conteúdos inclusivos. E para Gomes (2017), pensando a diminuição da desigualdade no campo da educação, são necessárias políticas de inclusão digital, em algumas vezes de forma específica para as questões raciais.

As redes sociais desempenham um papel ambivalente na educação de corpos negros. Por um lado, elas podem perpetuar estereótipos e disseminar discursos de ódio; por outro, podem ser plataformas de resistência e mobilização. O uso estratégico das redes pode fortalecer a comunidade e promover mudanças significativas na educação. Para Lima e Costa (2022), os espaços das mídias sociais são constantemente usados por movimentos antirracistas para promover o esclarecimento de questões raciais, fornecendo canais de conhecimento e denúncia.

O futuro das tecnologias educacionais no contexto dos corpos negros depende de um compromisso contínuo com a equidade e a inclusão. Investir em pesquisas e práticas pedagógicas inovadoras que reconheçam e valorizem a contribuição dos corpos negros é essencial para construir uma educação mais justa e equitativa. E pensando assim, Carvalho (2021), afirma que é muito importante que se pense tecnologias no campo da diversidade racial, e não só elemento que propiciem a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representatividade étnico-racial no currículo educacional é um fator crucial para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Reconhecer e valorizar os corpos negros e suas experiências nas tecnologias educacionais promove não apenas a inclusão, mas também a valorização das diversas identidades culturais, o que requer a necessidade de conteúdos que refletem a diversidade racial e cultural dos alunos.

As tecnologias educacionais têm um papel ambivalente nesse contexto. Por um lado, podem perpetuar desigualdades existentes se não forem utilizadas de forma crítica e inclusiva; por outro, possuem um imenso potencial de transformação e empoderamento. Iniciativas que utilizam essas tecnologias para destacar e celebrar a cultura e a história dos corpos negros é fundamental para a criação de um ambiente educacional mais justo.

A formação de professores é um elemento chave para garantir que as tecnologias educacionais sejam usadas de maneira inclusiva. É vital que os educadores sejam preparados para reconhecer e combater as práticas pedagógicas excludentes, utilizando as tecnologias como ferramentas para promover a equidade racial. Professores bem preparados podem adaptar as tecnologias de modo a refletir a diversidade e atender às necessidades específicas dos estudantes negros.

Sendo assim, é importante que políticas públicas robustas sejam aplicadas para garantir a acessibilidade tecnológica para todas as comunidades, especialmente as marginalizadas. Políticas que abordam tanto a infraestrutura tecnológica quanto a criação de conteúdos inclusivos podem ajudar a reduzir as desigualdades educacionais. A combinação de esforços em políticas públicas, formação de professores e desenvolvimento de tecnologias inclusivas é essencial para assegurar que a representatividade étnico-racial no currículo se torne uma realidade tangível e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. Representação racial nas tecnologias educacionais. Revista Educação e Cultura, v. 15, n. 3, p. 45-60, 2019.

APPLE, M. W. The Politics of Official Knowledge: Does a National Curriculum Make Sense?. Teachers College Record, v. 95, n. 2, p. 222-241, 1993.

BANKS, J. A. Educação Multicultural: Teoria e Prática. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BANKS, J. A. An Introduction to Multicultural Education. Allyn & Bacon, 2007.

BANKS, J. A. Cultural Diversity and Education: Foundations, Curriculum, and Teaching. Routledge, 2015.

BOBBITT, F. The Curriculum. Houghton Mifflin, 1918.

CARVALHO, M. A. Tecnologias educacionais e a valorização da diversidade racial. Inovação e Educação, v. 20, n. 1, p. 33-50, 2021.

CRENSHAW, K. Mapeando as Margens: Interseccionalidade, Políticas de Identidade e Violência contra Mulheres de Cor. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DAVIS, A.; SANTOS, R. Corpos negros e tecnologias: Desafios e perspectivas na educação. Educação & Tecnologia, v. 12, n. 2, p. 77-92, 2020.

FULLAN, M. The New Meaning of Educational Change. Teachers College Press, 2001.

GOMES, L. F. Políticas públicas de inclusão digital e educação para comunidades negras. Política e Educação, v. 25, n. 4, p. 211-230, 2017.

GOODSON, I. F. Studying Curriculum: Cases and Methods. Open University Press, 1994.

LIMA, M.; COSTA, P. Redes sociais e educação antirracista: Uma análise do impacto nas comunidades negras. Estudos de Mídia e Educação, v. 10, n. 1, p. 95-110, 2022.

NASCIMENTO, D. Desigualdades tecnológicas e exclusão digital: Uma perspectiva racial. Tecnologia e Sociedade, v. 14, n. 2, p. 123-139, 2018.

OMI, M.; WINANT, H. Racial Formation in the United States. Routledge, 2014.

PAGER, D.; SHEPHERD, H. The Sociology of Discrimination: Racial Discrimination in Employment, Housing, Credit, and Consumer Markets. Annual Review of Sociology, v. 34, p. 181-209, 2008.

PINAR, W. F. What is Curriculum Theory?. Lawrence Erlbaum Associates, 2004.

SILVA, T. L.; ARAÚJO, C. Projetos de educação digital para o empoderamento de jovens negros. Educação e Transformação Social, v. 8, n. 1, p. 59-78, 2021.

SOUZA, V. R. Formação de professores para a inclusão tecnológica de estudantes negros. Formação Docente, v. 22, n. 3, p. 101-118, 2020.

YOUNG, I. M. Inclusion and Democracy. Oxford University Press, 2000.

TYLER, R. W. Basic Principles of Curriculum and Instruction. University of Chicago Press, 1949.



Este livro foi impresso sob demanda, sem estoques. A tecnologia POD (Print on Demand) utiliza os recursos naturais de forma racional e inteligente, contribuindo para a preservação da natureza.

"Rico é aquele que sabe ter o suficiente"
(Lao Tze)